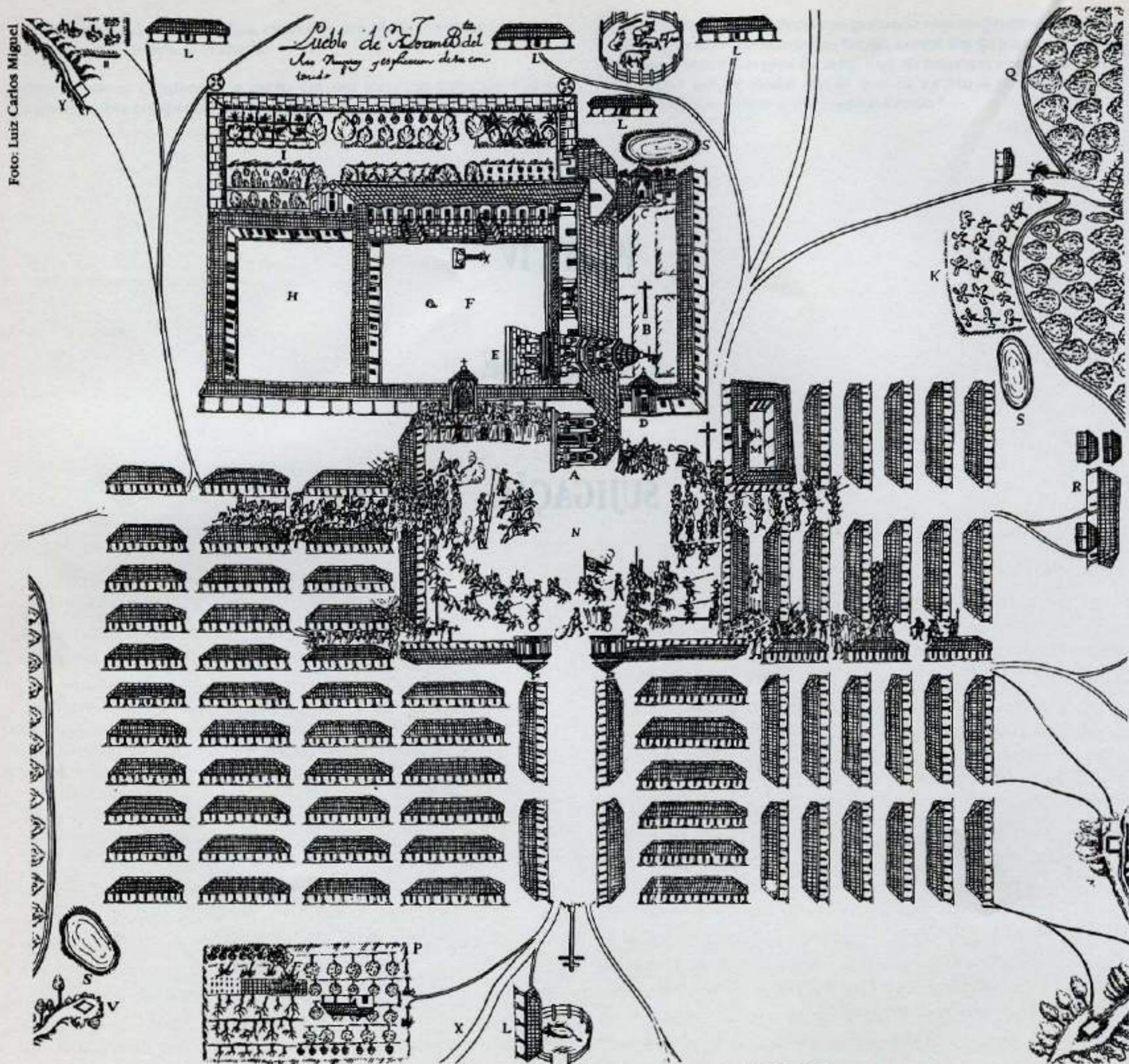


PARTE IV
CATEQUESE
E
SUJIGAÇÃO



PUEBLO DE SAN JOANES Bta. DEL RIO URUGUAY (1755)

Missão jesuítica no Rio Grande do Sul, fundada em 1697. O original se encontra no *Archivo General de Simancas*

A ORDENAÇÃO JESUÍTICA

Manuel da Nóbrega. *Programa Jesuíta de Colonização*
(1559)

A carta de Nóbrega a Tomé de Souza revela os níveis de confiança e de intimidade que relacionavam os jesuítas, Nóbrega em particular, com as mais altas autoridades da colônia e da metrópole. Primeiro governador geral do Brasil (1549-1553) e fundador da cidade de Salvador na Bahia, capital do Brasil, Tomé de Souza trouxe em sua companhia, além de mais de 1.000 soldados, colonos e artífices, os primeiros jesuítas enviados ao Brasil, chefiados pelo autor da carta. Desde o início, as relações entre o governador e os missionários foram extremamente amistosas e solidárias, ao ponto de Nóbrega, em uma carta, dizer de Tomé de Souza que pouco lhe faltava para ser da Companhia de Jesus.

Nesta longa carta ao ex-governador, o jesuíta faz um balanço do estado de coisas da colônia, com críticas severas ao primeiro bispo (morto pelos índios), ao clero secular e aos adultérios, fofocações, incestos e abominações do povo. Um dado expressivo, já lembrado em

outras cartas pelo mesmo missionário e por Anchieta, refere-se aos níveis de absorção, por mestiços e brancos e, inclusive, por certos dirigentes da colônia, dos traços mais agressivos da cultura indígena, como a antropofagia ritual:

"(...) Louvam e aprovam ao Gentio o comerem-se uns a outros, e já se achou Cristão a mastigar carne humana, para darem com isso bom exemplo ao Gentio. Outros matam em terreiro à maneira dos Índios, tomando nomes, e não somente o fazem homens baixos e Mamalucos (mamelucos), mas o mesmo Capitão, às vezes. Ó, cruel costume! Ó, desumana abominação! (...)" (NÓBREGA, 1931: 196)

O outro lado da questão é o agravamento da opressão sobre os índios. Nóbrega fornece exemplos diversos das relações de ódio e absoluta má fé dos colonos com os índios, em "não lhes chamarem senão cães, tratarem-nos como cães...". As formas tradicionais de casamento indígena são manipuladas e fraudadas pelos brancos para adquirirem escravas para sempre. O resultado final de

todas essas injustiças e iniquidades foi a emergência de conflitos mais ou menos generalizados com os índios, que puseram em perigo toda a colônia:

"(...) E nisto note Vossa Mercê a bondade de Nosso Senhor, juntamente com sua justiça, que de tal maneira castigou que também houve misericórdia; não quis que os Índios prevalecessem contra os Cristãos porque têm almas suas, criaturas que salvar entre eles, e da guerra bem dada ou mal dada soube tirar esse bem que os Índios ficassem sujeitos e medrosos e dispostos para agora receber o Evangelho, e a doutrina de Cristo. (...)" (NÓBREGA, 1931: 202)

Nesta frase se resume a pedagogia e a ética missionária de Nóbrega. Aí, e em outros textos, ele volta incansavelmente ao tema central de suas recomendações e esforços concretos em relação aos índios: a dominação antecede a conversão e é condição necessária de sua eficácia.

* Manuel da Nóbrega, Carta a Tomé de Souza, Bahia, 5 de julho de 1559. O original se encontra em São Roque, Lisboa, códice I-5, 2, 38, ff.70-78v. A edição utilizada é: Manuel da Nóbrega, *Cartas do Brasil (1549-1560)*, Rio de Janeiro, Officina Industrial Graphica (*Cartas Jesuíticas I*), 1931:191-219.

"(...) Desde que nesta terra estou que vim com Vossa Mercê, dois desejos me atormentaram sempre: um, de ver os Cristãos destas partes reformados em bons costumes e que fossem boa semente transplantada nestas partes, que desse cheiro de bom exemplo; e outro, ver disposição no Gentio para se lhe poder pregar a palavra de Deus e eles fazerem-se capazes da Graça e entrarem na igreja de Deus, pois Cristo Nosso Senhor por eles também padeceu, porque para isso fui com meus Irmãos mandado a esta terra, e esta foi a intenção do nosso Rei, tão cristianíssimo, que a estas partes nos mandou, e porque para ambas estas coisas eu via sempre por esta costa toda mau aparelho. Ó quantos cálices de amargura e de angústia bebia a minha alma sempre! E disto alguma coisa lembrará a Vossa Mercê porque eu comunicava com ele sempre na minha dor, posto que ainda naquele tempo não me amargavam tanto as fezes deste cálix, por não entrar tanto nelas.

Destes dois desejos que digo, me nasciam outros, que era desejar os meios para que isto tivesse efeito, e destes escolhia dois que me pareciam melhores: um, era desejar Bispo, tal qual Vossa Mercê e eu pintávamos cá para reformar os Cristãos; e outro, ver o Gentio sujeito e metido no jugo da obediência dos Cristãos, para se neles poder imprimir tudo quanto quiséssemos, porque é ele de qualidade que domado se escreverá em seus entendimentos e vontades muito bem a fé de Cristo, como se fez no Peru e Antilhas, que parece Gentio de uma mesma condição que este, e nós agora o começamos de ver a olho por experiência, como abaixo direi, e, se o deixam em sua liberdade e vontade, como é gente brutal, não se faz nada com eles,

como por experiência vimos todo este tempo que com ele tratamos com muito trabalho, sem dele tirarmos mais fruto que poucas almas inocentes que aos céus mandamos.

Trouxe Nosso Senhor o bispo D. Pedro Fernandes, tal e tão virtuoso qual o Vossa Mercê conheceu, e mui zeloso da reformação dos costumes dos Cristãos, mas quanto ao Gentio e sua salvação se dava pouco, porque não se tinha por seu Bispo, e eles lhes pareciam incapazes de toda doutrina por sua bruteza e bestialidade, nem as tinha por ovelhas de seu curral, nem que Cristo Nosso Senhor se dignaria de as ter por tais; mas nisto me ajude Vossa Mercê a louvar a Nosso Senhor em sua providência, que permitiu que fugindo ele dos Gentios e da terra, tendo poucos desejos de morrer em suas mãos, fosse comido deles, e a mim que sempre o desejei e pedi a Nosso Senhor, e metendo-me nas ocasiões mais que ele, me foi negado. O que eu nisso julgo, posto que não fui conselheiro de Nosso Senhor, é que quem isto fez, por ventura quis pagar-lhe suas virtudes e bondade grande, e castigar-lhe juntamente o descuido e pouco zelo que tinha da salvação do Gentio. Castigou-o, dando-lhe em pena a morte que ele não amava, e remunerou-o em ela ser tão gloriosa como já contariam a Vossa Mercê que ela foi, pois foi em poder de Infiéis com tantas e tão boas circunstâncias como teve.

O Bispo, posto que era muito zelador da salvação dos Cristãos, fez pouco porque era só, e trouxe consigo uns clérigos por companheiros que acabaram com seu mau exemplo e mal usarem e dispersarem os Sacramentos da Igreja de dar com tudo em perdição. Bem lembrará a Vossa Mercê que antes que esta gente viesse, me dizia: está esta terra uma religião, porque pecado público não se sabia que logo por o zelo de Vossa Mercê e diligência de meus Irmãos não fosse tirado, e dos secretos retinhamos absolvição a alguns, até tirarem toda ocasião e perigo de tornar a pecar. Mas como eles vieram, introduziram na terra estarem clérigos e dignidades amancebados, com suas escravas, que para esse efeito escolhiam as melhores e de mais preço, que achavam, com achaque que haviam de ter quem os servisse, e logo começaram a fazer filhos, e fazer-se criação, porque convinha muito ao Brasil haver cá este traslado de dignidades e cônegos, como os há em outras igrejas da Cristandade, e não sem muito descuido dos prelados, a quem Nosso Senhor castigará a seu tempo. E este lhe sei dizer que têm cá por o melhor proceder e mais quieto, porque quando eles não tinham escravas nem com que as comprar era pior, porque eram forçados de seus pecados a buscarem-nas com escândalo da terra e de seus vizinhos, e porque já disto no tempo de Vossa Mercê havia muito e muito notório, me dizia muitas vezes. Melhor nos fora que não vieram cá. Começaram também de usar de suas ordens e dispensar os sacramentos e desatar as ataduras com que nós detinhamos as almas, e a dar jubileus de condenação e perdição às almas, dando o santo a cães e as pedras preciosas a porcos que nunca souberam sair do lodo de seus pecados, pelo qual não somente os maus, mas algum bom, se o havia, tomou liberdade de ser tal qual sua má inclinação lhe pedia. E assim está agora a terra nestes termos que, se contarem todas as casas desta terra, todas acharão cheias de pecados mortais, cheias de adultérios, fornicções, incestos, e abominações, em tanto que me deito a cuidar se tem Cristo algum

limpo nesta terra, e escassamente se oferece um ou dois que guardem bem seu estado, ao menos sem pecado público. Pois dos outros pecados que direi? Não há paz, mas tudo ódio, murmurações e detrações, roubos e rapinas, enganos e mentiras; não há obediência nem se guarda um só mandamento de Deus e muito menos os da Igreja. Bem se lembrará a Vossa Mercê que, vendo eu isto logo em seu principio, cuidei de dor perder o siso, e assim como desesperado de poder na terra nem com Cristãos, nem com Gentio, fazer fruto, me fui com Vossa Mercê a S. Vicente, correndo a costa, desabrindo a mão de tudo, encomendando a Deus a Bahia e a seu Prelado, e somente ficou um Padre na casa com um Irmão ou dois, para ensinarem dois meninos e olharem por ela. (...)

Por estas cousas têm concebido todos grande aborrecimento ao Governador, uns porque lhes tirou o ganho das demandas que antes havia, outros porque perderam a liberdade que antes tinham de jogar e adulterar, outros porque os obriga a trabalhar nas obras d'El-Rei e em prol da terra, maiormente aos que têm soldo d'El-Rei, os quais antes viviam mui à larga, e os outros porque lhes não pagam à sua vontade, e nisto só têm alguma razão; mas não sei se tem nisso o Governador culpa, pois não o há tanto que baste a contentar a todos, mas a maior ocasião que têm de o aborrecerem de graça é isto que tenho dito dos Índios e ainda direi mais por onde conheça o que tenho dito e o estado da terra.

O ajuntar dos Índios que o Governador faz, para se melhor poderem doutrinar, deu também muita ocasião de escândalo a muitos que tinham Índios perto de suas fazendas, dos quais se ajudavam em seus serviços, deixando-os viver em seus costumes e morrer sem batismo, nem haver quem lhes lembrasse a Jesus Cristo Nosso Senhor; outros, depois que viram o Gentio, com estas cousas que se fizeram entre eles, domados e metidos no jugo e sujeição que nunca tiveram, cobixaram ser repar-

tidos para seu serviço, como se fez nas Antilhas e Peru e assim o pediu a Câmara ao Governador: mas a ele não lhe pareceu bem por não haver causa para isso justa, porque os mais deles nunca fizeram por donde merecessem isso, antes na guerra passada se lançaram da banda dos Cristãos, e para os que foram na guerra passada tampouco havia causa justa, pois a guerra não se houve lá por justa da parte dos Cristãos e mandou El-Rei, que está em Glória, restitui-los em suas terras, como de antes estavam, e já que os houvessem de repartir, como no Peru, haviam de ser obrigados a terem um Padre para sua doutrina como lá também se costuma, o que esta gente não pode fazer, assim por não terem possibilidade de manter um Capelão, como também porque não se trata de salvar almas nesta terra, senão de qualquer seu interesse, e dos próprios seus escravos se tem tão pouco cuidado que os deixam viver como Gentios e morrer como bestas e assim os enterram pelos monturos e não é muito, pois eles de suas próprias têm tão pouco cuidado de as salvar e muito por enriquecer e levar boa vida, segundo a carne nos vícios e pecados que, segundo a pobreza da terra, se pode ter nela.

Bem me pareceria a mim conquistar-se a terra e repartir-se os Índios pelos moradores obrigando-se a doutriná-los, que há aí muitos que podem a sujeitar, mas não há aí homem que por isso queira levar uma má noite, e se o Governador por segurança da terra quer fazer alguma cousa ou castigar algum Índio todos o estorvam e ninguém o ajuda; e agora que vêem os Índios sujeitos sem custar sangue de Cristão nenhum, nem guerra (posto que da passada ficaram amedrontados); agora que estão juntos com igrejas para se doutrinarem; agora os querem repartidos, e assim não falta quem vá tirar nossos Índios que temos juntos com muito trabalho e levá-los às suas roças a viver; e muitos vão por fugir à sujeição da doutrina e viverem como seus avós e comerem carne humana como de antes. (...)"

Antônio Vieira. *O Governo do Gentio* (1655)

O padre Antônio Vieira (1608-1697) foi o mais prestigioso jesuíta português e um dos maiores intelectuais de seu tempo. Personalidade complexa, pouco ortodoxa, foi valido do rei D. João IV, que reinou desde a restauração da soberania portuguesa em 1640 até sua morte em 1656, a quem assessorou em complexas questões políticas e diplomáticas em Portugal e no exterior. Foi embaixador de Portugal em Haia e teve atuação destacada em favor dos judeus e cristãos-novos, cujo apoio era essencial para a vitória contra os holandeses. Em 1652 veio para o Brasil para dirigir a missão jesuítica

do Estado do Maranhão. Sediado em São Luís, Vieira pôs imediatamente seu talento intelectual e suas relações pessoais com o soberano a serviço da causa da liberdade indígena, constantemente ameaçada pelos colonos e pela administração colonial.

O texto que se vai ler a seguir é uma resposta de Vieira, elaborada a pedido do secretário de D. João IV, Doutor Pedro Fernandes de Monteiro, aos termos da Provisão de 17 de outubro de 1656, que atendia aos interesses dos colonos, ampliando o direito de escravi-

zação indígena. Na verdade, essa Provisão submetia todos os índios à ameaça permanente de servidão, ao ampliar, sem limites, as causas da guerra justa. A Provisão declara que na justificação dessas guerras:

"(...) há de constar que o dito gentio, livre ou vassalo, impediu a pregação do Evangelho, e deixou de defender as vidas e fazendas dos vassalos de El-Rei em qualquer parte; haver-se lançado com os inimigos da Coroa, e dado ajuda contra os vassalos. — Também será legítimo o cativo, se exercerem latrocínios no mar ou em terra, infestando os caminhos; salteando ou impedindo o comércio e trato dos homens, para suas fazendas e lavouras: se os índios, súditos de El-Rei, faltarem às obrigações que lhes foram postas e aceitas nos princípios de suas conquistas, negando os tributos, e não obedecendo quando forem chamados para trabalharem em o real serviço, ou para pelejarem com os inimigos do Estado; se comerem carne humana, sendo meus súditos. — Igualmente poderão ser cativados aqueles gentios que estiverem em poder de seus inimigos, atados à corda para os comerem, e meus vassalos os remirem daquele perigo com as armas, ou por outra via; e os que forem escravos legitimamente dos senhores, a quem se tomaram por guerra justa, ou por via de comércio e resgate. (...)" (MALHEIRO, vol. 1, 1976: 187)

Em 1655, Vieira está em Lisboa, onde, junto ao rei, defendeu apaixonadamente suas idéias sobre as liberdades indígenas e sobre as relações legítimas que deveriam assumir as autoridades da metrópole e da colônia em relação aos mesmos. Com a nomeação de André Vidal de Negreiros, herói da luta contra os holandeses, como novo governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Vieira alcançou uma vitória importante, consolidada pela Lei ou Provisão de 9 de abril de 1655, que abolia a lei anterior em relação aos cativos indígenas. Esta vitória teve, porém, curta duração. Com a morte do rei D. João IV no ano seguinte, Vieira perdeu seu principal aliado e protetor. Em 1661 uma revolta dos colonos, liderados pelas Câmaras de São Luís e de Belém, atacou e expulsou os jesuítas. Vieira e outros padres foram obrigados a voltar a Portugal, onde o grande missionário enfrentou os rigores da Inquisição, rancorosa inimiga de seus esforços em favor dos judeus. Vieira só conseguiu voltar ao Brasil em 1681, fixando-se na Bahia. Ao Estado do Maranhão jamais retornou, pela oposição dos colonos e da administração do Estado.

* "Parecer sobre a conversão e governo dos Índios e Gentios", feito pelo padre Antônio Vieira à instância do Doutor Pedro Fernandes Monteiro. *Obras inéditas do Padre Antônio Vieira*, Tomo III, Lisboa, Editores J.M.C. Seabra & T.Q. Antunes, Typographia da Revista Universal, 1857: 101-113, 164p. (1ª Edição). A edição utilizada é: Antônio Vieira, *Obras Escolhidas*, vol. V, Lisboa, Livraria Sá da Costa (*Obras Várias III*), 1951: 4-20.

"Sobre o modo com que se há de governar o gentio que há nas aldeias"

NO TEMPORAL

1º Em o Brasil por muitas vezes se deram capitães portugueses às aldeias e depois se lhes tiraram por muitos e justos respeitos; e um deles era por pedirem aos moradores que iam buscar índios para seu serviço, mais dinheiro por lhes darem, do que se dava aos mesmos por seu trabalho. A cabeça nas aldeias é o índio principal de cada uma, e de haver outro superior nelas (tirado o seu pároco, na forma das ordens de Sua Majestade) resulta maior carga e danos irreparáveis aos Índios; porque estes miseráveis não tiveram até o presente maiores inimigos, nem mais comuns, que os mesmos capitães.

2º Se a proposta deste segundo capítulo se guardasse, assistindo na aldeia português, que não haja de tirar nenhum proveito mais do que se estivera fora dela (é um impossível), não haverá quem queira aceitar ocupação tão estéril; e pelo mesmo caso que a aceitasse, havia de ser pelo efeito preciso de maiores lucros, o que ficava sendo danoso aos índios, como dantes; e a isto há pouco que responder.

3º, 4º e 5º Os meios que se exprimem no regimento de Sua Majestade são únicos para conseguir o que apontam estes capítulos, e o tenho por impossível fora daqueles termos.

6º Está determinado por excelente modo na lei de Sua Majestade; nem o que aponta este 6º capítulo podia ser sem grandes descontos, como a experiência tem mostrado. Quanto mais que, para haver em cada aldeia do Grão-Pará um português, era necessário ocupar todos os moradores, que não chegam naquelas capitânicas a trezentos.

7º Esta ordem é obrigação do pároco dá-la; e como isto topa somente no sustento, é certo não falta aos padres que assistem nas aldeias, porque os Índios lho trazem; e em falta disso, eles lho mandam buscar, e claro é o devem mandar com a ordem filha do amor e caridade, com que têm obrigação de os tratar.

8º Os Índios nas aldeias guardam as leis dos Portugueses; e como pode ser que nenhuma pessoa particular faça o que toca ao príncipe somente, se ainda esse, quando dá leis, o faz por meio de muitos e mui escolhidos ministros?

9º Supõe que os Índios se não castigam, o que é errado; porque todas as aldeias têm tronco, ouvidor e meirinho; e se o crime é grave, pertence às justiças das cidades, a que são sujeitas as aldeias.

10º Este capítulo está mui escrupuloso. Os Índios não são frades ou freiras, e o maior mal que eles têm comumente é serem muito caseiros, sem saberem ir granjear a vida.

11º, 12º e 13º Fica respondido a estes capítulos, e nunca os Índios deixam as aldeias tão só por sua vontade; e a melhor criação para os Índios tratarem de suas criações, é deixarem-lhas criar, mantendo-os

com justiça fora de enganos e sem os espalharem desordenadamente, que é o principal de que lhes havia de servir o capitão português, se lhes assistisse.

14º Não tem necessidade de aviso, e cada aldeia tem seu sargento-mor, capitão, ajudantes, etc.

SOBRE O GOVERNO ESPIRITUAL

1º A matéria deste capítulo depende dos superiores, que devem e são obrigados a ter esse cuidado.

2º A quantidade dos Índios é a que há de ser capaz de poder ser doutrinado por dois companheiros somente; e nunca será proveito, por muitos respeitos, haver aldeia alguma, cujos casais excedam o número de 800 até 1.000, porque sendo poucos se governam bem no espiritual e temporal e se sustentam melhor, e estão mais sujeitos, etc.

3º, 4º e 5º Esta é a precisa obrigação dos párocos, e muito mais, como na verdade o fiz fazer nas aldeias do Brasil, onde há cantores com instrumentos e confrarias e irmandade para os doentes; e mal crescerá a cristandade daquela nova Igreja do grande rio das Amazonas, se for necessário fazer tais advertências a seus párocos.

6º A matéria deste capítulo se deve guardar inviolavelmente, aliás ficaria sendo o mesmo assistir aos Índios nas suas aldeias um religioso de virtude, que um secular vicioso, e quem pecasse contra a pobreza, também pecaria contra a honestidade; e o exemplo tem com todos a maior força, e com os Índios ainda com muita mais razão.

7º Sua Majestade o mandará prover como melhor for servido.

8º e 9º Fica respondido, e afirmo que, havendo capitão português nas aldeias, ou havia de fazer o que quisesse ou havia de jogar as pancadas com o pároco. Se aos missionários párocos falta virtude para acudir aos enfermos, podem deixar a ocupação deste ministério; e no Brasil vi nas aldeias da Companhia de Jesus mandarem o comer a todos os doentes com todo o cuidado; e nas aldeias do Maranhão e Pará vi aos mesmos religiosos da Companhia pessoalmente andarem dando de comer aos enfermos, etc.

Sobre o modo de como são de fazer as entradas pelo sertão

1º As entradas dos particulares ao sertão há sido a ruína de todas as capitânicas da nossa América, assim nas da parte do Sul, como nas do Norte, no nosso grande rio das Amazonas, com dano irreparável do miserável gentio; e este é o principal estrago a que Sua Majestade tem mandado acudir com tanta cristandade pela sua última lei e provisão.

2º A primeira e principal causa das entradas ao sertão há de ser a extensão da Fé Católica e o zelo de não deixar perecer tanta imensidade de almas naquele dilatado sertão do grande rio das Amazonas, para o qual se devem fazer todas as que puderem, conforme o tempo, ocasiões e cabedal; e a forma em que se hão de fazer estas entradas, dispõe acertadíssimamente a lei e ordens de Sua Majestade, e a necessidade delas há de ser a salvação de tantos milhares de almas que estão indo continuamente ao Inferno, por falta de batismo.

3º Que assim seja, mas dentro dos termos por que o ordenam os regimentos de Sua Majestade.

4º, 5º e 6º Todas as propostas destes capítulos provêm as ordens de Sua Majestade.

7º Não tem lugar em os sertões do rio das Amazonas, que todo é povoado e fértil, e as entradas são em canoas por mares de água doce e não por terra. E somente quando houver de descer o gentio livre, que for conveniente persuadirem a descer, lhes terão no sitio para onde os trouxerem e mudarem (é ponto importantíssimo) plantado de antemão mantimentos necessários para seu sustento, enquanto cultivam outros.

8º A matéria deste capítulo é muito pia; porém, se os moradores daquele Estado do Maranhão e Pará cativam os livres sem algum pretexto, como aceitarão tirarem-lhes os que a lei dispõe poderem ser cativos?

9º Esta lei e provisão última de sua Majestade ordena as causas com que deve haver escravos; e os meios por que hão de verificar e justificar seus cativos estão expressamente declarados na dita lei de Sua Majestade, que se deve guardar exatamente.

10º e 11º A matéria destes dois capítulos por si mesma está patente, e pertence ao regimento do cabo da tropa, conforme o sertão para onde fizerem a entrada.

Sobre o modo com que se hão de repartir e governar

1º Este capítulo é peçonhento, e seu intento; porque, que cousa é repartir os Índios por casa dos Portugueses nesta forma, que fazê-los cativos *in re*, ainda que o nome seja de livres? E para que se tratou até agora de aldeias e párocos e capitães particulares, se aqui se havia de apontar repartirem os Índios novamente reduzidos? Se responde que para as aldeias que há, de presente, não tem lugar, porque, além de não haver sinais de muitas nos lugares onde foram, das que ficaram rara é, nas capitânicas do Maranhão e Pará, a que chega a 100 casais, que tudo destruiu a desordem, tirania e ambição dos governadores e cabeças daquele Estado; e o gentio livre, que se descer dos sertões do rio das Amazonas, não convém, de nenhum modo que se dê nem reparta; antes o ponham no sitio deputado para sua vivenda, e, depois de acomodado, manteúdo e descansado, fora do perigo das doenças, que muitas vezes lhes sobrevêm com a mudança; estando já afeitos à terra, os devem repartir então para serviço dos moradores, na forma das ordens de Sua Majestade; e quem isto encontra, quer destruir a razão, a verdade e a conservação dos Índios e moradores daquelas partes, todos vassallos de Sua Majestade.

2º e 3º Estas propostas dos capítulos 2º e 3º vão fora dos termos usados e devidos nas capitânicas do Estado do Maranhão e Pará, aonde, guardando-se *ad unguem* a lei e ordens de Sua Majestade, ficam servidos dos moradores, e não tão somente os que de presente habitam naquelas partes, mas (*testor Deum*) afirmo que, guardando-se pura a lei de Sua Majestade, todos os pobres de todo o Mundo podem ir a povoar o Grão-Pará e rio das Amazonas, e ficarem remediados e servidos; e se os gentios que houvessem de descer dos sertões foram somente para encher o número determinado dos índios para

o serviço de cada um dos moradores (cousa impossível de guardar-se com pureza) governar-se-ia o zelo da conversão pela regra da necessidade dos moradores.

4º, 5º e 6º Aos notáveis danos que do procedimento dos Portugueses, conforme estes capítulos, resulta aos Índios, acudiu Sua Majestade com a resolução da sua lei e últimas ordens e regimento, em que se ordena e declara o como se hão de haver com os Índios livres; e somente dos cativos e escravos, conforme a lei de Sua Majestade, poderão testar seus senhores como lhes parecer. E se responde mais que o autor deste papel, querendo destruir as aldeias, e que os Índios se repartam pelos Portugueses, é querer emendar tudo o que até agora se usou, desde o princípio da fundação de nossa América, em que sempre os senhores reis de Portugal e seus governadores mandaram criar aldeias, as quais somente permaneceram; e os Índios que na Bahia, Pernambuco e outras capitâneas se repartiram pelos Portugueses, no princípio de suas fundações, não chegaram a netos; e se chegaram, que é deles? E nas mesmas capitâneas do Sul, S. Paulo e S. Vicente, hão permanecido até o presente as aldeias com que se começaram aquelas conquistas, e os índios dos moradores foram sempre tantos os que lhes morreram, como os que trouxeram e desceram dos sertões; de onde vem que continuamente fazem entradas, e não há limite em trazerem mais e mais índios, porque todos matam em suas casas com trabalho, sendo este gentio menos robusto para tanto. E bem se verifica esta verdade com não haver hoje já índios quinhentas e seiscentas léguas ao redor das capitâneas do Sul, S. Paulo e S. Vicente, obrigando a falta e a cobiça àqueles moradores a os ir buscar aos confins das cabeceiras do grande rio das Amazonas (cousa tantos centos de léguas distante) pelo qual desceram agora as tropas perdidas, de que nesta cidade está muita gente, que do Pará passa a este Reino, para se embarcarem caminho de suas terras às capitâneas de S. Paulo. E finalmente, estas propostas capeadamente querem cativar os Índios, já que o não podem fazer pelos meios violentos e claros, como até agora; porque tanto vale serem entregues nesta forma, e com este assento, aos moradores os Índios com nome de forros, que de escravos.

E continuo respondendo aos mais capítulos, com a suposição das aldeias, que o contrário é cousa indigna de se praticar, e imitarmos o governo dos índios de Castela, em que concorreram cousas de circunstâncias muito diferentes.

7º Os Índios em suas aldeias têm seus párocos, e os que se acham conforme as ordens de Sua Majestade, assistindo ao serviço dos moradores, correm por sua conta, como os mais servos e família, sobre que há curas e vigários, na forma do estilo deste Reino e Conquistas dele.

8º Assistindo em cada aldeia religioso que sempre deve estar assistente, não se necessita mais que da vista aos ditos religiosos sobre seu procedimento, o que de boa razão pertence a seu superior maior.

9º Nas aldeias têm obrigação os párocos delas de ter um livro com clareza de tudo, batismos, casamentos, etc. E quanto às queixas dos índios livres que assistirem, conforme as ordens de Sua Majestade, ao serviço dos moradores, o seu pároco será o que proverá nelas, e se não tirará ao morador sem justa causa, e dando-lhe outro em seu lugar, para o tempo que for obrigado a servi-lo, conforme o estipêndio que lhe há depositado. Isto me parece é o que Sua Majestade ordena em seus regimentos.

10º Fica à discrição das pessoas que Sua Majestade dispõe nas suas ordens; e o principal ponto é pagar-se aos Índios o seu serviço e guardar-se o regimento de Sua Majestade sobre o tempo e mais circunstâncias declaradas nele; porque a justiça é a que conserva tudo.

11º A proposta deste undécimo e último capítulo é importantíssima, e sem a qual se não pode dar passo avante para o melhoramento daquela desamparada cristandade; e se assim não for, nunca crescerá, e de nenhum modo lhes podem ser de aumento religiosos que não saibam a língua, com a qual falta não pode haver catecismo nem administração de sacramentos."

HERESIAS E PERVERSÕES

A Santa Inquisição no Brasil (1591-1595)

Entre os documentos que se referem a detalhes da vida pessoal de colonos e índios, suas crenças, descrenças, fantasias ou hábitos sexuais, nenhum será mais explícito e revelador das condições e conflitos da vida colonial que os registros da Inquisição. Embora haja evidência de processos e atos de natureza inquisitorial nos primeiros tempos da colônia, a presença formal do Santo Ofício no Brasil foi registrada pela primeira vez em 1591-1593, na Bahia, e em 1593-1595, em Pernambuco, já no período de dominação espanhola sobre Portugal e suas colônias. Haverá uma segunda visitação do Santo Ofício no Brasil entre 1618-1620. João Capistrano de Abreu, o grande historiador brasileiro (1853-1927), elaborou para a Série Eduardo Prado, entre 1922 e 1925, a edição das *Confissões da Bahia* (1591-1592) e das *Denúncias da Bahia* (1591-1593). No ano da morte de Capistrano, Rodolfo Garcia preparou e prefaciou o *Livro das Denúncias*

ções... à Cidade do Salvador da Bahia, 1618 (1). O mesmo Rodolfo Garcia preparou e prefaciou, em 1929, o livro da *Primeira Visitação do Santo Ofício, Denúncias de Pernambuco (1593-1595)* para a Série Eduardo Prado. As introduções devidas a estes historiadores iluminam as condições sociais de vida da colônia. Surpreende, nos depoimentos de vítimas e acusadores, a diversidade de hábitos e crenças heterodoxas numa sociedade nascente, que reunia uns poucos milhares de europeus e seus descendentes mestiços. A massa dos servos, índios e negros só excepcionalmente é objeto de confissões ou denúncias. Parece, como sugere Capistrano na introdução às *Confissões da Bahia*, com base em uma informação de Anchieta, de 1585, que o ofício de inquisidor para os pecados e erronias dos índios cabia ao bispo:

(1) *Annaes da Biblioteca Nacional*, vol. 49, 1927.

"(...) Agora tem o bispo D. Antonio Barreiros este officio para com os Índios somente e é nomeado seu coadjutor o padre Luis da Grã, da Companhia, que é agora reitor do colégio de Pernambuco. (...)" (ABREU, 1935: IV)

Da grande variedade de fatos julgados delituosos pela Inquisição, selecionamos um número limitado de testemunhos representativos das várias modalidades de delito: movimentos religiosos nativistas de fundo messiânico, que envolviam não só índios e mestiços mas também colonos brancos socialmente influentes, como o fazendeiro Fernão Cabral de Tayde; feitiçaria; judaísmo e práticas sexuais desviantes. Em relação a esta última categoria, Capistrano fornece uma estatística expressiva. Das cento e vinte e uma confissões da Primeira Visitação do Santo Officio da Bahia, nada menos de quarenta referem-se a casos de homossexualismo e práticas assemelhadas.

Sobre as sentenças dos acusados nos vários processos, sabe-se alguns detalhes presentes nas "Determinações do visitador Heitor Furtado de Mendonça", de 1593, assessorado pelo jesuíta Fernão Cardim e outros padres:

"(...) Tratando-se nesta Mesa se incurriam na Excomunhão da Bula da Cea os que dão Armas a estes gentios Brasis deste Brasil que tem guerra com os brancos e com os índios Cristãos. Assentou-se que não se comprehendem na dita Bula estes gentios, porquanto não são inimigos do nome de Cristo como são os turcos & mouros etc.(...) Depois de nesta Mesa serem sentenciados Alguns homens de culpas cometidas no Sertão, aos quais (por se lhes tirar a ocasião do tornar a cometer tais culpas) foi mandado em suas Sentenças que não tornem mais ao Sertão. Se assentou nela que somente quando os governadores gerais deste Estado mandassem ao Sertão destruir alguma Abusão da chamada Santidade ou dar algum socorro de guerra, ou descobrir minas de metais, salitre e enxofre, Poderão ir os tais Condenados (...)" (MENDOÇA, 1922: 46)

Capistrano de Abreu informa que a indiciada por práticas judaizantes, Anna Roiz, com oitenta anos, cuja confissão é transcrita a seguir, foi queimada pela Inquisição:

"(...) No índice da visitação de Marcos Teixeira lê-se que Anna Roiz fora queimada pela Inquisição. Confessa a matriarca, *infra* 136, que numa doença chegou a tresvariar e dissera, ao que depois ouviu, desatinos, do que não se lembrava. Lembravam-se os denunciantes e tudo levaram aos ouvidos de Heitor Furtado de Mendonça. Esperemos fosse garroteada antes da cremação. (...)" (ABREU, 1935: XVII)

Esta punição extrema não terá sido caso único entre os acusados do Brasil.

* Os originaes dos processos do Santo Officio da Inquisição, Visitações no Brasil, encontram-se no Arquivo da Torre do Tombo. Cópias foram feitas sob a direção do historiador João Lucio de Azevedo. As edições utilizadas são: *Primeira Visitação do Santo Officio às Partes do Brasil, pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça, capelão fidalgo del rey nosso Senhor e do seu desembargo, deputado do Santo Officio: Confissões da Bahia (1591-1592)*, prefácio de J. Capistrano de Abreu, Rio de Janeiro, F. Briguiet (Edição da Sociedade Capistrano de Abreu), 1935; *Primeira Visitação do Santo Officio às Partes do Brasil, pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça...: Denunciações da Bahia (1591-93)*, São Paulo, Série Eduardo Prado, 1925.

CONFISSÕES

"Confissão do Cônego Jacome de Queiros mestiço no tempo da graça
20 de Agosto de 1591

Disse ser cristão-velho natural da capitania do Espírito Santo deste Brasil, mamaluco (mameluco), filho de Manoel Ramalho e de sua mulher Antonia Paes de idade de quarenta e seis anos sacerdote de missa.

E confessando-se disse que haverá sete anos pouco mais ou menos, uma noite nesta cidade levou a sua casa uma moça mamaluca que então seria de idade de seis ou sete anos que andava de noite vendendo peixe pela rua, escrava cativa de Anna Carneira, mulher do mundo, moradora nesta cidade na rua de Bastiam de Faria, à qual moça não sabe o nome, e depois de ele ceiar e se encher de vinho cuidando que corrompia a dita moça pelo vaso natural, a penetrou pelo vaso traseiro e nele teve penetração sem pulção e tanto que sentiu que era pelo traseiro se afastou e tirou dela e isto lhe aconteceu uma vez por seu desatento como dito tem, confessou mais que haverá também sete ou oito anos que querendo corromper outra moça por nome Esperança, sua escrava de idade de sete anos pouco mais ou menos, no dito tempo cuidando que a corrompia pelo vaso natural a penetrou também pelo traseiro e sentindo isso se afastou logo sem polução e também estava ceado e cheio de vinho e lhe aconteceu isto por desatento, a qual escrava ele depois vendeu a Marçal Roiz e está ora casada.

Confissão de Paula de Sequeira cristã-velha no tempo da graça
20 de Agosto de 1591

Disse ser cristã-velha natural da cidade de Lisboa, filha de Manoel Pires ourives de prata, meio flamengo, e de sua mulher Mecia Roiz,

defuntos, salvo que não se afirma se sua mulher é defunta, casada com Antonio de Faria, contador da fazenda del rei nesta cidade, de idade de quarenta anos, moradora nesta cidade na rua de São Francisco.

E confessando suas culpas disse que haverá três anos pouco mais ou menos que Felipa de Sousa, moradora nesta cidade, casada com Francisco Pires, pedreiro junto de Nossa Senhora de Ajuda, a qual ela tem por cristã-nova que foi já casada com outro primeiro marido defunto sergüeiro cristão-novo, lhe começou a escrever muitas cartas de amores e requebros de maneira que ela confessante entendeu que a dita Phelipa de Sousa tinha alguma ruim pretensão. (...)

E porquanto ela confessante já do decurso do dito tempo atrás suspeitava e tinha entendido e por certo que a intenção da dita Phelipa de Sousa era chegar a ter com ela ajuntamento carnal a recolheu consigo para dentro de uma sua câmara e se fechou por dentro e lhe disse por palavras claras que fizessem o que dela pretendia.

Então ambas tiveram ajuntamento carnal uma com a outra por diante, ajuntando seus vasos naturais um com o outro tendo deleitação e consumando com efeito o comprimento natural de ambas as partes como se propriamente foram homem com mulher e isto foi pela manhã, antes de jantar por duas ou três vezes pouco mais ou menos, tendo o dito ajuntamento sem instrumento algum outro penetrante.

E depois que jantaram tornaram a ter outras tantas vezes o mesmo ajuntamento torpe pela dita maneira, usando ela confessante sempre do modo como se ela fora homem, pondo-se de cima. (...)

Confissão do Cônego Bertolameu de Vascoçellos cristão-velho na graça
20 de Agosto de 1591

Disse ser cristão-velho inteiro natural desta cidade, filho de Antonio d'Olyveira do Carvalhal, e de Dona Luzia de Mello, de idade de trinta e dois anos, cônego prebendado na Sé desta cidade, nela morador.

E confessando disse que haverá quatro ou cinco anos que nesta capitania serviu a seu irmão Manoel de Mello, ora estante nas Índias de Castela, um homem por nome Gaspar Roiz que ora poderá ser de trinta anos de idade, o qual dizem que foi cativo já de mouros ou turcos.

E estando o dito Gaspar Roiz na fazenda do dito Manoel de Mello seu irmão, um negro de Guiné por nome Mathias que então poderia ser de dezoito anos, cativo do dito seu irmão Manoel de Mello, que ora está na dita fazenda de Jaguaripe, em poder de sua cunhada mulher do dito seu irmão, Dona Francisca, descobriu e declarou a ele confessante que o dito Gaspar Roiz pecava com ele no pecado nefando de sodomia tendo ajuntamento carnal com ele, penetrando com seu membro desonesto no seu vaso traseiro e tendo aí poluição e comprimento com efeito e consumação assim como faz um homem com uma mulher, sendo sempre ele Mathias negro o paciente (...).

Confissão de Lianor Carvalha cristã-velha no tempo da graça
2 de Agosto de 1591

Disse ser cristã-velha natural de Arzilla, filha de Francisco Carvalho e de Mor Lopez, ele era clérigo, prior de Arzilla, viúva mulher que foi de Lopo de Rebello, escrivão da alçada deste Brasil, já defunto, de idade de sessenta anos pouco mais ou menos, moradora nesta cidade.

E acusando-se disse que sendo ela moça de quinze anos em Arzilla entrou em uma esnoga de judeus na qual não havia cruz nem imagem de Deus nem de Santos senão uma cantareira com um frontal de pano da Índia pintado, na qual cantareira estavam uns rolos que diziam serem de pergaminhos enfronhados em uns sacos de pano de linho e defronte estava dependurado um alampadário de muitas torcidas de azeite, acesas, e estavam alguns judeus assentados num banco, falando alto, entoado em toada de be, be estando um moço com um livro nas costas servindo de estante.

E ela confessante entrou no dito tempo na dita esnoga uma vez somente em companhia de Cateryna Afonso, mulher de Fernão de Matos, do hábito de Cristo, moradora em Lisboa não sabe onde, cristã-velha, e de outras que lhe não lembram.

E entrando na dita esnoga sem fazer mesura nem reverência disse estas palavras, Deus vos salve lei bem escrita e mal entendida, parecendo-lhe que dizia uma boa oração por assim lhe ensinar que dissesse a dita Caterina Afonso, e que da culpa que disto tem pede perdão nesta mesa dentro neste tempo de graça.

E sendo perguntada mais disse que sua intenção quando entrou na dita esnoga não foi mais que ver aquilo por curiosidade e que o sentido que ela tomou das ditas palavras que disse foi entender que a lei era bem escrita por Deus e mal entendida pelos judeus. (...)

Confissão de Ana Roiz cristã-nova na graça
1 de Fevereiro de 1592

Disse ser cristã-nova natural de Covilhã e criou-se na Sertam, filha de Diogo Dias, mercador, cristão-novo, e de sua mulher Villante Lopez, já defuntos, viúva mulher que foi de Heitor Antunes, cristão-novo, mercador, defunto, de idade de oitenta anos.

E confessando-se disse que de quatro ou cinco anos a esta parte não come cação fresco porque lhe faz mal ao estômago mas que o come salgado assado e outrossim não come raia mas que nos outros tempos atrás comia raia e cação e que de dois anos a esta parte costuma muitas vezes, quando lança a benção a seus netos dizendo: a benção de Deus e minha te cubra, lhes põe a mão estendida sobre a cabeça depois que lhe acaba de lançar a benção e que isto faz por desastre.

E que haverá quinze anos pouco mais ou menos que morreu o dito seu marido Heitor Antunes e que no tempo do nojo da sua morte

ela esteve assentada detrás da porta também por desastre por acontecer ficar ali assim a jeito seu assento.

E que haverá trinta e cinco anos que estando ela na Sertam morreu um filho por nome Antão e depois que morreu lançou e mandou lançar água fora dos potes água que estava em casa fora e por nojo de sua morte esteve os primeiros oito dias sem comer carne e estas cousas (não) saber que eram de judia porque lhas ensinou uma sua comadre cristã-velha, Ines Roiz, parteira, viúva, cujo marido fora um carpinteiro, a qual ora já é defunta e no dito tempo era muito velha e morava defronte dela confessante na dita Sertam em Portugal, a qual lhe ensinou isso dizendo ser bom e por isso o fez e cuidando ela ser isto bom o ensinou também neste Brasil a suas filhas dona Lianor mulher de Anrique Monis e Beatriz Antunes mulher de Bastiam de Faria. (...)

E perguntada quanto tempo há que ela confessante começou a ser judia e a deixar a fé de Nosso Senhor Jesus Cristo respondeu que nunca até agora foi judia e sempre até agora teve a fé de Nosso Senhor Jesus Cristo mas que fez as ditas coisas e cerimônias sem intenção alguma de judia, não entendendo nem sabendo que eram cerimônias judaicas mas parvoamente as usava por lhas terem ensinado como dito tem. (...)

E logo pelo dito senhor visitador lhe foi dito que esta mui forte presunção contra ela, que é judia e vive na lei de Moisés e se afastou da nossa santa fé católica e que não é possível fazer ela todas as ditas cerimônias de judeus tão conhecidas, e sabidas serem cerimônias dos judeus como botar água fora quando alguém morre e não comer oito dias carne no nojo e jurar pelo mundo que tem a alma do defunto e não comer cação, nem raia e pôr a mão na cabeça aos netos quando lhe lançava a benção, tudo isto são cerimônias manifestamente judaicas e que ela não pode negar e que por isso fica claro que ela é judia e que as fez como judia. (...)

Confissão de Heitor Gonçalves cristão-velho na graça.
5 de Fevereiro de 1592

Disse ser cristão-velho natural da ilha de Santa Maria, filho de Belchior Luis e de sua mulher Margarida Gonçalves, de idade de trinta anos pouco mais ou menos, casado com Caterina de Gois, cristã-velha, morador em Toque Toque, lavrador.

E confessando-se disse que sendo ele moço de idade de oito até quatorze anos pouco mais ou menos, foi pastor de gado na própria ilha e nesse tempo dormiu carnalmente por muitas vezes em diversos tempos e lugares com muitas alimárias, ovelhas, burras, vacas, éguas, metendo seu membro desonesto pelos vasos das ditas alimárias naturais delas como se ele fora animal bruto de semelhante espécie e muitas vezes cumpriu dentro nos ditos vasos das ditas alimárias, consumando o pecado contra a natura de bestialidade e que lhe lembra que cinco vezes cumpriu por ser já então de idade para isso. (...)

Confissão de Domingos Fernâdes, Nobre de alcunha tomacauna
mestiço cristão-velho no tempo da graça
do Recôncavo no último dia dela.
11 de Feveirciro de 1592

Disse ser cristão-velho natural de Pernambuco costa deste Brasil, mamaluco, filho de Miguel Fernandes, homem branco, pedreiro, e de Joana, negra do gentio deste Brasil, defuntos, de idade de quarenta e seis anos, casado com Isabel Beliaga, mulher branca, cristã-velha, morador nesta cidade e não tem ofício.

E confessando suas culpas disse que de idade de dezoito anos até idade de trinta e seis anos viveu como homem gentio não rezando nem se encomendando a Deus cuidando que não havia de morrer nem tendo conhecimento de Deus, como verdadeiro cristão e posto que se confessava pelas quaresmas era por cumprir com a obrigação, e sua vida no dito tempo foi mais de gentio que de cristão, porém nunca deixou a fé de Cristo e essa teve sempre em seu coração.

Confessou que haverá vinte e dois anos pouco mais ou menos que em Pernambuco pecou no pecado da carne com duas moças suas afilhadas das quais ele foi padrinho quando sendo elas gentias as batizaram e fizeram cristãs parecendo-lhe que tanto pecado era dormir com elas sendo suas afilhadas como se o não foram.

Confessou que haverá vinte anos pouco mais ou menos que ele foi ao sertão de Porto Seguro em companhia de Antonio Dias Adorno, à conquista do ouro, e no dito sertão ele usou dos usos e costumes dos gentios, tingindo-se pelas pernas com uma tinta chamada urucu, e outra jenipapo, e empenando-se pela cabeça de penas e tangendo os pandeiros dos gentios, que são uns cabaços com pedras dentro, e tangendo seus atabaques e instrumentos, bailando com eles, cantando suas cantigas gentílicas pela língua gentílica que ele bem sabe e que estas cousas fez por dar a entender aos gentios do dito sertão que ele era valente e não os temia por andarem sempe em guerra.

Confessou que haverá dezesseis anos poucos mais ou menos que por mandado de Joam de Brito d'Almeida, que foi governador nesta capitania na ausência do governador seu pai Luis de Brito que ia para a Paraíba, foi ele confessante ao sertão de Arabo, por capitão de uma companhia, a fazer descer o gentio para povoado, na qual jornada gastou quatro ou cinco meses e no dito sertão ele tinha mulheres, duas, ao modo gentílico, as quais eram gentias, filhas de gentios que lhas davam por mulheres e se tangia ao seu uso gentílico e bailava e cántava e tangia com os gentios ao seu uso gentílico e se riscou pelas coxas, nalgas e braços, ao modo gentílico, o qual riscado se faz rasgando com um dente de um bicho, chamado paca, e, depois de rasgar a carne levemente, pelo couro esfregam por cima com uns pós pretos, e depois de sarado ficam os labores pretos impressos nos braços e nas nalgas, ou onde os põem, como ferretes, para sempre.

O qual riscado costumam fazer os gentios em si, quando querem mostrar que são valentes, e que tem já morto a homens, e por ele confessante se ver então em um aperto dos gentios que se levantavam contra ele se fez riscar por um negro, do dito modo, para se mostrar

valente e assim escapou, porque vendo isso os gentios lhe fugiram e então se riscou então com ele pela dita maneira Francisco Affonso Capara, morador em Pirajója, termo desta cidade.

Confessou que haverá quinze anos pouco mais ou menos que tornou ao mesmo sertão de Arabo, desta capitania, por mandado de dito governador Luis de Brito, por Capitão doutra Capitania, a fazer descer gentios para o povoado, na qual jornada gastou alguns seis meses, e no dito sertão lhe deram também os gentios suas filhas gentias por mulheres e tinha duas e três juntamente por mulheres, como qualquer gentio, e bebia com eles o seu fumo, que é o fumo de uma erva que em Portugal chamam a erva santa, e bebia com eles os seus vinhos e bailava e tangia, e cantava com eles, ao seu modo gentilico e andava nu como eles e chorava e lamentava propriamente como eles ao seu uso gentilico, as quais coisas todas fazia, em descrédito da lei de Deus por que os ditos gentios vendo-o fazer as ditas cousas o tinham também por gentio e lhe chamavam sobrinho e estas cousas fazia (tendo em seu coração a fé de Cristo) para os gentios lhe darem bom tratamento.

Confessou que haverá treze ou quatorze anos que por mandado do mesmo governador tornou ao sertão dos Ilhéus onde gastou quatorze meses e nele se empenou pelo rosto com almécega e se tingiu com a tinta vermelha de urucu, ao modo gentilico, e teve sete mulheres gentias que lhe deram os gentios e as teve ao modo gentilico e tratou com eles e bebeu seus vinhos e fez seus bailes e tangeres e cantares tudo como gentio.

E por que eles se levantaram contra ele e seus companheiros, eles confessante e Joam de Remirão senhor do engenho seu em que mora vizinho de Tasuapina desta capitania, se fingiram serem feiticeiros da maneira que os gentios costumam ser dizendo que lhes haviam de lançar a morte para todos morrerem e fazendo algumas invenções e fingimentos para que eles assim o cuidassem e para escaparem que os não matassem como escaparam.

Confessou que haverá vinte anos, no sertão de Pernambuco no Rio de São Francisco deu uma espada e rodela e adagas e facas grandes de Alemanha e outras armas aos gentios que são inimigos dos cristãos, e os matam e guerreiam, quando tem lugar para isso.

Confessou que haverá cinco ou seis anos pouco mais ou menos que no sertão desta cidade se levantou entre os gentios uma erronia e abusão a que eles chamavam Santidade e tinham um gentio a que chamavam Papa o qual dizia ser Deus e a outros chamavam Santos e a uma gentia chamavam mãe de Deus e a outras chamavam santas e faziam entre si batismos com candeias acesas lançando água pelas cabeças dos batizados e punham-lhe nomes a seu modo, os quais batismos fazia o dito chamado Papa, autor e inventor da dita erronia e abusão, o qual se chamava Antonio e era do gentio deste Brasil e se criou em casa dos padres da Companhia de Jesus, no tempo que eles tinham aldeias em Tinhare, capitania dos Ilhéus, donde ele fugiu para o sertão.

E ordenou a dita erronia arremedando e contrafazendo os usos da igreja cristã, fazendo os ditos batismos e fazendo igrejas com altares

e pias de água benta e mesas de confrarias, e tocheiros e contas de rezar e sacristia e tinham no altar um idolo, de uma figura de animal que nem demonstrava ser homem, nem pássaro, nem peixe, nem bicho, mas era como quimera no qual adoravam e a dita negra chamada mãe de Deus era mulher do dito chamado Papa ao seu uso gentilico. (...)"

DENUNCIÇÕES

"Contra Maria Gonçalves Arde-lhe-o-rabo
9 de Agosto de 1591
(Caterina Fernandes, que não sabia assinar)

Disse ser cristã-velha natural da vila de Estremoz em Portugal donde veio degredada para este Brasil por cinco anos por ser culpada na morte de um homem, filha de Pero Fernandes, almocreve, e de sua mulher Maria Lopes, já defunta, casada com Gaspar Roiz, marinheiro, em Monte Calvário, freguesia da Sé desta cidade, de idade de trinta anos.

E denunciando disse que haverá quatro meses que Domingas Gonçalves, cristã-velha, sua vizinha, mulher de Antonio Pires, calafate, lhe rogou que dissesse a Maria Gonçalves, vizinha também, que se ela não havia de fazer aquilo que a não enganasse e lhe tornasse o que lhe tinha dado.

E por ela denunciante não entender então o que aquilo era o disse assim à dita Maria Gonçalves e ela lhe respondeu estas palavras, por muito que ela me dê muito mais lhe mereço porque eu ponho-me à meia-noite no meu quintal com a cabeça ao ar com a porta aberta para o mar e enterro e desenterro umas botijas e estou nua da cinta para cima e com os cabelos e falo com os diabos e os chamo e estou com eles em muito perigo, e eu perdi uns papéis em que iam embrulhados uns pós os quais depois que eu acabar esta devoção hei de ir onde está o mancebo e botar-lhos por cima e ele logo há de ir rogar à moça e seu irmão achou-me estes papéis.

Dizei-lhe que mos torne para acabar isto e senão hei de tornar a desfazer o que tenho feito e se porventura cuidam que levando-os ao bispo me hão de fazer nojo eu sou como o gato que sempre cai em pé. (...)

Contra Joanne, negro da Guiné e Francisco manicongo
21 de Agosto de 1591
(Matias Moreira)

Disse ser cristão-velho natural de Lisboa, filho de Isabel Guomez e de seu marido que morreu primeiro que ele nascesse e por isso não lhe sabe o nome.

E denunciando disse que haverá três meses que dentro no colégio da companhia de Jesus onde ele é morador nesta cidade entraram uma noite dois negros a furtar, a saber Joane de Guiné, escravo de Bastiam de Faria, morador no Rio de Matoim, e outro negro de Guiné

cujo nome não sabe que tem uma perna inchada muito mais grossa que a outra, escravo de Guiomar Fernandes, viúva, mulher que foi de Jorge Fernandes, sapateiro, defunto, moradora nesta cidade.

E prendendo-se os ditos negros dentro no dito colégio na dita noite, o dito escravo da perna inchada disse que o dito Joane o trouxera ali e que tinha pecado com ele no pecado nefando ao que respondeu o dito Joane que mentia e isto falavam pela língua a qual ele denunciante muito bem entende.

E quando isto aconteceu estava presente um Padre da Companhia, Joam Roiz, o qual os não entendeu porque não sabe a língua.

E antes disto acontecer foi o dito Joane, escravo do Colégio da Companhia desta cidade, e nele se veio a descobrir que ele cometia para o dito pecado nefando por muitas vezes a outro negro de Guiné, por nome Duarte, escravo do dito Colégio, o qual Duarte por não querer consentir o descobriu e por essa causa os padres do colégio venderam o dito Joane ao dito Bastiam de Faria que ora o tem.

E declarou que o dito Joane que no dito pecado usa do ofício de mulher e isto, digo de fêmea, e isto sabe pelo dito Duarte que descobriu que o cometia para que ele Duarte usasse de macho.

Denunciou mais que ele sabe, que em Angola e Congo nas quais terras ele denunciante andou muito tempo e tem muita experiência

delas é costume entre os negros gentios trazerem um pano cingido com as pontas por diante que lhe fica fazendo uma aberta diante, os negros sodomíticos que no pecado nefando servem de mulheres pacientes, aos quais pacientes chamam na língua de Angola e Congo jinbandaa que quer dizer sodomíticos pacientes e que nesta cidade está um negro por nome Francisco de Congo, cativo de Antonio Pires, sapateiro, morador abaixo da Misericórdia, do qual Francisco ele denunciante ouviu nesta cidade fama entre os negros que ele era sodomítico.

E nesse mesmo tempo depois de ouvir esta fama viu ele denunciante ao dito Francisco trazer um pano cingido assim como na sua terra em Congo trazem os sodomíticos pacientes como dito tem, e logo o repreendeu disso e o dito Francisco lhe respondeu que ele não usava de tal e o repreendeu também porque não trazia vestido o vestido de homem que lhe dava seu senhor dizendo-lhe que em ele não querer trazer o vestido de homem mostrava ser sodomítico paciente pois também trazia o dito pano do dito modo e contudo lhe negou que não usava tal.

E depois o tornou ainda duas ou três vezes a ver nesta cidade com o dito pano cingido e o tornou a repreender e já agora anda vestido em vestido de homem e quando o repreendeu não estava mais outrem presente. (...)"

Sacerdotes Desviantes

Antonio de Gouveia. *O Padre do Ouro* (1571-1575)

O padre Antonio de Gouveia, ex-jesuíta, foi um desses personagens complexos e contraditórios do primeiro século da história do Brasil que se notabilizou pela manipulação dos conhecimentos e superstições de seu tempo, transformando-os em modos de influir não só sobre os dirigentes e colonos do Brasil mas, também, sobre os índios, que enganava e escravizava com suas artes de prestidigitador. Nasceu por volta de 1528 nos Açores e, após estudar latim em Coimbra, retórica em Siena, teologia e rudimentos de medicina em Roma, entrou para a Companhia de Jesus em Portugal, em 1556, abandonando-a logo depois. No ano seguinte foi recolhido aos cárceres da Inquisição, suspeito de práticas de alquimia e de invocações diabólicas. Alfredo de Carva-

lho, no texto em que transcreve o segundo processo de Antonio de Gouveia na Inquisição, cita algumas declarações do indiciado que são reveladoras de seu universo de crenças:

"(...) declarou não saber nigromancia, ou alguma ciência de invocar demônios, ou quiromancia, mas, ser versado em astrologia judiciária, e revelou a receita para fazer ouro potável que empregava na cura de varias enfermidades; inquirido novamente a 17 seguinte, disse que as curas e a previsão de sucessos futuros lhe eram revelados pela imaginação, sem que se lhe manifestasse visão alguma (...) Antonio Gouveia agitou-se em pleno maravilhoso, confessando que o demônio lhe falara, com voz clara e distinta, sem que visse figura alguma, e que lhe ensinara a entrar pelo mar adentro, a pé enxuto, para dali trazer tesouros (...) dias depois o demônio ofereceu-lhe, em troca da posse de sua alma, ensinar-lhe o segredo de se tornar invisível, o que, porém, se arreceou de aceitar. (...)" (CARVALHO, 1929: 55-56)

Em 1561 o padre Gouveia foi condenado ao cárcere e à suspensão de ordens religiosas. Depois de fugir à prisão e ser condenado às galés, escapou novamente, e andou vagando por dois anos pela Itália, França e Alemanha, "no meio de heresias". Voltou depois a Portugal e enfrentou de novo o Tribunal da Inquisição, sendo degredado para o Brasil em fins de 1567. Em agosto de 1569 o padre Antonio de Gouveia estava na Bahia, onde se fez íntimo do bispo D. Pedro Leitão, que devolveu-lhe as ordens religiosas e o usou como intermediário na aquisição de escravos. No mesmo ano, Antonio de Gouveia se encontrava em Pernambuco, já então apelidado o *Padre do Ouro*, onde conquistou a amizade do donatário Duarte Coelho de Albuquerque:

"(...) mercê dos seus conhecimentos de ciências naturais, da miragem de opulentas minas de ouro e prata, que prometia descobrir nos sertões da capitania, dos serviços valiosos que prestou nas correrias contra os indígenas, centenas dos quais cativou, exterminando tribos inteiras, e não menos do partido que por ele tomou no conflito com os jesuítas, empenhados em obstar o massacre e a escravização dos índios. (...)" (CARVALHO, 1929: 57-58)

O *Padre do Ouro* esteve envolvido nas guerras de extermínio e de escravização dos índios do litoral da Paraíba e Pernambuco, agravadas com a repressão geral após a morte do bispo D. Pero Fernandes Sardinha pelos índios Caeté. Frei Vicente do Salvador dá notícia dessas guerras e da participação que nelas teve o *Padre do Ouro*:

"(...) À fama destas duas vitórias ficou todo o gentio desta costa até o rio de São Francisco tão atemorizado que se deixaram amarrar dos brancos como se foram seus carneiros e ovelhas. E assim iam em barcos por esses rios e os traziam carregados deles a vender por dois cruzados, ou mil réis cada um, que é o preço de um carneiro. Isto não faziam os que temiam a Deus, senão os que faziam mais conta dos interesses desta vida que da que haviam de dar a Deus. E principalmente veio um clérigo a esta capitania, a que vulgarmente chamavam o Padre do Ouro, por ele se jactar de grande mineiro e por esta arte era mui estimado de Duarte de Albuquerque Coelho e o mandou ao sertão com trinta homens brancos e duzentos índios, que não quis ele mais. Nem lhe eram necessários porque, em chegando a qualquer aldeia do gentio, por grande que fosse, forte e bem povoada, depenava um frangão, ou desfolhava um ramo, e quantas penas ou folhas lançava para o ar tantos demônios negros vinham do inferno lançando labaredas pela boca, com cuja vista somente ficavam os po-

bres gentios, machos e fêmeas, tremendo de pés e mãos e se acolhiam aos brancos que o padre levava consigo, os quais não faziam mais que amarrá-los e levá-los aos barcos e aqueles idos, outros vindos, sem Duarte Coelho de Albuquerque, por mais repreendido que foi de seu tio e de seu irmão Jorge de Albuquerque, do reino, querer nunca atalhar a tão grande tirania, não sei se pelo que interessava nas peças que se vendiam, se porque o padre mágico o tinha enfeitado. E foi isto causa para que el-rei D. Sebastião o mandasse ir para o reino, donde passou e morreu com ele em África e ficou a capitania a seu irmão Jorge de Albuquerque Coelho (...) E o Padre do Ouro também foi preso em um navio para o reino, o qual arribou às ilhas, donde desapareceu uma noite sem mais se saber dele. (...)" (SALVADOR, 1965: 198-99)

* Processo do Padre Antonio de Gouveia na Inquisição de Lisboa. O original encontra-se no Arquivo da Torre do Tombo, *Inquisição de Lisboa*, n. 5.158. A edição utilizada é a de Alfredo de Carvalho, *Aventuras e Aventureros no Brasil*, Rio de Janeiro. Empresa Graphica Editora - Paulo Pongetti, 1929: 63-95.

"Autos de Antonio de Gouveia, clérigo de Missa natural da ilha da Praia, preso no cárcere da Santa Inquisição desta cidade de Lisboa, e veio preso do Brasil, etc.

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil quinhentos setenta e um anos. Aos dez dias do mês de setembro do dito ano Manuel Luiz, mestre que disse ser da nau São João, entregou preso Antonio de Gouveia conteúdo nestes autos, ao alcaide Francisco Dias, no cárcere do Santo Ofício desta cidade de Lisboa, e ele se houve por entregue do dito preso e assinou aqui Manuel Antunes, notário do Santo Ofício, o escrevi. — Francisco Dias.

Mui magníficos senhores. — Manuel Luiz, natural da Vila de Conde, mestre da nau São João, que ora parte deste porto de Pernambuco, partes do Brasil, leva preso em ferros ao padre Antonio de Gouveia, que nesta capitania prendi por comissão do senhor bispo Dom Pedro Leitão, bispo do Brasil, como constará dela que vai junta aos autos da prisão, que foram feitos em pleno eclesiástico e outro pelo secular, com outros papéis. O trabalho que na sua prisão tive foi imenso, por ter os principais por si; culpas não mando, porque não me mandaram mais que a prisão lá vai. Vossas Mercês lhes lembre que o Brasil que é terra nova e que não quer homens que saibam muito. Ao mestre mandem pagar o frete, porque é homem pobre e não recusou levá-lo, cousa que nestas partes é muito de agradecer, porque nesta terra não dão tanto pelas cousas do Santo Ofício como nessa, nem saem pela honra de Deus a terreiro como fazem os cristãos. Que nesta prisão não faltou mais que arrepelarem-me, até me mandarem para Itamaracá e que não estivesse na capitania de Pernambuco, tudo por prender ao dito padre. Façam justiça como sempre fazem, porque o mesmo eu farei quando dessa santa mesa me mandado for; e todas as vezes que for necessário porei a vida por cousas tocantes a ele. (...)

Traslado do auto feito contra o padre Antonio de Gouveia. — Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e quinhentos

e sessenta e nove anos. Ao primeiro dia do mês de Outubro do dito ano, em esta vila de Olinda, Nova Lusitânia, capitania do senhor Duarte Coelho d'Albuquerque, partes do Brasil, nas pousadas do muito reverendo padre Silvestre Lourenço, provisor e vigário geral no espiritual e temporal nesta dita capitania e ilha de Itamaracá, pelo muito ilustre senhor Dom Pedro Leitão, bispo da cidade do Salvador e terras do Brasil, comissário geral por autoridade apostólica em todas as capitanias e lugares da dita costa, do conselho d'El-Rei Nosso Senhor, etc. Pelo dito padre vigário foi mandado a mim escrivão, que fizesse um auto em como à sua notícia era vindo por denúncias secretas, que pessoas lhe fizeram, em como o padre Antonio de Gouveia, que a esta vila viera da Bahia, tinha feito e fazia muitas cousas que tocavam à nossa santa fé católica, dando de si mostras de mau cristão, a saber: que indo ele desta vila pelo sertão adentro, entre o gentio, dizendo que ia descobrir minas de prata e de ouro, ele levava ornamentos, que diziam ser de Inglaterra e de luteranos, convém saber vestimenta, e assim levava cálice sagrado e pedras de ara, e corporais e hóstias, com os ditos ornamentos, sem saber se era a vestimenta sagrada, dissera por muitas vezes missa nos campos desertos, entre o gentio com quem andava em guerra, e ali consagrava o corpo do Nosso Senhor Jesus Cristo e o seu verdadeiro sangue em lugares muito perigosos e entre infiéis muito defeso e proibido pelo Santo Concílio Tridentino; fazendo estações e admoestações de pregações e, não embargante isto, nos próprios dias e tempos em que celebrava, andava em guerras com o dito gentio, nas quais guerras matou e mandou matar muito gentio e cativou e logo mandou ferrar no rosto, pondo-os em ferros, tomando-lhes por força suas mulheres e fazendas, e aonde chegava em aldeias de paz, depois de o agasalharem os principais debaixo de paz, os mandava meter em ferros e por sua mão os açoutava e mandava açoutar, e fazer-lhes maus tratamentos, e aos que salteava e mandava saltar, depois de os ter em seu poder os fazia cristãos sem o eles pedirem, dos quais muitos lhe fugiram, e outros por mandado do governador, por achar serem salteados e havidos de mau título, os mandava tornar à sua liberdade e terras deles, feitos cristãos se tornavam entre seus parentes e gentio, sem terem nenhum princípio de fé. E que assim andando no dito sertão, a um homem que consigo levava, lhe tomou uma índia forra cristã, que consigo levava, a qual diziam e que era certo que para dormir com ela, e pela dita índia fugir ao dito homem, por nome Christovão Coelho, o tomou como justiça e o meteu em ferros e lhe deu tratos de cordel pelos buchos dos braços por suas próprias mãos, e que dissesse e confessando se sabia parte da dita índia, de que o dito homem esteve muito doente e muito maltratado, de muitas pancadas e chineladas que por sua própria mão lhe deu, de que lhe tirou muito sangue. E logo, sem reconciliação, tornou no dito sertão a dizer missão; e assim sendo defeso pelo Santo Concílio os desafios, ele desafiou a um Francisco Mendes, homem leigo, e o tomou pela mão tomando armas, convém saber uma espada e uma adarga; dizendo-lhe com muita ira que se fosse matar com ele, e o dito Francisco Mendes lhe respondera que por defeso pelo Santo Concílio o não fazia, nem o aceitava por ele ser clérigo. O qual padre Antonio de Gouveia, tendo passado isto, ao outro dia seguinte disse missa no campo, que seriam setenta ou oitenta léguas de povoações de cristãos alongado, sem reconciliação com o dito Francisco Mendes, antes na estação que então fez disse

publicamente que não havia direito que o obrigasse nem mandasse conciliar-se com nenhuma pessoa com quem houvesse brigas, e que assim o sustentaria porque o entendia melhor que ninguém, e que estas e outras muitas cousas era informado que fizera como mau cristão e que era informado que o dito Antonio de Gouveia já fora preso por a Santa Inquisição, e que fora penitenciado a galés, donde fugira, e que se jactava publicamente de falar com os demônios e de os entender, mostrando que adivinhavam muitas cousas, que dizia publicamente que era muito melhor serem os cristãos comidos do gentio que serem sepultados e comidos dos bichos, e que assim o sentenciaria. E porque ele padre vigário, por estas cousas serem tocantes à nossa Santa Fé Católica, ele queria tirar testemunhas que lhe nomeavam, convém a saber: a D. Felipe de Moura, João Tavares, Manuel de Azevedo, Christovão Coelho, Vasco Paes, Francisco Mendes de Leão, Affonso Paes, Manuel Vaz, Bartholomeu Ledo, Francisco Rodrigues, sapateiro, Cyprião Martins, Francisco Gomes, Thomaz Leitão, Diogo Nobre, Vasco Machado, Pero da Grã, Jorge Leitão, Affonso Vaz de Azevedo, Manuel Lopes, Gomes Martins, Miguel Paes e outros muitos, mandava fazer este auto, em que assinou Pero Cardigo, escrivão do eclesiástico, que o escrevi, Silvestre Lourenço. (...)

Muito reverendo padre Antonio de Gouveia. — Muito espantado fiquei em virem de lá barcos sem carta vossa para mim; não sei a que o ponha, se a serdes descuidado, se vos lembrarem já pouco minhas cousas. Peço-vos muito que me escrevais muitas novas de vós e da terra, se se acha algum ouro, ou prata nela, e se tendes alguma amostra, e como estais com esta gente, e com os apóstolos, que me escreveram que vos mandasse daí, e o que pregareis. E não fez bem o vigário Silvestre Lourenço descobrir o segredo que lhe eu tanto tinha encomendado, que bem lembrará a vossa reverendíssima que lhe escrevi que o deixasse pregar e dizer missa e administrar todos os sacramentos, e que dissesse que vossa reverendíssima trazia demissão do Papa, e que não falasse nada em mim, o que ele tudo fez pelo contrário, descobrindo tudo ao padre Rodrigo de Freitas, porque assim o escreveu cá. Confio em Nosso Senhor que me levará lá cedo, para pagar estas boas obras e outras muitas. Peço-vos que não entendam de vós que vos tenho dado a tal licença, por me não ser mexericado com o Cardeal, até que tenhais a vossa demissão de Portugal. Lá mando, por este meu criado Luiz de Góes, comprar alguns escravos de que tenho muita necessidade. Bem sei que não era necessário incomodar-vos-lo que o favoreçais. Mandai-me dizer se tendes algumas novas do reino; as de cá o portador vo-las dará. Trabalhai com que me paguem lá meus ordenados, porque importa muito à minha honra pagar umas dívidas que devo em Portugal há dez anos. Nosso Senhor acrescente a vida de vossa reverendíssima e honra por muitos anos, para seu santo serviço. Amém. Do Salvador, a 20 de agosto de 1569 anos. Do vosso grande amigo — Bispo do Salvador — (Sobrescrito) — Ao muito reverendo padre Antonio de Gouveia, doutor em santa teologia, etc. Em Pernambuco. (...)

Mui magníficos senhores. — Este réu Antonio de Gouveia, clérigo, há muitos dias que está preso neste cárcere e não me dão culpas por onde o obrigue. Vossas mercês mandem prover no caso de seu livramento, como for justiça e serviço de Nosso Senhor, *et ita peto*.

Pode o promotor falar a Sua Alteza, quando vier a esta cidade, nestes autos de Antonio de Gouveia, e dizer-lhe que não há culpas contra ele. E que se deve tomar conclusão sobre isso, visto o muito tempo que há que está preso.

Já falei a Sua Alteza neste caso, estando em São Bento. Respondeu-me que ele proveria, que o deixasse estar; e isto foi no mês de novembro de 573, vindo de Belém, das exéquias da princesa.

Aos trinta dias do mês de dezembro de setenta e cinco anos, em Lisboa, nos estaus, na casa do despacho da Santa Inquisição, estando aí os senhores inquisidores, perante eles compareceu, por pedir audiência, Antonio de Gouveia, preso neste cárcere, ao qual foi dado juramento dos santos evangelhos, em que pôs sua mão e prometeu dizer verdade. E disse que ele havia três anos e três meses que estava preso neste cárcere e mais tempo, sem até agora se tomar com ele conclusão alguma, e que a prisão o molestava muito por ser tão contínua e ele não sentir culpas obrigatórias a este Santo Ofício por onde houvesse de ser detido tanto tempo neste cárcere, vinha pedir a suas mercês que o quisessem, despachar ou lhe dar culpas, que contra ele tenham, para se defender e livrar delas e provar sua inocência. E por eles senhores inquisidores foi dito que proveriam no caso como fosse serviço de Nosso Senhor e bem de justiça. E de tudo mandaram, a mim notário, fizesse este termo, que assinei juntamente com o dito Antonio de Gouveia. Leonardo Pereira, notário apostólico o escrevi. — Jorge Gonçalves Ribeiro. — Antonius Gouveanus. — Simão de Sá Pereira.

Traslado de uma culpa que acresce a Antonio de Gouveia do processo de João Bezerra.

Aos dez dias do mês de janeiro de mil quinhentos setenta e cinco anos, em Lisboa, nos estaus, na casa do despacho da Santa Inquisição, estando aí os senhores inquisidores, perante eles compareceu, por pedir audiência, João Bezerra, preso neste cárcere, ao qual foi dado juramento dos santos evangelhos, em que pôs sua mão e prometeu dizer verdade. E disse que era de mais lembrado que estando neste cárcere, em companhia de Antonio de Gouveia e do Henrique Flamengo, e contou ao dito Antonio de Gouveia certa coisa que passara com Manuel do Quintal e com Antonio da Fonseca e com Simão Lopes, em Veneza, e como Antonio da Fonseca mandara mil e duzentos cruzados a Veneza a um seu sobrinho judeu, por nome Abrahão Aboá, e que lhos dava cada ano o dito Simão Lopes, de Veneza, declarando também ao dito Antonio de Gouveia como o dito Simão Lopes tinha também ânimo de judeu, e contando-lhe também o que passara aquela noite com Manuel do Quintal, a isto lhe respondeu o dito Antonio de Gouveia que não dissesse aquelas cousas na mesa, porque se algum dia fossem a Veneza, onde ele Antonio de Gouveia esperava ir, que ele Antonio de Gouveia aproveitaria a ele confessante de mil ducados e mais ainda, porque o diria aos ditos Antonio da Fonseca e Manuel do Quintal, e a Simão Lopes, como ele confessante os havia encoberto, e os não acusara, e que não falasse em Isaac Lindo, nem em Joseph Aboá de quem tem dito, porque ele dito Antonio de Gouveia imaginava conselhos e que esperava sair daqui, e que falaria com eles e lhes diria como ele confessante os não acusara, e o faria aproveitar de muito dinheiro. (...)"

O Padre Manoel de Moraes na Inquisição (1640-1646)

O processo do padre Manoel de Moraes — mestiço da capitania de São Vicente, ex-missionário jesuíta na Paraíba, passado aos holandeses depois de sua captura, convertido ao protestantismo, casado e membro de uma comunidade evangélica da Holanda e, finalmente, tornado espontaneamente ao Brasil, preso e julgado pela Inquisição — é um documento exemplar das contradições e lealdades conflitantes do Brasil do século XVII. O desfecho inesperado de seu processo no Santo Ofício, que o livra das culpas acumuladas de apostasia religiosa e de traição política e militar, deixando-o, ao fim, livre e reconciliado, é um dado complementar da história desse homem singular, vivendo em uma situação de crise

permanente por sua origem indígena, imerso na situação colonial.

O relevante na história de vida de Manoel de Moraes é a extrema capacidade de adaptação desse mame-luco, oriundo de uma capitania periférica como São Vicente, onde os costumes e a língua indígena foram dominantes até fins do século XVII, e que conseguiu superar todas as barreiras que o separavam do mundo dos brancos, a começar pela interdição da Companhia de Jesus em integrar, como membros, índios ou mame-lucos. O visitador da Companhia de Jesus no Brasil, padre Ignácio de Azevedo, em carta ao prepósito geral dos jesuítas

em Roma, padre Francisco de Borgia, escrevia da Bahia, em 19 de dezembro de 1566:

"Há uma grande falta de súditos nesta terra, uma vez que aqui se considera que os nativos índios e os mestiços não devem ser admitidos na Companhia. (...) Também servem aqui alguns que não têm tanto talento para os estudos (...) sabendo a língua da terra, com um pouco de latim servem de sacerdotes entre os índios. (...)" (LEITE, S. — *Monumenta Brasiliae*, vol. 4, 1958: 368-369) *

Os mecanismos de exclusão da sociedade colonial estão presentes na imagem física que algumas testemunhas do processo inquisitorial do padre Moraes dão de sua pessoa: "alto, preto, magro e feio", diz uma testemunha; "homem de poucas carnes e muito escuro", diz uma segunda; "parece um chinô", afirma um terceiro.

Superando as primeiras barreiras, Manoel de Moraes ingressou na Companhia de Jesus, freqüentando o colégio jesuítico da Bahia, por volta de 1618. Em 1622, ou no ano seguinte, já sacerdote, acompanhou o provincial da Companhia no Brasil numa visita a Pernambuco. Desde então deve ter ficado nas missões jesuíticas do Nordeste, entre os índios de língua Tupi, que constituíam a quase totalidade dos indígenas do litoral, a exemplo dos Potiguara. Seu domínio completo do Tupi, sua primeira língua, haveria de ser muito útil à Companhia de Jesus, embora por essa época já tivessem os jesuítas um amplo domínio sobre essa língua e suas variações dialetais, sistematizadas nas várias *Artes* ou *Gramáticas*, como as de José de Anchieta (1595) e Luiz Figueira (1621). Quando os holandeses invadiram o Nordeste do Brasil em 1630, Manoel de Moraes dirigia uma aldeia indígena em Pernambuco. Contrariando as normas da Companhia de Jesus, que vedava a seus membros portar armas ou participar de ações militares, Manoel de Moraes liderou seus índios em ações de guerrilha contra os holandeses, percorrendo os sertões do Nordeste entre Pernambuco e o Rio Grande do Norte. Duarte de Albuquerque, citado por Taunay,

"(...) Conta que o jesuíta foi dos primeiros a se apresentar a Mathias de Albuquerque. Já a 20 de Fevereiro de 1630, quatro dias após a perda de Olinda, estava em ação de guerra à testa de seus índios, indo ocupar a ermida de Santo Amaro de onde Mathias, achando o ponto bem guarnecido fez retirar o destacamento que ali se achava. Tiveram Moraes e seus índios ordem de percorrer sempre os bosques próximos à vila, assegurando caminhos que conduziam a ela. Apesar de mal armados inspiraram grande receio aos holandeses. Foi tal o terror que o inimigo concebeu, (tinha os por selvagens) e por tais os apelidava, que ficou na guarda daquele posto; mais com aquela opinião vã do que com a realidade, porque eles ainda não usavam armas de fogo e somente seus arcos e flechas. Na efeméride de primeiro de Março acrescenta Duarte de Albuquerque que os índios de Antonio Felipe Camarão estavam então sob o comando do Padre Manoel de Moraes. A tratar da localização das companhias de emboscada refere ainda que a Moraes coubera um posto perigoso junto à vila, em Santo Amaro, tinha o socorro da Paraíba, e o Camarão com seus índios, assistido do padre Manoel de Moraes. (...)" (TAUNAY, 1925: 11)

Nesses combates o padre comportou-se com denodo e capacidade de liderança, como diz um depoimento anônimo da época, citado por Taunay:

"(...) assistira na guerra, por ter grande notícia do gentio e este obedecer facilmente às suas ordens. (...)" (TAUNAY, 1925: 10)

Em 30 de dezembro de 1634, o padre Manoel de Moraes foi preso com as armas na mão, segundo certas fontes, ou rendeu-se, passando para o inimigo, segundo Duarte de Albuquerque Coelho:

"(...) O que não pode deixar de dizer-se com grande sentimento é que também o padre Manuel de Moraes com um lenço em um pau foi render-se ao inimigo; tão esquecido das obrigações de sua profissão, que a este deslumbramento juntou o maior, que foi casar-se depois em Amsterdã, sendo sacerdote e pregador apostólico, e abraçar a seita de Calvino! Verdade é que o seu anterior procedimento nunca teve aquela dignidade própria dos padres jesuítas, nem eles o desconheciam, pois algumas vezes o chamaram; e como não obedecia, tiraram-lhe o companheiro, deixando-o só, quiçá como expulso e incapaz de sua religião." (COELHO, 1981: 227)

O que é certo é que o padre Manoel de Moraes, após sua prisão ou rendição, passou-se para o lado dos

* Tradução do espanhol para o português de Jean François Cleaver.

holandeses, sendo, pouco depois, transferido para a Holanda, onde viveu prestando serviços à Companhia das Índias Ocidentais. Nessa época casou-se com uma holandesa, Margarida Vanderhait, que morreu dois anos após, deixando-lhe um filho. Transferiu-se, depois, de Amsterdã para Leyde, onde se dedicou a escrever um livro: *Particularidades da Fertilidade e Sítio do Brasil*. Aí casou-se novamente, com Adriana Smetz, “uma das mais lindas mulheres destas terras”, na opinião do embaixador português Francisco Leitão de Andrada. Finalmente, em dezembro de 1643, voltou a Pernambuco, ainda dominado pelos holandeses, num navio das Índias Ocidentais. Nessa capitania, com créditos fornecidos por amigos holandeses, dedicou-se à exploração de pau-brasil em Igarapé. Nessa época teve notícia de um processo movido contra ele na Inquisição de Lisboa desde 1641, por denúncia do bispo do Brasil, no qual foi condenado como:

“(...) herege, negativo, pertinaz e revel e se houvesse decretado que por herege, apóstata e contumaz fosse sua estátua, em seu nome, entregue à justiça secular e sua memória e fama danados. Afinal como epílogo relaxaram-no em estátua no Auto da Fé, ocorrido no Terreiro do Paço em Lisboa, a 6 de Abril de 1642. (...)” (TAUNAY, 1925: 18)

Em 1645 ocorre o levantamento final dos portugueses, que marcaria o fim do domínio holandês no nordeste e a expulsão destes. Depois da batalha do Monte das Tabocas, em agosto de 1645, o padre Manoel de Moraes, bandeando-se outra vez para o lado dos portugueses, apareceu no acampamento de João Fernandes Vieira oferecendo seus serviços. Logo depois foi preso, por ordem de Martim Soares Moreno, e remetido à Inquisição de Lisboa, onde chegou em 25 de fevereiro de 1646, sendo imediatamente recolhido ao cárcere. O processo que se seguiu revela o sangue frio e a capacidade do indiciado de mobilizar em seu favor o testemunho de alguns dos mais importantes intelectuais e políticos de Portugal, do Brasil e da própria Holanda. Entre esses estão o jesuíta padre Antônio Vieira, favorito do rei D. João IV; o embaixador português em Haia, Francisco Lei-

tão; diretores da Companhia das Índias; professores da Universidade de Leyde; o líder da insurreição portuguesa contra os holandeses, André Vidal de Negreiros; e o próprio governador geral do Brasil, Antonio Telles da Silva, que lhe havia concedido um passaporte. O processo do padre Manoel de Moraes tem a importância adicional de pôr a nu particularidades menos dignificantes dos heróis da restauração, todos implicados no tráfico de escravos, como Martim Soares Moreno, Antonio Dias Cardoso, o líder indígena Antonio Filipe Camarão e até Henrique Dias, o célebre comandante negro. Ameaçado de torturas, confessou amplamente suas culpas reais ou supostas e saiu, finalmente, no Auto da Fé de 15 de dezembro de 1647, no Terreiro do Paço de Lisboa, em que foi condenado a cárcere perpétuo, suspensão permanente de ordens e confiscação de todos os bens. Esta vitória parcial de Manoel de Moraes, que esperava ser condenado à fogueira, foi rapidamente ampliada pela permissão, já em janeiro de 1648, de ter toda a cidade de Lisboa como cárcere. Dois meses depois obtinha licença para se ausentar do reino para qualquer província de católicos. Como afirma Taunay, daí por diante nada mais se sabe de certo sobre o padre Manoel de Moraes.

A história da família do padre Moraes em São Paulo é útil para esclarecer o caráter contraditório das lealdades dos mamelucos paulistas, divididos biológica e culturalmente por sua dupla origem, indígena e portuguesa. Parece certo que muitos dos problemas do padre Manoel de Moraes se devam à sua lealdade militante aos índios, em defesa dos quais tomou armas e foi preso e perseguido. Seu irmão, João Pedroso de Moraes, foi, ao contrário, um dos mais temíveis bandeirantes do século XVII, cognominado *Terror dos Índios*. O filho deste, Francisco Pedroso Xavier, foi outro bandeirante conhecido pelos ataques que fez às reduções jesuíticas, a oeste do rio Paraná, em 1675.

Sobre os escritos do padre Manoel de Moraes, já foi referido um livro sobre a fertilidade do Brasil que esteve escrevendo na Holanda e que, ao que parece,

nunca viu editado. Taunay publicou a "Resposta que deu o Licenciado Manuel de Moraes a dizerem os Holandezes que a paz era a todos útil, mas a Portugal necessária, quando por parte deste Reino se lhe offereceu uma proposta para a paz" (1650?). (1)

* O original do "Processo do Padre Manoel de Moraes", encontra-se no Arquivo da Torre do Tombo, Auto 28, Anno 1647, Estante 6, Maço 27, Nº 4. A edição utilizada é a que se encontra na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, T. 70(1), Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908, 1-36.

"Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de mil e seiscentos e quarenta e seis anos em Lisboa nos estaus e casa da Santa Inquisição perante mim notário abaixo nomeado apareceu um homem que disse ser mestre de uma caravela que havia hoje chegado do estado de Pernambuco e que trazia dois presos para entregar nesta Inquisição com uma carta que logo me deu, e disse que convinha serem logo os ditos presos tirados da caravela porque estava surta junto à terra, e corriam perigo de noite, e porque buscando os senhores Inquisidores em suas casas não achei a nenhum deles, recorri ao Ilustrissimo senhor bispo Inquisidor Geral, e lhe dei conta do que o dito homem me havia dito e o dito Ilustrissimo senhor mandou que logo um familiar fosse buscar os ditos presos e os entregasse no cárcere da penitência a Estevam da Costa, alcaide dele, até se verem os papéis que tocassem a suas causas e eles serem ouvidos, do que fiz esta lembrança. Eu João Carreira, notário, o escrevi. E declaro que um dos ditos presos se chama Manoel de Moraes, e foi da Companhia de Jesus. O sobredito o escrevi. (...)

E denunciando disse que em vinte e oito de junho próximo passado quatro dias mais ou menos desembarcou na cidade de Amsterdã, aí o visitaram alguns portugueses deste Reino conhecidos do Brasil, que professavam na mesma cidade a lei de Moisés e logo nomeou muitos e declarou que na dita cidade de Amsterdã no mesmo tempo em que tem declarado desembarcara nela em um dia, de que em especial se não lembra, lhe mostrou Diogo de Aranzede um alto preto, magro e feio que representava ser de perto de cinqüenta anos que ele conhecia muito bem de Pernambuco e se chamava o padre Manoel de Moraes, onde era padre da Companhia sacerdote e teólogo e capitão do gentio, e quando os Holandeses entraram na Paraíba se lançou com eles, e depois se foi a dita cidade de Amsterdã, onde andava vestido de curto como secular com um traçado e estava casado com uma mulher viúva, pobre e o casou um predicante calvinista, o que ele sabe por ser público e constante na dita cidade, e ver ele declarante que tinha em sua casa a dita mulher da mesma maneira que outros homens casados, e que também era público que o dito padre Manoel de Moraes era herege e o tinham todos por isso e se dizia ser calvinista, o qual fez um livro dos portos e das partes do Brasil como filho do mesmo Estado, e alguns Holandeses predicantes lhe disseram na dita cidade

de Paraíba a ele denunciante que o dito livro tinha cousas contra a nossa santa fé católica. (...)

Aos doze dias do mês de junho de mil e seiscentos e quarenta, em Lisboa, nos estaus e casa do despacho da Santa Inquisição estando aí em audiência da tarde o senhor inquisidor D. Álvaro de Athayde mandou vir perante si ao padre Raphael Cardoso, procurador que foi da Companhia na Bahia e de presente morador no Colégio de Santo Antão. (...)

Disse que o dito padre comumente lhe chamavam o padre Moraes, e lhe parece que o nome inteiro é Manoel de Moraes e era natural da vila de São Paulo do Estado do Brasil, religioso da Companhia de Jesus da dita província do Brasil, e que haverá vinte dois anos que ele testemunha o viu e conheceu no Colégio da cidade da Bahia, onde era estudante o dito padre Moraes, e que é de boa estatura magro e moreno, e que dentro de poucos dias se foi ele testemunha para o Colégio de Pernambuco onde passados três ou quatro anos foi ter o dito padre Manoel de Moraes em companhia do provincial, e que por cousa de quatro ou cinco meses o tornou ali a tratar ele testemunha e agora é melhor lembrado que o dito padre se chama Manoel de Moraes. (...)

Disse que ouviu dizer que o dito padre tinha parte de Mameluco e na cor mostrava, porém não sabe dar razão certa dos pais, avós e ascendentes do dito padre Moraes, Perguntado se sabe onde está de presente o dito padre Moraes e se perseverou sempre na companhia e que é feito dele:

Disse que o dito padre Moraes, haverá cinco ou seis anos, foi cativo pelos Holandeses junto a Paraíba donde o levaram ao Recife de Pernambuco, e estando aí soube o padre Domingos Coelho, provincial do Brasil, que o dito padre Manoel de Moraes mudara o traje da Companhia, e andava no Recife vestido de secular com trancelim e chapéu, como se não fosse religioso, pelo que o dito provincial o houve logo por despedido da Companhia e procurou tanto que se lhe notificasse a dita expulsão. (...)

Perguntado se andando nas ditas partes do Brasil conheceu aí alguma pessoa que andasse em trajes e hábitos de religião alguma, a qual depois visse com eles mudados. Disse que ele fora daqui em uma caravela sua para as ditas partes do Brasil, dia de Espírito Santo, fez um ano e lá se perdeu estando em uma força no rio do Cunhaú, que ainda estava pelos nossos, conheceu aí a um padre da Companhia por nome o padre Moraes, que representava a idade de quarenta e cinco anos e é de meia estatura, e já pica de branco, e é de cor morena, e ali lhe ouviu dizer por algumas vezes missa e fazer officio de sacerdote encomendando um defunto por quem disse três missas, e quando depois os inimigos tomaram a Paraíba foram também dar àquela força do Cunhaú onde cativaram a ele declarante e ao dito padre Moraes e os levaram a Pernambuco, e daí a Holanda e ele declarante foi levado a Traveira, e o dito padre Moraes para Amsterdã cada um em seu navio e vindo-se depois de lá por Inglaterra, em Londres, encontrou aí alguns soldados que foram em companhia do dito padre aos quais não sabe os nomes, nem donde eram e alguns

(1) TAUNAY, *Annaes do Museu Paulista*, T. 1(2), São Paulo, 1922: 119-133.

marinheiros do porto, e era público e notório entre eles que o dito padre Moraes se deixara ficar em Amsterdã voluntariamente, e que lá se casara com uma filha de um dos principais da Bolsa, e que se aprestava para ir com três navios por cabo deles em socorro de Pernambuco. (...)

1º Apenso. Papéis tocantes à defesa de Manoel de Moraes (...)

Senhores — Este sagrado tribunal procedeu contra mim sem à minha notícia chegar admoção, em eu sabendo o que passava, larguei a ocasião e me confessei com um comissário de Sua Santidade, ele *cum plenitudine potestatis ad augendam fidem*, de conselho de muitos religiosos me restituiu as minhas ordens, e me deu uma larga patente disso em que assinaram por testemunhas portuguezes, católicos conhecidos, um deles que é Jeronymo de Oliveira Cardoso, procurador do mestre de campo João Fernandes Vieira, está nesta cidade, e porventura também alguns dos outros.

Eu nunca faltei na santa fé católica romana, antes a defendi sempre contra hereges e judeus, como consta de um sumário de testemunhas que com este apenoso, e o juraram outras pessoas que lá me conheceram e estão nesta cidade.

Retirei-me ao Brasil para buscar ordem de algum dinheiro, para a seu tempo me apresentar a este Santo Tribunal, eis que se levantou a guerra contra os Holandeses e eu fiquei livremente com os portuguezes, e os animei nas ocasiões com um Cristo Senhor Nosso Crucificado em as mãos, e por este meio alcançaram uma gloriosa vitória dos hereges, como consta dos papéis que apresento. E em outras fiz o mesmo de modo que a mim se me deve grande parte do que se há ganhado. Tratei logo de me vir apresentar a este santo tribunal, com beneplácito de uns mestres de campo que governavam; e porque o terceiro que é Martim Soares Moreno estava contra mim me mandou prender por paixões suas particulares, e preso me mandou remeter a este santo tribunal pelo auditor, sendo que solto andei sempre, e me animava já para vir, como constará de pessoas dignas de fé que comigo vieram.

Em uma ocasião que o inimigo deu conosco, de súbito perdi a patente de comissário com outros papéis de importância.

Confesso que pequei contra a honestidade, disso peço perdão e misericórdia a este santo tribunal, que a imitação do divino, deve receber a um pecador penitente, que conhece sua culpa, prostrado aos pés deste santo tribunal dizendo, *peccavi, peccavi, misericordia, misericordia*. O licenciado Manoel de Moraes. (...)

Vindo a esta campanha de Pernambuco com algumas companhias do meu terço acudir aos moradores que estavam levantados, chegando à povoação de Santo Antonio do Cabo, achei aí incorporado com os mais moradores e soldados do mestre de campo João Fernandes Vieira, ao licenciado Manoel de Moraes, o qual pela informação que tive logo no princípio desta facção se veio para ele exortando os moradores com palavras muito pias e cristãs que lhe davam muita consolação e ânimo. E pelo zelo grande que mostrou ganhou o aplauso geral de todo este povo ao qual fica muito aceito; vai-se apresentar nesse santo tribunal, pedem todos em geral e eu em particular peço

a V.S. que se algumas culpas contra ele resultam do tempo que esteve em Holanda, se tenha com ele misericórdia e que sirva este grande serviço que a Deus fez de ajuda para seu perdão, que se teve culpas deve ter arrependimento delas, porque sou bem informado que depois que tornou para esta terra viveu bem e sem escândalo; da eficácia desta intercessão ficam todos muito certos, e eu particularmente. Nosso Senhor como pode guarda a pessoa de V. S. por muitos e felizes anos etc. Deste quartel do Bom Jesus de Pernambuco a 9 de janeiro de 1646. - André Vidal de Negreiros.

Pernambuco. (...)

Pax Christi — Os que em Holanda se passaram à lei de Moisés. Manoel Rodrigues Monsancto, vizinho que foi de Pernambuco, em chegando a Amsterdã se circuncidou e declarou que sempre fora judeu no Brasil e ele e toda a sua casa.

Sua mulher.

Beatriz, escrava sua de Guiné.

Rachel, mulata sua filha.

Outra sua filha casou-se com um mulato filho do Solis, também judeu.

O Doutor Zacuto Lusitano já defunto e toda a sua casa a saber: mulher, filhos e filhas, cujos nomes não sei.

O Solis irmão de outro Solis que aqui dizem queimaram pelo caso de Santa Engracia.

Pero de Campos e um seu irmão cujo nome não sei.

Outro Solis que veio das Índias, de Castela cujo nome não sei.

Gabriel Castanho genro do Monsancto e sua mulher. No princípio do levantamento da guerra estavam no Recife, no Brasil.

Domingos da Costa Brandão, morador que foi de Pernambuco e já de lá veio judeu, meio oculto, em Holanda se declarou e sua mulher que desta cidade se passou a Hamburgo, hoje está em Amsterdã, judia, e ele no Recife, no Brasil.

Fulano Darça que, em Amsterdã, casou com uma judia e está hoje no Recife, no Brasil.

Vicente Roiz, morador de Pernambuco, se fez judeu e é já morto.

Balthazar da Fonseca, morador em Pernambuco e sua mulher; se fizeram judeus e estão no Recife.

Duarte Saraiva, se fez judeu e está no Recife.

João de Lafaia, se fez judeu e sua mulher, estão no Recife.

Gaspar Francisco, se fez judeu, e está no Recife.

Em Amsterdã está feito judeu um clérigo da cidade do Porto, segundo ele me disse, não lhe sei o nome, chamam-lhe doutor porque cura.

Dona Anna, natural de Pernambuco, mulher que foi já de um holandês chamado Tortão, morto ele, casou com outro holandês e porque ele não queria casar com ela por ser católico, diz que fez um papel de seguir a seita de Calvino; está casada no Recife, segundo todos afirmam Calvina e grande inimiga de Portuguezes; meia légua do arraial tem

fazenda de açúcar. E sua mãe está aí perto em cuja casa, me disse um soldado, tinha ela uma negra costureira de muito preço.

Não sei outra cousa. O licenciado — Manoel de Moraes.

Miguel de Monserrate, castelhano, se fez calvinista em Holanda e escreveu um livro contra o papa e contra o santo sacrificio da Missa.

Francisco de Faria se fez judeu por casar com uma judia.

Moraes.

Pax Christi — A noticia que tenho dos que têm cousas de judeus e flamengos é a seguinte.

Balthazar da Fonseca, judeu, tinha na mata cinquentas e tantos bois de carro que valem quinhentos e tantos mil réis, destes bois se apoderou o mestre de campo João Fernandes Vieira, e os deu a guardar a Miguel Fernandes ao Tapacurá; disse-me Miguel Fernandes que os mais deles se montaram. O mesmo judeu tinha na mata do Brasil muito pau feito e muitos escravos de Guiné, não sei o que foi deles. Em Olinda tem casas, jardins e olarias, que dizem valem vinte mil cruzados, estão em ser e João Fernandes Vieira deu tudo a um Luiz da Costa, homem de poucos merecimentos por suas importunações.

O mestre de campo João Fernandes Vieira, seu sogro Francisco de Ceringuel, Luiz da Costa Sepulveda e o capitão de Cavalaria Antonio da Silva, dizem, ficaram com muitas fazendas do Recife e entre eles Antonio da Silva capitão com setenta covados de tela, mas não sei se são dos Holandeses, se de judeus.

O mestre de campo João Fernandes Vieira, afirmam, mandou para a Bahia 200 ou 300 escravos de Guiné, uns de presente ao governador Antonio Telles, outros para se venderem, aqui está Jeronymo de Oliveira Cardoso, seu agente que, entendo, levou muitos deles para a Bahia e assim dará boa razão deles.

O sargento-mor Antonio Dias Cardoso tem muitos destes escravos postos em várias casas de mercadores, e eu vi seis ou sete no Tapacurá, em casa de Miguel Fernandes, dizerem serão por todos 70 ou 80.

O capitão Antonio Gomes Taborda também tem alguns.

O alferes Domingos de Sá da Companhia do mestre de campo João Fernandes Vieira também me parece tem uns poucos.

Francisco Aires, mulato, com outros tomaram 5 ou 6 peças de um judeu, ou flamengo, destas tem uma o padre Simão de Figueiredo Guerra.

O capitão João Barbosa, que morreu na guerra, diziam, mandara para sua casa cinco.

Em casa do capitão-mor dos Índios Camarão há 4 ou 5 destas peças.

Henrique Dias, capitão-mor dos negros, dizem tomou machioismos e os vendeu.

O ajudante Bravo da Companhia do capitão Ascenço da Silva tem um negro que foi de Duarte Saraiva, judeu; disse-me que o achara em casa de um morador. E que o tomara por outro que morrera seu, em casa do judeu e ainda em casa do morador ficavam 4 ou 5.

Outros soldados, e capitães tem outros, que será fácil saber-se a quem lá inquirir disso.

O mestre de campo Martim Soares Moreno na caravela, em que veio Francisco de Beringel, que partiu de Nazareth, um dia antes de nós, mandou um valente negro destes a um sobrinho seu clérigo que tem nesta cidade.

O capitão Manoel Pinheiro trouxe a Maria e Izabel; vieram mais duas na caravela, uma do mestre, outra do piloto e uma, a mulher de Francisco Bravo que está nesta cidade. Isto sei em confesso. O licenciado Manoel de Moraes. (...)

Ilmo S^o Diz o padre Simão Alvares Provincial da Companhia de Jesus nestes Reinos, em seu nome, e de toda a sua religião que a sua noticia veio, que na citação que se fez por editos, por ordem do Santo Officio, na pessoa de um Manoel de Moraes, sacerdote secular, que das partes do Brasil se passou a Holanda, e lá vive, casado, ou amancebado, o que se achar na verdade, se declarou que o dito Manoel de Moraes era religioso expulso de certa religião:

E porque o dito Manoel de Moraes esteve algum tempo na Companhia e dela foi despedido por suas faltas antes que se passasse aos Holandeses, e muito antes que professasse outra lei, e nunca na Companhia fez votos solenes, senão os votos simples, acabados os dois anos de noviciado; e pela expulsão, que a Companhia dele fez, ficou livre, e desobrigado, dos votos da religião no estado dos mais clérigos e sacerdotes seculares, e não se pode chamar religioso, nem dizer-se que só é conforme as constituições da Companhia, aprovadas pela Sé Apostólica, e ao comum dos doutores que na matéria escreveram; e porque muitas pessoas têm lido, e vão lendo o dito edital e o vão escrevendo por todo o Reino e partes estrangeiras, o que pode resultar em grande descrédito da Companhia e seus religiosos como sempre o é quando semelhantes cousas se divulgam, e porquanto o fim deste tribunal, é atalhar semelhantes infâmias, com a Companhia tem experimentado muitas vezes em outras ocasiões.

Pede a V.S. que não só na sentença, que se há de dar ao dito Manoel de Moraes, mas que logo de presente, se emendem as ditas palavras, fazendo-se outro edital na forma, que se costuma aos mais sacerdotes seculares. E.R.J.E.M. (...)"

A GUERRA SANTA

José de Anchieta. *Iperoig*

(8 de janeiro de 1565)

Os franceses, especialmente os bretões e normandos, ligados ao sindicato de Jean Anjo, de Dieppe, e outras empresas semelhantes, eram presenças constantes nas costas do Brasil desde os primeiros anos do século XVI, de que é testemunho mais remoto a viagem de Paulmier de Gonneville em 1503-1504. Essa presença tornou-se mais freqüente e ameaçadora durante o reinado de D. João III. A expedição de Martim Afonso de Sousa e seu irmão Pero Lopes de Sousa, em 1532, destinava-se, entre outras razões, a combater a presença não só de espanhóis, cujas viagens multiplicaram-se depois das expedições de Solís e de Fernão de Magalhães, mas também, e principalmente, a impedir as contínuas sortidas de franceses em todo o litoral. Cristovão Jacques, já em 1516, estava encarregado do policiamento das costas brasileiras contra os franceses traficantes de pau-brasil. Em 1521 fundou a feitoria de Itamaracá e no fim desse ano, na baía de Todos os Santos, venceu e aprisionou numerosos

entrelopos franceses. Em 1526 voltou novamente ao Brasil, fixando-se em Itamaracá. No ano seguinte capturou três navios franceses, na altura da Bahia:

"(...) tratando suas tripulações com grande selvageria, mandando enforçar uns, e fazendo matar outros por seus homens a pontapés, tiros e flechadas, após tê-los enterrado na areia da praia até ao pescoço. Tais barbaridades causaram sérios embaraços a D. João III, que teve de prestar contas a Francisco I, da França; e foram também o fim da carreira de Cristóvão Jacques: em 1530, oferecendo-se para vir pessoalmente iniciar o povoamento da nova terra, não teve o pedido aceito por D. João III, que em seu lugar para cá enviou Martim Afonso de Sousa. Anos depois morreu, em quase completo abandono. (...)" (BANDECCHI, *Brasil et al, Novo Dicionário de História do Brasil*, 1971: 374)

Por causa desses incidentes, Cristovão Jacques caiu em desgraça e suas funções foram atribuídas a Martim Afonso de Sousa e Pero Lopes de Sousa. A despeito da atuação desses, que não seria menos violenta que

a de seu antecessor, os franceses continuaram freqüentando as costas do Brasil, fazendo alianças e comércio com os vários grupos indígenas e estabelecendo bases mais ou menos permanentes no Rio Grande do Norte, na Paraíba, em Sergipe, no Cabo Frio, na baía da Guanabara e nas ilhas e enseadas do litoral da capitania de São Vicente, território dos índios Tamoio. Junto a esses últimos índios, que mantinham também um forte enclave na região de Cabo Frio, os franceses mantiveram suas duradouros alianças, provocando na região de Iperoig, no litoral de São Vicente, uma grande concentração de índios liderados por pajés e chefes guerreiros de grande prestígio, como Cunhambebe e Aimbiré. A carta de Anchieta, transcrita em parte adiante, narra o envio dos padres jesuítas a Iperoig, com o propósito de atrair os índios ou, pelo menos, para invalidar ou enfraquecer a aliança desses com os franceses. A experiência do arcabuzeiro alemão, Hans Staden, já referida, relaciona-se com o mesmo problema, isto é, com os esforços antagônicos de portugueses e franceses para atrair os índios para seus propósitos coloniais. Esses fatos ocorreram em época imediatamente anterior à batalha final contra os franceses e seus aliados indígenas na baía da Guanabara. Os franceses de Cabo Frio resistiram ainda, sendo assaltados e derrotados somente no governo de Antônio de Salema, na década de 1570, com o massacre ou escravização dos Tamoio confederados. Mesmo assim, até o último ano do século, pelo menos, continuaram os navios franceses a freqüentar a costa de Cabo Frio.

* José de Anchieta, "Carta ao Geral Diogo Laines, de São Vicente, 8 de janeiro de 1565". Cópia manuscrita, em espanhol, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, feita nos arquivos de São Roque, Lisboa, códice I-5, 2, 38, ff. 167v.-188v. A edição utilizada é *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta (1554-1594)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933: 196-240.

"A graça e amor do Espírito Santo seja sempre em nosso continuo favor e ajuda. Amém.

É chegada esta terra a tal estado que já não devem esperar dela novas de fruto na conversão da gentildade, a qual pois falta parece conseqüente superabundar as tribulações que se passam, com esperança de poder colher algum, que se guarde nos celeiros do Senhor, o qual, pois se dignou de nos comunicar algo delas, determinou com elas

algo me dilatar, pois o mesmo disse que o verdadeiro fruto nasce da paciência, para que com tudo seja seu santo nome glorificado.

Em as letras passadas toquei algo das grandes opressões que dão a esta terra uns nossos inimigos chamados *Tamuya* (Tamoios), do Rio de Janeiro, levando continuamente os escravos, mulheres e filhos dos Cristãos, matando-os e comendo-os, e isto sem cessar, uns idos, outros vindos por mar e por terra; nem bastam serras e montanhas mui ásperas, nem tormentas mui graves, para lhes impedir seu cruel ofício, sem poder, ou por melhor dizer, sem querer resistir-lhes, de maneira que parece que a Divina Justiça tem atadas as mãos aos Portugueses para que não se defendam, e permite que lhes venham estes castigos, assim por outros seus pecados, como máxime pelas muitas sem razões que têm feito a esta nação, que dantes eram nossos amigos, salteando-os, cativando-os muitas vezes com muitas mentiras e enganos.

Pelo que determinou o Padre Manuel da Nóbrega de tratar pazes com eles, com aprazimento de todos estes povos, para que algum pouco cessassem tantos incursos e opressões, ou ao menos quando eles não quisessem, nos deixassem nossa causa justificada diante de Deus Nosso Senhor, e abrandasse o rigor de sua Justiça, querendo dar sua vida em sacrificio, entregando-a em mãos de seus inimigos, ficando-se com eles em suas terras, mandando também eles cá alguns dos seus em reféns e assim tratando-se pouco a pouco até soldar a amizade e paz, *ut unus aut duo morientur homines pro populo, et non tota gens periret*, esperando daqui também outros frutos da conversão dos mesmos ou, em sua falta, ganhar algumas almas de seus filhos inocentes com a água do santíssimo batismo, como mais longamente em as letras passadas hei referido.

Movido pois com tantas e tão justas causas, e confiando em a virtude de Nosso Senhor Jesus Cristo, que das pedras duras tira abundantes rios d'água, empreendeu este caminho, determinado de se partir em dois navios bem aparelhados à terra dos contrários, e depois de renovados os votos à primeira oitava da Páscoa do ano passado de 1563 nos partimos antes que os navios, e eu indo-os esperar a uma fortaleza daqui a quatro léguas chamada Beriguioca, em uma canoa, onde logo começamos a experimentar a doçura da Divina Misericórdia e Providência, à qual totalmente nos havíamos entregado e foi que, havendo nós outros chegado à terra, e desembarcado, veio tão grande tempestade de vento e chuva, que se nos tomara em mar, como a canoa era pequena, teríamos grande perigo de nos perder, a salvo conduziu-nos; bendito seja o Senhor doador de todo bem.

Nesta fortaleza estivemos cinco dias confessando os moradores dela e seus escravos e comungando aos que eram capazes do santo Sacramento, enquanto se aparelhavam os navios, e daí nos partimos aos 23 de Abril, com bom vento; mas logo se nos mudou, e houvera de dar com nós outros à costa em uma ilhota pequena, mas, ajudando-nos Nosso Senhor, chegamos a uma ilha chamada de S. Sebastião, despovoada, mas cheia de muitos tigres, onde, o dia de S. Felipe e S. Tiago, dissemos missa, e logo no seguinte, que era domingo, também encomendando a Deus nosso caminho, dali nos partimos e com próspero vento chegamos aos primeiros lugares dos inimigos, que estavam vinte léguas destas povoações dos Portugueses, pouco mais ou menos,

chamados Iperoig, onde logo saíram a receber-nos alguns deles bem longe de terra, e sabendo ao que iam se meteram nos navios sem temor, e depois de serem de nós outros recebidos com paz e amizade, se foram a dar conta do que passava a seus principais, os quais ao outro dia, que foi de S. João *ante portam latinam*, vieram todos em três canoas a tratar sobre as pazes. Mas porque temiam que se entrassem todos juntos nos navios os salteassem (como outras muitas vezes haviam feito os nossos) pediram que fossem dois dos nossos à terra e que dos seus ficariam nos navios em reféns, para deles saberem mais largamente a verdade, e assim se fez, deixando eles três ou quatro dos seus, levando dois dos nossos, um a um lugar e outro a outro, onde dormiram uma noite e praticaram largamente até ficarem satisfeitos, sem suspeita de nenhuma mentira, sabendo que iam os Padres, dos quais eles têm notícia que não tratam, senão de ensinar a palavra de Deus, parecendo-lhes que tinham boa prenda em nós outros se ficássemos em suas terras, e para mais segurarem-se ao outro dia trouxeram uma mulher consigo que havia já estado entre nós outros, para que soubesse de certeza se éramos os Padres, a qual em nos vendo nos conheceu e disse aos seus como o Padre Nóbrega era nosso superior e que se confiassem seguramente de nós outros, e desejando eles que saíssemos à terra a ver seus lugares, para se acabarem de assegurar, saímos e com nós outros oito ou nove Portugueses, ficando muitos dos inimigos nos navios, já não como reféns, mas de sua própria vontade, como em casa de seus amigos. Chegados à praia pusemo-nos de joelhos dando graças a Nosso Senhor e desejando abrir-se já alguma porta, por onde entrasse sua graça a esta nação que tanto tempo está apartada dela.

Visitamos ambas as aldeias e, entre eles, eu falando em voz alta por suas casas como é seu costume, dizendo-lhes que se alegrassem com a nossa vinda e amizade: que queríamos ficar entre eles e ensinar-lhes as cousas de Deus, para que ele lhes desse abundância de mantimentos, saúde, e vitória de seus inimigos e outras cousas semelhantes, sem subir mais alto, porque esta geração sem este escalão não querem subir ao céu, e a principal razão que os moveu a quererem a paz não foi o medo que tivessem aos Cristãos, aos quais sempre levaram de vencida fazendo-lhes muitos danos, nem necessidade que tivessem de suas cousas, porque os Franceses que tratam com eles as dão em tanta abundância, assim roupas, como ferramentas, arcabuzes e espadas, que as podem os Cristãos comprar a eles, mas o desejo grande que têm de guerrear com seus inimigos Tupis, que até agora foram nossos amigos, e pouco há se levantaram contra nós outros (salvo uns poucos de nossos discípulos, como mais largamente hei referido em outras), dos quais, porque sempre foram vencidos e maltratados com favor dos Portugueses, queriam eles agora com o mesmo favor ser vencedores e vingar-se bem deles, matando e comendo à sua vontade, dizendo que até agora nos haviam feito muito mal, com seus saltos continuos, porque lhes estorvávamos a passada a seus inimigos. Que deles desejavam vingar-se, e não de nós outros, mas daqui em diante não nos lembrássemos mais das guerras passadas, pois também lhes haviamos morto muitos dos seus, mas que todo o nosso furor se convertesse contra os Tupis, que tão sem razão se haviam levantado contra nós outros, etc. A primeira e principal condição das pazes foi que eles

também haviam de ser amigos de nossos discípulos (que por nos defender se haviam apartado de seus parentes e haviam já morto deles para o qual levávamos alguns com nós outros nos navios), que também lhes disseram o mesmo. O que eles concederam de grado, porém depois nos foi isto causa de muita tribulação, mas mui boa e suave porque, por defesa deles nos oferecemos depois muitas vezes à morte, como eles haviam feito por nós outros, como adiante contarei. (...)

Assim que nós outros em terra, cada dia esperávamos por alguns destes, porque todos vêm aportar àquela fronteira, dos quais bem criamos que trariam mui boa vontade de nos matar, como soubessem que estávamos em suas terras, e logo aos 23 de Maio chegaram duas canoas; em uma delas vinha um grande principal da mesma aldeia em que estávamos, que chamavam Pindobucú, que quer dizer "folha grande de palma"; na outra vinha um irmão daquele em cuja casa pousamos, os quais ainda não sabiam de nós outros, e entrando este em casa, como lhe deram conta do que se passava, dissimulou por então e mandou que lhe desembarçassem sua casa, e como estivesse dentro fazendo lavar nosso fato a outra casa, chegou um seu genro, que vinha com ele, e vendo-me dentro não pôde passar da porta, mas antes ali parado com uma espada na mão, perguntou a seu sogro: "Quem é este?" Respondeu-lhe: "O Português". Disse o outro: "Português?" como homem que havia achado cousa mui natural para executar seu ódio mortal, que todos nos têm. Eu disse-lhes: "Eu sou vosso amigo, que hei de estar com vós outros daqui em diante". Mas ele mui indignado e soberbo respondeu: "Não quero sua companhia" e outras cousas ásperas; mas não lhe permitiu Deus Nosso Senhor fazer mal.

Mas como os outros lhes deram conta do que se passava, logo se assossegaram, máxime Pindobucú, o qual mostrava grande prazer das pazes, dizendo que muito tempo havia que as desejava, e que queria durassem para sempre, praticando com nós outros muitas cousas, assim das tocantes à paz, como de nossa vida. Nós outros lhes mostramos as disciplinas com que se domava a carne, falando-lhe também dos jejuns, abstinências e outros remédios que tínhamos, e que tudo isto fazíamos por não ofender a Deus, que manda o contrário; e ele replicou: "E Deus que lhes há de fazer? Por que tendes medo dele?" Então lhe falamos do inferno e glória, etc., do que ele ficou maravilhado, e tendo-nos grande crédito, porque nossa vida era tão apartada da dos homens, e que não tratávamos senão em cousas de Deus e de bons costumes, e logo começou a pôr por obra o crédito que nos tinha, porque ao tempo que entrou o outro em a casa de seu irmão, em que pousávamos, e tirando nós outros dela nosso fato, não nos podendo empecer em outra cousa, escondeu a campanha com que chamávamos à doutrina, e nunca a quis descobrir, ainda que a foram buscar muitas vezes, até que sendo informado disto o Pindobucú, começou a pregar por as casas, que descobrissem logo a campanha, e não fizessem cousa por onde lhes viesse algum mal, dizendo: "Se nós outros temos medo de nossos feiticeiros, quanto mais o devemos de ter dos padres, que devem ser santos verdadeiros, e teriam poder para nos fazer vir câmaras de sangue, tosse, dor de cabeça," das quais

palavras o outro ficou tão espantado, que logo descobriu que ele tinha a campainha.

Aos 27 de Maio começaram a vir os que tinham a guerra junta, e o primeiro foi um principal, com dez canoas de gente, o qual já sabia a nova de nossa saída e logo determinou de nos tomar e matar, e que os que eram vindos em reféns ficariam entregues com nós outros, e isto por ser grande inimigo dos Portugueses, por causa dos Franceses, de quem é grande amigo, e tem a um deles por genro amancebado com uma sua filha, de que tem uma neta, e este seu genro ficava atrás com quatro canoas, que também vinham à guerra a nós outros, e ordenando assim a Divina Providência, encontrou com um navio que ia tratar as pazes ao Rio de Janeiro, de que era capitão José Adorno, tio de nosso irmão Francisco Adorno, e sabendo que não era Português entrou no navio abraçando-o e mostrando muito contentamento das pazes, e deu aviso de como os Índios que vinham com ele determinavam de tomá-los às mãos, e matá-los, aos quais ele já tinha tirado de seu mau propósito e dali se tornou levando cartas do capitão aos Franceses moradores do Rio, em que lhes pedia dessem favor para o cumprimento da paz que se tratava, e o mesmo aconselhou a José Adorno que se tornasse, porque se fosse adiante punha-se em grande perigo de ser morto com todos os seus, e mandou dizer a seu sogro por um Índio seu irmão, que ia em o navio, que consentisse nas pazes; com isto se tornou o navio e chegou aonde nós outros estávamos em o mesmo dia que as dez canoas.

Ao tempo que estes chegaram, ordenou Nosso Senhor para que entendêssemos que todo nosso bem e salvação nos vinha dele, que a maior parte dos Índios dos lugares em que tínhamos alguma confiança que nos defenderiam dos seus, se quisessem fazer-nos mal, estivessem ausentes; chegando pois aquele principal com suas dez canoas veio logo falar-nos com danado ânimo, o qual era homem alto, seco, e de catadura triste e carregada e de quem tínhamos sabido ser mui cruel. Este, pois, entrou com muitos dos seus com um arco e flechas na mão, vestido numa camisa, e assentado em uma rede começou a tratar das pazes, e a tudo o que lhe dizíamos se mostrava incrédulo e duro, trazendo à memória quantos males lhe haviam feito os nossos, e como a ele mesmo haviam já prendido em outro tempo com pretexto de pazes, mas que ele por sua valentia, com uns ferros nos pés, saltara do navio e havia escapado de suas mãos, e com isto arregaçava os braços e bulia com as flechas, contando suas valentias. Estando nisto, chegaram os Índios que vinham no navio e deram-lhe novas como seu genro, o Francês, havia feito já pazes, com o qual parece que se abrandou algum pouco, e se foi, por ser já tarde, dizendo que ao outro dia trataríamos mais de espaço, e aquela noite determinaram alguns dos seus de ir por a manhã, com pretexto de resgate, a tomar o navio, e outros a matar aos que estivessem em terra, e puderam fazê-lo muito a seu salvo, se Nosso Senhor o permitira, porque ao outro dia, pela manhã desejando Pindobuçú que se efetuassem as pazes, disse-me que fosse aos navios e trouxesse o capitão à terra para concertar como haviam de ser, e indo eu por ele, foram lá cinco canoas mui cheias de gente e começaram uns a resgatar, outros a falar sobre as pazes, enchendo-se o navio deles e por fim chegou

um mui depressa dizendo que fosse asinha o capitão, dizendo que estava já o principal com os seus esperando, para tratar das pazes, que ele iria logo, e este era o principal autor da traição, ainda que não o sabíamos, mas todavia temendo-nos de que poderia ser, não quisemos sair até que se apartaram as canoas, e, elas idas, o capitão, temendo-se do que em verdade se tratava, contudo, por ser grande nosso amigo e devoto, não duvidando de morrer onde nós outros morrêssemos, deixando no navio um irmão de Pindobuçú, em reféns por si, se saiu à terra comigo, e em saindo se chegou um menino dos da aldeia, que eu ensinava, a mim, e me disse: Já são chegados à casa os Índios e falam sobre nossas cabeças, e nem com tudo isto se quis o capitão tornar ao navio, que o pudera mui bem fazer, que as casas ainda estavam longe em um monte alto, mas foi-se comigo à aldeia e aquele principal entrou logo em nossa pousada com muitos dos seus, os quais nos cercaram com arcos e flechas, outros com espadas, outro com punhais nas mãos, como homens que não esperavam mais que a primeira palavra do Capitão, o qual, assentado em meio de todos, com uma boa espada na mão e vestido com um saio preto bem fino, antes de tratar com nós outros, praticou com um Francês luterano que trazia consigo, informando-se dele quem era o Capitão, ao qual o Francês disse que era homem que sabia bem a língua francesa e dizia haver-se criado em França, mas que não era seu parente, e que vinha a tratar pazes com ele e juntamente com todos os Franceses do Rio; o principal, ouvindo dizer que não era Francês, parece que se alegrou para poder executar sua ira e disse: "Assim? Português é este?" Eu, porque o capitão não entendia a língua brasilica, avisei-o do que praticavam, e ele disse ao Francês que lhe dissesse a verdade, que ele não era Português, mas Genovês e grande amigo dos Franceses, com o qual se aplacou um pouco aquela besta brava e começaram a tratar com nós outros sobre as pazes; insistiu muito que lhe havíamos de dar a matar e comer dos principais de nossos Índios que se haviam apartado dos seus, assim como em outro tempo havíamos feito a eles, e como dissêssemos que nenhum deles lhe havíamos de dar, por serem nossos amigos e discípulos, que Deus não queria isso, e que assim o havíamos concertado com os da fronteira, respondeu ele: "Os contrários não são Deus; vós outros sois os que tratais as cousas de Deus, haveis de no-los entregar." E como nisso altercássemos um pouco, concluiu ele em poucas palavras: "Pois que sois escassos dos contrários, não tenhamos pazes uns com outros." E pouco faltou para logo as quebrar e com quebrar-nos a cabeça, se Deus Nosso Senhor lhe desse licença, a quebraríamos mui de grado por causa tão justa, porque não só nos pediam carne humana para comer, mas ainda aos inocentes que por nos defender se haviam feito inimigos dos seus e posto suas vidas pelas nossas. O Capitão vendo-o tão bravo como lobo carniceiro, que não pretendia mais que faltar-se de sangue, e não dava nada pela razão, por se desembaraçar dele, disse-lhe que se viria cá e praticaria aquilo com o Capitão que o havia mandado, porque ele não tinha licença para poder prometer-lho. Nisto entreviu Pindobuçú, que até então se havia calado, e disse que assim seria bem, que bastava o dito, e com isto se foram e nos deixaram, e antes que o Capitão se fosse a embarcar, lhe descobriu aquele Francês todas as maquinações dos Índios que já tenho contadas. Bendito seja o Senhor, que amansou aqueles feros leões.

Este Francês se ficou praticando com nós outros na lingua brasilica, e dele soubemos como todos os seus que estão no Rio são fiéis e não papistas e não têm missa, antes perseguem e ainda matam aos que a dizem, que eles crêem só em Deus.

Deste mesmo e dos Índios que de lá vinham soubemos como de França foram ali enviados 12 frades, que segundo parece deviam ser da Ordem de S. Bernardo, os quais fizeram casa e mantimentos um ano que aí estiveram, e vivam apartados dos seus, dos quais eram perseguidos e maltratados, porque eram papistas e diziam missa; mas dos Índios selvagens e cruéis eram tratados com muita humanidade, e alguns lhes davam seus filhos a ensinar, e com tudo isso passavam muito trabalho de fome, pelo qual sendo forçados a buscar de comer pelas roças, e não conhecendo bem as raízes, comeram uma vez de mandioca assada, e houveram de morrer, o qual este Francês contava com muito gosto e prazer que disso tinha. Outra vez, andando os fiéis do Senhor trabalhando e queimando um pedaço de mato cortado, para nele plantar mantimento, pegou fogo às casas e queimou toda sua pobreza, que tinham, e ornamentos da Igreja, vendo-se tão perseguidos dos seus, e que com os gentios não podiam fazer fruto algum, como pretendiam, tornaram-se para a França, e ainda é mais de crer que os mesmos Franceses os levaram, porque não seguiam a excomungada seita de Calvino, e segundo me contou um Índio, no caminho mataram alguns deles e em chegando à França mataram os outros. A vida dos Franceses que estão neste Rio é já não somente hoje apartada da Igreja Católica, mas também feita selvagem; vivem conforme aos Índios, comendo, bebendo, bailando e cantando com eles, pintando-se com suas tintas pretas e vermelhas, adornando-se com as penas dos pássaros, andando nus às vezes, só com uns calções, e finalmente matando contrários, segundo o rito dos mesmos Índios, e tomando nomes novos como eles, de maneira que não lhes falta mais que comer carne humana, que no mais sua vida é corruptíssima, e com isto e com lhes dar todo gênero de armas, incitando-os sempre que nos façam guerra e ajudando-os nela, o são ainda péssimos.

Tornando-me agora ao propósito começado, o capitão José Adorno livre de tão grande angústia, a qual nos havia dado maior aflição que a nossa própria, se embarcou, ao qual dissemos, e assim escrevemos aos regedores destas vilas que de nenhuma maneira se desse não só alguns dos Índios inocentes nossos amigos, mas ainda nem algum dos culpados a comer, ainda que a nós outros nos custasse a vida, porque por tal causa de boa vontade não a queríamos, e ainda desejavamos dar partido, pois teve tão bom vento pela bondade do Senhor, que chegou primeiro cá que os índios em suas canoas, os quais ainda vinham determinados a combater a fortaleza de Beriquioca, mas o Capitão da terra, sabido o que passava, os estava já esperando com muita gente e lhes tinha mandado ao caminho alguns dos que cá estavam em reféns, com cujas palavras aquele principal vinha já manso e entrou em estas vilas, pregando que folgava muito com as pazes, que já cria ser verdade o que lá lhe dizíamos, nem queria que lhe dessem alguns dos nossos Índios a matar, que se nós outros, estando em sua terra e em seu poder, com tanta constância havíamos resistido à sua petição, dizendo que não se lhes haviam de dar, quanto mais a teriam os Cristãos cá, que o tinham a ele em seu poder, etc.; assim

que foi recebido com muita alegria e festas dos nossos, de que ficou mui satisfeito. Neste tempo que este chegou aqui, vieram muitos dos Tupis que se haviam rebelado e meteram-se com os Cristãos em uma fronteira chamada Itanhen com propósito de matar os que haviam vindo em reféns, para que com isto se quebrassem as pazes dos Tamújos, que se pudessem também matar dos nossos, o qual sabido do Capitão da terra, se foi lá com os Tamújos e tomou alguns deles que os mais fugiram, dos quais os Tamújos levaram suas presas e outros que os nossos lhes deram, para confirmação da paz e para que cressem verdadeiramente eram nossos inimigos, com o qual eles se tornaram tão alegres e contentes que mais se não pode dizer, e moveram todos os seus, de maneira que cada qual se dava maior pressa que podia para vir ver se podiam achar outra tão boa sorte. A nós outros nos pesou muito quando soubemos, porque *ultra* da causa dos Tupis se vinham com traição ou não, não ser bem examinada, bastara quando isso fora, fazer verdugos de seus contrários, mas não deixá-los levar a comer.

Neste meio tempo que isto cá se tratava, em que se passaram mais de quinze dias, nós outros nos ficamos postos entre muitas angústias, e vindos os de nossas aldeias que estavam ausentes lhes contamos o que havíamos passado e as traições que os do Rio urdiam contra nós outros e como ainda eram cá vindos com mau propósito, nomeando-lhes os autores do mal, de que eles mostraram ficar mui enojados contra os seus, incitando-se uns aos outros que estivessem aparelhados para quando estes volvessem, que não consentissem fazer-nos algum mal, ainda que soubessem fazer-se hoje seus inimigos, e junto com isto ficaram espantados, pensando que Deus nos havia descoberto as traições, inclusive o Pindobuçú, o qual nos disse entre outras cousas: "Vós outros sabeis todas as cousas, Deus vos descobre tudo, rogai-lhe que me dê longa vida, que eu me ponho por vós outros contra os meus." E daí em diante sempre nos ia a visitar logo de manhã, sabendo se havíamos mister alguma cousa para comer, e procurando-a e perguntando-nos muitas cousas de Deus, ao qual contávamos algumas, mostrando-lhe as imagens na Biblia, de que ele ficava espantado e nos dizia que deixássemos o mais para outro dia, que não podia levar tanto junto, e depois tinha cuidado de tornar a perguntar.

Desta maneira vivíamos em continuos temores, esperando cada dia por canoas, assim do Rio, como das que eram passadas à Beriquioca, temendo que fossem descontentes ou houvessem recebido algum dano se acometessem a fortaleza, e se quisessem vingar em nós outros, e o mesmo temor tinham os nossos amigos de Iperuig, entanto que querendo eles ir a trazer uma canoa à selva, aonde se haviam de deter alguns dias, diziam seria bom levar-nos consigo, porque não viessem estes outros estando eles ausentes como dantes havia acontecido. Mas Nosso Senhor por nos ensinar a verdadeira prática de *maledictus homo que confidit in homine*, e para que só nele puséssemos nossa esperança, ordenou que se fossem aos bosques todos os Índios de uma aldeia e a maior parte da outra, e ficássemos sós, senão quando, aos 9 de Junho, véspera de Corpus Christi, estando nós outros no fim da praia, apareceu uma canoa que vinha do Rio de Janeiro, nós outros tomamos por melhor conselho ir à aldeia de Pindobuçú, porque estando ele presente, nos parecia estaríamos mais seguros de qualquer

encontro e demos a andar pela praia e às vezes a correr, porque pudéssemos passar antes que a canoa chegasse, por lhes não dar ocasião, se nos achassem sós, de executar sua danada vontade, da qual ainda que não éramos mui certos, todavia estávamos receosos pelo que já havíamos passado, e este foi um outro trabalho, o maior, ao menos dos maiores que o Padre Manuel da Nóbrega teve em sua vida, porque estando ele mui fraco de suas contínuas indisposições e junto com o da má vida que ali se passava, se queria correr não podia, se não corria punha-se em perigo de vida; todavia correu quanto pôde, e mais do que pôde, até ao fim da praia, onde, antes da aldeia, que está posta em um monte mui alto, corre uma ribeira d'água mui larga e que dá pela cintura, o Padre ia com botas e calças que comumente traz por as chagas que tem em as pernas, do que ficou mui mal tratado, se se punha a descalçar chegava a canoa, que estava já detrás de uma ponte mui próxima de nós outros, de maneira que o tomei às costas e o passei; mas em o meio do rio vínhamos já todos molhados, e como minhas costelas ainda cansam e doem como soiam, e têm mui poucas forças, não o pude bem passar e foi forçado o Padre a lançar-se na água, e assim passou todo ensopado, de maneira que escassamente tivemos tempos para nos poder meter pelo monte e encobrir-nos com as árvores, pois pelo monte arriba foi cousa de ver, ficou-se o Padre, as botas, calças e roupeta e todo molhado, com toda a sua roupa molhada à costas e ele em camisa só, com um bordão na mão, começamos a caminhar, mas ele nem atrás, nem adiante podia ir, entanto que, vendo o seu trabalho e que era impossível chegar à aldeia, lhe cometi que nos escondéssemos no bosque até que passassem os da canoa, os quais estavam já no ribeiro gritando, e se não fora a tardança que fizeram em tirar a canoa à terra, bem creio que não chegaríamos à aldeia, à qual ainda chegamos, porque encontramos com um Índio dela, do qual, com muitos rogos e prometer que se lhe pagaria, alcancei que, agora às costas, agora puxando pelo bordão, levasse o Padre, e assim, quase sem respiração, chegou às casas; mas porque nos mostrasse Nosso Senhor quão alta é *salus hominis*, permitiu que Pindobucú em quem confiávamos não estivesse em casa, e na canoa vinha um seu filho, um dos mais insignes em maldade que há entre aquela gente, com alguns 30 mancebos de sua qualidade, o qual estando com sete ou oito canoas para vir à guerra, ouvindo a fama dos nossos as deixou e se meteu mui depressa em uma delas, querendo ser ele quem levasse a honra de nossa morte, e traziam assentado que entrando em casa, sem dizer nada aos seus, porque não os estorvassem, uns aferrassem de nós outros e ele nos desse de estocadas e cutiladas, fazendo conta que nem seu pai nem os outros da aldeia os haviam de matar por isso, que se lhes quisessem dar de paus que os sofreriam, mas que eles primeiro fariam a sua. Entrando ele, pois, com este propósito em casa de seu pai que estava ausente, disse-lhe um seu tio como nós outros éramos idos e tratávamos pazes, e quem éramos, com o que, parece que algum pouco se amansou seu furioso coração, mas não de todo, antes dali a pouco espaço entraram muitos dos seus onde pousávamos, estando nós outros rezando a véspera, a qual acabada, entrou um, que era dos que nos haviam de tomar, com uma espada mui reluzente na mão, e sentou-se em uma rede com o rosto não mui alegre, olhando-nos de através sem nos falar, e detrás de todos veio seu Capitão, o qual assentado junto

de nós outros, não estando em casa mais que só nosso hóspede, com cara alegre e grandíssima dissimulação nos começou a falar, e praticando mui devagar em cousas diversas, nos repetia muitas vezes: "É certo que tratai verdades nestas pazes, olhai que os Franceses nos dizem que não pretendeis senão que vamos muitos juntos a vossas terras, e matar-nos, e que vós haveis de fugir e deixar-nos em branco". Finalmente, depois de mui longas práticas se foi, com todos os outros, mui brando, e descobriu tudo o que trazia ordenado, dizendo: "Eu vinha a fazer isto e aquilo, mas quando entrei a ver os padres, e lhes falei, caiu-me o coração e fiquei todo mudado e fraco, e pois eu não os matei, que vinha tão furioso, já nenhum os há de matar, ainda que todos os que vicrem hão de vir com o mesmo propósito e vontade". Louvado seja o Senhor por todas as suas obras.

Se houvesse de escrever todas as particularidades que ali passaram seria nunca acabar, não é mister mais senão que dali diante cada dia bebíamos muitos tragos de morte, dos quais ainda hei de contar alguns para glória de Deus. Os Índios que estavam na selva tiveram logo rebate como eram chegados aqueles do Rio e que os Padres eram fugidos pelos bosques com medo deles, de que eles diziam com muita tristeza pelo Padre Nóbrega: "O Padre velho onde se irá agora por estes espinhos? Bem dizíamos nós outros, que não os deixássemos sós", e outras semelhantes palavras de compaixão e de boas condições, e o mais desenganado de todos eles, como antes parecera, chamado Cunhambeba, se meteu logo em uma canoa, que ainda não tinha acabado, e se veio já mui alta noite, meio mergulhado por mar mui bravo, a socorrer-nos, e sabendo que estávamos em paz, sossegou aquela noite. Ao outro dia, que foi de Corpus-Christi, nós fomos mui de manhã à sua aldeia, onde ele havia dias que nos havia mandado fazer uma casita pequena, em meio dela, para dizer missa, e quando nos viu, assim ele como todas as mulheres da aldeia receberam tanta alegria, como se ressuscitáramos àquela hora, falando-nos palavras de muito amor, e foi-se logo à outra aldeia a convidar aos outros que viessem a beber à sua, onde lhes tinha grandes vinhos, e andando bebendo e bailando com grande festa, lhes disse que não queria que ninguém nos fizesse mal, nem falasse alguma palavra áspera, e não estorvassem as pazes que ele fazia com nós outros, que determinava de nos defender ainda que soubesse quebrar com eles, e a uns deles mais ruins disse: "Vós outros não me enojeis, que eu já matei um dos vossos e o comi", o qual dizia que um escravo dos Portugueses que era dos do Rio de Janeiro, que havia poucos dias que de cá fugira, e ele o havia morto e então mandou a uma de suas mulheres que tirasse uma canela da perna que tinha guardada, de que soem fazer flautas. Os outros vendo-a disseram: "Pois tu o mataste e comeste, comamos nós outros também", e pedindo farinha, um por uma banda e outro por outra, começaram a roer em ela como perros; assim toda a cousa passou em festa e ficaram grandes amigos. Desta maneira lhes falavam também os outros em nosso favor, mas tudo aproveitara pouco se não tivéramos outro maior guardador, porque é esta uma gente tão má, bestial e carniceira, que só por tomar um nome novo ou vingar-se de alguma cousa passada, não tivera em conta qualquer mancebo soberbo matar-nos, como é certo tinham muitos boa vontade

de o fazer, máxime sabendo que por isso não havia de ser enforcado, e que todo o castigo passaria com dizer-lhes os outros: "És um ruim". Para prova do qual é de saber que neste mesmo tempo os do campo deram pela serra em uma fazenda de um homem, o qual, ainda que tínhamos mandado aviso por cartas, não se quis guardar, parecendo-lhe que, como soubessem que estavam muitos dos seus entre nós outros, já não lhe fariam mal; mas eles, não curando de nada, ainda que lhes disseram que tínhamos já feitas pazes, lhe puseram fogo à casa e a queimaram e mataram a ele e à sua mulher e fizeram logo em pedaços, e outra mulher meio queimada e ferida levaram viva e em sua aldeia a mataram com grandes festas einhos e cantares e junto com ela algumas escravas.

Depois disto, aos 20 de Junho, sendo já idos de cá os Tamújos com suas presas, e ficando-se muitos em terra com desejo de pelejar com seus contrários, mandou-nos o Capitão um bergantim para que nos viessemos, parecendo a todos, pelo grande contentamento que eles levavam, que já seriam firmes as pazes, e ao dia que chegou lá o bergantim eram partidas para aqui onze canoas, em que vinham muitos do Rio e todos da fronteira, salvo dois ou três principais que ficavam como em nossa defesa com alguns seus criados, e logo neste mesmo dia chegaram dez canoas do Rio, as quais, com a presa que estas outras haviam levado, vinham mui alegres e se partiram logo a alcançar as onze; mas porque os Índios ainda não estavam de todo seguros, e crendo nossa fé e verdade pela sua, que é mui pouca, não nos deixaram vir a ambos, nem nós outros lhes instamos por isso, todavia pareceu bem que se viesse o Padre Nóbrega, e ainda que a ele lhe foi mui caro, por deixar-me só, esperando que ainda nos poderia caber alguma boa sorte de ser comidos por amor do Senhor, todavia eu lhe instei muito que se viesse e só me deixasse sua benção e mandamento, que lá desse minha vida ao Senhor e pelo Senhor dela, e com isso se teve de embarcar, despedindo-se de mim com muitas lágrimas, sem eu lhe corresponder com algumas, e mandando-me que com a melhor ocasião que achasse me viesse. Em minha companhia se ficou um homem muito nosso devoto e amigo de Deus, cuja mulher, filhos, escravos e uma sua cunhada lhe haviam levado havia quase um ano, como nas letras passadas hei referido, o qual, depois de haver passado muitos trabalhos por resgatá-las, quis então sair-se em terra com muito resgate, esperando, segundo o bom começo que levavam as pazes, que as poderia tirar de cativo e pecado, e se mais não pudesse não duvidando de dar sua vida por causa tão justa, e certo que sua companhia foi para mim não menos boa e suave que se fora um Irmão da Companhia, a qual me foi ocasião de padecer alguma coisa, mais por amor de Nosso Senhor Jesus Cristo, *cui laus in saecula*. (...)

Estando a coisa nestes termos chegou a armada que esperávamos da Bahia, a qual vindo-se ao Rio de Janeiro, foi recebida dos contrários como amigos, logo ao princípio, mas entretanto estava-se ajuntando a gente das aldeias, a qual junta, com quase cem canoas, acometeram uma nau e um barco, que vinham para cá, e puseram-os em tanto aperto que, se não foram as grandes ondas que faziam, houveram-os de tomar, porque à nau romperam por duas partes com machados

junto à água, dando-lhes para isto favor e ardis os Franceses que vinham com eles misturados, e mataram alguns homens e flecharam muitos. Ao barco, depois da gente dele mal ferida acolher-se à nau, lhe puseram as mãos em um bordo para entrar a lhe despojar, mas eram tantos que o trabucaram e meteram ao fundo; mas dos inimigos foram muitos mortos, feridos e queimados com pólvora, e assim se houveram de ir, e a nau se veio seu caminho; também outro dia mataram oito homens e feriram todos os mais que tomaram em uma barquinha que se desmandou, e se não lhes fora socorro mui depressa, todos os levavam para comer.

O capitão-mor da armada, logo que chegou ao Rio mandou cá um navio pequeno em que fosse o Padre Nóbrega, para com o seu conselho assentar o que havia de fazer, em o qual nos embarcamos o Padre e eu com alguma gente, aos 19 de Março, e de caminho fomos a visitar nossos antigos hóspedes de Iperuig, como lhes havia prometido que havia de tornar quando me vim, os quais nos vieram a ver ao navio e me trouxeram os livros e tudo o mais que lhes havia deixado em guarda e algum fresco. Partimos, donde chegamos ao Rio à sexta-feira santa, e entramos pela barra bem à meia-noite com grande escuridão e tormenta de vento, e estivemos meio perdidos todos nós outros dentro do porto e lançada âncora não vimos os navios dos nossos, e mandando logo à terra a uma ilheta que foi dos Franceses, acharam todas as casas onde os nossos pousavam queimadas e alguns corpos de escravos que ali haviam morrido de sua doença desenterrados e as cabeças quebradas, o qual haviam feito os inimigos, porque não se contentam de matar os vivos, mas também desenterrar os mortos e lhes quebrar as cabeças para maior vingança e tomar novo nome; estes sinais nos punham em grande confusão e nos faziam pensar que algum grande desastre havia crescido à armada, e como amanheceu vimos vir flechas que trazia a água, de maneira que pouco mais ou menos atinávamos o que havia sido e esperávamos o que nos poderia vir, que era ser tomados e comidos, em o qual não púnhamos dúvida, entrando por meio da barra, e em nenhuma maneira podíamos sair, mas ali havíamos de aguardar o que Nosso Senhor nos enviasse e assim enviou, que foi sua costumada e fraterna misericórdia, e foi o caso que a armada, vendo que tardávamos tanto e que no porto não havia nada, determinou de vir-se a esta vila a refazer, e havia dois dias que era saída quando nós outros entramos, e Nosso Senhor, lembrando-se de nós outros que não estávamos mui longe de ser tragados em os ventres dos Tamújas, que são piores de que baleias, mandou-lhes aquele vento de través, que é o mais furioso que há nesta costa, com o qual nenhuma outra coisa poderia fazer ainda que quisessem senão tornar a entrar em o Rio, e assim entrou logo ao sábado, véspera de Páscoa, querendo-nos Nosso Senhor fazer participantes da alegria de sua Ressurreição, porque já era passada a sexta-feira da Paixão. Glória seja a ele por tudo. Dia de Páscoa se disse missa em aquela ilha, e determinando todavia a armada, por estar mui desbaratada, de se refazer, nos viemos a estes lugares de S. Vicente, onde agora se está refazendo, com determinação de tornar a fazer povoação ao Rio de Janeiro, assim por desarraigá-la dali a sinagoga dos contrários Calvinos, como porque ali é a melhor força dos Tamújas e seria uma grande porta para sua conversão: o Senhor que tem as chaves lha

abra presto, para que lhes entre o conhecimento de seu Criador e Redentor.

Resta agora dar conta dos exercícios dos Irmãos em seus Ministérios, os quais ficaram repartidos aqui e em Piratininga acudindo a todas as necessidades, como sempre soem, e ordenaram que se fizessem algumas procissões por o bom sucesso das pazes, *ultra* de privadas orações e disciplinas, a que concorriam muitos devotos, o qual faziam com tanto maior fervor de caridade quanto sabiam ser maiores as tribulações que passávamos entre os Tamújas, tanto que um homem casado nosso especial devoto e irmão de um nosso Padre se açoitou tão fortemente que daí a poucos dias morreu lançando muito sangue pela boca, parece que do figado, que havia pisado. Mande-o V.P. encomendar a Nosso Senhor. Depois que eu vim de minha peregrinação há Nosso Senhor visitado e castigado esta terra com muitas enfermidades, de que há morto grande parte dos escravos dos Cristãos *ut residuum locustoe comederet Brachéis*, os que haviam escapado e restado da boca dos contrários comesse a enfermidade, o qual é acrescentamento de trabalhos para os Irmãos, que nunca cessam de noite e de dia de os socorrer com o espiritual, confessando-os e batizando-os, e com o corporal, sangrando-os e curando-os, segundo o demanda a necessidade de cada um. A Itaãae (Itanhaen), que são sete léguas, que vai por uma praia, se há socorrido por vezes assim aos Portugueses como aos Índios nossos amigos, que se meteram com nós outros, os quais têm contínuos combates dos inimigos, seus parentes, e ainda que são poucos sempre levam a melhor com a ajuda de Nosso Senhor. Alguns dos adultos se andam aparelhando para o batismo. Dos meninos inocentes se há enviado uma boa cópia deles à glória com estas enfermidades. Louvores ao Senhor de todos que de todos tem tanto cuidado.

A principal destas doenças hão sido variólas, as quais ainda brandas e com as costumadas que não têm perigo e facilmente saram; mas há outras que é cousa terrível: cobre-se todo o corpo dos pés à cabeça de uma lepra mortal que parece couro de cação e ocupa logo a garganta por dentro e a língua de maneira que com muita dificuldade se podem confessar e em três, quatro dias morrem; outros que vivem, mas fendendo-se todos e quebra-se-lhes a carne pedaço a pedaço com tanta podridão de matéria, que sai deles um terrível fedor, de maneira que acodem-lhe as moscas como à carne morta e apodrecida sobre eles e lhe põem gusanos que se não lhes socorressem, vivos os comeriam. Eu me achei em Piratininga um pouco de tempo, onde fui mandado depois que vim dentre os Tamújas, a visitar nossos discípulos, os quais me desejavam lá muito, porque me têm por bom cirurgião; ali se encruelleceu muito essa enfermidade, de maneira que em breve espaço morreram muitos e a maior parte foram meninos inocentes, de que cada dia morriam três, quatro, e às vezes mais, que para povoação tão pequena foi boa renda para Nosso Senhor; dos adultos morreram alguns dos batizados *in ultimis*, e os que já o eram com grandes sinais de fé e contrição, invocando sempre o nome de Jesus; dava em as mulheres peçadas, e morriam elas e os filhos, os quais se batizavam, salvo um, que, porque nasceu sem nariz e com não sei que outras enfermidades, o mandou logo um irmão de seu pai enterrar sem no-lo fazer saber, que assim fazem a todos os que nascem com alguma falta ou defor-

dade, e por isso mui raramente se acha algum coxo, torto ou mudo nesta nação.

Assaz de trabalho e ocupação tive ali, como sempre, acudindo a todos, sangrando dez, doze cada dia, que esta é a melhor medicina que achamos para aquela enfermidade, e era necessário correr suas casas cada dia uma ou mais vezes, a buscar deles que, ainda que passeis por suas casas, se não a revolveis toda e perguntais por cada pessoa em particular, não vos hão de dizer que estão enfermos. E o melhor é que em pago destas boas obras, alguns deles, como são de baixo e rude entendimento, diziam que as sangrias os matavam, e escondiam-se de nós outros, e mandando fazer umas covas longas à maneira de sepulturas, e depois de bem quentes com muito fogo, deixando-as cheias de brasas e atravessando paus por cima e muitas ervas, se estendiam ali tão cobertos de ar e tão vestidos como eles andam, e se assavam, os quais comumente depois morriam, e suas carnes, assim com aquele fogo exterior como com o interior da febre, pareciam assadas. Três destes que achei revolvendo as casas, como sempre fazia, que se começavam a assar, e levantando-os por força do fogo, os sangrei e sararam pela bondade de Deus. A outros que daquele pestilencial mal estavam mui mal e esfolei parte das pernas e quase todos os pés, cortando-lhes a pele corrupta com uma tesoura, ficando em carne viva, cousa lastimosa de ver, e lavando-lhes aquela corrupção com água quente, com o que pela bondade do Senhor sararam; de um em especial se me recorda que com as grandes dores não fazia senão gritar, e gastando já todo o corpo estava em ponto de morte, sem saber seus pais que lhe fazer, senão chorar-lhe, o qual, como lhe cortamos com uma tesoura toda aquela corrupção dos pés, e os deixamos esfolados, logo começou a se dar bem e cobrou a saúde.

É gente miserável, que em semelhantes enfermidades nem sabem nem têm com que se curem, e assim todos confogem a nós outros demandando ajuda, e é necessário socorrê-los não só com as medicinas, mas ainda muitas vezes com lhes mandar a levar de comer e a dar-lho por nossas mãos, e não é muito isto em os Índios, que são paupérrimos, os mesmos Portugueses parece que não sabem viver sem nós outros, assim em suas enfermidades próprias, como de seus escravos: em nós outros têm médicos, boticários e enfermeiros; nossa casa é botica de todos, poucos momentos está quieta a campainha da portaria, uns idos, outros vindos a pedir diversas cousas, que só o dar recado a todos não é pouco trabalho, onde não há mais que dois ou três que atendam a isto e a tudo o mais; isto mesmo é neste Colégio de S. Vicente e finalmente onde quer que achem os Irmãos, os quais ao presente estão bem dispostos pela bondade de Deus, ainda que freqüentemente são visitados com várias indisposições. Os devotos continuam suas confissões e comunhões cada oito e cada quinze dias. À glória de Cristo Senhor Nosso.

Muita necessidade tem toda esta terra, que de todas as partes está cercada com guerras, de ser encomendada a Deus de Vossa Paternidade e de todos os Irmãos, para que a Divina Justiça amanse um pouco seu furor, e mui maior a temos nós outros, que em todos estes encontros havemos de andar em a dianteira para que *sine effusione* corramos

e agrademos a Jesus Nosso Capitão e Senhor, ao qual praza de nos dar sua graça cumprida, para que sua santa vontade sintamos e aquela perfeitamente façamos.

Deste Colégio de Jesus de S. Vicente, em 8 de Janeiro de 1565 anos.

Minimus Societatis Jesu."

Jean de Léry. *Reforma e Contra-Reforma*
(1578)

O testemunho do calvinista francês Jean de Léry, cujo livro *Viagem à Terra do Brasil* já foi referido em outros capítulos, sobre o dirigente da colônia França-Antártica, Nicolas de Villegaignon, revela as profundas e crescentes tensões de natureza religiosa que opunham Villegaignon aos membros da religião reformada, acabando por tornar impossível o convívio entre as duas facções. Essas informações de primeira mão, transmitidas pelo testemunho presencial e comprometido de um dos grupos em oposição, contribuem, a despeito da parcialidade com que são inevitavelmente descritas, para apreciar o caráter e a extensão das disputas entre Reforma e Contra-Reforma nas terras do Brasil, no século XVI.

Deve ser dito que a luta religiosa entre católicos e protestantes, que ensangüentou a Europa e, mais particularmente, a França e Alemanha, naquele século, de modo algum ficou circunscrita aos limites apertados da colônia da Guanabara. Sabe-se que Léry, após o rompimento final dos calvinistas com Villegaignon, acompanhou seus companheiros de crença numa estada de meses entre os índios da baía do Rio de Janeiro. Finalmente, em janeiro de 1558, em companhia dos senhores de La Chapelle e Boissi, e de outros franceses, como Pierre Bourdon, Jean du Bordel, Matthieu Verneuil, André la Fon e Jacques le Balleur, conseguiram embarcar no navio normando Jacques, em direção à França. Como narra Léry, esse velho navio fazia água por todos os lados e ameaçava naufragar ainda na baía. O resultado foi que vários dos passageiros decidiram regressar ao continente, entre os quais, o próprio Léry:

"(...) Pusemos no bote alguma farinha de mandioca, bebidas e nossas roupas; mas ao nos despedirmos de nossos companheiros, um deles,

penalizado com a separação e impelido pela amizade que me devotava, estendeu os braços para a barca e disse: Peço-vos que fiqueis conosco, pois apesar da incerteza em que estamos de aportar em França, há mais esperanças de nos salvarmos do lado do Peru ou de qualquer outra ilha do que das garras de Villegaignon que, como podeis imaginar, nunca vos dará sossego. O momento não era para discursos e, atentando para as suas observações, deixei na barca parte de minha bagagem e subi apressadamente para o navio, preservando-me assim do perigo previsto com acerto por esse amigo. Quanto aos outros cinco, que tinham por nomes Pedro Bourdon, João Bordel, Mateus Verneuil, André Lafon e Tiago Leballeur (Jacques le Balleur), despediram-se tristemente de nós para o Brasil, onde aportaram com grandes dificuldades. Mas Villegaignon mandou matar os três primeiros por divergências religiosas (...)" (LÉRY, 1960: 228)

A história posterior de Le Balleur é cheia de imprevistos e contradições. Sabe-se que ele conseguiu escapar da vindita de Villegaignon, refugiando-se junto aos portugueses, aos quais teria informado e guiado na batalha final contra os franceses da França-Antártica. Como quer que seja, o certo é que por volta de 1560 estava o francês em São Vicente, onde se meteu numa acalorada disputa teológica com o jesuíta Luis da Grã. A descrição desses incidentes, em que o calvinista francês parece ter se saído melhor, com o risco da própria vida, é narrada por José de Anchieta na "Carta ao Pe. Diego Laynes, Roma", de 1º de junho de 1560, escrita de São Vicente:

"(...) Antes disto vieram outros, e com eles quatro Franceses, que, com o pretexto de ajudar aos inimigos na guerra, se queriam passar para nós outros, o que não puderam fazer sem muito perigo. Estes, como depois se supôs, apartaram-se dos seus, que estão entre os inimigos em uma povoação que chamamos Rio de Janeiro, daqui a cinquenta léguas, e têm trato com eles; fizeram casas, e edificaram uma torre mui provida de artilharia, e forte de todas as partes, onde se dizia serem mandados por El-Rei de França assenhorearem-se daquela terra. Todos eles eram hereges, aos quais mandou João Calvino dois que lhe chamam Ministros, para lhes ensinar o que haviam de ter e crer. Daí a pouco tempo, como é costume dos hereges, começaram a ter diversas opiniões uns dos outros, mas concordavam nisto que servis-

sem a Calvino e a outros letrados, e logo que eles respondessem isto, guardariam todos. Neste mesmo tempo um deles ensinava as artes liberais, grego e hebraico, e era mui versado na Sagrada Escritura, e por medo do seu Capitão que tinha diversa opinião, ou por querer semear os seus erros entre os Portugueses, uniu-se aqui com outros três companheiros idiotas, os quais como hóspedes e peregrinos foram recebidos e tratados mui benignamente. Este que sabe bem a língua espanhola, começou logo a blasonar que era fidalgo e letrado, e com esta opinião, e uma fácil e alegre conversação que tem, fazia espantar os homens para o estimarem. Escreveu também uma breve carta ao Padre Luiz da Grã, que então estava em Piratininga, na qual lhe dava conta de quem era, e que havia aprendido, dizendo que depois que o mestre de sua adolescência, varão singular, o havia metido nas escolas dos *Pierides*, havia bebido da fonte cabalina ameníssimos arroios de sabedoria, e se havia passado ao estudo da Sacra Teologia e Divina Escritura, a qual para mais facilmente poder alcançar, havia aprendido a língua Sacra, isto é a hebréia, dos mesmos Rabis, dos quais tinha ouvido de muitos peritos, e que praticaria com o Padre quando se vissem. Estas cousas quase compreendia no fim da Epístola, que concluiu com um dístico. Passaram-se muitos dias quando começou a regoldar-se de seu estômago cheio do fedor dos seus erros, dizendo muitas cousas sobre as imagens dos Santos, e o que aprovava a Santa Igreja do Sacratíssimo Corpo de Cristo, do Romano Pontífice, das Indulgências, e outras muitas que adubava com certo sal de graça, de maneira que ao paladar do povo ignorante não só não pareciam amargas, mas mesmo doces. Sabendo isto o Padre Luiz da Grã, veio logo a Piratininga a opor-se à pestilência, e arrancar as raízes internas deste mal que começava a brotar, tendo receio disto, e que por favorecidos pudessem indignar o Padre, fazendo-o suspeito, e talvez denunciasse dele, mandando-lhe logo uma invectiva, cujo princípio era este: *Adeste mihi caelitos, afferte mihi gladios ancipites ad faciendam vindictam in Ludovicum Dei osorem &c.*, na qual o acusava e repreendia mui grandemente porque não repartia o pão da doutrina com os Portugueses, por trabalhar na conversão dos Infiéis, e disto se nos amontoou muitas outras cousas, com que esperava se exasperaria o Padre. Mas o Padre que tratava da causa de Deus não fugiu, tendo mais respeito à comum salvação de todos, que à sua própria glória; foi ao Vigário requerendo que não deixasse ir adiante esta peçonha luterana, e com sermões públicos admoestasse ao povo que se acautelasse daqueles homens e dos livros que trouxeram cheios de heresias. Porém o vulgo imperito em freqüentes práticas louvava aos Franceses, maravilhando-se de sua sabedoria, e eloquência, apregoando os conhecimentos que tinham dos atos liberais, e pelo contrário caluniava ao Padre Luiz da Grã, dizendo, que enojado pela invectiva que lhe mandara, o perseguia. E o que é mais, já a pestilência pouco a pouco grassava nos corações incautos da imperita multidão, que sem dúvida muitos se infeccionaram da peçonha mortal sem haver a menor resistência. Tanta autoridade de repente conseguiu para com eles, que muito se diminuiu a do Padre, que todos tinham em muita reputação por seu exemplo de vida e singular doutrina. Depois disto o mandaram para a Bahia, para lá se conhecer mais amplamente da sua causa, e o que lá e aqui se fez acerca dele, e para que por cartas particulares se saiba, não há cousa que convenha por carta geral calar-se: somente

direi que se tratou a cousa de maneira, que torna Vossa Paternidade ocasião de grande dor, considerando quão pouco caso se fez entre os Cristãos fiéis da causa da Fé.

Tomou logo o Governador a resolução de vir contra os Franceses com as Naus armadas combater a Fortaleza. Daqui foi socorro em navios e canoas, e nós outros demos o costumado socorro de orações, além das particulares que fazia cada um: diziam-se cada dia umas litánias na Igreja, acabada a missa: também se mandou daqui um Padre, com o Irmão intérprete, a rogos do Governador, para que se ocupasse em confessar os soldados, e ensinar aos Índios que com eles haviam vindo. Voltou o Irmão mui doente de febres e câmeras de sangue, pelo muito trabalho e frio que sofreu, mas logo sarou pelo favor da Divina Bondade.

Era a Fortaleza mui forte, assim pela natureza do sítio do lugar, toda cercada de penhas, que se não podia entrar senão por uma subida estreita e alta por rochas, como pela muita artilharia, armas, alimentos, e grande multidão de bárbaros que tinha, de maneira que pelo juízo de todos era inexpugnável. Acometeram com tudo isto por mar e por terra, confiados no Poder Divino e no seu próprio: defendiam-se os Franceses com os inimigos, travando-se grande e cruel peleja: de ambas as partes morreram muitos, e os mais deles dos nossos, e veio a tanto, que já se tinha perdida a esperança da vitória, e que se tomara conselho como se poderiam embarcar, assim pelos tiros que se davam em terra, como pelos perigos, que de certo não se poderia fazer sem morrerem muitos; mas tendo os nossos cometido cousa tão árdua, e ao parecer de quase todos temerária, pela justiça foram ajudados do Senhor dos Exércitos, e quando já nos navios não havia pólvora, e os que pelejavam em terra estavam desfalecidos pelo muito trabalho, fugiram os Franceses, desampararam a torre, recolhendo-se às Povoações dos bárbaros em canoas, de maneira que é de crer que muitos fugiram com espanto que lhes pôs o Senhor contra as forças humanas. Tomou-se pois a Fortaleza, em que se achou grande cópia de cousas da guerra e mantimentos, mas cruz alguma, imagem de Santo, ou sinal algum de católica doutrina se não achou, mas grande multidão de livros heréticos, entre os quais (se por ventura isto é sinal de sua reta Fé) se achou um Missal com as imagens ruidas. Socorra o Senhor as suas ovelhas. (...)" (ANCHIETA, "Carta ao Pe. General de S. Vicente, 1º de junho de 1560") (1)

O destino final do calvinista francês é até hoje sujeito a dúvidas, a que não faltam os ecos da guerra religiosa entre católicos e protestantes em textos mais ou menos recentes, onde se acusam os portugueses de terem levado Le Balleur à forca na Bahia, com a participação de Anchieta, empenhado em ajudar o condenado a "bem morrer" (2). Esses críticos baseiam-se em um

(1) Em LISBOA, B. da Silva, vol. VI, 1835: 111-139.

(2) Cf. Álvaro Reis, *O Martyr Le Balleur (1567)*, Rio de Janeiro, Comemoração do IV Centenário da Reforma, 1917, 262p.; Vicente Themudo Lessa, *Anchieta e o Supplicio de Balleur*, São Paulo, Liv. Record Editora, 1934, 133p.

capítulo da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador (3). Parece mais provável a versão de Anchieta, em *Informações e Fragmentos Históricos (1584-1586)*, que trata do destino final do francês:

"(...) Um dos moradores desta torre era um Joannes de Bolés, homem douto nas letras latinas, gregas, hebraicas e mui lido na escritura sagrada, mas grande herege. Este, com medo de Villegaignon, que pretendia castigá-lo por suas heresias, fugiu com alguns outros para S. Vicente nas canoas dos Tamoyos que iam lá à guerra com título de os ajudarem, e chegando à fortaleza da Bertioiga se meteu nela com os seus e se ficou em S. Vicente. Ali começou logo a vomitar a peçonha de suas heresias, ao qual resistiu o padre Luiz da Grã e o fez mandar preso à Bahia e daí foi mandado pelo bispo D. Pedro Leitão a Portugal e de Portugal à Índia e nunca mais apareceu. (...)" (ANCHIETA, 1886: 11)

* Jean de Léry, *Histoire d'un voyage fait en la terre du Bresil, autrement dite Amerique*. La Rochelle, Antoine Chuppin, 1578, 424p. (1ª edição). A edição utilizada é *Viagem à Terra do Brasil*, São Paulo, Martins, 1960: 79-94.

"(...) Depois de ancorados os nossos navios no porto desse rio Guanabara, muito perto da terra firme, cada qual arranjou sua bagagem e a trouxe para os escaleres. E assim fomos todos desembarcar na ilha e forte de Coligny. E vendo-nos livres dos riscos e perigos que tantas vezes nos cercaram no mar, a primeira coisa que fizemos, depois de pôr o pé nessa terra, para onde havíamos sido conduzidos com tanta felicidade, foi todos juntos rendermos graças a Deus. Em seguida fomos ter com Villegaignon que nos esperava em lugar conveniente e nos saudamos todos uns aos outros. E ele a todos abraçou muito risonho. A seguir o senhor Du Pont, apoiado por Richier e Cartier, ministros do evangelho, declarou a causa principal que nos movera àquela viagem e a passar o mar em meio a tantos perigos para irmos ter com ele e aí erigirmos nossa igreja reformada, concorde com a palavra de Deus. Em resposta disse ele textualmente o seguinte: "quanto a mim, desde muito e de todo o coração desejei tal coisa e recebo-vos de muito bom grado mesmo porque aspiro a que nossa igreja seja a mais bem reformada de todas. Quero que os vícios sejam reprimidos, o luxo do vestuário condenado e que se remova de nosso meio tudo quanto possa prejudicar o serviço de Deus". Erguendo depois os olhos ao céu e juntando as mãos disse: "Senhor Deus, rendo-te graças por teres-me enviado o que há tanto tempo venho ardentemente pedindo." (...) À noite, quando se tratou de arranjar aposento, foram o senhor Du Pont e os dois ministros acomodados em uma sala igual à do meio da ilha e nós, por gentileza, num casebre coberto de palha, que um escravo construira a seu modo à beira-mar. Aí amarramos

(3) SALVADOR, 1965: 190-191.

as nossas redes para dormirmos à moda da América, suspensos no ar. Assim, já de chegada e nos dias seguintes, sem necessidade nenhuma e sem nenhuma atenção ao estado de debilidade em que nos encontrávamos por causa da viagem, sem consideração ao calor que faz no país, nem à parca alimentação que tínhamos, de duas medidas de farinha de raízes, que comíamos ou seca ou em papa feita com a água suja das cisternas, obrigou-nos Villegaignon a carregar terra e pedras para o seu fortim e isso desde madrugada até à noite, apesar de nossa fraqueza, o que por certo constituía um tratamento mais rude do que fora de esperar de um pai. (...)

Ao terminar o sermão, Villegaignon, aparentando zelo, levantou-se e alegou que os capitães, mestres, marujos e algumas pessoas presentes ainda não professavam a religião reformada; deviam portanto sair porque não estavam aptas para assistir ao mistério da administração do pão e do vinho. E ele próprio a fim de dedicar o seu fortim a Deus e fazer confissão de sua fé em face da igreja, ajoelhou-se num coxim de veludo, que um pajem trazia geralmente consigo, e pronunciou em voz alta duas orações, quais obtive cópia e aqui transcrevo, literalmente, para que melhor se compreenda quanto é difícil conhecer o coração desse homem.

"Meu Deus, abre os olhos e a boca de meu entendimento, acostuma-os a te dirigir confissão, preces, e ações de graças pelo muito bem que nos tens feito. Deus onipotente, vivo e imortal, pai eterno de teu filho Jesus Cristo, Nosso Senhor, que por tua própria providência governas com teu filho todas as coisas no céu e na terra, assim como pela tua bondade infinita te fizeste ouvir aos teus escolhidos, desde a criação do mundo, especialmente por teu filho que enviaste à terra, e pelo qual te manifestas (...). Eu te agradeço ainda, ó Deus de suprema bondade, porque, conduzindo-me a este país de ignorantes de teu nome e grandeza, tu me preservaste da malícia de Satanás e tu lhes incutiste terror a ponto de, à simples menção de nosso nome, tremere de medo. Tu os obrigaste a alimentar-nos com seu trabalho e para refrear a sua brutal impetuosidade os afligiste com cruéis moléstias, preservando-nos delas entretanto. Suprimiste os que nos eram mais perigosos e reduziste os outros a tal estado de fraqueza que nada ousam empreender contra nós. E ainda te aprouve não só permitir que lançassem raízes neste lugar aqueles que para aqui trouxeste sãos e salvos, como também estabeleceste o regime de uma igreja para manter-nos unidos e no temor de teu santo nome a fim de ganharmos a vida eterna. (...)"

Findas estas duas preces, Villegaignon apresentou-se à mesa do Senhor e recebeu de joelhos o pão e o vinho da mão do ministro. Logo verificamos porém o justo conceito de um antigo escritor que dizia ser difícil simular a virtude por muito tempo, pois percebemos que nele havia apenas ostentação. Pois embora houvesse, juntamente com João Cointa, abjurado publicamente o papismo, tinham ambos mais vontade de discutir do que aprender e aproveitar e não tardaram muito em promover disputas relativamente à doutrina e sobretudo à ceia. (...) Queriam assim embora sem saber como fazê-lo, comer

a carne de Jesus Cristo, não só espiritualmente mas ainda materialmente, à maneira dos selvagens *guaitaká*, que mastigam e engolem a carne crua. Entretanto Villegagnon mostrando-se sempre alegre e afirmando desejar apenas instruir-se, mandou para a França o ministro Chartier em um dos navios que, carregado com pau-brasil e outras mercadorias do país, partiu a 4 de junho, a fim de trazer as opiniões dos doutores sobre a contenda da ceia, e principalmente a de João Calvino, a cujo parecer dizia Villegagnon querer submeter-se. (...)

Ocorre ainda que um tal Nicolau Carmeau, que foi portador dessas cartas e partira a 1º de abril no navio *Rosée*, disse-me ao despedir-se, que Villegagnon lhe ordenara dizer verbalmente a Calvino que para perpetuar os conselhos recebidos ia mandar gravá-los em cobre; encarregara também esse mesmo indivíduo de lhe trazer de França homens, mulheres e meninos prometendo pagar todas as despesas que os adeptos da religião fizessem para arranjar essa gente.

Antes de continuar quero mencionar aqui que dez rapazes selvagens de nove a dez anos, tomados na guerra pelos índios amigos dos franceses, e vendidos como escravos a Villegagnon, foram embarcados no mesmo navio para a França, depois de ter o ministro Richier, ao fim de uma prédica, imposto as mãos sobre eles e de termos rogado a Deus que lhes fizesse a graça de serem os primeiros deste pobre povo chamados à salvação; em França ditos rapazes ao chegarem foram apresentados ao Rei Henrique II, então reinante, e depois dados de presente a vários magnatas. Um desses índios foi doado ao falecido senhor de Passy que o mandou batizar; e pude reconhecê-lo na residência deste, na minha volta.

Além disso, a 3 de abril, dois mancebos, criados de Villegagnon, desposaram no momento da prédica, segundo as leis da igreja reformada, duas jovens que tínhamos trazido de França para este país. Menciono o fato não só por terem sido as primeiras núpcias realizadas à moda cristã na terra da América, mas ainda porque muitos selvagens, atraídos pela curiosidade se mostraram mais admirados com as mulheres vestidas, coisa que nunca haviam visto antes, do que com a cerimônia eclesiástica que lhes era também totalmente desconhecida. (...) E para não calar o que era louvável em Villegagnon, direi de passagem que visando certos normandos, que muito antes dele chegar ao país se tinham salvado de um navio que naufragara e haviam ficado entre os selvagens, vivendo amasiados sem temor a Deus, alguns com filhos já de quatro a cinco anos de idade, e a fim de evitar que o mesmo não acontecesse aos de nossa ilha e de nosso fortim, proibiu Villegagnon, depois de ouvir o parecer do conselho, que nenhum cristão se juntasse às mulheres dos selvagens, sob pena de morte, a menos que fossem antes instruídas na religião, e batizadas. Isso não aconteceu, entretanto, pois não obstante as prédicas feitas a esse povo bárbaro, nenhum indivíduo quis abandonar sua crença e converter-se. Por isso, durante todo o tempo que lá estive não vi francês algum tomar mulher selvagem. Como esta lei encontrava claro fundamento na palavra de Deus, foi ela exatamente observada. Nenhum dos sequazes de Villegagnon, nem nenhum de nossos companheiros a transgrediu e embora, depois de meu regresso eu tenha ouvido dizer que Villegagnon se poluía na América com mulheres selvagens posso testemunhar que

em nosso tempo ninguém o suspeitava. E mais: tão severo se mostrava ele na observância dessa ordem que foi preciso a intercessão de pessoas de sua intimidade para que comutasse em pena de calceta aos pés e trabalho entre os escravos a condenação por ele imposta, de enforcamento, a um intérprete normando que fora apanhado em comércio carnal com uma índia de que outrora abusara. (...)

Após a ceia de Pentecostes, Villegagnon declarou abertamente ter mudado de opinião sobre Calvino e sem esperar resposta à consulta feita por intermédio de Chartier, declarou-o herege transviado da fé. Daí por diante passou a demonstrar-nos má vontade restringindo as prédicas a meia hora, a partir de fins de maio, e a elas assistindo raramente. Em suma a dissimulação de Villegagnon se patenteou tão clara que não foi difícil verificar com que lenha se aquecia, como se diz vulgarmente. E se me perguntarem o porque dessa mudança, direi que foi motivada, na opinião de alguns dos nossos, por cartas recebidas do cardeal de Lorena e de outros personagens, em um navio que por essa época aportou em Cabo Frio, a 30 léguas da ilha em que estávamos. Tais cartas censuravam-lhe acerbamente haver abandonado a religião católica romana e ele, temeroso das consequências, mudou subitamente de opinião. (...) Como quer que seja, posso assegurar que, por ocasião de sua rebeldia, como se tivesse a consciência castigada, se tornou tão neurastênico, que jurava a cada instante pelo corpo de S. Tiago que quebraria cabeça, braços e pernas ao primeiro que o importunasse; e ninguém mais ousava ir ter à sua presença. A propósito contarei a maldade que eu vi praticar nessa ocasião a um francês de nome Laroche, que ele conservava preso em grilhões. Mandou deitá-lo de costas no chão e dar-lhe tanta pancada no ventre que a vítima quase morreu e depois de vê-lo assim todo machucado o desumano verdugo ainda dizia: "Corpo de S. Tiago, faze outra, frascário!" E com incrível impiedade o teria deixado estendido e semimorto se dele não precisasse por ser marceneiro. Outros franceses que ele mantinha presos pelo mesmo motivo porque prendera Laroche, a saber pelo fato de se terem revoltado ante os maus tratos inflingidos antes de nossa chegada, vendo-se mais judiados do que se estivessem nas galés, preferiram abandonar a ilha e ir viver entre os selvagens que os tratavam mais humanamente. Trinta ou quarenta homens e mulheres *margaiá*, que os tupinambás, nossos aliados haviam vendido como escravos eram tratados ainda mais cruelmente. E com efeito, certa vez o vi, por motivo de nonada, mandar amarrar um delés, de nome *Mingau*, a uma peça de artilharia e derramar-lhe toucinho derretido nas nádegas. Por isso essa pobre gente sempre proclamava em sua língua: — "Se soubéssemos que Páiocola nos trataria desse modo, antes nos teríamos deixado comer pelos nossos inimigos". (...)

Mas isso em vez de prejudicar-nos muito nos valeu, pois além de termos com os selvagens, em troca de uma simples foice, maior quantidade de farinha que a distribuída em seis meses por Villegagnon, tal recusa nos dispensava completamente de obedecer-lhe. (...) E isso é tão evidente que certa vez, ao chegarmos da terra firme, onde passáramos dessa feita cerca de 15 dias, um tal João Gardien e eu, fingiu

ele ignorar a permissão que antes de sair havíamos solicitado do Sr. Barré, seu lugar-tenente, e acusando-nos de transgressão ordenou não só que nos prendessem, mas ainda que nos pusessem grilhões aos pés como aos escravos. (...)

Para concluir o que me cabe dizer acerca de Villegagnon, acrescentarei que, detestando-nos dia a dia mais, aproveitou a primeira oportunidade para declarar que não nos suportaria em seu fortim e ordenou, em fins de outubro, que nos retirássemos para a terra firme. Embora,

como já disse, tivéssemos meios para expulsá-lo dali, não só para que não tivesse motivos de queixa contra nós como para que não tivessem decepção em França e nos outros países os que muitos esperavam de nossa missão, nem se lançasse mácula sobre a nova doutrina, preferimos obedecer a Villegagnon e deixar-lhe a praça sem contestação. E assim, após oito meses de residência no forte de Coligny, que ajudáramos a construir, retiramo-nos para o continente onde permanecemos dois meses à espera de que um navio, vindo do Havre para carregar pau-brasil e com cujo mestre contratamos o nosso transporte, se aprontasse para partir. (...)"

A CRISTANDADE NA AMAZÔNIA

João Betendorff. *Os Jesuítas na Selva*
(1699)

João Felipe Betendorff nasceu em Luxemburgo, em 1625, e entrou para a Companhia de Jesus em 1647. Pretendia ser missionário no Japão mas, atraído pelo prestígio do padre Antônio Vieira, seguiu para o Maranhão e Grão-Pará, onde foi missionário em aldeias indígenas do Amazonas, encaminhando-se a seguir para funções de administrador e de cronista da ordem. Foi várias vezes reitor do Colégio do Maranhão, ocupando cargo idêntico no Colégio do Pará, e sendo superior da missão. Tem contribuições na área da lingüística indígena, mas sua grande obra é a *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, volumosa obra que só veio a ser editada na *Revista do Instituto Histórico* em 1910. Os originais da *Crônica* se perderam e as cópias dos arquivos, utilizadas na sua impressão, ressentem-se de muitos equívocos de copistas. A despeito disso, é obra essencial para o conhecimento dos métodos e da ação prática dos jesuítas na Amazônia e no Maranhão, na segunda metade do século XVII. Vale um comentário

adicional sobre a posição de Betendorff quanto às liberdades indígenas e à relação com os colonos. Embora tivesse vindo à América sob a influência e a direção do padre Antônio Vieira, Betendorff passou cedo a compor o grupo crescente de jesuítas influentes, como Alexandre Gusmão, Simão de Vasconcelos, João Antônio Andreoni e Jorge Benci, que, a partir da segunda metade do século XVII, desistia da defesa das liberdades indígenas em favor de concessões cada vez mais amplas aos interesses escravistas dos colonos e da administração colonial. Esta capitulação progressiva, que amargurou os últimos anos de vida do padre Antônio Vieira, tornou-se mais pronunciada e permanente após a expulsão deste e de seus liderados do Estado do Maranhão (1661) e da expulsão dos jesuítas de São Paulo (1682-83).

* Cópia de cópia do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, obtida por Gonçalves Dias (originais perdidos). João Felipe Betendorff. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional (*Revista do Instituto Histórico*), 1910: 275-80.

"DO QUE O PADRE PERO LUIZ OBROU EM XINGU, E A VIAGEM QUE FEZ O PADRE PEDRO PODEROSO COM O IRMÃO ANTONIO RIBEIRO PARA OS TACONHAPÉS. (Capítulo 10)

Andava em aquele tempo o Padre Pero Luiz Gonsalves correndo com a missão do Xingu, com incansável zelo, tendo a seu cuidado não somente as aldeias de seu rio, mas também de Gurupá e rio das Amazonas para riba. Ajuntou em sua aldeia do Xingu muita gente nova, uns Jurunas, outros Cacoanhapés de nação, os quais, vendo as ocasiões que lhes davam os brancos, se voltaram muitos para suas terras, e outros poucos, tocados da graça do Céu, perseveraram até o fim. Entre estes, houve um principal, grande feiticeiro, o qual, depois de ensinado em os mistérios de nossa Santa Fé, arrependido de sua má vida passada, pediu com grande instância ao Padre Pero Luiz que o batizasse para poder ir ao Céu; instruiu-o ele com cuidado e pressa e o batizou em uma grande e perigosa doença, que lhe tinha dado. Não é crível quanto se alegrou de ser já feito filho de Deus, e quanto desejou logo de acabar a vida para ir ver a face de seu bom Pai; e com este amoroso desejo continuamente, expirou com os Santos nomes de Jesus e Maria em a boca, deixando o Padre todo admirado de tão ditoso gênero de morte, como foi a sua. Havia mais uma mulher gentia em sua aldeia, a qual, achando-se também gravemente doente, pediu encarecidamente ao Padre Pero Luiz que a batizasse e pusesse em caminho de sua salvação; pôs-se ele a ensiná-la com todo o cuidado possível, preparando-a com todos os mais requisitos para tão alto Sacramento e ao cabo disse-lhe: Filha, amanhã te batizarei e te chamarei Paula. Descansou entretanto, suspirando sempre para aquela tão grande dita; não a batizou logo, por entender que em dúvida chegaria ao dia seguinte; porém, como os homens principalmente menos práticos do conhecimento das doenças facilmente se enganam, enganou-se também ele, porque pela meia-noite lhe vieram dizer que morrera a sua doente.

Pasmou muito, mandando logo quem pudesse certificá-lo da verdade, e se botou de joelhos diante de seu crucifixo, pedindo a esse Divino Redentor e amante das almas, quisesse perdoar-lhe a ele o seu descuido, e dar vida a Paula para se poder batizar. Chegou recado que a índia verdadeiramente morrera, com que o pobre Padre ficou ainda mais aflito, e continuando sua oração a ele sobre a madrugada, veio-lhe recado que a índia vivia. Alegrou-se ele com tão bom recado, foi depressa para casa dela e vendo-a com vida disse-lhe: Que é isto, filha Paula, é certo que morreste sem eu sabê-lo? Morri, respondeu ela, e morri verdadeiramente, mas quis Deus Nosso Senhor que tornasse a viver, para que tu acabes de me instruir e batizar. Fê-lo assim o Padre com sumo gosto de sua alma, tornou a ensiná-la e fazer com ela os atos de Fé, Esperança, Caridade e contrição e depois disso lhe lançou a água do batismo, com que deu seu ditoso espírito a seu Criador. Estes dois casos tão maravilhosos me escreveu o mesmo Padre Pedro Poderoso, como Superior, dando-me conta do que se passara em sua missão do Xingu, para onde eu o tinha mandado. Ora, já que estamos falando em a missão do rio Xingu, referirei brevemente a viagem que por ele fez o Padre Pedro Poderoso com o irmão Antonio Ribeiro para os Taconhapés por minha ordem, para descer aquela nação, de

língua geral, de seus sertões. Tendo eu por notícia que pelo sertão daquele rio Xingu estava a nação dos Taconhapés, índios de língua geral, mandei-lhes o Padre Pedro Poderoso e o irmão Antonio Ribeiro, ambos bons línguas, para praticá-los a que se descessem para as aldeias mais chegadas à povoação dos brancos, para poderem ser filhos de Deus. Navegaram os Padres em canoa bem equipada e provida, uns quatorze dias pelo rio a riba, contra umas correntezas do mesmo rio, que... precipitando-se de terras altas para mais baixas entre rochedos mui... com tanta veemência que só pegando-se os índios remeiros em uns ramos que havia ao bordo do rio podiam avançar alguma cousa, e dizia-me o Padre que em esses rochedos havia figuras de umas letras à grelha, como entalhadas ali. Chegaram finalmente, suposto que com incrível trabalho, ao porto onde amarraram a canoa, deixando dentro quem tivesse cuidado para se não perder. Logo que puseram o pé em terra, deram com uma vara de tantos porcos do mato que mataram uns quatorze deles, e acharam uma árvore de tão desmedida grossura que tomada a medida dela chegava a seis braças de roda; pararam aí por ser já tarde e começaram os índios a fazer suas assaduras e comer de tal sorte que dentro em uma noite puseram os quatorze porcos em a barriga, sem sobejar sequer um quartinho, que o Padre Poderoso lhes tinha mandado guardar, para tomar de madrugada um bocado, antes de se pôr em caminho; parecia cousa incrível se os Padres o não contassem, e se não conhecesse a grande voracidade daquela gente, a qual como é muito sôfrega de fome, quando lhe falta o necessário, assim faz excesso em comer, quando tem com que se encher. Ao levantar do Sol, prosseguiram sua viagem por terra, seguindo o caminho que os levava pelo mato dentro, e tendo caminhado um bom estirão, chegaram à vista de uma aldeia, cujos Principais com os mais seus vassallos os vieram encontrar ao caminho, e tendo-lhes dado as boas vindas, com muita festa, os levaram para umas casas em as quais tinham feito armar duas belas redes, e um dos ditos Principais, pegando dos Padres, os fez assentar aí; acabada esta primeira cortesia, vieram as mulheres com os seus presentes, que eram umas espigas de milho assadas e umas poucas de castanhas da terra com uns bolos cozidos debaixo do bortalho, feitos do mesmo milho pisado, e embrulhados em umas folhas para se não encherem de cinzas; nisto pararam todos os seus presentes, por não terem outra cousa que dar, correspondeu-lhes o Padre Pedro Poderoso com uma tijela de sal para cada uma, por ser cousa muito estimada em seus sertões. Acabado este recebimento, como o Padre os tinha juntos, declarou-lhes a causa de sua vinda, dizendo era mandado de seu Payuassu ou Padre grande, que é o mesmo que superior maior, para convidá-los em nome dele, padre, que, deixados os seus matos, onde irreparavelmente se perderiam para sempre, saíssem para junto ao povoado dos brancos, para os Padres lhe ensinarem o caminho do Céu, dando-lhes notícia de Deus, seu Criador e Senhor, para se poderem batizar, fazerem-se filhos seus e por este meio alcançarem a salvação de suas almas. Pareceu-lhes bem esta proposta e pediram tempo para tomarem seu conselho entre si, e darem-lhe a resposta e resolução que tinham tomado. Enquanto isto andaram, descansaram os remeiros dos Padres e se passou aquele dia; em o dia seguinte bem cedo, ao levantar da aurora, viram vir o Principal da aldeia para o terreiro, a limpá-lo das imundices dos cães, que o tinham sujado a noite passada e fazia isso como cousa

de seu cargo e digna de sua pessoa, e viram mais que afugentavam os índios de si os mosquitos que havia, com um pouco de azeite de cocos bravos ou inajazes, com tão feliz sucesso que dizia o irmão Antonio Ribeiro, que o mesmo era assentarem-se esses animaizinhos sobre o que estava untado dele, que caírem mortos todos em o mesmo momento.

Logo que se aclarou bem o dia, vieram todos os índios dar a resposta ao que se lhes tinha praticado, e foi que um deles acompanharia os Padres a suas terras, e que, achando serem boas e a seu gosto, tratariam de fazer aí suas roças (digo seus roçados), e se desciriam para fazer sua aldeia. Com esta resolução, foram os Padres praticar outros seus parentes, divididos pela vizinhança; de todos tiveram a mesma resposta, e assim se vieram para baixo, trazendo alguns deles em sua companhia, mas não aqueles que tinham fugido da aldeia da Misericórdia, que eu tinha procurado pelo ano de 1662 para 1663, porque oferecendo-lhe o Padre Poderoso uma dádiva da parte da Misericórdia, disseram redondamente: napatere Misericórdia, que quer dizer: não quero nada com a Misericórdia; com o qual dito, deu muito que rir aos que depois o ouviram contar. Os Padres, para ganharem as vontades deles, lhes repartiram suas ferramentas para fazerem suas lavouras, o que estimaram sumamente por não terem com que roçarem suas terras. Trouxe o Padre Poderoso de lá um pássaro mui grande, que se chamava Águia imperial ou real, a qual tinha pernas da grossura de um braço e comia de uma vez uma paca, que é maior que uma

lebre da Europa; mas como comia tanto quanto lhe davam, também passava muitos dias sem comer bocado, quando lhe faltava. Chegaram todos a salvamento ao Grampará, onde lhes falei, animando-os a descirem seus parentes, e indo visitar as aldeias, mandei com eles um Principal Tupinambá, de nossa roça de Mamayacú, por nome F..., e, como os não podia acompanhar, dei-lhes um meu barrete, para que à vista dele se viessem para baixo. Fizeram assim e à vista do barrete vieram quantidade deles com o Principal F..., para roçarem; mas como o Capitão-mor da fortaleza do Gurupá, Fuão Botelho, era pouco amigo dos Padres, os maltratou; com que voltaram para suas terras e nunca mais apareceram, e daqui se verá claramente quanta extorsão fazem alguns homens pouco tementes a Deus aos pobres Missionários em as cousas de seu santo serviço. Tem aquele sertão dos Taconhapés quantidade de cravo, porém como a subida rio acima é tão dificultosa como temos visto, e juntamente a descida arriscadíssima, em vista da grande correnteza das águas, que de um alto correm, como um vento, para baixo, com constante perigo de darem as canoas consigo em uma penha, não sendo destrissimamente governadas por pilotos muito experimentados, poucos há que se atrevam ir em busca dele; porém como tudo vence a cobiça insaciável dos homens nada há hoje... aos cravistas, que a tudo se arriscam, para levar o cravo de onde quer que esteja. Deixo à consideração do leitor o muito que padeceriam esses pobres Missionários por esses caminhos tão arriscados; mas como foram em serviço de Deus, ele lhes dará o prêmio do que padeceram por seu santo amor. (...)"

Luiz Figueira. *Relação da Missão do Maranhão*
(circa 1609)

O padre Luiz Figueira foi pioneiro das missões jesuíticas na Serra do Ibiapaba e na penetração dos jesuítas na Amazônia, onde iria encontrar a morte. Nasceu em 1575 e embarcou para o Brasil em 1602, já como membro da Companhia de Jesus. Foi reitor do Colégio de Pernambuco, onde concluiu sua *Arte da Língua Brasileira*, impressa em Lisboa, em 1621. Entre 1606 e 1607, em companhia do padre Francisco Pinto, fez uma longa expedição das costas do Ceará à Serra do Ibiapaba, onde iniciou uma missão entre os índios Tabajára (Tupinambá). Nessa época, os franceses já freqüentavam as costas do Maranhão e a embocadura do rio Amazonas, exercendo grande influência sobre os vários grupos indígenas. Como declara Vieira, na *Relação da Missão da Serra*

de Ibiapaba, o propósito mais ambicioso desses jesuítas era afastar os índios da influência francesa:

"(...) e vendo se os podiam inclinar à pureza da Fé Católica, que entre os franceses estava mui viciada de heresias, e à obediência e vassalagem dos reis de Portugal, a quem pertenciam aquelas conquistas. (...)" (VIEIRA, vol. V, 1951: 74)

A missão prosperava quando os índios Tucurijus, grupo provavelmente não-Tupi, e, supostamente, por influência dos franceses, atacaram a sede da missão, matando o padre Francisco Pinto. Com o que, o padre Luiz Figueira,

"(...) ficando só e sem lingua porque ainda a não tinha estudado, se retirou por ordem dos superiores para o Brasil. (...)" (VIEIRA, vol. V, 1951: 76)

De volta a Pernambuco, Figueira dedicou-se a intensa atividade missionária e intelectual, acabando por dominar a língua Tupi, cujo resultado foi a *Arte da Gramática*. Voltou depois ao Maranhão, onde fundou a missão jesuítica e o colégio de N.S. da Luz, em São Luís. Fez expedições pelo Amazonas até o rio Xingu. Depois de breve estada em Portugal, onde recolheu recursos humanos e materiais para uma grande missão na Amazônia, viajou para aí, naufragando na embocadura do grande rio, sendo morto, com seus companheiros, pelos índios Aruan da ilha de Marajó, em 1643. O texto de Luiz Figueira, que adiante se publica, é um relato parcial da missão à Serra de Ibiapaba.

* Luiz Figueira, *Relação da Missão do Maranhão*, 26 de março de 1608 (1609?). O original está no Arch. S. I. Romanum, Bras. 8, 71-83. A edição utilizada é a de Serafim Leite: *Luiz Figueira, a sua vida heróica e a sua obra literária*, Lisboa, Agência Geral das Colônias, 1940: 107-126.

"(VIAGEM DOS PADRES FRANCISCO PINTO E LUIZ FIGUEIRA)

(...) Partimos pois para esta empresa o Padre Francisco Pinto e eu de Pernambuco por mar até o rio chamado Jaguaribe que são 120 ou 130 léguas, saímos em terra pusemos nosso fato em ordem para o levarmos, e como alguns índios naturais de Jaguaribe logo se meteram pela terra para ver se achavam alguns de seus parentes, eis que dois dos nossos encontram com uns que andavam escondidos assim dos portugueses por não virem presos por escravos, como muitos seus parentes, como também por medo dos tapuyas com os quais os ditos portugueses se confederaram a fim de os haver à mão mais facilmente.

Um dos nossos então foi com aqueles que se achavam a buscar outros que estavam em certa parte escondidos para virem ao seguinte dia, e o outro companheiro nos veio dar a nova que foi bem recebida por nos faltar gente para nos levar o fato e também porque eram parentes dos de nossa companhia.

Ao dia seguinte lhe mandamos três ou quatro outros ao caminho com farinha de refresco, os quais alta noite chegaram e trouxeram consigo quatro homens e uma menina; estes nos contaram como no mesmo dia tinham os tapuyas mortos os mais companheiros, levando alguns consigo por escravos e foi porque ao nosso recado não se abalaram mais que os quatro cuidando os outros que era ficção dos brancos para os haverem às mãos por meio de seus mesmos parentes. Partidos pois os quatro chegaram os tapuyas e destruíram os mais que eram por todos dez, dos quais só escapou um mancebelhão que veio ainda alcançar os outros. Um destes que vieram tinha já fugido dos brancos e fora escravo dos tapuyas até então, dos quais andava fugido atualmente e trouxe consigo uma mui boa escopeta e alguma munição que seu senhor tapuya tinha tomado a um branco. Vinham

estes pobres sem arcos nem flechas como fugitivos cativos vendo-nos tomaram fôlego, e como ressuscitados da morte a vida se alegravam com seus parentes; perguntei-lhe se tinham os tapuyas notícias dos padres, responderam que sim e que desejavam muito de irmos a sua terra porque costumávamos trazer muitas ferramentas, anzóis e roupas e que a todos dávamos o que não faziam os brancos; enfim trazendo-os conosco nos partimos do Jaguaribe dia de Nossa Senhora das Candeias, 2º de fevereiro depois de dizermos missa e comungarem alguns dos nossos.

O nosso ordinário modo de caminhar em todo este comprido caminho até a Serra de Ibiapaba (que serão cem léguas ao direito) foi em forma de peregrinos da Companhia, logo pela manhã rezávamos o itinerário e ladainhas de Nossa Senhora e depois entre dia as dos Santos e com nossos bordões na mão e nosso cabaço de água nos iam caminhando tendo nossa oração pelo caminho como podíamos o tempo que nos parecia; as jornadas eram de meia légua, uma légua e 2 e 3 por nos acomodarmos aos das cargas e também algumas crianças.

Vindo pois continuando nosso caminho mandávamos índios naturais daquelas partes diante para que se encontrassem alguns de seus parentes jagoarigoaras que andavam espalhados com o medo os trouxessem e juntassem assim para nos ajudarem como para lhe darmos as alegres novas da Provisão de Sua Majestade em que os havia a todos por livres e forros. Alguns destes pobres tiveram vista de nós e cuidando serem os brancos que iam pescar âmbar se esconderam e fugiram. (...)

Depois de termos caminhado todo fevereiro chegamos aos 2 de Março ao Pará que é uma mui formosa e quieta enseada que dista de Jaguaribe trinta e cinco léguas pouco mais ou menos na qual entram três ou quatro riachos de água doce e outro rio caudal por um espraiado mui aprazível; está esta enseada em altura de quatro graus e é de grandes pescarias; aqui achamos aposentados os índios que proxima-mente tinham fugido aos portugueses cujo principal se chama Acajuy, um sobrinho do qual trazíamos em nossa companhia e outros parentes dos seus. Estes pobres nos receberam como vindos do céu porque tinham o mesmo medo dos outros; o dia que chegamos tínhamos andado cinco léguas sem nos assentarmos em todo o caminho por causa da infinita água que choveu; em o qual caminho passamos quatro rios todos a pé com água pelos peitos e um deles com tanta corrente que foi necessário virem pegados em cada um de nós cinco ou seis índios para nos sustentarem com paus atravessados contra o ímpeto das águas; enfim daqui se pode coligir quais chegaríamos à boca da noite; logo nesse comenos nos fizeram uma choupana de palma que já tinham colhido por terem notícia de nossa vinda moços dando-nos com grandes festas erejúpe que é o seu modo de dar as boas vindas, e nos fizeram grande fogo para nos aquecer digo enxugarmos.

Depois de descansarmos nos trouxeram alguns presentes de peixe; com eles estivemos cinco dias aparelhando-nos para o caminho de peixe por se nos acabar a farinha que trazíamos, e também porque do trabalho daquele dia nos adoeceram alguns dos nossos companheiros e foi necessário convalecerem quanto mais nós desacostumados a fazer semelhantes violências à natureza.

Os Índios que aqui achamos seriam por todos 50 ou 60 almas ficaram com intento de ajuntarem algumas relíquias do seus que andam espalhados por esses matos para o qual nos pediram lhe levantássemos uma cruz, o que fizemos com gosto porque à sombra desta árvore por entretanto se venham ajuntar estas avezinhas amedrontadas dos gaviões e aves de rapina para que depois de juntos todos se viessem para a Igreja como prometeram pelos certificarmos da liberdade que Sua Majestade lhes dava.

Pouco depois de passarmos daqui nos apartamos do mar por carregar muito sobre nós o inverno que já nos tinha entrado e nos dificultar muito o caminho com as enchentes dos muitos e grandes rios que se metem no mar e também porque está afastado do mar a Serra da Ibiapaba, a qual vinhamos demandar por ser só povoada de gente amiga (se amigos se podiam chamar os que até agora beberão o sangue se pudessem aos portugueses) desde Pernambuco para cá que serão como 230 léguas, e nosso intento em a virmos demandar foi para nela nos refazermos de mantimentos e mandarmos daí ao Maranhão a tomar lingua do estado das cousas principalmente se havia franceses que se nos representava a maior dificuldade deste caminho: este necessário apartamento do mar nos trouxe outras infinitas incomodidades e dificuldades que podendo nós chegar à Serra de Ibiapaba em 15 ou 20 dias gastamos dois meses porque nos foi necessário metermo-nos por matos e brenhas sem podermos dar passo senão com virem diante dois ou três índios rompendo os matos, e em a maior parte do caminho com as lamas e águas quase até o joelho, e tudo isto nos pareceu fácil quando depois nos vimos metidos em uma serra a que chamam dos Corvos que com o nome está declarando o triste caminho que leva quem nela se vai meter; nela nos meteram os índios dizendo que acharíamos muito mel e ratos que é o melhor mantimento que há nestes sertões afastados do mar; verdade é que disto achamos bastante nesta Serra mas tudo mais caro do que fora se se comprara nas lojas de vendedores porque com as dificuldades do caminho que ao princípio se mostrou fácil e com isso nos enganou gastamos 12 ou 13 dias sem sabermos bem quando manhã nem noite com os espessos e altíssimos matos por baixo dos quais íamos rompendo à força de braço e ferro subindo e descendo montes e rochedos que excedem toda a exageração, saltando de pedra em pedra hora para as nuvens hora para os abismos, nem conto aqui as quedas e cousas que se quebraram que nos deram bem de perda que logo depois nós sentimos por nos ir faltando vinho para as missas e assim não dissemos mais que aos dias santos missa. (...)

(ENTRE OS ÍNDIOS DA SERRA DE IBIAPABA)

Finalmente havemos de chegar alguma hora a esta Serra da Ibiapaba, aonde cuidávamos que pelo menos nos fartaríamos de farinha, porém estava esta gente em tanta fome que vindo-nos uns índios ao caminho com refresco a receber seus parentes como légua e meia, antes de chegarmos à aldeia nos apresentaram como cousa de grande preço (e não era menos) umas 15 ou 18 espigas de milho as quais repartimos com o principal de nossa gente, e com os nossos moços de modo

que para o dia seguinte nos ficaram cada um uma, e sobre este almoço nos pusemos ao caminho e andamos aquela manhã légua e meia que tinha por três pela altíssima ladeira que se sobe para a aldeia que está no alto da Serra, e para subir é necessário haver escadas em alguns passos ou de pau ou feitos na mesma terra e rochedos e corre esta Serra toda assim de norte ao sul cousa de 25 ou mais léguas fazendo um muro de rochedo com suas como ameias naturais e por cima é terra chã e capina, e para a parte do poente tem muito pouca queda.

Com caminhar bem aquele dia e partirmos cedo acabamos de chegar arriba às duas ou três horas depois de meio-dia, e em uma chã e rasa ladeira antes de chegar ao mais alto nos estavam esperando o principal, e outros que para nos esforçarem para o restante do caminho nos tinham prestes umas poucas de raízes de mandioca a que chamam macacheira cozidas em pouco de sal e pimenta da terra e um palmito para assentar o estômago; e chegando-se o principal a nós nos abraçou dizendo lezú, e logo se seguiram os demais a nos abraçar e dar as boas vindas, e uma índia nos queria chorar por festa como costumam mas o Padre lhe mandou dizer que não era necessário e com isto nos recolhemos da chuva que ainda entre tantas festas nos não deixou.

Metidos nós e agasalhados em uma das suas choças que para isso tinham aparelhado, começaram a correr os presentes, quem meia dúzia de espigas, quem um palmito, quem uma abóbora, que era o de mais preço, enfim palmitos e algum milho foram as mais ordinárias cousas que aqui tivemos quinze dias que aqui estivemos nesta aldeia, estes são os recebimentos que por cá há e eu posso escrever, escrevam outros embora os que se fazem nas cortes dos Reis e príncipes de Europa que posto que tenham mais que escrever não terão mais gosto que eu em o fazer, mas contudo logo contarei outro recebimento mais solene que este (...).

Nesta grande Serra havia a dois ou três anos mais de setenta aldeias de gentio que nos contaram por seus nomes, e depois de os brancos lá irem e os receberem no princípio com guerra se foram todos para o Maranhão com medo dizendo que se os brancos tinham destruído todos os moradores do Jaguaribe sendo recebidos deles com paz muito melhor os destruiriam a eles que no princípio receberam com guerra, e estes pobres por derradeiro lá no Maranhão lhe fizeram guerra os seus contrários com os franceses e destruíram muitos e outros morreram de doenças contagiosas, e dos que ficaram a metade se tornaram e vindo foram mortos e cativos dos tapuyas, de modo que só seis ou sete chegaram por uma vez e por outra obra de 20 casais e nesta Serra tinham ficado só duas aldeotas, uma das quais é esta a que primeiro chegamos por estar mais perto do mar e teria vinte casais e a outra alguns 50 ou sessenta.

Postos nós ali em tanta fome quanta dantes já trazíamos e estávamos como tísicos de magros que não tínhamos mais que a pele sobre os ossos, era necessário irmos fazer assento aonde tivéssemos com que nos refazer. Mandamos recado a outra aldeia para sabermos se nos queriam lá e que viessem alguns a falar conosco, e também nos queríamos informar dos que tinham vindo do Maranhão que lá estavam

principalmente acerca dos franceses que tínhamos por novas que estavam lá de assento com duas fortalezas feitas em duas ilhas na boca do rio do Maranhão.

O principal daquela aldeia chamado o Diabo Grande nos mandou um irmão seu por nome o Diabo Ligeiro com outros índios que nos levassem já a sua aldeia, este Diabo Ligeiro (que é um índio mui disposto e em seu falar grandioso e arrogante) nos fez todos os cumprimentos significando-nos os desejos de nos ver em sua aldeia, com isto nos ofereceu um pouco de milho e de feijões que trazia, e tendo palavra de nós que iríamos com ele despediu logo os seus que fossem certificar o irmão de nossa ida e do dia que chegaríamos etc.

Partimo-nos com ele e toda a mais aldeia também se foi conosco fugindo da fome com intento de se virem para Pernambuco como vieram gastamos neste caminho onze dias indo sempre diante o Diabo Ligeiro agasalhando-nos e assinalando nosso lugar para nossas choupanas ou tugipares; no caminho tivemos a festa da Ascensão e chegamos dois dias antes do Espírito Santo a aldeia. (...)

Ao dia seguinte nos veio o mesmo principal receber ao meio do caminho meia légua da aldeia com todos os principais e algumas mulheres com seus presentes, e eles todos com suas buzinas, gaitas e cascavéis, que são seus instrumentos musicos com tanta festa e alegria que eu fiquei pasmado, e o padre com ser antigo sertanista me disse nunca vira entre gentios cousa semelhante; enfim dali nos trouxeram a correr sempre revesando-se todos a trazer as redes em que vínhamos como se ganhassem perdões; eram tantos os gritos e festas que pareciam doidos.

Chegando à aldeia saiu um grande tambor que já toda a manhã íamos ouvindo e com seus maracás (que são uns cabaços com uns feijões dentro) tangendo e cantando, e com essa solenidade nos meteram na casa que nos tinham aparelhado e nos trouxeram logo muitos presentes e as músicas e danças continuaram dois outros dias com suas noites; bendito seja o Senhor que permite que estes bárbaros sem o conhecer a Ele conheçam e honrem a seus servos só pelo serem.

Mas todos seus desejos eram ter-nos aqui consigo e os nossos eram levarmo-los conosco ou mandarmo-los vir para a Igreja mas abaixo direi o sucesso disto logo o principal nos ajuntou pela aldeia de seu motu próprio algum milho que havia muito antes que se acabasse porque farinha havia muito pouco por causa da seca do ano passado.

Enfim achamos os poucos que tinham vindo do Maranhão os quais não tinham chegado ao mar; e por isso não sabiam dos franceses mais que terem eles vindo com a gente da terra a dar guerra a uns dos seus que se tinham dividido como já toquei, mas estes não se tinham achado presentes; nem viram os franceses, certificaram porém que os havia, mas acerca do caminho nos informaram assim eles como outros de várias nações de tapuyas selvagens por entre os quais não há passar senão a força de armas como estes tinham ido, ou a força de peitas e dádivas.

Conforme a isto nos aparelhámos e dispúnhamos nossas cousas e traças para caminharmos e rompermos as grandes dificuldades que

se nos ofereciam e medos que estes todos nos metiam, mas com grande confiança de haver de facilitar tudo Aquele por quem a tudo nos atrevíamos ecomendando-nos a Ele.

De modo que desta Serra de Ibiapaba até o Maranhão tudo está cheio de selvagens que a todos matam ou cativam, entram porém com eles alguns destes outros índios de paz quando vão tratar algum resgate ou cousa semelhante mas com grandes cautelas dos tapuyas que de ninguém se confiam e quando lá vão alguns não hão de levar armas algumas e com as flechas nos peitos ou com o golpe feito lhe perguntam ao que vem, examinando-os muito bem e fingindo que lhe não crêem, e se trazem cousa alguma lha tomam ainda que lhe digam que é para o seu principal porque não lhe tem mais respeito que isto, mas depois de bem provados lhe dão mui de comer e os fazem dançar e cantar e eles também lhe fazem a mesma festa; estes que vieram do Maranhão nos contaram como na ida para lá vestiram uma roupeta comprida a um dos seus, e puseram-lhe uma carapuça de rebuço, fingindo com isto e dizendo aos tapuyas que aquele era abaré ou padre e como os tapuyas nenhuma notícia tinham de padres nem ainda de brancos facilmente se persuadiram ser assim e por outra parte cuidando que aquele e os de sua qualidade eram senhores da morte e da vida etc. mostravam grandíssimo medo dando-lhe mui bem de comer e levando às costas para que lhe não fizessem algum mal, e se ele não fora tão bem acompanhado bem cuido que procurariam de lhe tirar a vida para tirar tal peste deste mundo.

Têm também por costume quando os seus morrem se são homens, as mulheres lhe comem a carne, e os ossos moídos lhos bebem para que não tenham saudades daqueles que metem nas entranhas, tendo-se por mais pios nesta impiedade que os que enterram os mortos apartando-os de si de todo o que é causa das saudades. O modo de viver destes é andar sempre como os antigos feitos com sua casa movida e todas suas riquezas e alfaias são seu arco e flechas com que caçam e aonde acham de comer aí dormem sem cama nem rede mais que o chão e como andam muitos raramente acham em um lugar de comer dois dias arreiado pelo que quase infalivelmente andam cada dia uma e duas léguas.

Inquirindo nós pois o modo que teríamos para passar por eles a todos nos pareceu que cometêssemos pazes porque não tínhamos gentes que bastassem para nos defender deles; tomada esta forçosa e mais própria de nosso hábito resolução, mandamos a duas partes mais próximas por uma das quais de necessidade havíamos de ir; os que foram a uma das partes tornaram-se do caminho a primeira vez por não poderem romper os matos; os que foram a outra levaram um presente ao principal deles a saber um machado, duas facas e um pouco de fumo, que é a melhor e a mais preciosa droga que se manda e com esperanças que vendo-nos e efetuando-se as pazes seriam melhor premiados. (...)

O mancebo que foi com os índios aos tapuyas de primeiro teve o sucesso que aqui direi, primeiramente o recebimento foi com as cerimônias que tenho dito e é ordinário entre eles, fez-lhe sua prática por intérprete, que era uma índia parenta de alguns dos nossos, escrava sua havia muitos anos, recebeu o principal o que lhe mandávamos

e principalmente fez muita festa a uma boceta de Flandres que lhe mandamos cheia de fumo; todos os vestidos que levava lhe pediram, e todos deu, mas tinha pouco que dar, e um a quem ele dera os calções, depois de os calçar se lhe ajuntaram as mulheres a roda a pranteá-lo por vestir os feitiços do branco como elas diz que diziam e como estes, todos o seu é matar e nisto mostrarem sua valentia um mais valente perguntou ao mancebo se era ele valente e respondendo-lhe que tanto como ele o levou para seu rancho fazendo-lhe por isso festa.

Em resolução lhe deram a índia que era intérprete para vir cá a nos ver e a lhe levar certeza e notícia clara do que éramos, e em seu lugar ficaram três mancebos dos nossos. Vendo-nos esta índia a primeira vez como aquela que nunca vira gente estava diante de nós com os olhos no chão sem olhar para nós, e dizendo-lhe um índio vês aqui os padres, este é o irmão mais velho e este outro é o irmão mais moço, levantou os olhos imediatamente os tornou a pôr no chão, e isto com medo, como ela depois que o perdeu confessou, que como ainda não fazia diferença dos feiticeiros a nós, os quais feiticeiros temem e aborrecem, nem ver-nos podia, porém depois falava e ria e olhava com alegria mostrando muita satisfação de tudo, e nós a fizemos deter oito ou nove dias para esperar pela festa da Assunção de Nossa Senhora em que tínhamos para fazer uma procissão com uma dança de meninos destes gentios e um diabrete etc. o que tudo causou assim a ela como aos outros desta aldeia admiração por ser para eles grande novidade; e depois dela todos se foram para suas casas a prantear por verem que os antepassados morreram sem ver tanto bem como eles agora viam, como depois nos explicou um principal acrescentando que ele também se não poderá ter e se fora pôr a chorar, e quando isto nos dizia mostrava ainda os mesmos efeitos.

Passado o dia da festa despedimos a índia bem acompanhada, dando-lhe um cueiro para ela e mandando ao principal um espelho e um machado e ela nos prometeu que havia de fazer vir cá o principal dos tapuyas o qual já dantes tinha dito que mandaria alguns dos seus conosco para nos guiarem, neste mesmo tempo mandamos também recado aos outros tapuyas do outro caminho a ida aos quais não tivera efeito a primeira vez como já disse e a resposta foi que estavam alvoroçados por nos ver e que fôssemos e lhes levássemos muitas ferramentas que devíamos de as trazer que os que aqui passavam por suas terras lhe davam muitas cousas quanto mais nós que éramos senhores das cousas, bem nos enfadaram com tanta cobiça junto com serem selvagens, sem medo nem respeito mas nós estávamos contudo apostados a romper por todas as dificuldades com o favor de Deus.

Depois de passarmos pelo Jaguaribe como fica referido tiveram noticia as relíquias que escaparam dos brancos e andavam embrenhados de nossa passagem, e de como trazíamos pazes e liberdade pelo que foram saindo ao mar, um principal dos quais se chama Algodão, o qual não podendo crer (como dizem) tanto bem como os seus lhe certificavam quis ir a Ibiapaba nos ver com o olho e ouvir as boas novas de nossa boca, partiu e foi por casa do Cobra Azul a que tínhamos mandado recado e levou consigo um filho seu, e outros 4 ou 5 - não posso explicar os efeitos de alegria que este Algodão mostrava de nos ver prometendo que acabando de sair seus parentes fariam o que nós quiséssemos e iriam para onde nós mandássemos, e juntamente se assentaram as pazes entre eles e estes da Ibiapaba, e o filho do Cobra Azul fez também em nome de seu pai pazes e trataram de se ajuntar a morar junto do mar perto do rio do Pará que está entre a Ibiapaba e o Maranhão. (...)"

Antônio Vieira. *A Perplexidade Jesuítica*

(1660)

O texto do padre Vieira refere-se a uma área de refúgio indígena de extraordinária importância na história colonial do Nordeste e da Amazônia entre os séculos XVI e XVII. Esta região, a Serra do Ibiapaba, tem uma direção geral norte-sul, do mar para o interior, aproximadamente nos limites das capitânicas do Ceará e do Piauí, que faziam parte do antigo Estado do Maranhão. A importância da Serra do Ibiapaba está relacionada com a dispersão geral e as grandes migrações dos índios Tupi do litoral nordestino, acentuadas com a guerra de extermínio que se moveu contra os índios genericamente chamados de Caeté após a morte do primeiro bispo do

Brasil, Pero Fernandes Sardinha, em 1556. Abbeville, em 1614, resume as informações dos índios do Maranhão sobre aquela origem, documentada, aliás, por várias outras fontes:

"(...) Em primeiro lugar, é preciso saber que os índios do Maranhão julgam existir para o lado do Trópico de Capricórnio um belo país a que chamam *Caeté*, floresta grande, porque aí existe grande quantidade de matas e de florestas e de árvores de incrível grossura e admirável altura; aí habitaram eles no passado. E, por serem considerados os mais valentes e os maiores guerreiros, usavam o nome de *tupinambá*, que conservaram até agora. Apoderando-se os portugueses dessa região de Caeté, quiseram também sujeitar os habitantes a suas leis. Os tupinambás, porém, são livres por natureza e inimigos da sujeição;

por isso, preferiram abandonar o seu próprio país a se entregarem aos portugueses. Assim fizeram, embrenhando-se nos matos e nas mais recôndidas florestas. Mas não se sentindo aí muito seguros, porque seus inimigos os perseguiram por toda parte, com ódio de morte tomaram a resolução de atravessar campos e desertos. Caminharam tanto que, finalmente, atingiram quase o Equador, onde encontraram o grande Oceano que os impediu de ir além, contendo-lhes os passos do lado direito, assim como o fazia do lado esquerdo o rio Amazonas. Não podendo continuar, e não ousando recuar de receio de seus inimigos, resolveram ficar nessa região, uns à beira-mar, os quais, por isso, se chamam *paraña euguare* (habitante do mar), outros na grande montanha de Ibiapaba. Apoderaram-se alguns da grande ilha do Maranhão, por julgá-la lugar muito seguro e de difícil acesso (...)" (ABBEVILLE, 1975: 208-209)

Expedições anteriores, nos primeiros anos do século XVII, malograram, como a de Pero Coelho de Sousa e de Martim Soares Moreno e a dos jesuítas Luiz Figueira e Francisco Pinto, morrendo este último missionário às mãos dos índios. Entre março e junho de 1660, Antônio Vieira, com dois outros missionários e cinquenta índios de escolta, viajou pela Serra do Ibiapaba. O seu longo texto sobre esta viagem, que, parece, ficou incompleto, envolve questões diversas no tempo e no tema, precedidas que são pela análise das relações anteriores desses índios com a política de extermínio dos portugueses, que os forçou a migrar, e com a influência dos franceses e dos hereges holandeses. Avaliadas, também, são as causas do insucesso das missões anteriores e os frutos que delas ficaram. Em relação à situação presente, escolheu Vieira o Ibiapaba como campo de alguns experimentos de política indigenista que vinha elaborando em relação aos índios do Estado do Maranhão. Assim, os índios de Pernambuco, refugiados em Ibiapaba, seriam transferidos ao Maranhão, para não contaminar com o vírus herético os outros grupos da região. Vieira conseguiu trazer parte desses índios, que agregou à sua expedição de volta. Por outro lado, Vieira sugeriu e impôs aos índios do Ibiapaba um programa catequético estrito, para redimi-los das supostas culpas do passado, a que não faltava a frequência obrigatória aos sacramentos, doutrina e escola, sob a vigilância punitiva do *braço dos padres*, auxiliar que tinha a missão de punir os relapsos e avivar a fé dos tábios.

* *Relação da Missão da Serra de Ibiapaba escrita pelo P. Antonio Vieira, e tirada do seu mesmo original*. Publicada por André de Barros, *Vozes Saudosas*, 1736: 3-89 ("Voz Histórica"). A edição utilizada é: Antônio Vieira, *Obras Escolhidas*, vol. V, Lisboa, Liv. Sá da Costa (*Obras Várias III*), 1951: 72-134.

"(...) Assim viveram os Tobajaras da serra gentios sobre catecúmenos, até o ano de 1630, em que os Holandeses ocuparam Pernambuco e pouco depois se fizeram senhores da fortaleza do Ceará e reduziram a si todos os índios daquela vizinhança. O trato que os da serra tiveram com os Holandeses não foi sempre o mesmo; porque até o ano de 1642 foram seus confederados; e a este título os acompanharam na guerra do Maranhão, pelejando nela contra os Portugueses e contra os Tobajaras que lá havia de sua própria nação; mas voltaram desta guerra tão pouco satisfeitos do valor e fortuna dos Holandeses, que se resolveram a vingar neles as vidas dos que naquela empresa tinham perdido, e o fizeram com tanto sucesso e resolução, que, na fortaleza que tinham feito no Camuci, por engano, e na do Ceará à escala vista, passaram todos à flecha e à espada.

Pode contudo tanto a indústria e manha dos Holandeses que, com dissimulação e liberalidade, tornaram depois a reconciliar os ânimos desta gente, e não só a fizeram amiga, mas a renderam e sujeitaram de maneira que quase se deixaram presidir deles em suas aldeias, não havendo nenhuma em que não tivessem, como de sentinela, alguns holandeses. (...)

Esta era a vida bárbara dos Tobajaras de Ibiapaba, estas as feras que se criavam e escondiam naquelas serras, as quais foram ainda mais feras, depois que se vieram a ajuntar com elas outras estranhas e de mais refinado veneno, que foram os fugitivos de Pernambuco. (...)

Entregou Deus Pernambuco aos Holandeses por aqueles pecados que passam os reinos de umas nações a outras, que são as injustiças. E como grande parte das injustiças do Brasil caíram desde seu princípio sobre os Índios naturais da terra, ordenou a justiça divina que dos mesmos Índios, juntos com os Holandeses, se formasse o açoite daquela tão florente república. Rebelaram-se muitos dos Índios e Cristãos e vassalos (posto que outros obraram finezas de fidelidade) e, unindo suas armas com as do inimigo vencedor, não se pode crer o estrago que fizeram nos Portugueses, em suas mulheres e filhos, exercitando em todo o sexo e idade desumanidades feíssimas, sendo os Índios, como inimigos domésticos, os guias que franquearam a campanha aos Holandeses e os executores das crueldades que eles política e hereticamente lhes cometiam, desculpando com a barbaridade dos brasileiros o que verdadeiramente não só eram consentimento, senão mandados e resoluções suas, para assim quebrantarem a honra e constância dos Portugueses, que de outra sorte nunca puderam render.

Vinte anos teve Deus sobre as costas dos Pernambucanos este rigoroso açoite, porque nos primeiros quatro da guerra estiveram todos os Índios pelos Portugueses, até que no ano de 1654 se deu por satisfeita a divina justiça com a milagrosa restituição de todas aquelas fortíssimas praças à obediência do felicíssimo rei D. João IV. Entraram os índios rebeldes nas capitulações da entrega com perdão geral de todas as culpas passadas; mas eles, como ignorantes de quão sagrada é a fé pública, temendo que os Portugueses, como tão escandalizados, aplica-

riam as armas vitoriosas à vingança, que tão merecida tinham, e obrigados de certo rumor falso, de que os brancos iam levando tudo à espada, lançaram-se cega e arrebatadamente aos bosques, com suas mulheres e filhos, onde muitos pereceram à mão dos Tapuias, e os demais se encaminharam às serras de Ibiapaba, como refúgio conhecido e valhacouto seguro dos malfetores. Com a chegada destes novos hóspedes, ficou Ibiapaba verdadeiramente a Genebra de todos os sertões do Brasil, porque muitos dos índios pernambucanos foram nascidos e criados entre os Holandeses, sem outro exemplo nem conhecimento da verdadeira religião. Os outros militavam debaixo de suas bandeiras com a disciplina de seus regimentos, que pela maior parte são formados da gente mais perdida e corrupta de todas as nações da Europa. No Recife de Pernambuco, que era a corte e empório de toda aquela nova Holanda, havia judeus de Amsterdã, protestantes de Inglaterra, calvinistas de França, luteranos de Alemanha e Suécia, e todas as outras seitas do norte; e desta Babel de erros particulares se compunha um ateísmo geral e declarado, em que não se conhecia outro Deus mais que o interesse, nem outra lei mais que o apetite; e o que tinham aprendido nesta escola do Inferno, é o que os fugitivos de Pernambuco trouxeram e vieram ensinar à serra, onde, por muitos deles saberem ler e trazerem consigo alguns livros, foram recebidos e venerados dos Tobajaras, como homens letrados e sábios, e criam deles, como de oráculo, quanto lhes queriam meter em cabeça.

Desta maneira, dentro em poucos dias foram uns e outros semelhantes na crença e nos costumes; e no tempo em que Ibiapaba deixava de ser república de Baco (que era poucas horas, por serem as borracheiras contínuas de noite e de dia), eram verdadeiramente aquelas aldeias uma composição infernal, ou mistura abominável de todas as seitas e de todos os vícios, formada de rebeldes, traidores, ladrões, homicidas, adúlteros, judeus, hereges, gentios, ateus, e tudo isto debaixo do nome de cristãos e das obrigações de católicos. (...)

Será muito para louvar nos tempos vindouros a constância destes dois missionários; mas eles têm para si, e com razão, que não só deviam isto ao amor de Deus, por quem o padeciam, senão ao exemplo que o mesmo Deus lhes dava; porque ainda que foi muito o que os padres sofreram a estes Índios, muito mais era o que Deus lhes estava sofrendo. Entre todos estes só um velho houve, que de si pediu aos padres que o casassem para sair de mau estado. Nenhum dos principais, sendo todos três cristãos, era casado em face da Igreja, nem o quiseram nunca ser, por mais que os padres os admoestavam, e todos, além da que chamavam mulher, tinham a casa cheia de concubinas. Alguns estavam casados juntamente com duas irmãs e muitos com suas cunhadas, porque receber o irmão vivo a mulher do irmão defunto é lei tão judaicamente observada entre eles, como se a tiveram recebido de Moisés, a quem também sabem o nome. Aqueles de quem o Profeta diz que fizeram concerto com o Inferno, parece que foram estes. Um disse que antes queria ser irmão de Caim do que de Abel, por estar no Inferno com ele; outro que se lhe não dava do fogo do Inferno, porque, se fosse lá, ele o apagaria; outro que já sabia que havia de ir ao Inferno pelas maldades que cometera em Pernambuco, e assim não queria tratar do Céu; outros chegaram a tanto, que blasfemaram de Deus como de tirano e injusto, por os haver

de mandar a eles ao Inferno. "Mande ao Inferno, diziam, aos índios que o mataram, mas a nós, que lhe não fizemos nenhum mal, porque nos manda ao Inferno sem razão?" Enfim, foram tais as cousas que disseram e fizeram sobre este ponto, que os padres se retiraram de lhes falar no Inferno, até que o conhecimento da grandeza de Deus e de suas culpas lhes mostrassem quão dignos são os que o ofendem de tão temeroso castigo. Por outra via tinha já procurado o Demônio tirar-lhes do pensamento a Fé e temor do Inferno, espalhando entre eles um erro aprazível semelhante à fábula dos campos Elísios; porque dizem que os três principais das aldeias da serra têm debaixo da terra outras três aldeias muito formosas, onde vão depois da morte os súditos de cada um, e que o *abará* ou padre que lá tem cuidado deles, é o Pe. Francisco Pinto, vivendo todos em grande descanso, festas e abundância de mantimentos; e perguntados donde tiveram esta notícia, e se lhes veio algum correio do outro mundo, alegam com testemunha viva, que é um índio muito antigo e principal entre eles, o qual diz que, morrendo da tal doença que teve, fora levado às ditas aldeias; por sinal que uma se chama Ibirupiguaia, outra Inambuapixoré, a terceira Anhamari, e que lá vira todos os que antes dele haviam morto, e entre eles a sua mulher, a qual o não quisera receber, e pelejara com ele por ir desta vida sem levar um escravo que a servisse, e que depois disso tornara a viver. (...)

Outras muitas cousas diziam, que é certo lhas não ensinaram os hereges, senão o Demônio por si mesmo. Exortava o padre a certo gentio velho que se batizasse, e ele respondeu que o faria para quando Deus encarnasse a segunda vez, e, dando o fundamento do seu dito, acrescentou que, assim como Deus encarnara uma vez em uma donzela branca para remir os Brancos, assim havia de encarnar outra vez em uma donzela índia para remir os Índios, e que então se batizaria. Consoante a esta profecia é outra, que também acharam os padres entre eles; porque dizem os seus letrados que Deus quer dar uma volta a este mundo, fazendo que o Céu fique para baixo e a Terra para cima, e assim os Índios hão de dominar os Brancos, assim como agora os Brancos dominam os Índios. E com estas esperanças fantásticas e soberbas os traz o Demônio tão cegos, tão desatinados e tão devotos seus, que chegou a lhes pedir adoração, e eles a lha darem. Não há muitos anos que um velho dos de Pernambuco, feiticeiro, levantou uma ermida ao Diabo nos arrabaldes da povoação, e pôs nela um ídolo composto de penas, e pregou que fossem todos a venerá-lo, para que tivessem boas novidades, porque aquele era o que tinha poder sobre as sementeiras; e como a terra é mui sujeita a fome, foram mui poucos os que ficaram sem fazer sua romaria à ermida. Estava o velho assentado nela, e ensinava como se haviam de fazer as cerimônias da devoção, que era haverem de bailar continuamente de dia e de noite, até que as novidades estivessem maduras, e os que cansavam e saíam da dança haviam de beijar as penas do ídolo, no qual afirmavam alguns que ouviram ao Demônio falar com o velho, e outros que se lhe mostrou visível, vestido de negro.

Tiveram os padres notícia do desaforo, foram logo queimar o ídolo e levantar em seu lugar uma cruz dentro e outra fora; mas ao dia seguinte amanhecera ambas as cruzes feitas pedaços: tanto sofre Deus, e tanto tem sofrido a estes ímpios contra sua Igreja, contra

seus sacramentos, contra sua divindade e contra suas cruces; e tanto ensina a sofrer com o seu exemplo, aos que também ensinou com sua doutrina, que deixassem crescer a cizânia, para que se não perdesse o trigo! (...)

Entraram na serra em Quarta-Feira de Trevas pela uma hora (...). O ofício do Sábado Santo e o da madrugada da Ressurreição se fez com a mesma solenidade e festa, a qual acabada, começaram os padres a entender na reformação daquela cristandade ou na forma e assento que se havia de tomar nela; e porque a matéria era cheia de tantas dificuldades, como se tem visto no discurso de toda esta relação, era necessária muita luz do Céu para acertar em os maiores convenientes, e muita maior graça de Deus para os Índios os aceitarem e pôr em execução. (...)

A primeira que se resolveu e executou logo, foi que todos os índios de Pernambuco saíssem e fossem para o Maranhão, como são idos, e se espera grande quietação e proveito espiritual de uns e outros; porque os Pernambucanos, com a vizinhança e sujeição dos Portu-

gueses, estando debaixo de suas fortalezas, acudirão a suas obrigações, como têm prometido, e poderão ser obrigados a isso por força, quando o não façam por vontade; e os da serra, sem o exemplo e doutrina dos Pernambucanos, que eram os seus maiores dogmatistas, ficarão mais desimpedidos e capazes de receber a verdadeira doutrina e de os padres lhes introduzirem a forma da sua vida cristã, o que, endurecidos com a contrária, se lhes não imprimia. Assim mais se assentou com os principais e com todos os cabeças da nação, que se tornariam logo a unir em uma só povoação, em que se faria igreja capaz para todos; que os que estão ainda por batizar se batizariam; que todos mandarão seus filhos e filhas à doutrina duas vezes no dia, e à escola; que nenhum terá mais que uma mulher, recebendo-se com ela em face da Igreja; que se confessarão todos ao menos uma vez pela desobrigação da Quaresma; enfim, que guardarão inteiramente a Lei de Deus e obediência à Igreja, na qual criou um ofício de executor eclesiástico, chamado *braço dos padres*, e se proveu em um índio zeloso e de grande autoridade, irmão do maior principal, para obrigar a todos a virem à igreja e cumprirem com outras obrigações de cristãos, e os castigar e apenar, se for necessário. (...)"



Albert Eckhout, MAMELUCA (1641).

Pintura a óleo sobre tela, feita no Brasil, em tamanho natural. Atualmente se encontra no Departamento Etnográfico do Museu Nacional da Dinamarca, Copenhague

PARTE V

OS

BRASILEIROS

x

trinta?

A MULTIPLICAÇÃO PRODIGIOSA

No momento inicial do descobrimento do Brasil, em 1500, havia, dispostos compactamente ao longo de todo o litoral e, em grupos menores, pelo vasto interior, cerca de cinco milhões de índios. Ao fim do primeiro século, isto é, por volta de 1600, os grandes grupos majoritariamente Tupi do litoral haviam desaparecido quase integralmente por causas já examinadas. Na época do descobrimento do Brasil, Portugal teria pouco mais de um milhão de habitantes. A parca população da metrópole que podia ser liberada das atividades econômicas, militares, administrativas e religiosas do reino estava totalmente comprometida nas empresas coloniais da África e das Índias Orientais. No final do século XVI o número de colonos portugueses ainda não ultrapassaria a casa de poucas dezenas de milhares, a que se somava um número crescente de escravos negros, localizados principalmente nas áreas de produção de açúcar, e um número indefinido, mas com enorme capacidade de multiplicação, representado pelos mestiços. Entre esses mestiços, a grande maioria era de mamelucos, isto é, filhos de homens portugueses (ou europeus de outras nacionalidades) e mulheres índias. Um século após, os brancos

não excederiam cem mil indivíduos. O número de mestiços seria três vezes maior (1).

Favoreceram muito essas relações de mestiçagem a quase inexistência de mulheres brancas e o pequeno número de colonos portugueses, que eram compelidos a procurar nas mulheres indígenas as matrizes para a construção da população colonial. Por outro lado, certas condições da organização social indígena e os conceitos equivalentes que tinham essas sociedades simples sobre herança genética e social contribuíram muito para a construção da sociedade mestiça.

Para um líder de família extensa Tupi e, por extensão, para um líder de grupo local desse tipo, um dos instrumentos básicos de acrescentamento de indivíduos ao grupo e, portanto, de poder e de prestígio, vinha do número de mulheres jovens que pudessem oferecer como companheiras ou parceiras sexuais aos aliados que se pretendia atrair. Naturalmente, pelo menos nos primeiros tempos da colonização, a aquisição de um "cunhado"

(1) MARCÍLIO, 1984: 47.

ou "genro" europeu, francês ou português, conforme o caso, representava uma aliança excepcionalmente desejável, por todas as conseqüências que esse vínculo trazia ao grupo em termos de novos equipamentos e de um poder extremamente ampliado pelas novas armas e a aura mágica dos aliados europeus.

Jaime Cortesão discute, com detalhe, as conseqüências econômicas, sociais e culturais do que ele chamou a aliança tribal luso-Tupi em sua *Introdução à História das Bandeiras*:

"(...) A validez destas alianças fazia-se, aliás, em conformidade com as severas regras duma ética própria, que impunha a prestação de serviços mútuos. Anchieta não deixa de consignar que os portugueses além de chamar sogros aos pais, e cunhados aos irmãos de suas mulheres índias, lhes davam resgates, ferramentas, roupas etc., como os índios a que chamam genros lhes vão a roçar ou pescar algumas vezes. (...) Na verdade a nova tribo em que entrava o português, enriquecida de elementos humanos e culturais, aumentava, em proporção igual, as suas responsabilidades nas relações inter-tribais. Os interesses e os inimigos dos novos genros e cunhados passavam a ser os interesses e os inimigos da tribo. (...) Dizia Yves d'Évreux que entre os tupinambás havia três ramos de aliança familiar: genro, nora e compadre (*tuasap*). O compadrio foi, com efeito, muito comum para designar as relações de aliança e amizade entre os Franceses ou Portugueses, dum lado, e do outro, as diferentes tribos de cultura Tupi. Nas posturas municipais da Câmara de S. Paulo, no ano de 1590, proíbe-se aos moradores resgatem com os índios que venham para casa de seus compadres ou amigos a tratar qualquer coisa: cera, redes, *peças* (escravos) (...) (*Actas da Câmara...* I, p. 395)." (CORTESÃO, 1964: 138-41)

Mas esta espécie de nova sociedade, baseada numa aparente democracia interétnica, era ilusória em relação às promessas que parecia oferecer ao futuro dos índios. O sistema servia unicamente aos propósitos de consolidação do domínio colonial, não só pelo poder desproporcionadamente maior das bases deste, mas porque a própria lógica das concepções do mundo Tupi era incapaz de absorvê-lo ou de crescer e transformar-se com ele, pelo menos nas condições em que se dava o contato.

Os grupos de tradição cultural Tupi-Guarani consideravam que o homem era o único princípio genético eficiente e ativo na geração dos filhos. Assim, segundo os próprios índios, os filhos de europeus com índias

identificavam-se geneticamente com o pai e, para todos os efeitos sociais e culturais, não eram índios. Isso quer dizer que os índios brasileiros de tradição Tupi começaram a morrer, como povos, na primeira geração de mamelucos do século XVI. Talvez se explique por este fato, e pelas lealdades que dele decorrem, por que os mamelucos, que eram índios em tudo, na fenotípiã, nos hábitos e na língua, transformaram-se, historicamente, nos mais eficazes e irreconciliáveis perseguidores das populações indígenas.

O desenvolvimento posterior do Brasil fez-se com a generalização de uma cultura e língua basicamente Tupi, a serviço de uma população gerada e aumentada nas condições sociais descritas, em que, aos aspectos exteriores e aparentemente dominantes da presença indígena, sobrepunham-se os interesses e domínio indiscutidos da situação colonial. A língua Tupi dos primeiros povoadores da costa generalizou-se, como língua franca, no *nbeengatu* ou língua geral. Mas, os falantes dessa língua eram, com o passar dos anos, cada vez mais coloniais e menos índios.

O padre Manuel da Nóbrega, em cartas dos anos seguintes à chegada dos primeiros jesuítas no Brasil, em 1549, narra o estado promiscuo da terra, com os cristãos vivendo com um grande número de concubinas indígenas. Na carta de 6 de janeiro de 1550, ele solicita do rei um envio de mulheres brancas, órfãs e inclusive meretrizes, para a construção da sociedade colonial:

Pe. Manuel da Nóbrega. *Carta de Porto Seguro*.
(6 de janeiro de 1550)

* Original português perdido. Retroversão da tradução italiana, com o título "De Porto Sicuro nel Brasil. Manuel de Nóbrega a 6 de Genaro 1550", da Biblioteca Vaticana, *Ottoboni*, lat. 797, ff. 74r-77v. A edição utilizada é: Serafim Leite, *Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega (Opera Omnia)*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbricensis, 1955: 79-82.

"(...) Visitando eu as vilas vizinhas a esta terra, confessei muitos e se fez fruto, deixando muitos ou casando com a concubina e saindo de muitos pecados; e destes há muitos cristãos, que estão aqui no

Brasil, que têm não uma só, mas muitas concubinas em casa, e fazem batizar muitas escravas sob pretexto de bom zelo e para as fazer amigas com mau fim, persuadindo-se que por isto não seja pecado; e com estes há alguns religiosos, que aqui estavam no mesmo erro. De modo que podemos dizer: *Omnes commixti sunt inter gentes et didicerunt opera eorum.*

Muitos cristãos, por serem pobres, se casaram com as mulheres negras da terra, mas bastantes outros voltarão para o nosso Reino por não os quisermos absolver, ainda que tenham filhos, por serem casados em Portugal; e nas pregações muito os repreendemos. Se El-Rei determina povoar mais esta terra, é necessário que venham muitas mulheres órfãs e de toda a qualidade até meretrizes, porque há aqui várias qualidades de homens; e os bons e os ricos casarão com as órfãs; e deste modo se evitarão pecados e aumentará a população no serviço de Deus.

Nesta terra todos os homens ou a maior parte têm a consciência sobrecarregada por causa dos escravos que possuem contra a razão, além de que muitos que eram resgatados aos pais, não se libertam, e permanecem escravos pelos enganamentos que usam os que prometem libertá-los; e por isso poucos se encontram capazes de ser absolvidos, não querendo abster-se do pecado, nem de os pais os venderem, embora eu muito os repreenda nisto, dizendo que o pai não pode vender o filho salvo em extrema necessidade, como permitem as leis imperiais. E nisto tenho por contrário a todo o povo e ainda os confesores de cá; e assim tem Satanás totalmente ligadas as almas por esta forma. E é muito difícil tirar este abuso, porque os homens que cá vêm não têm outra vida senão a dos escravos, que lhes pescam e buscam de comer, tanto domina aqui a preguiça e se dão às coisas sensuais e a diversos vícios, nem curam de estar excomungados conservando os ditos escravos.

Pois que os sacerdotes daqui não fazem nisto nenhum escrúpulo, o melhor remédio seria que El-Rei mandasse inquisidores e comissários para fazer libertar os escravos, ao menos os que são salteados, e fazê-los viver entre os cristãos, para que deixem os maus costumes dos gentios já batizados e que a nossa Companhia tivesse cuidado de os instruir na fé, da qual pouco ou nada podem aprender em casa dos senhores, antes vivem como os gentios sem conhecimento nenhum de Deus; e com esses poderemos nós principiar a Igreja do Senhor nas cidades maiores, onde se manteriam e viveriam, ao pé de nós como cristãos. Va.Ra. faça encomendar esta coisa a Deus pelos Padres e Irmãos, tratando também com Sua Alteza que ponha aqui qualquer ordem conveniente.

Seria ainda muito a propósito e de grande utilidade ter licença da Sé Apostólica para fazer composições e outras coisas necessárias na restituição dos ditos escravos salteados, porque já passaram a terceiros, dos salários a eles devidos; e outras coisas injustas, onde não se podem restituir aos próprios donos; e outras coisas semelhantes que cada dia sucedem. Pelo que seria muito útil que tivéssemos faculdade da Sé Apostólica para absolver e para consolar muitas almas, sobretudo porque não há aqui Bispo nem Vigário geral, embora tenhamos esperança de que virá cedo. Queira Deus que venha de tal edificação,

que se possa dizer dele *per episcopatum bonum opus desiderat, id est bonum onus*, e não para fazer-se rico, porque a terra é pobre, mas para buscar as ovelhas tresmalhadas do rebanho de Jesus Cristo. E ainda que haja aqui muitos que *nondum sunt ex eius ovili, tamen oportet illas adducere, ut sit unus pastor et unum ovile, et recumbant cum Abraam, Isaac et Iacob in regno caelorum, siquidem multi filii regni se indignos faciunt*. Mas se por meus pecados não se puder introduzir nesta terra justiça eclesiástica, deveria ao menos Sua Alteza prover àqueles concubinários com as penas que fossem precisas; e mandando cá mulheres, para se não dar tão mau exemplo aos gentios, que vêem tais coisas. (...)"

Em carta do ano seguinte, de Pernambuco, critica os padres seculares que aprovavam as relações indistintas dos brancos com as índias:

Pe. Manuel da Nóbrega. *Carta de Pernambuco.*
(11 de agosto de 1551)

* Original português perdido. Versão espanhola da época impressa em "Copia de unas cartas embiadas del Brasil por el Padre Nóbrega (...) al Padre Maestro Simón (...) Tresladadas de Portugues en Castellano. Recibidas el año de 1551". Primeira edição em português em *Ostensor Brasileiro I*, Rio de Janeiro, 1844: 228-229. A edição utilizada é: Manuel da Nóbrega, *Cartas do Brasil (1549-1560)*, Rio de Janeiro, Officina Industrial Graphica (*Cartas Jesuíticas I*), 1931: 114-117.

"(...) Com quantos Gentios tenho falado nesta costa em nenhum achei repugnância ao que lhe dizia. Todos querem e desejam ser cristãos; mas deixar seus costumes lhes parece áspero. Vão contudo pouco a pouco caindo na verdade.

Os escravos dos Cristãos e os mesmos Cristãos muito se têm emendado e certo que as capitânias que temos visitado têm tanta diferença do que dantes estavam, assim no conhecimento de Deus, como em obrar virtude, que parece uma Religião. Fazem-se muitos casamentos entre os Gentios, os quais em a Bahia estão junto à cidade, e têm sua igreja junto a uma casa, onde nos recolhemos, em a qual reside agora o padre Navarro. Estes determinamos tomar por meio de outros muitos, os quais esperamos com a ajuda do Senhor fazer cristãos. (...)

Os clérigos desta terra têm mais ofício de demônios que de clérigos: porque, além de seu mau exemplo e costumes, querem contrariar a doutrina de Cristo, e dizem publicamente aos homens que lhes é lícito estar em pecado com suas negras, pois que são suas escravas, e que podem ter os salteados, pois que são cães, e outras cousas semelhantes, por escusar seus pecados e abominações, de maneira que nenhum Demônio, temo agora que nos persiga, senão estes.

Querem-nos mal, porque lhes somos contrários a seus maus costumes e não podem sofrer que digamos as missas de graça, em detrimento de seus interesses. Cuido que, se não fora pelo favor que temos do Governador e principais da terra, e assim porque Deus não o quer

permitir, que nos tiveram já tiradas as vidas. Esperamos que venha o Bispo, que proveja isto com temor, pois nós outros não podemos com amor. (...)"

Em várias cartas posteriores o jesuíta volta repetidamente ao mesmo tema, acrescentando um elemento esclarecedor: as relações sexuais com as índias são por esses consideradas livres e desejáveis, mas não o casamento com elas, que reputam infamante.

Pe. Manuel da Nóbrega. "Aos Padres e Irmãos de
Coimbra, Pernambuco,
13 de setembro de 1551"

* Cópia do original se encontra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (S. Roque, Lisboa), I-5, 2, 38, ff. 19v.-21v. Primeira edição em Vale Cabral, *Cartas do Brasil do Padre Manoel da Nóbrega (1549-1560)*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1886: 86-89. A edição utilizada é a de Serafim Leite, op. cit., 1955: 91-95.

"(...) Haverá um mês pouco mais ou menos que chegamos a esta Capitania de Pernambuco o Pe. Antonio Pires e eu, a qual nos faltava por visitar e tinha mais necessidade que nenhuma outra, por ser povoada de muito e ter os pecados mui arraigados e velhos.

É feito muito fruto, glória ao Senhor, por meio destes dois pobres, ou, por melhor dizer, por meio de vossas orações e pela fama da Companhia, a qual é cá tida em muita veneração. Em somente verem que somos membros dela (posto que eu podre e provesse a N. Senhor que não cortado) isto faz em todos abalo a emendar-se de suas vidas. Os mais aqui tinham índias de muito tempo, de que tinham filhos, e tinham por grande infâmia casarem com elas. Agora se vão casando e tomando vida de bom estado. São feitas muitas amizades porque esta Capitania estava em bandos com os principais da terra e os fizemos amigos à porta da igreja com que já todos estão em paz. Havia muitas moças filhas de cristãos dadas à soldada a solteiros, com que publicamente pecavam e dava-lhas a justiça. Fi-las ajuntar em casa de casados virtuosos e agora se vão casando e amparando. Pelo sertão há muitos assim machos como fêmeas e algumas já mulheres, filhos de brancos. Damos ordem a se tirem todos e já são fora alguns, dos quais já lá mandei um mancebo, que estava perdido e comia carne humana como o gentio, para lá servir e ter alguma notícia da cristandade. (...)

As índias forras, que há muito que andam com os cristãos em pecado, trabalhamos por remediar por não se irem ao sertão já que são cristãs, e lhes ordenamos uma casa à custa dos que as tinham para nela as recolher e dali casarão com alguns homens trabalhadores pouco a pouco. Todas andam com grande fervor e querem emendar-se de seus pecados e se confessam já as mais entendidas e sabem-se mui

bem acusar. Com se ganharem estas se ganha muito, porque são mais de 40 só nesta povoação, afora muitas outras que estão pelas outras povoações, e acarretam outras do sertão assim já cristãs como ainda gentias. Algumas destas mais antigas pregam às outras. Temos feito uma delas meirinha, a qual é tão diligente em chamar à doutrina, que é para louvar a N. Senhor. Estas, depois de mais arraigadas no amor e conhecimento de Deus, hei de ordenar que vão pregar pelas Aldeias de seus parentes, e certo que em algumas vejo claramente obrar a virtude do Altíssimo. Ganhamos também que estas nos trarão meninos do gentio para ensinarmos e criarmos em uma casa que para isso se ordena, e já se faz, e trabalha nela com muita pressa e fervor todo o povo assim homens como mulheres. Muitos casamentos tenho acertado com estas forras. Querera N. Senhor por esta via acrescentar sua fé católica e povoar esta terra em seu temor: e será fácil cousa casar todas, porque como os não absolverem e lhes mandarem tomar estado, não se de casar como puderem os homens, como a experiência das outras Capitânicas nos tem ensinado, onde se casaram todas quantas negras forras havia entre cristãos. Há cá muita soma de casados em Portugal que vivem cá em graves pecados: a uns fazemos ir, outros mandam buscar suas mulheres. (...)

Os que estão amancebados com suas mesmas escravas, fazemos que casem com elas e, por ser costume novo a seus senhores, têm medo que casando lhes fiquem forras, e não lho podemos tirar da cabeça. Isto é cousa mui proveitosa para estas partes, e para São Thomé e outras partes onde há fazendas de muitos escravos. Devia El-Rei de mandar desenganar aos senhores, que não ficam forros, porque isto receiam; que doutra maneira todos os casariam. (...)"

Pe. Manuel da Nóbrega. *Carta de Olinda*.
(14 de setembro de 1551)

* O original se encontra em Lisboa, Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, Armário 15, Maço 86, Doc. 125, ff. 1r - 4v. Primeira edição na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro II*, Rio de Janeiro, 1840: 277-280. A edição utilizada é a de Serafim Leite, op. cit., 1955: 100-102.

"(...) Damos ordem a que se faça uma casa para recolher todas as moças e mulheres do gentio da terra que há muitos anos que vivem entre os cristãos, e são cristãs e têm filhos dos homens brancos; e os mesmos homens que as tinham ordenam esta casa, porque ali doutrinadas e governadas por algumas velhas delas mesmas, pelo tempo em diante muitas casarão e ao menos viverão com menos ocasião de pecados; e este é o melhor meio que nos pareceu por se não tornarem ao gentio. (...)

Por toda esta costa há muitos homens casados em Portugal e vivem cá em graves pecados com muito prejuízo de suas mulheres e filhos. Devia V.A. mandar aos capitães que nisto tenham muito cuidado.

Nestas partes há muitos escravos e todos vivem em pecado com outras escravas. Alguns dos tais fazemos casar, outros receiam ficarem seus escravos forros e não ousam casá-los. Seria serviço de Nosso Senhor

mandar V.A. uma provisão em que declare não ficarem forros casando, e o mesmo se devia prover em Santo Thomé e outras partes onde há fazendas com muitos escravos. Com a vinda do Bispo o esperávamos remediar e agora me parece ser necessário V.A. prover nisso por se evitarem grandes pecados. (...)

Para as outras capitânias mande V.A. mulheres órfãs, porque todas casarão. Nesta não são necessárias por agora por haverem muitas filhas de homens brancos e de índias da terra, as quais todas agora casarão com a ajuda do Senhor; e, se não casavam dantes, era porque consentiam viver os homens em seus pecados livremente, e por isso não se curavam tanto de casar e alguns diziam que não pecavam, porque o Arcebispo do Funchal lhes dava licença. (...)

Os jesuítas não só interferiam nos hábitos sexuais da colônia, mas na vida dos próprios índios, que eram compelidos a viver segundo a moral cristã. Outro dado de interesse é o esforço de afastar os mestiços de suas mães índias, recolhendo-os em regime de internato no caso da ausência ou morte do pai.

Pe. José de Anchieta. Carta de Piratininga:
"Quadrimestre de
maio a setembro de 1554"

* Copiada no livro de registro, códice manuscrito, 226 fls., sem título, que possui a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Cod. LXXVII, 6-22), intitulado: *Cartas dos Padres da Companhia de Jesus sobre o Brasil, desde o ano de 1549 ao de 1586*, fls. 199. Primeira edição vertida para o português, publicada por Teixeira de Melo, nos *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. I, 1876: 60-75. A edição utilizada é: *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, SJ. (1554-1594)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira (*Cartas Jesuíticas III*), 1933: 36-46.

"(...) A estas duas segue-se a terceira Capitania, distante da Baía de Todos os Santos 360 milhas e que se chama Espírito Santo, na qual trabalha na pregação da palavra de Deus o padre Braz Lourenço com o Irmão Simão Gonçalves, aqui recebido na Companhia: do que se colhe abundantíssimo fruto; porquanto alguns casam com suas escravas concubinas, por lei de matrimônio, e outros, abandonando-as, adotam um modo de viver salutar; no que principalmente brilha a nobre virtude de um certo principal, que, repudiada a manceba, com quem vivera por muitíssimo tempo e da qual tivera filhos, se voltou para salutífera e reta forma de vida. Não aparece na verdade pouca emenda e correção em extirpar outros vícios: para que os homens se dissuassem dos juramentos, estabeleceu-se uma como Confraria de caridade: os que a ela se filiarem, se, quando jurarem, a si mesmos se acusarem, pagam uma determinada quantia de dinheiro para o casamento de alguma órfã; acusados, porém, por outros, pagam o dobro. (...)

Quatro ou cinco meninos órfãos, dos nascidos de pai português, mas de mãe brasileira, que viviam em casa e sob o regimen do pai, foram recolhidos por algum tempo ao Colégio, e suministra-se a todos alimento, à mesa de Cristo. Estas e outras cousas que ali se fazem, pelas cartas do mesmo Padre largamente e em particular se conhecerão. (...)

Temos também em casa conosco alguns filhos dos Gentios, que atraímos para nós de diversas partes, e estes até abominam os costumes paternos a tal ponto que, passando por aqui para outro lugar o pai de um e vendo o filho, este longe de mostrar para com ele o amor de filho, pelo contrário só lhe falava rarissimamente e de má vontade, e compelido por nós. Outro, estando já de há muito separado do contato dos pais, passando com os nossos Irmãos pela aldeia em que morava a mãe, dando-lhe os mesmos licença para ver sua mãe, não a saudou no entanto e passou além; assim, antepõem em tudo ao amor dos pais o nosso. Louvor e glória a Deus, de quem todo bem procede. (...)

Estes entre os quais vivemos estão espalhados 300 milhas (segundo nos parece) pelo sertão; todos eles se alimentam de carne humana e andam nus; moram em casas feitas de madeira e barro, cobertas de palhas ou com cortiças de árvores; não são sujeitos a nenhum rei ou capitão, só têm em alguma conta os que alguma façanha fizeram, digna do homem valente, e por isso comumente recalcitram, porque não há quem os obrigue a obedecer; os filhos dão obediência aos pais quando lhes parece; finalmente, cada um é rei em sua casa e vive como quer; pelo que nenhum ou certamente muito pouco fruto se pode colher deles, se a força e o auxílio do braço secular não acudirem para domá-los e submetê-los ao jugo da obediência.

O que faz com que, como vivam sem leis nem governo, não possam conservar-se em paz e concórdia, tanto que cada aldeia contém somente seis ou sete casas, nas quais se não se interpusessem o parentesco ou aliança, não poderiam viver juntos e uns e outros se devorariam; bastantes vezes e em muitos outros lugares vimos fazerem isso, e não moderam a insaciável raiva nem com o sentimento do parentesco.

Ajunta-se a isso que, contraído o matrimônio com os mesmos parentes e primos, se torna difícilimo, se porventura queremos admiti-los ao batismo, achar mulher que, por causa do parentesco de sangue, possa ser tomada por esposa. O que não pequeno embaraço nos traz; porquanto, não podemos admitir a receber o batismo à que se conserva manceba. Por isso, parece grandemente necessário que o direito positivo se afrouxe nestas paragens, de modo que, a não ser o parentesco de irmão com irmã, possam em todos os graus contrair casamento, o que é preciso que se faça em outras leis da Santa Madre Igreja, às quais, se os quisermos presentemente obrigar, é fora de dúvida que não quererão chegar-se ao culto da fé cristã; pois são de tal forma bárbaros e indômitos, que parecem aproximar-se mais à natureza das feras do que à dos homens. (...)

Em carta do mesmo ano e local, a Inácio de Loyola, Anchieta fornece alguns elementos sobre a pedagogia

dos jesuítas, em que se destaca a dificuldade de integração dos jovens mestiços.

Pe. José de Anchieta. *Carta ao Pe. Inácio de Loyola*
(Piratininga, julho de 1554)

* Original em espanhol no "Archivum Romanum Societatis Iesu" (ARSI), Epp. NN. 95, f. 105r-105v. Primeira edição, publicada em castelhano, nos *Anais da Bibliotheca Nacional*, vol. XIX, Rio de Janeiro, 1897: 53-54. A edição utilizada é: *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta (1554-1594)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira (*Cartas Jesuíticas III*), 1933: 67-69.

"(...) Todo este tempo que aqui temos estado nos hão mandado de Portugal alguns dos meninos órfãos, os quais havemos tido e temos conosco sustentando-os com muito trabalho e dificuldade; o que nos moveu que aqui também recolhêssemos alguns órfãos principalmente dos mestiços da terra, para assim os amparar e ensinar, porque é a gente mais perdida desta terra, e alguns piores que os mesmos Índios.

Como disse na quadrimestre de Agosto e durante esse tempo pretendemos conquistar um destes como um Índio, porque neles está muita parte da edificação ou destruição da terra como também porque como línguas e intérpretes para nos ajudarem na conversão dos Gentios e destes os que fossem aptos e tivessem boas qualidades recolhê-los para Irmãos e os que não fossem tais dar-lhes vida por outro modo. Agora quis Nosso Senhor por sua misericórdia dar-nos a conhecer que não é gente de que se deva fazer caso para a conversão dos Infieis. Porque um deles que era casado e outros daqueles de que fazíamos alguma conta tentados do espírito de fornicção no mês de Julho fugiram. Pôs-se logo muita segurança e diligência e foram pegos, o que nos deu conhecimento bem claro deles. Por isso pareceu a Nosso Padre junto com todos os irmãos, a quem tudo comunicou encomendando-o a Nosso Senhor, que será mui grande serviço de Deus tê-los e criá-los na mesma conta que os Índios e quando chegarem a anos de discrição mandá-los a Espanha, onde há menos inconvenientes e perigos para serem ruins que aqui, onde as mulheres andam nuas e não sabem se negar a ninguém, mas até elas mesmas cometem e importunam os homens, jogando-se com eles nas redes porque têm por honra dormir com os Cristãos. E assim prouvera a Nosso Senhor, que daqui a oito ou nove anos sendo eles o que devem e tendo as qualidades, que se requerem para a Companhia, se vieram a estas partes façam grande fruto nos Gentios, o que agora não fazem, porque não têm nenhuma autoridade entre eles.

E assim mesmo se se fizessem aqui casas da Companhia seria bem, que fizéssemos troca com os Irmãos do Colégio de Coimbra, de maneira que nos mandassem para cá os indispostos de lá, desde que tenham propensão à virtude, os quais aqui se curariam com os trabalhos e bondade da terra, como temos experimentado nos enfermos que de lá vieram, e aprenderiam a lingua dos Índios; e de cá lhes enviaríamos

destes mestiços, dos quais alguns, que tivessem qualidades para ser Irmãos, recolhessem nos Colégios e os que não, pusessem nas casas dos órfãos como agora se faz a alguns deles e isto é grande serviço de Deus, porque estes (como tenho dito) se são ruins destróem o edificado. A superintendência destes se devia exercer pelos Padres da Companhia, apartados dos Irmãos; a resolução do que V.R.P. juntamente com o Padre provincial de Portugal deveria negociar com o Rei, porque é grande honra de Deus e proveito de seu Reino, e porque destas e outras cousas por cartas não se pode dar bastante informação. Mandou Nosso Padre este ano o Padre Leonardo Nunes, o qual leva tudo apontado, para praticar com V.R.P. e sua Alteza. (...)"

Um dado importante, que teria graves conseqüências na contaminação dos indígenas, é a insistência de Anchieta em receber jesuítas enfermos da Europa que seriam treinados como línguas.

Outros jesuítas, como Leonardo Nunes, Diogo Jacome e o padre Antonio Pires, fornecem novos dados sobre as relações entre colonos e índios, principalmente na esfera sexual e a tentativa de conformá-la aos padrões da moralidade cristã e do interesse colonial.

"*Carta do Pe. Leonardo Nunes aos padres e irmãos de Coimbra*"

S. Vicente, novembro (?) 1550

* Original português perdido de que se fez a tradução espanhola logo impressa em "Copia de unas cartas (...) trasladadas de Portugues en Castellano. Recebidas el año de 1551". Título: "Obra enviada del Puerto de S. Vicente" (carta nº 9, 5 págs. e meia). A edição utilizada é: Serafim Leite, *Monumenta Brasiliav*, vol. 1 - *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil (1538-1553)*, Coimbra, Tip. da Atlântida, 1956: 206-210.

"(...) Despedi-me de todos, ficando eles muito consolados, e daí fui para São Vicente, acompanhando-me o Capitão e alguma outra gente. Ao chegar fiz um sermão em que todo mundo ficou muito tocado por Deus, e daí em diante prediquei algumas vezes. A maior parte do tempo eu ficava confessando, e cada dia fazia a doutrina aos escravos. Às segundas, quartas e sextas-feiras, à noite, tocava a campana pelos finados. De maneira que, vendo o nosso Senhor o grande estrago que o demônio fazia nessas almas, pois quase todos os moradores dessas três vilas estavam perdidos em gravíssimos pecados, tanto casados como solteiros, e mais ainda os sacerdotes, Ele começou a tocá-los

e dar-lhes tanta vergonha dos seus pecados que todos trabalhavam para afastar-se deles, uns casando com as mulheres e índias que tinham, outros expulsando-as, outros arrumando-lhes maridos, outros decidindo viver castamente com as suas mulheres, e todos com grandes espantos de si, vendo sua cegueira e em que perigo tinham ficado por tanto tempo, pois tinha muitas almas que não tinham sido confessadas havia 30 ou 40 anos, e estavam em pecado mortal, publicamente. (...)

Todo o resto do tempo que estive aqui, além do cuidado dispensado a esses Irmãos, o dediquei a confessar e pregar algumas vezes, acudindo, quando podia, a outras necessidades espirituais e exercitando-me em outras obras pias, em tudo buscando a salvação das almas. E com muito trabalho, por estar só, e pela perseguição de alguns deste porto, uma vez que, de uma parte, fui perseguido por alguns amancebados, por querer afastá-los do pecado e trabalhar por que se corrigissem e voltassem a Deus; e, de outra parte, era perseguido pelos que aqui tinham negros Carijós cristãos em cativo, após prendê-los, sem querer deixá-los e guardando-os injustamente. Procurava eu muitos remédios para expulsar este mal da terra, o que é muito difícil, pois o têm muito arraigado em seus corações, dos quais sai uma desordenada avarícia e desejos insaciáveis de bens temporais, que aqui reinam sobremaneira em muita gente. Cristo o nosso Senhor proveja como mais for do seu serviço e proveito das almas, e nos dê graça para que os nossos trabalhos pelo amor dele sejam aceitos.

Desta Capitania de São Vicente. (novembro de 1550)" *

*"Carta do Pe. Leonardo Nunes aos Padres
e Irmãos de Coimbra"*
(S. Vicente, 20 de junho de 1551)

* Original português perdido. A tradução espanhola se encontra no Archivum Romanum Societatis Iesu (ARSI), Bras. 3-1, ff. 23r-24r, sob o título: "Copia de unas cartas de los Padres y Hermanos que estan en el Brasil. De huna del Padre Leonardo Nunez, de vinte de Junio de 1551, de São Vicente". A edição utilizada é a de Serafim Leite, op. cit. (vol. 1), 1956: 233.

"(...) Muitos homens têm-se afastado de pecados públicos em que estavam, embora tenha muitos endurecidos. Alguns homens dos que estavam amancebados com índias casaram com elas, sendo uns 15 ou 16, e agora temos outros 7 ou 8 que vão fazer o mesmo. E outros que estavam casados lá, no Reino, aqui se afastaram das mancebas, e outros solteiros, depois de deixar as índias ou escravas, casaram-se com filhas de homens brancos. (...)" *

* Tradução do espanhol para o português de Jean François Cleaver.

*"Carta do Ir. Diogo Jácome aos Padres
e Irmãos
de Coimbra"*

(S. Vicente, junho de 1551)

* Cópia portuguesa do original na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (S. Roque, Lisboa), 1-5, 2, 38, ff. 196v-199r. Título: "Cópia de outra (carta) do Brasil do Irmão Diogo Jácome para os Padres e Irmãos do Collegio de Coimbra. Não tem era". A edição utilizada é a de Serafim Leite, op. cit. (vol. 1), 1956: 242-247.

"(...) O nosso Pe. Leonardo Nunes vos escreverá mais largo porque sabeis, meus em Cristo, que se ele dez corpos tivera, todos ele, bendito Deus, os encaminhara porque todos os esforços com que anima a esta gente assim da terra como brancos, e com vossa vinda que vireis e estareis em tal parte e em tal. Ele até agora sempre cavou e podou e colheu, como nas outras mais largo vos escrevi. Das obras em particular que ele obra não vos saberei dar conta, por serem muitas e porque sempre estou em casa. Os Irmãos vos escreverão disso mais largo, porque vão com ele e sabem suas obras ainda que não todas. Eu a eles me remeto pelo que tanto folgais de saber para louvaredes a Nosso Senhor.

Daqui partiu com uns Irmãos para a terra dos Índios donde trouxe um homem que havia sete ou oito anos que estava sem confissão, nem ver a Deus. Trouxe-o. Agora está aqui como entrevado, doente destes males que nesta terra são mui comuns aos que ao pecado da luxúria se dão, pelo qual muitos se perdem nestas terras: assim está comido com chagas. Quis vos dar conta da sua doença para que o encomendeis a Nosso Senhor.

Outros (há) tão apartados ou mais, pois que são obstinados neste negro pecado, com os quais trabalha de dia para os apartar e de noite em como os há de apartar de sua má obstinação em que estão com índias da terra, e tal há que lhe seria melhor um braço cortado que falar o que fala contra o Padre, que com todo amor o repreende e exorta com todos os meios que pode e para isso busca. E são que há aí tal que sobre ir daqui a X (10) léguas sobre uma pessoa, que haverá XX (20) ou XXX (30) anos que está em pecado mortal, sobre com todos os mimos com que primeiro o trouxe, e vendo sua obstinação sobre estar excomungado pelo Vigário da terra, quis o nosso Padre ir lá a dizer missa, porque se passa um ano e dois que não vêem a Deus, nem no vêem a ver podendo vir. E, estando lá dizendo missa, entrou este homem, de maneira que lhe mandou o Padre dizer que se saísse, que não podia celebrar com ele. E, saindo, saíram também dois filhos seus da terra, com ele, de maneira que se determinaram para, como acabasse a missa, de lhe darem na cabeça; o qual acabando a missa se saiu e veio para ele, o qual lhe rogou que não tivesse conta com ele, que era melhor cristão que ele e que fazia muito boas obras: mas não dizia se estava apartado do pecado para lhe aproveitarem. E assim tiveram mão nele, e depois vieram os filhos com suas armas, que são uns homens como selvagens, contra o nosso mesmo

Padre, e ele assentado de joelhos diante deles aparelhado a receber o que viesse, de maneira que não faltou aqui senão Nosso Senhor alargar sua mão para o demônio obrar suas más obras. Como quer que Nosso Senhor o tem guardado para mais augmentação da sua Igreja como cada dia vai aumentando, não no permitiu ali acabar. Mas, quanto às novas que nos cá deram (estando ele lá), foram que lhe deram de pancadas em secreto, e que se saísse fora de sua casa, senão que lhe dariam com um pau pela cabeça.

Assim que estas são suas coisas com as mais das quais uma é como agora há poucos dias que partiu daqui com cinco Irmãos para outra parte ao longo do mar, obra de XXX léguas em busca de um homem casado em Portugal, o qual estava entre Índios haverá oito ou nove anos já transportados do conhecimento de Nosso Senhor sem todos estes anos se confessar nem ver a Deus, o qual os Negros muito queriam. E vendo como o Padre o ia a buscar, quis vir, mas por mais justiça que lá foram não no houveram de trazer. Agora está aqui com o outro muito doente dumas chagas muito más que de lá trouxe. Traz uma índia da terra que tinha por mulher com duas filhas. A este presente ainda não está confessado por não saber o grande erro que tem feito há tantos anos. Por estes caminhos padecerão os Irmãos com o Padre muito detrimento além do cansaço do caminho que levaram passando por rios a nado despidos, que dizem os Irmãos que entanguéciam com frio; e não tão somente isto mas muita fome em extremo, que não comiam senão palmitos que achavam pelo mato com outras frutas de mais pouca sustância sem terem nem um grão de farinha que lá chamais de pão.

Assim que, meus em Cristo, não vos espanteis com estes homens de que fiz acima menção, porque há aí outros muito mais apartados da Igreja: homens e mulheres são deitados entre os contrários destes Índios, os quais homens se não podem cá haver por estarem longe as mulheres. Uma fugiu daqui há já muito tempo, a qual dizem ser tão má que persegue aos Índios a que venham dar guerra aos brancos e que diz muito mal. Fora esta, agora há poucos dias que daqui fugiram duas moças, ambas irmãs e casadas com homens brancos, as quais elas são filhas de homem branco e de Índia, de maneira que estão ambas nos contrários: as quais dizem que são tão más, que ordenaram com que os Índios vieram a dar aqui guerra a uma fortaleza, que os brancos têm feita para resguardo das povoações dos brancos, e assim os ensaiaram de maneira que deram tal salto estando descuidados que levariam XXX (30) índios que estavam em resguardo da terra e um homem branco, e os que ficaram, ficaram muito mal feridos de flechadas, e também levaram a artilharia que puderam, e puseram fogo às casas de palha; só uma de telha havia em que se salvaram os feridos de os não levarem. Assim que isto diz que causaram estas mulheres com muitas maiores diabolidades que nestas terras se fazem, de maneira que agora vereis quão grande o demônio faz à misericórdia de Deus, que no cabo faz tamanha. (...)"

"Carta do Pe. Antonio Pires aos Padres e Irmãos de Coimbra"
(Pernambuco, 2 de agosto de 1551)

* Original português perdido, que logo se traduziu em espanhol e se publicou em: "Copia de unas cartas (...) Tresladadas de Portugues en Castellano. Recebidas el año de 1551" (Carta nº 2, 8 págs). Título: "Una embiada de la Capitania de Pernambuco". A edição utilizada é a de Serafim Leite, op. cit. (vol. 1), 1956: 262-263.

"(...) Logo que aqui chegamos, muitos começaram a afastar-se de suas mancebas e outros pecados. Parece-me que foi por medo, por acharem que tínhamos o poder de castigá-los. Queira o nosso Senhor que não voltem a tê-las". Os negros e escravos, temerosos, nos chamam vicários, porque os cristãos desta Capitania assim nos chamavam. Os moradores desta Capitania apressam-se em montar casa para nós, e andam escolhendo sítio. Estão muito dispostos a ajudar-nos em tudo que nos for necessário para o serviço de Deus. Muitos casam, o que antes não se fazia, pois preferiam estar amancebados com suas escravas e com outras negras livres. Há nesta terra um costume, é que a maioria dos homens não recebem o Santo Sacramento, por terem as negras com que estão amancebados, enquanto tem homens que, com vinte anos, ainda não comungaram, mas os confessam e absolvem. Tudo o que se faz às nossas costas, pois é agora o nosso ofício remediá-lo. O maior trabalho que agora temos é que haverá neste povoado algumas cinqüenta negras, ou mais, fora as que estão pelas fazendas, que foram trazidas das aldeias pelos brancos para tê-las como mancebas. Eles logo as fazem cristãs, para que o pecado não seja tão grande. Não sabemos acabar com isso: pois se as tirarmos deles, voltarão às aldeias, fazendo assim injúria ao sacramento do batismo, e se não as tirarmos, ficarão uns e outros em pecado mortal. Tenho a esperança de que, pelas vossas orações, nos mostre o Senhor o que devemos fazer. Elas andam tão devotas, principalmente as livres, que pelo que demonstram, se pudéssemos arranjar-lhes alguma forma de vida, facilmente as afastaríamos do pecado. Há entre elas uma que está entre os brancos há muito tempo, à qual obedecem todas as outras, porque anda com uma vara na mão e tem o cuidado de submetê-las à doutrina. Essa levantou-se, uma madrugada, duas ou três horas antes do dia, e apregoava aos gritos a nossa chegada, animando as outras, dizendo que tinha chegado o dia, que até agora tinham sempre tido noite, que saíssem dos seus males e pecados e fossem boas e cristãs, falando mal dos seus costumes e louvando os nossos. Muitas dessas vêm à nossa casa e ajoelham-se, dizendo com muita lástima que até agora tanto elas como os seus filhos foram selvagens, e que pelo amor de Deus as ensinemos e doutrinemos. (...)" *

* Tradução do espanhol para o português de Jean François Cleaver.

MAMELUCOS E MESTIÇOS

Mamelucos

A capitania de São Vicente foi um dos primeiros pontos do litoral do sul do Brasil a desenvolver uma ocupação estável de europeus. Sabe-se que desde os primeiros anos do século XVI aí se encontravam naufragos, degredados ou escapados voluntários das várias expedições portuguesas e espanholas que navegaram pelo litoral. Esses primeiros colonizadores relacionaram-se com os grupos indígenas da costa e do planalto que a sucede imediatamente. As relações entre brancos e índios nesta área seguiram o padrão geral que caracterizava as alianças com os grupos Tupi da costa, nas quais um branco cercava-se de concubinas indígenas e, através desses vínculos sexuais, estabelecia uma rede de compromissos e de solidariedade com os grupos locais mais próximos. Pelas razões já expostas anteriormente, os produtos dessas relações tendiam a identificar-se mais com o pai, dando origem a um número crescente de mestiços, os mamelucos (mamalucos), termo que definia sua condição e estava em uso na colônia desde a primeira metade do século XVI, como se pode ver em Nóbrega, Gandavo e Frei Vicente do Salvador.

A economia periférica da capitania de São Vicente, fundada mais na produção de gêneros de subsistência e na criação de algum gado do que na economia de exportação, como a do açúcar, tendia a limitar muito o número de colonos brancos e a impedir quase totalmente a entrada de escravos negros. Assim, do mesmo modo como ocorreria nos séculos XVII e XVIII na Amazônia, a população de São Vicente tendeu a manter íntegra a feição original de uma sociedade mestiça, fortemente colorida pela presença biológica e cultural dos índios. Os mamelucos constituem a face mais perceptível e característica dessa sociedade compósita.

Os mamelucos são categoria social presente em todas as partes dos Estados do Brasil e do Maranhão coloniais, e não apenas em São Vicente. E nem sequer são uma formação típica das áreas de colonização portuguesa da América do Sul. A população mestiça, com forte influência indígena, que até hoje caracteriza majoritariamente o Paraguai, constitui um exemplo expressivo. Outro exemplo, mais freqüente do que se imagina, pela

extensão e influência dos franceses na maior parte do litoral brasileiro durante os dois primeiros séculos de história, é fornecido pelo cronista Gabriel Soares de Sousa, no capítulo que dedica aos mamelucos de origem francesa.

Manuel da Nóbrega. Carta "Ao Pe. Luís Gonçalves da Câmara, Lisboa" (São Vicente, 15 de junho de 1553)

* Original português perdido. Tradução espanhola no "Archivum Romanum Societatis Iesu" (ARSI), Bras. 3-I, ff. 96r-98r. A retroversão em português moderno e o texto em espanhol estão publicados em Serafim Leite, *Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega (Opera Omnia)*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbricensis, 1955: 163-179 e 469-477.

"(...) Eu me fico fazendo prestes até à sua vinda, para logo entrarmos. O que temo muito é que a cobiça assim dos castelhanos, como dos portugueses meta a saque a gentilidade de maneira que prejudiquem tudo, tanto com grandes escândalos, como com maus exemplos; porque isto mesmo tem prejudicado a gentilidade da costa e criado ódio e rancor nos corações contra os cristãos.

E no Paraguai, cidade dos castelhanos, 500 homens têm sujeitos aos gentios carijós, que têm mais de 300 léguas de terra. E não os sujeitam ao jugo de Cristo mas à sua cobiça e tirania, maltratando-os e fazendo-os servir pior que escravos, tomando-lhes as suas mulheres e filhos e filhas e quanto têm. (...)

Nesta casa tem-se feito muito fruto com a gente da terra, filhos e filhas de cristãos, mamalucos, que há muitos, e com a escravaria. Vai muito fervor nas confissões e muitos vêm chorando, pedindo confissão e com grande dor de não se saberem confessar. Todos sabem a doutrina melhor que muitos velhos cristãos de nação. E casam-se muitos escravos que estavam em pecado; outros se apartam; muitos se disciplinam com tão grande fervor que põem confusão aos brancos. (...)

Nesta terra está um João Ramalho. É o mais antigo dela e toda a sua vida e a dos seus filhos é conforme à dos Índios e é uma *petra scandalí* para nós, porque a sua vida é principal estorvo para com a gentilidade que temos, por ele ser muito conhecido e muito aparentado com os Índios. Têm muitas mulheres. Ele e seus filhos andam com irmãs e têm filhos delas, tanto o pai como os filhos. Vão à guerra com os Índios e as suas festas são de índios e assim vivem andando nus como os mesmos índios. Por todas as maneiras o temos provado e nada aproveita, até que já o deixamos de todo. Este estando excomulgado, por não se confessar, e não querendo os nossos Padres celebrar com ele, disse que também os Padres e Irmãos pecavam com as negras, o que fez presumir ser alguma coisa, ajuntando-se com isto estarem as negras na mesma rua. Pelo que, quando cheguei, por me Nosso Senhor assim ensinar e com eu já conhecer o que tinha nos Irmãos e saber a verdade do que podia haver, por cumprir com o mundo e tirar alguma presunção, despedi-os a todos quantos aqui achei desses que andavam por fora e tirei, com o Vigário, quase quantas pessoas há nesta Capitania por testemunhas do que sabiam, sem achar coisa

nenhuma, e fiz a verdade pública a todos e ganhou-se tirar dos corações alguma presunção, à custa de muitos me julgarem por mal atentado; e os Irmãos ganharam coroa de paciência e deram muito bom exemplo de si até que os tornei a recolher. (...)"

Manuel da Nóbrega. Carta "Ao Pe. Luís Gonçalves da Câmara, Lisboa" (Do sertão de S. Vicente, 31 de agosto de 1553)

* Original português perdido. Tradução espanhola no "Archivum Romanum Societatis Iesu" (ARSI), Bras. 3-I, f. 99r-99v. A retroversão em português moderno e o texto em espanhol estão publicados em Serafim Leite, op. cit., 1955: 180-186 e 480-482.

"(...) Neste Campo está um João Ramalho, o mais antigo homem que há nesta terra. Tem muitos filhos e mui aparentados em todo este sertão, e o mais velho deles levo agora comigo ao sertão por mais autorizar o nosso ministério. Porque é muito conhecido e venerado entre os gentios e tem filhas casadas com os principais homens desta Capitania, e todos estes filhos e filhas são de uma índia, filha dos maiores e mais principais desta terra. De maneira que, nele e nela e em seus filhos, esperamos ter um grande meio para a conversão destes gentios. Este homem, para mais ajuda, é parente do Padre Paiva e cá se conheceram.

Quando veio da terra, que haverá 40 anos e mais, deixou a sua mulher lá, viva, e nunca mais soube dela, mas que lhe parece que deve ser morta, pois há tantos anos. Deseja muito casar-se com a mãe destes seus filhos. Já para lá se escreveu e nunca veio resposta deste seu negócio. Portanto é necessário que Va. Ra. envie logo a Vouzela, terra do Pe. Mestre Simão, e de parte de Nosso Senhor lho requeira: porque se este homem estiver em estado de graça, fará Nosso Senhor por ele muito nesta terra, pois estando ele em pecado mortal, por sua causa a sustentou até agora. (...)"

José de Anchieta. Carta de Piratininga do "Quadrimestre de maio a setembro de 1554"

* Copiada no livro de registro, códice manuscrito, 226 fls., sem título, que possui a Biblioteca Nacional (Cod. LXXVII, 6-22), intitulado: *Cartas dos Padres da Companhia de Jesus sobre o Brasil, desde o ano de 1549 ao de 1586*, fls. 199. Primeira edição vertida para o português publicada por Teixeira de Melo nos *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. I, Rio de Janeiro, 1876: 60-75. A edição utilizada é: *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta (1554-1594)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira (*Cartas Jesuíticas III*), 1933: 46-47.

"(...) O que não é tanto para admirar como a detestável maldade, dos próprios Cristãos, nos quais acham não só exemplo de vida como favor e auxílio para cometerem delitos; porquanto, uns certos Cristãos, nascidos de pai português e de mãe brasileira, que estão distantes

de nós nove milhas, em uma povoação de Portugueses, não cessam, juntamente com seu pai, de empregar contínuos esforços para derrubar a obra que, ajudando-nos a graça de Deus, trabalhamos por edificar, persuadindo aos próprios catecúmenos com assíduos e nefandos conselhos para que se apartem de nós e só a eles, que também usam de arco e flechas como eles, creiam, e não dêem o menor crédito a nós, que para aqui fomos mandados por causa da nossa perversidade. Com estas e outras semelhantes fazem que uns não acreditem na pregação da palavra de Deus, e outros, que já víamos entrarem para o aprisco de Cristo, voltem aos antigos costumes, e fujam de nós para que possam mais livremente viver. Tendo os irmãos gasto um ano quase inteiro no ensino de uns certos, que distam de nós 90 milhas e tinham renunciado a costumes pagãos, estavam determinados a seguir os nossos, e haviam-nos prometido que nunca matariam aos contrários, nem usariam de carne humana em suas festas; agora, porém, induzidos pelos conselhos e palavras destes Cristãos e pelo exemplo da nefanda e abominável ignomínia dalguns deles, preparam-se não só para os matar, mas também para os comer.

Tendo, pois, um destes Cristãos cativado um dos inimigos na guerra de que acima fiz menção, trouxe-o a um seu irmão para que o matasse, o qual o matou, pintando-se de encarnado nas pernas e tomando o nome do morto por insigne honra (como é de uso entre os gentios); se não comeu, deu certamente a comer aos Índios, para os quais, e não para si mesmo, o matara, exortando-os para que não o deixassem escapar, mas antes o assassem e levassem consigo para comer. Tendo outro, irmão deste, usado de certas práticas gentílicas, sendo advertido duas vezes que se acautelasse com a Santa Inquisição, disse: "Acabarei com as Inquisições a flechas". E são cristãos, nascidos de pais cristãos! Quem na verdade é espinho, não pode produzir uvas.

Este atravessou por quase cinqüenta anos esta região, tendo por manceba uma mulher brasílica, da qual teve muitos filhos, em cuja saúde os Irmãos da nossa Companhia puseram o maior cuidado e trabalho, rogando-lhes com toda a mansidão e convidando-os com o espírito da brandura a que se deixassem da má vida, de tal modo que o Padre Manuel de Paiva, conhecendo o parentesco de sangue que havia entre eles, cuidou em firmemente ligá-los, julgando por esse modo fazer alguma cousa por ele.

Nenhum fruto, porém, tirando disso, mas antes observando que continuavam os maiores escândalos por causa do indecoroso e dissoluto modo de viver, não só do pai como dos filhos, que estavam amancebados com duas irmãs e parentas, começaram a exercer algum rigor e violência para com eles, expelindo-os sobretudo da comunhão da Igreja, os quais, devendo com isso mudar de vida, de tal modo se depravaram que nos perseguiram com o maior ódio, esforçando-se em fazer-nos mal por todos os meios e modos, ameaçando-nos também com a morte, mas especialmente trabalhando para tornar nula a doutrina com que instruímos e doutrinamos os Índios e movendo contra nós o ódio deles. E assim, se não se extinguir de todo este tão pernicioso contágio, não só não progredirá a conversão dos infieis, como enfraquecerá, e de dia em dia, necessariamente desfalecerá. Toquei nessas cousas de passagem: torno, porém, ao propósito. (...)"

Gabriel Soares de Sousa. *"Que trata de como entre os Tupinambás há muitos mamelucos que descendem dos Franceses..."*
(1587)

* Capítulo 177 do *Tratado descritivo do Brasil*, Rio de Janeiro, Typ. João Ignacio da Silva, 1879: 309-310.

"Ainda que pareça fora de propósito o que se contém neste capítulo, pareceu decente escrever aqui o que nele se contém, para se melhor entender a natureza e condição dos Tupinambás, com os quais os Franceses, alguns anos antes que se povoasse a Bahia, tinham comércio; e quando se iam para França com suas naus carregadas de pau de tinta, algodão, e pimenta, deixavam entre os gentios alguns mancebos para aprenderem a língua e poderem servir na terra, quando tornassem de França, para lhes fazer seu resgate; os quais se amancebaram na terra, onde morreram, sem se quererem tornar para a França, e viveram como gentios com muitas mulheres, dos quais, e dos que vinham todos os anos à Bahia e ao rio de Sergipe em naus de França, se encheu a terra de mamelucos, que nasceram, viveram, e morreram como gentios; dos quais há hoje muitos seus descendentes, que são louros, alvos e sardos, e havidos por índios Tupinambás, e são mais bárbaros que eles. E não é de espantar serem estes descendentes dos Franceses alvos e louros, pois que saem a seus avós; mas é de maravilhar trazerem do sertão, entre outros Tupinambás, um menino de idade de dez anos para doze, no ano de 1586, que era tão alvo, que de o ser muito não podia olhar para a claridade; e tinha os cabelos da cabeça, pestanas e sobrancelhas tão alvas como algodão, com o qual vinha seu pai, com quem era tão natural, que toda a pessoa que o via, o julgava por esse sem o conhecer; e não era muito preto, e a mãe que vinha na companhia, era muito preta; e pelas informações que se então tomaram dos outros Tupinambás da companhia, achou-se que o pai deste índio branco não descendia dos Franceses, nem eles foram àquelas partes, donde esta gente vinha, nunca; e ainda que este menino era assim branco, era muito feio.

Nesta povoação onde este índio branco veio ter, que é de Gabriel Soares, aconteceu um caso estranho a uma índia Tupinambá, que havia pouco que viera do sertão, a qual ia para uma roça a buscar mandioca, levando um filho de um ano às costas, que já chorando, do qual se enfadou a mãe de maneira que lhe fez uma cova com um pau no chão, e o enterrou vivo; e foi-se a índia com as outras à roça, que seria dali distância de um bom tiro de bombarda; e arrancou a mandioca, que ia buscar; e tornou-se com ela para casa, que seria donde a criança ficava enterrada, outro tiro de bombarda; sobre o que as outras índias, que viram esta crueldade de mãe, estando fazendo a farinha, se puseram a praticar, maravilhando-se do caso acontecido, o que ouviram outras índias da mesma casa ladinas, e foram-no contar à sua senhora, que logo se informou do caso como acontecera, e sabendo a verdade dele mandou a toda pressa desenterrar a criança, que ainda acharam viva, e por ser pagã a fez batizar logo, a qual viveu depois seis meses."

Mulatos

Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, mostra como, mesmo antes do início da colonização do Brasil, Portugal já era um povo de mestiços:

"(...) Neste caso, o Brasil não foi teatro de nenhuma grande novidade. A mistura com gente de cor tinha começado amplamente na própria metrópole. Já antes de 1500, graças ao trabalho de pretos trazidos das possessões ultramarinas, fora possível, no reino, estender a porção do solo cultivado, desbravar matos, dessangrar pântanos. (...) Com o correr do tempo não deve ter diminuído essa intrusão de sangue estranho, que progredia ao contrário, e não só nas cidades. Em 1655, Manuel Severim de Faria pode lastimar que os mais dos lavradores se sirvam de escravos de Guiné e mulatos. (...)" (HOLANDA, 1956: 52-54)

A população de Portugal, mestiçada pelos séculos de convívio com os conquistadores árabes, recebeu novos contingentes extra-europeus com a conquista da África negra, das Índias Orientais e da colônia americana. A carência de mulheres brancas nas colônias aumentava os contingentes mestiços. Esses fatos servem para explicar a identificação do capitão Pedro Teixeira, importante personagem da conquista e administrador colonial da Amazônia no início do século XVII, como mulato, a despeito do fato de ser originário de Portugal.

Caio Prado Jr. refere-se ao caráter cambiante das categorias raciais por efeito da ascensão social:

"(...) A classificação étnica do indivíduo se faz no Brasil muito mais pela sua posição social; e a raça, pelo menos nas classes superiores, é mais função daquela posição que dos caracteres somáticos. É conhecida a anedota de Koster, que chamando a atenção de um seu empregado, aliás, mulato, para a cor carregada e mais que suspeita de um capitão-mor, obteve a singular resposta: Era mulato, porém já não o é. E ao espanto do inglês, acrescentava o empregado: Pois, senhor, capitão-mor pode lá ser mulato? (...)" (PRADO Jr., 1945: 104).

O conhecido intelectual português do século XVII, D. Francisco Manoel de Mello, escrevia, por volta de 1660, que o Brasil era o inferno dos negros, purgatório

dos brancos e paraíso dos mulatos. Essa expressão converteu-se numa espécie de provérbio popular, repetido por muitos autores, inclusive pelo jesuíta Andreoni nos primeiros anos do século XVIII:

"(...) Melhores ainda são, para qualquer ofício, os mulatos; porém, muitos deles, usando mal do favor dos senhores, são soberbos e viciosos, e prezam-se de valentes, aparelhados para qualquer desaforo. E contudo, eles e elas da mesma cor, ordinariamente levam no Brasil a melhor sorte; porque, com aquela parte de sangue de brancos que têm nas veias e, talvez dos seus mesmos senhores, os enfeitam de tal maneira, que alguns tudo lhes sofrem, tudo lhes perdoam; e parece que se não atrevem a repreendê-los: antes, todos os mimos são seus. E não é fácil cousa decidir se nesta parte são mais remissos os senhores ou as senhoras, pois não falta entre eles e elas quem se deixe governar de mulatos, que não são os melhores, para que se verifique o provérbio que diz: que o Brasil é inferno dos negros, purgatório dos brancos e paraíso dos mulatos e das mulatas (...)" (ANDREONI, 1967: 160)

No Brasil colonial, os mulatos participavam de algumas das funções e contradições que caracterizavam a vida social dos mamelucos. Egressos como eles de uma etnia dominada e, muitas vezes, sendo eles próprios cativos, os mulatos, por outro lado, tinham a diferenciá-los uma situação menos agravada pelo aprendizado e pela proximidade maior das categorias sociais definidas como brancas. Como o mameluco, o mulato foi, freqüentemente, utilizado como feitor ou capitão-do-mato para oprimir as massas de escravos ou índios. A documentação colonial tem exemplos freqüentes dessa ação punitiva de mulatos e mamelucos contra índios e negros. Virginia Rau resume alguns documentos de começos do século XVIII, do Ceará e do Rio Grande do Norte:

"(...) Em 1710, o mulato Bento Coelho, maltratara o "principal" dos índios de "Caocaya", Inácio Suassu, por este lhe tirar um índio para o mandar ao capitão-mor da fortaleza, Francisco Duarte de Vasconcelos, que o pedira. (...) Em 1708, por os índios da "aldeota" de "Iapora" se terem queixado de que o mulato Pedro de Mendonça mandara levar presas umas índias, conseguira este que Carlos Ferreira, então vice-capitão-mor, lhe desse ordem para ir àquela e a outra aldeia vizinha

prender quantos índios pudera apanhar. Em 1710, o "mulato e mamaluco" Felix Coelho com uns tapuias seus escravos, prendera um branco que morava no "Curuguayu", querendo-lhe cortar as mãos, por ele lhe ter desfeito um curral, que às escondidas fizera num seu terreno. No mesmo ano, o mesmo mulato com dois escravos, "mocu a paos" Luis Pereira Coutinho, moço branco e "bem proçedido", obrigando-o a ausentar-se dentro do prazo de 15 dias. Assim os mulatos e mamelucos tinham tomado posse do Ceará, sem que ninguém se atrevesse a acusá-los ou repreendê-los. (...)" (RAU, vol. 2, 1958: 390-391)

O beneditino D. Domingos do Loreto Couto, na obra *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco* (1),

(1) *Annaes da Biblioteca Nacional*, vols. 24-25, 1903-1904. Rio de Janeiro, Of. Typ. da Biblioteca Nacional, 1904 (1ª edição). Copiado do manuscrito que se conserva na Biblioteca Nacional de Lisboa.

escrita no Recife em 1757, atribui os crimes de Calabar, justificado como traidor por ter-se aliado aos holandeses em 1635, à sua condição de mulato.

"(...) mas Calabar com uma traição soberba e orgulhosa fazendo arrogante ostentação da sua maldade mostrou ser mais que traidor, insolente, rebelde (...) É um mulato sujeito a tal condição que qualquer sopro da fortuna o incha (...) É necessária nesta casta muita virtude para se reconcentrar no seu nada, isto não souberam fazer os Anjos no céu, nem o homem no paraíso, como o fará o mulato no Brasil, tendo comumente um temor de espírito, que em muitos nem com a miséria do cativo se abate (...) Se entre nós servira como mulato, pelejara como branco e esperara como prudente, corresponderiam os prêmios a seus méritos, como corresponderam ao famoso Henrique Dias, que sendo preto soube com o esforço do ânimo, e maravilhosa constância emendar o defeito da natureza (...)." (COUTO, vol. 24, 1904: 137-138)

OS BANDEIRANTES

O termo *bandeira*, na acepção de um pequeno grupo ou companhia de homens armados, era usual e documentado em Portugal pelo menos desde o século XV. No Brasil, com o mesmo sentido, esteve em uso generalizado desde, pelo menos, o início do século XVII. Como diz Jaime Cortesão, em *Introdução à História das Bandeiras*, "só por volta de 1635 começou a divulgar-se em São Paulo com o mesmo significado conjunto de companhia de milícia e sertanista, a palavra bandeira" (1). As fontes espanholas e jesuíticas do Guairá e do Paraguai falam das primeiras entradas dos mestiços da vila de São Paulo em seu território antes do fim do século XVI, definindo-os invariavelmente como mamelucos ou "malouqueros de San Pablo". O termo que designa os participantes das bandeiras, isto é, os bandeirantes, é mais tardio e não parece ter tido uso regular no período colonial. Como quer que seja, a identificação dos participantes das bandeiras como mamelucos parece inevitável e representa uma evidência histórica que esclarece a origem desses movimentos de expansão e o perfil étnico de

seus membros. A bibliografia sobre as bandeiras acentua sua origem principal ou primária na capitania de São Vicente (mais tarde chamada São Paulo pelo nome de sua vila mais importante). A partir desse núcleo, os mamelucos de São Paulo realizaram expedições em todas as direções geográficas, cobrindo grande parte do interior da América do Sul e constituindo o elemento mais dinâmico do processo de expansão territorial das colônias portuguesas da América. Alguns pontos extremos ajudarão a compreender a enorme expansão dessas expedições de mestiços de São Paulo. O bandeirante Braz Rodrigues de Arzão participa da fundação da colônia do Sacramento no Rio da Prata em 1680. Manuel Dias da Silva esteve no baixo rio Paraguai na altura de Santa Fé em 1672. Antonio Castanho da Silva percorreu a região de Charcas, na Bolívia, em 1622. Antonio Raposo Tavares percorreu as nascentes do rio Madre de Dios e afluentes da margem esquerda do Amazonas, além do Japurá, em 1650. No território hoje brasileiro as bandeiras percorreram todas as regiões do extremo sul à Amazônia e do litoral leste e nordeste ao extremo oeste do país. No vale do rio Paraná e de seus afluentes os bandeirantes penetraram

(1) CORTESÃO, vol. I, 1964: 58.

vezes sem conta nas reduções jesuíticas e nas áreas de ocupação espanhola do Guairá, do Paraguai e do Uruguai,

terminando por extinguir a presença das missões e da ocupação castelhana na maioria dessas áreas.

Jesuítas versus Bandeirantes

Jaime Cortesão, em *Introdução à História das Bandeiras*, insiste na revisão histórica do perfil dos bandeirantes de São Paulo traçado pelos jesuítas do Guairá e do Paraguai, que vêem neles bandos de predadores de índios tão ou mais selvagens que suas presas. Segundo Cortesão, os bandeirantes seriam agentes pioneiros e conscientes da política portuguesa de expansão geográfica, executando, com os poucos meios que possuíam, uma ação geopolítica de amplitude continental. É difícil imaginar que os mamelucos, mestiços de uma capitania periférica como São Paulo, com uma visão do mundo mais indígena que européia, estivessem comprometidos com esses planos expansionistas. O fato de que sua ação desordenada e autárquica de prear índios e fundar núcleos transitórios ou mais permanentes, baseados na economia de subsistência, na produção mineral e outras atividades, tivesse determinado, a longo termo, uma expansão do domínio colonial português na América, não é prova de que o intento inicial e os móveis da ação dos bandeirantes pretendesse ou previsse tais resultados. Na verdade, a despeito de todos os méritos de sua volumosa e esclarecedora obra histórica, conclui-se que a posição de Jaime Cortesão é tão parcial e apologética quanto a dos jesuítas espanhóis do século XVII. Estes, segundo o historiador português, definiam os bandeirantes de São Paulo como autores de:

"(...) assassínios, sacrilégios e violências monstruosas. "Corsários", "piratas", "bandidos", "facínoras", "bestas-fera" - eis os qualificativos com que os bandeirantes são mimoseados nas crônicas ou documentos avulsos dos jesuítas espanhóis, incluindo o mais verídico e moderado, o padre Nicolau del Techo. Com esses feros apelidos passaram às crônicas, jesuíticas ou não, dos séculos seguintes: e ainda hoje quase todos os historiadores sul-americanos, quando têm de nomear estes "monstros" e seus crimes, o fazem no mesmo tom de sagrado horror e vitupério. (...)"(CORTESÃO, vol.1, 1964: 24)

Cortesão, no mesmo texto, lamenta que a "leyenda negra" jesuítica tenha contaminado um grande historiador brasileiro como Capistrano de Abreu que, em seus *Capítulos de História Colonial*, dá uma visão colorida pelo horror de um ataque dos bandeirantes à Missão de Jesus Maria, administrada pelos jesuítas, em 1637:

"(...) Visto pelo inimigo (os bandeirantes) o valor dos cercados e que os mortos seus eram muitos, determinou queimar a igreja aonde se acolhera a gente. Por três vezes tocaram-lhe fogo que foi apagado, mas à quarta começou a palha a arder, e os refugiados viram-se obrigados a sair. Abriram um postigo e saindo por ele a modo de rebanho de ovelhas que sai do curral para o pasto, com espadas, machetes e alfanges lhes derribavam as cabeças, truncavam os braços, desjarretavam pernas, atravessavam corpos. Provavam os aços de seus alfanges em rachar os meninos em duas partes, abrir-lhes as cabeças e despedaçar-lhes os membros. Compensará tais horrores a consideração de que por favor dos bandeirantes pertencem agora ao Brasil as terras devastadas? (...)" (ABREU, 1963: 125-126)

Os textos adiante transcritos foram selecionados como testemunhos de jesuítas e do governador do Rio da Prata, D. Luis de Cespedes Xeria, por influência dos missionários, contra a ação dos mamelucos de São Paulo nas áreas de domínio espanhol do Guairá e do Paraguai.

Carta do Governador do Paraguai, D. Luis de Cespedes Xeria a Sua Majestade (8 de novembro de 1628)

* "Carta del gobernador del Paraguay don Luis de Cespedes Xeria a Su Magestad dando cuenta de su llegada al Brasil y a su viaje por tierra desde San Pablo a la ciudad de Guaira (...)" (8.11.1628). O original se encontra no Archivo General de Indias, Estante 74, Cajón 4, Legajo 15. A edição utilizada é a que se encontra em *Annaes do Museu Paulista*, 1(2), 1922: 182-214.

"(...) Saí do Rio de Janeiro sessenta léguas por mar até o porto da vila de Santos de onde entrei terra adentro até a vila de São Paulo.

*Relação feita pelos padres
Justo Mancilla e Simon Maceta
(1629)*

Suplico a Vossa Majestade que olhe com atenção desde aqui o que tenho a lhe dizer e ouvirá desta gente de São Paulo e sua jurisdição as maiores maldades, traições e velhacarias que fazem nem têm feito vassallos seus.

Também ouvirá desta terra onde cheguei, como seu governador, as maiores queixas de pobreza e desnudez, pouco governo, pouco amparo nas coisas de Deus e nenhuma ajuda em um nem em outro. Na vila de São Paulo moram quatrocentos soldados, têm em suas casas a assistência de suas mulheres e filhos que vão à aldeia nos dias de festa e estes, armados com escopetas, escudos e pistolas, publicamente consentindo a justiça. Porque não são mais que na aparência, e são como os demais, mortes, facadas e outras insolências, matando-se e aguardando nos caminhos, todos os dias acontecem sem que se tenha castigado nenhum homem até o dia de hoje nem tal se sabe. E para que vossa Majestade remedeie isto e castigue os maus vassallos, não somente o são em sua pátria como também nestas províncias, que vêm a elas muitas vezes duzentas e trezentas léguas e levam os índios reduzidos a vossa Majestade e os que não estão nestes povoados, e numa dessas vezes chegaram a um deles, não estando o padre que doutrinava os índios, e os levaram todos com filhos, mulheres e as imagens da igreja e depois a queimaram com todas as casas. O que fazem de todas estas almas que levam, cristãos e não cristãos, é vendê-los por escravos publicamente, e não seria tanto se ficassem na terra, mas são enviados nos navios para vendê-los por todo o estado do Brasil e a Lisboa e outras partes, e atualmente, estando eu ali e muito temeroso de que me matassem, porque sabiam o zelo com que vinha a perturbar-lhes em algumas coisas, estavam no campo novecentos homens daquela vila e sua jurisdição, com três mil índios, para vir até estas partes assaltar e roubar estas Reduções, que assim me disseram eles mesmos. Vossa Majestade por quem é e por Deus Nosso Senhor primeiramente remedeie isto e castigue estes traidores que ainda não o são só no que disse como também no que fazem, e é que para sair em campo fazendo estas velhacarias eles mesmos se fazem capitães, alferes, sargentos, e levantam bandeiras, e tocam caixas sem consentimento do seu governador, que mal fale, que o sabe e não o remedeia, isto acontece nesta vila, certo e verdadeiro.

Porque falo a vossa Majestade do que vi e não do que existe e fico acanhado para não molestar, e quem tem culpa de que esta ladroagem e cobertura de todos os marginais do Brasil e de Lisboa estejam como estão são os governadores gerais daquele estado, que tiveram e têm até agora sua parte daqueles que os encobrem, para que não lhes dêem o castigo que merecem, e também são causa dessa desordem suas mesmas justiças, que são os capitães e os que comandam. (...)

Para que ampare seus reinos, Ciudad Real de Guayra, 8 de novembro de 1628.

Dom Luis de Cespedes Xeria (assinado) * *

* Tradução do espanhol para o português de Maria Eulália Gutierrez Orellana.

* "Relación de los agravios que hicieron algunos vecinos y moradores de la villa de S. Pablo de Piratininga de la Capitanía de S. Vicente de Estado del Brasil saqueando las Aldeas de los Padres de la Compañía de Jesus en la mision de Guaira y Campos del yguaçu en la gobernación del Paraguay (...) Año de 1629. Hecha por los Padres Justo Mancilla y Simon Maceta de la Compañía de Jesus...". escrita na cidade de Salvador, Baía de Todos os Santos, em 10 de outubro de 1629. O original se encontra no Archivo General de Indias, Estante 74, Cajón 3, Legajo 26. A versão utilizada é a que foi dirigida ao Rei, impressa nos *Anais do Museu Paulista*, T. 1, S. Paulo, 1922: 247-270, e retirada de edição feita por Jaime Cortesão: *Jesuitas e Bandeirantes no Guairá (1594-1640)*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional - Divisão de Obras Raras e Publicações (*Manuscritos da Coleção De Angelis*, vol. 1), 1951: 310-339.

"(...) O que os moradores de São Paulo há quarenta anos atrás, até agora, muitas vezes se atreveram a fazer contra as leis do Rei N. Senhor, não fazendo caso delas, nem da ofensa tão grande de Deus nem do castigo que merecem, saindo continuamente às malocas, capturando e trazendo à força das armas índios livres e forros para seus escravos e para vendê-los, o mesmo fizeram agora com mais atrevimento, que não tinham feito nos anos anteriores, por dois títulos que convém a saber: primeiro, por terem saído desta vez em maior número do que nunca, confiados no pouco ou nenhum castigo que levaram pelas contínuas e injustas entradas passadas; segundo, por terem assaltado as reduções dos padres da Companhia de Jesus da Província do Paraguai, tirando delas toda a gente que estávamos doutrinando. (...)

Dividindo-se toda esta gente em quatro companhias, levantaram seus capitães e outros oficiais de guerra com bandeiras, como se foram levantados e amotinados contra a Real Coroa. As bandeiras que levavam não tinham as armas do Rei, porém outras insígnias diferentes, o que foi declarado pelo capitão-mor da Companhia foi Antonio Raposo Tavares, que tomou por seu alferes Bernardo de Sosa, e Manuel Morato por seu sargento e por capitão de vanguarda Antonio Pedroso, e da retaguarda Salvador Piris. (...)

O que toca ao segundo: os da Companhia de Antonio Raposo Tavares, que cometeram estas ofensas, que aqui vamos anotando antes de sair de São Paulo, já tinham dito muitas vezes que haviam determinado saquear nossas aldeias e destruí-las e assim, de propósito, tomaram o caminho que vai aos Campos do Iguaçu. (...)

Passados estes vândalos o rio de Tibajiba em 8 de setembro do mesmo ano de 1628, fizeram sua paliçada ou forte de paus perto de nossas aldeias e, para que se veja claramente o intento que se fez desde o início, Antonio Pedroso, Capitão da vanguarda desta Companhia, logo que chegou àquelas terras se encontrou com uns dezessete índios cristãos de nossa aldeia da Encarnacion no Natingui. (...)

O padre Antonio Ruiz, superior daquela missão, logo que ficou sabendo, foi pedir-lhe seus filhos, por bem de paz, para que os devolvesse, mas como não pôde acabar com ele, por mais que lhe suplicasse, achou que não deveria deixar nossas ovelhas desamparadas em mãos

dos lobos, antes arrumar um jeito de tirá-las e restituí-las ao rebanho, de qualquer forma que pudéssemos, e, não tendo outro remédio, viu-se obrigado a juntar das reduções mais perto até mil e duzentos índios, e foi ele e outros dois padres, o padre Christoval de Mendoza e o padre Joseph Domenech, com as pessoas à vista da paliçada dos portugueses e ordenou que os dois padres fossem com mais ou menos vinte índios pedir com energia nossos filhos que estavam cativos, ficando o padre superior com todos os demais longe da paliçada.

Os portugueses quiseram impedir que com os ditos padres não entrassem esses poucos índios, e para isso se armaram e com arcabuz mataram um índio e feriram seis ou sete caciques (assim chamamos aos principais dos índios) e um índio tupi dos portugueses acertou de propósito o padre Mendoza com duas flechas, uma atrás da outra, e atingindo-lhe uma no pescoço e outra no peito, sem que os nossos atrassem uma sequer, mostrando que não iam brigar mas libertar nossos filhos cativos.

Com tudo isto entraram os padres na paliçada com os índios, levados pelo desejo e a obrigação que tinham de socorrer a seus filhos, pedindo-lhes que os libertassem.

O capitão-mor prometeu que os soltaria e que dali em diante não tocaria nos que estivessem conosco. (...)

Desde então, ainda que freqüentemente capturassem com muita crueldade os gentios que ainda não estavam reduzidos por falta de padres, ferindo, matando e despedaçando a muitos caciques velhos e crianças sem batismo, nos deixaram em paz com nossos filhos até quatro meses e tratamos a eles com amizade. (...)

Durou esta paz fingida até que um cacique muito velho e de muitos vassallos chamado Tatavrana, que Simeon Alvarez, vizinho de São Paulo, tinha injustamente capturado fazia poucos anos, mas desejoso de sua liberdade logo tinha fugido e retornado a suas terras, e veio entregar-se com toda sua gente ao tal padre Mola para serem cristãos ganhos por dádivas e festas. (...)

Então os portugueses, achando que tinham algum título para efetuar seu danificado intento, mandaram pedir ao padre o dito Tatavrana e como lhes respondeu que não podia entregar por ser livre e estar em suas terras, avisaram ao capitão-mor Antonio Raposo Tavares pedindo-lhe sua permissão e vieram logo, em 30 de janeiro de 1629, tirar por força de armas, não somente o dito Tatavrana mas também a todas as pessoas que o padre estava doutrinando na aldeia de Santo Antonio, de sorte que levaram dela, segundo alguns deles confessam, duas mil peças, ou carregadores, com muito estardalhaço, e destruíram toda a aldeia, incendiando muitas casas, roubando a Igreja e a casa do padre, quebrando uma imagem de Nossa Senhora, e tirando com muita violência os índios e índias, que, para se protegerem, se haviam recolhido na casa do padre, matando um índio na porta da nossa casa e a outras dez ou doze pessoas no mesmo povoado, levando a maior parte das roupas do padre, umas camisas, duas mantas, sapatos, bonés, guardanapos, toalhas de mesa, colheres, facas, dez ou doze barras de ferro, seis ou sete galinhas e, de três vacas que havia, matou uma e outras coisas mais. (...)

No mesmo ano, em 20 de março, a terceira bandeira, cujo caudilho era Manuel Morato, foi na terceira aldeia de Jesus Maria, que ficava na Província de um cacique muito conhecido, Tayaoba, e como o padre e os caciques do povoado, estavam despercebidos por se encontrarem muito longe da paliçada dos portugueses, e por eles entrarem de repente e como não se imaginava que entravam a saqueá-los foram com varas nas mãos a recebê-los como amigos, mas eles entraram como inimigos, porque logo começaram a tirar-lhes a todos as varas, arcos, flechas e até as próprias camisas com que os pobres cobriam sua desnudez e vergonha. E porque um dos caciques se queixou ao padre que um índio tupi lhe havia tomado seu arco, um português chamado Fedrique de Melo, natural da vila do Espírito Santo, e casado na vila de São Paulo, na presença do padre e de todos os índios, o derrubou com uma bolada na barriga, matando-o, para atemorizar aos demais, e como o padre lhe repreendera de sua diabólica maldade, tirou seu machado e o ameaçou oferecendo-lhe o padre o peito, dizendo-lhe que por muito bem empregada teria a morte entre suas ovelhas, mataram também a outro cacique, a outras três pessoas e a um filho delas o feriram, deixando-o para morrer, ainda que ninguém lhes tenha feito resistência, só para que se fizessem temer. (...)

Pela manhã, saíram do povoado levando consigo todas as pessoas, deram um grito como se tivessem feito grandes proezas. Depois ficamos sabendo que pelo caminho tinham matado outro cacique da mesma Redução. A razão que tiveram e lhes motivou a assaltar essas duas aldeias de São Miguel e a de Jesus Maria foi que depois de saqueada duas vezes a de Santo Antonio tinham ido a Caayu, gente brava a quem ainda não haviam entrado padres por não haver mais, e não haviam podido acabar com ela, e assim se propuseram saquear essas nossas duas aldeias, dizendo que já tinham experimentado e que não era muito trabalhoso cativar os filhos dos padres como aos índios bravos, e que na aldeia de Santo Antonio tinham pegado mais gente em uma hora do que fora dela em muitos meses. (...)

Outras quatro Reduções nossas que são a de Encarnacion, no Natingui, e a de São Paulo, junto a ela, dos Angeles e de Santo Thomás Apostol, na província de Tayaoba, ainda que não tenham sido assaltadas pelos portugueses, enquanto nós estivemos por lá, porém todas as pessoas do povoado estavam amedrontadas com as crueldades e tiranias dos portugueses, e se dispersaram porque como haviam visto o saqueio em ditas aldeias, lhes dissemos que como não estavam seguros conosco e não tinham ânimo suficiente para defender-se e seus povos, que buscassem a defesa de suas vidas e liberdade onde pudessem, porque tínhamos muita experiência de que, para libertá-los das mãos dos portugueses, não lhes bastavam serem nossos filhos e cristãos, pois nas aldeias que destruíram não levaram somente os infiéis e catecúmenos, mas também os cristãos. (...)

O que vimos pelo caminho foi desumanidade e crueldade com que tratavam os índios, além de terem muito trabalho, os pobres se sentiam aflitos por serem escravos com pouca esperança de recuperar sua liberdade e por deixarem, contra sua vontade, suas terras onde moravam muito contentes, com muita fartura, passando tantos rios, pântanos, lagoas e encostas, fazendo um caminho tão longo, de quarenta

jornadas contínuas, desde a paliçada até São Paulo, levando nas costas as crianças, vê-los adoecerem e morrerem de fome, frio, trabalhos e maus tratos dos portugueses, e pela caminhada, comendo pouco, e muitas vezes lhes davam o que tinham roubado de suas próprias roças e plantações, ou que, depois de cansados pela longa caminhada, tinham que buscar eles próprios pelos matos e florestas, ainda que não os deixassem ir todos por medo de que fugissem. Além de tudo isto, os enchiam de cargas, a muitos, tanto caciques como vassallos (especialmente aos de nossas Reduções), trouxeram acorrentados até São Paulo. (...)

Mas falemos dos portugueses e vejamos a manha que têm para enganar a justiça e evitar o castigo que merecem ainda que para isso não precisava muito, não somente a todo povo de São Paulo, mas também aos mesmos juizes e administradores da Câmara da mesma vila, têm por companheiros de seu delito, ainda assim, para que tivessem alguma coisa mais para enganar a justiça superior do estado (como se fosse possível continuar enganando as pessoas, que tantos exemplos têm das contínuas entradas, que fazem com tantas injustiças e crueldades, para estar desenganados de tão claros e manifestos enganos), procuraram não sei quais provisões. Assim Pedro Vaz de Barros conseguiu uma de que fosse no encaço dos que já tinham ido capturar índios para que os fizesse voltar, só para que ele e seus companheiros os pudessem acompanhar. (...)

Manuel Preto, grande fomentador, autor e cabeça de todas estas entradas e malocas, já que toda sua vida tinha andado nelas, levando muitos portugueses e tupis em sua companhia para trazer índios pela força das armas, e ultimamente disse que quer morrer nelas, logo de ter voltado este ano a São Paulo com Pedro Vaz de Barros, em cuja companhia havia ido, logo sem descansar, foi outra vez com muita gente dos portugueses, mamelucos e tupis a título de povoar o porto de Santa Catarina, mas o intento que o leva é capturar e desolar índios, e para abonar seu empreendimento leva consigo um padre, que por ser religioso tem obrigação de abominar essas entradas tão injustas.

Bem sabem todos eles, e confessam que o que fazem é contra a lei de Deus e de sua Real Majestade, que muitas vezes, por lei e ordenanças, os tem proibido com gravíssimas penas.

Mas para suas desculpas, dizem que já é costume em São Paulo cativar e vender índios, e que o rei D. Sebastião tem dado estes índios por escravos (ainda que isso não seja muito verdadeiro, porque não deu por escravo senão aos que eram tomados em guerra justa e feita com sua permissão), como se pode ver na lei que deu em Évora em 20 de março de 1570, e que agora o rei, por estar mal informado, os declarou livres e forros e parece que, nesse negócio, disfarçam

a justiça, pois as penas impostas pelas leis nunca se executaram, antes dizem que, na Bahia, lhes perdoam todas as vezes que saem a cativar índios. (...)

Vimos em São Paulo quando voltaram desta vez, como cada um ia tratar com o capitão da terra e oferecer-lhe índios dos que traziam capturados. E com tudo isto, depois de tantas abominações, foram bem recebidos, que se não fosse isto, não seria possível, não digo que cristãos, ou os que pretendem o nome de cristãos, senão que nem turcos, nem mouros, nem infiéis se atreveriam ir contra as leis de seu Rei com tanta liberdade e atrevimento como o fazem os de São Paulo. (...)

Outras desculpas têm esses assaltantes, dizendo que trazem índios para a igreja, como se Deus quisesse que se capturasse algum infiel para que se convertesse em cristão. (...)

Outra desculpa de maior engano é que os trazem para seu próprio serviço, já que sabem que fazem o mal trazendo-lhes da maneira que os trazem, mas dizem que não há outro jeito nesta terra, que depois que chegam os têm nas casas e roças, não como escravos e sim livres. Se assim fosse, como dizem, seria o negócio menos ruim, se não os vendessem, a cada passo, por uma botija de vinho ou outra coisa semelhante para sua comida e vestido e de suas mulheres e filhos, como é notório em todo este estado. (...)

Desde que se fundou a vila de São Paulo, confessam que jamais trouxeram tanta gente de uma só vez, pela multidão de gente que tiraram de nossas aldeias.

Dizem que só a companhia de Antonio Raposo Tavares, que foi a que saqueou nossas aldeias, trouxe vinte mil almas, e, por esta razão, certo é que se agora não se vem a remediar de verdade e com a maior brevidade possível, logo irão acabar e destruir tudo, e despovoar todas aquelas terras tão povoadas, como têm feito com a maior parte do estado do Brasil, destruindo não somente as trezentas aldeias de índios que havia antigamente ao redor da mesma vila de São Paulo, matando-os, capturando-os e vendendo-os até que acabaram com todos. E acabaram sem custar-lhes muito, em menos de seis anos (coisa espantosa) até duzentas mil almas, que havia nelas, e também entrando até as cabeceiras do Maranhão e até o rio São Francisco, que entra no mar entre a Bahia e Pernambuco, e outros lugares muito longe, consumindo e arrasando tudo. (...)

Nesta cidade de Salvador, Baía de Todos os Santos, 10 de outubro de 1629.

Simon Maceta — Justo Mancilla. " *

* Tradução do espanhol para o português de Maria Eulália Gutierrez Orellana.

Retrato de Heróis Paulistas

O bispo de Pernambuco, D. Francisco Lima, em 1697, fornece um retrato expressivo do comportamento, conhecimentos e da visão do mundo de um líder bandei-

rante tão importante como o mestre-de-campo Domingos Jorge Velho. Para o bispo, chegado recente de Portugal, o essencial do caráter do mameluco paulista, desprovido

de suas patentes e privilégios, é de um bárbaro promíscuo e pouco afeito às normas e hábitos da vida européia, incapaz de comunicar-se em língua portuguesa e despido do uso da razão.

"(...) Este homem é um dos maiores selvagens com que tenho topado: quando se avistou comigo trouxe consigo Língua, porque nem falar sabe nem se diferencia do mais bárbaro Tapuia, mais que em dizer que é Cristão, e não obstante o haver-se casado de pouco, lhe assistem sete Índias Concubinas, e daqui se pode inferir, como procede no mais; tendo sido a sua vida desde que teve uso de razão/ se é que a teve, porque se assim foi, de sorte a perdeu, que entendo a não achará com facilidade/ até o presente andar metido pelos matos à caça de Índios, e de Índias, estas para o exercício das suas torpezas, e aqueles para os granjeios dos seus interesses (...)" *

O espanto do bispo serve para entender a especificidade do perfil cultural da população mestiça, que constituía a maioria dos habitantes do Brasil colonial, descendentes de portugueses e de índias da terra, e que conservavam na fenotípi, nos hábitos e na língua um caráter essencialmente indígena.

O desenvolvimento posterior do Brasil fez-se com a generalização de uma cultura e língua basicamente Tupi, a serviço de uma população gerada e aumentada nas condições sociais descritas em que, aos aspectos exteriores e aparentemente dominantes da presença indígena, sobrepunham-se os interesses e domínio indiscutidos da situação colonial. A língua Tupi dos primeiros povoadores da costa generalizou-se, como língua franca, no *nbeengatu* ou *língua geral*. Mas os falantes dessa língua eram, com o passar dos anos, cada vez mais coloniais e menos índios. Em São Paulo, tanto quanto na Amazônia e em quase todo o interior do país, falava-se mais a *língua geral* do que o português até meados do século XVIII. As idéias, interesses e valores sociais que esta língua

exprimiam, entretanto, eram essencialmente coloniais e anti-indígenas, a despeito do espanto ocasional que causavam os falantes dessa língua a recém-vindos da metrópole.

O padre Antônio Vieira, favorito do rei D. João IV e o mais prestigioso intelectual de Portugal em seu tempo, afastou-se, voluntariamente, dos cargos e privilégios da corte e veio para o Maranhão em 1651, onze anos depois da restauração da soberania política do reino, que assim separou-se da Espanha. Em 1654, Vieira descreve as informações que teve da bandeira de Antonio Raposo Tavares que, após sair de São Paulo e internar-se pelos sertões da América do Sul, chegava ao curso do Amazonas, em Gurupá.

A carta de Vieira é de extrema importância, não só por seu caráter de testemunho presencial, que teria recolhido da boca de participantes da bandeira informes sobre suas atividades e trajeto, mas também pelo fato de que nela, Vieira, sem deixar de ser jesuíta, reassume sua visão de diplomata e valido da corte, que compreendia a importância política dessas entradas como um esforço de alargamento das fronteiras do Brasil e do Estado do Maranhão, a expensas do território espanhol. A importância geopolítica das expedições de Raposo Tavares e de outros bandeirantes - que ultrapassaram de muito os territórios confinantes do Guairá e do Paraguai para internar-se pelas áreas bolivianas dos índios Chiriguano e Chané e, depois, pelo território já amazônico dos Mojo e Chiquito, do Guaporé e do Madeira, até chegar ao curso do Amazonas - fica clara na documentação da época. Os reflexos dessa política de expansão manifestam-se na atividade dos governantes do Estado do Maranhão e Grão-Pará e na reação contrária dos delegados do poder real espanhol das províncias ameaçadas. Mas, Vieira não ignorava as denúncias dos jesuítas do Paraguai e de outras províncias espanholas do Guaporé e da Amazônia, e faz eco delas na parte final de sua carta ao Provincial do Brasil, em que indica, inclusive, o suporte dos poderes da corte portuguesa ao caráter violento dessa expansão, fundada na escravidão indígena.

* "Consulta da Junta das Missões de 29 de outubro de 1697 sobre as cartas do Bispo e Governador de Pernambuco em que representão a falta de igrejas e Parocos nos Presídios dos Palmares (...)". Nesta "Consulta" se reproduz a carta do bispo de Pernambuco, D. Francisco Lima, de 18 de maio de 1697. Em: Ernesto Ennes, *As Guerras nos Palmares*, 1^o vol., São Paulo, Cia. Editora Nacional (Brasiliense, série 5^a, vol. 127 — Biblioteca Pedagógica Brasileira), 1938: 352-355. Manuscrito da coleção de documentos transcritos por Ernesto Ennes, historiador português, do Arquivo Histórico Colonial de Lisboa, do qual era conservador.

*Carta do Pe. Antônio Vieira ao Pe. Provincial do
Brasil sobre a Bandeira
de Raposo Tavares (circa 1654)*

* Inédita na maior parte, excertos dessa carta do Pe. Antônio Vieira, cujo manuscrito está na Biblioteca de Évora, se encontram na *História da Companhia de Jesus*, com o título: "Cópia da segunda carta de notícias que o Padre Antônio Vieira escreveu do Maranhão". A data, menos de um ano passado da carta de 22 de maio de 1653, deve ser anterior a 22 de março de 1654, dia em que o autor pregou o sermão das verdades em São Luís do Maranhão. A 1ª edição desta carta se encontra em *Cartas do Padre Antônio Vieira*, coordenadas e anotadas por J. Lúcio d'Azevedo, Tomo I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925: 383-416. A edição utilizada é a de Jaime Cortesão, *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil*, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação - Ministério da Educação e Cultura, 1958: 439-449.

"Na primeira carta disse a V. Revm^a a grande perseguição que padecem os índios, pela cobiça dos portugueses em os cativarem. Não tenho que dizer de novo senão que ainda continua a mesma cobiça e perseguição, a qual cresceu agora mais, e assoprou muito o seu fogo um grande número de homens moradores em São Paulo, que por este tempo se acharam no Pará pela ocasião que brevemente aqui direi, posto que seja matéria de larga narração. No ano de 649 partiram os moradores de São Paulo ao sertão, em demanda de uma nação de índios chamados os serranos, distante daquela capitania muitas léguas pela terra adentro, com intento de, ou por força ou por vontade, os arrancarem de suas terras e os trazerem às de São Paulo e aí se servirem deles como costumam. Constava todo o arraial de duzentos portugueses e mais de mil índios de armas, divididos em duas tropas. A primeira governava o Mestre-de-Campo Antonio Raposo Tavares, que ia também por cabo de tudo, a segunda o capitão Antonio Pereira. Andados... meses de viagem, encontrou esta segunda tropa com uma aldeia de índios da doutrina dos padres da Companhia, pertencente à Província do Paraguai, e estando todos na igreja, e o padre dizendo-lhes a missa solene, por ser dia de Todos os Santos, segundo a relação dos que menos querem encobrir a fealdade do feito, entraram os soldados de mão armada na aldeia, e dentro da mesma igreja prenderam e meteram a ferro a todos os índios e índias que não puderam escapar, e nem os altares, vestiduras e vasos sagrados perdoava a cegueira e cobiça, porque de tudo despojaram a igreja. Sobre esta presa se detiveram oito dias na mesma aldeia, fazendo bastimentos e tendo sempre em custódia ao Padre, para que não pudesse ir buscar algum remédio às miseráveis ovelhas de que era pastor. Tiveram contudo notícias do caso, por alguns dos que escaparam, os padres de duas aldeias vizinhas, os quais, fazendo logo armar os seus índios, vieram tanto em socorro dos já cativos, como por ver se, rompendo o inimigo comum, podiam escapar de o ser. Saíram os de São Paulo à batalha, e podendo mais a melhoria das armas que a da causa, fugiram os índios e ficou no campo morto um dos padres de uma bala. O matador, ao tempo que isto escrevo, está no Pará, e se aponta com o dedo, e os que governam o eclesiástico e o secular, posto que o conheçam, o deixam andar tão solto e tão absoluto como os demais, mas permite Deus muitas vezes que semelhantes delitos os dissimulem os homens, porque quer que se paguem com maiores castigos do que são os

que se pode dar na terra. O certo é que não faltou o do céu a esta grande impiedade, porque dentro de um mês se viram os executores dela castigados com peste, fome e guerra: a peste foi tal que nenhum ficou que não adoecesse mortalmente; a fome era quase extrema, porque as raízes e os frutos agrestes das árvores era o maior regalo dos enfermos, e esses não havia ainda quem tivesse forças para ir buscar e colher; sobretudo, no meio desta fraqueza e desamparo, eram continuamente assaltados de bárbaros de pé e de cavalo, que os atravessavam com (flechas), não lhes valendo a diferença e melhoria das suas armas, porque apenas havia quem as manejasse. Finalmente, ao cabo de um ano das maiores misérias que jamais se padeceram, se vieram a encontrar com a outra tropa, tão diminuídos que dos portugueses lhes faltava a metade e dos índios as duas partes, e os que restavam mais pareciam desenterrados que vivos. (...)

Andando em demanda de novo e mais breve caminho, encontraram um rio, não mui caudaloso, que por indícios de uma... entenderam estavam perto do mar. Resolveram-se a buscar por ele a costa do Brasil e a fabricarem embarcações para navegarem, que para tudo traziam oficiais e instrumentos. (...) Deliberaram-se a passar as canoas à pura força de braços e de ombros, como dos argonautas contam as fábulas, com exemplo verdadeiramente grande de constância e de valor, se o não deslustrara tanto a causa.

Embarcados segunda vez, se lhes renovou o primeiro indício com verem surgir e mergulhar (alguns) botos, mas andavam estes tão peregrinos do mar quanto eles da sua terra. Aos oito dias de viagem deram na madre do rio, e navegando por ele (coisa que se não tivera tantas testemunhas parece indigna de todo o crédito), gastaram onze meses inteiros na navegação, sem saberem para onde iam, até que aportando à fortaleza de Gurupá, conheceram que tinham descido pelo rio das Amazonas abaixo. E todos estes onze meses só trinta e três dias se detiveram em espalmar e consertar as canoas, e todos os outros navegaram. E posto que as jornadas que faziam cada dia eram breves, dando a cada um somente 10 léguas, que é o menos que podiam andar, indo tão ajudados da corrente, vem a fazer o que navegaram mais de 3.000 léguas de rio. (...)

Mas, tornando ao que verdadeiramente foi uma das mais notáveis (viagens) que até hoje se tem feito no mundo, muito digna coisa fora de se saberem (que) alturas e por que rumos a fizeram, mas só destes instrumentos iam faltos, e assim não sabem dizer coisa certa. Segundo (muitos deles) dizem, quando a primeira vez entraram neste grande rio estavam na altura do Espírito Santo, que são dezenove graus da banda do sul, e, segundo os lugares por onde lhes demorava o sol, afirmam que os primeiros seis ou sete meses caminharam sempre, já a Sul, já a Leste, e que nos últimos quatro, como cansados de andar tanta terra, tomaram de carreira para o norte e nordeste, a desembocar no mar; de aqui se colhe que este rio, se estende pelas terras que há no interior da América, aonde ainda nem da parte do Peru chegaram os castelhanos, nem da parte do Brasil os portugueses, e que estas não descobertas terras têm sem dúvida maior latitude da que lhe mediram até agora os cosmógrafos e se pinta nos mapas. (...)

A gente que isto habita é toda, com pouca diferença, da cor da do Brasil, e quase do mesmo traje, porque em partes andam as mulheres vestidas. As línguas são totalmente diversas, e elas foram só as que os defenderam dos homens de São Paulo, não bastando para isso nem a resistência, nem as armas, nem a multidão. Tomavam (alguns), e como lhes não entendiam a língua os tornavam a lançar de ali, pela maior parte em diferentes terras. Espero em Deus que estes, que por ali foram semeando, nos hão de servir muito algum dia para a conversão, porque terão aprendido as línguas e podem ser intérpretes de umas nações a outras. O modo com que estes índios recebiam os portugueses era ordinariamente de paz, e só com sinais de grande espanto e pasmo, que lhes causava a novidade de gente e trajos que nunca tinham visto; e outros havia que, ou de maior valor ou de maior medo, tomavam as armas e se punham em defesa de suas casas. E perguntando eu a um dos cabos desta entrada, como se haviam com eles, me respondeu com grande desenfado e paz de alma: "A esses dávamos-lhe uma carga cerrada, caíam uns, fugiam outros, entrávamos na aldeia, tomávamos aquilo que havíamos mister, metiamo-los nas canoas e, se algumas das suas eram melhores que as nossas, trocávamo-las e prosseguíamos a nossa viagem". (...)

Todos estes homicídios e latrocínios se toleram em um reino tão católico como Portugal, há mais de sessenta anos, posto que, no tempo em que estivemos sujeitos a Castela, se acudiu com Provisões reais e Breves dos Sumos Pontífices, que se não guardaram. Com a restituição da Coroa ao legítimo rei se nos acabou a desculpa destas maldades, (que) ainda se continuam como dantes, sem haver por elas nem devassa, nem (procedimento), nem castigo, nem ainda por pejo do mundo um leve homizio; senão pública e total imunidade.

O merecimento por que são concedidos aos sertanistas de São Paulo estes privilégios, declaram eles mesmos com muita galanteria, não sei se com igual verdade, que o ouro que se tira das minas de São Paulo, se põe todo em barretas em que se vai a cunhar, e dizem eles que, em fazendo barretadas a estes ministros com estas barretas, logo ficam tanto em suas graças que dos seus pecados lhes fazem virtudes. (...)

Estas são, Padre Provincial, as notícias que posso dar a V. Revm^a desta conquista do Maranhão de onde faço esta.

Antônio Vieira"

*Esplendor e Miséria:
Informação de Manuel Juan de Morales sobre São Paulo
(1636)*

Alcântara Machado, em seu clássico livro *Vida e Morte do Bandeirante* (1), fornece o retrato detalhado e esclarecedor sobre a rusticidade e as carências da vida dos paulistas no século XVII, que contrasta com a enorme mobilidade dos bandeirantes que alargaram as fronteiras do Brasil por grande parte do interior da América do Sul. A precariedade do equipamento civilizador dos paulistas era testemunhada pela quase inexistência dos recursos urbanos de suas poucas vilas e pelo parco mobiliário, roupas e objetos domésticos relacionados nos inventários e testamentos da época.

O retrato negativo da ação dos bandeirantes contra os índios e as missões religiosas já foi traçado pelo testemunho de fontes jesuíticas do período. Do mesmo ânimo, mas com a vantagem de constituir testemunho

presencial de um espanhol que viveu anos em São Paulo, é o "Informe de Manuel Juan de Morales" dirigido ao rei da Espanha em 1636, adiante transcrito.

A história pessoal desse informante - que Jaime Cortesão, na introdução ao volume inicial dos *Manuscritos da Coleção De Angelis*, chama de "espião castelhano", cuja notícia foi "inspirada ou urdida em colaboração com o Pe. Juan Baptista Ferrufino" (2), um dos dirigentes jesuítas do Guairá e do Paraguai - é menos accidental do que poder-se-ia supor. Sabe-se que um Manuel Juan de Morales veio para o Brasil com o sétimo governador geral da colônia, D. Francisco de Sousa, em 1591, como especialista em mineração, particularmente na pesquisa de minas de prata. É muito provável que a vinda de Morales estivesse associada ao desastrado projeto de mi-

(1) MACHADO, 1943.

(2) CORTESÃO, J. - vol. 1, 1951, 88.

neração nos sertões da Bahia, que foi levado ao rei da Espanha por Gabriel Soares de Sousa e na busca do qual haveria de morrer este cronista e senhor de engenho. Morales acompanhou a entrada de Gabriel Soares e foi um dos poucos sobreviventes dela. A estada de D. Francisco de Sousa na capitania de São Vicente, a partir do início de 1599, esteve associada freqüentemente aos intentos de mineração de ouro e ferro. Para tanto, o governador se fez acompanhar de engenheiros e peritos em minas como o florentino Baccio de Filicaya, o alemão Geraldo Betting e Jacques Palte, provavelmente francês. Datam dessa época as primeiras entradas no território de Minas Gerais, provavelmente estimuladas pelo governador D. Francisco de Sousa que permaneceu nas capitânicas do sul até seu falecimento em 1611. Em 1595, Manuel Juan de Morales já estava em São Paulo, onde trabalhou na mineração de ferro em Araçoiaba. O castelhano fixou-se permanentemente nessa capitania e estava, portanto, qualificado, por suas relações com os governantes e com os projetos de mineração que constituíam um dos mais importantes estímulos à expansão bandeirante, a fornecer os dados de interesse sobre a vida da capitania, constantes de seu relatório de 1636.

* "Informe de Manuel Juan de Morales de las cosas de San Pablo y maldades de sus moradores hecho a su Magestad por un Manuel Juan de la misma villa. 1636". Publicado pela primeira vez nos *Manuscritos da Coleção De Angelis*, vol. 1 - *Jesuitas e Bandeirantes no Guairá (1594-1640)*; introdução, notas e glossário por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional - Divisão de Obras Raras e Publicações, 1951: 182-193. O manuscrito se encontra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Coleção De Angelis), Códice I-29-1-68.

"Sacra Majestade:

Vim a este estado do Brasil no ano de 1592, enviado pelo avô de sua Majestade, sendo Vice-rei de Portugal o Duque de Alba, e vindo por governador do Brasil D. Francisco de Sousa que, chegando, me enviou ao morro de Sergipe mais de 200 léguas da Bahia, para descobrir minas, onde se perdeu Gabriel Soares, que veio procurar ouro. No ano de 1595 me enviou a esta Capitania para descobrir ferro, e tendo-o achado, juntamente com ouro, fui pessoalmente dar-lhe conta do que havia; novamente mandou-me voltar em companhia de um mineiro de ouro, que não fez nada, e vindo outro, de prata, descobrimos uma serra chamada Sirasoyaba, a qual é riquíssima em ferro, e ele dizia que era de prata, para confirmar, enviou um pedaço de mineral que deveria levar ao pai de V. Majestade por cuja ordem veio D. Francisco de Sousa dar assistência às minas de prata, o qual vendo que não se tirava nada, e que o mineiro Alemão havia morrido, enviou à corte ao mineiro de ouro, ao de prata e a mim. Chegamos a Valladolid

no ano de 1600, e visto no conselho que não havia quantidade considerável de prata e sim muito ouro, e muito ferro, sua Majestade fez mercê a um capitão das minas de ferro por três gerações, e a mim me fez mercê de 750 cruzados, e me fez seu criado, e mandou que eu tomasse conta de sua real fazenda, conforme o mandato, digo o seguinte: (...)

Contra as ordens de V. Majestade e graves proibições de não passar pelas terras adentro, se atreve esta gente, não só a violar os mandatos de V. Majestade, mas a profanar suas bandeiras, e dar ocasião de pôr em risco sua católica conquista. Sai, Senhor, esta gente em tropas, umas de cem portugueses, e quase mil índios, outras de sessenta portugueses e novecentos índios e outros em maior ou menor número de gente para cativar índios. Duas vezes têm ido às grandes aldeias do Guairá, todas de cristãos sujeitos à Coroa de Castela e no grande sucesso dos Padres da Companhia de Jesus da Província do Paraguai, destas destruíram, em duas vezes, quatorze, em número de quarenta mil índios, de que cativava os desta terra mais de trinta mil. Não se pode explicar as tiranias desta gente. Não podendo sustentá-los no caminho, tiravam as crianças dos braços de suas mães, e com excessivas crueldades lhes tiravam a vida. As mães pagavam as lágrimas com a morte. Os nobres eram mortos, porque não confiavam que seu sangue lhes permitiria verem-se cativos. Os fracos ficavam, por não poder seguir aos que tiranicamente se faziam seus senhores, e como se lhes ofendessem em não poder mais, lhes tiravam a vida como castigo. A um padre da Companhia que não queria dar os índios que eram vassallos de V. Majestade para serem cativos de portugueses, lhe atravessaram uma flecha na garganta. E a um índio que foi se proteger na pessoa de outro padre, lhe fizeram em pedaços. (...)

Pois como, Senhor, permitiria o zelo de V. Majestade que estes homens desalmados fossem ainda aos sujeitos e tributários dessa coroa, para servir-se deles numa escravidão mais rigorosa do que a das bestas? As bestas descansam nos campos desta terra, e os índios cristãos, e os fiéis a V. Majestade levam as cargas, que descrédito se segue ao evangelho e a seus Ministros? Corre a voz entre os índios que os padres da Companhia são precursores da tirania de V. Majestade e que vão juntá-los para que mais facilmente os possam fazer cativos. Bastava para o zelo de V. Majestade o interesse da religião para pôr o justo remédio, mas como Deus, por sua misericórdia, juntou os aumentos de sua Igreja com os dessa coroa, também com as perdas do evangelho correm igualmente as de V. Majestade.

Isso se vê bem claro pelo que tinha V. Majestade de rendas o ano de 1603 nesta terra, que era de setenta mil *maravedís* cada ano, quando vim dessa corte as fiz subir até o dia de hoje que é de 1636, à quantidade de três mil e seiscentos cruzados, e se houvesse justiça nesta terra, que fizesse pagar dízimos, se poderia dar por ela quatro mil e quinhentos cruzados cada ano, e com segurança de não perder. Isto digo pela muita riqueza desta terra, que desde 16 anos até agora tem toda esta Capitania abundância de trigo, havendo-o apenas em São Paulo de que me pagam o primeiro dízimo, e teve um ano de cento e vinte mil alqueires. Tem esta terra muitos mantimentos, muitas carnes, muito algodão, e muita capacidade para linho, se se plantasse. (...)

O ouro desta terra é muito, e cerca do ano de 1600, levei a essa corte nove marcos de ouro. Estes anos passados mandou-me o governador Diego Luis de Oliveira que cuidasse dos quintos de V. Majestade e nem isto aproveitou, para que se tirasse o ouro como pudesse. Enviei trezentos ducados a V. Majestade à Bahia, que foram os segundos que teve V. Majestade. No tempo de D. Francisco de Sousa se tiraram setenta e tantos mil cruzados de quintos, e agora terá trezentos e cinquenta na caixa de V. Majestade.

Nos tempos passados tiravam algo os nativos. Já não há remédio para que queiram ir às minas, e as poucas vezes que vão, e tiram, não há que tratar de que paguem o quinto e vendem uma oitava em pó a sete tostões. Senhor, tudo parou desde que tratam de ir cativar índios porque, trazendo-os da forma que eu disse como os que aqui chegam (que a respeito dos que destróem e matam são poucos, respeito dos que valem são muitos) os vendem a vários ou desta terra, ou da ilha de S. Sebastião ou para outras partes do Brasil, e do preço não pagam quintos como o haviam de fazer do ouro, e têm mais escravos homens desventurados nesta vila, que alguns vassallos Senhores de Espanha.

E se verá mais o grande dano da fazenda de V. Majestade. Há nesta Capitania mais de quarenta mil índios escravos dos portugueses, e por cobiça de ganhar mais os matam com trabalhos, sem dar-lhes mais sustento que uma espiga de trigo das índias que aqui dizemos milho. Se destes se fizessem aldeias em que (como é justo, e V. Majestade o faz nas índias de Castela com grande glória de Deus) se lhes mantivesse sua liberdade, e os que trabalham para homens particulares rebeldes trabalhassem por seu Rei, e para si, como cresceriam as rendas de V. Majestade em pouco tempo? Se os que pelos caminhos morrem de uma maneira cruel, estes homens corajosos estivessem em povoados que trabalhassem pela sua vontade e com um salário razoável nos engenhos dessas minas, que aumento não se veria nelas? Senhor, em poucos anos ficará impossibilitado o remédio, se V. Majestade dilata o justo castigo. Logo faltarão índios ainda para trabalhar nas jazidas de ferro e ouro por um salário justo porque em escravidão miserável e tirania os matam agora. Já não se contentam com ter a V. Majestade despovoado estas terras para seus interesses, senão que também há pouco despovoaram Vila Rica sujeita à Coroa de Castela, e toda de espanhóis, despovoaram as aldeias, que falei do Guayrá, e os que a V. Majestade estavam sujeitos como vassallos a Rei, os têm estes homens vis como próprios escravos. Nem aqui hão de parar, porque outras povoações que há nestes termos, estão no último perigo de serem tomadas. Logo se perderá o Uruguai, reino extenso e fértil do Governo de Buenos Aires, porque já lhes vão roubando os que são vizinhos. Há no Maranhão oitocentas aldeias que pedem padres da Companhia e isto só no litoral, e está a terra adentro cheia de gente, a quem também infestaram algumas vezes os de São Paulo.

Este ano de 1636 estão fora desta vila seis bandeiras contra os índios que não nos ofendem e Pernambuco está em mãos dos inimigos por falta de gente. Toda a que há nesta terra se criou depois que eu estou nela, e a gente é escolhida para a guerra por estar criada com muito trabalho, e estando no campo nunca lhes falta comida, que eles procuram e acham. Além do mais, como depois falarei, muitos fugiram dos presídios. Sem fazer falta a essa vila podem sair seiscentos portugueses, todos com escopetas, e de índios dos mesmos soldados e naturais se podem juntar mais de três mil arcos para cujo gasto é bastante a renda que V. Majestade tem nesta capitania, que chega a dois mil e trezentos cruzados cada ano. Servirá, Senhor, esta empresa ao diverti-los das tiranias e crueldades, que usam com os índios, e os que tantos anos hão ofendido a Deus, e a V. Majestade, violando suas ordens, e desacreditando o Evangelho, roubando cristãos e cativando injustamente gentios, bem será que empreguem seus brios em defender seu Rei e seu Reino. (...)

Todos os danos até aqui referidos, e os aumentos que têm faltado à real fazenda de V. Majestade têm-se ocasionado como de costume pela falta de justiça. Direi sobre isso o que há: depois que estou nesta terra morreram oitenta e três homens com escopetas, flechas, e veneno sem que até hoje se tenha feito justiça, e vindo uma vez um ouvidor-geral, e eu lhe disse na prefeitura que estavam presentes três homicidas, e ninguém se atrevia a falar contra eles, em poucos dias despachou sua visita sem fazer nada. Os Capitães que enviou o conde destróem a cristandade, e a terra, porque, como não vêm da mão de V. Majestade, facilmente se compõem com ouro as injustiças. O que os moradores furtam a V. Majestade, não pagando os quintos, isso guardam para pagar os disfarces de suas tiranias e maldades. Se põem na Câmara de parte de V. Majestade grandes proibições para que ninguém vá cativar índios, e logo ao disfarce os deixam ir, e ainda publicamente, e na volta, por castigo da desobediência, se contentam com que os desta terra vendam a liberdade dos índios, como se fossem escravos dos vassallos, os que têm por vassallos seu Rei. (...)

Outras desordens menores, com que se rouba a gente como é vender o sal a preço excessivo, dando um alqueire por 10 ou 12 pesos, mandando V. Majestade se dê por um no Rio de Janeiro, e coisas semelhantes remediará a pessoa que V. Majestade mandar.

As Provisões que o pai de V. Majestade mandou-me dar de que fiz menção nesse memorial, foram uma em Valladolid no ano de 1602 e outra em Lisboa no mês de agosto do mesmo ano.

Manuel Juan" *

* Tradução do espanhol para o português de Maria Eulália Gutierrez Orellana.

O RIO-MAR

Diogo Nunes.
A Descoberta do Amazonas
(1538-1539)

A carta de Diogo Nunes é um documento importante, de meados do século XVI, que trata das primeiras penetrações na Amazônia. Foi escrita por um aventureiro português que se dirige ao rei D. João III relatando suas experiências como participante de uma entrada de espanhóis, em 1538, pelo rio Amazonas. Essa expedição era dirigida pelo capitão Alonso Mercadillo que partiu de Jauja, atingiu Huanuco e explorou o vale do Huallaga até sua foz, onde adoeceu. A partir daí, um grupo de vinte e cinco homens, entre os quais se incluía o português, desceu o Amazonas até Machifaro, província indígena de situação pouco precisa mas provavelmente situada entre as embocaduras do Napo e do Putumayo (1).

A carta de Diogo Nunes é, certamente, posterior ao conhecimento da expedição de Orellana, mas sua viagem, com não menos certeza, é anterior a ela. Mais

do que a importância da prioridade de navegação pelo grande rio, ela significa o testemunho presencial de um explorador que fornece dados concretos sobre a grande migração Tupi, saída das costas do Brasil e que termina refugiando-se nos Andes peruanos de Chachapoyas, documentada por várias fontes da época, inclusive a *História da Província Santa Cruz* de Pero de Magalhães de Gândavo, que é de 1576 (2). Uma carta de Luiz Sarmiento, escrita ao príncipe real de Lisboa em 8 de novembro de 1553, fornece outros dados de interesse sobre Diogo Nunes, a começar pelo fato de que era mameluco:

" (...) Trouxe (Tomé de Souza) um homem filho de um português, que dizem que o teve com uma mulher do Brasil, e se criou além da terra do Brasil. Esse disse que esteve no Peru, que do Peru veio até ali por terra e que fica muito perto daquilo. E que de onde estão os portugueses no Brasil, em muito poucos dias por terra irão aonde diz haver mais minas de ouro e prata que dez vezes no Peru. Chegado

(1) André-Marcel D'Ans, *L'Amazonie péruvienne indigène*, Paris Payot, 1982:102.

(2) GANDAVO, Pero de Magalhães de, *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, Lisboa, Oficina de Antonio Gonçalvez, 1576.

aqui esse homem, levaram-no para falar com o rei, e dizem que ele ficou tão descontente de que o rei não lhe proporcionasse a acolhida que mereceria o seu grande aviso que, ao sair da audiência, disse que iria encontrar-se com Vossa Alteza, porque gratificar-lhe-ia melhor o grande serviço e aviso que dava. Foi-se para lá, logo ficaram sabendo que tinha saído para ver a Vossa Alteza e o Duque de Avero fez grande alarde de logo ir ver o rei e dizer-lhe o quanto importava agradar esse homem, e que logo lhe escrevesse o rei, mandando-o voltar porque queria fazer-lhe mercê. Como fizeram diligência para alcançá-lo, esse homem voltou aqui sem demora, e agora regozijam-se tanto com isso que acham que esse deve ajudá-los a conseguir um outro Peru. (...)” (3) *

* O original da carta de Diogo Nunes se encontra no R. Archivo de Lisboa, *Corpo Chronológico*, Part. 3, Maç. 14, Doc. 1. A edição utilizada é a de Carlos Drummond, “A Carta de Diogo Nunes e a Migração Tupi-Guarani para o Peru”, *Separata da Revista de História*, vol. 1, São Paulo, 1950: 99-102.

“APONTAMENTO DO QUE V. A. QUER SABER

No ano de 1538 fui com um capitão que se diz Mercadilho e saímos do Peru a descobrir e passamos muitas terras despovoadas até donde este capitão se ficou mal disposto.

Então mandou vinte e cinco homens de cavalo nos que fui eu / por mandado do dito capitão / e chegamos a uma província ao cabo de vinte e cinco dias / achamos boa terra e bem povoada de índios e rica de ouro / segundo o que vi / que os índios trazem armas de ouro e braceletes nos braços / esta gente era de guarnição porque tinham guerra com outros índios que já tínhamos deixado atrás — puseram-se em nos defender que não entrássemos na terra / seriam até cinco ou seis mil e ali se tomaram muitos deles — Entre os quais vinham outros índios / de outras línguas e terras / como pareceu pelos línguas que levávamos conosco — Esta província aonde eu cheguei se chama Machifaro.

Estes índios que ali tomamos nos deram conta que eram de outro senhor que estava adiante deste de que eram vassalos.

Estes dois senhores têm guerra uns com outros. E se cativam uns a outros e os tomam por escravos — vista a terra ser tão boa nos viemos a dar conta ao nosso capitão aonde o tínhamos deixado e não o achamos porque os seus o haviam preso sobre certa diferença que entre ele e os seus haviam tido e o levaram ao Peru preso e a esta causa não se povoou esta província e porque todos nos tornamos ao Peru.

Trouxe comigo certos Índios destas províncias de quem me informei do que havia adiante / de um destes índios que tive em minha companhia quatorze ou quinze anos.

(3) Nota de Capistrano de Abreu ao vol. 1 da *História Geral do Brasil*, do Visconde de Porto Seguro (Francisco Adolpho de Varnhagen), São Paulo, Ed. Melhoramentos, s/d, p.258, 3ª edição.

* Tradução do espanhol para o português de Jean François Cleaver.

Depois que desta terra saímos vieram atrás de nós quatorze mil índios para saber que gente éramos e no caminho se toparam com outros índios de outro Senhor com quem tinham guerra e os mataram a todos / que não ficaram mais que trezentos vivos / os quais se foram fugindo por um rio acima em umas canoas e ao cabo de certo tempo foram a um povo de cristãos que é no Peru que se chama as Chachapoas / haverá neste caminho por onde vieram estes índios até o Peru quinhentas léguas — E estes índios se conheceram com os outros que eu trouxe porque eram todos de uma terra e de um Senhor. E a relação da terra que eu tinha sabido dos meus índios e a que estes me deram toda a era uma — E estes trezentos índios ficam agora no Peru.

Em esta província de Machifaro que eu vi se podem povoar cinco ou seis vilas mui ricas porque sem dúvidas há nela muito ouro e ao que me ela pareceu é tão bondosa de mantimentos e são como a do Peru. — Esta terra está entre o Rio da Prata e o Brasil / pela terra adentro por esta terra vem o rio grande das Amazonas e na paragem desta terra tem este rio muitas ilhas no rio e bem povoadas de gente bem luzida e da outra banda do rio há muita povoação da mesma gente / de maneira que de uma banda e de outra está bem povoado.

De mantimentos desta terra é mais que cá se chama milho e acacaby que serve por pão e disto há muita quantidade / há neste rio muito pescado de toda a sorte como em Espanha que em cada povo que chegam acham muitas casas cheias de pescado seco que eles levam a vender pelo sertão e têm suas contratações com outros índios — vão os caminhos muito abertos de muito seguidos porque corre muita gente por eles.

Há carnes monteses nesta terra / veados antas porcos monteses patos e outras caças muitas / tive notícia que até o Rio da Prata nesta mesma terra havia ovelhas como as do Peru que é melhor sinal que nestas partes pode haver / porque onde há ovelhas há tudo o mais em abundância.

Por este Rio se há de prover esta terra porque podem ir navios por ele até onde se poderá povoar uma vila que seja porto e escala de toda esta terra porque sobe a maré duzentas léguas e rio acima e deste porto onde se povoar a primeira vila subirão bergantins (mais de trezentas léguas) porque o rio vai chão e muito bom.

Haverá trezentas léguas desde esta província até o mar e sai este rio à costa do Brasil.

Também poderei ir por São Vicente atravessando pelas cabeceiras do Brasil tudo por terra firme / porém há muita terra que andar e não se pode levar as cousas necessárias para conquistar e povoar como por este rio / ainda que a terra é bem povoada — é necessário para conquistar esta terra agora ao presente quatrocentos homens / cento e vinte de cavalo e os outros de pé / esta gente toda se há de fazer em Alentejo e no Algarve e alguns homens da África porque esta gente prova bem naquelas partes

É mister cinco navios amareados com todo o necessário / três bergantins e três taforcas para tomar os mantimentos e cavalos e gente aos

navios que daqui forem porque para o rio estes navios são mais necessários.

A munição que é mister é cem arcabuzes e cinquenta bestas e duas dúzias de peças de artilharia de bronze / as seis de dois quintais e outras seis de quatro quintais / e as doze peças hão de ser de seis quintais até oito. / Mais quarenta quintais de pólvora / a ordem que têm os governadores no Peru e em todas as outras Índias de Castela em conquistar e repartir a terra é a seguinte:

Depois de conquistada a terra e pacificada a gente dela se fundam vilas em os melhores lugares que lhe parece ao governador e conquistadores dela. E logo põem por memória num livro quantos caciques há na terra / que estes são senhores dos índios que estão ao redor da dita vila trinta ou quarenta léguas / e os índios que cada cacique tem os dão aos cristãos com os deles aquela quantidade que o governador lhe parece segundo qualidade de sua pessoa e segundo os serviços na terra têm pronto porque a uns dão mais e a outros menos — Estes índios servem a este cristão e lhe dão um tanto cada ano de renda / conforme ao que declara o cacique que os índios lhe podem dar / de maneira que eles andam descansados / afora disto lhe dão trinta ou quarenta índios se trocam cada mês no serviço porque se vão uns e vêm outros.

Se estes índios podem dar ouro ou prata e o entregam ao cacique para o cacique o dê a seu senhor / e assim também lhe dão roupas que eles fazem e trigo e maiz / segundo o que têm e colhem em suas terras / não recebendo eles dano porque o dão de sua vontade / e de toda a prata e ouro e pedras que estes índios dão leva o imperador seu quinto. E com tudo isto que dão ao Sr. cristão estão os índios mais descansados e não dão tanto como davam no tempo que estavam com o seu cacique, porque por uma cousa muito leve que faziam mandava que lhe matassem até a quarta geração e lhe tomavam toda sua fazenda de maneira que não tinham cousa sua própria — E agora

estão muito mais ricos e favorecidos e lhes guardam sua justiça e é de maneira que muitas vezes se quererão os caciques levantar contra os cristãos se os índios lhes quiseram ajudar porque estes índios o descobrirão aos cristãos.

Estes homens que têm estes repartimentos são obrigados a ter um sacerdote entre eles para os doutrinar aos índios e a seus filhos em nossa santa fé.

Todos os povoados que se fundam e os repartimentos que se dão é a nome de sua majestade. E estes repartimentos que dá ao governador é por vida e em morrendo o dá o governador a outro que haja servido na terra / e entanto que há governador se faz desta maneira em nome de S. M. suprema a Justiça o dito governador / esta é a ordem que se tem em todas as Índias de Castela.

Se V. A. for servido que eu vá a povoar e conquistar esta terra em nome de V. A. há de ser com estas condições ditas arriba porque assim o faz o imperador e mais me há V. A. de fazer mercê por três vidas da governação porque assim as dá o imperador — com outras muitas mercês que lhe mais arriba faz olhando seus merecimentos e a governação há de ser de todo o que descobrir e povoar.

Dando-me V. A. os navios e munição como assim digo eu porei mantimentos cavalos e gente / porque se tomo a vontade de fazer este caminho não é por outros respetos se não por servir a Deus e a V. A. e para dar ordem como se salvem esta gentildade e sejam cristãos toda a mais parte desta, quantidade desta gente / que este é meu desejo / para mim e meus filhos minha mulher tenho de comer que me baste / a Deus gracias / me há V. A. de dar mais duas dúzias de corpos de armas do armazém com seus capacetes e outras duas ou três dúzias de couraças porque isto é o que basta.

Diogo Nunes"

Francisco de Orellana.
De Quito a Belém
(1541-1542)

A expedição de Orellana, descendo todo o curso do Amazonas, em 1541, a partir das cabeceiras do rio Napo, foi uma das primeiras e mais importantes penetrações exploratórias da América do Sul equatorial no início da conquista. Os fatos que a determinaram têm origem, por um lado, nos mitos da conquista, que viam nessa região a promessa de enormes riquezas como o Eldorado e o País da Canela. Por outro lado, a penetração se fez

como um desdobramento dos conflitos que opunham as facções almagristas e pizarristas e que determinaram a morte dos conquistadores espanhóis do Peru, como Diego de Almagro em 1539, e o próprio Francisco Pizarro em 1541.

Em 1539, Gonzalo Pizarro, irmão do conquistador e governador de Quito, saiu de Cuzco para Quito, já

com o propósito de descer em direção à selva para procurar o País da Canela. Francisco de Orellana, conterrâneo e companheiro de primeira hora dos Pizarro, aceitou participar da aventura de Gonzalo Pizarro e se uniu à sua expedição, já em marcha, cento e trinta léguas depois de Quito. A expedição estaria então no rio Coca, um dos afluentes do curso superior do Napo. Já então, as condições de abastecimento e transporte dos expedicionários era extremamente precária. Impunha-se a volta ou a tentativa de encontrar víveres na região. Orellana então propôs que, com um pequeno grupo, desceria o rio para procurar abastecimento e voltaria a encontrar-se com Gonzalo Pizarro no mesmo local. Após esperar alguns dias e pressionado pela fome de seus homens e as lutas pelo poder no Peru, que acabaram por custar a vida de seu irmão Francisco Pizarro, Gonzalo retornou a Quito, numa viagem difícil, que custou a vida da maioria dos membros da expedição. Francisco de Orellana, com um bergantim e 60 homens de equipagem, desceu o Coca, o Napo, e penetrou nas águas do Amazonas, que navegou até sua foz.

A expedição de Orellana, fracassada de início pela não realização do mito do País da Canela e pelo afastamento forçado de Gonzalo Pizarro, com equipamentos e recursos totalmente inadequados em meios de navegação, víveres, armas e homens, acabou por transformar-se num sucesso integral, que daria aos espanhóis, poucos anos depois da conquista do Peru, uma visão global do continente sul-americano através de sua região mais larga, inóspita e desconhecida. Pode-se dizer que, com tais resultados, a expedição de Orellana teve importância permanente nos planos geopolíticos de ocupação da região amazônica e de toda a América do Sul, disputada teimosamente por espanhóis e portugueses. Essa influência foi ampliada pela divulgação da expedição por Oviedo e outros cronistas da época. Parece, aliás, que a notícia de suas aventuras foi comunicada a Fernandez de Oviedo pelo próprio Orellana, com quem se encontrou em Santo Domingo na viagem de volta à Espanha. Sabe-se, também,

por um fragmento incluído na introdução à *Relación del nuevo descubrimiento del famoso río Grande de las Amazonas*, de autoria do frade dominicano e cronista da expedição, Frei Gaspar de Carvajal, que Gonzalo Pizarro, em denúncia apresentada ao rei da Espanha, procurou caracterizar a continuação da viagem de Orellana, depois da separação no rio Coca, como um ato de desobediência e de traição:

"(...) Acreditando que o Capitão Orellana faria como estava dizendo, por ser o meu tenente, disse-lhe que agradava-me que fosse buscar comida, e que tivesse o cuidado de voltar dentro dos doze dias e de não passar, de nenhuma maneira, do encontro dos rios, trazendo a comida, sem ocupar-se de mais nada, pois levava gente para fazê-lo assim. Disse-me que de nenhuma maneira passaria do que eu estava dizendo, e que viria com a comida no prazo que lhe dava. E com essa confiança que tive nele, entreguei-lhe o bergantim, canoas e os 60 homens, pois havia notícia de muitos índios andando pelo rio de canoa; disse-lhe, também, que, uma vez que os guias tinham dito que no começo do despovoado havia dois rios largos demais para jogar ponte, que ali deixasse quatro ou cinco canoas para fazer cruzar o destacamento. Prometeu assim fazer, e partiu.

Sem considerar o que era devido ao serviço de V. M., o que devia fazer para cumprir as ordens do seu Capitão, nem o interesse do destacamento e da viagem, em vez de trazer a comida, foi-se pelo rio sem deixar nenhum abastecimento, deixando tão-somente as marcas e picadas de como tinha saltado em terra e estado nos encontros e outros lugares, sem que até agora tivéssemos notícia dele. (...)" (CARVAJAL, 1955: 24) *

Longe do clima de intrigas e lutas fratricidas da colônia americana em Cuzco e Quito, a denúncia de Pizarro parece ter causado pouca impressão à corte espanhola.

Em 1543, Orellana encontrava-se em Madri depois de ter passado, ao que parece, por Lisboa, onde rechaçou propostas do rei de Portugal. Em 7 de junho de 1543, Orellana encaminhou ao Conselho de Índias a justificativa de suas decisões e atos em relação à viagem e às queixas de Gonzalo Pizarro, a que anexou uma declaração dos "caballeros y hidalgos y sacerdotes" que o acompanharam na viagem e o apoiaram em todas as decisões. Por

*Tradução do espanhol para o português de Jean François Cleaver.

volta de 1544, Orellana conseguiu alcançar da corte de Madri aprovação de sua proposta para a volta à região amazônica, que pretendia colonizar como "adelantado". Nas capitulações firmadas com esse fim, em 13 de fevereiro de 1544, se dava à região o nome de "Nueva Andaluzia". Orellana oferecia-se para recrutar para a empresa trezentos homens de armas e oito religiosos para a conversão dos índios, além dos meios necessários à viagem e estabelecimento na colônia. Sabe-se que, em começos de maio de 1545, a armada de Francisco de Orellana estava pronta no porto Sanlúcar de Barrameda. Pouco depois deve ter iniciado a viagem com quatro navios e quatrocentos homens em direção às ilhas Canárias, onde permaneceu três meses. Tocou depois Cabo Verde, onde deteve-se outros dois meses. Nessas longas interrupções desertaram ou abandonaram o navio, por razões diversas, cento e quarenta e oito pessoas. Adiante perdeu um dos navios que levava setenta homens e onze cavalos.

O apêndice documental ao fim da edição citada da *Relación del nuevo descubrimiento...*, atribuído a José Toribio Medina, faz, num parágrafo, o resumo do fracasso e morte de Orellana em sua expedição de volta à foz do rio Amazonas:

"(...) Por fim, Orellana conseguiu entrar no rio e subi-lo por cem léguas. Ali multiplicaram-se os desastres: o intento de construir um bergantim custou a vida a cinquenta e sete homens; naufragou uma das duas naves que lhe restavam, e vinte léguas mais adiante foi preciso varar a outra. Começou-se a construção de um novo bergantim, enquanto intentava Orellana encontrar o braço principal do rio, sem poder achá-lo. Nessa época ficou enfermo e pouco depois morreu. Os últimos sobreviventes da expedição conseguiram chegar à ilha Margarida, entre eles a viúva do infeliz descobridor. (...)" (CARVAJAL, 1955: 134) *

* Manuscrito conservado na Academia de História de Madri. Fondo Muñoz, tomo 91, fols. 68-113. A edição utilizada de Gaspar de Carvajal é *Descobrimientos do Rio das Amazonas*, Rio de Janeiro - São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1941: 11-79.

* Tradução do espanhol para o português de Jean François Cleaver.

"RELAÇÃO QUE ESCREVEU FR. GASPAR DE CARVAJAL

frade da Ordem de S. Domingos de Guzman, do novo descobrimento do famoso rio grande que descobriu por imensa ventura o Capitão Francisco de Orellana desde a sua nascente até sair no mar, com cinquenta homens que trouxe consigo e se lançou à sua aventura pelo dito rio, e pelo nome do capitão que o descobriu se chamou o Rio de Orellana.

Tudo que eu vou contar daqui por diante será como testemunha de vista e homem a quem Deus quis dar parte de um tão novo e nunca visto descobrimento, como é este que adiante direi.

Depois que o capitão Francisco de Orellana alcançou a Gonçalo Pizarro, que era o Governador, quis este ir pessoalmente descobrir a terra onde se dizia que havia canela e como não a encontrasse nem sítio onde pudesse ser útil a Sua Majestade, resolveu seguir por diante. Foi-lhe o Capitão Orellana no encalço com a sua gente, alcançando-o em um povoado que se chamava Quema, formado por umas cabanas a cento e trinta léguas de Quito, reunindo-se novamente aí. (...)

Tomou consigo o Capitão Orellana a 57 homens, com os quais se meteu na embarcação que construira e em algumas canoas que haviam tomado aos índios, começando a descer o rio com a intenção de volver logo que encontrasse víveres. Mas tudo saiu ao contrário do que todos pensávamos, pois não descobrimos comida num decurso de 200 léguas, nem nós a encontramos, padecendo por isso grandes necessidades, como adiante se dirá. E assim íamos caminhando, suplicando a Nosso Senhor que houvesse por bem guiar-nos naquela jornada de maneira que pudéssemos volver aos nossos companheiros. (...) na noite de segunda feira, oito de janeiro, se ouviram mui claramente tambores muito longe do lugar onde estávamos. Foi o Capitão que os ouviu primeiro e o disse aos companheiros e todos os escutaram e, certificados, tanta foi a alegria que todos sentiram, que lançaram ao esquecimento todo o trabalho passado, porque estávamos em terra povoada e já não podíamos morrer de fome. (...)

Ao cabo de duas léguas de caminho rio abaixo, vimos vir em sentido contrário quatro canoas cheias de índios a explorar a terra, e apenas nos viram, volveram apressados, dando alarma, de tal modo que em menos de um quarto de hora ouvimos nos povoados muitos tambores que tocavam a rebate. Eles são ouvidos de muito longe e são tão bem afinados que têm seu contrabaixo, tenor e tiple.

Logo ordenou o Capitão que os companheiros remassem a toda a pressa, para que alcançássemos o primeiro povoado antes que as pessoas se recolhessem. Efetivamente começamos a ir apressados e chegamos a uma aldeia onde todos os índios estavam esperando para defender e guardar as suas casas. Mandou o Capitão que todos saltassem com muita ordem, cada qual olhando por todos e todos por um, e que nenhum se apartasse, que vissem o que tinham nas mãos e cada qual fizesse o que lhe era determinado. (...)

No dia seguinte, à hora de vésperas, veio o Cacique trazendo consigo três ou quatro senhores, que os outros não puderam vir por estar

longe, e que no outro dia viriam. Recebeu-os o Capitão como ao primeiro e lhes falou longamente da parte de Sua Majestade, e em seu nome tomou posse da terra; e assim o repetiu com os outros que vieram depois a esta província, que, como disse, eram treze. (...)

Depois que os companheiros se refizeram algum tanto da fome e trabalhos passados, vendo o Capitão que era necessário providenciar para o futuro, mandou chamar a todos os seus companheiros e lhes tornou a dizer que bem viam que com o barco e canoas que levávamos, se Deus fosse servido guiar-nos até ao mar, neles não podíamos sair com segurança. Era, portanto, preciso procurar com diligência fazer outro bergantim, que fosse de maior porte, para que pudéssemos navegar, embora não houvesse entre nós mestre que entendesse de tal ofício. O mais difícil para nós era fazermos os cravos. Durante esse tempo não deixavam os índios de acudir, trazer comida farta e com tanta ordem como se toda a sua vida tivessem servido. Vinham com as suas jóias e arrecadas de ouro, e nunca o Capitão consentiu que se tomasse coisa alguma, nem mesmo que as mirássemos, para que os índios não entendessem que lhe dávamos apreço. E quanto mais nisto nos descuidávamos, mais ouro punham em cima de si.

Aqui nos deram notícia das amazonas e das riquezas que há mais abaixo, e quem o fez foi um índio chamado Apária, velho que dizia ter estado naquela terra, e também nos deu notícia de outro senhor que estava apartado do rio, metido terra adentro, e que ele dizia possuir enorme riqueza de ouro. Este senhor se chama Ica; nunca o vimos porque, conforme disse, ficou desviado do rio. (...)

Íamos desta maneira caminhando e procurando um lugar aprazível para folgar e celebrar a festa do bem aventurado São João Batista, precursor de Cristo, e foi servido Deus que, dobrando uma ponta que o rio fazia, vissemos alvejando muitas e grandes aldeias ribeirinhas. Aqui demos de chofre na boa terra e senhorio das amazonas.

Estavam estes povos já avisados e sabiam da nossa ida, e por isso nos vieram receber no caminho por água, mas não com boa intenção. Chegando perto, como o Capitão os quisesse trazer à paz, começando a falar-lhes e chamá-los, riram-se eles e faziam burla de nós; aproximavam-se e diziam que andássemos, pois ali abaixo nos esperavam, para prender-nos a todos e levar-nos às amazonas.

O Capitão, ofendido com a soberba dos índios, mandou que atirassem neles com as balhistas e arcabuzes, para que pensassem e soubessem que tínhamos com que os ofender. Com o dano que lhes causamos, voltaram para a aldeia a dar notícia do que tinham visto. Não deixamos de caminhar e aproximar-nos das aldeias, e antes que chegássemos, a uma distância de mais de meia légua, havia pela linha d'água, aqui e ali, muitos esquadrões de índios, e como íamos andando, eles se juntavam, acercando-se das suas povoações. Havia no meio desta aldeia uma multidão, fazendo um bom esquadrão e o capitão deu ordem que os bergantins encalhassem onde estava aquela gente, para buscar comida.

E assim foi que, quando começávamos a chegar à terra, principiaram os índios a defender a sua aldeia e flechar-nos, e como a gente era muita, parecia que choviam flechas. Mas os nossos arcabuzeiros e

balheteiros não estavam ociosos, porque não faziam senão atirar, e embora matassem muitos, não o sentiam, porque, com todo o dano que lhes fazíamos, andavam uns pelejando e outros bailando. Aqui estivemos por um triz para perder-nos todos, porque como havia tantas flechas, os nossos companheiros porfiavam por defender-se delas, sem poder remar. Foi isto causa de que nos fizessem tanto mal que antes que saltássemos em terra já tinham ferido a cinco dos nossos, dos quais eu fui um deles. (...)

Quero que saibam qual o motivo de se defenderem os índios de tal maneira. Hão de saber que eles são súditos e tributários das amazonas, e conhecida a nossa vinda, foram pedir-lhes socorro e vieram dez ou doze. A estas nós as vimos, que andavam combatendo diante de todos os índios como capitãs, e lutavam tão corajosamente que os índios não ousavam mostrar as espáduas, e ao que fugia diante de nós, o matavam a pauladas. Eis a razão por que os índios tanto se defendiam.

Estas mulheres são muito alvas e altas, com o cabelo muito comprido, entrançado e enrolado na cabeça. São muito membrudas e andam nuas em pêlo, tapadas as suas vergonhas, com os seus arcos e flechas nas mãos, fazendo tanta guerra como dez índios. E em verdade houve uma destas mulheres que meteu um palmo de flecha por um dos bergantins, e as outras um pouco menos, de modo que os nossos bergantins pareciam porco espinho. (...)

Desde o ponto em que deixamos Gonçalo Pizarro, já caminhamos mil e quatrocentas léguas, antes mais do que menos, e não sabemos ainda o que falta daqui até ao mar. (...) de uma aldeia a outra não distava mais de meia légua, por toda aquela margem direita do rio, que é o lado sul. Para o interior, a umas duas léguas mais ou menos, apareciam grandes cidades, que estavam alvejando. Além disso a terra é tão boa e fértil e tão ao natural como a de nossa Espanha, pois entramos nela por São João e já começavam os índios a queimar os campos. É terra temperada, onde se colherá muito trigo e se darão todas as árvores frutíferas. Além disso está aparelhada para criar todo gado, porque há nelas muitas ervas como em nossa Espanha, tais como o orégão e cardos pintados e rajados, e outras muitas ervas boas. Os montes destas terras são azinhais e soberais com bolotas, porque nós as vimos, e carvalhais. A terra é alta e faz lombas, todas de savanas, com erva que apenas chega aos joelhos, e há muita caça de toda espécie.

Tornando à nossa viagem: mandou o Capitão que fôssemos para o meio do rio para fugir dos povoados, que eram tantos que causava espanto. Chamamos a esta província de São João, porque em seu dia entramos nela. (...)

De manhã mandou o Capitão que caminhássemos com muita ordem até sair desta província de São João, que tem mais de 150 léguas de costa, povoadas, como disse.

No outro dia, 25 de junho, passamos por entre umas ilhas que pensamos que estivessem despovoadas, mas depois que nos achamos no meio delas, foram tantas as povoações que aí apareciam e vimos, que ficamos abismados. Quando nos viram, vieram sobre nós pelo rio, sobre duzen-

tas pirogas, cada qual com vinte a trinta índios, e algumas com quarenta. (...)

Nesse pouso o Capitão tomou o índio que havia agarrado acima, porque já o entendia por um vocabulário que havia feito e lhe perguntou de onde era natural. Disse o índio que da povoação onde fora feito prisioneiro. Perguntou o Capitão como se chamava o senhor dessa terra, e o índio respondeu que se chamava Couynco, e que era grande senhor, estendendo-se o seu senhorio até onde estávamos. Perguntou-lhe o Capitão que mulheres eram aquelas que tinham vindo ajudá-los e fazer-nos guerra. Disse o índio que eram umas mulheres que residiam no interior, a umas sete jornadas da costa, e por ser este senhor Couynco seu súdito, tinham vindo guardar a costa. Perguntou o Capitão se estas mulheres eram casadas e o índio disse que não. Perguntou o Capitão de que modo vivem. Respondeu o índio que viviam no interior, e que ele tinha lá estado muitas vezes e visto o seu trato e residências, pois como seu vassalo ia levar o tributo, quando o senhor o mandava. Perguntou o Capitão se estas mulheres eram muitas. Disse o índio que sim, e que ele sabia, pelo nome, setenta aldeias, e os contou diante dos que aí estávamos, e que em algumas havia estado. Perguntou o Capitão se estas aldeias eram de palha. Disse o índio que não, mas de pedra e com portas, e que de uma aldeia a outra iam caminhos cercados de um e outro lado e de distância em distância com guardas, para que não possa entrar ninguém sem pagar direitos. Perguntou-lhe o Capitão se estas mulheres pariam. Disse o índio que sim. Perguntou o Capitão como, não sendo casadas, nem residindo homens com elas, emprenhavam. Ele disse que estas índias coabitam com índios de tempos em tempos, e quando lhes vem aquele desejo, juntam grande porção de gente de guerra e vão fazer guerra a um grande senhor que reside e tem a sua terra junto à destas mulheres, e à força os trazem às suas terras e os têm consigo o tempo que lhes agrada, e depois que se acham prenhas os tornam a mandar para a sua terra sem lhes fazer outro mal; e depois quando vem o tempo de parir, se têm filho o matam e o mandam ao pai; se é filha, a criam com grande solenidade e a educam nas coisas de guerra. Disse mais que entre todas estas mulheres há uma senhora que domina e tem todas as demais debaixo da sua mão e jurisdição, a qual senhora se

chama Conhorí. Disse que há lá imensa riqueza de ouro e prata, e todas as senhoras principais e de maneira possuem um serviço todo de ouro ou prata, e que as mulheres plebéias se servem em vasilhas de pau, exceto as que vão ao fogo, que são de barro. Disse que na capital e principal cidade, onde reside a senhora, há cinco casas muito grandes, que são adoratórios e casas dedicadas ao sol, as quais são por elas chamadas caranaí, e que estas casas são assoalhadas no solo e até meia altura e que os tetos são forrados de pinturas de diversas cores, que nestas casas têm elas ídolos de ouro e prata em figura de mulheres, e muitos objetos de ouro e prata para o serviço do sol. Andam vestidas de finíssima roupa de lã, porque há nessa terra muitas ovelhas das do Peru. Seu trajar é formado por umas mantas apertadas dos peitos para baixo, o busto descoberto, e um como manto, atado adiante por uns cordões. Trazem os cabelos soltos até ao chão e postas na cabeça coroas de ouro, da largura de dois dedos. (...)

Aqui percebemos que estávamos não muito longe do mar, porque chegava o influxo da maré, do que não pouco nos alegramos, por saber que já não podíamos deixar de chegar ao mar. Começando a caminhar, daí a um pouco descobrimos um braço de um rio não muito grande, pelo qual vimos sair dois esquadrões de pirogas, com grande grita e alarido, e cada esquadrão se dirigiu para um dos bergantins, começando a ofender-nos e lutar como cães encarniçados. (...)

Aqui começamos a deixar a boa terra de campos e terras altas, entrando numa terra baixa, de muitas ilhas, embora não tão povoadas como as de cima. Deixou o Capitão a terra firme, metendo-se entre as ilhas, pelas quais foi caminhando, tomando de comer onde víamos que o podíamos fazer sem dano. E como as ilhas eram muitas e muito grandes, nunca pudemos voltar a tomar terra firme de um e outro lado até ao mar. Caminhamos entre tais ilhas umas duzentas léguas, por entre as quais, e ainda umas cem mais, sobe a maré com muita fúria, havendo pois trezentas léguas de maré e mil e quinhentas sem ela, de modo que podemos contar por este rio, desde o ponto de onde saímos até ao mar mil e oitocentas léguas, antes para mais que para menos. (...)

Francisco Vázquez.
Expedição Celerada
(1560-1561)

Nenhum acontecimento na história das expedições de exploração e conquista da região amazônica é mais expressivo da permanência e capacidade mobilizadora do mito do Eldorado que a expedição de Ursúa-Lope de Aguirre, que desceu todo o curso do grande

rio em 1560-1561. Sabe-se que, em 1559, o marquês de Cañete deu a D. Pedro de Ursúa "a Gobernación del Dorado y Omagua con poderes para hacer soldados en todo el Perú, y le favoreció con mucha cantidad de pesos de oro, ropa, arcabuces, herraje, armas, clavazón, vitua-

llas, munición de pólvora, plomo y salitre, caballos, ganados y otras muchas cosas. Estuvo suspensa esta jornada hasta dársela a Orsua, desde que los indios brasiles subieron por un rio que pasa media legua al N. de la ciudad de 'Santa + (Cruz) de saçooua', que está en 7° 30' de latitud S. media 'legua desta ciudad pasa el rio por donde subieron' los 300 indios" (1). Como se nota no texto citado, há uma relação direta entre esta versão do mito do *Dorado* e a migração dos índios Tupi do litoral brasileiro para as terras altas do Peru na primeira metade do século XVI, citada por Gandavo e muitas fontes oficiais espanholas da época.

No início do texto de Francisco Vázquez, reproduzido em parte a seguir, são fornecidos outros dados sobre a migração dos índios do Brasil e a expedição de Pedro de Ursúa.

Emiliano Jos, no livro *La Expedición de Ursúa al Dorado*, resume os dados das crônicas da época sobre os principais personagens dessa expedição:

"(...) A pouco de começada a expedição, Pedro de Ursúa, Governador da província fugaz do Eldorado, nomeou *Tenedor de Difuntos* (Contador de Defuntos) a Lope de Aguirre quem, interpretando à sua maneira as obrigações daquele emprego, lhes deu tão extraordinário cumprimento, que ascende a sessenta os defuntos que tem a seu cargo. Longe de agradecer a mercê, foi Aguirre o que convenceu aos descontentes, que queriam fugir ao Peru, para que o não fizessem sem dar morte a Ursúa. O infeliz Governador, na noite do dia de Ano-Novo de 1561, foi surpreendido por uma quadrilha de canalhas que lhe desfizeram materialmente a estocadas, e igual sorte coube a seu Tenente, o madrilenho dom Juan de Vargas. Os assassinos se apoderaram de todas as armas, deixaram sem elas aos soldados de quem suspeitavam, nomearam General a um fidalgo sevilhano, dom Fernando de Guzmán, e Aguirre ficou como Mestre de Campo. Este, ajudado por seus amigos, apunhala a seus rivais e enforca ou dá garrote a todos aqueles de quem suspeita que se opõem a voltar ao Peru e arrebatá-lo aos que o dominam. Lembra à tropa que os rebeldes do Peru foram vencidos por não se decidirem a titular-se reis, e lhes diz logo que, para que com eles não passe o mesmo, é conveniente que se desnaturem de Espanha, que neguem a vassalagem a Felipe II, e que jurem como

(1) "Relación muy verdadera que trata de todo lo que acaeció en la entrada de pedro de Orsua en el descubrimiento del dorado e omagua y de la rebellion de don hernando de guzman y del muy cruel tirano lope de aguirre". Em: Emiliano Jos, *La Expedición de Ursúa al Dorado. La Rebelión de Lope de Aguirre*, Hesca, Imprenta V. Campo, 1927: 230.

a seu novo Príncipe a dom Fernando de Guzmán, a quem como tal vai a beijar a mão e os soldados a continuação dele. (...) (JOS, 1927: 15) *

Em todos os textos sobre a expedição de Ursúa há a hipertrofia da figura do "tirano Aguirre", de resto inevitável pela violência homicida e a multiplicidade de seus crimes. Ele aparece com destaque no texto de Francisco Vázquez, participante e cronista da expedição desde seu início até sua chegada e dissolução final na Venezuela. À parte desses dados, que interessam mais à história pessoal e à psicologia da época da conquista, a crônica de Vázquez é fidedigna e fornece uma visão superficial, mas detalhada da natureza e dos habitantes da região percorrida.

* O original se encontra na Biblioteca Nacional de Madri, Ms J142. A edição utilizada do texto de Francisco Vázquez é *Jornada de Omagua y Dorado*, Buenos Aires, ESPASA Calpe Argentina (2ª edição), 1945.

"RELAÇÃO VERDADEIRA DE TUDO O QUE ACONTECEU NA

JORNADA DE OMAGUA E DORADO

QUE O GOVERNADOR PEDRO DE URSÚA FOI A DESCOBRIR POR PODERES E COMISSÕES QUE LHE DEU O VICE-REI MARQUÊS DE CAÑETE, DESDE O PERU, POR UM RIO QUE CHAMAM DAS AMAZONAS, QUE POR OUTRO NOME SE DIZ O RIO DO MARAÑÓN, O QUAL TEM SEU NASCIMENTO NO PERU, E ENTRA NO MAR PERTO DO BRASIL.

TRATA-SE TAMBÉM, DO LEVANTAMENTO DE DOM FERNANDO DE GUZMÁN, E LOPE DE AGUIRRE, E DAS CRUELDADES DESTES PERVERSOS TIRANOS.

Foi o governador Pedro de Ursúa, navarro; era cavaleiro e senhor da Casa de Ursúa; homem de grande habilidade e experiência nos descobrimentos e entradas de índios. Descobriu e povoou no Novo Reino de Granada a cidade de Pamplona; andou na conquista dos Muços e os povoou, e andou por capitão na jornada de Tairona e em outras partes do dito Novo Reino, e em Nombre de Dios e Panamá o marquês de Cañete o encarregou da guerra contra os negros cimarrones, que faziam grande dano naquela terra, a qual fez com tão boa habilidade e diligência, que destruiu, prendeu e matou muitos dos

*Tradução do espanhol para o português de Jean François Cleaver.

ditos negros, e deixou aos demais tão escarmentados e medrosos, que por muitos dias não ousaram fazer mais danos; e acabada esta guerra, passou ao Peru a fins do ano mil quinhentos e cinquenta e oito, e o marquês de Cañete havendo entendido seu valor e habilidade, o encarregou da jornada do Dorado, com outras muitas províncias e terras comarcãs, de que se tinha grande notícia nos reinos do Peru, assim pelas grandes coisas que disse haver visto o capitão Orellana e os que com ele vieram desde o Peru por este rio do Marañón abaixo, onde diziam que estavam ditas províncias, como pelo que disseram certos índios brasileiros, que desde sua terra subiram por este rio acima, descobrindo e conquistando, até que chegaram ao Peru no tempo que estava nele o presidente Gasca.

Estes índios brasileiros deram por relação que saíram, em número de dez ou doze mil, de suas terras, na costa do Brasil, em muitas canoas, com suas mulheres e filhos; iam com eles dois espanhóis portugueses, e um diziam que se chamava Mateo, a buscar melhor terra que a sua; e, segundo o que eu mais creio, a faltar seus malditos ventres de carne humana, a qual todos eles comem e se perdem por ela. Demoraram em subir ao Peru pelo dito rio mais de dez anos, e dos doze mil índios somente chegaram uns trezentos, com algumas mulheres, e vieram a dar a uma povoação que se diz Chachapoyas, e assim ficaram entre os espanhóis. Morreram no dito rio em guerras e *guazábaras* (1) que com os naturais dele tiveram estes índios. Diziam grandes coisas do rio e das províncias a ele comarcãs, e especialmente da província de Omagua, da grande multidão de naturais como de inumeráveis riquezas, que a muitas pessoas puseram desejo de vê-las e descobri-las. Pois de estas províncias e rio, o marquês de Cañete, vice-rei do Peru, fez governador a Pedro de Ursúa, em nome de Sua Majestade, com bastantes poderes e provisões e perfeitíssimos limites, e com grande ajuda de custo da caixa de Sua Majestade. (...) e com este aparato foi à província dos Motilones, que está nas montanhas do Peru, a um rio grande que por ali passa, de onde haviam saído os índios brasileiros que temos dito, e buscando o lugar mais cômodo, fundou um estaleiro na barranca deste rio, vinte léguas abaixo, numa povoação de espanhóis que estava povoada na dita província, chamada Santa Cruz de Capocovar, que fazia um ano que a havia povoado um capitão, Pedro Ramiro; e deixando a um capitão por seu tenente na armada, que era o dito Pedro Ramiro, e a um mestre, Juan Corso, por mestre-mor, os mandou que fizessem certos barcos e navios, e ele retornou à cidade de Lima a recrutar gente e buscar o que lhe faltava para a preparação de sua jornada.

Esta província dos Motilones se chama assim porque só estes índios se tem encontrado tosquiados em todo o Peru. Esta terra é muito fértil, especialmente de milho e algodão, e os índios andam vestidos de *costales*. O rio que por ela passa é muito caudaloso, sem comparação maior que os rios da Espanha; nasce no Peru na província de Guanuco; é caudaloso quase desde seu nascimento, mas é inavegável por mais de trezentas léguas, porque passa por terra áspera e de grandes serras e penhascos, pelo que se ocasionam grandes saltos e velocíssimas

(1) N.T. Termo indígena que existe desde o começo do século XVI, provavelmente das Antilhas, que designa hostilidade guerreira entre índios ou deles contra outros povos.

correntes nesta província dos Motilones. Subiram por este rio os índios brasileiros, e desde aqui se foram por terra à povoação de Chachapoyas, por onde tiveram notícias e iam a favorecer-se entre os espanhóis, vendo-se já poucos os índios. (...) e com muitos riscos de nossas vidas, porque o rio é poderosíssimo e os navios que levávamos estavam quebrados e podres, e também porque ao tempo da partida houve alguns motins — deixando à parte que se quiseram voltar ao Peru, o que vendo o governador, prendeu a alguns e a outros não — e sem que ninguém fugisse, embarcamos o vinte e seis de setembro de mil quinhentos e sessenta. (...)

Partidos desta província dos Caperuzos, fomos sem nenhum contra-tempo desembarcando e dormindo em terra até chegar à ponta de um rio que se junta com este outro dos Motilones, que entra sobre a mão esquerda, a que chamamos o rio de Bracamoros, porque passa no Peru por uma província com este nome. É, segundo parece, duas vezes maior que o que vínhamos. Junta-se a cento e vinte léguas do estaleiro. Nasce este rio do Peru na mesma província de Guanuco, e vem perto do nascimento deste outro rio dos Motilones. Passa este rio por Guanuco o velho, e dali vai se fazendo cada vez maior por entre Cajamarca e Chachapoyas, e daí aos Bracamoros. Junta-se aqui, que serão mais de trezentas léguas de seu nascimento, e nas juntas deste rio se deteve o governador dois dias, e enviou gente por ele acima em canoas a buscar povoação, e não se encontrou; e partidos dali, das juntas destes rios, sem acontecer-lhes coisa que seja de contar, chegamos sobre as juntas do outro que vem à mão direita, que se chama de Cocama, que é o nome desta província, que está o rio acima do rio, por onde subiu dom Juan de Vargas e chegou a Cocama, e estarão as juntas destes rios a oitenta léguas dos Bracamoros (...).

Este rio de Cocama é muito caudaloso. É pouco menor que o que chamamos de Bracamoros, e maior que o dos Motilones. (...)

Juntos, estes três rios tão poderosos, com outros muito pequenos, e arroios e esteiros que não conto, fazem daqui para baixo um tão grande, que não posso crer que exista outro semelhante no mundo. Estende-se e fazem-se muitos braços. Há nele no verão grandes praias nas quais se acham muitos ovos de tartaruga e outros quelônios, e lagartos e pássaros dos acima mencionados, que quando são novos se pegam com a mão. Na junta deste rio de Cocama se deteve o governador oito dias com toda a armada. (...)

Desde aqui caminhou a armada cinco ou seis dias pelo rio abaixo, sempre pelos braços da mão direita, parando todos os dias na hora de vésperas, ou pouco mais tarde, e a gente saltava à terra a pescar e mariscar, e guisar de comer, e a dormir, os que queriam. Ao cabo deste tempo, um dia, ao meio-dia, demos de repente sobre uns índios que estavam pescando em uma praia despovoada, com suas canoas, e tinham pego mais de cem tartarugas e muitos ovos delas. Ao ver-nos, fugiram pelo rio com suas canoas e nos deixaram a presa. Aqui parou a armada e repartiram as tartarugas e ovos entre todos. Afastados desta praia, achamos outro rio grande, do tamanho, ao que parece, do dos Motilones, e não maior; vinha da mão esquerda. Achou-se que este rio era o da Canela, por onde veio o capitão Orellana, que nasce do Peru, das costas de Quito, dos Quijos.

Aos dois ou três dias de nossa partida da junta deste rio, demos com uma ilha povoada de índios, que foi a primeira povoação que em todo o rio topamos desde os Caperuzos, mais de trezentas léguas, todas despovoadas. Aqui achamos a García de Arce, que dissemos que se jogou rio abaixo com os trinta homens antes que dom Juan de Vargas, os quais passaram muita necessidade pelo despovoado (...).

Os índios desta ilha são bem ajeitados e bem proporcionados; andam vestidos de camisetas pintadas com pincel; as casas são quadradas e grandes; suas armas são uma espécie de varas com pontas de palmas, do tamanho de dardos de Vizcaya, atiradas com uma espécie de propulsor de pau, que existem na maior parte das Índias, e as chamam atiradeiras de estólíca.

O governador partiu desta ilha de García pelo braço da mão direita, encostado à terra firme; achou muitas outras ilhas e povoados sem gente que, por temor de García de Arce e da armada, haviam fugido, e somente achamos as sementeiras de mandioca e batata; tudo o mais estava alçado. Acharam-se por aqui algumas galinhas e galos de Castela brancos, e algumas maritacas e papagaios brancos. Demos com uma povoação sobre a mão direita, a primeira que topamos em terra firme, onde começamos a ver alguns índios em canoas pelo rio, que recatadamente e de longe nos vinham a observar. (...)

Chama-se esta povoação Carari, de onde pusemos nome a toda a província; desde esta povoação para baixo começaram a sair-nos muitas canoas com comida e peixes e tartarugas e outras coisas, e andavam entre nós, mas alguns não ousávamos tratar com eles, porque assim o havia mandado o Governador, não sei com que fim; e outros, secretamente, permutavam com eles, e ainda lhes tomavam sem lhes dar nada. Todos os povoados que topávamos estavam sem gente, e os índios andavam fugindo por temor da armada e do estrago que García de Arce havia feito em sua ilha. (...)

Passamos, ainda assim, por outra província que chamamos Manicuri, do nome de outra povoação. É toda uma mesma gente e usam o mesmo traje e roupa e falam a mesma língua, usam as mesmas armas e casas e vestem as mesmas roupas. Estes índios são todos amigos e confederados, e assim parece ser toda uma única província e não duas, porque toda a população está unida, sem que exista divisão, nem pareça que Carari e Manicuri sejam nomes de povoações e não de províncias. Esta população dura desde a Ilha de García até o cabo do que chamamos Manicuri, mais de cento e cinquenta léguas. Todas as povoações na barranca do rio, sem que haja muito de uma a outra. Os índios desta província trazem algumas jóias de ouro fino, ainda que pequenas, como brincos, caricuríes, nas orelhas e nas narinas. A gente desta província não é muita, segundo boa conjectura, porque, nos povoados que nós vimos, talvez não houvesse sete ou oito mil índios e no máximo dez mil (...).

Passados estes nove dias de despovoado, Deus quis que chegássemos a uma povoação de índios, tal qual convinha para remédio da necessidade que levávamos. A esta povoação chamavam os índios Machifaro. É povoação grande, a maior que até ali tínhamos visto; está assentada sobre uma barranca do rio. Os índios desta povoação são de mediana estatura; andam totalmente nus; suas armas são atiradeiras de estólíca;

com os de cima são inimigos e têm guerra. As casas são redondas e grandes e de varas na terra, cobertas de folhas de palmas até o chão, com duas portas. Chegamos a esta povoação de repente e sem que os índios soubessem de nós; mas quando nos viram se puseram em pé de guerra, e colocaram suas mulheres e filhos e os índios que não eram para lutar em canoas pelo rio, para assegurá-los mais, e na povoação nos esperaram em som de guerra até trezentos ou quatrocentos índios. (...)

Aqui pareceu à maior parte das pessoas de campo que os guias que trazíamos, que eram certos índios brasileiros dos que por este rio saíram ao Peru, segundo se havia dito, haviam dado falsa relação e mentiram em toda a notícia que nos haviam dado. Fomos pelo rio quase setecentas léguas, sem que vissemos coisas das que nos haviam contado; e, assim mesmo, ia conosco um espanhol dos que haviam descido pelo rio com o capitão Orellana, o qual não conhecia a terra, e desatinava; e assim, as pessoas começaram a desconfiar da notícia, tendo-a por piada, e desejavam voltar ao Peru, porque diziam que não havia mais o que procurar; o que, entendido pelo governador, dizem que disse que ninguém pensasse tal, que os que então eram moços haviam de envelhecer buscando a terra. (...) por onde se começaram a fazer algumas desonras e descuidos em seu campo, e o maior foi o de sua morte, que nesta povoação começaram a tramar, achando os traidores aquele instrumento de vê-lo malquisto e descuidado. Juntou-se com isto a má vontade de alguns soldados de seu campo que eram e haviam sido traidores, e no Peru se haviam metido em muitos motins contra o serviço de Sua Majestade, alguns dos quais tinham vindo a esta jornada a mais não poder, que andavam fugindo e escondidos dos delitos e traições que tinham cometido. (...) e porque todos estes de que falo eram gente baixa e de pouca sorte, e os outros oficiais de ofícios baixos, não tendo nenhum deles o que fosse suficiente para ser capitão e cabeça a quem se obedecesse de boa vontade, acordaram com dom Fernando de Guzmán, que era alferes-geral de campo, que ademais de ser cavaleiro era tido por virtuoso e benquisto entre eles, porque era vicioso e amigo de sua opinião. E puseram-lhe por diante a prisão de um criado seu, mestiço, que o governador tinha mandado prender, como acima foi dito; coisa por certo bem leviana, mas que eles estimaram muito, dizendo que tinha sido grande afronta que o governador lhe tinha feito, sendo ele cavaleiro e alferes-geral de campo, e que não eram homens os que não sentiam essas coisas; e o que mais o moveu foi a ambição e cobiça de mandar, porque lhe prometeram que seria general e cabeça de todos, ainda que primeiro tentaram juntar cinquenta ou sessenta amigos de sua opinião, e uma noite, com todas as armas que pudessem conseguir, levantar-se com os navios e sair-se ao mar, e dali ao Peru; mas Lope de Aguirre e um Lorenzo Salduendo foram de parecer que melhor era matar ao governador e levantar-se com tudo, e assim ficou acertado e determinado, e que sendo ele, dom Fernando, general e cabeça, poderiam procurar a terra e povoá-la e que isto seria antes fazer serviço ao Rei, pelo grande descuido que o governador levava no descobrimento, e não ir contra o serviço real. (...)

Agora trataremos de como se começou a urdir a morte do governador, o que aconteceu desta maneira: este partiu da povoação de Machifaro,

bem sem cuidado do que já se disse, depois da Páscoa de Natal, e naquele dia foi a outra povoação desta província (...) e no que aqui nos detivemos acabaram os conjurados de concertar esta maldade, e a efetuaram na noite de ano-novo, dia da Circuncisão do Senhor e primeiro do ano mil quinhentos e sessenta e um, às duas ou três horas da madrugada, juntando-se com Fernando até doze destes traidores. (...) Deram muitas estocadas e facadas no governador, até que o mataram. (...) Viveu apenas três meses e três dias desde que embarcou no estaleiro até que o mataram. Embarcou-se a 26 de setembro de mil quinhentos e sessenta e um. Os que naquela noite se encontraram em matar a Pedro de Ursúa, governador, e a seu tenente dom Juan de Vargas, segundo o que eu vi, porque me encontrava com o governador, e é muito certo, já que ademais eles depois se vangloriavam disto, são os seguintes:

Dom Fernando de Guzmán, Juan Alonso de la Bandera, Lorenzo de Salduendo, Alonso de Montoya, Miguel Serrano de Cáceres, Pedro de Miranda, mulato, Pedro Hernández, Martín Pérez, Diego de Torres, Cristóbal Fernández, Alonso de Villena, Juan de Vargas, canarino, e o cruel tirano Lope de Aguirre, cabeça e inventor de maldades. (...)

Nesta junta, a maior parte dos oficiais e capitães de campo, assim dos matadores do governador como dos demais aliados, estiveram de acordo em que se devia procurar a terra e notícia que Pedro de Ursúa trazia, que a deviam procurar e povoar, e que por este serviço Sua Majestade perdoaria aos matadores do bom Pedro de Ursúa; que para isso deviam fazer um informe, com os demais principais de campo, de como Pedro de Ursúa era remisso e descuidado em procurar a terra, e que não a pretendia procurar nem povoar, e outras mentiras e maldades; e que, conformes com isto, todos os de campo dessem o seu parecer, assinado de todos, e que isto se guardaria para seu desengano quando fosse tempo. O tirano Lope de Aguirre e outros de sua opinião calaram por então e não deram seu parecer, e os que mais procuravam isto eram dom Fernando de Guzmán, Alonso de Montoya e Juan Alonso de la Bandera. Feito e posto dito informe como eles o quiseram pintar, para autorizá-lo com as assinaturas e pareceres de todo o campo, assinou primeiro dom Fernando de Guzmán, general, e o segundo, Lope de Aguirre, mestre de campo, o qual pôs em sua assinatura: Lope de Aguirre, *traidor*; e mostrando-o aos outros disse que 'que loucura e necessidade era aquela de todos que, tendo matado a um Governador do Rei, que levava seus poderes e representava sua pessoa, pensavam por aquela via redimir-se de culpa?' Acrescentou que todos tinham sido traidores, e que, dado o caso de que achassem a terra, e que fosse melhor que o Peru, o primeiro bacharel que lá viesse cortaria-lhes a cabeça a todos; que não pensassem tal, mas que todos vendessem suas vidas antes que as retirassem; que boa terra era o Peru, e boa jornada, e que lá tinham muitos amigos que os ajudariam, e que isto era o que a todos convinha. (...)

Neste mesmo lugar, poucos dias depois, o tirano Lope de Aguirre, mestre de campo, fez juntar toda a gente diante da porta de dom Fernando, seu general (...) e, junta toda a gente de campo, Lope de Aguirre fez-lhes o seguinte raciocínio:

'Senhores: vossas mercês já sabem e viram como o outro dia, por geral consentimento, fizemos a dom Fernando de Guzmán general, e o assinamos de nossos nomes, e que a alguns que não quiseram assinar nem ser deste parecer, lhes temos feito e fazemos o mesmo tratamento que a nossos irmãos, e repartimos com eles as capas; e se algum de vossas mercês, dos que o outro dia assinaram, se arrependeu, digam-no sem temor algum, que o mesmo faremos com eles'. E todos os que ali estavam disseram que queriam seguir o começado, pois lhes era forçoso, por muitas razões, não dizer outra coisa; e depois disto disse: 'que para que a guerra tivesse melhor fundamento e maior autoridade, convinha que fizessem e tomassem por seu príncipe a dom Fernando de Guzmán a partir de então, para coroá-lo por rei ao chegar ao Peru, e que para fazer isto era mister que se desligassem dos reinos da Espanha, e negassem a vassalagem que deviam ao rei dom Felipe, e que ele desde ali dizia que não o conhecia nem o havia visto, nem queria nem o tinha por rei, e que escolhia e tinha por seu príncipe e rei natural a dom Fernando de Guzmán, e como a tal ia beijar-lhe a mão, e que todos o seguissem e fizessem o mesmo'. E logo foi para uma casa, com todos atrás dele, na qual estava dom Fernando, e primeiro Lope de Aguirre e depois todos os demais lhe pediram a mão e o chamaram de excelência, e ele abraçava a todos e não dava a mão a ninguém. Mostrou prazer e folgou-se com o novo nome e ditado. Logo pôs casa de Príncipe, com muitos oficiais e gentil-homens; comeu só a partir de então, e servia-se com cerimônias. Cobrou alguma gravidade com o novo nome; deu novas condutas a seus capitães, assinalando salários de dez e de vinte mil pesos em sua caixa e fazendas, e suas cartas começavam desta maneira: 'Dom Fernando de Guzmán, pela graça de Deus, príncipe de Terra Firme e Peru, e governador do Chile'. (...)

Ao cabo de três meses que tinham estado nesta povoação dos Bergantines, na qual passaram todas as coisas que foi dito, acabaram-se dois navios rasos, sem cobertas nem obras mortas, grandes e formosos, porque, segundo diziam, em cada vaso podiam armar navios de trezentos tonéis, e partiram dali com o propósito de ir a tiranizar o Peru; e a ordem que eles diziam que teriam, era procurar sair ao mar com a maior brevidade, e pela necessidade que levavam de mantimentos, tomar terra na ilha Margarita, e em três ou quatro dias tomar a comida e água necessária, e partir para Nombre de Dios, e tomar porto em um rio que chamam do Saquees, muito próximo de Nombre de Dios, e dali, de noite, ir por terra ao povoado, e antes que os sentissem, tomar o porto e serra de Capixa, que é a passagem para o Panamá, para que ninguém pudesse dar aviso; e tomada esta passagem com alguma gente, os demais dar sobre o povoado de Nombre de Dios, tomá-lo e roubá-lo e abrasá-lo e matar a todos os suspeitosos; e logo, sem maior demora ir sobre o Panamá e fazer o mesmo, e tomar todos os navios que houvesse no porto, para que não tivessem aviso no Peru de sua vinda, e levar toda a artilharia que houvesse em Nombre de Dios, e fazer ali uma galera e outros navios de armada; e diziam eles que ali haveriam de juntar-se-lhes a gente de Veragua e outros muitos espanhóis de Nicarágua e outras partes, e mais de mil negros, a quem eles deviam dar armas e liberdade; e com estes adereços e gente de guerra, diziam que, em muito poucos dias, haviam de

ter todo o Peru por seu; o qual já haviam começado a repartir entre eles, não apenas as repartições, mas ainda as mulheres dos vizinhos, todas as que eram bonitas: cada um escolhia para si a que mais lhe agradava. (...)

Partidos desta povoação dos Bergantines foram aquele dia a outra povoação desta mesma província, e dali foi a armada por um braço do rio que vai sobre a mão esquerda, desviando-nos da terra firme da mão direita, que sempre tínhamos costeado. (...)

Passada a Páscoa de Ressurreição partimos deste povoado e caminhamos outro dia, e à tarde demos em outra povoação de índios, maior que nenhuma das que até aqui topamos, porque tinha mais de duas léguas de comprimento; as casas enfileiradas uma a uma, prolongadas pela barranca do rio, e os índios tinham fugido do povoado e nos tinham deixado as casas com infinita comida de milho. Estes índios andam totalmente nus; têm as mesmas armas dos de acima; suas casas são quadradas e pequenas, cobertas de palha. Nas costas desta povoação, a um tiro de balestra da barranca do rio, há uma lagoa ou esteiro grande, em que ainda assim vai prolongado o povoado pelas costas, de maneira que este povoado está como em uma longa e estreita ilha. A terra é quase toda alagadiça, exceto as casas e algumas sementeiros pequenas junto a elas. Há aqui muitos pernilongos, e muita comida, e há um gênero de vinho, confeccionado com muitas coisas, que os índios bebem. Os índios põem uma espécie de mazamorra (2) espessa a amadurecer em tigelas grandes, algumas de vinte arrobas e mais, e nestas tigelas ferve, à maneira de vinho de Espanha, até que está pronto; então o retiram e coam, pondo-lhe alguma água, e o bebem. É tão forte, que embebeda se não o misturam com muita água. (...)

Terminados totalmente os bergantins, já que queriam partir daquela povoação, o mestre de campo determinou matar a seu Príncipe e a todos os capitães da consulta já mencionada, para o que, uma noite, juntou o maior número de gente que pôde, assim de seus amigos como de outros (...). E outro dia, ao amanhecer, deixando guarda nos bergantins, foi com todos seus amigos à casa de seu Príncipe, que disto estava descuidado; e levava consigo toda a gente que no caminho encontrava, e dizia a todos que ia castigar a certos amotinados, e que ao Príncipe, seu senhor, todos o guardassem e acatassem com a reverência possível. Somente havia se comunicado com Martín Pérez, sargento-mor, e com Juan de Aguirre, seus grandes amigos, que nas costas dos outros, matassem também a dom Fernando. E no caminho, antes de chegar à pousada de seu Príncipe, este cruel tirano matou, com suas próprias mãos, a um clérigo de missa, chamado Alonso de Henao, o qual encontrou deitado em sua cama, e lhe deu uma estocada que lhe atravessou todo o corpo e a cama, até enfiar a espada na cançada; e sem deter-se mais foi com muita pressa à casa de seu Príncipe, o qual se encontrava na cama, e com o barulho que faziam, já que chegavam à porta se levantou em camisa, e vendo seu mestre de campo adiante, dizem que lhe disse: 'Meu Pai, que é isso?', e o tirano disse-lhe que se mantivesse quieto, e ele e seus amigos mataram

ao capitão Miguel Serrano, e a Gonzalo Duarte, e a Baltasar Toscano, e, às voltas, Martín Pérez e Juan de Aguirre mataram a seu Príncipe dom Fernando a estocadas e arcabuzadas; e assim feneceu a loucura e vanidade de seu Principado, e pereceu ali a gravidade que tinha tomado, e todas suas contas lhe saíram vãs. (...)

Logo depois de dois dias que os tiranos mataram a seu Príncipe, saíram daquele povoado e assento, e caminhamos pelo rio abaixo oito dias e sete noites sem parar. Aqui apareceram, sobre a mão direita, uma cordilheira não muito alta, de savanas e serras peladas. Havia nesta cordilheira grandes sinais de fumaça, e divisamos algumas povoações nas margens do rio. Os guias diziam que ali estava Omagua e a boa terra que eles sempre nos haviam dito. (...)

Ao final deste tempo demos em uma povoação grande de índios, que está sobre a mão direita numa barranca muito alta do rio. São estes índios despídos e flecheiros; são caribes; chamam-se os Aruaquinas; são de boa aparência; têm erva muito daninha, e casas de adoração para seus ritos e sacrifícios, e na porta de cada casa existem dois sacrificadeiros, onde nos pareceu que devem degolar aos índios que sacrificam. Em um está pintado em uma tábua um sol e figura de homem, que representa aos homens, e no outro que tem pintada a lua e uma figura de mulher, às mulheres. Estão todos cheios de sangue humano, segundo nos parece, e isto deduzimos por conjeturas; porque não tivemos a quem perguntar, por falta de língua. (...)

Nesta povoação reconhecemos a maré que sobe até ela, e ainda se acreditou que muito mais acima antes desta povoação, que serão mais de duzentas léguas antes de chegar ao mar. Quando chegamos a esta povoação fugiram-nos os guias que trazíamos desde o Peru, que eram certos índios brasileiros dos que já foi dito que subiram por este rio; pelo que nos pareceu que os índios desta povoação fossem dos brasileiros, que devem estar perto deles, porque de outra forma os guias não ousariam fugir entre índios que comem carne humana. (...)

Partidos desta povoação que nós chamamos de Jarcia, fomos pelo rio abaixo cinco ou seis dias (...).

Chegamos a umas casas fortes que por ali têm os índios, feitas de caniçada, altas e cercadas de tábuas de palma, e no alto têm troneiras para flechar, e desde ali os índios nos feriram a quatro ou cinco espanhóis, de vinte que se tinham adiantado com um caudilho, e os fizeram retirar-se, e quando a armada chegou a esta casa os índios já tinham fugido. Não achamos comida nenhuma, nem nas casas, nem sementeiros; pelo que nos pareceu que estes índios se sustentam apenas com peixe, ou que com ele resgatam a demais comida. Entre outras coisas, achamos aqui sal cozido, que foi o primeiro que vimos em todo o reino desde os Caperuzos até aqui, que serão mil e trezentas léguas, pois os índios não o conhecem nem o comem.

Partidos daqui, andamos perdidos entre muitas ilhas e braços do rio, que não sabíamos para onde corria, porque as correntes, com as marés, eram tão grandes e tão continuas tanto acima como abaixo, e os pilotos e gente do mar que ali havia estavam desatinados e não entendiam o rio nem conheciam as marés. Alguns deles saíram a reconhecer umas pontas em duas pirogas que levávamos, e ao cabo de muitas

(2) N.T. Papa de milho com açúcar ou mel, muito usada no Peru.

dúvidas e pareceres, pois uns diziam que haviam de ir a um cabo e outros a outro, foi Deus servido que acertamos a caminhar. Demos em uma povoação pequena de índios, que estava povoada em uma ilha de savana, na barranca do rio. Os índios desta povoação nos saíram de paz e resgataram conosco. São estes índios despídos, e trazem nos pés umas solas de couro de veado, atadas com cordas, à maneira das *ojotas* (3) do Peru. Estes índios usam cortar os cabelos em linhas redondas, à maneira de coroa de frades, exceto que este espaço da coroa está cheio de cabelos. (...) Partidos desta povoação, às vezes perdendo-nos e às vezes acertando, chegamos ao mar, sem encontrar mais povoações nem índios, apesar de que desde aqui, na cordilheira da mão esquerda já mencionada, vimos grandes sinais de fumaça e savanas (...). Desde a boca deste rio até a ilha Margarita estivemos dezessete dias, de modo que desde que nos atiramos ao rio no estaleiro com nosso governador Pedro de Ursúa, até chegar à Margarita, demoramos desde o vinte e seis de setembro de mil quinhentos e sessenta e um, que são dez meses; dos quais caminhamos pelo rio e por mar três meses e vinte dias, que são cento e dez jornadas, pouco mais

(3) N.T. Espécie de sandália feita de couro ou de filamento vegetal que usam os índios dos Andes.

ou menos; noventa e três ou quatro pelo rio, e as dezessete pelo mar. Toda a maior parte do tempo, que são seis meses, nos detivemos em fazer os bergantins e em procurar comida e descansar. (...) Tem a boca deste rio, segundo os pilotos que o navegaram conosco, quase oitenta léguas, e todas de água doce. A boca é, ao que parece, uma só. Tem mais de mil ilhas perto da boca do mar, e a maior parte destas ilhas são alagadiças, e com a grande quantidade de água das crescentes de cima e as marés inundam e cobrem as ditas ilhas e grande parte da terra à redonda; e acabadas as ditas ilhas, antes que entre no mar, se junta toda por um braço só e entra no mar. Conhece-se a maré mais de duzentas léguas acima do mar, e desde que acaba de minguar junto ao mar, descobre tanta terra e ilhas que parece impossível que voltará a cobrir tudo aquilo que descobriu. Quando começa a crescer vem a maré com tanta velocidade e ruído, que se ouve a mais de quatro léguas, e com uma onda de água levantada para cima, mais alta que uma grande casa, que põe temor de morte. As pessoas do mar chamam a isto macaréu, e é muito perigoso. Outras muitas coisas e grandezas se poderiam contar, que pela brevidade as deixo." *

* Tradução do espanhol para o português de Gisele Jacon.

Cristóbal de Acuña.
A Expedição de Pedro Teixeira
(1639-1640)

O capitão Pedro Teixeira, que aparece frequentemente na fase inicial da história da ocupação portuguesa da Amazônia combatendo franceses, foi encarregado pelo governador do Estado do Maranhão, Jacome Raymundo de Noronha, de expandir a presença portuguesa pelo vale do Amazonas. Esta missão foi tornada mais urgente pela chegada a Belém de dois leigos franciscanos de Quito, Frei Domingos de Brieva e Frei André de Toledo, entre 1636 e 1637. Em fins de outubro de 1637, a expedição de Pedro Teixeira partiu de Cametá, no Tocantins, via de acesso ao baixo Amazonas através de Igarapé Mirim, fazendo escalas em Gurupá e no rio Negro, onde deixou parte de sua expedição. Essa se compunha de setenta soldados portugueses e mil e duzentos índios acompanhados de mulheres e crianças. A flotilha compunha-se de mais de setenta grandes canoas. Passado

o rio Negro, a expedição subiu o Solimões até o Napo que, na viagem de volta, seria objeto de um ato formal de tomada de posse em nome da coroa portuguesa.

Sabe-se que a união das coroas portuguesa e espanhola, entre 1580 e 1640, não impediu a expansão dos súditos portugueses na América sobre os territórios formalmente sob domínio espanhol, nem sempre de modo pacífico, como testemunham as incursões dos bandeirantes paulistas na primeira metade do século XVII. Nos últimos anos da subordinação de Portugal à coroa espanhola, os intentos expansionistas na Amazônia tornaram-se claros, como testemunha a viagem de ida e volta de Pedro Teixeira. Na etapa final, esta expedição subiu o rio Napo e, depois, por terra, através da cordilheira dos Andes, atingiu Quito.

Alonso de Rojas foi o cronista da viagem contra a corrente do Amazonas. Alguns trechos de seu relatório esclarecem os incidentes e propósitos da expedição:

* Alonso de Rojas, "Descubrimiento del Rio de las Amazonas con sus dilatadas provincias". Manuscrito que se encontra na Biblioteca Real de Paris, com cópia na Biblioteca Nacional de Madri, códice Q 196. A edição utilizada é: "Relação do descobrimento do Rio das Amazonas, hoje S. Francisco de Quito e declaração do mapa onde está pintado", em *Descobrimientos do Rio das Amazonas*, Rio de Janeiro - São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1941: 81-124.

"RELAÇÃO DO DESCOBRIMENTO DO RIO DAS AMAZONAS, HOJE S. FRANCISCO DE QUITO E DECLARAÇÃO DO MAPA ONDE ESTÁ PINTADO.

(...) É este o famoso rio das Amazonas que corre e banha as terras mais férteis e povoadas que possui o reino do Peru e sem usar de hipérboles, o podemos qualificar pelo maior e mais célebre rio do Orbe. (...)

A causa do descobrimento foi a seguinte:

Muitas vezes houve o desejo e a inquietude de descobri-lo, tanto pelo mar como pelos reinos de Quito e nunca chegaram a navegá-lo todo. Os muitos que o tentaram não chegaram a cumprir os seus desejos.

Afinal o zelo pela salvação das almas pôde mais que a cobiça do ouro.

Lançando-se rio abaixo alguns religiosos em companhia de soldados espanhóis, cujo caudilho era o capitão João de Palácios, chegaram à província dos Encabelados, muito numerosos, onde se alojaram, desejosos os religiosos de fazer a sua conversão e os espanhóis de ajudá-los.

Dali, por justos motivos, voltaram a Quito alguns dos religiosos, outros ficaram com os espanhóis. Em certo encontro que com eles tiveram os índios, foi morto o capitão João de Palácios.

Achando-se sem chefe, desampararam a província, dividindo-se em dois bandos. Alguns dos religiosos e parte dos soldados voltaram para Quito; outros seis soldados com dois religiosos leigos, chamados Fr. André de Toledo e Fr. Domingos de Brieva, deixaram-se levar pela correnteza do rio, numa canoa, sem outra intenção, ao que penso, mais que levados por divina inspiração e obrigados pela falta de mantimentos. (...) Chegaram os religiosos e soldados, depois de muitos dias de navegação, ao Grão-Pará, povoação de portugueses, e dali passaram ao Maranhão, cabeça do governo. E resultou de sua chegada que o governador português daquelas províncias enviou uma armada de 47 canoas, com general, soldados e muitos índios, ao descobrimento certo do rio, os quais chegaram a Quito, como depois diremos. (...)

Nestas povoações de portugueses há poucas mulheres que sejam de sua qualidade. Se viessem de Espanha, seriam bem recebidas.

Os índios que estão reduzidos nas terras que os portugueses possuem, e os que são amigos e podem, convertidos, receber a fé católica, são mais de um milhão. Falam diferentes línguas e entendem todos uma língua geral que corre toda a costa do Brasil. Muitas nações de índios do rio das Amazonas, subindo pelo rio mais de 400 léguas, também entendem esta língua. (...)

Com a chegada dos dois religiosos de S. Francisco e dos seis soldados, com as notícias que deram do rio que tinham navegado, determinou o Governador enviar gente prática que o descobrisse inteiro e chegasse até à cidade de Quito. Para isto nomeou por general deste descobrimento a Pedro Teixeira, o qual com 47 canoas de muito porte e com 70 soldados portugueses e 1.200 índios de voga e guerra, que com as mulheres e os meninos de serviço seriam ao todo 2.500 pessoas, partiram do Grão-Pará no descobrimento do rio em princípios de agosto do ano de 1637.

Durou a navegação até chegar a Quito tanto tempo, porque vinham com grande vagar descobrindo os rios e marcando os portos.

O piloto-mor, que tem medida todas as jornadas e distâncias, diz que se poderá navegar o rio, subindo por ele, em dois meses.

Todo este rio das Amazonas, nas ilhas, nas margens e terra adentro, está povoado de índios e tantos em número, que para dar uma idéia da sua multidão disse o piloto-mor desta armada, Bento da Costa, homem prático nestes descobrimentos, que navegou o rio e todos os que nele entram até chegar a Quito, marcando a terra e anotando suas propriedades, que são tantos e sem número os índios, que se do ar deixassem cair uma agulha, há de dar em cabeça de índio e não no solo. Tal é a sua quantidade, que não podendo caber em terra firme, se arrojaram para as ilhas.

Não só o rio das Amazonas está tão povoado de gente, mas também os rios que nele desaguam, pelos quais navegou o dito piloto três e quatro dias, e disse que cada rio é um reino muito povoado e o rio grande um mundo inteiro, maior que o até agora descoberto em toda a América. De modo que tem por certo que são mais os índios destes rios que todo o resto das Índias descoberto; porque as províncias são sem conta e o interior da terra está tão povoado como as margens, de sorte que se todos os sacerdotes que há hoje nas Índias se ocupassem no trabalho de tão extensa vinha, estariam bem ocupados e faltariam ministros. (...)

As nações que habitam no rio principal e seus tributários são muitas e diferentes em costumes; em sua maioria não são belicosas. Algumas têm coragem, mas nenhuma delas é muito brava nem fera. Isto se entende para o descoberto, porque não há notícia das demais nações que habitam a terra firme. Todos são idólatras que adoram deuses falsos. Não têm ritos nem cerimônias para venerá-los, nem templos de seus ídolos, nem sacerdotes.

Temem aos feiticeiros, aos quais consultam, e estes ao Demônio, de quem recebem oráculos, e com embustes enganam aos miseráveis índios.

Quase todas estas nações andam nuas, os homens de todo o corpo, as mulheres da cintura para cima, tapando o restante com umas como tangas

Os índios *Omaguas* vestem camisetas e mangas de algodão pintadas com pincel e de diversas cores, azul, amarelo, alaranjado, verde e vermelho, muito finas, de onde se conclue que há madeira ou ervas de tinta. (...)

Muitas vezes, no tempo que durou a navegação desta pequena armada, vieram a ela índios em grande quantidade, com canoas pequenas, mostrando-se afáveis com os portugueses. Embora a princípio os temessem, pela novidade da gente, que nunca tinham visto, e aos quais chamavam *filhos do sol*, depois que comunicavam com os soldados e deles recebiam algumas bugigangas, como facas, anzóis e muitas vezes pedaços de pano rasgado, que punham como relíquia no pescoço, lhes traziam depois sortimento de milho, mandioca, bananas, canas doces e muito peixe, tudo isto em abundância e liberalmente, sem pedir pagamento.

Os índios nunca atacavam os espanhóis no rio nem fora dele, e se alguma vez saltavam em terra os soldados e entravam pelos montes cerca de uma légua a descobrir a terra, iam adiante índios amigos, aos quais atacavam os da terra, mas em chegando os soldados, fugiam os inimigos e depois, chamados, vinham de paz e ofereciam sustento com liberalidade. (...)

A volta da expedição de Pedro Teixeira, de Quito a Belém, às vésperas da independência de Portugal da coroa espanhola, foi acompanhada e narrada pelo jesuíta Cristóbal de Acuña, que publicaria em Madri, em 1641, ano seguinte à restauração portuguesa, um livro de grande repercussão na época, intitulado *Nuevo Descubrimiento del Gran Rio de las Amazonas*. As tensões políticas entre Espanha e Portugal permeiam todo o livro e encontram seu clímax na declaração final do jesuíta sob o título "Memorial presentado en el Real Consejo de las Indias, sobre el dicho descubrimiento después de la rebelión de Portugal" (1):

* "Nuevo descubrimiento del gran Rio de las Amazonas. Por el Padre Cristóbal de Acuña, Religioso de la Compañía de Jesus, y Calificador de la Suprema General Inquisición. Al qual fue, y se hizo por orden de su Magestad, el año de 1639. Por la Provincia de Quito en los Reynos del Perú. Al Excellentissimo Señor Conde Duque de Olivares. Con licencia, en Madrid, en la Imprenta del Reyno, año de 1641" (1ª edição). A edição utilizada é: *Descobrimientos do Rio das Amazonas*, Rio de Janeiro - São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1941: 125-286.

(1) ACUÑA, 1941: 287-294.

"NOVO DESCOBRIMENTO DO GRANDE
RIO DAS AMAZONAS
PELO
PADRE CRISTOBAL DE ACUÑA, S.J.

(...)Resolução do vice-rei do Peru

Recebida naquela Real Audiência de Quito a notícia, que bastava para dar plano concreto do muito que às duas Majestades Divina e humana importava acudir com brevidade ao bom êxito de negócio tão importante, não se atreveram os senhores Presidente e Ouvidores a resolver coisa alguma, sem primeiro dar conhecimento ao Vice-Rei do Peru, que era então o Conde de Chinchón.

Este, depois de consultar sobre o assunto a gente mais ponderada da cidade de Lima, Corte daquele Novo Mundo, resolveu por carta sua ao Presidente de Quito (que era o licenciado D. Alonso Perez de Salazar), datada de dez de novembro de seiscentos e trinta e oito, que o Capitão Pedro Teixeira voltasse logo com toda a sua gente à cidade do Pará, pelo mesmo caminho por onde tinha vindo, dando-se-lhe todo o necessário para a viagem, pela falta que tão bons capitães e soldados fariam sem dúvida naquelas fronteiras, que de ordinário são infestadas pelo inimigo Holandês, mandando juntamente que, se fosse possível, se dispusessem as coisas de modo que fossem em sua companhia duas pessoas dignas, às quais se pudessem dar fé pela Coroa de Castela, de todo o descoberto e do mais que na viagem de volta se fosse descobrindo. (...)

Rio Putumayo e nações que há nele e no Yetaú

A dezesseis léguas destas aldeias, da banda do Norte, desemboca o grande rio Putumayo, bem conhecido no Governo de Popayan, por ser tão caudaloso que, antes de desaguar no das Amazonas, entram nele trinta caudalosos rios: chamam-no os naturais destas paragens Uçá. (...)

A cinquenta léguas desta boca, do lado contrário, encontramos a de um formoso e caudaloso rio, que trazendo sua origem de perto de Cuzco, morre no das Amazonas à altura de três graus e meio; chamam-no os naturais Yetaú, e tem entre eles muito renome, tanto por suas riquezas como pela multidão de nações que sustenta, como são os Típunas, Gunarús, Ozuanas, Morúas, Naunas, Conomonas, Marianas e os últimos, que mais se avizinham dos Espanhóis que povoam o Peru, são os *Omaguas*, que dizem ser gente riquíssima de ouro, que trazem, em grandes placas, pendentes das orelhas e narizes, e se não me engana a memória, segundo o que li na história do tirano Lope de Aguirre, era esta a província dos *Omaguas*, a cujo descobrimento ia Pedro de Ursúa, enviado pelo Vice-rei do Peru, pela fama, que havia corrido, de seus muitos haveres. Mas o não encontrar-se com ela nasceu de que, tomando a sua entrada por um braço do Rio que sai algumas léguas mais abaixo, quando desembocou no das Amazonas, já ficavam estas Nações tão acima, que lhe foi impossível voltar a elas, receoso do ímpeto das correntes, e principalmente pelo pouco prazer com que seus soldados hesitavam. (...)

Província de Yoriman

Duas léguas mais abaixo começa a mais conhecida e belicosa Nação de todo o rio das Amazonas, e que, em sua primeira entrada, atemorizava a Esquadra Portuguesa: — a de Yoriman. Está da banda do Sul, ocupando não só a terra firme de suas margens mas também grande parte de suas ilhas. Embora não conte senão pouco mais de sessenta léguas de extensão, como se aproveita das ilhas e terra-firme, é tão sobrada de gente que em parte alguma vimos reunidos mais bárbaros do que nela. São comumente mais bonitos e de porte mais gracioso que os outros. Andam nus, e logo se percebe que confiam no seu valor, pois com grande segurança entravam e saíam do nosso acampamento, vindo todos os dias ao Real mais de duzentas canoas cheias de meninos e mulheres, com frutas, peixes, farinhas e outras coisas que trocávamos por avelórios, agulhas e facas. (...)

Uma aldeia de mais de uma légua de extensão

A vinte e duas léguas da primeira aldeia de Yoriman está situada a maior que encontramos em todo Rio, ocupando as suas casas mais de uma légua de extensão e como não vive em cada casa uma família só, como acontece ordinariamente em nossa Espanha, mas que pelo menos se abrigam debaixo de cada teto quatro ou cinco, e muitas vezes ainda mais, disso se poderá deduzir a multidão de toda esta aldeia, que nos esperou pacífica em suas casas, sem fugir ninguém, dando-nos todos os mantimentos que precisamos, e que já faziam falta ao exército. (...)

Rio Basururú e suas nações

A trinta e duas léguas donde deságua este rio Cuchiguará, o faz, também da banda do Norte, um outro, chamado entre os naturais de Basururú, que dividido, pela terra adentro em grandes lagos, a tem toda partida em muitas ilhas, todas povoadas por infinitas nações.

São terras altas, e que nunca se anegam, por maiores que sejam as inundações; são muito férteis em mantimentos, tanto de milho, mandioca e frutas como de caça e peixes, com o que os naturais vivem fartos e se multiplicam cada dia mais.

Chamam-se em geral todas as nações, que habitam este dilatado rio, Carabayanas. (...)

Usam estes Índios de arco e flecha; há entre alguns deles ferramentas de ferro, como sejam machados, machetes, podões e facas. Perguntando com cuidado, pelos línguas, de onde lhes vêm, respondem que as compram dos naturais que por ali estão mais próximos do mar, aos quais as dão uns homens brancos como nós, que usam as nossas mesmas armas, espadas e arcabuzes, que na costa do mar têm sua residência e que só se distinguem de nós no cabelo, que todos os têm amarelos, sinais suficientes para podermos concluir com clareza que são os Holandeses, que para as bandas do Rio Doce, ou Felipe, há dias tomaram posse. (...)

Rio Negro

Menos de trinta léguas completas abaixo de Basururú, do mesmo lado do Norte, na altura de quatro graus, sai ao encontro do das

Amazonas o maior e mais formoso rio, que em mais de mil e trezentas léguas lhes presta vassalagem. (...)

Chamaram os Portugueses, e com muita razão, a este grande rio o Negro, porque em sua boca e muitas léguas para dentro, a muita profundidade que tem e a limpidez da água que para ele flui de imensos lagos, fazem parecer tão negras as águas profundas, como se de propósito fossem tintas, embora fora do seu natural sejam cristalinas.

Nas cabeceiras faz o seu curso de Oeste para Leste, embora as voltas sejam tantas, que em distâncias muito curtas muda de rumo com freqüência; o que traz por muitas léguas, antes de entrar no das Amazonas, é o de Poente para Oriente. Chamam-no os naturais que o habitam — Curiguacurú.

Mas os Tupinambás, dos quais depois falaremos, lhe puseram o nome de Uruna, que em sua língua quer dizer água negra.

Como também chamaram ao principal das Amazonas Paranaguacú, que significa rio grande, para distingui-lo de outro menor, mas muito caudaloso, que chamam Paranamirí, isto é, rio pequeno, que deságua da banda do Sul, uma légua antes do rio Negro, e que afirmam ser muito povoado de diversas nações, a última das quais anda vestida e usa chapéu, sinal certo de que confinam com os Espanhóis do Peru. (...)

Continua a viagem do rio Madeira

(...) demos com o grande rio da Madeira, assim chamado pelos portugueses, pela muita e grossa que trazia quando por ele passaram, mas o seu verdadeiro nome entre os naturais, que o habitam, é Cayari.

Desce da banda do Sul e, segundo o que averiguamos, se forma de dois caudalosos rios que juntam algumas léguas para dentro, pelos quais, segundo boas demarcações e segundo as informações dos Tupinambás, que por ele desceram, é por onde, e mais depressa que por qualquer outra parte, se há de descobrir saída para os mais próximos rios da comarca de Potosi. (...)

Ilha Grande dos Tupinambás

A vinte e oito léguas da boca deste rio, caminhando sempre pela mesma banda do Sul, está uma formosa ilha, que tem sessenta de comprimento e por conseguinte mais de cem de circuito, toda povoada pelos valentes Tupinambás, gente que das conquistas do Brasil, em terras de Pernambuco, saíram derrotados há muitos anos, fugindo do rigor com que os Portugueses os iam subjugando.

Saíram em grandíssimo número, que, depovoando ao mesmo tempo oitenta e quatro aldeias onde estavam situados, não ficou de todos eles nenhuma criatura que não trouxessem em sua companhia.

Seguiram, tendo sempre à mão esquerda as fraldas da Cordilheira que, vindo desde o estreito de Magalhães, cinge toda a América, e passando pelas cabeceiras de quantos rios correm dela para o Oceano, chegaram alguns a encontrar-se com os Espanhóis que habitam nas nascentes do rio da Madeira.

Estiveram com eles algum tempo, e como um espanhol açoitou a um deles, por lhe terem morto uma vaca, aproveitando-se da ocasião

do Rio, arrojaram-se todos por suas correntes, vindo a dar na ilha que atualmente habitam.

Falam estes Índios a língua geral do Brasil, que também é corrente entre quase todos os das conquistas do Maranhão e Pará.

Dizem também que, como saíram tantos, não podendo por aqueles desertos sustentar-se todos juntos, se foram dividindo em tão dilatado caminho, que será pelo menos de novecentas léguas, ficando uns a povoar umas terras e outros outras, dos quais sem dúvida estarão bem cheias todas aquelas Cordilheiras.

São gente de grande coragem na guerra, e bem o mostraram os que chegaram a estas paragens, onde agora residem, pois sendo eles, sem comparação, muito menos numerosos que os naturais deste Rio, de tal modo os devastaram e submeteram a todos aqueles com quem tiveram guerras, que destruindo nações inteiras, a outras obrigaram a deixar suas casas com medo, indo como peregrinos para estranhas terras. (...)

Duas notícias das Amazonas

Com o referido também por estes Tupinambás, confirmamos as largas notícias que trazíamos por este Rio sobre as afamadas Amazonas, das quais tomou o nome desde os seus primórdios, não o conhecendo por nenhum outro, senão por este, todos os Cosmógrafos que dele até hoje trataram. (...)

Rio das Amazonas

A trinta e seis léguas desta aldeia, correndo rio abaixo, está da banda do Norte o das Amazonas, que com o nome de Rio Canuris é conhecido entre aqueles naturais.

Toma este Rio o nome dos primeiros Índios que sustenta em sua foz, aos quais se seguem os Apontos, que falam a língua geral de todo o Brasil. Atrás destes estão situados os Taguais, e os últimos, que são os que têm relações com as próprias Amazonas, são os Gacarás.

Estas mulheres varonis têm sua sede entre grandes montes e altíssimos cerros, dos quais o que mais se alteia entre os outros, e que, como o mais soberbo, é combatido dos ventos com mais rigor, pelo que sempre se mostra descalvado e limpo de vegetação, se chama Yacamiaba.

São mulheres de grande coragem, e que sempre se conservaram sem o comércio ordinário de varões, e mesmo quando estes, pelo acordo que têm com elas, vêm uma vez por ano às suas terras, recebem-nos com as armas nas mãos, que são arco e flechas, que atiram durante algum tempo, até que cientes de que vêm de paz os conhecidos, deixando as armas, acodem todas às canoas ou embarcações dos hóspedes, e tomando cada qual a rede que encontra mais à mão, que são as camas em que eles dormem, a levam para casa, e pendurando-a em sítio onde o dono a reconheça, o recebem por hóspede aqueles poucos dias, passados os quais eles voltam para as suas terras, repetindo-se todos os anos esta viagem pela mesma época. (...)

Rio e nação dos Tapajozes

A quarenta léguas deste estreito desemboca, pela banda do Sul, o vistoso rio dos Tapajozes, tomando o nome da Nação e Província que sustenta em suas margens, que é muito povoada de bárbaros, com boas terras e abundantes mantimentos.

São estes Tapajozes gente de brios, muitas vezes temida pelas nações circunvizinhas, porque usam tal peçonha em suas flechas, que só com o chegar a fazer sangue, tiram sem remédio a vida.

Por este mesmo motivo os próprios Portugueses lhes temeram o comércio por muito tempo, desejando atraí-los por bem à sua amizade, à qual nunca se chegaram de todo, porque os obrigavam com ela a sair do seu natural, vindo a instalar-se entre os já pacificados, coisa que sentem muito estas Nações. Embora em suas terras recebessem com bom agasalho aos nossos, como verificamos, quando acampados perto de uma aldeia sua, de mais de quinhentas famílias, de onde não cessaram, durante o dia inteiro, de vir trocar patos, galinhas, redes, peixes, farinhas, frutas e outras coisas e com tanta confiança, que mulheres e meninos não se afastaram de nós, prometendo que, se os deixassem em suas terras, poderiam os Portugueses em boa hora vir a povoá-los, que os receberiam e serviriam em paz para sempre.

Opressão que fizeram os Portugueses

Não bastaram os humildes oferecimentos destes Tapajozes para que fossem admitidos ou pelo menos tratados com cordura e conveniência, pois isto não convinha a pessoas tão interessadas, como são as destas conquistas, e que só arrostando dificuldades com a cobiça de escravos que venham a conseguir. Suspeitando que esta Nação tivesse muitos a seu serviço, tentaram com toda violência ir oferecer-lhes crua guerra, sob o pretexto de que eram rebeldes. (...)

Ordena-lhes que entreguem todas as flechas ervadas de peçonha, que tinham, e que era do que mais se podia recear, no que os míseros obedeceram prontamente; e vendo-os agora desarmados, agarra grande quantidade de bárbaros e, encerrando-os todos em um curral, com guarda suficiente, dá liberdade aos Índios amigos que levava (que para fazer mal é cada qual um diabo solto) e que, em pouco tempo saquearam toda a aldeia, sem deixar coisa nela que não fosse devastada, aproveitando-se, como me contou uma testemunha de vista, das mulheres e filhas dos aflitos presos, à vista de seus próprios olhos; e fazendo coisas que, me assegurou esta pessoa que é bem antiga naquelas conquistas, para não as presenciar, não só deixaria de comprar escravos, mas daria de quebra os que possuía. (...)

Rio Genipapo

Não promete menos tesouros, segundo as notícias comuns, o rio Genipapo, que, correndo pela mesma banda do Norte, desemboca no das Amazonas setenta léguas abaixo da aldeia de Curupatuba, do qual falam tanto os Índios, e do muito ouro que se pode recolher em suas margens, que a ser assim, só este rio deixará atrás, com seus haveres, aos maiores de todo Peru.

As terras que este rio rega são da Capitania de Bento Maciel Parente, Governador do Maranhão, que além de serem elas sós maiores que

toda a Espanha junta, e haver nelas muitas noticias de minas, têm pela maior parte o solo mais fértil e para dar maiores proveitos e melhores frutos do que quantas há neste imenso rio das Amazonas. (...)

Rio dos Tocantins

Atrás do Comutá desemboca o rio dos Tocantins, que, embora naquelas partes goze fama de rico, e ao que parece com algum encarecimento, ninguém conheceu o seu cabedal, senão os Franceses que, quando povoavam suas costas, carregavam naus com a terra que tiravam de suas margens, para beneficiá-la na sua, enriquecendo-a, sem atrever-se nunca a mostrar tais tesouros aos Bárbaros que nele habitam, receosos de que, tomando eles conhecimento do quanto valia, sem dúvida a defenderiam com as armas, para se não deixarem espoliar de tantas riquezas. (...)

O Pará

A trinta léguas do Comutá tem sua sede a fortaleza do Grão-Pará, povoada e governada pelos Portugueses.

Há nela um Capitão-mor, que comanda todos os daquela Capitania, e a quem estão sujeitos outros três Capitães de infantaria, que aí de ordinário assistem com as suas companhias, para a defesa daquela praça.

Mas tanto estes como aquele obedecem em tudo ao Governador do Maranhão, que tem a sua sede a mais de cento e cinquenta léguas, costa acima, para o Brasil, o que traz graves inconvenientes ao Governo do Pará. Se este rio se povoar, fique este como seu dono, como quem tem na mão a chave de tudo.

Posto que em verdade o sítio onde está presentemente não seja, na opinião de muitos, o melhor que se podia escolher, tendo de ir este descobrimento adiante, será fácil mudá-lo para a Ilha do Sol, quatorze léguas mais para o mar, situação na qual todos têm os olhos pela muita comodidade que oferece para a vida humana, tanto de capacidade como de bondade da terra (...).

Entra no mar o rio das Amazonas

A vinte e seis léguas da ilha do Sol, debaixo da linha Equinocial, espreado em oitenta e quatro de boca, tendo pelo lado do Sul o Zapparará e do oposto o Cabo do Norte, deságua no Oceano o maior pélagos de águas doces que há no descoberto, o mais caudaloso rio de todo o Orbe: a Fênix dos rios, o verdadeiro Maranhão, tão suspirado e nunca acertado dos do Peru, Orellana antigo e, para dizê-lo de uma vez, o grande rio das Amazonas, depois de haver banhado com as suas águas mil trezentas e cinquenta e seis léguas de extensão, depois de sustentar com suas riquezas infinitas nações de Bárbaros, depois de fertilizar imensas terras e depois de haver passado pelo coração de todo o Peru e, como canal principal, recolhido em si o melhor e mais rico de todas as vertentes.

Este é em suma o novo descobrimento deste grande rio que, encerrando em si grandiosos tesouros, a ninguém repele, mas antes, a todo gênero de gente convida liberal a que deles se aproveite. (...)"

"MEMORIAL APRESENTADO AO REAL CONSELHO DAS ÍNDIAS SOBRE O DITO DESCOBRIMENTO DEPOIS DA REBELÃO DE PORTUGAL

SENHOR

Cristobal de Acuña, Religioso da Companhia de Jesus, que veio por ordem de vossa Majestade ao descobrimento do grande rio das Amazonas.

Cuidadoso sempre dos maiores aumentos de sua Real Coroa, e receoso de que acontecimentos menos favoráveis, vistos às nossas portas, afoquem e impeçam o luzimento de seus afetuosos serviços, diz que, sendo em verdade a mais importante daquele novo mundo descoberto, para mais depressa começar a gozar dos proveitosos e ricos frutos, que por liberal oferece, a sua boca principal, pela parte que deságua no Oceano das costas do Brasil, sujeita a Portugueses, é por isso menos apropriada, para que no presente se procure esta entrada.

Mas que nem por isso deve Vossa Majestade desistir nem adiar a conquista deste grande rio, pois com maior facilidade e muito menos gastos o poderá fazer pela Provincia de Quito, nos reinos do Peru, pelas mesmas entradas por onde ele e seus companheiros desceram. (...)

Tudo se poderá efetuar sem gastos consideráveis da Real Fazenda, bastando enviar ordem à Chancelaria de Quito, para que divida as entradas que mais convenham, pelos rios de sua jurisdição, com algumas das muitas pessoas que à sua custa se oferecem para fazer estas conquistas, só pelos interesses que delas tiram, como sejam as encomendas dos Índios, repartir terras, prover officios e outros semelhantes.

Encarregará ao mesmo tempo do espiritual, no tocante à conversão e ensino dos naturais, aos Religiosos da Companhia de Jesus, que a ela, com titulo não pequeno, neste particular descobrimento, podem mostrar algum direito, pois seus filhos não só aclararam, à custa de seus trabalhos e desvelos, e também de não poucos ducados, as sombras de um novo e dilatado Império que, banhado por este grandioso Rio, oferece crescidos aumentos à Real Coroa de Vossa Majestade, como se lhes deve pela posse de mais de quarenta anos, adquirida com o sangue do ditoso padre Rafael Ferrer, derramado pelos naturais, aos quais pregava nas cabeceiras deste rio. (...)

Do que resultam os seguintes proveitos: (...)

Quinto — Impedir-se-á o tráfico e comunicação que tanto desejam firmar os Portugueses, que assistem na boca deste Rio, com os de sua nação do Peru, o que atualmente será bem prejudicial.

E de modo algum se atreverão a tentá-lo; se o subissem desde já, se prevenia a tempo a sua malícia, tomando as entradas do Rio.

E me consta que intentam esta comunicação os Portugueses daquela costa do Maranhão e Pará, e, como testemunha do que ouvi muitas vezes tratarem entre si, o poderei afirmar como coisa fora de dúvida.

Sexto — Reduzirá Vossa Majestade à sua obediência as principais Nações deste Rio, e especialmente as que habitam em suas ilhas e nas margens, que são muito belicosas, e que com coragem auxiliarão ao

que uma vez reconheçam por senhor; em que haverá pouca ou nenhuma resistência pelas muitas guerras que de continuo mantêm, umas com as outras, e submetida uma, com facilidade o estarão as outras; poderá pelo mesmo rio abaixo, melhor ainda que pelo mar, expulsar da boca dele a quaisquer outros que com sinistro intento a possuam, e assegurar por este caminho os muitos e riquíssimos frutos que dele se esperam, que tardará em gozá-los o tempo que se demorar em possuí-lo.

E dado o caso de que, com brevidade, como esperamos, ponha freio e se castigue o mal considerado atrevimento dos Portugueses, e fique desembaraçada a boca deste Rio, para que por ela se prossiga a conquista deste Rio (...).

Oitavo — Se sucedesse que os Portugueses que estão na boca deste Rio (que tudo se pode presumir de sua pouca Cristandade e menos lealdade) quisessem, auxiliados por algumas nações belicosas que lhes são submissas, penetrar por ele acima até chegarem à porção povoada

do Peru, ou do novo Reino de Granada, embora seja verdade que por algumas partes encontrarão resistência, por outras muitas haveria muito pequena, por chegarem a aldeias muito pobres de gente, e por fim pisarão aquelas terras vassallos desleais de Vossa Majestade, que em Reinos tão distantes poderia só este nome de desleais causar gravíssimos danos. Pois se unidos com o Holandês, como o estão muitos do Brasil, intentassem semelhante atrevimento, já se vê o cuidado que poderiam dar. E que o Holandês o pretende há muitos anos, e procura com afinco assenhorear-se deste rio é coisa tão certa, que não duvidou em afirmá-lo e publicá-lo João Laeth, Autor Holandês, no livro que intitulou *Utriusque Americae*, que veio a lume no ano de trinta e três. (...)

Tudo, Senhor, se remediará com o que tenho proposto neste memorial: a que só acrescento que a maior parte do bom sucesso nesta matéria será a presteza em sua execução. E se eu for de proveito para alguma coisa, sempre estarei aos pés de Vossa Majestade."

Bernardo O'Brien del Carpio.
Um Cavaleiro no Rio-Mar
(1636)

A relação de Bernardo O'Brien, datada de Madri, 1636, dirigida ao rei Felipe IV da Espanha (Felipe III de Portugal), é um dos documentos mais detalhados e expressivos da competição de nações européias pela conquista da Amazônia entre fins do século XVI e a primeira metade do século XVII. Ela foi copiada nos Arquivos de Índias por Rodolpho R. Schuller, em Sevilha, em 1911, para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A cópia de Schuller estende-se por vinte e duas páginas datilografadas, o que dá uma noção da extensão do documento. No texto, o irlandês descreve, com detalhe, as vicissitudes e esperanças que o levaram da feitoria na Amazônia à Holanda e, daí, à Espanha. O propósito da relação é francamente justificatório e pretende, aos olhos de um rei católico e inimigo da Inglaterra e da Holanda, ressaltar sua condição de irlandês, vítima dessas duas nações por razões tanto religiosas quanto políticas. A carta de outro irlandês, Gaspar Chillan, preso na feitoria da Amazônia pela expedição de Pedro Teixeira, que a destruiu em 1625, confirma muitos dos incidentes e do clima geral

vivido na colônia das selvas descritos por O'Brien (1). Acima de tudo, ambos os documentos procuram atrair o favor da corte espanhola para o projeto colonial ou, ao menos, para a figura patética dos sobreviventes irlandeses, mais vítimas que responsáveis pelos conflitos em torno da posse da Amazônia.

Há muitas evidências da presença de ingleses e irlandeses na Amazônia entre 1612 e 1633. Os dados são contraditórios e incompletos, principalmente pelo fato de que, nem sempre, a nacionalidade das pessoas envolvidas era claramente determinada. A confusão das fontes é aumentada pelo fato de que, no início do século XVII, várias cidades holandesas, como Brill, Flushing e Rammekens, estavam sob domínio inglês. Também os franceses, principalmente os de tradição huguenote, encontravam-se em grande número na Holanda e partici-

(1) Relação de Gaspar Chillan em *Viaje del Capitan Pedro Teixeira aguas arriba del Rio de las Amazonas*, Madri: Imprenta de Fortanet, 1889.

param muitas vezes de suas expedições coloniais. Desde fins do século XVI, ingleses e holandeses estavam ativos na ilha de Trinidad e nas Guianas. O mesmo aconteceu com os franceses, como uma extensão do projeto maranhense da *França Equinocial*. Na Amazônia os holandeses parecem ter sido os pioneiros, havendo estabelecido duas feitorias na foz do Xingu (Orange e Nassau), entre fins do século XVI e os primeiros anos do seguinte. Ingleses e holandeses, os primeiros das cidades de Flushing e Rammekens, estabeleceram uma colônia na margem norte do Amazonas, 55 léguas abaixo da confluência do Corupatuba (Maicurú) e 5 léguas acima da foz do Genipapo (Paru). Sir Thomas Roe fez várias tentativas de estabelecimento nas Guianas desde os primeiros anos do século XVII, e com Raleigh em 1609. Quando voltou à Inglaterra, em 1611, declarou que mantinha uma feitoria com cerca de vinte homens no rio Amazonas, próximo à foz, que lá permaneciam, mas que possivelmente teriam abandonado a ocupação entre 1611 e 1613. Com apoio do parlamento inglês e de vários nobres e financistas, foi criada a *Amazon Company*, em 1619, que deveria executar projetos de colonização na Amazônia e nas Guianas. Por volta de 1620, Roger North, participante da expedição de Walter Raleigh em 1617-1618, dirigiu uma expedição de algumas pequenas embarcações em direção ao Amazonas que subiu por cem léguas até as proximidades do Xingu. Nessa viagem encontrou colônias de ingleses e irlandeses que estariam aí há oito anos, as quais subordinou ao seu próprio projeto. Na margem norte do Amazonas, aproximadamente em frente à ilha dos Tocujus, foi fundada a feitoria de Taurege, onde os irlandeses cultivavam tabaco e outros gêneros. Outras colônias inglesas e irlandesas foram estabelecidas nas ilhas e na terra firme da foz do Amazonas. Os ocupantes do rio Genipapo (Paru) foram expulsos pelos portugueses em 1622. O irlandês Gaspar Chillan declarou que em 1622 participaram da expedição do corsário inglês Dom Thomas Rodrigues (provavelmente Thomas Roe), que penetrou o Amazonas com cinco navios. Bernardo O'Brien, que descreve a mesma expedição inglesa que

deu origem à mesma colônia irlandesa, dá a seu capitão o nome de Henrique Ro, "que havia sido camarada de Francisco Draque (Francis Drake) e de Vatero Ralyo (Walter Raleigh)". Após a perda de um destes navios e outros problemas, os irlandeses foram desembarcados e tiveram que cuidar de si próprios com a ajuda de índios que haviam atraído. Essa colônia durou até 1625, quando foi destruída pelos portugueses.

As declarações de Chillan feitas quando prisioneiro de portugueses e espanhóis, é sujeita a muitas dúvidas. A primeira delas é a ditada pela própria condição do prisioneiro que quer ficar bem com seus captores e declara sua condição de católico, oposto aos hereges ingleses. Em segundo lugar, o próprio nome do irlandês suscita dúvidas. Graças à tradição espanhola e portuguesa de deformar nomes próprios de outras línguas, não se sabe quem seria na realidade esse Gaspar Chillan, talvez Jasper Dillon. Certamente não poderiam os irlandeses ter viajado com Sir Thomas Roe na data indicada, que a partir de 1614 esteve nas Índias Orientais e depois como embaixador, por muitos anos, na Turquia.

Bernardo O'Brien não correu a mesma sorte de Chillan, preso pelos portugueses no ataque de 1625. Como ele declara em sua carta a Felipe IV da Espanha, havia tomado antes um navio de guerra da Holanda no qual embarcou com uma carga de tabaco e algodão em direção ao Caribe, Açores e, finalmente, Holanda. Depois de várias peripécias esteve em Londres, onde os financiadores de sua colônia queriam que voltasse à Amazônia. O'Brien negou-se porque seu pai fora preso como traidor pelos ingleses na Irlanda. Conseguiu a libertação do pai e, depois, "queriendo ver tierras", viajou pela Dinamarca, Moscóvia, Polônia, Alemanha, Itália e Portugal. Voltou à Holanda e aí engajou-se como "capitán general, marchante mayor, Piloto mayor, y lengua", numa nova expedição à Amazônia, onde chegou em abril de 1629. Subiu o rio cerca de 60 léguas, onde fundou o forte Teherégo (Torrego) que deixou sob o comando de dois irlandeses: Matthias Omallon e Diego Porçel. Na volta teve um en-

frentamento com os portugueses de uma expedição comandada por Pedro da Costa (Favela). O'Brien diz que os derrotou e depois libertou os portugueses prisioneiros, dizendo que eram católicos e não iriam fazer guerra ao rei da Espanha. Algum tempo depois foi atacado por uma grande expedição comandada por Pedro Teixeira. Depois de algumas negociações, O'Brien rendeu-se com seus comandados com garantia de vida e posse de seus bens. Muitos foram, entretanto, mortos e os governantes portugueses dividiram aqueles bens, fazendo com que os cativos trabalhassem para eles. Entre esses governantes está citado o governador do Estado do Maranhão, Francisco de Carvalho, o capitão Pedro Teixeira e o ouvidor-geral, Antonio Vaz Borba. Depois de muitas peripécias, O'Brien embarcou em uma fragata com bens e dinheiro que o governador Francisco Coelho de Carvalho queria enviar a um correspondente em Caracas, em novembro de 1634, que acabou naufragando.

No texto de O'Brien tem-se um exemplo da visão do mundo característica do século dos descobrimentos em que, dados os efeitos concretos de natureza extraordinária que alargaram o mundo conhecido pelos europeus, somam-se fantasias e crenças arcaicas. Assim, muito da história de vida e dos incidentes que cercaram a presença do irlandês na Amazônia são reais e comprovados por outros testemunhos históricos. O'Brien deve ter sido, como ele diz, filho de um cavaleiro irlandês, Cornélio O'Brien, do condado de Tomonia (Thomond), na Irlanda, cujo titular era Donough O'Brien na época da prisão de seu pai (1621) pelos ingleses, possivelmente parente e quarto conde desse título. Na Amazônia, O'Brien, como de resto os outros exploradores europeus, foi presa fácil dos mitos da conquista. As Amazonas, por exemplo, aparecem em seu relato como figuras concretas num incidente em que ele tem contato pessoal com sua rainha, a que chama *Cuña muchú* (mulher principal, em Tupi). A imensidade da região selvagem e desconhecida da Amazônia é exagerada por ele no cômputo de uma viagem pelo grande rio, que teria subido por mais de mil léguas.

Finalmente, O'Brien confere a si próprio uma dimensão mítica ao atribuir-se o apelido de Bernardo del Carpio que é, como se sabe, um cavaleiro da época de Carlos Magno.

* O original do texto de Bernardo O'Brien del Carpio se encontra no Archivo de Indias, Est. 147 - Caj. 5 - Leg. 21. Trata-se de texto inédito reproduzido da cópia de R. Schuller para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro feita no começo do atual século. O endereçamento da carta é "Señor — El Ca. General Don Bernardo O'Brien del Carpio Irlandes Supp.ca a V. Magd."

"SENHOR — O CAPITÃO-GERAL BERNARDO O'BRIEN DEL CARPIO, IRLANDÊS, SUPLICA A VOSSA MAJESTADE.

Senhor,

O Capitão-Geral Dom Bernardo O'Brien del Carpio diz que Cornélio O'Brien, seu pai, sendo na Irlanda Cavaleiro nobre da casa do Conde de Tomonia (Thomond), uma das mais antigas e ilustres daquele Reino, e senhor de três lugares, em que tinha três castelos, foi preso pelos Ingleses no ano de 1621 e acusado de, nas guerras daquele Reino, ter seguido o partido dos católicos e ter-se empregado ao serviço da Coroa de Espanha, sendo-lhe confiscados a sua herança e seus bens.

Nesse tempo, o suplicante, com 17 anos de idade, esteve na Inglaterra, em Londres, onde também se encontrava um Cavaleiro Inglês chamado Henrique Ro, que tinha sido companheiro de Francisco Draque (Francis Drake) e de Vatero Ralyo (Walter Raleigh) em suas navegações, a quem alguns condes e títulos da Inglaterra, com comissão do Rei Jacobo (James), deram um navio de 200 toneladas com artilharia e abastecimento para prosseguir os descobrimentos de Francisco e Vatero, desembarcar e assentar povoamento no grande rio das Amazonas, terra de que se tinha notícia e muita fama de ser boa, de muitos proveitos e ainda não povoada de gente branca. Henrique Ro partiu com esse navio no referido ano de 1621, com 124 pessoas, indo entre elas o suplicante, sem avisar parentes nem amigos, pela vontade que tinha de ver terras e novidades.

Chegaram à beira do rio das Amazonas, e subindo por ele umas 10 léguas chegaram ao porto e lugar de Índios chamado Sipinipoca. Fizeram amizade com eles, ao começo explicando-se por gestos, até que conseguiram entender a sua língua, por eles chamada *Arrua* (Aruan). Continuaram subindo pelo rio umas 60 léguas, com o seu navio, até um lugar que os nativos chamavam *Patani* e depois aqui *Cocodivae*. Ali desembarcou Henrique 16 pessoas, doze Irlandeses e quatro Ingleses, criados desses Irlandeses, todos católicos, deixando-lhes por capitão o suplicante, dando-lhe a ordem de conservar a amizade dos Índios e ali se sustentar até que lhe enviasse socorro da Inglaterra ou Irlanda. E para isso, entregou-lhe uma grande quantidade de rosários, pulseiras, facas, espelhos, portinholas de calças, apitos, pentes, machados e várias outras coisinhas. O próprio Francisco, voltando em seu navio, não lhes enviou socorro em três anos. (...)

Os Índios dali obedeciam a muitos e diferentes senhores, que chamam de *bateros*, e têm entre si continuas desavenças e guerras. Suas armas são espadas de pau, machados de pedra com um cabo grosso de pau, com dois côvados de comprimento, arcos e flechas de canudo com a ponta de pedra ou osso, ou de madeira muito dura, lanças de pau mais compridas, da altura de um homem, armadas na ponta como as flechas, algumas destas e daquelas envenenadas, e escudos largos de madeira, quadrados. O suplicante, ao sair algumas vezes em defesa dos do seu lugar e comarca, com a mosqueteria e o mando, dava-lhes a vitória. Com isso, ganhou a sua devoção, obrigando-os a beneficiar fumo, algodão e a fornecer comida e bebida da terra. (...)

Ao cabo de um ano passado ali com outros quatro Irlandeses, o suplicante, com cinco mosquetes e mercadorias, subiu pelo rio das Amazonas umas setecentas léguas, por água e por terra, levando sempre cerca de cinqüenta Índios armados como guias, ajudantes e intérpretes de uma aldeia a outra, passando quatro canais. Chegaram a uma terra onde não viram homens, senão muitas mulheres, que os Índios chamam *Cuñia Atenare*, o que significa mulheres masculinas, e os Cristãos, Amazonas. Essas têm, artificialmente, o seio direito pequeno, como os homens, e esse não cresce, para poder atirar as flechas, e o seio esquerdo grande, como as outras mulheres. Vão armadas como os Índios. Sua rainha, chamada *Cuñia Muchú*, o que significa mulher ou senhora grande, estava então numa ilha do rio. (...)

Depois de o suplicante passar ali três anos, fazendo diversas viagens por terra, rios e ilhas, chegou à boca do rio das Amazonas outro navio e, pensando que fosse socorro que estava chegando, foi a bordo e viu que era um navio de guerra da Holanda, vindo com ele uma pinaça. Entregando o governo que tinha a outro Irlandês, chamado Dom Philippe Porzel, o suplicante fez acordo com o capitão dos Holandeses para que esse o levasse ao Velho Mundo com o fumo e algodão que tinha. (...)

Partiu o suplicante da Zelândia em 24 de janeiro de 1629 com os seus dois navios, tendo um deles 18 peças de artilharia, de bronze e ferro, e o outro 6. Chegou ao rio das Amazonas no mês de abril do mesmo ano. Quando disparou a artilharia, os Índios vieram a bordo e, reconhecendo o suplicante, obedeceram-lhe em toda a comarca. (...)

O suplicante fez em terra um forte num lugar chamado Teherégo (Torrego), armou-o com uma peça de artilharia e quatro catapultas e ali deixou parte da sua gente (...). Depois de caminhar umas 40 léguas, já no mês de junho, recebeu notícia de que inimigos haviam chegado ao forte, matavam os Índios, queimavam as suas casas e estavam fazendo outro forte frente ao do suplicante, sem ter dito quem eram, para que vinham, nem ter perguntado quem estava ali. (...) Achou que esses eram Portugueses, e disseram-lhe que o general dos contrários era um Português mulato, chamado Pedro da Costa, que tinha ordem do governador do Maranhão de expulsar dali os estrangeiros. Soltou os dois Portugueses e seus Índios, encarregando-os de dizer a Pedro da Costa que ele e os Irlandeses que tinha consigo eram católicos, e não iriam fazer guerra ao rei da Espanha. Antes, serviriam de bom grado à sua Majestade. Mas não receberam resposta,

e de noite se foi o exército e a armada de Pedro da Costa. Como os Portugueses viram que o suplicante se chamava Bernardo e que, fugindo os Índios, tinha vencido com os 42 brancos, e que tinha tratado bem os presos, chamaram-no Bernardo del Carpí, ficando-lhe esse nome nas Índias.

No mês de setembro seguinte chegou Pedro Teixeira, Português, por ordem do mesmo governador do Maranhão, com mais 300 brancos e 15.000 Índios, para enfrentar o suplicante. (...)

Tendo o suplicante entregue o forte aos Portugueses e ido com eles, quando chegaram aos seus povoados e praças de guerra, tiraram-lhe ao suplicante e à sua gente os seus bens, que valiam 14.000 ducados, e suas roupas, amarraram alguns, mataram outros e a todos maltrataram, dividindo os bens entre o governador geral do Maranhão, chamado Francisco Cuello de Carvalho (Francisco Coelho de Carvalho), o capitão Pedro Teixeira, o ouvidor Antonio de Basbardo (Antonio de Vaz Borba), provedor-mor, e outros, forçando-os a trabalhar e cultivar para os Portugueses, como até hoje o fazem, sem respeitar sua palavra e juramento. (...)

Quando o governador Carvalho viu que os 18 tinham fugido em sua barca, pôs os outros Irlandeses na cadeia com grilhões, mantendo assim o suplicante por um ano, ao cabo do qual o degredou, enviando-o só entre os Índios canibais *Cururios*, que comem carne humana. (...)

O suplicante, em seu desterro, ganhou a amizade dos Índios canibais, aprendeu a sua língua, entrou pela terra mais duzentas léguas, conhecendo rios, florestas, medicinas e segredos dos Índios, e reduziu uma província desses à sua devoção. Também lhes ensinou um modo melhor de viver. Temendo Carvalho que com eles lhe fizesse guerra, enviou um capitão para buscá-lo e pedir que voltasse ao Maranhão, com muitas ofertas. Ao voltar, levou os Índios que lhe obedeciam a submeter-se a Carvalho. Mas, como Carvalho não deixou que o suplicante continuasse a governá-los, acabaram deixando de obedecer a Carvalho.

Além disso, achou o suplicante que os religiosos eclesiásticos e cavaleiros do Maranhão estavam mui sentidos com a morte do frade referido, a de Dom Manoel de Sousa, que morreu preso, a dum joalheiro que amanheceu enforcado, e com o fato de ninguém poder enviar e receber cartas da Espanha sem que Carvalho ou o seu irmão, Secretário de Vossa Majestade em Lisboa, as lessem primeiro. Também se perguntavam secretamente se Carvalho tinha licença de Vossa Majestade para abrir uma mina de prata, que abriu ali, e ter um criado Holandês, a quem deu licença para voltar à Holanda, pois, segundo os Franceses, que foram os primeiros brancos a se assentarem no Maranhão, ali tem minas de ouro, prata e mercúrio. Outrossim, viu que os Índios livres, os escravos e os moradores brancos, tanto os ricos como os pobres, estavam insatisfeitos com as humilhações impostas por Carvalho, que os governava havia 9 anos, sem que se soubesse quando mandariam o seu sucessor.

Em particular, os Irlandeses do suplicante passam muito mal e lhe pediram que viesse avisar a Vossa Majestade, solicitando lhes desse licença para voltar a estabelecer-se no rio das Amazonas, onde tinham

os Índios à sua devoção, conhecem a terra e os portos de mar e sabem a língua. Ali serviriam à Vossa Majestade com muita lealdade. Da mesma mensagem o encarregaram quatro dos mais principais senhores dos índios das Amazonas, atualmente presos por Carvalho, dizendo que eles e os seus vassallos obedecerão a qualquer governador que Vossa Majestade mandar, desde que não sejam Portugueses, porque os Portugueses não respeitam a amizade acordada. Pelo contrário, roubam e escravizam-nos. E como garantia da sua proposta, um dos quatro entregou ao suplicante o seu filho único, que ele traz consigo. E fizeram-no jurar que iria dar parte disso à Vossa Majestade e abster-se de servir a outro príncipe até fazê-lo, como o faz por este papel. Para isso saiu o suplicante do Maranhão em 21 de novembro de 1634. (...)

Chegaram ao Canal da Inglaterra, e o navio apresado foi à Zelândia e a Almiranta à Holanda, aportando na cidade de Squidam (Schiedam). Era católico o seu Capitão, e o suplicante lhe pediu que não o acusasse, nem dissesse quem era. Assim fez, entregando-o ao conselho da cidade de Durt, dizendo somente que o tinham encontrado num navio de Espanhóis. (...)

Foi a outras cidades da Holanda, como Rotterdam, Delft, Haia, onde encontrou muitos Portugueses e Índios do Brasil que pretendiam que o estado da Holanda os empregasse em seu serviço. Em Haia, por ser Inglês, a Viúva Condessa de Palatino lhe deu um passaporte e 200 réis.

Foi a Amsterdã, onde um homem, abordando o rapaz Índio do suplicante, perguntou-lhe de quem era, e o rapaz disse que era de Bernardo del Carpio. O homem foi logo ao suplicante e lhe deu um abraço, falando-lhe em índio, chamando-o Bernardo del Carpio e dizendo que gostava muito de vê-lo naquela terra. O suplicante, também falando índio, perguntou-lhe quem era o que assim o chamava, e por quê. Respondeu que era o Padre Manoel de Moraes, da Companhia de Jesus, que tinha sido intérprete-mor do Brasil e procurador dos Índios. Como era Domingo, perguntou-lhe o suplicante se já tinha rezado missa naquele dia, porque se não, queria ouvi-la. Sorrindo, respondeu que esse tempo já tinha passado e ele não rezaria mais missas. O suplicante, percebendo que era renegado, dissimulou (...).

Esse foi logo contar ao conselho de Amsterdã que o suplicante estava na cidade e era o homem mais importante que pudessem achar para os assuntos das Índias. O suplicante foi preso pelo conselho de Amsterdã em 1º de julho de 1635, e disseram-lhe que Cornélio Joseph, capitão do navio Unicórnio, que tinha tomado, tinha chegado à Zelândia, cujo conselho tinha avisado que o enviassem, de onde fosse que o achassem, com a acusação de ter entregue ao rei da Espanha o forte do rio das Amazonas (...). Com tudo isso, foi condenado à morte.

Nisso, o Padre Manoel de Moraes advogou muito por ele, dizendo que com a sua morte não se ganharia nada, mas que com a sua vida e serviço poder-se-ia lucrar muito, voltando a empregá-lo na conquista do Maranhão, Grão-Pará e rio das Amazonas, pois era ele excelente piloto, intérprete e bem aceito pelos Índios. E que não tinha sido tão grave o seu erro, pois na primeira vez o tinham enganado os

Espanhóis porque era moço e da sua religião. Mas que agora mostraria mais persistência, não o enganariam outra vez. E que ele mesmo iria com ele na viagem, e que Pernambuco e todo o Brasil pouco eram comparados com a nova conquista que os dois fariam nas referidas regiões.

Ofereceram ao suplicante o perdão da vida, bem como as outras mercês e a sua honra, pedindo que fosse naquela viagem como general. Disse que aceitava, se lhe dessem o necessário para tal. Perguntaram-lhe o que pedia, e disse que queria levar consigo 700 homens e 6 navios de guerra. Prometeram-lhos, bem como enviar socorro todo ano. Soltaram-no e lhe deram ordem de levantar gente. (...)

Saindo de Bruxelas, a três léguas encontrou o Conde de Tirón que, com o seu regimento, marchava para a fronteira da França. O Conde, desde a floresta de Saint-Éloi, o enviou com comboio a Dunkerque, onde tinha peste. Como ali não encontrou embarcação para a Espanha, passou para a Inglaterra no navio de um Inglês, ao porto de Dover. Ali, esperando embarcação para a Espanha, e achando-se sem dinheiro, foi a Londres, onde tinha parentes e conhecidos Irlandeses. (...)

Concluíram que o suplicante deveria então voltar para o rio das Amazonas como capitão-geral, guia, piloto-mor e comerciante-mor, com três navios e 400 homens, e mulheres, e em três meses lhe mandariam socorro com mais 2 navios, 300 homens, e mulheres. Disseram-lhe também que, caso os Holandeses fossem ao Maranhão e Grão-Pará, com o Padre Manoel de Moraes ou qualquer outro guia conduzindo a gente que queriam dar ao suplicante no caso referido, ou caso os Portugueses do Maranhão e Grão-Pará lhe pedissem socorro, ele o desse, exigindo que esses Portugueses, com o seu Maranhão e Grão-Pará, ficassem do lado do rei da Inglaterra. E que procurasse deixar guarnição em suas fortalezas, lhes desse boa amizade e acolhida, e fizesse um tratado com eles. Mas, que se os Portugueses lhe fizessem guerra, não lhes desse quartel, não se concertasse com eles e os passasse à faca, como eles faziam com os Ingleses naquelas regiões. (...)

O suplicante entretinha os Ingleses por duas razões. Primeiro, para ver se conseguia resgatar os 20.000 réis de a oito que lhe tinham sido tirados pelos Holandeses. A outra razão é que, como devia ser general e piloto-mor dos três navios, pensava metê-los em Bilbao, San Sebastián ou outro porto da Espanha, deixando-os à disposição de Vossa Majestade. Mas, quando lhe pediram que jurasse ser leal à Coroa de Inglaterra e não servir a outro príncipe que ao rei da Inglaterra, teve escrúpulo de jurar o que não pretendia cumprir. Ao mesmo tempo, pessoas da sua nação, que tiveram notícia disso, disseram-lhe que não jurasse, nem fizesse conquistas para hereges.

Assim, o suplicante foi falar com Dom Juan de Nicolalde, tenente do embaixador da Vossa Majestade na Inglaterra, e o informou do acontecido e dos seus propósitos. Esse lhe disse que em sete dias lhe daria o seu parecer. Nesse termo, Juan de Nicolalde informou-se, por diversas vias, do que fazia a Companhia de Guiana. (...)

Visto isso, uma vez que o Holandês e o Inglês estão concorrendo para enviar povoação ao rio das Amazonas e já estão perto dali, os Ingleses no Suriname e os Holandeses em Sequive (Essequibo), ambos

com esperanças de entrar no rio das Amazonas; que uns e outros já estariam nele, se não dependesse do suplicante, mas não lhes faltará guias dentre os Irlandeses, Ingleses, Holandeses, Portugueses e Castelhanos que ali estiveram e estão com eles, sendo ainda possível que ambos se articulem para esse empreendimento; que Vossa Majestade tem ali mais terras do que gente para povoá-las, bem como a lealdade e devoção da nação Irlandesa, tanto à fé católica quanto à mui conhecida Coroa de Vossa Majestade; que o suplicante é o homem mais informado daquelas regiões e com mais Índios à sua devoção que se possa achar para esse empreendimento, tendo deixado de fazer

para o Holandês e o Inglês para poder fazer para Vossa Majestade, e já entregue o forte e o povoado, que ali tinha, em mãos de ministros de Vossa Majestade, embora pudesse conservá-los e até tomar os povoados de Vossa Majestade; e que esse rio das Amazonas é das conquistas da Coroa de Castela, suplica à Vossa Majestade se digne dar licença, pelo Vosso conselho de Índias, para que o suplicante volte ali para povoar. (...)”*

* Tradução do espanhol para o português de Jean François Cleaver.

O ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ

Martim Soares Moreno. *Franceses no Maranhão*
(1618)

A conquista da costa leste-oeste, que resultou na luta contra os franceses no Maranhão e no estabelecimento dos portugueses na foz do Amazonas, foi parte de um processo de expansão pelo litoral que, no decorrer dos séculos XVI, XVII e XVIII, expandiu-se pelo interior, ocupando os grandes sertões do nordeste, do meio-norte e da Amazônia. Os obstáculos à expansão portuguesa, excluídos os elementos adversos do clima, das distâncias e do regime dos ventos e correntes marítimas, foram representados principalmente pela competição estrangeira, os franceses na Paraíba, no Ceará e no Maranhão, mais tarde os holandeses e, acima de tudo, os aliados indígenas desses concorrentes europeus. A conquista da costa leste-oeste culmina, como foi dito, com a derrota dos franceses da *França Equinocial* (*France Equinoxiale*) que tinha seu núcleo principal na baía de São Marcos, com ramificações pela costa e ilhas do estuário da Amazônia.

A história desse processo de expansão está sintetizada na história de vida de um extraordinário agente

da conquista portuguesa, Martim Soares Moreno, que participou dos primeiros eventos e, como soldado e governante, pôde dar um testemunho essencial desses acontecimentos.

Martim Soares Moreno, possivelmente natural de Túnis, como seu tio, o sargento-mor Diogo de Campos Moreno, é um exemplo característico do esforço de adaptação de colonos e funcionários da administração portuguesa às condições específicas da colônia americana. Essa adequação é buscada pelo treinamento de jovens mal saídos da adolescência, como o caso de Martim Soares Moreno, que foi enviado pelo tio, aos dezessete anos, na expedição de Pero Coelho de Sousa, para aprender a língua e os costumes dos índios. Através desse aprendizado prático e deliberado, o jovem colono de origem extra-americana é "tupinizado" e, assim, estabelece com os índios uma relação pessoal e afetiva que será de extrema importância no estabelecimento do domínio colonial. O processo de adaptação cultural ao mundo indígena, exemplificado pela história de vida de Martim Soares

Moreno, é inverso ao processo que aproxima, inevitavelmente, os mamelucos do mundo colonial, mas conduz ao mesmo resultado final que é o estabelecimento das bases do domínio colonial. A formação e o desempenho posterior de Martim Soares Moreno fornece elementos para compreender o aprendizado dos *truchements* franceses e dos *línguas* portugueses e holandeses que trabalharam entre as populações indígenas da costa leste-oeste nos séculos XVI e XVII.

A conquista do Maranhão pelos portugueses em 1614-1615, com a derrota e posterior expulsão dos franceses, abriu caminho para o início da ocupação portuguesa da Amazônia em 1616, com a fundação do forte de Belém. A consolidação e alargamento dessa conquista daria, por sua vez, origem à criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará em 1621, como entidade colonial diversa e autônoma do Estado do Brasil, que haveria de persistir até a segunda metade do século XVIII.

Há uma farta documentação sobre a expansão portuguesa na costa leste-oeste e as conseqüentes lutas com os concorrentes europeus e seus aliados indígenas. Os documentos mais importantes foram publicados pelo Barão de Studart, na *Revista do Instituto do Ceará*, e por Capistrano de Abreu, nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* (vol. XXVI, 1905). Entre estes está a "Breve relación de la jornada de la conquista del Maranhão", do capitão Manuel de Sousa Dessa, participante da conquista.

Martim Soares Moreno. "Relação do Ceará"
(1618)

* Martim Soares Moreno, "Relação do Ceará". A "Relação", escrita em 1618, em Lisboa, foi encontrada nos arquivos de Portugal pelo Barão de Studart e por ele divulgada em *Documentos para a História de Martim Soares Moreno na Revista Trimestral do Instituto do Ceará*, Tomo XIX, Ano XIX, Fortaleza, Typ. Minerva, 1905; e em *Tricentenário da vinda dos Primeiros Portugueses ao Ceará*, Fortaleza, Typ. Minerva, 1903. A edição utilizada é a de *Três Documentos do Ceará Colonial* (Coleção História e Cultura, dirigida pelo Instituto do Ceará, vol. 8), Fortaleza-Ceará, Depto. de Imprensa Oficial, 1967:181-187.

"Sendo de pouca idade passei ao Brasil por soldado em companhia do governador Diogo Botelho, logo que cheguei a Pernambuco fui

com o Capitão-mor Pero Coelho de Sousa a descobrir e conquistar a Província de Jaguaribe e Ceará e Mel Redondo, servindo de soldado, onde tivemos muita guerra com aqueles Índios que eram infinitos e tinham muitos franceses em sua companhia. O que tudo ficou conquistado, e depois de seis meses de guerra onde eu recebi muitas feridas com os demais companheiros, e vendo que nos não podíamos sustentar, nos retiramos a Ceará para que com mais socorro fôssemos à conquista do Maranhão, tão desejada dos Reis passados. Ali houve muitos desassossegos nos índios por algumas sem razões que lhes fizeram, assim foi forçoso a despovoar-se aquele sítio donde já era feita uma Cidade em muito bom sítio onde eu tenho agora uma fortaleza de maneira que em uma e outra parte se gastam três anos onde sempre assisti com muitos trabalhos sustentando-nos de cobras e lagartos porque naquele tempo nunca se deu ordem a plantar mantimentos e hoje há infinitos.

Ali nos três anos que digo aportaram muitos piratas que com aqueles índios comerciavam e carregavam muitos navios de algodões e pimenta malagueta, muitos bichos, como papagaios, bugios, sagüis e muito pau a quem os índios chamam Uburaquatiara que é o melhor que até agora se há descoberto em todo o Brasil, por ser como damasco, e também carregavam pau de tinta chamado tatajiba com algum âmbar.

Neste decurso de tempo aprendi muita parte da língua daqueles índios e travei com eles particular amizade particularmente com o principal dali chamado Jacaúna (...).

E estando eu por tenente do capitão-mor Lourenço Peixoto servindo na fortaleza do rio Grande, fui fazer novas amizades com os moradores daquela costa até Ceará, o que fiz pela amizade que me tinham me arrisquei só com dois homens a me meter com eles, donde os incitei fosse um deles comigo à Bahia a pedir ao Governador D. Diogo de Meneses padre que os fizesse cristãos e que eu iria assistir com eles, o que fizeram e foi um filho do Principal Jacaúna à Bahia a fazer este peditório, o que logo dito governador ordenou e me mandou negociado de todas as cousas necessárias, encarregou que me comerciasse por terra com os naturais do Maranhão para se fazer aquela conquista, dando de tudo parte ao Conselho das Índias e sendo no ano de 1611 cheguei ao Ceará com 6 homens em minha companhia e um clérigo onde fui muito bem recebido, logo há poucos dias fiz Igreja e com retábulos que levei se disse missa e se fizeram muitos índios cristãos.

Ali no dito ano degolei mais de duzentos franceses e flamengos piratas e lhe tomei 3 embarcações donde uma delas veio a Sua Majestade a esta cidade toda a proa e popa douradas e para fazer estes assaltos me despia nu e me rapava a barba tingindo de negro com um arco e flechas ajudando-me dos índios falando-lhes de continuo a língua e perguntando-lhe o que já sabia bem fazer, no dito ano fiz pazes com 3 castas de tapuias ali vizinhos e por meio deles tive novas do Maranhão e foram índios dele a falar comigo donde me deram notícias das boas terras que havia naquelas partes e gastando sempre muito de minha fazenda para fazer estas pazes.

De tudo avisei ao dito Governador D. Diogo de Meneses e com meu aviso escreveu ao Conselho das Índias o que se passava, e os Senhores

do Conselho mandaram que se fizesse a jornada e conquista dos ditos rios do Maranhão e me mandou que eu fosse descobrir os ditos rios, e sendo no ano de 1613 fui em um pequeno barco a fazer o dito descobrimento levando os índios que comigo haviam ido falar (...) cheguei à ilha chamada Tucutenduba, o que pus nome ilha de S. Ana, ali um grande porto de naus muito fundável, e nele um armazém que ali tinham os franceses com muito breu e muitas cabascamastras e muito pau de tinta cortado e polés aonde faziam muitos cabos ao que pus fogo e dali fui a descobrir o sítio de Guaxenduba, donde depois o Capitão-mor Hierônimo de Albuquerque situou seu campo, e teve a vitória com os inimigos, isto feito me fui em demanda da Ilha que cheguei com o barco perto da terra donde desembarquei e pondo-me em cima de um penedo pregando que era filho de Jacaúna todos me ouviram e me levaram galinhas e muitos legumes, ali pus uma cruz com um letreiro que dizia aqui chegou o capitão Soares Moreno a tomar possessão por El-Rei Católico, e não sabendo que estavam povoados os franceses ali, me confessei e sem falta fora morto se um índio não me avisara que se veio comigo a esta cidade, e com o dito aviso dei a vela não fazendo agravo a nenhum daqueles índios antes feito prática que dali a um ano tornaria com muita gente a povoar aquelas terras (...) donde arribei às Índias e dali vim com a Relação a esta cidade e com ela e o meu Piloto se fez mercê nenhuma onde servi de sargento-mor em ausência de Diogo de Campos Moreno trabalhando sempre em todas as cousas descobrindo naus de guerra francesas, também buscando sítios na ilha para o nosso arraial donde me procedeu uma enfermidade de que estive a risco de perder a vida. (...) indo-me a curar dela arribei a Índias a S. Domingos donde o Presidente dali me encarregou de Cabo dos navios que saíram do dito porto, e com o tempo me apartei da Companhia e encontrei com um navio pirata de 18 peças de artilharia com quem pelejei, e me matou toda gente, que foram 19 homens não ficando mais que 3 e um menino todos em pedaços e eu fiquei com 23 feridas, com uma mão cortada, e o rosto com uma cutilada e logo que fui em França que me conheceram haver morto franceses de Dieppe acudiram viúvas e órfãos e a seu pedimento me prenderam e sentenciaram à morte e me tiveram 10 meses com rigorosas prisões a que acudiu o Duque de Montelião Embaixador e fêz-me soltar mas com gastar muito em meu julgamento de que estou muito empenhado.

Ceará está 100 léguas da Capitania do Rio Grande para Leste e em todas estas léguas não há um palmo de terra que se possa povoar nem que dê mantimento por nenhuma maneira, tudo são areais desertos, só em 3 Rios tem 3 castas de tapuias de guerra, desde ali ao Maranhão tampouco não há cousa que se possa povoar de que logo direi. (...)

A S. M. lhe convém ter aquela Colônia bem negociada que os piratas se não apoderem dela que como fica a barlavento do Maranhão convém sustentar-se o que se fará com pouco custo.

Também com toda a demais terra é inútil, e sem proveito, de força se deve de sustentar aquilo para estalagem dos que forem e vierem do Maranhão e Pará para Pernambuco que indo destroçados do cami-

nho ali refazem assim de mantimentos como de Índios para os acompanhar também serviria para os nossos navios para o que lhe for necessário que cada dia vêm e vão em terra por não haver quem os encaminhasse e os índios comiam os homens. Toda aquela Costa é de muito peixe e os rios o próprio.

(...) tem esta nova Colônia 4 aldeias de índios de que é senhor um índio Jacaúna, muito bom índio e que me quer muito; para pastos de todo o gado são estas as melhores terras que hei visto porque as porcas parem 4 vezes cada ano e muitos leitões de cada vez e com as frutas e mariscos dos rios se fazem que donde se deitam se não podem levantar (...).

Tem em 70 léguas de circuito 22 nações de tapuias, diferentes línguas. Os moradores Índios dali me dizem que de uma serra daquelas carregavam os franceses quantidade de terra para a França, não sabem mais (...) no ano de 1612 fiz um forte de madeira com suas guaritas e casas de soldados dentro a sua Ermida onde se diz Missa, e onde estão 20 soldados que como tão poucos naqueles desertos não podem fazer mais que sustentar-se ali dentro, assim irá aquela Capitania em pouco crescimento, ali deixei já 10 ou 11 casados com índias e Mamelucas (mamelucas) com muitos filhos.

MARTIM SOARES MORENO"

Manuel de Sousa Dessa.

Breve relação da Jornada de Conquista do Maranhão.
(1615)

* Manuel de Sousa Dessa, "Breve relación de la Jornada de la Conquista del Maranhão". Manuscrito do Archivo General de Indias (Patronato, 2.5. 1/27). Em: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XXVI (1904), Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1905: 281-287.

"No dia 23 de agosto de 1614, partiu de Pernambuco a Armada, que constava de oito embarcações pequenas, a saber, cinco barcos de duas velas cada um, dois patachos e uma caravela, todas com três companhias de infantaria. Chegou ao Rio Grande, onde embarcou a gente de guerra que o Capitão-mor Jerônimo de Albuquerque já tinha pronta para a conquista. (...)

Chegou toda a Armada junta ao porto de Macaripe, praça do Ceará, onde apanhou mais gente de guerra e seguiu navegando até a praça do Buraco das Tartarugas, em cujo porto apareceu toda a Armada no dia 30 de setembro.

Essa praça tinha por Capitão, com poder de General, Manuel de Sousa Dessa, o qual tinha partido de Pernambuco em 27 de maio da mesma era, com ajuda de gente e mantimentos, para o Rio Grande e a dita

praça, onde chegou em 9 de junho de 1614. Mais tarde, no dia 19 do mesmo mês, entrou no porto uma nau de trezentas e cinquenta toneladas que vinha da França, do porto de Le Havre, em socorro aos franceses do Maranhão, com trezentos soldados e dezoito frades capuchinhos. Essa nau chegou àquela praça com a intenção de queimá-la e degolar os que ali estavam, conforme eles mesmos confessaram depois da paz. (...)

A Armada partiu do Buraco das Tartarugas na manhã do dia 12 de outubro. No dia 13, à noite, chegou ao porto de Perça, onde não havia nenhuma notícia de franceses, nem de gente alguma. Visto isso, preparou-se um batel com alguns marujos e três ou quatro soldados, para que fossem descobrir o que havia mais adiante, tentando achar algum lugar onde pudessemos ficar com mais conforto, uma vez que Perça era muito pobre de pescado e caça, e sem nenhuma madeira de que pudessemos fazer a nossa fortificação, caso necessário, além de ficar longe da água.

Aos cinco dias, chegou o batel com notícias de um bom lugar, mas colado e vizinho do inimigo. (...)

E assim, fizemos vela, na intenção de ocupar o lugar de que tínhamos informação, como ocupamos. Estivemos no porto de Perça oito dias. Em 21 de outubro saímos navegando, sempre entre rios, ilhas e boqueirões muito estreitos, ficando algumas vezes encalhados até crescer a maré. Em 26 do mesmo mês, chegamos ao porto, sem que nos descobrisse o inimigo, embora houvesse, à noite, muitas fogueiras na ilha onde se encontrava o inimigo, que serviam de sinal para chamar a gente. Daí a três dias, vimos surgir, de uma e outra parte da ilha, algumas embarcações pequenas, que viam as nossas, ancoradas no porto. (...)

Estando assim as coisas, vieram da ilha dos inimigos, várias vezes, algumas piráguas, que são embarcações de remo, fingindo essa gente querer a nossa amizade. Mas, como depois o confessou o inimigo francês, vinham, por mandado e ordem sua, saber que gente éramos e que força trazíamos, e que quantidade. O Capitão-mor agasalhava essa gente, dando-lhe muitos presentes, imaginando poder trazê-los a si. Mas de nada serviu e não pôde concluir nada com eles. Ao contrário, uns quatro índios nossos que o Capitão-mor mandou à ilha dos franceses para que falassem com os da ilha, foram ali presos e maltratados, e quase mortos.

Enquanto aconteciam essas coisas, os franceses vinham nas suas embarcações descobrir o nosso forte, até que, em 12 de novembro, no quarto da lua, deu o inimigo francês com as nossas embarcações, levando três dessas (...).

O inimigo francês ficou tão ensoberbecido por levar as nossas embarcações que, mais tarde, em 19 do dito mês, passou ao nosso porto, desembarcando duzentos soldados e dois mil e tantos índios, ficando nas embarcações cem soldados, que estavam com o General. Toda essa massa de gente passou em cinquenta e sete embarcações, a saber,

sete dos franceses, das quais três que nos tinham levado, que eram maiores que as suas, embora fossem pequenas, e cinquenta piráguas. (...)

Mas o que se resolveu foi atacar o inimigo, uns por uma parte, outros por outra, e o combate se deu de maneira que desbaratou o campo francês, no qual morreram, de espada e a tiros de arcabuzes, noventa e tantos que ali ficaram, sem contar os que se afogaram ao fugir para as embarcações, morrendo ao todo cento e sessenta franceses, dos mais graúdos, entre os quais muitos fidalgos e sete ou oito senhores de título, homens de pro, sendo cativados nove que tomamos vivos. Queimamos-lhes quarenta e seis piráguas, tomamos ao todo duzentas armas de fogo, mosquetes e arcabuzes, e dos selvagens verificou-se depois que faltavam quatrocentos, que na sua maioria morreram afogados. Da nossa parte, morreram quatro soldados e nenhuma gente nossa, saindo feridos vinte e tantos dos nossos soldados. (...)

Ocorridas todas essas coisas, o General dos franceses escreveu uma carta ao Capitão-mor, na qual, além de outras coisas, dizia-lhe que gostaria de falar com um dos nossos. Para isso, ofereceu-se o Sargento-mor, e no primeiro encontro que teve com o francês, acertou a paz de que foi informada a Sua Majestade, comunicando-a somente ao Capitão-mor, sem haver Junta de Capitães em tão importante matéria, o que sempre foi reprovado por todo o acampamento.

O auto que se lavrou sobre esta matéria, firmado pelos Capitães, foi lavrado dez ou doze dias depois da paz, e como dos Capitães um é filho e o outro sobrinho, fizeram o que o seu pai e tio mandou que fizessem. Entre o Capitão Manuel de Sousa Dessa e o Capitão-mor, houve muita disputa sobre a assinatura desse auto. (...)

Com a paz, cessou toda a guerra, tomando por único fundamento a palavra francesa (se é que já a tiveram) os quatro Capitães que tem hoje no Maranhão. Todos eles juntos não chegam a oitenta anos de idade, e o Capitão-mor não pode suprir esta falta. Diogo de Campos, que poderia fazê-lo, ausentou-se, vindo com o aviso à Sua Majestade sobre tudo o que foi aqui relatado, conformando-se, neste particular, com o Capitão-mor, sendo assim que para esse efeito veio de Pernambuco o Capitão Manuel de Sousa Dessa, já nomeado em provisão do Governador Gaspar de Sousa.

A fortificação é de pau-a-pique bem travado, mas inacabada. Os soldados que nela ficam são muito esforçados, como o mostraram, mas pouco contentes, por terem sido empatados e com o estado da coisa: mantimentos poucos, e menos munição. Nesse estado fica o Maranhão, e o Governador Gaspar de Sousa sem aviso do ocorrido, pois o Capitão Manuel de Sousa, que levava esse aviso, chegou às Índias com os mastros quebrados e está nesta cidade para conseguir o seu intento em companhia das naus, se a Sua Majestade não ordenar outra coisa.

Capitão Manuel de Sousa Dessa." *

* Tradução do espanhol para o português de Jean François Cleaver.

Jacome Raymundo de Noronha.
Disputa pela Amazônia
(1637)

A fundação do forte do Presépio de Belém, ponto de partida da ocupação portuguesa da Amazônia, de que foi incumbido o capitão Francisco Caldeira de Castelo Branco, teve, segundo as instruções de Alexandre de Moura, o propósito de descobrir e conquistar as terras do Pará, segundo o regimento que lhe foi dado em dezembro de 1615 e no qual se especificam as tarefas prioritárias de sua missão:

"(...) botará dali fora os estrangeiros que ali residem (...) tratará de reduzir a nós toda a gente circunvizinha (...) saiba que fará muito serviço a Sua Majestade desenganando-o de abusos. (...)" (1)

Os primeiros anos e décadas da presença portuguesa na América resumem-se, em larga medida, a essa tarefa dupla de combater os estrangeiros e os índios hostis ou arredios à dominação portuguesa. A ação inicial de Francisco Caldeira Castelo Branco contra os Tupi-nambá da costa marítima e das ilhas da foz do Amazonas, aliados dos franceses, era, de certa maneira, a continuação da guerra de conquista dos estabelecimentos da ilha de São Luís, de Tapuitapera e de Cumá. Tão antigos quanto os franceses no Maranhão eram os holandeses no baixo-Amazonas, onde se haviam estabelecido em várias feitorias desde os últimos anos do século XVI, na região de Gurupá, como os fortins de Orange e de Nassau próximos à foz do Xingu. Freqüentes, também, nas entradas no baixo-Amazonas, eram os ingleses e irlandeses a que já se fez referência a propósito da memória de Bernardo O'Brien.

O governador Francisco Coelho de Carvalho havia confiado ao provedor da fazenda, Jacome Raymundo de

Noronha, o cargo de capitão-mor do Pará, com instruções concretas de desalojar os ingleses que se haviam estabelecido na ponta de Macapá e entre os Tucujús, no arquipélago da foz do Amazonas. O relatório de Jacome Raymundo de Noronha, adiante transcrito, descreve os sucessos e dificuldades desse período na luta contra os concorrentes estrangeiros e seus aliados indígenas.

* "Relação dada por Jacome Raymundo de Noronha sobre cousas tocantes ao governo do Maranhão", 10 e 23 de maio de 1637. Em: *Documentos para a História do Brasil, especialmente a do Ceará* (Coleção Studart, vol. 3), Ceará-Fortaleza, Typ. Minerva, 1910: 45-54 (1ª edição).

"10 e 23 de maio de 1637. — Relação dada por Jacome Raymundo de Noronha sobre cousas tocantes ao governo do Maranhão.

Senhor,

Conforme tenho de obrigação dou conta a V. Majd. do estado em que está este governo do Maranhão para que com Sua Real grandeza acuda as necessidades dele para que assim possa ir em aumento, e os Vassallos de V. Majd. possam gozar das grandezas e proveitos que a terra de si promete, como da Católica pessoa de V. Majd. esperamos.

O estado em que ficou este governo depois da morte de Francisco Coelho de Carvalho, governador que foi, é miserável, porque como ele tratou sempre de tirar muitos mil cruzados, como é certo que tirou mais de duzentos mil, que por via de Índias embarcou, foi isto muito a custa dos brancos e Índios deste Estado, pelas moléstias e avexações que ele e seu filho Felissiano Coelho usavam com todos os moradores e índios, de modo que ficou a terra mui falta de moradores porque quando ele veio a entrar neste governo havia nele seis aldeias de índios, entre esta ilha do Maranhão e a terra firme de Tapuitapera, e todas estavam prósperas de gente, donde havia perto de dois mil flecheiros, e hoje em todas elas não haverá quinhentos.

A causa principal da falta desta gente procedeu do dito governador tirar os padres de Santo Antonio das aldeias que V. Majd. por provisão sua lhe tinha dadas, as quais eles administravam com muita caridade e sem interesse nenhum, mas como entrou a grande cobiça do dito governador, não podendo os padres suportar suas insolências, as largaram e se recolheram ao seu Convento de Santo Antonio, aonde o dito governador os perseguia e seu filho Felissiano Coelho, de que procedeu matarem a um frade dentro no mesmo Convento, de noite, com uma espingarda, indo muita gente entrando-lhe por sua cerca e cercando-lhe o Convento e igreja, com grande escândalo de todo este povo, que todos clamavam justiça ao céu.

(1) "Regimento que Alexandre de Moura deixou a Francisco Caldeira", 22 de dezembro de 1615. Em: "Relatório de Alexandre de Moura sobre a expedição à Ilha do Maranhão", *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XXVI (1904), Rio de Janeiro, Bibliotheca Nacional, 1905.

Começou neste tempo o dito governador a instruir esta terra e logo tratou de se ir para o Tapicuru que está daqui distante de vinte léguas, e na boca do rio fez uma fortaleza para onde mandou passar toda a artilharia que havia nesta fortaleza de São Felipe e na de São Francisco, que defendiam a boca da barra, não ficando na de São Francisco nenhuma e nesta de São Felipe ficaram seis peças de artilharia de ferro, havendo nesta Capitania quarenta e seis peças que estão carregadas sobre o almoxarife, e todas estas e a pólvora que havia mandou ir para o dito forte do Tapicuru, sendo inútil a defesa desta terra fazendo-o com muita despesa e gasto da fazenda de V. Majd., fazendo-o só por seu parecer e gosto, e não constará que eu lho desse conforme V. Majd. manda em meu Regimento de provedor-mor da fazenda, e foi reprovado por todos passar a artilharia e pólvora e munições ao Tapicuru ficando esta cidade do Maranhão sem defesa nenhuma e em tão miserável estado que se dois navios de holandeses viessem a podiam tomar, e destruir igrejas e mosteiros de três religiões que aqui há, convém a saber Santo Antonio Capuchos e do Carmo, e da Companhia, sendo assim que fazendo-se uma fortaleza, na boca da barra onde chamam a ponta de João Dias, pondo-se-lhe vinte peças de artilharia, e noutra ponta que fica defronte em distância de meia légua fazendo-se um reduto onde se ponham dez peças ficava a barra fechada e a cidade defendida, de modo e conforme ao sítio em que está, cercada de dois braços de mar a não poderiam tomar nem render ainda que viessem cinco navios com cinco mil homens de guerra holandeses, e isto se podia fazer com pouco custo, mandando V. Majd. ordem para que se tornasse a trazer a artilharia do forte Tapicuru para estas duas pontas da barra sobredita, e podiam ficar no dito Tapicuru cinco ou seis peças com que ficava a boca do dito rio defendida, porque toda a importância da defesa desta Capitania está em se defender a barra do Maranhão e a cidade que está já fabricada, porque ganhada ela do inimigo tudo o mais está perdido, por onde V. Majd. mandará o que for servido e com a brevidade necessária para se haver de fazer a fortificação nas duas pontas da barra acima ditas, porquanto o inimigo holandês pode vir de Pernambuco a este Maranhão em menos de quinze dias, para que o não ache sem nenhuma defesa como hoje está.

A gente que se acha nesta Capitania dos moradores que podem tomar armas poderão ser até duzentos e cinqüenta, e dos soldados que comem praça são vinte no forte de São Felipe com quatro bombardeiros e um Condestável, e Capitão, alferes, e Sargento.

No forte do Tapicuru estão outros tantos soldados com seu Capitão, alferes e Sargento, e dois bombardeiros, há mais vinte soldados que V. Majd. nomeia no Regimento do governador os quais eu mandei matricular e servem atualmente, vencem mil cruzados cada ano. Estes mil cruzados enquanto governou Francisco Coelho de Carvalho sempre os arrecadou para si e mandou matricular vinte soldados com nomes fantásticos e falsos, porque as tais pessoas não nas havia nesta conquista, e ao tempo de fazer a folha tirada da matrícula, para ele receber o pagamento, passava uma certidão nas costas dela e jurava em como os soldados conteúdos na dita folha serviram atualmente; eu mandei que nestes soldados houvesse novo estilo e se matriculassem como é uso e costume e estão hoje servindo atualmente e recebem

seu pagamento, e entre esta gente de guerra, Capitães, Sargento-mor, ajudante e mais oficiais de milícia que têm ordenados com os oficiais da fazenda se repartem os rendimentos dos dizimos e com os clérigos e propinas dos frades de Santo Antonio por uma folha que se faz todos os anos em que vão por seus assentos nomeados os pagamentos que cada um há de haver, mas não recebem de pagamento mais que a metade dos ordenados por a quantia dos dizimos não chegar a mais, porquanto neste ano andam arrematados, digo arrendados, em oito mil cruzados pelo valor da terra, que reduzido a dinheiro vem a ser muito menos, conforme a um assento que o governador passado sobre isso fez com meu parecer, em que veio a reduzir uma arroba de açúcar em dez tostões sendo assim que no contrato andava em dez patacas e deste teor se foram abatendo as mais drogas da terra em que se pagam os dizimos.

Na Capitania do Pará corre esta mesma ordem, e andam arrendados em quatro mil cruzados de que se fazem também os pagamentos na maneira sobredita, e lá há mais gente de paga porque há três Capitães de infantaria que vencem ordenado por provisão de V. Majd., afora o Capitão-mor que vence duzentos mil réis. E nesta Capitania é necessária mais gente porquanto é fronteira aos inimigos gentios; e também teve sempre guerra com os estrangeiros holandeses e ingleses que naquelas partes intentaram povoar, fazendo fortalezas, congregando-se com o gentio, com que iam cobrando muitas forças, e sempre foram pelos portugueses desbaratados e rendidos, e todos os anos, pelo verão, se achavam os ditos estrangeiros por aquele rio das Amazonas e seus braços, até que eu fui por ordem do governador passado por Capitão-mor e com todos os seus poderes a fazer guerra a uns que estavam havia já perto de dois anos fortificados e muito poderosos, com muito gentio, fabricando tabacos e canas de açúcar, aos quais fui sítiar e pôr em cerco até que de todo os desbaratei e lhe tomei a fortaleza que tinham mais forte, com cinco peças de artilharia, em que estava uma de bronze, e lhe tomei a fortaleza e uma lancha, e alvorei as bandeiras de V. Majd. nele, com morte de oitenta e seis estrangeiros e treze prisioneiros mal feridos de que morreram daí a poucos dias cinco, e do gentio morreram muitos na guerra e outros ficaram cativos, e com esta vitória me recolhi ao Pará e desde então para cá não vieram mais nenhuns estrangeiros para povoarem, somente vieram no ano seguinte depois da dita guerra uma nau e dois pataxos ingleses, que foi o ano de 1631, que vinham com socorro e gente aos que estavam cá aposentados, e sabendo que estavam desbaratados pelos portugueses se tornaram sem porem pé em terra, somente ficou um dos dois pataxos que se veio por um sítio que chamam Cumahu (Cumau) mas como o gentio estava castigado pela guerra que lhe dei não ousaram a meter-se com os estrangeiros nem trazer-lhe mantimentos, com que ficaram padecendo necessidades e no cabo de dois meses, depois de estarem mui doentes e lhe serem mortos de quarenta homens que eram os vinte e seis, os outros se renderam aos portugueses que se apossaram do forte que tinham feito e os trouxeram prisioneiros com o dito pataxo que também se lhe entregou, e desde então até agora se não sentiram mais embarcações de estrangeiros, nem na terra povoações, com que estão todos os gentios quietos e sujeitos à obediência de V. Majd., e é de muito efeito estarem estas terras e rios desocu-

pados dos ditos inimigos, mormente nesta conjunção em que se tem descoberto o rio das Amazonas até a cidade de Quito, até onde é todo navegável, conforme temos sabido por dois religiosos leigos da ordem de São Francisco que por ele abaixo, desde a cidade de Quito, com seis castelhanos mais, vieram navegando em canoa, até que vieram dar na Capitania do Pará e daí vieram os dois frades com dois castelhanos a esta cidade do Maranhão, cabeça deste estado, a dar-me conta de tudo o que acharam no decurso da viagem. E do gentio que no rio acharam e de tudo mandei fazer um auto por onde consta de tudo o que eles dizem, o qual com esta relação mando a V. Majd., e um dos frades, que chamam Frei André de Toledo, de quem V. Majd. se mandará informar das mais particularidades e conveniências que há neste rio do serviço de V. Majd.

Tem-se entendido conforme a figura do rio que aqui também mando, graduado pelas léguas e rumo a que corre, nasce da banda do norte da linha junto à cidade de Quito e vem correndo pela banda do sul, de leste a oeste, e pelas voltas que faz corre a sete graus da banda do sul e por cinco e daí para baixo. Seu comprimento até os limites da Capitania do Pará é de quinhentas e cinquenta léguas, aonde faz altura de sete graus fica do Serro de Potosi cento e sessenta léguas caminhando ao sul, e onde faz cinco graus e meio fica a cidade de Cuzco setenta léguas caminhando ao mesmo sul por terra por onde parece que será fácil navegar-se por aqui a praia até a fortaleza do Pará com muita segurança assim dos tempos como dos inimigos, donde pode chegar em menos de dois meses de navegação pelos rios, e do Pará na frota pode ir a Sevilha em quarenta dias.

Para mais certeza da navegação deste rio e para que querendo V. Majd. se servir dele haja pessoas práticas, assim de índios como de brancos, determino de o mandar navegar até a dita cidade de Quito, fazendo pazes com o gentio, para o que hão de ir línguas que os entendam e homens práticos para que com dádivas e bom tratamento os tragam à obediência de V. Majd. e há de ir na mesma Companhia um religioso de missa da ordem dos Capuchos de Santo Antonio cuja fama tem chegado até os mais remotos gentios destas conquistas e os amam e respeitam muito por suas virtudes e caridades que com eles usam, e depois de assim descoberto o dito rio e navegação dele, mando que com muito cuidado se busque no mais estreito um sitio aonde possam fazer um forte em que determino pôr quatro peças de artilharia para que possam defender a passagem a algumas lanchas de inimigos se intentarem subir por ele arriba, e para isso mando Capitães práticos para que entendam onde melhor ficará a defesa a respeito das poucas forças que hoje há nestas conquistas, para que depois V. Majd. as possa acrescentar em modo que não possa ir o inimigo pelo dito rio, o que ele não poderá fazer em nenhuma maneira tendo nós de nossa parte o gentio, que é o fundamento mais principal que tenho em fazer pazes e amizades com eles com brevidade, antes que tenham prática com os ditos inimigos estrangeiros com que os possam perturbar e trazer a sua amizade com dádivas de machados e foices e avelórios e espelhos e pentes que eles lhe costumam dar com mãos largas, e os índios estimam tanto estas cousas que por elas fazem tudo o que os estrangeiros querem e conservam com eles firmes amizades, mas antes que eles os tratem e conheçam, confio

em Deus que com a diligência que mando fazer com mandar a gente que tenho dito a fazer as pazes e conhecer a navegação do rio, hão de ficar todos sujeitos e em amizade com os portugueses, que com boas práticas e dádivas que lhes mando dar hão de estar todos à obediência de V. Majd., que segundo dizem os castelhanos e frades que vieram é muita a cópia da gente que habitam ao longo deste grande Rio; de todo o sucesso desta jornada, em vindo a gente que a ela mando, farei com brevidade aviso a V. Majd., também hei de avisar ao Vice-Rei à cidade de Lima ao Peru para que ele seja informado da navegação deste rio para, por sua parte, mandar ver as conveniências que houver nele para as cousas do serviço de V. Majd.

Na Capitania do Pará se podem fabricar grandes navios e naus pela muita cópia de madeiras que há de toda a sorte e também há breu e embira para se fazerem cordas para enxárcias, mas contudo para amarras e para outras enxárcias de mais importância é necessário serem de linho, também se podem fazer velas de pano de algodão para remédio, e vindo ferro em quantidade e oficiais da ribeira e mestre de navios se farão do porte que V. Majd. mandar, que também os índios da terra ajudarão muito, porque são bons carpinteiros da ribeira.

Para o aumento destas conquistas e quietação do gentio é mui necessário virem frades Capuchos, porque no tempo que V. Majd. os mandou e eles assistiram nas aldeias foram elas em muito aumento, e depois que eles as largaram pelas causas sobreditas e o seu Custódio se foi para o Reino ficaram mui diminuídas e os frades se foram também uns para o Reino e outros para Pernambuco, de modo que não há hoje entre o Maranhão e Pará mais que três padres sacerdotes e dois leigos e um corista. Nosso Senhor, a muito católica pessoa de V. Majd., guarde como a cristandade há mister; Maranhão, hoje 10 de maio de 1637 anos.

As duas povoações do Maranhão e Pará que nestas conquistas estão povoadas estão em sitios bons e defensáveis fazendo-se a fortificação do Maranhão na boca da barra como já tenho dito, e a Capitania do Pará aonde tem a povoação é muito bom sitio fazendo-lhe um fosso de água que eu comecei a fazer no tempo em que governei aquela Capitania, a qual cerca toda a cidade, ajuntando-se as águas do rio umas com as outras, as quais continuando eu com a obra em menos de quinze dias houvera de estar acabada. E neste tempo mandou o governador passado a seu cunhado Antonio Cavalcanti por Capitão-mor do dito Pará, e logo mandou cessar com a obra e desfazer um reduto que eu tinha começado junto à praia, numa das bocas desta cava que digo, e tudo isto fez em ódio meu e contra o serviço de V. Majd., porque a cava que eu fazia é necessário que se faça e acabe porque foi aprovado por todos os Capitães e pela melhor gente da cidade, como pela certidão que com esta mando poderá V. Majd. mandar ver, e porque toda a segurança desta Capitania e da do Pará consiste em o gentio estar firme em nossa amizade e com ele é impossível o inimigo poder permanecer nestes grandes rios e portos, porque não pode tomar terra com segurança senão lhe trazendo mantimentos, e afastando-se de sua amizade como até agora fazem perecerão todos de fomes e doenças, e enquanto o dito gentio vir que nós defendemos estas duas povoações que temos povoa-

das, sempre permanecerão em nossa amizade sem ousarem a se rebelar pelo medo que têm do castigo que lhe podemos dar, e se pelo contrário virem a cidade tomada tudo o mais está perdido e não se poderá restaurar senão com grandes dificuldades e despesas impossíveis, e para V. Majd. ter tudo seguro e conservado em paz mande que estas duas cidades se fortifiquem com boa artilharia e presidio grosso, reduzindo a ele todas as forças, para daqui, com companhias volantes, correm toda a terra.

Esta relação e parecer é conforme ao voto dos mais bem entendidos que há neste estado que sabem o uso e modo de guerra e de todo o gentio e conhecem bem os sítios para as fortificações e eu tenho bem procurado e visto o que mais convém para a segurança deste estado, porque na carta que atrás digo que V. Majd. escreveu ao governador passado Francisco Coelho de Carvalho lhe diz V. Majd. tome parecer comigo sobre estas matérias e em outra escrita a Luis do Rego Barros, Capitão-mor que foi do Pará, lhe diz V. Majd. também que tome parecer comigo e com o padre Custódio da ordem de Santo Antonio, e por outra Carta que V. Majd. escreveu em Madri manda ao dito governador que veja os portos e barras que há nesta conquista que possam recolher navios que estejam abrigados dos ventos, a qual comissão o dito governador me cometeu por provisão sua e em cumprimento dela fui vendo os portos que há, barras e sítios desde o Maranhão até o Pará e do Pará até a outra banda do rio das Amazonas, que fica da parte do norte, e suposto que há muitos

portos sítios e barras nenhuma barra achei melhor que a do Pará, aonde de presente está a povoação e fortaleza, nem mais defensível fazendo-se-lhe a cava de água como dito tenho.

A Capitania do Ceará está distante desta do Maranhão 150 léguas aonde não se pode ir senão uma vez no ano, que é nas monções de janeiro, e por esta razão pode ser mal socorrida desta Capitania, e agora ao presente tive cartas do Capitão que lá está, que a mandou por terra por uns negros que com muito trabalho cá chegaram, em as quais me diz estar em grande aperto ele e os soldados e moradores, que por todos devem ser trinta pessoas brancas, pelo grande risco que correm suas vidas, assim pelas fomes que padecem como pelos gentios e aldeias que até agora foram nossas amigas e confederadas estarem levantadas contra nós, por prática que têm dos inimigos holandeses que estão em Pernambuco e no Rio Grande, com os quais têm comércio e amizade o dito gentio, e como de Pernambuco lhe não pode ir socorro nem de cá do Maranhão, visto o grande perigo das vidas em que estão todos, se ainda forem vivos, devia V. Majd. de mandar se recolhesse a gente branca, com as armas e munições que há no forte, a esta Capitania do Maranhão, porquanto na parte em que estão não têm defesa nenhuma, por razão do gentio estar da parte do holandês e eles serem poucos, que qualquer pataxo de inimigos que vier os hão de tomar a todos. V. Majd. mandará em tudo o que for servido. Maranhão e de maio 23 de 1637. Jacome Raymundo de Noronha."

Maurício de Heriarte. *O Estado do Maranhão* (entre 1662 e 1667)

Maurício de Heriarte foi um dos companheiros de Pedro Teixeira na viagem que esse colonizador português fez de Belém a Quito, em 1639. Foi ouvidor-geral, provedor-mor e auditor do Estado do Maranhão. Sua *Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas* foi escrita por mandado do governador e capitão-general Rui Vaz de Siqueira, que governou o Estado do Maranhão de 1662 a 1667. O texto de Heriarte constitui um dos documentos básicos para o entendimento das condições de vida, o desenvolvimento da ocupação e os problemas administrativos da Amazônia em meados do século XVII. Como nota Varnhagen, Heriarte reuniu essas informações ao longo dos anos em que viveu na Amazônia, somadas à memória dos colonizadores com quem conviveu, como Pedro Teixeira e Pedro da Costa

Favela, que vivia ainda quando Heriarte escreveu sua relação (1).

* Maurício de Heriarte, "Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas". A "Descrição" deve ter sido escrita por mandado do governador e capitão-general Rui Vaz de Siqueira, que governou o Estado de 26 de março de 1662 a 22 de junho de 1667, sucedendo a D. Pedro de Melo. Foi publicada pelo autor em Viena d'Austria, imprensa do filho de Carlos Gerold, 1874, conforme ms. da Biblioteca Imperial de Viena. Edição utilizada: Francisco A. de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, vol. 3, São Paulo, ed. Melhoramentos, 1959: 171-190.

"Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas

Contém a cidade de S. Luis do Maranhão pouco mais de seiscentos moradores. Sua fundação é sobre o mar, em um modo de enseada, que faz seu sítio alegre pela vista do mar. Cingem-a dois rios salgados,

(1) VARNHAGEN, vol. 3, 1959: 155.

um pela banda direita, outro pela banda esquerda, chamados, o da direita Taru, e o outro Abacanga. Seu clima é saudável; seu temple não muito cáldo; está em um grau e meio ao Sul da linha equinocial.

Este sítio elegeram os franceses que o habitaram pela banda do seu porto, em que tinham feito ladroeira e recolhimento dos piratas, que infestavam a costa das Índias Ocidentais, e a do Brasil. E para evitar este dano El-Rei Felipe III ordenou ao Governador Gaspar de Sousa (que no ano de 1614 governava o Brasil) mandasse gente a este Estado para que desalojassem os franceses, que nele habitavam; e o dito Governador mandou a Jerônimo de Albuquerque com trezentos portugueses, e alguns índios pernambucanos Tabajaras, para o efeito, e se aposentou em uma terra a que chamam Santa Maria. Do que tendo os franceses notícia, os saíram a buscar com seiscentos homens, e quatro mil Índios de guerra: mas os portugueses com grandíssimo valor os venceram, e vieram desalojar desta cidade, e se fizeram senhores e povoadores dela, e ordenaram república, conservando-se nela com abundância de bens espirituais e temporais, até o ano de 1640 (aliás 1642), que os holandeses a tomaram, e possuíram ao tempo de um ano, em que os moradores, vendo-se afligidos, e seus templos profanados, com ajuda de Deus e com paus tostados por armas, se levantaram com os holandeses; e mortos muitos, obrigaram aos demais se fossem, deixando a terra aos portugueses, que com tanto valor os tiveram cercados dentro do seu quartel.

Restaurada a terra, tornaram a formar república de novo, e nela se têm conservado até o presente, e com o favor divino se conservarão por muitos anos, se Sua Majestade a amparar, e puser nela os olhos, e a mandar cultivar para que dê fruto, e não seja como ovelha que cada ano se tosquia, e lhe não deixam criar lã nem musgo. (...)

Teve esta ilha em si dezoito aldeias grandes de Índios forros de diferentes nações Tapinambás (Tupinambá), Tapuias, Tabajaras, Iguaranas; os quais com as enfermidades das bexigas, que é peste nestas partes, se consumiram e ficaram três, que agora assistem aos portugueses com seu trabalho, pagando-lhes a duas varas de algodão por mês a cada um índio, e a quatro e seis, conforme o trabalho em que os ocupam. (...)

Seus rios têm muito peixe saboroso.

Os moradores criam muito gado vacum, porcos, galinhas, patos, cabras, perus. Tem muito boas águas.

Há nesta cidade de S. Luís quatro conventos, Sto. Antonio, o Carmo, as Mercês, o Colégio, Casa da Misericórdia, N. Senhora do Desterro, S. João e a Matriz, que é Nossa Senhora da Vitória.

Sustentam os moradores dezesseis Confrarias, todas com o adorno possível à possibilidade da terra.

Tem a cidade pela barra dois baluartes com artilharia para defesa dela, e havia outra fortaleza sobre a barra que era a principal, e onde os Governadores moravam. O holandês a desmantelou; e com o tempo se acabou de arruinar, e se não tornou a reedificar pelos poucos efeitos que hoje tem a fazenda de Sua Majestade Real neste Estado, e serem muitas as praças, que nela assistem; Governador, Sargento-mor, Ouvidor-geral, Provedor, e três companhias pagas de Infantaria.

No meio da barra em cima de uma coroa de areia, que ali faz, se poderá fazer uma fortaleza que a feche de forma que não possa entrar navio sem o meterem a pique.

Dentro da ilha estão dois engenhos de açúcar, e seis molinetes de água-ardente: tem quatro salinas: fazem os moradores tabaco em quantidade, e bom (...).

Corre pela banda do Norte a terra firme, em que está uma vila, por nome Santo Antonio de Alcântara, ponta de Tapuitapera, que terá até cento e vinte moradores. Tem seis engenhos de fazer açúcar; é capitania distinta; está pouco mais de três léguas, que tanto terá de largo a baía dela à cidade de S. Luís; tem muito boas madeiras.

É terra mais alta que a ilha; e é mui abundante de tudo.

Correndo pela parte do poente, pela baía acima, estão três rios: Maracu, Pinaré, e Meari.

O Maracu desce de uns grandes lagos, aonde os moradores vem fazer pescaria de peixe-boi e xerobim.

No rio Meari há três engenhos de açúcar. São as terras muito boas para canaviais de açúcar, e mui abundantes de mantimentos; tem formosos pastos para gados, boas madeiras, e pela terra dentro alguns índios.

O rio Pinaré baixa de terras mais altas e montuosas. Está mui povoado de Índios Guajavaras (Guajajaras), é mui abundante de pescaria, e caça e de mantimentos. Tem grandes madeiras de todo gênero. Em todos estes rios se podem fabricar engenhos de açúcar: são todos mui aprazíveis. Desde a ilha à boca destes rios pode haver vinte e quatro léguas de caminho por mar.

Mais abaixo, cousa de quinze léguas desta ilha pela banda do sul, estão outros dois rios que são Itapecoru (Itapecuru) e Moni.

O Itapecoru está povoado, e terá cem moradores e seis engenhos de açúcar: é rio grande de água doce, mui abundante de caça, pesca, e frutas e mais mantimentos; tem muitíssimas madeiras e boas; grandes pastos e muito gado dos moradores dela.

Tem uma fortaleza na boca de sua entrada, com doze peças de artilharia, e um capitão com quarenta soldados, e tem arriba dos engenhos uma casa forte com quatro peças de artilharia e dez soldados portugueses, e dez Índios, a respeito dos Índios de corso, que muitas vezes fazem dano aos engenhos e moradores.

Os índios que infestam este rio são Cururisos, Oroatisos, Imajanazes, todos de corso que não têm casas, aldeias, nem roças, nem estão em um lugar; e para se fabricarem os canaviais, sem sobressalto destes Índios, se fez esta casa forte, para refrear suas insolências, ainda que algumas vezes vêm de paz, a resgatar ferramenta e fio de algodão para atarem as flechas, pelo que dão papagaios, araras, porcos, jabotis, e alguns escravos.

O rio Moni é mui alegre e de boas terras para fabricar engenhos, e são melhores que as do Itapecoru. Tem na boca três engenhos de açúcar e é mui abundante de caça, tem excelentes madeiras para fábrica de navios, pasto para gados, e uma fruta, a que chamam andiroba, que se parece à cola de Angola, de que os moradores fazem azeite

para se alumiarem; e há tanta abundância que por ela se teve conhecimento deste rio, donde dizem que os franceses tiravam algumas pedras de valor; as terras dentro são altas.

Mais abaixo, cousa de vinte léguas, está a barra do Pereá, capaz para entrarem navios por dentro com as marés de enchente, suposto que na baixa mar dão em seco, mas não tem perigo por ser o fundo mole de vasa. (...)

Na serra de Iguapaba (Ibiapaba) estão quantidades de índios Tabajaras, e Putiguaras (Potiguara) que se recolheram do Brasil, depois de terem feito grandes insolências aos portugueses em companhia dos flamengos holandeses. Vivem com grande vigilância: na sua aldeia estão dois religiosos da Companhia de Jesus; permita Deus que façam muito fruto neles, e os tragam ao grêmio da Santa Fé Católica.

Todos os Índios, assim estes como os de S. Luís, e todos quantos há, são falsos, covardes, traidores, carniceiros, cruéis, amigos de novidades: seu Deus é a gula e a luxúria. São homicidas, mentirosos, aleivosos, gente de pouco crédito e de nenhuma caridade, sem conhecimento da fé. (...)

Têm suas aldeias, em que assistem, mas não guardam lei, nem preceito algum, nem têm conhecimento de Deus; entendem que morrendo se acaba tudo; não há neles caridade para com seus próximos; estimam em pouco suas vidas, e assim por qualquer cousa se matam, sendo homicidas de si próprios; criam seus filhos sem castigo nem doutrina; têm infinitas superstições, e agouros em os animais; quando se casam compram as mulheres por pedras verdes, a quem chamam *Baraquitãs* (e as estimam em muito) ou por escravos, ou por cães de caça que criam em casa; e se a mulher se faz adultério contra sua vontade, as podem vender por escravas.

De tudo isto os Padres da Companhia têm evitado muito, e os têm doutrinado em forma que já não usam comumente destas cousas, e se a fazem, os Padres os castigam. (...)

Os índios de corso não têm aldeias nem casas em que habitem, andam pelos montes, e sustentam-se de caça, frutas agrestes e pesca; não estão quietos em um lugar; são mui corpulentos e forçosos. A carne humana que comem é de seus parentes, que em estando doentes, de forma que não possam andar, os matam e os sepultam em suas barrigas. (...)

Da ilha de S. Luís do Maranhão até a Capitania do Graão-Pará por terra em direitura poderão ser cinqüenta léguas de caminho. As terras que nele se incluem são boas e férteis, abundantes de caça, e tem grandes pastos para gado vacum, e belas águas. Seu clima é fresco. Segundo as qualidades das terras mostram que darão trigo se o plantarem.

Tem grandes madeiras, e umas formosas matas, e muitas campinas para gados; suposto que estão despovoadas de Índios, são muito boas para serem habitadas, por ser salutífero seu clima.

Da ilha de S. Luís do Maranhão até a Capitania do Graão-Pará por costa do mar deve ter de caminho cento cinqüenta léguas.

Correm de Leste a Oeste, e dá grande volta. Neste caminho há trinta e seis baías, ou enseadas, que fazem ao mar outras tantas bocas de rios, que dão fim a seu curso nele.

No meio deste caminho está uma povoação de portugueses chamada Corupi: toma o nome do rio em cuja margem está situada. Terá até cento e vinte moradores, e quantidade de Índios Tapuias, e Putuangas livres; tem dois engenhos de açúcar, e é capaz de muito mais; mui abundante de caça e pesca, e frutas de terra. O pão é de farinha de mandioca e milho.

Toda esta costa foi povoada de Índios naturais, porque em todas as bocas dos rios havia grandes povoações deles que com o tempo se despovoaram, e se meteram pela terra dentro. Só em Jaguapipora se conserva uma aldeia grande, de que é principal o Copaubá, que tem o cuidado de beneficiar umas grandes salinas, que estão no Maracanã, ou Guatapu, que dão quantidade de sal, que faz por conta de S. Majestade.

Pode-se povoar esta costa por ser abundante de sustento, suposto que suas barras não são capazes de navios grandes, pelos muitos baixos que tem.

Nesta costa sai muito âmbar; e pela costa do Pará até o Ceará, e pelas praças da ilha de S. Luís do Maranhão e por dentro destas terras promete haver ouro, e o há, conforme se viu pela experiência, que nelas mandou fazer o Governador André Vidal de Negreiros, que por ser terra de senhorio não continuou com ela. (...)"

A GUERRA DOS BÁRBAROS

A presença holandesa nas capitanias do nordeste do Brasil e no Maranhão é decorrência do período de dominação espanhola sobre Portugal e, conseqüentemente, sobre o Brasil (1580-1640). A restauração portuguesa de 1640, com o Duque de Bragança, que sobe ao trono como D. João IV, não interrompeu a invasão holandesa das colônias americanas, que prosseguiria até 1654 com a capitulação holandesa na campina da Tabor da, ratificada pelo Tratado de Paz de Haia de 1661. Nos anos seguintes, Portugal reafirmou seu domínio sobre os grupos indígenas aliados dos holandeses no nordeste do Brasil, e sobre os negros rebelados em vários quilombos, como o de Palmares, através de uma guerra de extermínio indiscriminado, a chamada Guerra dos Bárbaros, que extinguiu a maioria dos grupos indígenas autônomos ou hostis dos amplos sertões que se estendem de Alagoas e Pernambuco ao Maranhão. Nessa guerra foram utilizados, além das tropas de linha, os chamados terços de infantaria dos homens de São Paulo, organização de mamelucos com a mesma composição e ânimo das bandeiras, aos quais o governo geral e os capitães-mores engajavam com a promessa da concessão de terras e dos esca-

vos sobreviventes numa campanha geral de pacificação pelo terror. Muitos dos cabos de guerra paulistas engajados nessa campanha tiveram ademais o benefício de patentes militares, ordens honoríficas e outros privilégios equivalentes aos serviços prestados à causa da consolidação do domínio colonial.

Vários dos paulistas envolvidos nessas lutas são personalidades notórias na história do Brasil do período e que tiveram participação saliente em eventos ligados à expansão bandeirante em outras regiões do país, como Matias Cardoso, Domingos Jorge Velho e Moraes Navarro. Nos textos abaixo são transcritos informes de Domingos Jorge Velho sobre os ataques e posterior destruição do reduto negro de Palmares e o informe de um lugar-tenente de Moraes Navarro, Pedro Carrilho de Andrade, que fornece, num documento pouco usual, sua visão do universo indígena e as razões que presidiram a guerra de extermínio contra os índios Janduí, Paiacú e outros grupos assemelhados dos sertões da Paraíba e do Rio Grande do Norte, nos últimos anos do século XVII.

Domingos Jorge Velho. *Massacre de Negros* (1693-1694)

* "Domingos Jorge Velho Mestre de Campo do terço da infantaria dos homes de São Paulo, e administrador dos indios do cabello corredio, e governador da guerra dos palmares por Sua Magestade que Deus Guarde". Documentos inéditos recolhidos pelo historiador português Ernesto Ennes no Arquivo Colonial Português, editados pela primeira vez em: Ernesto Ennes, *As Guerras nos Palmares*, vol. I, Rio de Janeiro-São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1938. doc. nº 92, 93 e 94, p. 475-480.

"(...) Certifico que assistindo neste sertão do Palmar fazendo guerra aos negros levantados que nele habitam vendo-os fortificados com uma cerca tão grande e com inumerável poder deles juntos dentro dela, me foi forçoso pedir ao Senhor Governador e Capitão General Caetano de Melo de Castro me socorresse com gente para poder de uma vez acabar os ditos negros, e o fez o dito senhor tão prontamente que com todo o segredo e brevidade chegou o dito socorro de gente paga e ordenanças em quinze de janeiro e a dezesseis marchei a por em sítio o dito negro que constava a sua cerca de uma légua em roda, e me pus em um plaino sobre a dita serra, e na fronteira do outro plaino mandei a situar ao Capitão-mor Bernardo Vieira de Mello por ser a parte de mais risco. (...) e por indústria sua fabricou uma cerca com os escravos e soldados em roda da dos ditos negros que constava de duzentos e setenta braças de pau a pique a cuja imitação foram os mais Cabos fazendo o mesmo nas suas testadas que defendiam sendo por esta sua indústria lograda a melhor segurança do dito sítio, sendo em vinte e três do dito mês que fiz a primeira avançada ao dito negro que não pude romper nem chegar a dita cerca pelos inumeráveis fossos e estrepes que tinham (...). Oiteiro do Barriga em 30 de janeiro de 1694 anos.

Domingos Jorge Velho"

"(...) Certifico que assistindo neste sítio e cerco em que pus aos Negros levantados do Palmar depois de estarem em sítio vinte e dois dias no último em que se contavam os ditos vendo-se o dito Negro oprimidos do dito cerco se resolveu a romper com todo o risco abalroando por duas partes a em que estava o Capitão-mor Bernardo Veira de

Mello que os rechaçou por estilo que os fez obrigar a despenharem-se por um rochedo tão inopinável que os mais deles pereceram e se espedaçaram pelo dito rochedo obrigados das cargas com que os veio sacudindo o dito Capitão-mor com sua gente sendo em duas horas depois da meia-noite que logo a essa começaram os seus a matar e aprisionar os ditos Negros que ainda lhe feriram três homens com as cargas que lhe deram, dois de balas e um de flecha, e o dito Capitão-mor em todo esse dia desde as ditas duas horas depois da meia-noite lidou com todos os seus no alcance do dito inimigo aprisionando e matando muitos e veio pessoalmente a buscar-me para que desse pessoalmente calor no alcance do dito inimigo o que fiz e em minha companhia andou com tal desvelo e cuidado que não havia cousa que não soubesse advertir e prontamente acudir e se recolheu ao seu posto ao pôr-do-sol com cinquenta e oito pessoas que me mandou entregar sendo muitos os mortos que os seus pelas brenhas mataram, e no tal dia ainda se lhe estreparam dois homens no alcance do dito inimigo em cujo alcance se mataram mais de duzentos negros e se aprisionaram perto de quatrocentos (...). Oiteiro do Barriga em oito de fevereiro de 694 Ano.

Domingos Jorge Velho"

"(...) Certifico que depois do sítio em que pus os Negros dos Palmar na última desesperação, da qual se urgiu a sua total destruição, em a qual se houve o Capitão-mor Bernardo Veira de Mello com todo o valor, zelo e boa disposição no seguinte dia, que foi em o de 7 de fevereiro lançou a primeira tropa em que mandou toda a sua gente que achou capaz de seguirem o alcance de alguns Negros que pudessem ter escapado por entre os matos e andaram dois dias correndo a campanha por muitas brenhas e serras, e degolaram aos que puderam pelas tais brenhas descobrir, e trouxeram duas Negras prisioneiras, que por mulheres lhes perdoaram a vida (...). Oiteiro do Barriga nove de Fevereiro 694 anos.

Domingos Jorge Velho."

Pedro Carrilho de Andrade. *Massacre de Índios* (1699)

* Pedro Carrilho de Andrade, "Memória sobre os Índios no Brasil", sem data (1699?). Original existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Edição utilizada: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, vol. VII, nº 1 e 2 (1909), Natal, Typ. do Instituto, 1912: 134-151 (1ª edição).

"Senhor,

Com o devido respeito ofereço a Vossa Real Magestade este memorial de certas lembranças para V. Magestade mandar ver e ponderar como melhor lhe parecer que convém a seu real serviço que venero e o sirvo acerca da guerra ofensiva ou defensiva, paz, missões e conservação do gentio bárbaro de corso Jandois (Janduí), Vrius (Uriú), piacus (Paiacú), caretius (Caretíú), Eycos (Jeicó) e outros anexos nas partes

do Brasil, capitanias de Pernambuco, Rio Grande, ribeiras do Açú e yaguaribe (Jaguaribe). (...)

De paz ou com esse pretexto estavam os gentios pyacus (Paiacú) em yaguarybe (Jaguaribe) quando aleivosamente mataram, roubaram e despojaram a dez ou doze homens que iam a povoar aquelas terras e se fiaram deles como amigos, mas eles não têm fé nem lealdade. (...)

De paz estavam também os yandois (Janduí) quando se levantaram nas ribeiras do Açú, Moxoro e Apodi, nos anos de 1687 para 88, matando a toda a coisa viva e depois queimando e abrasando tudo,

não deixando pau nem pedra sobre pedra, de que ainda hoje aparecem as ruínas. (...)

Nesta ocasião se juntaram diversas nações de alarves e fizeram grandes fúrias e junta grande multidão, vieram até os arrabaldes do Rio Grande matando a toda a coisa viva que encontravam e fizeram grandes danos em todas aquelas sobreditas paragens.

À vista destas e outras ruínas mandaram, os governadores de Pernambuco, socorrer aos moradores, com infantaria da praça e foram duas companhias e alguma gente preta e índios domésticos e juntos, com os moradores, fizeram quinhentos até seiscentos homens, pouco mais ou menos.

Nomeou-se por cabo de toda a tropa ao Capitão-mor Manoel de Abreu, soldado velho, e , chegados que foram à ribeira do Açú, vieram logo aqueles bárbaros a buscá-los e à sua vista lhes mataram dez ou doze homens e os despiram e despojaram levando-lhes as armas sem do troço da gente os poderem livrar nem socorrer porque a guerra daqueles bárbaros é toda de ciladas e assaltos e como um raio que passa. Assistiram cinco ou seis meses na campanha e por falta de mantimentos se vieram retirando, deixando ao inimigo bárbaro por senhores da campanha.

Marchou logo outra tropa com muito mais gente e por cabo dela o Coronel Antonio de Albuquerque da Câmara que também assistiu algum tempo no sertão e teve alguns encontros e assaltos dos bárbaros e deu e recebeu alguma perda porque aqueles alarves levam vantagens aos mesmos animais nas forças e, na ligeireza de correr, não há quem os iguale ou emparelhe. Também foram de socorro dois terços de paulistas das gentes de São Paulo que andavam pelos sertões de que eram mestres de campo Domingos Jorge Velho, que hoje assiste com a sua gente nos Palmares, e outro, um Mathias Cardoso, que hoje assiste com a sua gente no rio de São Francisco.

Enquanto estas ditas tropas assistiram na campanha algum dano fizeram no inimigo bárbaro, quando menos o afugentaram, deixando as estradas livres e muito mais fariam se eles não se valessem do sagrado de umas missões com pretexto de paz. Com que se moveram dúvidas acerca dos presos, por dizerem que não se podiam cativar nem os manter na servidão por não ser a guerra justa.

Que estas são e foram sempre as maiores dúvidas com que se impedem a execução daquela guerra. Porque tanto que se tenta castigar aqueles bárbaros, e lhes vai a notícia, andam já tão sabidos que logo se acolhem ao sagrado das missões e com pretexto de paz vêm com uns segundos embargos de propósito. É matéria velha mas, contudo, logo se recebem suspendendo as execuções. Mas, tanto que se vêem livres não deixam nem deixarão nunca de furtar, matar e comer gados pelos campos e carrascos. (...)

Nem mesmo se lhes dão das repressões dos reverendos Padres missionários mas, antes, também se levantam contra eles e dizem que algumas vezes lhes têm dado alguns sopapos. Nem assistem nas missões nunca, senão por instantes, e os batizados se vão a coabitar com os hereges

e pagãos. E se lhes mandam enterrar os filhos que morrem os vão depois desenterrar para os comerem como é seu uso e costume. Finalmente chegou a aquelas campanhas o mestre de campo Manoel Álvares de Moraes Navarro com o terço da gente de São Paulo que Vossa Majestade foi servido mandar assistir naquelas conquistas. (...)

Persuadido o dito mestre de campo dos moradores de yaguaribe (Jaguaribe) com queixas que lhe faziam das nações dos pyacus (Paia-cú), lhes deu e mandou dar algumas assaltadas, mas logo teve dúvidas acerca dos presos que tinha feito por dizerem que não se podiam cativar por não ser a guerra justa.

Em como querendo o dito mestre de campo dar no gentio jandois (Janduí) das ribeiras do Açú, por achar que lhe haviam faltado com a fidelidade que lhe haviam prometido, mas eles, tanto que tiveram notícia, marcharam caminho da cidade do Rio Grande com pretexto de nova paz valendo-se do patrocínio do Capitão-mor e com pretexto de missões os amparou e se suspendeu logo a execução, mas eles não permaneceram nas missões.

Que em tais casos lhes não deve valer a imunidade da igreja por serem uns hereges e públicos tiranos que com pretexto de paz vêm a fazer danos de propósito e mais tendo faltado tantas vezes à paz e reincidido nas mesmas culpas. (...)

Três condições dizem os doutores sagrados que deve haver na guerra para ser justa e lícita. A primeira condição é a necessidade de conservar o bem comum e quietação dos repúblicos; e a segunda condição é o recuperar os bens injustamente usurpados; e a terceira condição é por defender ao inocente e refrear as insolências dos rebeldes. E sendo isto assim não fica obrigado de restituir os danos.

Diz o doutor Santo Tomás e seguem todos os doutores comumente que ao público tirano pode qualquer do povo matar para livrar a república e bem comum da opressão da tirania. Pois, logo, todas estas condições e circunstâncias se acham naquela guerra que fazem ou provocam a fazer aqueles bárbaros aos moradores. O primeiro ponto e condição é por necessidade de conservarem o bem comum e quietação dos repúblicos; o segundo ponto ou condição é por recuperarem os bens injustamente usurpados; e o terceiro é por refrear as insolências daqueles rebeldes e defender ao inocente, pois sendo isto assim como dizem que é injusto, bem fora que se não relaxaram as leis de Vossa Majestade e que se observem inteiramente. (...)

Sobre esta paz ou guerra tenho mostrado as causas, declarado os efeitos, apontado os meios, ofereço a Deus que lhe ponha a virtude e a Vossa Real Majestade para que lhe mande acudir com os remédios que melhor lhe parecerem que convém a seu Real serviço que eu venero, servir obedecendo e pedindo humildemente o perdão da confiança e grosseria das palavras singelamente nascidas dos afetos, da vontade e zelo de me empregar no serviço Real de Vossa Majestade, que Deus guarde.

Do mais mínimo vassalo e humilde servidor de Vossa Majestade.

(Assinado) Pedro Carrilho de Andrade."

Joam Guinzel. *Candor Jesuíta*
(29-10-1699)

Os jesuítas detiveram, por largo espaço de tempo, uma posição privilegiada na formulação e execução da política indígena nos territórios portugueses da América. No Maranhão, em particular, tinham o monopólio da posse e distribuição da mão-de-obra indígena, única força de trabalho disponível na região. Isso lhes conferiu um poder extraordinário, freqüentemente desafiado pela oposição rancorosa dos colonos. As pressões dos últimos culminaram na expulsão dos jesuítas do Maranhão e de São Paulo no século XVII. Voltariam aos dois Estados depois de negociar um acordo, pelo qual abriam mão da administração temporal dos indígenas. Isso significava uma ampla concessão aos interesses escravistas dos colonos, a despeito da apaixonada oposição de Antônio Vieira. É significativo observar que essa mudança de orientação é acompanhada, no plano individual, por uma definida alteração no caráter e nos interesses dos missionários envolvidos no processo. A vocação utópico-missionária de Vieira é substituída pelo pragmatismo de dois economistas da Companhia de Jesus: Jorge Benci (autor de *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*) e João Antônio Andreoni (autor de *Cultura e opulência do Brasil*), que formularam as bases da nova política.

Em 1697, morreu, na Bahia, o maior dos jesuítas do Brasil, padre Antônio Vieira, revoltado, como diz Lúcio de Azevedo em sua biografia (1), pelas humilhações dos inqueritos e da prisão pelo tribunal do Santo Ofício e vencido pela traição de seus confrades, que negociavam a liberdade dos índios pela permanência de seus estabelecimentos missionários. No ano anterior à sua morte, escrevia ao padre Baltazar Duarte que "não vou buscar saúde nem vida, senão um gênero de morte mais sossegado e quieto" (2). A mais definitiva comprovação do

fracasso da postura ética de Vieira em favor das liberdades indígenas é dada pelo testemunho de outro jesuíta no Brasil que, dois anos após sua morte, em comunicação ao governador geral do Brasil, D. João de Lancastro, defende explicitamente o massacre dos índios Paiaçú, de que era missionário, pelo bandeirante Moraes Navarro. A postura desse jesuíta de origem alemã, da Província Brasileira da Companhia de Jesus, Joam Guinzel (João Guedes), expressa os níveis de degradação e de compromisso da ação jesuítica face aos interesses dominantes da sociedade colonial.

* "Carta que o Pe. Joam Guinzel da Companhia de Jesus Missionario nas Aldeias assentadas denovo na Capitania do Rio grande escreveu ao Sr. Dom Joam de Lancastro. 29 de outubro de 1699". O original se encontra no Arquivo Histórico Colonial, Baía. Apensos, Capilha de 7 de janeiro de 1700. Publicada pela primeira vez na *Revista Trimestral do Instituto do Ceará*, vol. 31: 195-198 (Coleção Studart). Edição utilizada: *Documentos para a História do Brasil e especialmente a do Ceará* (vol. 4 - Coleção Studart), em *Revista Trimestral do Instituto do Ceará*, vol. 37, 1923: 131-133.

"29 de outubro de 1699. — Carta que o Pe. Joam Guinzel da Companhia de Jesus Missionário nas Aldeias assentadas de novo na Capitania do Rio Grande escreveu ao Sr. Dom Joam de Lancastro

A facilidade com que V. S. admitiu uma e outra vez a este seu humilde devoto a beijar-lhe a mão, me dá confiança de que com a mesma será admitida esta presente carta: especialmente quando com ela satisfaço a ordem que V. S. me deu antes da minha partida da Bahia. Mas esta só então será cabalmente ditosa, só com o chegar a achar a V. S. com aquela saúde, que lhe devem desejar todos aqueles, que como eu, estão interessados nela, e nas mais felicidades de V. S. e portanto lhe desejam como suas. Serve esta para dar a V. S. conta da nossa cumprida viagem ou para dizer melhor do feliz cumprimento dela.

Aos 12 de outubro cheguei a este Arraial do Assú (Açú) com meu Padre companheiro ambos a salvamento; se bem depois de passados notáveis trabalhos, e perigos assim por terra como por mar. Fomos recebidos do Mestre de Campo com aquele amor, que só podíamos merecer com o titulo de sermos Capelães e humildes devotos de V. S.

A primeira coisa em que aqui reparei e que me fez pasmar, foi ver a grande paciência e constância com que o Mestre de Campo, com todo o seu terço de Lancastro, tinha tolerado a falta de todo o necessário a qual chegou a tal excesso que já havia meses não tinha aparecido nenhum só grão de farinha em todo este Arraial. E se bem a falta dela, e dos mais mantimentos, pudera ter sido ocasião de que os

(1) AZEVEDO, 1931.

(2) Antônio Vieira, Carta ao Pe. Baltazar Duarte, 3 de julho de 1696. Em VIEIRA, vol. 3, 1928: 687.

soldados por meios ilícitos buscassem o remédio dela; sem reparar em que com isso renovariam algumas queixas antigas nos moradores.

Em tudo o bom governo do Mestre de Campo atalhou isso e efetuou que até agora se houvessem de tal sorte, que nem ainda os mais malévolos tenham razão de queixa neste ponto.

A falta da farinha, que ainda hoje persevera, é a causa de não proseguirmos a nossa viagem até o lugar em que se hão de assentar as nossas Aldeias ou para dizer melhor as de V. S^a pois mais são emprego seu do que nosso, e como tal confiamos será sempre favorecido como ela chegar que será dentro de poucos dias. O mesmo Mestre de Campo nos quer fazer favor de acompanhar-nos até nos segurar nas Aldeias; e assim confio que bem cedo me verei entre os meus queridos, por tantos caminhos buscados Payacuses (Paiacú). E se bem que nesta última entrada e guerra, que fez o Mestre de Campo se diminuiu notavelmente o número deles; nem por isso duvido de que se acharão ainda bastantes, para eu empregar neles o meu limitado zelo; e o fruto que se tirará da dita diminuição será virem os demais sujeitos e serem mais capazes de receber a doutrina cristã.

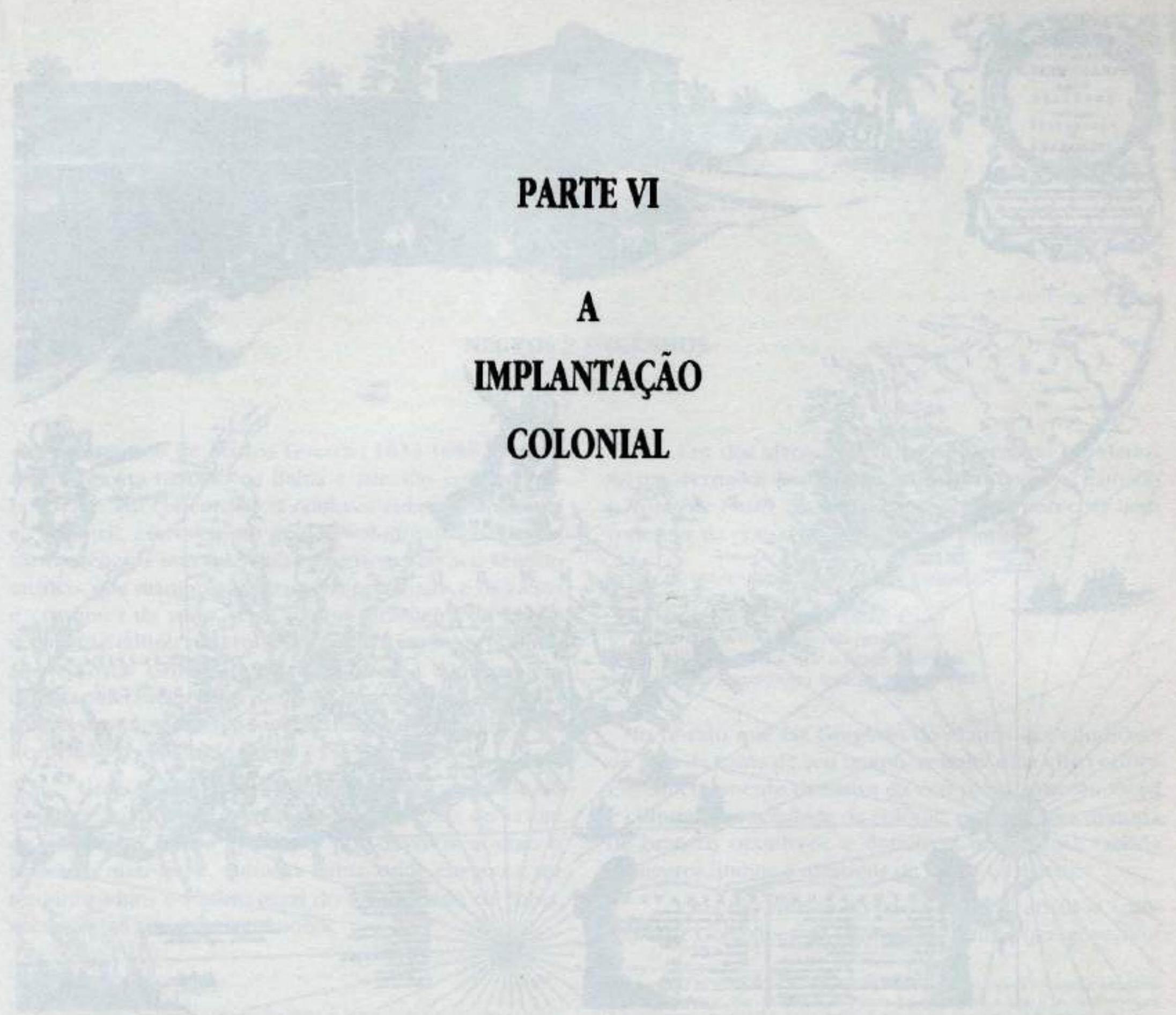
Eu confesso que quando tive novas do estrago que se tem feito nesta gente fiquei notavelmente desconsolado; porém como depois ouvi as razões que tinham obrigado ao Mestre de Campo a dar-lhes guerra não tive outro remédio do que conformar-me com a vontade de Deus; pois ele foi servido permitir que eles mesmo dessem causa a esta

ruína. Quais fossem as ditas razões, não repito eu, por não ser cumprido; especialmente quando sei que o faz o Mestre de Campo, só digo que ouvidas elas, não podia V. S^a deixar de aprovar a dita guerra como justa, por mais que a culpem como injusta os que talvez não estão informados das ditas razões.

Uma coisa peço agora a V. S^a pois para o fazer me tem dado confiança a qual é, que para conservação destas mesmas Aldeias que pretendemos fazer, e das outras que com o exemplo destas se farão nas mais nações desse Assú (Açú), seja servido de propor a S. Majde., que Deus guarde, a muita conveniência e necessidade precisa, que há de que se conserve este terço ainda por alguns anos neste Assú: que certo é que sem ele não se pode conservar um gentio tão numeroso naquela sujeição que se requer, para se fazer nele o fruto desejado. Quanto mais que da conservação desse terço depende todo o proveito temporal e sossego desta Capitania, que é o que tantos anos procura S. Majde. e com que dará por bem empregado todo o gasto que se fizer.

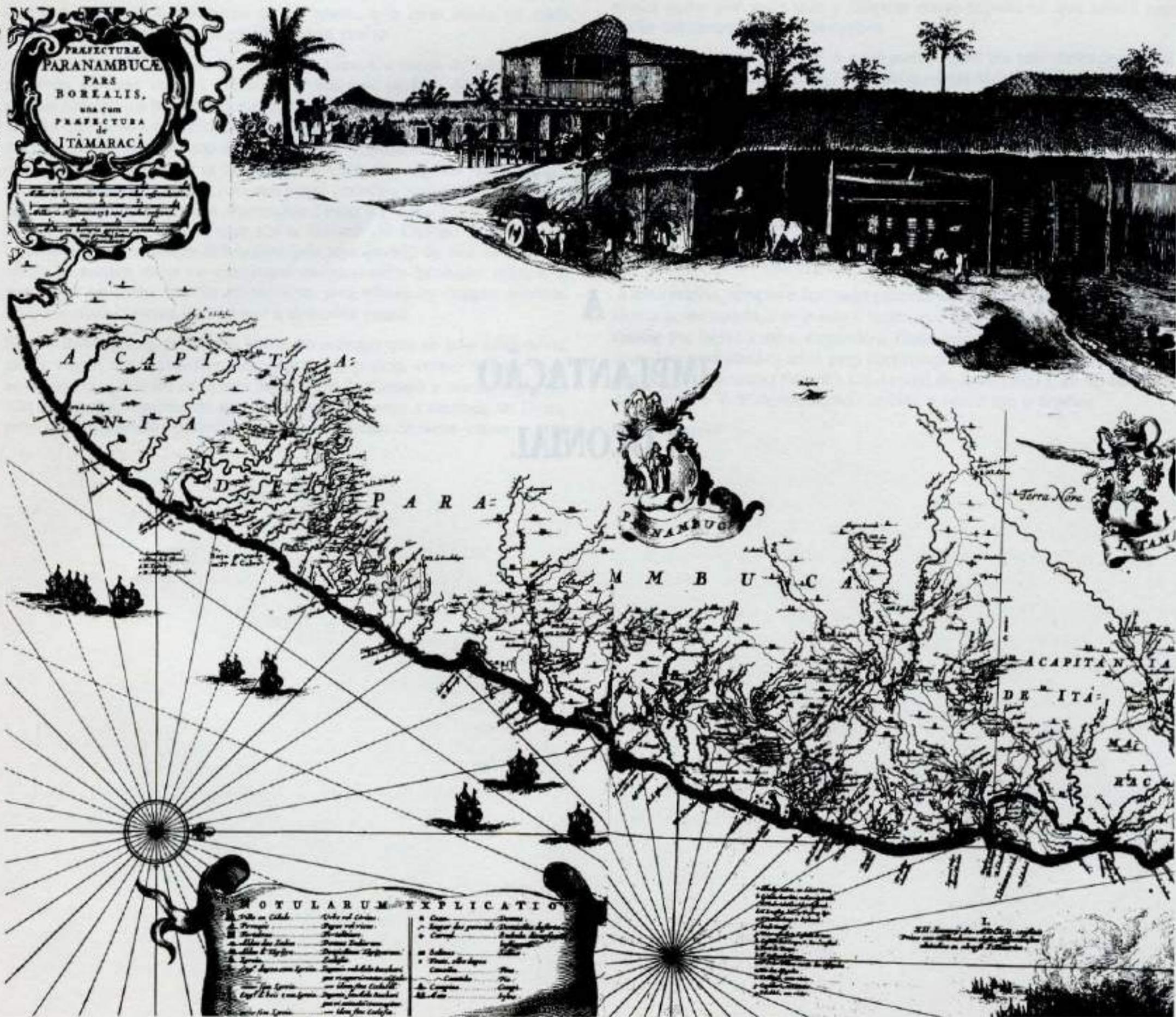
A esta minha petição e limitado parecer receberá V.Sa. com a benevolência acostumada, e pois não é lícito que enfade mais a V.Sa. humildemente lhe beijo a mão, rogando a Deus que lhe aumente e conserve a saúde por dilatados anos para consolação minha e amparo dos meus queridos Payacuzes (Paiacú). Do Arraial do Assú (Açú), 29 de outubro de 1699. De V. S^a devotissimo Capelão e servo em o Senhor.

Joam Guinzel"



PARTE VI

A
IMPLANTAÇÃO
COLONIAL



PRAEFECTURAE PARANAMBUCAE PARS BOREALIS, UNA CUM PRAEFECTURA DE ITAMARACÁ.

Em Casparis Barlaei, *Rerum Per Octennium in Brasilia...* (Amstelodami, Ex. Typographeio Ioannis Blaeu, 1647). Mapa de Pernambuco e Itamaracá do conjunto cartográfico de George Marcgrave (1643). Engenho de açúcar, desenho de Franz Post

NEGROS E ENGENHOS

Retratos de Negros

Gregório de Mattos Guerra (1633-1696) foi um célebre poeta nascido na Bahia e falecido em Pernambuco que, em concordância com sua vida movimentada e conflitual, escreveu um grande volume de poesias de vários gêneros mas que tinha a distinguí-las seu sentido satírico, que manipulava contra os poderosos e os vícios e costumes da terra. A Academia Brasileira de Letras recolheu e editou sua produção poética em seis volumes: *Sacra*, *Lírica*, *Graciosa*, *Satírica* (2 vols.), *Última*, além de uma coletânea, *Licenciosa*, não impressa e cujas cópias se guardam nos reservados da Biblioteca Nacional e da Academia Brasileira de Letras (1).

Gregório de Mattos estudou na Universidade de Coimbra, onde doutorou-se em Leis. Foi juiz do crime de órfãos em Lisboa e, depois, por desavenças com o poder da metrópole, voltou à Bahia, onde chegou a ser tesoureiro-mor e vigário geral do arcebispado da Bahia, apesar de só ter ordens menores.

Um dos alvos preferidos de Gregório de Mattos foi o governador Antônio de Sousa de Meneses, chamado *o Braço de Prata*. Na estrofe final pode-se perceber bem o caráter da poesia de Gregório de Mattos:

"Xinga-te o negro, o branco te pragueja;
E a ti nada te aleija;
E por teu sem sabor e pouca graça,
És fabula do lar, rizo da praça.
Ah! Que a balla, que o braço te levára,
Venha segunda vez levar-te a cara!" (2)

No retrato que faz Gregório de Mattos das condições de vida da Bahia de seu tempo, ressalta uma visão crítica e freqüentemente derrisiva da complexa situação racial e cultural da sociedade da colônia, em que uma minoria de brancos opunha-se e dominava uma massa variada de negros, índios e mestiços de todos os matizes.

Uma das vítimas do poeta foi o governador Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, que governou

(1) Coleção Afrânio Peixoto da Academia Brasileira de Letras: *Sacra* (1923); *Lírica* (1923); *Graciosa* (1930); *Satírica* (1930, 2 vols.); *Última* (1933).

(2) Gregório de Mattos, "Ao governador da Bahia, Antônio de Sousa e Meneses, alcunhado o Braço de Prata" Em: *Florilégio da Poesia Brasileira*, vol. 1, org. F. A. de Varnhagen, Rio de Janeiro, Publicação da Academia Brasileira de Letras (Coleção Afrânio Peixoto), 1946: 79.

a colônia depois do *Braço de Prata* e que, entre outros deméritos ostentava a condição de mamaluco, herdada de seu pai.

"Pariu a seu tempo um cuco,
Um monstro, digo, inhumano,
Que no bico era tocano,
E no sangue mamaluco (...)

Lhe veio, sem ser rogado
Um troço de fidalguia,
Pedestre cavallaria,
Toda de bico furado. (...)

Antes de se pôr em pé,
E antes de estar de vez,
Não falava portuguez,
Mas dizia o seu cobé. (...)

Pagâmos, que é homem branco,
Racional como um calhão;
Mamaluco em quarto grão
E maligno desde o tronco. (...)" (3)

A irreverência contumaz de Gregório de Mattos contra os governantes e os "enfidalgados" da Bahia, que ele definia com malignidade num soneto transcrito a seguir, custou ao poeta a deportação para Angola. Aí permaneceu por algum tempo, sobrevivendo como advogado, até que conseguiu voltar ao Brasil, fixando-se em Pernambuco, onde faleceu em 1696.

SONETO

A certos enfidalgados

* Gregório de Mattos. Primeira edição: *Florilégio da Poesia Brasileira*, org. F. A. de Varnhagen. Lisboa, Imprensa Nacional, 1850. Edição utilizada: *Florilégio da Poesia Brasileira*, vol. 1.

(3) Gregório de Mattos, "Prozâpia do governador da Bahia, Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, depois de chegar D. João de Alencastre, seu sucessor". Em: *Florilégio*, op. cit., 1946: 80-83.

Pedagogia Escravista

O jesuíta Jorge Benci, nascido em Rimini, na Itália, em 1650, foi admitido na Companhia de Jesus em 1665. Veio para o Brasil em 1681, em companhia do padre Antônio Vieira e de outro jesuíta de origem italiana, João Antônio Andreoni, o Antonil da *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*.

org. F. A. de Varnhagen, Rio de Janeiro, Publicações da Academia Brasileira de Letras (Coleção Afrânio Peixoto), 1946: 148.

"Um calção de pindoba a meia zorra;
Camiza de urucu; mantéu de arara,
Em lugar de cotó, arco e tacoara;
Penacho de guarás, em vez de gorra;

Furado o beijo, sem temer que morra
O pai, que lhe envarou com uma titára;
Sendo a mãe a que a pedra lhe aplicára
Por reprimir-lhe o sangue, que não corra.

Alarve sem razão, bruto sem fé:
Sem mais lei que a do gosto; e quando erra,
De fauno se tornou em abaeté.

Não sei como acabou, nem em que guerra:
Só sei que deste Adão de Macapé,
Uns fidalgos procedem desta terra."

A uma procissão de cinza em Pernambuco

* Gregório de Mattos. Primeira edição: *Florilégio da Poesia Brasileira*, org. F. A. de Varnhagen, Lisboa, Imprensa Nacional, 1850. Edição utilizada: *Florilégio...*, vol. 1, op. cit., 1946: 149-150.

"Um negro magro, em sufilé mui justo;
Dois azorragues de um joá pendentos,
Barbado o Peres; mais dois penitentes;
Seis crianças com azas sem mais custo;

De vermelho o mulato mais robusto;
Três meninos fradinhos inocentes;
Dez ou doze brixotes mui agentes;
Vinte ou trinta canellos de ombro onusto.

Sem débita reverência seis andores;
Um pendão de algodão tinto em tejuco;
Em fileiras dez pares de menores;

Atrás um negro, um cego, um mamaluco;
Três lotes de rapazes gritadores:
É a procissão de cinza em Pernambuco."

Benci escreveu na Bahia, em 1700, sua obra mais conhecida, *Economia cristã dos senhores no Governo dos Escravos*. Permaneceu no Brasil até fins de 1705, quando foi transferido para Lisboa. Faleceu aí em julho de 1708. Andreoni, natural de Luca, na Itália, onde nasceu em 1649, ingressou na Companhia de Jesus em Roma,

em 1667. Foi secretário de vários provinciais da Companhia de Jesus no Brasil e chegou ao cargo de provincial entre 1706 e 1709. Foi provincial do Colégio da Bahia e publicou, em 1711, em Lisboa, seu livro *Cultura e Opulência do Brasil*. Faleceu em 1716, na Bahia.

Como se disse anteriormente, ambos os jesuítas têm a aproximá-los outras circunstâncias que não a origem nacional comum ou o interesse por temas econômicos. Os dois ingressam no Brasil em companhia do padre Antônio Vieira e constituiriam o núcleo essencial da oposição às idéias e ao apostolado do grande jesuíta, não só no plano intelectual mas no território concreto da ação política. É bem conhecido o papel de ambos na alteração radical de rumos da política jesuítica em São Paulo sobre os índios, que garantiria a volta dos missionários após sua expulsão, à custa das liberdades indígenas que submetiam aos interesses dos colonos.

Não menos conhecida é a oposição apaixonada de Vieira a tal política concessiva. Um dos últimos grandes textos de Vieira foi precisamente o "Voto sobre as dúvidas dos moradores de São Paulo acerca da administração dos índios", proferido em 1694, três anos antes de sua morte (1).

(1) Pe. Antonio Vieira. *Obras Escolhidas*, vol V — *Em defeza dos indios*. Lisboa, Ed. Livraria Sá da Costa, 1951: 340-358.

A participação de Andreoni e Benci na mudança de rumos da Companhia de Jesus, com a desistência do compromisso ético com a defesa dos índios, fica clara pelos encargos e responsabilidades que, então, assumiam. Andreoni representou o provincial da Companhia de Jesus, Alexandre Gusmão, nos entendimentos e ajustes concertados com os principais moradores de São Paulo. Por essa época, Benci tinha responsabilidades diretas na administração dos índios da mesma capitania.

Nos textos adiante transcritos foram selecionados trechos de capítulos das obras referidas de Benci e Andreoni sobre a condição econômica e disciplinar dos escravos negros no Brasil. O livro de Benci é um manual de operação da massa escrava pelos patrões, com vistas à sua utilização correta e eficaz. A despeito de todas as suas razões e justificativas de caráter teológico e ético que legitimam a escravidão, o texto de Benci é menos um tratado de moral que um instrumento normativo e utilitário.

O texto de Andreoni refere-se à descrição pormenorizada da principal atividade de exportação da colônia, os engenhos de açúcar, que consumiam a maior parte da força de trabalho escrava existente no Brasil.

Jorge Benci. *Como bem
castigar os escravos*
(1700)

* Jorge Benci, *Economia cristã dos senhores no Governo dos Escravos*. A primeira edição foi feita em Roma, na Officina de Antônio de Rossi, na Praça de Ceri, em 1705. A edição utilizada foi preparada, prefaciada e anotada por Serafim Leite, Porto, Liv. Apostolado da Imprensa, 1954: 142-150.

"(...) Mostra-se que o castigo dos escravos não deve passar de açoites e prisões moderadas

Até agora só dissemos o castigo, que não hão de dar os senhores a seus servos; agora direi qual deve ser o que lhes hão de dar, para que ponhamos o remate a este discurso. Qual pois deve ser o castigo, que devem procurar saber os senhores, e eu aqui lhes quisera ensinar? Já o declarou o Espírito Santo no Eclesiástico, dizendo: *Servo malévolo*

(ou, como se colhe do texto grego, *maléfico* ou *malitioso*) *tortura et compedes. Tortura flagellorum* (comenta Hugo Cardeal) *et compedes vinculorum*. Tendes algum servo mau, malicioso e inclinado ao vício? Castigai-o; mas seja o castigo ou de açoites ou de ferros. Estes são os castigos próprios dos servos, e de que usaram sempre os senhores prudentes e discretos de todas as nações do mundo.

Primeiramente, obrando o servo contra o que deve, deveis usar dos açoites: *Tortura flagellorum*. Não seja porém estes tais e tantos, que cheguem a rasgá-lo e feri-lo de sorte que corra em fio o sangue, como barbaramente costumam alguns senhores. Mandava Deus na Lei Velha, que cometendo-se algum crime, pelo qual o delinqüente

merecesse açoites, os juizes lho mandassem dar, e que a medida deles a tomariam da qualidade da culpa, contanto que os açoites não passassem de quarenta. E a razão de taxar este número, a deu o mesmo Deus; para que não fique o teu irmão feia e indignamente maltratado, e o vejas com teus olhos cruelmente chagado e ferido. (...)

Mas, por que pode haver nos escravos delitos tão graves e atrozes, que mereçam muito maior número de açoites; não pretendo impedir aos senhores o direito que têm para que lhos hajam de dar. E para procederem como é justo, devem fazer neste caso o que fazem os médicos, quando receitam a purga ao enfermo debilitado e fraco. Se a não pode levar toda de um golpe sem perigo de maior dano; dividindo-a em partes, mandam que se lhe dê assim dividida, de tal sorte que em um dia tome uma parte, outra em outro dia; e assim a vem o enfermo a tomar toda. Do mesmo modo se há de haver o senhor com o escravo, quando o crime, que cometeu, merece maior número de açoites do que acabamos de dizer. Os açoites são medicina da culpa; e se os merecerem os escravos em maior número do que de ordinário se lhes devem dar, dêem-se-lhes por partes, isto é, trinta ou quarenta hoje, outros tantos daqui a dois dias, daqui a outros dois dias outros tantos; e assim dando-se-lhes por partes, e divididos, poderão receber todo aquele número, que se o recebessem por junto em um dia, chegariam a ponto ou de desfalecer dessangrados, ou de acabar a vida. (...)

E sendo caso que o escravo assim castigado não se emende e não deixe a rebeldia, domai-o com ferros, prendendo-o ou com grilhões, ou com correntes, *compedes vinculorum*; porque nenhum castigo conduz mais para a doutrina e bom ensino dos servos (ainda com vantagem aos açoites) do que as prisões. Diz o Espírito Santo no Eclesiástico, que a boa doutrina é o grilhão aos pés dos maus e culpados; porque os ata e prende, para que não façam desatinos. Assim expõem este lugar os intérpretes; porém a mim me parece que se pode dizer também às avessas: que as prisões são uma grande doutrina, para que os maus caiam em si e emendem a vida. (...)

E se o escravo chegar a cometer delito, tão grave, que não sejam castigo suficiente os açoites nem os ferros, por merecerem o último

suplício: que fará neste caso o senhor? O que fará, eu o não sei; mas direi o que deve fazer, no caso que queira que se lhe dê a pena de morte. Deve entregá-lo à Justiça, para que conhecendo da causa o castigue conforme o merecimento de suas culpas. (...) Quero dizer: quando o senhor quer que o escravo seja castigado com a pena, que o seu crime merece, e ele lha não pode dar, deve remetê-lo à Justiça; e ela lhe dará, se a merecer, a sentença de morte.

Mas contra isto se me oferece uma forte objeção, a qual nos portugueses, que tão amantes são da honra e do pundonor, não pode deixar de fazer grande impressão e abalo. A objeção é esta: Que entregar o servo criminoso à Justiça, não diz bem com a nobreza e fidalguia do senhor. Confesso, que não acabo de entender onde está aqui o pundonor e o timbre. Basta que não há de ser afronta da nobreza do senhor tirar a vida ao seu escravo bárbara e inumanamente; e há de ser menoscabo seu entregá-lo à Justiça, para que o castigue com o rigor que o crime pede e manda a lei! Basta que quer antes o senhor castigar ao escravo com a demasia e excesso, a que a sua paixão ou impiedade o estimula; quer antes parecer verdugo e fazer o officio de verdugo; e não acha que é isto ofensa de sua fidalguia! E se deixar o escravo à Justiça e arbitrio dos julgadores, há de ser afronta e menoscabo e desdouro de sua pessoa! (...)

Direis: pois, Padre, neste mesmo caso não haverá outro meio, com que se remediem as coisas? O servo merece a morte; eu não lha posso dar, nem o quero entregar à Justiça, para que lha dê; pois de força hei de ceder do meu timbre e entregar-lho? Não haverá outro caminho, por onde fique castigado o servo, e eu não ceda do meu pundonor? Digo que sim há, e é este: se o castigardes com prisões continuamente por largo tempo, e com açoites interpolados, até que julgueis prudentemente que está satisfeito o delito. Ou também degredando o vendido para outra parte; mas atendendo sempre às condições acima ditas, se for casado. E desta sorte, sem ofender a lei de Deus, podereis emendar o vosso escravo, dando-lhe o castigo moderado, e só a fim de que se corrija e não erre: *disciplina, ne erret.* (...)"

João Antônio Andreoni. *O fabrico do açúcar*

(1711)

* João Antônio Andreoni (Andre João Antonil), *Cultura e Opulência do Brasil*. A primeira edição foi feita em Lisboa, na Officina Real Deslandesiana, em 1711. Edição utilizada: São Paulo, Cia. Ed. Nacional (Coleção Roteiro do Brasil, vol. 2), 1967: 159-164.

"(...) Como se há de haver o senhor do engenho com seus escravos.

Os ESCRAVOS são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente. E do modo com que se há com eles, depende tê-los bons ou maus para o serviço. Por isso, é necessário comprar cada ano algumas peças e reparti-las pelos partidos, roças, serrarias e barcas. E porque comumente são de nações diversas, e

uns mais boçais que outros e de forças muito diferentes, se há de fazer a repartição com reparo e escolha, e não às cegas. Os que vêm para o Brasil são ardas, minas, congos, de São Tomé, de Angola, de Cabo Verde e alguns de Moçambique, que vêm nas naus da Índia. Os ardas e os minas são robustos. Os de Cabo Verde e de São Tomé são mais fracos. Os de Angola, criados em Luanda, são mais capazes de aprender officios mecânicos que os das outras partes já nomeadas. Entre os congos, há também alguns bastantemente industriosos e bons não somente para o serviço da cana, mas para as oficinas e para o meneio da casa. (...)

Melhores ainda são, para qualquer ofício, os mulatos; porém, muitos deles, usando mal do favor dos senhores, são soberbos e viciosos, e prezam-se de valentes, aparelhados para qualquer desaforo. E, contudo, eles e elas da mesma cor, ordinariamente levam no Brasil a melhor sorte; porque, com aquela parte de sangue de brancos que têm nas veias e, talvez, dos seus mesmos senhores, os enfeitam de tal maneira, que alguns tudo lhes sofrem, tudo lhes perdoam; e parece que se não atrevem a repreendê-los: antes, todos os mimos são seus. E não é fácil cousa decidir se nesta parte são mais remissos os senhores ou as senhoras, pois não falta entre eles e elas quem se deixe governar de mulatos, que não são os melhores, para que se verifique o provérbio que diz: que o Brasil é inferno dos negros, purgatório dos brancos e paraíso dos mulatos e das mulatas; salvo quando, por alguma desconfiança ou ciúme o amor se muda em ódio e sai armado de todo o gênero de crueldade e rigor. Bom é valer-se de suas habilidades quando quiserem usar bem delas, como assim o fazem alguns; porém não se lhes há de dar tanto a mão que peguem no braço, e de escravos se façam senhores. Forrar mulatas desinquietas é perdição manifesta, porque o dinheiro que dão para se livrarem, raras vezes sai de outras minas que dos seus mesmos corpos, com repetidos pecados; e, depois de forras, continuam a ser ruína de muitos. (...)

No Brasil, costumam dizer que para o escravo são necessários três PPP, a saber, pau, pão e pano. E, posto que comecem mal, principiando pelo castigo que é o pau, contudo, prouvera a Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir como muitas vezes é o castigo, dado por qualquer causa pouco provada, ou levantada; e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos, de que se não usa nem com os brutos animais, fazendo algum senhor mais caso

de um cavalo que de meia dúzia de escravos, pois o cavalo é servido, e tem quem lhe busque capim, tem pano para o suor, e sela e freio dourado. (...)

Não castigar os excessos que eles cometem seria culpa não leve, porém estes se hão de averiguar antes, para não castigar inocentes, e se hão de ouvir os delatados e, convencidos, castigar-se-ão com açoites moderados ou com os meterem em uma corrente de ferro por algum tempo ou tronco. Castigar com ímpeto, com ânimo vingativo, por mão própria e com instrumentos terríveis e chegar talvez aos pobres com fogo ou lacre ardente, ou marcá-los na cara, não seria para se sofrer entre bárbaros, muito menos entre cristãos católicos. O certo é que, se o senhor se houver com os escravos como pai, dando-lhes o necessário para o sustento e vestido, e algum descanso no trabalho, se poderá também depois haver como senhor, e não estranharão, sendo convencidos das culpas que cometeram, de receberem com misericórdia o justo e merecido castigo. (...)

O que se há de evitar nos engenhos é o emborracharem-se com garapa azeda, ou aguardente, bastando conceder-lhes a garapa doce, que lhes não faz dano, e com ela fazem seus resgates com os que a troco lhes dão farinha, feijões, aipins e batatas.

Ver que os senhores têm cuidado de dar alguma coisa de sobejos da mesa aos seus filhos pequenos é causa de que os escravos os sirvam de boa vontade e que se alegrem de lhes multiplicar servos e servas. Pelo contrário, algumas escravas procuram de propósito aborto, só para que não cheguem os filhos de suas entranhas a padecer o que elas padecem. (...)"

Francisco Pyrard. *Do tráfico no Brasil* (1611)

Francisco (François) Pyrard, de Laval, foi um aventureiro francês que viveu entre fins do século XVI e começo do século XVII (1570-1621) e que passou grande parte de sua idade adulta em várias partes das ilhas e terra firme do oceano Índico e das Índias Orientais, principalmente em áreas de domínio português. O topônimo de seu local de origem, Laval, foi incorporado ao seu nome nas várias edições e referências que há de sua obra.

A história de Pyrard não é diversa da de tantos outros marinheiros e comerciantes bretões ou normandos que, nos séculos XVI e XVII, lançaram-se em expedições suportadas por armadores privados de Ruão, Dieppe ou Saint Malo, sobre o mundo colonial da África, das

Índias Orientais e das Américas, principalmente sobre regiões controladas por portugueses e espanhóis. À semelhança de muitos outros aventureiros de seu tempo, naufragos ou prisioneiros das potências coloniais, Pyrard pôde deixar o registro escrito de suas experiências e desventuras, tendo publicado, por solicitação de um ministro da corte francesa, o relato de suas experiências coloniais. A primeira edição, com 371 páginas, apareceu em 1611. Em 1615 publicou uma segunda edição muito ampliada, em dois volumes (738 pp. + 717 pp.). Dois anos antes de sua morte o livro teria uma terceira edição, também em dois volumes. Conhecem-se outras edições francesas e, em 1858, surgiu a primeira tradução em português, com notas de Joaquim Eliodoro da Cunha Rivara, Impren-

sa nacional, Nova Goa. Com base nessa edição fez-se a reedição do Porto, 1944, em dois volumes.

A presença de Pyrard no Brasil deveu-se a um acidente de navegação quando voltava das Índias Orientais à Europa e, forçado por tempestades, foi o navio desviado para a Bahia, onde o aventureiro francês permaneceu por dois meses antes de conseguir regressar finalmente à França. O texto de Pyrard constitui a primeira narrativa fidedigna e detalhada sobre as condições de vida na cidade colonial brasileira. Esta experiência, somada à vivência e capacidade de observação de Pyrard sobre a economia, o comércio colonial, o tráfico de mercadorias e inclusive de escravos entre as diversas colônias portuguesas da África, das Índias Orientais e da América, convertem seu livro numa fonte primária de informações de grande interesse.

* François Pyrard. Primeira edição: *Discours du voyage des français aux Indes Orientales, suivi du traité et description des animaux, arbres et fruits des Indes*, Paris, Chez David le Clerc, 1611. Edição utilizada: Francisco Pyrard, "Do tráfico no Brasil, Rio da Prata, Angola, Congo, S. Tomé, Mina e dos Escravos de África", capítulo XVI, em: *Viagem de Francisco Pyrard, de Laval, "Contendo a notícia de sua navegação às Índias Orientais, Ilhas de Maldiva, Maluco e ao Brasil, e os diferentes casos que lhe aconteceram na mesma viagem nos dez anos que andou nestes países (1601 a 1611) (...)"*, vol. 1, Porto, Biblioteca Histórica, Série Ultramarina, n.º 11, Livraria Civilização Ed., 1944: 163-168.

"(...) DO TRÁFICO NO BRASIL, RIO DA PRATA, ANGOLA, CONGO, S. TOMÉ, MINA E DOS ESCRAVOS DE ÁFRICA

Os portugueses, na sua navegação mercantil para o Brasil, Índias Ocidentais, Angola e outras partes de aquém do Cabo da Boa Esperança, não se servem de grandes navios, mas só de caravelas, as maiores das quais não excedem o porte de mil e duzentas a mil e trezentas toneladas; ou também usam de navios redondos, que compram aos franceses e flamengos. (...)

Os portugueses, pois, tendo tomado carga de todas estas mercadorias, vão-se na volta do Brasil, para sair em terra em algum dos portos daquele país e principalmente no de Pernambuco, que é o lugar onde se faz maior tráfico de açúcares e onde se produz maior quantidade de pau do Brasil. (...)

Quando os portugueses não querem voltar do Brasil diretamente a Portugal, mas fazer mais larga viagem, vendem ali uma parte da sua fazenda, a que acham melhor saída, e tornam a carregar mui bem o seu navio de farinha de *Mandioca*, que é uma raiz, de que abaixo falarei; e com esta carga, e com a outra parte da fazenda que trouxeram, tomam a derrota do reino de Angola, que é a leste do Brasil, afastado dele mil léguas ou mais e possuído pelos portugueses. Jaz a oito graus da linha para o sul, na costa de África, entre a Guiné e o Cabo da Boa Esperança. É a mais pobre terra do mundo, e é nela mui caro o sustento da vida, por não produzir mais que alguns frutos. O que custa dez soldos em França, custará quarenta no Brasil, mas ali cem.

O único trato que ali se faz é o de escravos negros, e nem para outra coisa a têm os portugueses, porque a não ser isso não queriam ali estar, porquanto a terra não produz mais que alguns frutos e gado, e isso mesmo acanhadamente. Daqui procede que em Espanha não sentenciam à morte os malfetores, como se faz em França, mas enviam-nos a estas terras desertas para ali traficarem. A farinha de mandioca, que não custa mais de quarenta soldos o alqueire, que pesa pouco mais ou menos vinte libras no Brasil, vale em Angola às vezes oito francos. E enquanto às mercadorias da Europa, custam ali duas vezes mais caras que no Brasil. Tiram em comutação de suas mercadorias, escravos, de que ali há tão grande número que mais não pode ser, e passa por certo que é esta uma das maiores e mais certas rendas de el-rei de Espanha em todas aquelas costas, porque lhe vêm sem dispêndio ou custo algum. Por cada cabeça de escravo, grande ou pequeno, que dali sai, pagam-se dez cruzados; e quando chegam a outra terra para ser vendidos, ou ficar nela, pagam ainda trinta por cento do seu valor. Por isso na primeira compra custam pouco mais de nada e no navio só dispendem o mantimento; mas às vezes morre grande número deles.

Quanto à moeda miúda desta terra de Angola, não é mais do que pequenas conchas ou búzios e pequenas peças de pano feito de uma certa planta. Estes panos são do comprimento de uma vara pouco mais ou menos, conforme o preço, e quando ali vão ao mercado para comprar o que hão mister, não levam outra moeda. Com este país não dispense nada o rei de Espanha, e tira dele grandes proveitos. Há ali uma mina de prata, e mesmo os naturais trazem às vezes este metal; de sorte que os portugueses, assim os daquela banda, como os de Moçambique e de Sofala, querem concertar-se para conquistarem a terra, cada um da sua parte, e assim chegarem ao sítio daquela mina e ganhá-la. Por vinte e cinco soldos de custo tirarão dela quarenta, e a prata é mui boa e pura. A causa porque não vai maior número de navios a Angola, é por ser ali o ar intemperado e mal sadio e, além disso, temerem-se da costa de Guiné, que também é mui intemperada e cheia de calmas; o que faz ser ali tão grande a carestia do sustento da vida e os escravos tão baratos; mas, quando estes chegam a outras terras, são mui caros por respeito do risco que nisso se corre.

Os que querem voltar dali diretamente a Portugal, saem com carregamento de escravos; mas os que querem fazer mais longa viagem, vão-nos vender ao Rio da Prata, donde tiram muito dinheiro, e dali voltam ainda ao Brasil a tomar nova carga de açúcares e doces, e do Brasil a Portugal. Outros vão diretamente de Angola ao Brasil para vender os seus escravos, porque ali hão mister grande número deles para servir em seus engenhos de açúcar; porque os da América não são de tão bom trabalho, e não obedecem de tão boa mente como os de Angola e de Cabo Verde. Mas, pela maior parte das vezes, vão às Índias Ocidentais, onde os vendem por alto preço.

O Rio da Prata jaz a trinta e cinco graus da banda do sul na América, que é a mesma altura, pouco mais ou menos, do Cabo da Boa Esperança; mas, os que ali vão, fazem-no secretamente e com temor, porquanto o rei de Espanha tem defendido o tratado para estas partes, para não ser defraudado nos seus direitos; e todo o dinheiro que se tira por esta via é tão secretamente que se não pode descobrir, pois a defesa

é tão estreita que leva à pena de morte. De sorte que para levarem o dinheiro, atam os sacos cheios dele às âncoras, e depois de saídos os oficiais de el-rei, levantando as âncoras, o guardam, e assim todo o dinheiro que daquelas partes se tira, é roubando e defraudando os direitos de el-rei de Espanha. E nem por isso deixam de tirar dali muito, porque todo o dinheiro que corre no Brasil e em Angola de lá vem.

Este Rio da Prata se chama assim porque vem e passa ao pé da montanha de Potosi, de onde se tira a maior parte da prata que vem das Índias Ocidentais, e ali estes mercadores vendem mui bem seus escravos, e não extraem senão prata, e depois vão dali tomar nova carga de açúcares ao Brasil. (...)"

UNIVERSAL DA MATA

DROGAS DA MATA

Simão Estácio da Silveira foi um colonizador português dos primeiros tempos do estabelecimento do antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará, onde chegou em 1619, comandando um navio da expedição de Jorge de Lemos de Betancor, que se destinava a colonizar a região. Iniciou suas atividades como encarregado dos colonos trazidos na expedição. Pouco depois voltaria a Lisboa como procurador das coisas do Maranhão, função que completaria com o trato de seus negócios particulares na colônia.

Conhecem-se dele várias propostas, como o arrendamento da extração do pau-brasil e a abertura de uma comunicação pelo rio com as partes do Peru, caminho mais fácil e seguro para a exportação da prata e outras riquezas, sempre ameaçada de perdas por corsários e outros riscos na rota usual do Panamá. Na petição ao rei dizia-se "plático en las cosas del mar que tengo mucha noticia de las del Marañon, como parece de mi relación

que he impreso". Este texto impresso é a *Relação Sumária das Cousas do Maranhão*, editado em Lisboa, em 1624, e dedicado, caracteristicamente, "Aos pobres deste Reino de Portugal". A *Relação Sumária* é um documento que pretende, claramente, fazer a propaganda da nova terra e justificar, aos olhos dos governantes e dos futuros colonos, as promessas e oportunidades da região. Entre outros planos, Simão Estácio propunha à metrópole o levantamento de quinhentos homens armados para desalojar os holandeses do Cabo do Norte e a fundação, nesse local, de uma cidade, onde introduziria cem casais de colonos e gado. Para tanto, pleiteava, além dos privilégios usuais, o poder de recrutar colonos nos Açores. É natural que, formulada com tais propósitos, a *Relação Sumária* privilegia os aspectos e oportunidades econômicas da nova colônia, pondo ênfase nos recursos, população indígena e produtos da terra, e nos projetos que esperava desenvolver na coleta das drogas da terra e na prática da agricultura.

Simão Estácio da Silveira.

Relação Sumária das Cousas do Maranhão
(1624)

* Simão Estácio da Silveira, "Relação Sumária das Cousas do Maranhão", *Separata dos Anais da Biblioteca Nacional*, vol.94 (1974), Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Divisão de

Publicação e Divulgação, 1976: 42v - 43. Trata-se de transcrição fac-similar da primeira edição, de 1624, feita em Lisboa, com 12 folhas, por Geraldo da Vinha, impressor.

“(...) Drogas

Tem-se por coisa certa que há minas de ouro e prata, e outros metais nesta terra, e pedras de muito preço, e serras de cristal, e outras de salitre, e de sal da terra, também há muitas salinas do mar, há barreiras de excelente barro, de que vale uma telha um real, e pedreiras de jaspe branco, verde, e negro de que eu trouxe as mostras a Sua Majestade, há muito mel, e cera por aquelas árvores; muita almécega, e anime, e óleos cheirosos, e se os soubéssemos compor, cuidarei que se poderia fazer benjoim de boninas, que de semelhantes resinas deve ser feito. Também suspeito que o almiscar que vem da China deve ser composto de alguma parte, ou partes de certos lagartos grandes, que há por estes rios cujas orelhas, e mais partes glandulosas mirradas, têm o mesmo cheiro, e mais veemente, e dura-lhe sempre. Não sabemos nós fazê-lo, ou pelo menos contra fazê-lo. (...) Há muito algodão, muito tabaco excelente, canafistulas bravas, salsaparrilha, a erva de que se faz o anil em Índias, pita muito rica, gengibre, pimenta em grande quantidade. Pelo de Gonzalo Pizarro me consta que há canela da mesma que em Ceilão, alguns brancos que entraram na terra dizem que há cravo como o de Ternate, em grandes matas, e o clima é aparelhado para se crer tudo dele, que enfim é Peru

Oriental e está na mesma altura que as Ilhas do Cravo, e se pode cuidar da bondade da terra que dará quanto lhe lançarem, até açafão. Pode-se fazer azeite das palmas de Guiné, que as há em quantidade, e o de rabos de peixe-boi é muito sofrível, e a manteiga dos Iurarás excede a todas, e para as candeias há muita cera, e muito óleo de Copaíba que alumia melhor que o de oliva, e é cheiroso, e dão uma botija por uma faca.

Eu me resolvo, que esta é a melhor terra do mundo, donde os nativos são muito fortes, e vivem muitos anos, e consta-nos, que do que correram os portugueses, o melhor é o Brasil, e o Maranhão é Brasil melhor, e mais perto de Portugal, que todos os outros portos daquele estado, em derrota muito fácil à navegação donde se há de ir é vinte dias ordinariamente. E por ser esta terra tal, a fez Sua Majestade, governo separado do Brasil. E tem mandado que se contratem os provimentos desta conquista, à qual envia agora dignamente, por primeiro Governador, a Francisco Coelho de Carvalho, fidalgo tão qualificado e de tantas partes, e o fez do seu conselho, e com ele envia outras pessoas suas de muita importância, com um grande socorro de soldados, armas, e pagamentos. Permita Deus que tudo seja para seu santo serviço, e de Sua Majestade, e para aumento da cristandade neste gentio e aproveitamento dos vassallos deste Reino. (...)”

Antônio Vieira. *Informação sobre
as coisas do Maranhão*
(1654)

O padre Antônio Vieira, antigo favorito do rei D. João IV, que havia promovido, em 1640, a restauração da soberania de Portugal e o conseqüente rompimento da submissão do reino e de suas colônias do domínio espanhol, havia decidido, em 1651, trocar os negócios e intrigas da corte pela ação missionária entre os índios do Maranhão. Foi esse o começo de uma etapa nova na vida do grande jesuíta, atribulada pela oposição dos colonos, mas que marcou o momento mais glorioso da ação da Companhia de Jesus no Brasil e no Estado do Maranhão.

Numa carta ao rei, de 4 de abril de 1654, o padre Antônio Vieira discute a condição de miséria e opressão dos índios escravizados pelos colonos e engajados em toda a sorte de trabalhos na colônia. Nessa carta, Vieira trata, especificamente, das condições desumanas a que são submetidos os índios no cultivo e processamento do tabaco.

* Antônio Vieira, “Carta Ao Rei D. João IV. Do Maranhão, de 4 de abril de 1654”. Primeira edição em: *Cartas do P. Antonio Vieira da Companhia de Jesus*, vol. I, Lisboa, Officina da Congregação do Oratório, 1735. Edição utilizada: *Cartas do Pe. Antônio Vieira*, T. I, coordenadas e anotadas por J. Lúcio d’Azevedo, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925: 416-421.

“(...) Tornando aos índios do Pará, dos quais, como dizia, se serve quem ali governa como se foram seus escravos, e os traz quase todos ocupados em seus interesses, principalmente no dos tabacos, obriga-me a consciência a manifestar a V. M. os grandes pecados que por ocasião deste serviço se cometem.

Primeiramente nenhum destes índios vai senão violentado e por força, e o trabalho é excessivo, e em que todos os anos morrem muitos, por ser venenosíssimo o vapor do tabaco; o rigor com que são tratados é mais que de escravos; os nomes que lhes chamam e que eles muito sentem, feissimos; o comer é quase nenhum; a paga tão limitada que não satisfaz a menor parte do tempo nem do trabalho; e como os tabacos se lavram sempre em terras fortes e novas, e muito distante das aldeias, estão os índios ausentes de suas mulheres, e ordinariamente eles e elas em mau estado, e os filhos sem quem os sustente, porque não têm os pais tempo para fazer suas roças, com que as aldeias estão sempre em grandíssima fome e miséria. (...)”

O mesmo tema é retomado por Vieira em dois outros documentos, dirigido o primeiro à Câmara do

Pará, em 12 de fevereiro de 1661, e o segundo, a "Informação que por ordem do Conselho Ultramarino deu sobre as coisas do Maranhão ao mesmo Conselho", datada de Lisboa a 31 de julho de 1678. Em todos esses documentos a ênfase é posta na exploração excessiva do trabalho indígena, única força produtiva empregada pelos colonos no Estado do Maranhão, com a resultante da miséria e do extermínio de comunidades indígenas inteiras.

* "Resposta que deu o Pe. Antônio Vieira à Câmara do Pará sobre o resgate dos índios no sertão", Pará, 12 de fevereiro de 1661. Primeira edição: *Cartas do P. Antonio Vieira da Companhia de Jesus*, vol. III, Lisboa, Officina da Congregação do Oratório, 1746. Edição utilizada: *Cartas do Pe. Antônio Vieira*, T. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925: 579-583.

"(...) Li o papel de V. Mercês, com o sentimento que deve quem é parte da mesma república, e quem sempre lhe desejou e procurou o seu maior bem, não só espiritual mas ainda temporal: conforme este zelo direi a V. Mercês tudo o que sinto e posso.

Primeiramente V. Mercês atribuem as necessidades que padecem somente à falta de escravos; e, segundo as notícias e experiências que tenho desta terra acho que são também outras as causas. A primeira é o sítio da mesma terra, toda cortada e alagada de rios, com que o comércio humano fica mui dificultoso, e de grande despesa havendo de ser todo por mar.

A segunda irem faltando no mesmo sítio os mantimentos naturais, que com a continuação do tempo sempre vão a menos, como é a caça e a pesca, de que este povo se sustenta, cousa que é impossível durar nem permanecer, e que sempre vai sendo mais custosa.

A terceira é a falta de governo político, não havendo praça nem açougue, nem outra coisa de venda ou aluguel, com que necessariamente cada família há de ter o que tem uma república; porque para a carne há de ter caçador, para o peixe pescador, para o pano fiandeiras e tecelão, para o pão lavradores, e para os caminhos embarcação e remeiros, afora todos os outros serviços domésticos.

A quarta a mudança e guerra do Reino, com que necessariamente cresceram os preços a todas as mercadorias de fora, e deram em baixa os açúcares e tabacos.

A quinta, e muito notável, a vaidade, que cresceu grandemente nestes últimos tempos, não se medindo os gastos, como antigamente, com as despesas, senão com o apetite.

E, afora destas causas públicas, deve de haver também outras secretas em alguns particulares, reservadas à ciência e providência divina, pois as necessidades que V. Mercês representam não são gerais em todos; e vemos que alguns que não tinham escravos têm hoje muitos, e outros que tinham muitos carecem totalmente deles, porque lhes morreram por justos juízos secretos daquele Senhor, que o é da vida e da morte.

Assim, que as necessidades que se apontam têm também outras causas, que V. Mercês podem e devem remediar, como aqueles a quem pertencem

ce o bom governo da república, e a emenda dos abusos dela, e as outras indústrias por onde se conseguem e se facilitam as utilidades do comum.

E vindo ao remédio, que se aponta, dos escravos do sertão, posto que eu o aprovo muito, e o solicitei com El-rei, insistindo S. M. que todos fossem livres, vejo porém que o dito remédio por si só não é suficiente; porque, por mais que sejam os escravos que se fazem, muitos mais são sempre os que morrem, como mostra a experiência de cada dia neste Estado, e o mostrou no do Brasil, onde os moradores nunca tiveram remédio senão depois que se serviram com escravos de Angola, por serem os índios da terra menos capazes do trabalho e de menos resistência contra as doenças, e que, por estarem perto das suas terras, mais facilmente ou fogem ou os matam as saudades delas. (...)

Pará, 12 de fevereiro de 1661.

Antônio Vieira."

* Pe. Antônio Vieira, "Informação que por ordem do Conselho (...), Lisboa, 31 de julho de 1678". Documento oficial do Conselho Ultramarino cuja primeira edição é de André de Barros, em *Vozes Saudosas*, Lisboa, 1736. Edição utilizada: *Obras Escolhidas*, vol. V - *Em Defeza dos Índios*, Lisboa, Livraria Sá da Costa (Obras Várias III), 1951: 324-339.

"INFORMAÇÃO QUE POR ORDEM DO CONSELHO ULTRAMARINO DEU SOBRE AS COUSAS DO MARANHÃO AO MESMO CONSELHO

Senhor — O Secretário Manuel Barreto de Sampaio me remeteu, por ordem do Conselho, as cartas inclusas do Governador do Maranhão e oficiais da Câmara da cidade de S. Luís, para que sobre as notícias delas, por serviço de S. A., informe com meu parecer. E posto que eu o não posso fazer sem muita repugnância, por haver necessariamente de falar nos religiosos da minha profissão, obedecendo, porém, como devo, direi com toda a sinceridade o que entender, segundo as presentes notícias e a larga experiência que tenho daquele Estado. E para o fazer com maior clareza, dividirei este papel em três partes: na primeira, proporei algumas máximas, certas e infalíveis, de que se seguem e seguirão os danos que se padecem; na segunda, referirei os meios que apontam o Governador e oficiais da Câmara, examinando sua conveniência e justificação; e na terceira, direi o que me parece se deve obrar.

Primeiramente, é certo, que o Estado do Maranhão está na última miséria, e nisto convém o Governador e todos; e basta a mesma miséria para acabar de destruir e desfazer o dito Estado; se houver alguma nação da Europa que o queira invadir, se perderá infalível e irreparavelmente.

É também certo que a causa da sobredita miséria é a falta de Índios, assim livres como escravos, sem os quais os moradores se não podem sustentar nem aplicar à cultura das novas drogas de que a terra é capaz, e muito menos defender-se em ocasião de inimigos, por serem os portugueses poucos, os portos e lugares por onde podem ser invadidos muitos, e a costa vastíssima, aberta e sem defesa, principalmente tendo já aprendido e sabido os Índios (desde o tempo que o Ceará esteve dominado dos holandeses) que é muito mais suave o jugo dos hereges que o de tais católicos.

Com a mesma certeza se deve supor que os mesmos Índios, que tão necessários são, já os não há, por estarem todos os sertões açoitados e despovoados em distância de trezentas e quatrocentas léguas, e os poucos que se poderão ainda descobrir, estão tão escandalizados do mau tratamento dos portugueses, e tão desenganados de se lhes não guardar o que se lhes promete e das tiranias que com eles se tem usado, que será muito dificultoso arrancá-los de suas terras, e mais tendo tantas experiências de que, descendo para as nossas, todos morrem e se têm consumido.

Sobretudo é igualmente certo e certíssimo que, ainda que os Índios fossem muitos, e todos viessem fácil e voluntariamente a viver entre nós ou na nossa vizinhança, nenhum número ou multidão deles seria bastante ao estabelecimento do Estado, e muito menos ao aumento que se lhe deseja. Assim o tem mostrado a experiência, pois, sendo o Maranhão conquistado no ano de 1615, havendo achado os portugueses desta cidade de S. Luís até o Gurupá mais de quinhentas povoações de Índios, todas muito numerosas, e algumas delas tanto, que deitavam quatro e cinco mil arcos, quando eu cheguei ao Maranhão, que foi no ano de 1652, tudo isto estava despovoado, consumido e reduzido a mui poucas aldeolas, de todas as quais não pôde André Vidal ajuntar oitocentos índios de armas, e toda aquela imensidade de gente se acabou, ou nós a acabamos em pouco mais de trinta anos, sendo constante estimação dos mesmos conquistadores que, depois de sua entrada até àquele tempo, eram mortos dos ditos índios mais de dois milhões de almas, donde se deve notar muito duas cousas: a primeira, que todos estes índios eram naturais daquelas mesmas terras onde os achamos, com que se não pode atribuir tanta mortandade à mudança e diferença do clima, senão ao excessivo e desacostumado trabalho e à opressão com que eram tratados. A segunda, que neste mesmo tempo, estando os sertões abertos e fazendo-se contínuas entradas neles, foram também infinitos os cativos, com que se enchiam as casas e as fazendas dos portugueses, e tudo se consumiu em tão poucos anos.

Seja a última máxima a causa única e original de toda esta destruição e miséria, a qual não foi nem é outra, que a insaciável cobiça e impiedade daqueles moradores e dos que lá os vão governar, e ainda de muitos eclesiásticos que, sem ciência nem consciência, ou julgavam por licitas estas tiranias ou as executavam como se o fossem. (...)

Sobre a introdução da moeda, que também se propõe na mesma carta, com o avanço de cento por cento, não me atrevo a dar juízo. Representa-se-me que por este modo subirá muito o preço das drogas de fora e abaterá igualmente o das drogas de dentro, com que antes diminuirá do que crescerá um estado cujo aumento se procura; porque, vendendo-se, v.g., um negro por cem patacas, as mesmas cem patacas para

o mercador serão sessenta mil réis, e para o morador cento e vinte. E ainda que de uma e outra parte se queiram pôr as drogas em equilíbrio, considerando-se reciprocamente o valor intrínseco ou extrínseco da moeda, nunca se podem evitar os danos que com o levantamento da nossa se tem experimentado. O dinheiro corrente do Maranhão não são só novelos e pano, senão tabaco, açúcar, cravo e os demais gêneros que se comutam; e em qualquer resolução que se tome, sempre se devem proibir os novelos, como moeda verdadeiramente falsa.

De tudo o que fica dito se colhe que os meios apontados pelo Governador e Câmara (exceto o de que logo falarei), nem cada um por si, nem todos juntos, são suficientes para o eficaz remédio do Maranhão.

Quando a primeira vez cheguei ao dito Estado, o achei enfermo deste mesmo mal, e logo avisei a S. M. das causas e apontei os remédios; e porque parte deles se não aplicaram, e os que se aplicaram, não só se impediram depois, antes se elegeram os contrários, em vez de cobrar saúde aquele corpo, está hoje expirando e quase morto. O milagre de o ressuscitar só o pode fazer o poder de S. A. e o maduro e acertado conselho de seus ministros, a quem represento os meios seguintes:

Primeiro: que S. A., por conta de sua Real Fazenda, pois não há particulares que o façam, mande meter no Maranhão competente número de escravos de Angola, os quais se vendam por preço moderado aos moradores, e com largueza de tempo, em que os possam pagar pelo rendimento dos gêneros que fabricam. Este meio é apontado pelo Governador e oficiais da Câmara e aprovado por todos os conselhos e juntas, e confirmado com os exemplos e experiências de todo o Brasil, que só cresceu à opulência depois que foi cultivado com os tais escravos; nem S. A. e seus ministros devem dificultar semelhante empenho e despesa, pois se emprega em matéria certa e não contingente, e na conservação de um Estado de quatrocentas léguas de costa, o mais vizinho de todas as conquistas, e que pela fertilidade de suas drogas é apetecido das nações estrangeiras, as quais folgaram de dispender pelo adquirir muito mais do que se pede para o conservar.

Segundo, e não menos principal: que o resgate ou latrocínio dos índios chamados escravos totalmente se proíba, e que esta proibição se observe, e as penas cominadas se executem inviolavelmente, porque só o castigo da terra pode aplacar e suspender o do Céu, como nos ensinam tantos exemplos da História Sagrada, sendo certo que em todo o domínio de Portugal não há outra terra onde tanto sangue inocente esteja clamando e pedindo justiça ao Céu, como a do Maranhão. (...)

Colégio de Santo Antônio, 31 de julho de 1678."

A CIVILIZAÇÃO DO COURO

Em duzentos anos, da segunda metade do século XVI até meados do XVIII, a pecuária conseguiu povoar todo o nordeste do País, do São Francisco baiano ao Maranhão ocidental. O passo tardo e seguro das boiadas integrou ao território da colônia os ásperos sertões nordestinos que a irregularidade do regime pluvial tornava impróprios para uma agricultura mais alentada. O criatório é a única atividade produtiva que, nestas regiões, abandona o litoral açucareiro para internar-se pelos cerrados interioranos. É de notar-se esse divórcio, para o qual chama a atenção Caio Prado Junior:

"(...) Quero referir-me à separação completa e nítida entre a pecuária e a cultura da terra que aí se revela (...) Também aponte a causa última determinante de tal estado de coisas: o sistema geral da economia e da agricultura brasileiras, voltadas para a produção absorvente de uns poucos gêneros destinados ao comércio exterior, e com a monocultura que deles resulta (...)" (PRADO JR., 1945: 182-183)

A tal ponto eram atuantes na estrutura colonial os interesses que vinculavam a economia a um comércio de exportação, que dispositivos legais interditavam, em um raio de dez milhas marítimas a partir do litoral, a criação do gado. Marginalizada nos quadros dessa estrutura econômica, a pecuária ganha os vastos sertões do nordeste já marcada de início com o caráter que sempre teria: o de atividade acessória no contexto da economia

colonial, importante para o suprimento alimentar dos núcleos litorâneos, mas sem atrair mais vivamente os interesses dominantes absorvidos nos engenhos de açúcar e, mais tarde, na mineração.

A ocupação dos campos nordestinos é precária: a vegetação natural é rala, de pequeno valor alimentício e, nos longos verões, queimada pelas secas que fazem minguar os bebedouros destinados ao gado. As boiadas conduzidas aos mercados sertanejos, principalmente no São Francisco baiano, o "rio dos currais", chegavam comumente ao destino com a perda da metade de seu número. Tão precários e difíceis eram os contatos com o litoral que os criadores se socorriam do sal indispensável ao gado nos lambedouros ou barreiros naturais, ou nas jazidas localizadas às margens do São Francisco. O valor do gado era ínfimo. O escambo substituía a moeda e os vaqueiros eram pagos em espécie, nas partilhas ou sortes, em cada três ou cinco anos, recebendo um quarto do total das crias. A pobreza dos solos e a dificuldade das aguadas dilatavam as fazendas por áreas muito vastas, em contraste com a rarefação extrema dos contingentes humanos que participavam do desenvolvimento da frente pastoril. Dispositivos régios fixavam, em fins do século XVII, em três léguas quadradas o máximo de área conce-

dida aos criadores como sesmarias. As dificuldades de controle e de intercâmbio tornavam, entretanto, inoperantes tais regulamentações, havendo, na prática, o monopólio de áreas extremamente dilatadas de território por parte de alguns grandes criadores. Assim, todo o sertão pastoril da Bahia, entre o primeiro e o segundo século de colonização, estava vinculado a dois grandes feudos, o da *Casa da Torre* e o dos herdeiros do Mestre de Campo Guedes de Brito. Por outro lado, nas zonas mais distanciadas ou de fronteira, a apropriação de novas áreas tornava-se livre na prática, sem a dependência de concessão ou pagamento de direitos reais. Era corrente nos sertões a abertura de novas fazendas por vaqueiros que acumulavam durante algum tempo as reses que lhes cabiam nas partilhas e se transferiam para territórios ainda não ocupados.

À pecuária acompanhava uma tímida lavoura de subsistência praticada nas vazantes ou nas matas ciliares que bordejam os cursos d' água permanentes. Esta fornecia ao sertanejo um mínimo de produtos agrícolas indispensáveis à sua manutenção e à dos animais de transporte: mandioca, milho, feijão, cana. Eram diminutas em extensão; as roças individuais dificilmente ultrapassariam a área

de um hectare, em que geralmente só se plantava uma vez.

O contato com os núcleos litorâneos se fazia espaçadamente, frouxo e difícil, por intermédio das feiras de gado sediadas em certos povoados sertanejos, principalmente no vale do São Francisco, que agiam como entrepostos comerciais, ou através de bufarinheiros, dizimeiros, eclesiásticos ambulantes e outros tantos, que percorriam os sertões como agentes da lei religiosa ou civil. Os bufarinheiros levavam ao sertão sua quinquilharia costumeira, as jóias, os tecidos, os instrumentos de trabalho e utensílios domésticos e, os segundos, a presença do poder real e eclesiástico.

Tais eram, em resumo, as características deste movimento colonizador da mais profunda importância para a história da formação da sociedade nacional. Chamaram-no a *civilização do couro* porque nele o gado e seus subprodutos representavam praticamente tudo, dos interesses que presidiram a formação da onda pioneira à garantia de permanência da ocupação dos sertões que se estendem das fronteiras de Minas, no São Francisco, ao território dos Pastos Bons, no Maranhão.

João Antônio Andreoni. *A Casa da Torre*
(1711)

* João Antônio Andreoni (André João Antonil), *Cultura e Opulência do Brasil*. A primeira edição foi feita em Lisboa, na Oficina Real Deslandesiana, em 1711. Edição utilizada: São Paulo, Cia. Ed. Nacional (Coleção Roteiro do Brasil, vol. 2), 1967: 307-312.

"(...) Estende-se o sertão da Bahia até a barra do rio de São Francisco, oitenta léguas por costa; e indo para o rio acima, até a barra que chamam de Água Grande, fica distante a Bahia da dita barra cento e quinze léguas; de Centocê, cento e trinta léguas, de Rodelas por dentro, oitenta léguas; das Jacobinas, noventa; e do Tucano, cinquenta. (...)

E, posto que sejam muitos os currais da parte da Bahia, chegam a muito maior número os de Pernambuco, cujo sertão se estende pela costa desde a cidade de Olinda até o rio de São Francisco oitenta léguas; e continuando da barra do rio de São Francisco até a barra do rio Iguaçu, contam-se duzentas léguas. (...)

Os currais desta parte hão de passar de oitocentos, e de todos estes vão boiadas para o Recife e Olinda e suas vilas e para o fornecimento

das fábricas dos engenhos, desde o rio de São Francisco até o rio Grande. (...)

Só no rio de Iguaçu estão hoje mais de trinta mil cabeças de gado. As da parte da Bahia se tem por certo que passam de meio milhão, e mais de oitocentas mil hão de ser as da parte de Pernambuco, ainda que destas se aproveitam mais os da Bahia, para onde vão muitas boiadas, que os pernambucanos.

A parte do Brasil que tem menos gado é o Rio de Janeiro, porque tem currais somente nos campos de Santa Cruz, distantes quatorze léguas da cidade, nos Campos Novos do rio de São João, distantes trinta e nos Goitacás, distantes oitenta léguas; e em todos estes campos não passam de sessenta mil as cabeças de gado que neles pastam.

A capitania do Espírito Santo se provê limitadamente de Moribeca e de alguns currais aquém do rio Paraíba do Sul.

As vilas de São Paulo matam as reses que têm em suas fazendas, que

não são muito grandes, e só nos campos de Curitiba vai crescendo e multiplicando cada vez mais o gado.

Sendo o sertão da Bahia tão dilatado, como temos referido, quase todo pertence a duas das principais famílias da mesma cidade, que são a da Torre, e a do defunto mestre de campo Antônio Guedes de Brito. Porque a casa da Torre tem duzentas e sessenta léguas pelo rio de São Francisco, acima à mão direita, indo para o sul, e indo do dito rio para o norte chega a oitenta léguas. E os herdeiros do mestre de campo Antônio Guedes possuem desde o morro dos Chapéus até à nascente do rio das Velhas, cento e sessenta léguas. E nestas terras, parte os donos delas têm currais próprios, e parte são dos que arrendaram sítios delas, pagando por cada sítio, que ordinariamente é de uma légua, cada ano, dez mil réis de foro. E, assim como há currais no território da Bahia e de Pernambuco, e de outras capitânicas, de duzentas, trezentas, quatrocentas, quinhentas, oitocentas e mil cabeças, assim há fazendas a quem pertencem tantos currais que chegam a ter seis mil, oito mil, dez mil, quinze mil e mais de vinte mil cabeças de gado, donde se tiram cada ano muitas boiadas, conforme os tempos são mais ou menos favoráveis à parição e multiplicação do mesmo gado, e aos pastos assim nos sítios como também nos caminhos. (...)

Para que se faça justo conceito das boiadas que se tiram cada ano dos currais do Brasil, basta advertir que todos os rolos de tabaco que se embarcam para qualquer parte vão encourados. E, sendo cada um de oito arrobas, e os da Bahia, como vimos em seu lugar, ordinariamente cada ano pelo menos vinte e cinco mil, e os das Alagoas de Pernambuco dois mil e quinhentos, bem se vê quantas reses são necessárias para encourar vinte e sete mil e quinhentos rolos.

Além disto, vão cada ano da Bahia para o Reino até cinquenta mil meios de sola; de Pernambuco, quarenta mil, e do Rio de Janeiro

(não sei se computando os que vinham da Nova Colônia ou só os do mesmo Rio e outras capitânicas do Sul) até vinte mil, que vêm a ser, por todos, cento e dez mil meios de sola.

O certo é que não somente a cidade, mas a maior parte dos moradores do recôncavo mais abundantes, se sustentam nos dias não proibidos da carne do açougue, e da que se vende nas freguesias e vilas, e que comumente os negros, que são um número muito grande nas cidades, vivem de fressuras, bofes e tripas, sangue e mais fato das reses, e que no sertão mais alto a carne e o leite é o ordinário mantimento de todos.

Sendo também tantos os engenhos do Brasil que cada ano se fornecem de bois para os carros e os de que necessitam os lavradores de canas, tabaco, mandioca, serrarias e lenhas, daqui se poderá facilmente inferir quantos haverão mister de ano em ano, para conservar este trabalhoso menceio. (...)

Constam as boiadas que ordinariamente vêm para a Bahia de cem, cento e cinquenta, duzentas e trezentas cabeças de gado (...). Os que as trazem, são brancos, mulatos e pretos, e também índios, que com este trabalho procuram ter algum lucro. (...)

Uma rês, ordinariamente, se vende na Bahia por quatro até cinco mil réis; os bois mansos, por sete para oito mil réis. Nas Jacobinas vende-se uma rês por dois mil e quinhentos até três mil réis. Porém, nos currais do rio de São Francisco, os que têm maior conveniência de venderem o gado para as minas o vendem na porteira do curral pelo mesmo preço que se vende na cidade. E o que temos dito até aqui das boiadas da Bahia, se deve também entender com pouca diferença das boiadas de Pernambuco e do Rio de Janeiro. (...)"

Pc. Antônio Sepp. *A Pecuária no Sul do Brasil*
(1698)

No sul do Brasil, no Rio de Janeiro e em São Vicente, o início da criação de bovinos, eqüinos e suínos é quase tão antiga quanto a presença dos primeiros europeus. Os dados do padre José de Anchieta, que escreve em meados do século XVI, sobre as atividades econômicas na capitania de São Vicente, testemunham o desenvolvimento dessa atividade. O mesmo faz Gabriel Soares de Sousa em seu *Tratado Descritivo*, que é de 1587. Gabriel Soares refere-se também à região do Rio Grande do Sul, que é descrita como de campos naturais, muito própria para a criação de gado.

As condições naturais favoráveis fizeram desen-

volver-se rapidamente a pecuária pelos campos que se estendem por enormes regiões das bacias do Paraná e do seu afluente, o Uruguai, onde a densa população de índios Guarani, missionados pelos jesuítas espanhóis, passou a conviver e a explorar esses rebanhos que cresciam livremente nessas áreas.

Um jesuíta da província espanhola do Território de Missões (rio Uruguai), de fins do século XVII, padre Antônio Sepp von Recheegg, de origem tirolésa, deixou um testemunho importante de suas atividades missionárias nessa região, onde faz extensas referências às relações dos grupos Guarani e assemelhados com o gado

que se dispersava pelos campos do rio Uruguai. Esses dados são relevantes para entender-se as condições de vida que deram origem às formas de vida colonial desenvolvidas aí por espanhóis e portugueses, e que assumiram sua feição mais atual com a expulsão dos jesuítas, em meados do século XVIII, e a ocupação dos territórios indígenas por imigrantes europeus e mestiços coloniais. O gaúcho emerge diretamente dessas origens indígenas e missioneiras, somadas a um fluxo de novas populações e interesses coloniais.

* Primeira edição: *Revs. Pex. Antônio Sepp e Antônio Bobm. Descrição de Viagem. Como os mesmos vão da Espanha para o Paraguai e Breve relato das coisas mais memoráveis (...)*. Mandado imprimir por Gabriel Sepp, seu irmão carnal, Nürnberg, editado por Johann Hoffmanns, 1698 (tradução da página de rosto da "Viagem"). Edição utilizada: Padre Antônio Sepp, *Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos*, São Paulo, Liv. Martins Editora (Coleção Biblioteca Histórica Brasileira), 1951: 57-58, 128-133.

"(...) A terra, *nota bene*, é tão fértil, que por toda a parte encontrarás uns doze a quinze mil bois e vacas, dos maiores e mais bonitos, deitados no capim ou pastando. São livres e não fazem parte de nenhum rebanho. Se te aprouver carnear uma rês, basta ir ao campo, atirar-lhe uma corda pelos chifres, trazê-la para casa; pertence-te. Nosso Colégio, recentemente, mandou reunir 20.000 cabeças de gado e o vendeu por 12.000 *Talers*. Portanto, a cabeça sai mal por um *Gulden*. Não seria isto um alto negócio para os mercadores de gado e corretores da Europa! Nestes bois e touros, que são extraordinariamente crescidos e todo brancos, a gente só considera o couro e quiçá também a língua. A carne, que sobrepuja a das reses húngaras, deixa-se abandonada no campo, como pasto para as aves de rapina e os cães selvagens. (...) *Nota bene*: há aqui índios e negros (ambos bons católicos) e espanhóis. Os índios só comem carne de rês, sem pão e sem sal, e quase crua. No campo aberto, atiram o laço em direção de um boi, com um faca grande cortam-lhe um nervo na pata traseira, de modo que o animal tem que cair. Depois, cravam a faca referida na cabeça do animal, atrás, na nuca. Após o terceiro golpe, a rês deixa de viver. Cortam-lhe, então, o pescoço, atiram-lhe a cabeça fora e a estripam.

Isto tudo é feito rapidamente, numa metade de quarto de hora. Nesse meio tempo, outros índios fazem um fogo de arbustos de cardos, e enquanto aqueles estripam o animal, estes já cortam, com suas facas compridas, pedaços de carne daqui e dali, espetam-na em varas de pau, mantêm-na um pouco sobre a fumaça e o fogo, mal deixam que ela es quente e já a enfiam na bocarra voraz, devorando-a de tal modo que o sangue escorre por toda parte. E tão voraz é este povo selvagem indígena, que, enquanto um quarto de boi vai assando de um lado, vão cortando pedaços do outro. Assim, o assado já é devorado enquanto se assa. Dois índios devoram com facilidade um boi todo, em uma ou duas horas. (...)

Pelo meio-dia, à tardinha e à meia-noite, não se vê da minha aldeia outra coisa senão um campo infinitamente extenso, bem liso e plano, sobre o qual rebanhos incontáveis de gado pastam o capim verde.

Não temos estrebarias, mas deixamos o gado, inverno e verão, dia e noite, no campo, tampouco ceifamos e não fazemos feno, mas o capim de quase um côvado serve o ano todo de pastagem. Também não precisamos de pastores ou guardas, porque aqui não há ladrões. Se o cozinheiro quer ferver um pouco de leite - costumamos dar aos doentes diariamente um prato de leite fervido - é só mandar o primeiro índio para o campo à frente de minha casa. (...)

Há tantos bois, vacas, terneiros e cavalos em nossos campos, que tu em muitos lugares nada mais vês, de tanto gado gordo e bonito. As vacas maiores custam aqui, quando muito, 15 *Kreuzers*, mas não em dinheiro, mas em valor monetário. Entende-se que essas vendas só se fazem de uma aldeia para a outra ou para os espanhóis, porque dentro dos aldeamentos o Padre Missionário distribui, gratuitamente, duas vezes ao dia, a carne que os índios precisam. (...)

Há pouco, minha aldeia saiu campo afora para arranjar vacas para a alimentação diária deste ano. Em dois meses reuniram 50.000 vacas e as trouxeram para meu aldeamento. Tivesse eu mandado, eles também teriam trazido 70, 80 ou até 90.000. Para esses 50.000 animais não gastei um ceutil. O maior trabalho e arte consiste em que os índios reúnam tão jeitosamente os animais, que nenhum estoure e dispare. O que conto desta minha aldeia também vale para as 26 outras reduções.

O benévolo leitor poderá calcular facilmente quantas reses se gastam aqui ao todo, quando eu só já consumo tantas, e quantas ainda ficam sobre os campos infinitos do Paraguai, para a procriação indispensável. Nossos três navios levaram 300.000 couros para a Espanha, mas não de vacas, e sim de touros mais crescidos. Aqui, um couro sai a 15 *Kreuzers*, que vem a ser o salário para o serviço de tirá-lo. Na Europa, no entanto, em qualquer parte, vende-se um couro de boi como este por seis e mais *Reichstaler*. Daí poderá o benévolo leitor mais uma vez fazer nova conta, calculando o lucro indizível que os espanhóis tiram só do couro. São as verdadeiras minas indígenas de ouro e prata de Sua Majestade Real. Porque, de resto, não se encontra ouro nem prata entre os índios, e, até, o nome do dinheiro lhes é inteiramente desconhecido. Quando os índios compram algo dos espanhóis, fazem-no em troca de mercadorias, não passando de mero negócio das selvas ou puro negócio de troca, distando muito e muito do verdadeiro comércio de compra e venda. E a palavra usada é só esta: Se tu me deres tantos bois e tantas vacas, dar-te-ei tantos e tanto côvados de tecido de linho; se me deres tua faca, dar-te-ei meu cavalo. Desta maneira, os índios tornam verdade o anexim usado pelas crianças européias, quando dizem "dar um cavalo por um apito", porque, na realidade, aqui um apito vale mais do que o melhor e mais lindo cavalo, por causa da superabundância de cavalos e da carência de apitos. (...)

Também não nos faltam galinhas, leitões, cordeiros, ovelhas, cabras. A aldeia de São Tomé já há anos contava com mais de 40.000 ovelhas.

Aldeamento que não fosse capaz de criar três a quatro mil cavalos de montaria seria considerado pobre. Particularmente apreciadas são as mulas, possuindo eu também um animal bem criado. Um cavalo vale, quando muito, um *Taler*, não em dinheiro, mas em fumo, mate, agulhas, facas ou anzóis. (...)

A FOME DO OURO

Dois Séculos de Garimpagem

O descobrimento e conquista da América provocou toda a sorte de indagações e perplexidades com respeito à natureza, caráter e promessas dos novos territórios e de suas populações nativas. Mais do que a conquista das Índias Orientais, já conhecidas desde a antiguidade e ocupadas e dominadas pela expansão árabe, as terras da América haveriam de revolucionar a geografia, a política, a economia e a teologia de fins do século XV.

O Renascimento é, no plano do conhecimento, uma resposta à extraordinária revolução desencadeada pela expansão européia a todos os continentes. Essa expansão provocou a revitalização de antigos mitos sobre seres monstruosos e incontáveis riquezas que desafiavam a curiosidade e a cobiça dos conquistadores das novas terras. A conquista pelos espanhóis das altas civilizações nativas dos Andes, da América Central e do México, com sua população de milhões, suas grandes cidades e estradas, sua metalurgia ritual e suntuária de ouro e prata e outras maravilhas, serviram para aguçar ainda mais a cobiça dos conquistadores.

Por estas expectativas e promessas se pode explicar a busca frenética e sempre frustrada, nos dois primeiros séculos, de riquezas minerais equivalentes nos territórios sob domínio português na América. Eis por que são tão precoces e variadas as notícias das grandes riquezas do sertão que aguardavam os conquistadores. Os mitos do velho e do novo mundo contribuíram muito para isso, e a presença eventual, real ou suposta, de objetos de prata ou ouro entre as tribos Tupi ou assemelhadas do litoral atlântico, também tiveram seu papel. O certo é que, antes de terminar a primeira metade do século XVI, expedições repetidas foram enviadas ao interior em busca dessas riquezas. Nos textos abaixo foram selecionados trechos que tratam de algumas dessas tentativas.

Carta de Duarte Coelho de 1542

Duarte Coelho foi um dos primeiros e mais importantes colonizadores do Brasil em sua fase inicial. Donatário da capitania de Pernambuco, que ele chamava Nova Lusitânia, a partir de 1535 iniciou nessa região a economia açucareira, fundou a Vila de Olinda e procurou desenvolver seus domínios com a instalação de muitos colonos

e de uma política justa e esclarecida. Como outros homens de sua época, estava fascinado pelas possibilidades de exploração mineral do interior, atividade de que dá conta na carta ao rei de 1542, abaixo transcrita.

* "Carta de Duarte Coelho a El Rei, 1542". O original se encontra no Arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa, *Corpo Cronológico*, maço 71, doc. 145. Edição utilizada: *Cartas de Duarte Coelho a El Rei*, por José Antonio Gonsalves de Mello e Cleonir Xavier de Albuquerque, Recife, Imprensa Universitária (Documentos para a História do Nordeste II), 1967: 29-33.

"Senhor

Pelo capitão dos navios que daqui mandei o mês de setembro passado dei conta a Vossa Alteza de minha viagem e chegada a esta Nova Lusitânia e do que cá era passado e depois acá meti-me senhor a dar ordem ao sossego e paz da terra com dádivas a uns e com pelas mãos a outros, porque tudo é necessário. E assim dei ordem a se fazerem engenhos de açúcares que de lá trouxe contratados fazendo tudo quanto me requereram e dando tudo o que me pediram sem olhar a proveito nem interesse algum meu, mas a obra ir avante como desejo. Temos grande soma de canas plantadas todo o povo com todo trabalho que foi possível e dando a todos ajuda que a mim foi possível e cedo acabaremos um engenho mui grande e perfeito. E ando ordenando de começar outros praza ao Senhor Deus que segundo sua grande misericórdia e minha boa intenção me ajude. Quanto Senhor às cousas do ouro nunca deixo de inquirir e procurar sobre o negócio e cada dia se esquentam mais as novas mas como sejam daqui longe pelo meu sertão adentro e se há de passar por três gerações de mui perversa e bestial gente e todos contrários uns dos outros há se de passar esta jornada com muito perigo e trabalho, para o qual me parece e assim a toda minha gente que se não pode fazer senão indo eu e ir como se deve ir e a cometer a tal empresa para sair com ela avante e não para ir fazer barcoriadas como os do Rio da Prata que se perderam passante de mil homens castelhanos e como os do Maranhão que perderam setecentos e o pior é ficar a cousa danada. E por isso Senhor espero a hora do Senhor Deus na qual praza a ele Deus que ma cometa esta empresa e para seu santo serviço, e de Vossa Alteza que este será o maior contentamento e ganho que eu disso queira ter. (...) Desta vila de Olinda a XXVII (27) de abril de 1542.

Servo de Vossa Alteza

Duarte Coelho"

Frei Vicente do Salvador. *Relato da Morte de Gabriel Soares em Busca do Ouro*
(1627)

O cronista e senhor de engenho Gabriel Soares de Sousa, já mencionado freqüentemente, esteve em Portugal e na Espanha em 1584, onde, depois de mencionar

informações e indícios de que disporia sobre as riquezas do sertão, foi nomeado, pelo rei, Capitão-mor da Conquista e Minas, voltando ao Brasil em 1591, em companhia do novo governador geral, D. Francisco de Sousa, e de 360 colonos. No ano seguinte, no exercício das funções de governador das Minas, fez uma penetração ao longo do rio São Francisco, sendo vitimado por febres na altura das nascentes do Paraguaçu, onde morreu com vários de seus companheiros. O texto sobre a última expedição e morte de Gabriel Soares é de autoria de Frei Vicente do Salvador, em sua *História do Brasil* de 1627.

* Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 1627. A primeira publicação integral desta obra se fez em 1888, nos *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 13, fasc. n.º 1, 6, Rio de Janeiro. Edição utilizada: *História do Brasil*, São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1931: 350-353.

"(...) Era Gabriel Soares de Sousa um homem nobre dos que ficaram casados nesta Bahia da companhia de Francisco Barreto, quando ia à conquista de Monomotapa, de quem tratei no capítulo décimo terceiro do livro terceiro. Este teve um irmão que andou pelo sertão do Brasil três anos, donde trouxe algumas mostras de ouro, prata e pedras preciosas, com que não chegou, por morrer à tornada, cem léguas desta Bahia, mas enviou-as a seu irmão, que com elas se foi depois de passados alguns anos à corte, e nesta gastou outros muitos em seus requerimentos, até que el-Rei o despachou, e se partiu de Lisboa em uma urca flamenga chamada *Griffo Dourado* a 7 de abril de 1591 com trezentos e sessenta homens, e quatro religiosos carmelitas, um dos quais era frei Hyeronimo de Canavazes, que depois foi seu provincial. (...)

Chegaram a esta cidade e foram bem recebidos do governador D. Francisco de Sousa, que lhes fez dar à execução as provisões que trazia de Sua Majestade para levar das aldeias dos padres da Companhia duzentos índios flecheiros e os brancos que quisessem ir, com os quais se partiu para sua fazenda de Jaguaripe, e aí reformou duas companhias por Pero da Cunha e Gregório Pinheiro não quererem ir na jornada, e deu uma a João Homem, filho de Garcia d'Avila, outra a Francisco Zorrilha. Foram por capelães o cônego Jacome de Queiroz e Manuel Alvares, que depois foi vigário de Nossa Senhora do Socorro.

Partiram de Jaguaripe e chegaram à serra de Quareru, que são cinquenta léguas, onde fizeram uma fortaleza de sessenta palmos de vão com suas guaritas nos cantos, como el-Rei mandava que se fizesse a cada cinquenta léguas.

Aqui fizeram os mineiros fundição de pedra de uma beta que se achou na serra e se tirou prata, mas o general a mandou cerrar e, deixando ali doze soldados com um Luis Pinto africano por cabo deles, se foi com os mais outras cinquenta léguas, onde nasce o rio de Paraguaçu, a fazer outra fortaleza, na qual, por as águas serem ruins e os manti-

mentos piores, que eram cobras e lagartos, adoeceram muitos, e entre eles o mesmo Gabriel Soares, que morreu em poucos dias no mesmo lugar, pouco mais ou menos, onde seu irmão havia falecido. (...)

O intento que Gabriel Soares levava nesta jornada era chegar ao rio de S. Francisco e depois por ele até a lagoa Dourada, donde dizem que tem seu nascimento, e para isto levava por guia um índio por nome Guaraci, que quer dizer sol, o qual também se lhe pôs e morreu no caminho, ficando de todo as minas obscuras até que Deus, verdadeiro sol, queira manifestá-las.

Os ossos de Gabriel Soares mandou seu sobrinho Bernardo Ribeiro buscar, e estão sepultados em S. Bento com um título na sepultura, que declarou em seu testamento pusesse, e o título é: *Aqui jaz um pecador.*

E não sei eu que outra mina ele nos pudera descobrir de mais verdade, se vivera, pois, como afirma o evangelista S. João, se dissermos que não temos pecado, mentimos e não há em nós verdade. (...)"

Mathias Beck. *Diário da Expedição ao Ceará* (1649)

A expedição de Mathias Beck às minas do Ceará corresponde ao período final da presença holandesa no nordeste do Brasil (1649). A Companhia das Índias Ocidentais, pressionada pela resistência cada vez melhor sucedida de portugueses e brasileiros, decidiu enviar o explorador Mathias Beck ao Monte Itarema, na região de Maranguape, no interior do Ceará, onde haveria grandes depósitos de prata. Mathias Beck, que tinha o propósito adicional de garantir a ocupação definitiva daquela capitania, desembarcou no porto do Mocuripe, fundou o forte Schoonenburch, fez aliança com grupos indígenas e deu início à exploração de Itarema, que prosseguiu, sem sucesso, até a notícia da rendição dos holandeses em Recife.

* Mathias Beck, "Diário da minha viagem ao Siara emprehendida, ao serviço da Patria e da Companhia das Índias Occidentaes, de accordo com a comissão e as instrucções dos Nobres e Poderosos Senhores, communicando-lhes todo o occorrido e relisado na mesma viagem (1649)". Copiado por José Hygino Duarte Pereira no Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais, em Haia, em 1885-1886, para o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. Tradução do holandês por Alfredo de Carvalho. Edição utilizada em: *Commemorando o Tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará, 1603-1903*. Ceará, Typ. Minerva, 1903: 339-417.

"(...) Instruções e memória segundo as quais o comissário H. van Ham se há de se regular na pesquisa dos minerais ou metais dos montes "Itarema" e "Maragoaba" ou outros próximos

Tendo o principal Francisco Caraya concordado em conduzir-vos ao

sítio ou às proximidades do lugar de onde os portugueses têm anteriormente extraído minerais ou metais, cumpre-vos empregar a ele e aos mineiros, que os devem procurar, em descobrir o verdadeiro e melhor lugar, e, tendo-o achado, mandar extrair o mineral ou metal que, sendo encontrado deveis trazer para aqui a fim de ser ensaiado pelo ourives; para este fim vos são dados mantimentos para 8 dias, bem como os extraordinários constantes da lista do preposto, que podereis distribuir com discricção pelos mineiros, soldados e mais pessoas; caso julgardes necessário permanecer ausente mais de 8 dias, para tudo com exatidão e minúcia bem indagar, deveis em tempo enviar alguém aqui a avisar-nos do que houverdes necessidade para que sem demora vos seja remetido; confio que com a maior pressa e todo o zelo possível fareis esforços para bem servir e dar proveito à Companhia e dar contentamento a nossos amos os Nobres e Poderosos Senhores com o relatório que de todo o occorrido nesta expedição apresentar. *Feito no Forte Schoonenburch no Ceará, 13 de abril de 1649.* (...)

O ministro Kempins seguiu para a aldeia dos índios em companhia da gente que foi para a mina, porquanto até o presente os índios não vieram buscá-lo, segundo prometeram; aproveitou-se assim da ocasião a fim de para lá transportar-se, havendo o velho Caraya assegurado-lhe que o caminho para a mina passa não longe da aldeia. (...)

O principal Francisco Aragiba veio ter comigo, o qual não somente é o mais velho dentre os principais dos índios, como também o mais discreto de todos; lembrando a proposta que lhes fiz de um deles encarregar-se de ir buscar à minha presença os principais chefes ou os índios mais velhos residentes em *Camoci* e *Camargibe*, o referido Francisco Aragiba ofereceu-me os seus serviços para este fim, prometendo, dentro de quatro semanas, trazê-los aqui, bem como os principais dos tapuyas chamados *Tremenbees*, que habitam no caminho do *Camargibe*, sendo a nação de tapuyas de que o comissário van Ham, quando aqui foi comandante, disse que obteve o mineral do qual extraiu por fusão o metal com que presenteou ao finado Sr. Codde, e que presumia ser prata; e como, segundo todas as informações que até o presente tenho podido obter e verificar, o monte *Upuapaba*, onde João de Albuquerque declarou haver uma mina de prata, está situado a 20 léguas de *Camargibe* ou da costa do mar para o interior, e é conveniente ouvirmos, por consequência, as informações dessa nação ali residente, bem como dos referidos tapuyas *Tremenbees* indagar de onde trouxeram o mineral que ofereceram ao comissário van Ham, e por este meio chegarmos à realização do nosso desígnio, não recusei o oferecimento do referido principal Francisco Aragiba (...).

Na mesma data recebi uma carta do ministro Kempins, dirigida da aldeia do principal Amunijú-pitanga, chamada *Piraiptaiba*, na qual, entre outras cousas, me avisa ter ali chegado e que o mesmo Amunijú-pitanga está raivoso e mal satisfeito por ter o velho Caraya saído a indicar a mina, a fim de ganhar a honra deste feito; todavia, na entrevista com o referido chefe, logrou persuadí-lo a que, se o velho Caraya falhasse na indicação da mina, ele em pessoa iria mostrar-nos a sua verdadeira situação; quanto ao mais disse-me que tudo ia bem, não tendo nós a recear hostilidade alguma da parte dos índios.

Respondi à carta recebida do ministro Kempins, e, entre outras cousas, enviei-lhe também cópia das instruções escritas que, para a pesquisa das minas, me foram dadas pelos Nobres e Poderosos Senhores; recomendei-lhe outrossim que, estando agora na aldeia dos índios, ali tudo procurasse indagar dos mesmos para o bom êxito da nossa empresa, escrevendo-me detalhadamente o quanto lograsse saber; assegurando-lhes que, uma vez achada a mina, nós tudo faremos para a sua manutenção e bem estar, provendo de vestidos aos que andam nus, e não só de vestidos mas de todas as cousas necessárias em profusão, e que se entre eles houvesse alguns que voluntariamente se quisessem empregar nos trabalhos da mina ou em outros serviços, seriam generosamente recompensados e que mesmo aqueles que a isto não estivessem disposto e preferissem ganhar a vida com os seus labores habituais, poderia assegurar a nossa proteção e benevolência. (...)

À tarde chegou aqui o principal Amunijú-pitanga trazendo uma carta do ministro Kempins, na qual faz votos para que, já antes do recebimento da mesma, me tenha chegado às mãos uma amostra do mineral trazida pela gente do mesmo Amunijú-pitanga, que saíra a buscá-la para me trazer, e o próprio Amunijú-pitanga mostrou-se assaz admirado de que a sua gente ainda não houvesse chegado; mas, disse-me que não poderia tardar mais de um ou dois dias e queria esperá-la aqui nas proximidades; para o caso da mina ser julgada boa, trouxe por escrito a lista dos presentes que ele e os outros principais desejavam ter, sendo a mesma lista escrita em lingua brasilica e traduzida para o holandês pelo ministro Kempins; constava dos seguintes objetos: para cada principal um bom vestido com todo o ornato necessário da cabeça aos pés, um mosquete, uma espada e um tambor grande, bem como alguns machados e facões e um pouco de munições de guerra, do que o próprio ministro Kempins, na sua carta, me pediu que os provesse para poderem defender-se contra os tapuyas. (...)

Por volta das 4 horas da tarde chegou da mina um negro trazendo uma carta do comissário van Ham e um saquinho com mineral, que os mineiros extraíram em uma parte do monte *Itarema* superior aonde da vez passada tiraram-no; na mesma carta avisa-me que quanto mais fundo cavam mineral de melhor qualidade encontram, e que se o ourives achasse boa a amostra não duvidaria da opulência da mina,

Bandeirantes em Minas

A conquista definitiva das Minas Gerais e seu desenvolvimento baseado na exploração do ouro de aluvião e, mais tarde, dos diamantes, é um fenômeno que pertence mais propriamente ao século XVIII, que foi, aliás, por esse motivo definido pelo historiador C.R. Boxer como a *Idade de Ouro* do Brasil. Mas, desde meados do século XVI foram registradas entradas mais ou menos extensas em território de Minas, quase todas comprometidas com a miragem do ouro e outros minerais. Assim, em Carta

e que no dia seguinte viria em pessoa trazer-me melhores amostras. (...)

Cerca de 4 horas da tarde chegou o comissário van Ham, com os mineiros, trazendo algum mineral para mostrar-me que o mesmo indicava a existência, nas proximidades, de ricos veios de prata, cuja descoberta dependia apenas de aprofundarem-se as escavações; os mineiros acrescentaram que até agora apenas haviam encontrado indícios ou sinais, mas que estavam certos de achar o verdadeiro veio; perguntando-lhes, pois era meu pensamento informar os Nobres e Poderosos Senhores de todo o ocorrido, se, fundado sobre as suas declarações, poderia escrever aos Nobres e Poderosos Senhores que seria encontrada uma boa e rica mina de prata, responderam que sim e que dar-me-iam uma declaração por eles próprios escrita e assinada para lhes ser enviada, bem como uma relação de todo o necessário que da Holanda convém mandar buscar para adiantamento de tão importante obra; disseram ainda que o referido monte *Itarema* e os outros próximos apresentam tão favorável aspecto que enquanto a Companhia existir sempre deles poderá ser tirada prata em abundância; mas, que, uma vez encontrados os verdadeiros veios, outros processos mais desenvolvidos seria necessário empregar para extração, conforme o uso em todos os lugares em que existem tais minas, convindo desde agora providenciar a respeito.

Pela manhã do dia 2 entreguei ao mestre Jonas, ourives, amostras do mineral ontem trazido pelos mineiros, a fim de ver se dele poderia extrair alguma prata; dei-lhe de duas qualidades, sendo 8 libras de uma e 4 de outra, para verificar se haveria alguma diferença.

Ao anoitecer o mestre Jonas, ourives, procurou-me e trouxe-me as amostras de prata extraídas dos referidos minerais, comunicando-me que das 8 libras tirara ao todo 7 grãos e das 4 meio dinheiro (*penning*).

Por volta das 8 horas da manhã do dia 3 despachei o comissário van Ham e os mineiros para a mina, abastecidos de todo o necessário, e recomendei-lhes que continuassem a cavar até encontrar o verdadeiro veio. Antes da partida os mineiros fizeram-me entrega duma declaração por eles escrita e assinada perante duas testemunhas dignas de fé, garantindo a existência de uma boa mina, a fim de ser enviada aos Nobres e Poderosos Senhores. (...)

de 1551, dirigida de Pernambuco aos "Irmãos do Collégio de Jesus de Coimbra", o jesuíta Manuel da Nóbrega informava:

"(...) O governador Tomé de Souza me pediu um Padre para ir com certa gente que Vossa Alteza manda a descobrir ouro: eu lho prometi, porque também nos revela descobri-lo para o tesouro de Jesus Cristo Nosso Senhor, e ser cousa de que tanto proveito resultará à glória do mesmo Senhor e bem a todo o Reino e consolação a Vossa Alteza, e porque há muitas novas dele e parecem certas, e parece-me que irão. (...)" (NÓBREGA, 1886: 92-93)

Essa expedição, que aconteceria a partir de 1553, foi dirigida por Francisco Bruza de Espinhosa, "castelhano, grande língua e homem de bem e de verdade e de grandes espíritos", como se diz numa Carta de Mercê de 1560, assinada pelo governador Mem de Sá (1). Nessa mesma carta foi dito que Bruza e seus companheiros teriam direito ao ouro e outros metais que:

"(...) trouxessem em saldo para eles e para seus filhos, herdeiros, ou para os que eles quisessem dar e deixar, sem das ditas cousas pagarem dízimos, sisa, quarto, quinto, nem outro nenhum direito por qualquer outro nome que seja chamado ou denominado. (...)" (*apud* ABREU, 1975: 87)

Finalmente, o documento de Mem de Sá diz que Bruza de Espinhosa:

"(...) achou muitas informações de haver entre o gentio ouro e prata, e não foi mais pela terra dentro que duzentas e tantas léguas e não acabou de descobrir. (...)" (*apud* ABREU, 1975: 87)

A expedição de Espinhosa foi acompanhada pelo jesuíta João de Aspilcueta Navarro que dela deixou uma relação (2). Outras entradas no território de Minas registraram-se na segunda metade do século XVI, como a de Martim Carvalho e as duas expedições de Sebastião Fernandes Tourinho, anteriores a 1573, pelos cursos dos rios Jequitinhonha e Doce. Essas expedições foram registradas por Gabriel Soares de Sousa em seu *Tratado Descritivo* e devem ter composto os indícios e evidências que o cronista reuniu para justificar seu próprio intento.

No século XVII registra-se a série de entradas no território de Minas por parte de expedições de São Paulo incluídas no ciclo da expansão bandeirante, sempre, em relação a essa área, comprometidas com a busca de ouro e pedras preciosas. A mais conhecida delas foi a entrada de Fernão Dias Pais (1608-1681) que, em 1674, foi comissionado pelo Visconde de Barbacena, governador geral do Brasil, com o título de Governador das Esmeraldas,

com amplos poderes sobre as terras e gentes que conquistasse. Fernão Dias penetrou em Minas pela Serra da Mantiqueira e cortou todo o seu território, fazendo pesquisas no rio das Velhas, no Paraupeba e no Jequitinhonha; fundando pequenas povoações; combatendo índios e os próprios membros de sua expedição que se rebelaram. Depois de anos de estada na região, acabou por falecer de febres no aldeamento do Sumidouro, em 1681. Seu genro, Borba Gato, e outros bandeirantes prosseguiram as tentativas dessas pesquisas minerais e, finalmente, nos últimos anos do século XVII, encontraram ouro de aluvião na região de Ribeirão do Carmo (Mariana), nas proximidades do local onde se ergueria o principal centro urbano da capitania, Vila Rica (Ouro Preto).

As diversas expedições que consolidaram a conquista de Minas pelos bandeirantes encontram-se resumidas no texto de Bento Fernandes Furtado de Mendonça, falecido em 1765, filho de um dos mais notáveis bandeirantes dos primeiros anos de Minas, Salvador Fernandes Furtado de Mendonça. Bento Fernandes viveu em Serro Frio, nas Minas, desde 1705, e foi, portanto, contemporâneo e testemunha presencial dos primeiros passos da conquista desse território. Seu texto, "Notícia dos primeiros descobridores (...)", é de grande importância para a compreensão dos móveis e incidentes dessa conquista.

Bento Fernandes. *Descobridores de Minas* (anterior a 1765)

* Bento Fernandes Furtado de Mendonça, "Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a Estas Minas Gerais — Pessoas mais assinaladas nestas empresas e dos mais memoráveis casos acontecidos des dos seus princípios". A edição utilizada é a primeira publicação integral das "Notícias", mas foi publicada anteriormente, em resumo, na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. IV: 83-98, editada por M. J. P. da Silva Pontes. Edição utilizada em: *Relatos Sertanistas*, coletânea e introdução de Afonso de E. Taunay, São Paulo, Liv. Martins Editora (Biblioteca Histórica Paulista VII), 1954: 21-57.

"(...) Na época de 1693 veio Antônio Roiz de Arzão, natural da Vila hoje cidade de S. Paulo, homem sertanejo conquistador do gentio dos sertões da Casa da Casca, com outros muitos naturais das outras vilas de Serra acima, em cuja paragem esteve aquartelado alguns anos, onde faziam entradas e assaltos ao gentio mais para o centro do sertão.

E vendo por aquelas veredas alguns ribeiros com disposição de ter

(1) *apud* ABREU, J. Capistrano de, *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975: 87.

(2) Ver "Carta do Pe. João de Aspilcueta" (última na coleção de 1555). Em: ABREU, J. Capistrano de, *op. cit.*, 1975: 98-102.

ouro, pela experiência que tinha das primeiras minas, que se tinham descoberto em S. Paulo, Curitiba e Paranaguá, que ainda hoje existem, dando suas faisqueiras e aumentada povoação com Ministros de Justiça e estendida Comarca de Ouvidoria, fez algumas experiências, com uns pratos de pau ou de estanho, e foi ajuntando algumas faíscas, que pôde apanhar com aqueles débeis instrumentos com que podia fazer, sem ferramenta alguma de minerar.

E juntou três oitavas de ouro, em tempo acossado do gentio que o combatia com muita fúria, e maior falta de mantimentos, rompeu o sertão para a parte da Capitania do Espírito Santo, aonde chegou escapando de grandes perigos do gentio, fomes e esterilidade com cinquenta e tantas pessoas que o acompanhavam entre brancos e carijós domésticos de sua administração. (...)

Fez patente Antônio Roiz de Arzão as três oitavas de ouro que levava ao Capitão-Mor regente e delas mandaram fazer duas memórias que uma ficou ao dito Capitão-Mor e outra ao dito Arzão. E querendo este, ainda que enfermo e maltratado dos trabalhos passados do sertão tornar a entrar pelo mesmo caminho por onde saiu a conquistar o Gentio e a estabelecer as minas com mais reforçadas diligências, o não pôde fazer por não achar naquela Vila quem quisesse acompanhá-lo para reforçar o poder de que carecia, se resolveu a passar por mar ao Rio de Janeiro e daí para São Paulo.

Chegado que fosse se lhe alterou a enfermidade de sorte que o pôs em perigo de morte, que se lhe seguiu desesperado da empresa, já não poderia conseguir deu conta dela a um cunhado seu chamado Bartolomeu Bueno que (...) se armou e dispôs para a empresa convocando mais companheiros poderosos que foram Miguel de Almeida, Antônio de Almeida e outros, de que não há lembrança, na era de 1697, encaminhando a sua jornada para a dita Casa da Casca (...).

Estes, como dizíamos, indo na mesma diligência descobrir a Casa da Casca, acharam mostras de ouro na povoação que hoje é chamada Itaverava, e já então assim a denominava o gentio; é vocábulo de língua brasílica que quer dizer: Pedra luzente. (...)

Chegado que fosse o tempo em que consideravam os mantimentos em termo de suprir para fazerem mais experiências no mesmo lugar e continuar a diligência principal, que era a da Casa da Casca; e chegados que fossem de volta ao lugar da Itaverava, depois de passados seis meses de montaria, já no ano de 1698, colhendo os mantimentos fizeram mais reforçadas experiências no mesmo lugar e achando ouro com mais conta, fizeram novas roças, e avisaram seus parentes e amigos a São Paulo e às Vilas para que viessem para estabelecerem minas e ampliarem os descobrimentos e continuando com as diligências de socavar e lavrar alguns bocados.

A este tempo saía o Coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, o Capitão Manuel Garcia Velho, e outros sertanistas, conquistadores dos mesmos gentios e povoadores das vilas seguintes da de São Paulo para o Leste desta parte pela mesma paragem da Itaverava onde os descobridores estavam com bastante gentios que haviam conquistado de outras partes do mesmo sertão do Caeté e Rio Doce (Caeté quer dizer: Mato verdadeiro e sem mescla de campo algum) em largueza de muitos centos de léguas até a costa do mar que corre do Rio de Janeiro até a Bahia. (...)

E achando a novidade do novo descobrimento de ouro da Itaverava e havendo as ditas doze oitavas que se achavam nas mãos do sobredito Manuel Garcia Velho marchou, com elas, para o Rio de Janeiro, e dando conta delas e do novo descobrimento do ouro ao Governador que então era o antecessor de Artur de Sá Menezes foi bem recebido do Governador e premiado com uma patente de Capitão-Mor da dita vila de Taubaté e com provisão de provedor dos quintos com ordem para assentar casas de fundição na mesma vila por ser das primeiras em que desembocada, digo, o caminho que vinha do sertão da situação das minas, tempo, em que com o aviso que havia enviado o descobridor com Bartolomeu Bueno a seus parentes e amigos, como fica dito, haviam estes e muitos de todas as mais vilas concorrido para as novas minas. E já concorria ouro para a casa da fundição, havendo-se provido também a Garcia Rodrigues Velho, por Guarda-Mor das repartições dos ribeiros e datas e ao dito Coronel Salvador Fernandes Furtado por escrivão geral das mesmas repartições e ribeiros descobertos.

E com a muita gente que concorria de todas aquelas vilas e costas do mar circunvizinhos se não podiam acomodar todos os mineiros nos poucos descobertos que havia, por força houve entre eles desuniões (...).

O primeiro que deu a público ou ao manifesto o seu descobrimento foi Miguel Garcia, taubateano, que se repartiu pela maior parte de seus paisanos pelo dito Coronel Salvador Fernandes com a assistência do Guarda-Mor, de cujo nome ficou denominado o Rio chamado Miguel Garcia, que continuando sua corrente recebendo mais braços com continuadas faisqueiras, não aumentou só as conveniências (?) senão também as suas águas até encontrar-se fazendo barra no ribeirão do Carmo, levando sempre faisqueiras de ouro a unir-se com aquela corrente mais rica de que em seu lugar se dará notícia.

Logo no mesmo tempo saiu à luz Antônio Dias, natural também da vila de Taubaté, com o descobrimento do Ouro Preto e Antônio Dias; lugares ambos em que se acha situada Vila Rica que compreendendo Antônio Dias, denominação que lhe ficou de seu próprio descobridor (...).

Outro Francisco Bueno da Silva, primo do primeiro explorante descobridor de Itaverava (...) descobriu o dito Bueno Segundo o córrego chamado Ouro Bueno e o do Rio das Pedras, de grandiosas e avultadas pintas que convidando seus amigos e parentes paulistas lavraram o pouco que puderam, deixando o mais e mais rico para os vindouros como o tempo mostrou nos muitos que enriqueceram naqueles ribeiros, e ainda hoje continuam neles faisqueiras ocupando mineiros. (...)

E, com efeito passando a mesma serra, que da parte do Poente, vertente do Rio das Velhas, havia dado a primeira grandeza, que com o Bueno haviam tirado para a parte do nascente seguindo a mesma serra, a vista dela, que vai fazer na sua ponta a situação das Catas Altas, em meio de sua distância descobriu um ribeirão chamado o Camargo, herdando do seu descobridor o seu glorioso apelido, dando em satisfação de sua generosa diligência, haveres de ouro que ainda hoje duram conservando povo bastante que forma uma freguesia e bom rendimento eclesiástico.

Depois de dar a partilhas este descobrimento e lavrar as suas datas pelo modo daquele tempo, aproveitando só o fácil, deixando o melhor

e mais custoso para os vindouros, continuou a penetrar o sertão a parte oriental seguindo o Rio Piracicaba que é o mesmo que dizer lugar onde o peixe chega vindo das barras do mar e dali não passa a subir para cima, por impedido das cachoeiras mui altas que não podem avançar; pelo qual Rio foi vendo algumas faisqueiras limitadas até chegar ao lugar onde se descobriu um ribeiro pequeno, braço do mesmo Piracicaba que corre da parte esquerda da sua corrente de umas assinaladas serras, que de muito longe um altivo Pico que levanta ao céu serve de sinal daquele lugar como padrão que Deus quis pôr para ser buscado e achado pelo tão Padrão, como boas e grandiosas pintas, onde se situou e fez capela com a invocação de São Miguel e se administraram os sacramentos por um capelão que consigo trazia. (...)

No mesmo ano de 1700, Tomaz Lopes de Camargo, parente contíguo do Alcaide-Mor Joseph de Camargo Pimentel, descobriu ouro no morro da Vila Rica, que ao depois senhoreou a ambição do mestre de Campo Pascoal da Silva, cujo nome ficou suposto naquele; e a este exemplo se foi estendendo o povo por ele, e até hoje está povoado, e tem dado consideráveis milhões de cabedal, e muitas capelas fundadas nele.

Seguindo o mesmo Morro a margem pela parte oriental; mais chegado porém à Serra, caminhou Bento Roiz, taubateano, e descobriu o lugar também hoje chamado Bento Rodrigues, havido de seu próprio descobridor, distante de Ouro Preto apenas 5 léguas, que deu grosso cabedal; e ainda hoje está dando com povoação de uma famosa capela, continuando seus haveres pela mesma Serra, onde hoje há várias lavras (...).

No ano de 1701, mandou o Coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, natural da vila de Taubaté, como está dito, a seu filho Coronel Bento Fernandes Furtado, descobrir o Ribeiro de Nossa Senhora do Bom Sucesso (...) o qual ribeiro é onde embocam todos os córregos já ditos do Ouro Preto; Antonio Dias e Pe. Faria, e é o chamado Passadez, que tantas vezes se passava, antes de chegar ao Ouro Preto.

É maravilha rara de notar, que este não mostrou, nem tem mostrado fásca de ouro em si, senão depois de receber estes córregos ricos para baixo. (...)

Com efeito, passadas estas cachoeiras com grandes perigos e trabalhos, se reconheceu, que entre estes labirintos perigosos tinha capacidade de produzir ouro, que nelas descobriu o dito Coronel grandiosas pintas e se deu a partilhas por inumerável povo, que acudiu a elas por editais (...).

No ano de 1699, havia João Lopes de Lima, natural de São Paulo, homem de boa nota, e ágil para semelhantes empresas, procurado o desemboque do ribeiro Penhascoso, que veio a ter a denominação do Bom Sucesso, em 1701, como fica dito.

Daquele desemboque para baixo entrou a examinar com grande trabalho à resistência. E foi achando faisqueiras à margem por algumas partes do rio, que a capacidade deixava penetrar (...).

Deu no manifesto de 1700, e concorreu inumerável povo a elas; tiveram todos datas com extensão a seu gosto; que hoje pelas Estradas de Carro, a maior parte até à Barra de Guarapiranga, que significa um pássaro de plumas encarnadas, que significa Guará vermelho.

É este rio principal corpo de que se compõe o Rio Doce. São de Vila Rica até esta Barra dezesseis, ou dezoito léguas; e pelas voltas, que o rio dá, mais de trinta. E se denominou Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, por ser invocação de devoção do descobridor, ou por quem semelhante dia chegou, ou descobriu o lugar de melhor capacidade que é hoje a cidade de Mariana, com magníficos e suntuosos templos, e Sé Catedral com amplíssimo bispado para o seu primeiro bispo (...).

Estenderam-se os mineiros a ocupar o lugar das suas datas por toda esta distância. E cada um fazendo suas roças nos lugares, que por sorte lhes couberam; e feitas elas, se retiraram uns à montaria, e outros aos povoados pela grande falta de mantimentos que chegou a tal valor, que a quarenta oitavas o alqueire de milho, se não achava, e o feijão, a dobrado preço, que naqueles tempos sempre assim se regulava. (...)

Nestes mesmos princípios que foram na era de 1702, para a de 703, não descansando o dito Coronel com diligências de ampliar descobrimentos mandou a seu filho Bento Fernandes Furtado a banderear para a parte do Sul, do Ribeirão do Carmo, pelo Sertão incógnito que se achava entre o Ribeirão, e Guarapiranga, e gastando meses nesta diligência, descobriu várias faisqueiras pelos lugares chamados Pinheiro, Rocha, Bacalhau, Pirapitinga (...).

Os mais que na desertação primitiva do Ribeirão do Carmo, se empenharam também em descobrimento foi João de Siqueira Afonso, que descobriu o Sumidouro, a parte do Sul do dito Rio, com opulência nas pintas, e conveniências que hoje é Freguesia com templo majestoso dedicado à Senhora S. Ana, conservado até o presente tempo com lavras permanentes. (...)

Nestes termos foram continuando descobrimentos e lavras de mergulho, no Ribeirão do Carmo, e custosos cercos em algumas partes do Rio; e os de terra, a poder de braço, no desmontar dos tabuleiros de formações altas (...) concorrendo inumerável povo de várias partes do Brasil, e em maior quantidade filhos de Portugal, caminhando uns para este, outros para aquele lugar, digo, a diferentes lugares de Minas: os mais deles pobres, só com suas pessoas, com o seu limitado trem às costas, animados mais do interesse, que pretendiam, que das suas posses (...).

Assim se foram aumentando as povoações, os lucros em crescido aumento porque no lavrar, e abrir as terras em que se desentranham os seus haveres. Assim foi crescendo o negócio de escravos, gados, cavalgaduras, fazendas e mais víveres de toda a sorte conduzidos com o maior trabalho, a que obriga o interesse aos homens (...)."

FUNDAÇÕES

O primeiro dos povoados brasileiros que assume uma certa feição urbana é a Vila de São Vicente no litoral de São Paulo, fundada pela expedição de Martim Afonso de Sousa em 1532. Mesmo antes dessa implantação pioneira, entretanto, muitos povoados de feição mais ou menos permanente haviam sido implantados ao longo da costa pelos portugueses e, eventualmente, por outros concorrentes europeus, nucleados em torno de um pequeno forte ou de uma feitoria para o comércio ou base de residência e aprovisionamento dos proto-colonizadores.

Na maior parte das vezes esses estabelecimentos iniciais fundavam-se sobre antigas aldeias indígenas, aproveitando dos índios seu superior conhecimento das condições locais e explorando sua força de trabalho e os favores sexuais das índias. Sabe-se, por exemplo, que em Cabo Frio havia uma feitoria portuguesa descrita e visitada por Vespúcio. A presença francesa nessa região até, pelo menos, o último ano do século XVI, entre os índios Tamoio, haveria certamente de dar origem a aglomerados permanentes de casas para residência, comércio e convívio entre aqueles europeus e os índios. O mesmo deve ser dito de outras ocupações francesas do nordeste, principalmente na Baía de Todos os Santos e no litoral

de Sergipe, de Pernambuco e da Paraíba, ainda na primeira metade do século XVI.

No litoral sul existem muitas informações sobre a presença continuada de proto-colonizadores como João Ramalho e o chamado Bacharel de Cananéia, que aí estariam desde os primeiros anos do século XVI, em meio a uma grande quantidade de filhos e outros descendentes, e que comerciavam ativamente com navegadores espanhóis e portugueses vendendo-lhes escravos indígenas e outras utilidades.

A Baía de Guanabara foi conhecida e repetidamente visitada a partir de 1501 ou 1502. Segundo o autor anônimo da *Histoire des Choses Admirables* (1561), os franceses eram visitantes assíduos dessa área pelo menos desde 1525, aonde teriam, certamente, um número razoável de agentes e intérpretes vivendo junto às comunidades indígenas. A Baía de Guanabara foi visitada e serviu de abrigo e base de reaparelhamento da esquadra com que Fernão de Magalhães deu a volta ao mundo em 1519. Quando os franceses da expedição de Villegaignon chegaram à Guanabara, em 1555, a ocupação não se limitou à ilha que tomaria seu nome mas estendeu-se à terra firme, onde foi criado um núcleo permanente

com o nome de Henry Ville, em homenagem ao soberano francês.

Já no início do século XVII, é muito conhecido o intento de colonização francesa do Maranhão, que deu origem à fundação por esses da cidade de São Luís. Menos divulgado é o fato de que ingleses, holandeses, franceses e até irlandeses haviam se estabelecido nas ilhas e afluentes do baixo-Amazonas a partir dos últimos anos do século XVI, antecedendo a presença portuguesa na região, que data de 1616. Esses exploradores pioneiros, não portugueses, fundaram feitorias e núcleos coloniais como as de Orange e Nassau pelos holandeses; postos fortificados

na região dos Tocujus, entre o Jari e Macapá e, também, as feitorias de Maturu e Mariocay, na margem esquerda do Amazonas. Os ingleses estabeleceram o forte Felipe, entre o Matapi e o Ananivapucu, e o forte de Taurege, ou Torrego, na confluência do Marapucu. Também holandeses era o núcleo de Mandiutuba, nas vizinhanças de Gurupá.

Nos textos a seguir foram selecionadas notícias da época sobre as fundações de diversos núcleos urbanos que tiveram importância na história colonial do Brasil nos séculos XVI e XVII.

A Vila de São Vicente e São Paulo de Piratininga

Simão de Vasconcelos. *Crônica da Companhia de Jesus* (1655)

* Simão de Vasconcelos. *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil: E do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo*, Tomo I. Obra escrita em 1655, teve sua primeira publicação em 1663, em Lisboa, na Officina de Henrique Valente de Oliveira, Impressor del Rey N.S., com a supressão dos parágrafos relativos ao Paraíso na América. Edição utilizada: *Crônica da Companhia de Jesus*, vol. I, Petrópolis, Ed. Vozes, 1977: 206-208.

“(…) Esta capitania de S. Vicente foi das primeiras do Brasil. Está em altura de 24 graus e meio, correndo pela costa, do Trópico Austral para a parte do Pólo. A região é alegre, aprazível e saudável: tem a variedade de verão e inverno, fora do comum de toda a outra terra do Brasil dela para o Norte, com os mesmos frios e calmas, que experimentam na Europa, com mais rigor pela terra dentro: trocadas porém as sessões; porque o verão, são os seis meses do inverno, e o inverno são os seis meses do verão do clima da Europa (que assim soube trocar as mãos o Autor da Natureza para os fins que pretendia). O terreno é fertilíssimo, não só dos frutos comuns do Brasil, mas dos frutos, frutas e flores melhores da Europa: especialmente se formoseia de abundantes searas de trigo e fecundas vinhas. Os campos recreiam os olhos, igualmente vestidos de erva, flores e gado em número excessivo, e de todos os gêneros. É a fartura de todo o estado de carnes e trigo, esta capitania: e pode dizer-se dela (o que lá disse Itália da fértil Sicília em comparação do povo romano) que é o celeiro de todo o Brasil. As entranhas de toda aquela terra, são minas de todo o gênero de metais, principalmente ouro e deste se bate hoje moeda, e se espera venha a ser esta parte, outro rico Peru ou Potoci.

Seu fundador foi Martim Afonso de Sousa, fidalgo de partes conhecidas (que depois foi governador da Índia, levou consigo para ela o grande apóstolo do Oriente, o santo Padre Francisco Xavier, e nela obrou

cavalarias dignas da história). A este tinha el-Rei concedido nesta costa uma capitania de cinquenta léguas, e outra de outras tantas a seu irmão Pero Lopes de Sousa. A povoar a sua partiu Martim Afonso com uma armada, feita à própria custa, com que andou sondando, e demarcando todos os portos, rios e enseadas, que correm até o famoso Rio da Prata (em cujos baixos deixou perdida uma nau) saindo em terra, pondo nomes, metendo marcos, e tomando posse por el-Rei de Portugal. Tornou a voltar à paragem já dita de 24 graus e meio, e nela fundou uma vila, a que pôs nome São Vicente (donde depois o tomou toda a capitania) junto a um porto capaz e formoso, que senhoreia duas ilhas que fazem duas barras: a do Norte fortificou com uma torre, que chamam da Biritioga: a do Sul com outro forte, para defesa daquele tempo ambas bastantes. Na mesma ilha, em distância como de duas léguas da de S. Vicente, fundou outra vila, a que chamam de Santos: e outras em outras paragens com gente que trouxe de Portugal (não falo de outra, que então se fez em Guibê, porque esta fundou-se na demarcação da data de seu irmão Pero Lopes de Sousa, que com ele viera e morreu afogado no mar). Esta vila de S. Vicente foi a primeira, em que se fez açúcar na costa do Brasil, e donde as outras capitanias se proveram de cana para a planta, e de vacas também para criação.

Habitara o distrito desta capitania até o tempo da dita fundação, multidão grande de índios bárbaros, os quais à força das armas portuguesas se foram afastando e habitando, como ainda hoje habitam, para a banda do Sul, até as correntes do Rio da Prata. A primeira nação destes, é a dos Guaianases; a segunda dos Carijós, dos Patos, e daí em diante nações de Tapuias diversas, de cujos sitios, naturezas, terras fecundíssimas e abundantíssimas de gado, sobre todas as outras do Brasil, dissemos no livro primeiro das cousas curiosas da terra do Brasil.

Os costumes dos portugueses moradores, que então se achavam nestas vilas, vinham a ser quase como os dos índios; porque sendo cristãos,

viviam a modo de gentios. Na sensualidade era grande sua devassidão, amancebando-se ordinariamente de portas adentro com suas mesmas índias; ou fossem casados ou solteiros. Não se estranhava transgressão dos preceitos da Igreja; nem havia falar em jejum, nem em abstinência de carne, e muito pouco nos Sacramentos necessários para a salvação: homens havia que desde que entraram na terra, se não tinham confessado, nem comungado. Viviam-se de rapto dos índios, e era tido o ofício de assalteá-los, por valentia e por ele eram os homens estimados, e sobretudo sem prelado, sem pregador, sem quem zelasse da parte de Deus tantos males. (...)"

José de Anchieta. *Carta de Piratininga*
(1554)

* Joseph de Anchieta, "Carta de Piratininga. Quadrimestre de Maio a Setembro de 1554". Copiada no livro de registro, códice manuscrito, 226 fls., sem título, que possui a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Cod. LXXVII, 6-22). Edição utilizada: *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta (1554-1594)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira (*Cartas Jesuíticas III*), 1933: 38-39.

"(...) Aqui foram recebidos na Companhia o Irmão Pero Correia, dos principais deste reino e grande sabedor da língua dos Índios, que nos trouxe valioso auxílio para a conversão dos infieis, não só pela muita autoridade, que tem entre eles, como pelo exatíssimo conhecimento da língua; os Irmãos Antonio Rodrigues, Manuel de Chaves, Fabiano, Antonio, todos intérpretes dos Índios; Mateus Nogueira, João de Sousa e Gonçalo Antonio.

Todos estes (como acima disse), residiam com os Portugueses em São Vicente, onde ajuntaram de diversas partes muitos dos filhos dos Índios, e os instruíam otimamente nos rudimentos da fé cristã, no estudo dos elementos e no escrever.

Para a sustentação destes meninos trazia-se da região mediterrânea, de 30 milhas na distância, farinha de pau, o que lhes custava grande trabalho e dificuldade, por causa da árdua aspereza do caminho; pareceu mais conveniente ao Padre *in Domino* que nos passássemos para esta habitação dos Índios, e isto por muitas causas: primeiro, seguramente, pela falta de viveres; depois, porque pouco aproveitava aos Portugueses, embora logo em princípio grande resultado trouxe aos mesmos a frequência dos Padres, como a do Padre Leonardo, primeiro da Companhia que para aqui veio, fácil será saber; máxime, finalmente, porque se patenteava por esta parte entrada a inúmeras nações, sujeitas ao jugo da razão. Assim, alguns dos irmãos mandados para esta aldeia, que se chama Piratininga, chegamos a 25 de Janeiro do ano do Senhor 1554, e celebramos em paupérrima e estreitíssima casinha a primeira missa, no dia da Conversão do Apóstolo São Paulo e, por isso, a ele dedicamos a nossa casa. (...)

Moramos aqui presentemente oito Irmãos aplicados na doutrina destas almas e pedindo a infinita misericórdia divina, para que finalmente nos conceda por algum tempo acesso para combater outras muitas gerações com a palavra de Deus, às quais todos cremos que, se lha pregamos, se converterão à fé.

Estes, entre os quais vivemos, trazem-nos voluntariamente seus filhos para os ensinarmos, os quais, sucedendo depois a seus pais, tornem o povo agradável a Cristo; dentre eles quinze batizados e muitos outros catecúmenos freqüentam a escola otimamente instruídos, tendo por mestre o Irmão Antonio Rodrigues (...).

Nesta aldeia, cento e trinta de todo o sexo e idade foram chamados para o catequismo e trinta e seis para o batismo, os quais são todos os dias instruídos na doutrina, repetindo as orações em português e na sua própria língua; o concurso e freqüência das mulheres é maior. (...)

Piratininga, na casa de S. Paulo, 1554.
O mínimo da Sociedade de Jesus"

Manuel da Nóbrega. *Carta Ao Pe. Miguel de Torres*
(1556)

* Pe. Manuel da Nóbrega, carta "Ao P. Miguel de Torres, Lisboa", de São Vicente, maio de 1556. O original se encontra na Biblioteca Pública de Évora, CXVI/1-33, ff. 198v-200v, com o título "Outra do mesmo Pe. para o N. Pe. Ignatio de 1556". Edição utilizada: *Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega (Opera Omnia)*, organizador Serafim Leite, Coimbra, Acta Universitatis Conimbricensis, 1955: 207-214.

"(...) Nesta Capitania de S. Vicente o Padre Leonardo Nunes fez o mesmo, ajuntou muitos meninos da terra do gentio, que se doutrinavam nesta casa, e estavam de mistura com alguns Irmãos que ele recolheu nesta terra; a todos era muito dificultoso, e obrigávamo-nos a cousas que não eram de nosso Instituto, porque a manutenção deles, e na terra haver poucas esmolas para tanta gente, foi-me forçado, desde que a esta Capitania vim, a passar os meninos a uma povoação de seus pais, donde eram a maior parte deles, e com eles passei alguns Irmãos e fizemos casa e igreja, e tivemos conosco somente alguns que eram de outras partes. Esta casa servia de doutrinarem os filhos e os pais e mães, e outros alguns, como pelas cartas dos quadrimestres veja; daqui se visitam outros lugares de gentio que estão ao redor.

Nesta casa se lê gramática a quatro ou cinco da Companhia e lição de casos a todos, assim Padres como Irmãos, e outros exercícos espirituais.

Há manutenção da casa, a principal é o trabalho de um Irmão ferreiro, que, por consertar as ferramentas dos Índios, lhe dão de seus mantimentos, e é a boa indústria de um homem leigo que, com três ou quatro escravos da casa e outros tantos seus, faz mantimentos, criação, com que mantém a casa, e com algumas esmolas que alguns fazem à casa, e com a esmola que El-Rei dá. Tem também esta casa umas poucas de vacas, as quais, por nossa contemplação, se deram aos meninos quando estavam em São Vicente, e do leite delas se mantém a casa. A casa de S. Vicente se ficou para se viver de esmolas, os que se nela pudessem sustentar, que serão dois ou três somente.

Desta maneira vivemos até agora nesta Capitania, onde estávamos seis Padres de missa e quinze ou dezesseis Irmãos por todos, e aos mais sustentava aquela casa de São Paulo de Piratininga com alguns meninos do gentio, sem se determinar se era colégio da Companhia,

se casa de meninos, porque nunca me responderam a carta que escrevesse sobre isto, e nestes termos nos tomaram as Constituições, que este ano de 56 nos fez Nosso Senhor mercê de nô-las mandar, pelas quais entendemos não deveremos ter carregos nem de gente para doutrinar na fé; ao menos em nossa conversação conhecemos também não poderem os Irmãos ter bens temporais nenhuns, se não for colégio. Vemos que, para se fazer aquela casa de São Paulo colégio, não tem mais que a granjearia daqueles homens com aqueles escravos, os quais morreram e nós não buscamos outros; assim mesmo o Irmão ferreiro é doente e velho, não sei quanto durará; as vacas foram adquiridas para os meninos da terra e são suas; a esmola d'El-Rei é incerta. Para não ser colégio, senão casa que viva de esmolas, é impossível poderem-se sustentar os Irmãos daquela casa em toda esta Capitania, nem com eu agora levar cinco ou seis que vamos, deles para o Espírito Santo, deles para a Bahia, porque as povoações dos cristãos são muito pobres. E se nesta casa de S. Vicente se não podem manter mais de dois ou três, que é a principal vila, quanto mais nas outras partes. (...)

Primeiramente, se nos convém que aquela casa de Piratininga seja de meninos. A nós cá parecia-nos que não, e que é melhor andá-los doutrinando por suas povoações a pais e a filhos; e, se todavia El-Rei quisesse casa deles, e os quisesse manter, nós não teremos mais que a superintendência espiritual sobre eles. E já que El-Rei os não queira manter, nem nos convenha tê-los, será bom fazermos daquela casa colégio da Companhia; e nisto o nosso voto é que, se S. A. quisesse dar àquela casa alguns dizimos de arroz e miúças, já que ali hão de

estar Padres e Irmãos, aplicando àquela casa para sempre, e tirar de nós toda a esmola que cá nos dá, que era muito bem fazer-se colégio, e se serviria muito Nosso Senhor dele, e a S. A. custaria menos do que lhe custa o que nos agora dá; e podia dar-nos alguns moios de arroz do dizimo, e o dizimo da mandioca da Vila de S. André, que creio que tudo é menos do que nos dão cá, e a nós escusar-nos de mandarmos fazer mantimentos, nem teremos necessidade de ter escravos.

E com isto e com o mais que a casa tem seria colégio fixo, porque já tem casas e igreja e cerca, em muito bom sítio posto, o melhor da terra, de toda abundância que na terra pode haver, em meio de muitas povoações de Índios e perto da Vila de S. André, que é de cristãos, e todos os cristãos desejam ir ali viver se lhes dessem licença. Ali foi a primeira povoação de cristãos, que nesta terra houve no tempo de Martim Afonso de Sousa, e vieram-se a viver ao mar por razão dos navios, de que agora todos se arrependem, e todavia a alguns deixaram lá ir viver. Assim também ensina-se já ali gramática a alguns estudantes nossos, e lição de casos a todos: e, sendo colégio, alargando-se de todo o cuidado dos meninos da terra, será necessário haver trespassação do Núncio ou de quem o puder fazer para aquelas vacas, que são dos meninos, ficarem ao colégio nosso, no qual não haverá cá escândalo nenhum, porque, como se houveram por contemplação do nosso Irmão Pero Correia, todos as tem por dos Irmãos, mas elas, na verdade, foram doadas com umas terras, assim mesmo do Ir. Pero Correia. (...)

Olinda, Igarauçu e o Recife de São Miguel

Gabriel Soares de Sousa. *Tratado descritivo do Brasil*
(1587)

* Gabriel Soares de Sousa, *Tratado descritivo do Brasil*, Rio de Janeiro, Typ. João J. da Silva, 1879: 21-23.

"(...) A vila de Cosmos está junto ao rio de Igarucú que é marco entre a capitania de Tamaracá e a de Pernambuco; a qual vila será de duzentos vizinhos pouco mais ou menos, em cujo termo há três engenhos de açúcar muito bons. Do rio de Igaruçu ao porto da vila de Olinda são quatro léguas, a qual está em altura de oito graus. Neste porto de Olinda se entra pela boca de um arrecife, de pedra ao sul sudoeste e depois norte sul, e, entrando para dentro ao longo do arrecife, fica o Rio Morto pelo qual entram até acima navios de cem tonéis até duzentos, tomam meia carga em cima e acabam de carregar onde chamam o Poço, defronte da boca do arrecife, onde convém que os navios estejam bem amarrados, porque trabalham aqui muito por andar neste porto sempre o mar de levadio; por esta boca entra o salgado pela terra dentro uma légua, ao pé da vila; e defronte do surgidouro dos navios faz este rio outra volta deixando no meio uma ponta de areia onde está uma ermida do Corpo Santo. Neste

lugar vivem alguns pescadores e oficiais da ribeira, e estão alguns armazéns em que os mercadores agasalham os açúcares e outras mercadorias; e desta ponta da areia da banda de dentro se navega este rio até o varadouro, que está ao pé da vila, com caravelões e barcos, e do varadouro para cima se navega com barcos de navios obra de meia légua, onde se faz aguada fresca para as naus da ribeira que vêm do engenho de Jeronymo de Albuquerque (...).

Do tamanho da Vila de Olinda e da grandeza de seu termo,
quem foi o primeiro povoador dela

A vila de Olinda é cabeça da capitania de Pernambuco, a qual povoou Duarte Coelho, que foi um fidalgo, de cujo esforço e cavalaria escusaremos tratar aqui em particular, por não escurecer o muito que dele dizem os livros da Índia, de cujos feitos estão cheios. Depois que Duarte Coelho veio da Índia a Portugal a buscar satisfação de seus serviços, pediu a S. A. que lhe fizesse mercê de uma capitania nesta costa, que logo lhe concedeu, abalisando-a da boca do Rio de S. Francisco da banda do noroeste e correndo dela pela costa, cinquenta léguas contra Tamaracá que se acabam no rio de Igaruçu, como já fica dito; e como a este valoroso capitão sobravam sempre espíritos para cometer grandes feitos, não lhe faltaram para vir em pessoa povoar

e conquistar esta sua capitania, onde veio com uma frota de navios que armou à sua custa, na qual trouxe sua mulher e filhos e muitos parentes de ambos, e outros moradores com a qual tomou este porto que se diz de Pernambuco, por uma pedra que junto dele está furada no mar, que quer dizer pela língua do gentio, mar furado. Chegando Duarte Coelho a este porto desembarcou nele e fortificou-se, onde agora está a vila em um alto livre de padraços, da melhor maneira que foi possível, onde fez uma torre de pedra e cal, que ainda agora está na praça da vila, onde muitos anos teve grandes trabalhos de guerra com o gentio e franceses que em sua companhia andavam dos quais foi cercado muitas vezes, mal ferido e mui apertado, onde lhe mataram muita gente; mas ele com a constância de seu esforço não desistiu nunca da sua pretensão; e não tão somente se defendeu valorosamente, mas ofendeu e resistiu aos inimigos, de maneira que os fez afastar da povoação e despejar as terras vizinhas aos moradores delas, de onde depois seu filho, do mesmo nome, lhe fez guerra, maltratando e cativando neste gentio, que é o que se chama *Cayté* (Caeté), que o fez despejar a costa toda, como esta o é hoje em

dia, e afastar mais de cinquenta léguas pelo sertão. Nestes trabalhos gastou Duarte o velho muitos mil cruzados que adquiriu na Índia, a qual despesa foi bem empregada, pois dela resultou ter hoje seu filho Jorge de Albuquerque Coelho dez mil cruzados de renda, que tanto lhe importa a sua redízima e dízima do pescado e os foros que lhe pagam os engenhos, dos quais estão feitos em Pernambuco cinquenta, que fazem tanto açúcar que estão os dízimos deles arrendados em dezenove mil cruzados cada ano. Esta vila de Olinda terá setecentos vizinhos pouco mais ou menos, mas tem muitos mais no seu termo, porque em cada um destes engenhos vivem vinte e trinta vizinhos, fora os que vivem nas roças afastados deles, que é muita gente; de maneira que, quando for necessário ajuntar-se esta gente com armas, por-se-ão em campo mais de três mil homens de peleja com os moradores da vila de Cosmos, entre os quais haverá quatrocentos homens de cavalo. Esta gente pode trazer de suas fazendas quatro ou cinco mil escravos de Guiné e muitos do gentio da terra. (...)”

A Bahia de São Salvador

Manuel da Nóbrega. *Carta a Martin de Azpilcueta Navarro* (1549)

* Pe. Manuel da Nóbrega, “Carta Ao Doutor Martin de Azpilcueta Navarro, Coimbra”, de Salvador (Baía), 10 de Agosto de 1549. A primeira impressão da carta foi feita em 1552, em Roma, traduzida para o italiano com o título: *Avvisi Particolari delle Indie di Portugallo* (p. 86-99). Edição utilizada: *Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega (Opera Omnia)*, introdução e notas de Serafim Leite, Coimbra, Acta Universitatis Conimbricensis, 1955: 46-47.

“(...) Depois que partimos desse Reino, que foi o primeiro dia de fevereiro, trouxe N. S. toda esta armada em paz e a salvo, com ventos sempre prósperos, até chegar a esta Baía de Todos os Santos, em cinquenta e seis dias, sem acontecer contraste nenhum, e com outros muitos favores e mimos, que bem demonstravam ser sua tal obra. Logo se fizeram pazes com os gentios da terra e se tomou conselho onde se faria a nova cidade do Salvador, no qual também obrou muito o Senhor, porque se fez em muito bom sítio sobre o mar, toda cercada de água ao redor da cerca, e com muitas outras fontes de parte do mar e da terra; e os mesmos Índios da terra ajudam a fazer as casas e o mais em que os queiram ocupar; de maneira que vai tudo em grande crescimento e haverá já cem casas feitas, e começam-se engenhos de açúcar, e plantam-se as canas e muitos algodões e muitos mantimentos, porque tudo dá a terra, posto que de algumas coisas dá somente a crva e de viçosa não dá fruto.

É muito sã e de bons ares, de tal maneira que com ser a gente muita e ter muito trabalho, e haver mudado os mantimentos com que se criaram, adoecem muito poucos, e esses, que adoecem, logo saram. É terra muito fresca, de inverno temperado, e o calor do verão não se sente muito. Tem muitas frutas e de diversas maneiras, e muito

boas, e que têm pouca inveja às de Portugal. Morre no mar muito pescado e bom. Os montes parecem formosos jardins e hortas, e certamente nunca eu vi tapeçaria de Flandres tão formosa, nos quais andam animais de muitas diversas maneiras, dos quais Plínio nem escreveu nem soube. Tem muitas ervas de diverso cheiro e muito diferentes das de Espanha, e certamente bem resplandece a grandeza, formosura e saber do Criador em tantas, tão diversas e formosas criaturas. (...)”

Francisco Pyrard. *Do Brasil e suas singularidades* (1611)

* Francisco Pyrard de Laval, Capítulo XXVI: “Do Brasil e suas singularidades e do que ali aconteceu enquanto o autor lá esteve”, op. cit., 1944: 227-231.

“A Baía de Todos os Santos tem de largura cinquenta ou sessenta léguas, e está situada em altura de treze graus da equinocial da banda do sul. Há nela muitas ilhotas, entre outras, uma chamada *ilha dos franceses*, porque foram os franceses quem primeiramente descobriu o Brasil e era ali que eles se recolhiam por sua segurança e por se livrarem dos cometimentos dos selvagens. Entram nesta baía muitos formosos rios, navegáveis em batéis e barcos muito pelo sertão dentro, e por eles são conduzidas as comodidades de toda a espécie àquela terra.

A cidade de S. Salvador é um sítio muito alto, no topo de uma alta montanha de difícil acesso e que do lado do mar é talhada a pique. Tudo quanto ali se leva ou dali sai, sobe ou desce somente por meio de um certo engenho maravilhoso; e não se usam ali carretas, porque seria mui difícil e dispendioso, mas por meio daquela máquina custa pouco.

Nas fraldas da montanha, em extensão de mais de um quarto de légua, há casas bem fabricadas de uma e outra parte, formando uma bela

e grande rua, bem povoada de toda a sorte de lojas de misteres e artífices. É ali que estão situadas todas as tercenas e armazéns de carga e descarga das mercadorias, assim de el-Rei como de particulares. E não se fazem subir à cidade por aquele engenho, que disse, as mercadorias, senão à proporção que se distribuem e vendem. Porque para pôr lá em cima uma pipa de vinho custa vinte soldos e outro tanto para a pôr em baixo, de sorte que são quarenta soldos o custo de cada giro; porque quando se leva acima uma pipa ou outra coisa pesada, vem para baixo outra do mesmo peso ao mesmo tempo e é como os baldes que sobem e descem num poço.

É esta cidade cercada de muros e bem edificada. É bispado e há nela um colégio de jesuítas, afora os que há nos campos; um convento de franciscanos; um de S. Bento; um de Nossa Senhora do Carmo; que todos são casas e igrejas bem feitas e bem edificadas. Cada dia se converte ali grande número de pessoas à fé cristã e todavia não são tão firmes na fé como os índios orientais, quando são batizados, mas ficam sempre assaz volúveis e brutais.

Há nesta cidade um hospital, que tem o mesmo regimento que o de Espanha e de França. Há também uma Misericórdia e uma mui bela igreja catedral ou Sé, onde há um deão e cônegos; mas não há Inquisição, o que é motivo de haver lá tão grande número de *crístãos-novos*, que são judeus, ou raça de judeus que se fizeram cristãos. Dizia-se então que el-Rei de Espanha queria estabelecer ali uma Casa de Inquisição, do que todos estes judeus estavam mui amedrontados. Enquanto ao mais, os portugueses governam-se no Brasil em tudo como em Portugal e não como nas Índias orientais. El-Rei de Espanha sustenta na cidade de S. Salvador três companhias de infantaria, de cem homens cada uma, das quais entra cada dia uma de guarda ao palácio do vice-rei ou governador do Brasil. (...)

A riqueza desta terra é principalmente em açúcares, dos quais, como já disse em outro lugar, os portugueses carregam seus navios. Porque não julgo que haja lugar em todo o mundo, onde se crie açúcar em tanta abundância como ali. Não se fala em França senão do açúcar da Madeira e da ilha de S. Tomé, mas este é uma bagatela em comparação do do Brasil. (...)

O que os portugueses, pois, extraem deste país, é dinheiro, açúcar, conservas, bálsamo e tabaco, mas não pau-brasil, que el-Rei de Espanha reserva para si, como em outro lugar disse, porque sendo a terra ruim para se habitar, não tira dela rendimento algum; somente os seus rendeiros recolhem todo este pau e o enviam a estas partes da Europa. E há-o lá em muita abundância, e ninguém ousaria tratar nele, porque se fosse achado num navio pouco ou muito, que não fosse comprado a el-Rei, o navio seria confiscado.

Esta terra do Brasil é pois, tão má, que seria impossível habitá-la e permanecer aí por muito tempo, se não fora este tráfico dos açúcares e do pau; e ainda o açúcar se faz ali com grande fadiga e trabalho. E assim os portugueses confessam que os franceses a descobriram e habitaram antes deles, mas que não puderam ali permanecer, porque o país é desagradável e penoso, e lhes dava muita fadiga a eles, que folgavam de achar seu comer feito. Mesmo a maior parte dos portugueses, que lá estão, são degredados, falidos ou criminosos. Também quando el-Rei de Espanha faz fundar ali alguma cidade, durante sessenta anos não cobra nela direito algum sobre qualquer mercadoria que seja, e se venda a retalho na terra. Afora isto, o lugar onde fabricam as suas casas não lhes custa nada, e não pagam dele nem renda nem foro. (...)

Nesta terra do Brasil os portugueses não têm gente bastante para a povoar e ocupam toda a costa, onde têm quantidade de cidades, fortalezas e belas casas nobres, até vinte e trinta léguas pelo sertão. Há senhores que possuem grandes territórios e neles muitos engenhos de açúcar, os quais territórios lhes há dado el-Rei de Espanha em recompensa de algum serviço e são erigidos em título de alguma dignidade, como baronia, condado, etc. E estes senhores dão terras a quem quer ir morar nelas e plantar canas-de-açúcar, com a condição de mandarem moer estas aos moinhos ou engenhos dos mesmos senhores, pagando-lhes um tanto. (...) Desta maneira o rendimento do Brasil é mais que suficiente para sustentação de todas as guarnições do vice-rei, governadores, capitães, soldados e ministros da justiça; em suma, de toda a sorte de oficiais de el-Rei, sem haver necessidade de enviar dinheiro de Portugal para isso e ainda por cima de tudo el-Rei de Espanha tira dali outros muitos proveitos cada ano, assim em pau-brasil, como em outros direitos sobre açúcares e outras mercadorias. (...)"

São Sebastião do Rio de Janeiro

Carta de Luís de Góis a D. João III (1548)

* "Carta de Luis de Góis a D. João III", da Vila de Santos, 12 de Maio de 1548. O original se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, parte 1, maço 80, doc. 110. Edição utilizada: Joaquim Veríssimo Serrão, *O Rio de Janeiro no século XVI*, Lisboa, Oficinas Gráficas Manuel A. Pacheco (Documentos dos Arquivos Portugueses), 1965, 17-18.

"(...) e digo mui alto e mui poderoso senhor que se com tempo e brevidade Vossa Alteza não socorre a estas capitánias e costa do Brasil que ainda que nós percamos as vidas e fazendas Vossa Alteza perderá a terra e que nisto perca pouco aventura a perder muito, porque não está em mais de serem os franceses senhores dela, que em se acabarem de perder estas capitánias que ficam e de ter eles um pé no Brasil hei medo aonde quererão e podem ter o outro. Eu quisera antes dizê-lo em pessoa a Vossa Alteza que escrevê-lo, porque tão perigosa está a costa, que não sei esta carta que fim haverá,

dois anos a esta parte vêm sete oito naus cada ano ao Cabo Frio e Rio de Janeiro. Já não há navio que ouse parecer, porque a muitos tem cometidos e alguns tomados enquanto os franceses não passavam do Cabo de Santo Agostinho mais que até a Bahia não eram tão suspeitosos nem tão perigosos nem de se atreverem a passar os baixos e dobrar o Cabo Frio, queira Deus não se atrevam a dobrar o cabo da Boa Esperança e ainda há outro inconveniente não menos perigoso que este porque acostumando os franceses esta tão suspeitosa navegação, como são muitos e cobiçosos não será muito vir-lhe à memória à que tão cuidado podem ter e é de crer que ou a ida ou a vinda hão de haver vista das Ilhas que estão em vinte graus e tomando-as fazerem nelas fortalezas, pois dela à Ilha de Santa Helena não pode haver mais de 300 léguas que são as paragens em que por força as naus da Índia vão ter. (...) Desta vila de Santos capitania de São Vicente de que é capitão e governador Martim Afonso de Sousa, hoje 12 dias do mês de Maio de 1548 anos. As reais mãos de Vossa Alteza beijo. Luis de Guoes."

Frei Vicente do Salvador. *História do Brasil*
(1627)

* Frei Vicente do Salvador, capítulo Décimo Segundo: "De como o governador Mem de Sá tornou ao Rio de Janeiro e fundou nelle a cidade de S. Sebastião e do mais que lá fez até tornar à Bahia", op. cit., 1931: 191-194.

"Posto que o governador Mem de Sá não estava ocioso na Bahia, não deixava de estar com o pensamento nas cousas do Rio de Janeiro e assim, sacudindo-se de todas as mais, aprestou uma armada e com o bispo D. Pedro Leitão, que ia visitar as capitanias do Sul, que todas

naquele tempo eram da sua diocese e jurisdição, e com toda a mais luzida que pôde levar desta cidade se embarcou e chegou brevemente ao Rio, onde em dia de São Sebastião, 20 de janeiro do ano de 1567, acabou de lançar os inimigos de toda a enseada e os seguiu dentro de suas terras, sujeitando-os a seu poder e arrasando dois lugares em que se haviam fortificado os franceses, posto que em um deles, que foi na aldeia de um índio principal chamado *Ibura-guaçu-mirim*, que quer dizer "pau grande pequeno", lhe feriram seu sobrinho Estácio de Sá de uma mortífera flechada de que depois morreu.

Sossegadas as cousas da guerra, escolheu o governador sítio acomodado ao edificio de uma nova cidade, a qual mandou fortalecer com quatro castelos, e a barra ou entrada do Rio com dois; chamou a cidade de S. Sebastião, não só por ser nome de seu rei, senão por agradecimentos dos benefícios recebidos do santo, pois a vitória passada se ganhou dia de S. Sebastião e em este dia, dois anos antes, partiu Estácio de Sá de S. Vicente para o Rio de Janeiro, e começou a guerra invocando o seu favor, o qual reconheceram bem os portugueses, assim em a batalha naval das canoas, como em outras ocasiões de perigo. (...)

O sítio em que Mem de Sá fundou a cidade de S. Sebastião foi o cume de um monte, donde facilmente se podiam defender dos inimigos; mas depois, estando a terra de paz, se estendeu pelo vale ao longo do mar, de sorte que a praia lhe serve de rua principal (...).

Fundada pois a cidade pelo governador Mem de Sá no dito outeiro, ordenou logo que houvesse oficiais e ministros da milícia, justiça e fazenda. (...)

Ordenadas todas as cousas tocantes ao governo político, povoada e fortificada a terra, a encarregou o governador a Salvador Correia de Sá, seu sobrinho, para que a governasse e ele se tornou para a Bahia."

São Luís do Maranhão

Daniel de La Touche, Senhor de
La Ravardière. *Fundação de São Luís*
(1612)

* Documento de Daniel de La Touche e outros, assinado no Forte de São Luís, Maranhão, em 1º de novembro de 1612. Transcrito na *Histoire de la Mission des Pères Capucins en l'Isle de Maragnan et terres circonvoisines*, de Claude d'Abbeville, Paris, Imprimerie de François Huby, 1614, fls. 165v. a 169v. Edição utilizada: Mario M. Meireles, *História do Maranhão*, D.A.S.P. - Serviço de Documentação, Imprensa Nacional, 1960: 35-39.

"Em nome de Sua Majestade, nós, Daniel de La Touche, Cavaleiro e Senhor de La Ravardière, François de Rasilly, também Cavaleiro, Senhor do dito lugar e de Aunelles, procurador do alto e poderoso Senhor Nicolas de Harlay, Cavaleiro, Senhor de Sancy, Barão de Molle e Gros-Bois, Conselheiro de Estado e do Conselho Privado do Rei, loco-tenentes-generais de Sua Majestade nas Índias Ocidentais — tendo empreendido, por graça de Deus, o estabelecimento de uma colônia

francesa no Maranhão e terras adjacentes, e a conversão dos habitantes ao cristianismo, de acordo com as intenções do Rei de França, nosso Soberano e Senhor, e de conformidade com o poder que nos outorgou Sua Majestade, como consta das cartas patentes que nos deu, e ainda em obediência à autoridade e à vontade da Rainha Regente, nossa Soberana e Senhora, julgamos necessário e conveniente, antes de qualquer outro alicerce, decretar, para esta colônia, as mais santas leis, e as mais adequadas, na medida do possível, ao nosso princípio, tendo por certo que sem a Justiça ordenada por Deus aos homens, sua imagem, não pode existir república alguma. (...)

— Ordenamos a todos a quem quer que seja, que honrem e respeitem os reverendos padres capuchinhos, enviados por Sua Majestade a fim de implantarem entre os índios a Religião Católica, Apostólica e Romana, sob pena de serem punidos os infratores segundo o caso e a ofensa perpetrada; (...)

Depois de estabelecido nos artigos supracitados o que diz respeito principalmente à glória de Deus, determinamos agora o que se relacio-

na com a honra de nosso Rei, o qual houve por bem distinguir-nos com sua escolha para representá-lo neste país. Ordenamos, pois, que ninguém atente contra nossas pessoas ou contra a vida da colônia, por meio de parricídios, atentados, traições, monopólios, discursos feitos no intento de desgostar os habitantes, e cousas semelhantes, e isso sob pena de ser o infrator considerado criminoso de lesa-majestade e condenado à morte, sem esperança de remissão; (...)

Depois de estabelecido o que diz respeito a esta companhia, tanto com referência aos bons costumes, relações mútuas, proteção de suas vida e honra, como à segurança de seus bens, ordenamos, para a conservação dos índios entregues a nossa proteção, e também para

atraí-los pela doçura ao conhecimento de nossas leis humanas e divinas, que ninguém os espanque, injurie, ultraje, ou mate, sob pena de sofrer castigo idêntico à ofensa; (...)

E para que tudo fique claro e bem acertado de uma vez por todas, ordenamos sejam estas ordenações lidas e tornadas públicas na presença de todos e registradas como leis fundamentais e invioláveis na secretaria geral deste Estado e colônia, para serem consultadas quando necessário. Em testemunho do que, assinamos as presentes ordenações com o nosso próprio punho; e serão subscritas por um de nossos conselheiros, secretário ordinário. Forte de São Luís, Maranhão, dia de Todos os Santos, 1º de novembro, ano de graça de 1612. (aa) *Ravardièrre - Rasilly*. Pelos meus senhores: (a) Abraão."

Nossa Sra. de Belém do Grão-Pará

Maurício de Heriarte. *Cidade de Belém* (1662-1667)

* Maurício de Heriarte, *Descrição do Estado do Maranhão Pará Corupá e Rio das Amazonas*, Em: Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, vol. 3, São Paulo, Melhoramentos, 1959: 175-176.

"Cidade de Belém

A cidade de Belém, capitania do Grão-Pará, está assentada sobre o famoso rio, que chamam Pará, vinte e cinco léguas da barra, cercada com quatro rios, que por uma parte e outra a cingem; que são Guamá, Guajará, Capim, Mojú, que todos juntos deságuam no Grão-Pará.

Seu assento é um grau ao sul da linha equinocial. Seu clima algo tanto quente, não muito enfermo a quem tiver conta consigo e com sua saúde.

É alegre e cheia de árvores frutíferas, como são laranjas, limões, limas, beribases.

Esta cidade tem até quatrocentos vizinhos moradores, que os mais deles assistem em suas granjarias e roças. Tem quatro Conventos de Religiosos, S. Antonio, Carmo, Mercês e a Companhia de Jesus, Matriz, Misericórdia, N. Senhora do Rosário, S. João, que todas sustentam os moradores com suas esmolas.

Tem esta cidade uma fortaleza sobre o porto, bastante defendida com três companhias de Infantaria, tem Capitão-mor, Ouvidor, Provedor, Almojarife, e Escrivão-Real, que tudo se sustenta da fazenda de S. Majestade. Tem sete engenhos de fazer açúcar.

Seus moradores fazem muito tabaco: é mui abundante de mantimentos da terra e frutas. À barra deste rio comumente chamam Grão-Pará; é perigosa pelas muitas baixas que tem, que bojam da baía do Maracanã vinte léguas ao mar, e da ponta do Jaguipuco (terra dos Ingaibas, comumente chamada a ilha dos Joanes pelos Índios que tem do próprio nome, que nela habitam) mas tem canal bastante para navios de muito

porte, que trazem práticos do Maranhão e esperam o piloto da barra para entrar pelo rio até chegarem à cidade, que está arriba vinte e cinco léguas pelo rio acima.

Há nesta cidade muito algodão e muito cravo, que por ser silvestre não é como o da Índia, por ser beneficiado, e se o for será o próprio; e S. Majestade terá nele grande proveito. Os moradores beneficiam a casca das árvores a modo de canela que é mui boa, e mandam muita quantidade para o reino, onde é estimada.

Há muitas madeiras e boas de todas as castas, grandes pimenteiras de orucús que é a espécie que se usa nos Índios a que chamam achiote. Há muito cacau, mas os moradores não usam dele por não saberem beneficiar, que é o melhor contrato que há nas Índias de Castela. Há ervas mui salutíferas, que levam os mercadores por contrato, como é jalapa e almisque, e outras semelhantes.

São as terras do Pará firmes, e melhores que as de S. Luís, mui férteis em dar fruto, e todo o ano criam; porque todo o ano chove, suposto que no verão não é tanta água.

São capazes de grandes povoações por serem terras larguíssimas, e de muitos Índios, que quando foi povoada de portugueses havia mais de 600 povoações de Índios Tapinambás (Tupinambá) e Tapuias, que vendo que eram poucos os portugueses, se levantaram contra eles, e mataram duzentos e vinte e dois, sendo seu Capitão-mor Francisco Caldeira de Castello Branco; mas os que ficaram com muito valor, em que com muito trabalho, deram grandes guerras aos Índios, e destruíram a nação Tapinambá (Tupinambá), que dominava sobre a outra nação Tapuia. Morreram muitos Índios na guerra, e outros se retiraram pela terra dentro, e os que hoje assistem aos portugueses, são quinze povos trabalhando em suas granjarias por preço de duas varas de pano de algodão por cada mês, que é o que corre em toda esta terra, além de muitos escravos que resgatam nos sertões, com que fazem os roçados e tabacos.

Todos estes Índios têm as próprias qualidades dos de S. Luís do Maranhão. (...)"

Bernardo Vieira Ravasco. *Regimento para a Fortaleza do Sacramento no Rio da Prata* (1668)

* "Regimento que o Governador do Rio de Janeiro, Dom Manuel Lobo, levou para a Fortaleza do Sacramento no Rio da Prata". De Lisboa, 18 de Novembro de 1668 — a) Bernardo Vieira Ravasco. Manuscrito que se encontra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cota: 1-5-2-20, nº 16. Edição utilizada: Jonathas da Costa Rego Monteiro, *A Colônia do Sacramento*, vol. II, Porto Alegre, Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937: 5-16.

"Eu o Príncipe como Regente e governador do Reino de Portugal e Algarves faço saber a vós D. Manuel Lobo, fidalgo de minha casa, a quem tenho nomeado por Governador do Rio de Janeiro que dando-me conta Alexandre de Souza Freire, quando Governou o Estado do Brasil, e João da Silva de Souza governador que também foi do Rio de Janeiro pelos anos de 1669 e 1671 enviando vários papéis e informações sobre se acharem de Povoar as terras de meu domínio que se acham ermas na demarcação da Repartição do Sul no mesmo Estado que continuavam pelo Rio da Prata e Buenos Aires e o Montevideu pela fertilidade delas, com que já os Castelhanos tem feito várias colônias no território das que pertencem a esta Coroa, e quanto convinha mandar evitar daquela povoação, em que meus vassallos melhoravam, e mandando ver tudo por Ministros do Conselho de Estado e outras pessoas particulares depois de várias conferências, informações e pareceres que se me fizeram presentes, houve por bem resolver que as ditas terras se povoem, e que para esse efeito se obrassem as primeiras povoações a custa de minha fazenda, e por ser esta matéria da consideração que tereis entendido, e fiar de vosso zelo, cuidado, e inteligência, que nela procedereis como de vós espero.

Fui servido que fosseis pôr em execução esta nova Colônia no que vos haveis como vos ordeno, e mando por esta minha Instrução.

1. Tanto que tomardes posse do Governo do Rio de Janeiro e dispuserdes as cousas dele como convém a meu serviço tratareis de vos preparar para passardes àquele distrito do Rio da Prata, fretando navios para vos levar, oficiais, infantaria e petrechos necessários para começarem esta obra, e porquanto ordenei ao Tte. General Jorge Soares de Macedo que com a ocasião do descobrimento das minas de Paranaçu baixasse àquelas partes, e nelas visse o sitio mais cômodo, e capaz para poder-se obrar a fortificação para a segurança, assim do porto de mar como da povoação de terra, e nesta forma me deu conta por carta de 5 de Agosto deste ano que do Rio de Janeiro passava a fazer a mesma diligência; e pelo que se entende de sua carta poderá ter chegado à Ilha de San Gabriel, sem se deter em outra alguma diligência das que foram encarregadas, quando tenhais esta notícia tratareis apressar quanto vos for possível, para aquele sitio com tudo o que puderdes de mais essencial para a fortificação e povoação e no caso que antes de partirdes do Rio de Janeiro tenhais aviso de Jorge Soares, ou acheis quando chegardes a essa Praça de

que está fortificado em San Gabriel o mandareis socorrer de tudo o que puderdes e for possível, partindo vós logo sucessivamente após este socorro, sendo em tempo de monção, e enquanto não a tiverdes lhe ireis repetindo todos os socorros por mar e por terra sem avisares que ides em pessoa, nem lhe dardes a entender, e a Jorge Soares mando escrever que não tendo passado ao sitio de San Gabriel, não continue em o conseguir, mas vá ao exame das minas de Paranaçu, e desta paragem venha logo ao Rio de Janeiro, a avistar-se convosco e dar-vos noticias do que tiver achado no particular das minas, e as mais que tiver colhido sem passar a diligência que se lhe tinha encomendado do exame dos sitios do Rio da Prata, e em caso que não tenha chegado a eles como acima se diz vindo ao Rio de Janeiro informar-vos o levareis convosco na forma que se tem ordenado, sem lhe mostrardes alteração alguma, nem lhe dardes a entender que o seu intento foi reprovado, e usareis dele como por esta instrução se vos ordena para o que lhe remetereis a minha carta com as noticias da paragem em que estiver. (...)

9. E tendo tudo preparado como fica dito seguireis vossa viagem ao Rio da Prata, e conforme o parecer que se tomou de várias pessoas que navegaram por ele se assentou que o sitio mais conveniente, mais seguro, e de maior consideração era a ilha de S. Gabriel que fica defronte de Buenos Aires, e mais avante pelo rio acima de Montevideu, por ser o de melhor seguidouro, fundo, com água, lenha, sitio sadio ao desembarcar dos navios, e resguardo dos tempos, e dentro na demarcação, e Senhorio desta Coroa, na dita Ilha disporeis logo a fortificação que se houver de fazer para segurança das embarcações, e desenhará o engenheiro com vosso parecer, e de Jorge Soares, e igualmente obrareis a Fortaleza na terra firme, tomando-se o melhor sitio defensível, e com as qualidades que se requerem, e se dê a mão ao Forte da Ilha, guarnecendo uma e outra cousa com infantaria para em todo o acontecimento vos acharem prevenido, e para sua defença levareis da Praça do Rio de Janeiro as peças de artilharia que achareis mais capazes como aqui se ajustou (...).

14. Estando aldeados aqueles que forem vassallos junto da povoação dos portugueses, sendo cada aldeia ao menos de duzentos casais para serem melhor doutrinados, e dando-se-lhes os sitios mais cômodos, assim para os que forem ocupados em meu serviço, como no dos moradores assistirá nas Aldeias que assim se situarem o Pároco que nomeardes dos Religiosos que forem em vossa companhia, que tenha as partes e o requisito que convém para este ministério, que administrará os ditos Índios no espirital somente, e no temporal serão pelo seu maioral governados (...).

24. E sucedendo que meus vassallos residentes no Brasil queiram passar a essas partes a povoar achando-se em número capaz de formar Vila, os podereis situar onde a erijam, e se fará dando-lhe demarcação e terreno bastante repartindo-lhes terras, como vos parecer, e serão neste caso obrigados a fazer Igreja, Casa de Câmara, Cadeia e Pelourinho, e lhe poreis o nome do Santo a que maior devoção tiverdes,

e em seus papéis públicos, usarão das armas Reais, formando-lhe governo civil e político, como é costume nas Vilas deste Reino, nomeando-lhes oficiais de justiça para o bom governo, e eles por eleição dos maiores votos farão os Juizes vereadores e Procurador que houverem de servir cada ano, com assistência do Ouvidor e Auditor geral que vai em vossa companhia, e em sua falta do que lhe suceder,

tendo os oficiais eleitos a mesma jurisdição, e autoridade que os mais oficiais das Câmaras das Povoações do Brasil, com obrigação que depois de formada a Vila e nomeados os oficiais da governança dela, dentro em dois anos recorrerão a mim para as aprovar, e confirmar o que tiverdes feito, assim na nomeação dos oficiais, como na data das terras que tiverdes dado. (...)"

SINCRONÓTICO (1500-1700)

NOTA

O sincronótico é um esforço de justaposição de dados culturais, eventos, fatos, conflitos e personagens importantes da história do Brasil, da América e do mundo, com o duplo objetivo de resumir sistematicamente os fatos mais significativos presentes no livro e compará-los com os acontecimentos simultâneos da história universal. Ele apresenta fatos e dados contemporâneos, estendendo-se por um espaço temporal de 200 anos, entre 1500 e 1700.

Na primeira coluna estão as indicações de textos, documentos, livros e, eventualmente, das produções cartográficas e artísticas dos séculos XVI e XVII sobre o Brasil, entre as quais aquelas dos testemunhos reproduzidos parcial ou integralmente no livro, reconhecidos por um asterisco ao final.

A segunda coluna resume os eventos mais importantes da história do Brasil no período.

As principais fundações de caráter colonizador, missionário ou militar estão na terceira coluna. Aí aparecem também, em letras maiúsculas, as principais cidades cujas origens remontam aos séculos XVI e XVII, tais como São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro. Aldeias e missões religiosas entre índios são citadas, muitas vezes, como

origem de futuras povoações e vilas ou mesmo como eventos significativos da expansão da conquista a novas regiões. As abreviações OFM (Ordem dos Frades Menores) e SJ (Sociedade de Jesus), que acompanham algumas destas informações, se referem aos religiosos franciscanos e jesuítas, respectivamente. Da mesma forma, aparecem as fundações de fortes ou fortalezas que constituíram enclaves europeus, portugueses ou não, na conquista do território brasileiro.

A coluna de personalidades, dividida em três linhas, apresenta as personagens de destaque do universo mundial da cultura e ciência, das atividades religiosa e missionária desenvolvidas na colônia e, finalmente, da conquista e colonização do Brasil. As personalidades são citadas nos períodos de destaque de sua atuação ou de produção cultural e artística mais intensa, acompanhadas das datas de nascimento e morte, quando conhecidas.

A coluna central, destacada em negro, apresenta os reis de Portugal, os governadores gerais do Brasil e, também, a partir de 1621, os governadores do recém-criado Estado do Maranhão e Grão-Pará, independente do Brasil até 1774.

Os inúmeros conflitos com indígenas, escravos

negros, corsários e piratas e contra as diversas incursões de espanhóis, franceses, ingleses e holandeses em território brasileiro, merecem uma coluna especial com as principais guerras, lutas e batalhas travadas quase que permanentemente ao longo de todo o período. A história cruenta do Brasil é, assim, exaustivamente documentada. Ano a ano e várias vezes por ano, a luta para dominar e submeter os índios, desde o início da conquista, atinge seu ápice com a ação contínua e permanente de violência e extermínio durante a Guerra dos Bárbaros no nordeste brasileiro, entre meados do século XVII e a segunda década do século XVIII. A rebelião negra também foi permanente e particularmente cruenta e documentada foi a guerra contra a insurreição dos negros dos Quilombos dos Palmares no século XVII. Nessas lutas e nas epidemias introduzidas pelo europeu, sucumbiram, talvez, dois milhões de índios e negros.

As duas últimas colunas apresentam os principais conflitos políticos e as lutas de conquista e expansão européia na América (coluna 7) e no resto do mundo (coluna 8), assim como alguns eventos culturais significativos.

- COLUNA 1 — BIBLIOGRAFIA
- COLUNA 2 — EVENTOS
- COLUNA 3 — FUNDAÇÕES
- COLUNA 4 — PERSONALIDADES
- COLUNA 5 — REIS DE PORTUGAL
— GOVERNADORES DO BRASIL
- COLUNA 6 — GUERRAS
- COLUNA 7 — EXPANSÃO EUROPÉIA
- COLUNA 8 — CONFLITOS E
EVENTOS MUNDIAIS

CONFLITOS E EVENTOS MUNDIAIS	EXPANSÃO EUROPEIA	GUERRAS	REIS DE PORTUGAL GOVERNADORES DO BRASIL	PERSONALIDADES	FUNDAÇÕES	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA	
Campanha hispano-veneziana contra os turcos.	Viagem de Yánes Pinzón ao Brasil e à Venezuela. Viagem de Lepe ao Brasil e ao Caribe. Ojeda e Vespúcio na costa da Venezuela.			AMÉRICO VESPÚCIO (1512 [†])		Pedro Álvares Cabral no Brasil.	Cartas de PERO VAZ DE CAMINHA e de MESTRE JOHAM (1 ^o de maio)*	1500
	Vêlez de Mendoza percorre o litoral brasileiro.			LEONARDO DA VINCI (*1452 — 1518 [†])		Expedição de Fernão de Loronha e Américo Vespúcio ao Brasil (1501-1502).	Capitulações de YÁNES PINZÓN e de LEPE (setembro)* "Relação do PILOTO ANÔNIMO" (julho)* Carta de D. MANUEL aos Reis Católicos (29 de julho)*	1501
Expulsão de judeus e minorias mouras da Espanha. Fundação de colônias portuguesas nas Índias Orientais, por Vasco da Gama.	Colombo funda Belén no litoral do Panamá. Bartolomé de Las Casas chega a La Española com Nicolás de Ovando.			JUAN DÍAZ DE SOLÍS (1516 [†])	Fundação de feitoria em Cabo Frio por Américo Vespúcio.	Arrendamento do Brasil a Fernão de Loronha.	AMÉRICO VESPÚCIO: "Lettera a Lorenzo di Pier Francesco de Medici".	1502
Acordo entre os banqueiros italianos e alemães (Welsler) para o comércio com as Índias.		GUERRAS DE CONQUISTA. CONFLITOS COM INDÍGENAS NO LITORAL BRASILEIRO.	D. MANUEL I "O VENTUROSO" (1495 — 1521 [†])		Feitoria e povoação na baía da Guanabara.	Expedição de Gonçalo Coelho e Américo Vespúcio ao Brasil.	AMÉRICO VESPÚCIO: "Mundus Novus" (circa)* VALENTIM FERNANDES: "Ata notarial sobre o descobrimento do Brasil" (20 de maio).	1503
Morte de Isabel, a Católica.	Colombo regressa à Espanha. Hernán Cortés chega à La Española.	LITAS CONTRA A OCUPAÇÃO FRANCESA E ÍNDIOS TUPINAMBÁ ALIADOS NO LITORAL BRASILEIRO.			Feitoria em Porto Seguro (Bahia).	Paulmier de Gonneville no Brasil (1503-1504)*.		1504
Feitorias portuguesas na costa oriental da África. A Casa financeira dos Fugger no comércio com as Índias.				MICHELANGELO BUONARROTTI (*1475 — 1564 [†])			BINOT PAULMIER DE GONNEVILLE: "Relation Authentique".*	1505
Morte de Colombo em Valladolid.				BACHAREL DE CANANÉIA				1506
O Papa Júlio II comercializa as indulgências. Conquista de Ormuz pelos portugueses.	Colonização das Antilhas por Nicolás de Ovando.						FRACANZANO DE MONTALBODDO: "Paesi novamente ritrovati. Et Novo Mondo de A. Vespúcio...". M. WALDSEEMULLER: "Cosmographiae Introductio...".	1507
Ataques de corsários às naus das Índias portuguesas.	Yánes Pinzón e Solís na busca da passagem para o poente. P. de León: conquista de Borinquén (Porto Rico) Chega à Terra Nova (Canadá) nau francesa armada por Jean Ango.					Solis no Cabo de São Roque.		1508

Criado o Conselho das Índias na Espanha. Portugueses em Malaca.	Chegam à América os primeiros escravos negros. Alonso de Ojeda, Diego de Nicuesa e Juan de la Cosa na busca de uma passagem para o poente pela América Central.				Yañes Pinzón no Cabo de Santo Agostinho.	América representada no mapa-múndi "HOUSLAB".	1509
Portugueses conquistam Goa na Índia Oriental.	Fundação da cidade de Nombre de Dios no Panamá por Diego de Nicuesa.				Feitorias em São Vicente e em Cananã (Bacharel). Povoação no Recôncavo Baiano (Caramuru).	América representada no mapa-múndi "Glareanus".	1510
Desiderius Erasmus: "Elogio da Loucura".	Primeira Audiência da América em Santo Domingo.	Portugal reclama suas 222 naus tomadas ou destruídas pelos franceses na conquista do Brasil.			Viagem comercial da Nau Bretoa ao Brasil.	"Livro da NAU BRETOA".* América representada no mapa de BERNARDO SYLVANUS.	1511
São promulgadas na Espanha as Leis de Burgos para a proteção dos índios da América. Portugueses descobrem as Molucas.							1512
Invasão da França pelos aliados do Papa. Machiavelli: "O Príncipe".	Balboa cruza o istmo do Panamá e descobre o Mar do Sul (Pacífico). Ponce de León na Flórida.				Viagem comercial do português D. Nuno Manuel e do espanhol Cristóbal de Haro ao Brasil (1513-1514).	América representada no "Mapa-múndi de LEONARDO DA VINCI (1513-1516).	1513
Portugueses chegam à China.						"Newen Zeytung auss Presillg Landt" (anterior a 1515).*	1514
Paz entre o Papa e o Rei da França.					Solis percorre o litoral brasileiro até o Rio da Prata.	América representada no "Globo" de SCHONER DE NUREMBERG (-1520).	1515
Carlos I de Habsburgo, Rei da Espanha.	Solis descobre o Rio da Prata e morre nos conflitos com os indígenas.				Primeira Missão entre os índios, em Porto Seguro (OFM).	TOMÁS MORUS: "Utopia".	1516
95 Teses de Lutero: início da Reforma Protestante. O Papa sanciona o tráfico de escravos negros.	F. de Córdoba e Alaminos em Yucatán, México.				Expedição de Cristóvão Jacques faz o reconhecimento do litoral brasileiro até o Rio da Prata (1516-1517).		1517
Portugueses no Ceilão. Tratado de Liga contra os turcos.	Juan de Grijalva chega à costa de Veracruz, México. Epidemia de variola entre os indígenas de Santo Domingo.						1518
O velho mundo conhece o cacau.	Fernão de Magalhães parte da Europa para a primeira viagem de circunavegação. Cortés em Tenochtitlan é recebido por Moctezuma. Epidemia de variola no México.					M. FERNANDES DE ENCISO: "Suma de Geographia...". V. DE MAIOLLO: Carta geográfica da América.	1519

D. MANUEL I "O VENTUROSO" (1495 — 1521†)

CARAMURU (DIOGO ÁLVARES CORREIA) (... — 1557†)

MARTIN LUTERO (* 1483 — 1546†)

RAFAEL SANZIO (* 1483 — 1520†)

DESIDERIUS ERASMUS DE ROTTERDAM (* 1466 — 1536†)

FERNÃO DE MAGALHÃES (... — 1521†)

EXPEDIÇÕES GUARDA-COSTAS ENVIADAS DE PORTUGAL AO BRASIL CONTRA CORSÁRIOS E COMERCIANTES FRANCÊSES (1516-1526)

CONFLITOS E EVENTOS MUNDIAIS	EXPANSÃO EUROPÉIA	GUERRAS	REIS DE PORTUGAL GOVERNADORES DO BRASIL	PERSONALIDADES	FUNDAÇÕES	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA	
Excomunhão de Lutero. Carlos V é coroado Imperador.	Magalhães chega ao estuário do Prata. Alvarado ataca os astecas. Moctezuma é assassinado, México.	EXPEDIÇÕES GUARDA-COSTAS ENVIADAS DE PORTUGAL AO BRASIL CONTRA CORSARIOS E COMERCIANTE FRANCÊSES (1516-1526)	D. MANUEL I	JEAN PARMENTIER (*1475 — 1548 [†])	Feitoria de Itamaracá em Pernambuco (Cristovão Jacques)		Relação de ANTONIO FIGAFETTA (expedição de Fernão de Magalhães) (1519-1521).	1520
Edito de Worms (Dieta do Império proíbe a Reforma)	Magalhães cruza o estreito, atravessa o Pacífico e morre nas Filipinas. Cortes toma Tenochtitlan, México. Espanhóis na costa da Flórida e da Carolina, América do Norte.			PARACELSO (VON HOHENHEIN) (*1493? — 1541 [†])		Aleixo Garcia sai de Santa Catarina (Brasil) em direção à Bolívia: primeiro contato com os Incas.		1521
Conflitos diplomáticos entre Portugal e Castela pela posseção das Molucas.	P. de Andoya chega às costas do Peru. Cortes é nomeado "Capitán General" da Nova Espanha, México.			INÁCIO DE LOYOLA (*1491 — 1556 [†])			M. TRANSYLVANUS: "De Molluccis Insulis... quae nouissima castellanorum navigatio..."	1522
Propagação do anabatismo na Europa.	Alvarado na conquista da Guatemala e de El Salvador. O francês G. Verrazano chega à costa oriental da América do Norte armado por Jean Ango.			SEBASTIÁN CABOTO (*1471? — 1557 [†])				1523
Revolta camponesa liderada por T. Munzer, na Alemanha.			D. JOÃO III (1521 — 1557 [†])					1524
Repressão aos camponeses na Alemanha. Execução de Munzer. A Casa financeira dos Welser em Santo Domingo, no Caribe.	Alvarado conquista o sul de Yucatán, México. É criada a Governação de Margarita, Venezuela. Bastidas funda S. Marta na Colômbia.	Conflitos entre corsários franceses e a nau de Rodrigo de Acuña carregada de pau-brasil na Bahia.		NICHOIAUS COPÉRNICUS (* 1473 — 1543 [†])		Jean Parmentier, Caboto e Diego Garcia no Brasil.		1525
Organização da Igreja Luterana. Fundação da Ordem dos Capuchinhos. Os espanhóis descobrem Nova Guiné.	Conquista do Peru por Pizarro e Almagro (1526-1533) Pizarro chega a Guayaquil (Equador) e regressa carregado de riquezas.			ENRIQUE MONTES (...)		Expedição guarda-costas de Cristovão Jacques.	INÁCIO DE LOYOLA: "Ejercicios Espirituales".	1526
		Guerras de Cristovão Jacques contra corsários franceses, bretones e normandos na Bahia e em Pernambuco.					"Relação de ENRIQUE MONTES..." (30 de setembro) (expedição Caboto) Carta de LUIS RAMIREZ do Rio da Prata (expedição Caboto).	1527
	A Governação da Venezuela é arrendada à Casa alemã dos Welser. Expedição de Caboto pelos rios Paraná e Paraguai.	Novos conflitos contra corsários franceses na Bahia e Pernambuco.						1528

Tratado de Saragoza reconhece o domínio português sobre as Molucas. Conflitos entre o Papa e o Rei da Inglaterra.							1529	DIOGO RIBEIRO: Carta geográfica da América do Sul.
							1530	D. JOÃO III: "Carta de Grandes Poderes a Martim Afonso de Sousa" (20 de novembro).*
O rei da Inglaterra proclama sua supremacia na Igreja Anglicana.	Expedição de Pizarro ao Peru pelo Pacífico. Viagem de Ordás ao Orinoco.						1531	JEAN PARMENTIER: "Description nouvelle des merveilles de ce monde".
	H. de Mendoza descobre Baixa Califórnia.						1532	Carta de D. JOÃO III a Martim Afonso de Sousa (28 de setembro). PERO LOPES DE SOUSA: "Diário de Navegação" (1530-1532).
Excomunhão de Henrique VIII da Inglaterra. J. Calvino adere à Reforma.	Pizarro e Almagro tomam Cuzco no Peru. Epidemia de varíola no Peru. Em Coro (Venezuela), as autoridades e os povoadores não reconhecem a administração dos Welser.						1533	Martim Afonso de Sousa retorna a Portugal.
Fundação da Companhia de Jesus por Inácio de Loyola.	Lope de Aguirre chega ao Peru. Jacques Cartier realiza sua primeira viagem ao Canadá.						1534	D. JOÃO III: "Carta de doação da Capitania de Pernambuco a Duarte Coelho" (5 de setembro).*
Execução de Tomás Morus por ordem de Henrique VIII. Massacre dos Anabatistas de Munster.	P. de Mendoza explora o Rio da Prata. É criado o "Virreinato de Nueva España" (México). Pizarro funda a "Ciudad de los Reyes" (Lima).						1535	OVIEDO Y VALDÉS: "La historia general de las Indias", Primeira Parte.
Tratado de Lyon entre Portugal e a França com o objetivo de acabar com a pirataria francesa, representada por armadores como Jean Ango.	Primeira fundação de Buenos Aires por P. de Mendoza. Ayolas e Irala fundam o forte Candelária no rio Paraguai.						1536	JEAN CALVIN: "L'Institution Chrétienne".
Inquisição em Évora e Lisboa.	Viagem de Cabeza de Vaca ao Texas e à Flórida. A Jamaica é concedida à família de Colombo. Salazar funda Assunção (Paraguai).						1537	
Formação da Santa Liga dos príncipes alemães contra os turcos.	Expedição espanhola de Alonso Mercadillo desde o Peru até Machifaro no rio Amazonas. Jimenes de Quesada funda Santa Fé (Bogotá).						1538	Carta de DIOGO NUNES ao Rei D. João III (expedição de Alonso Mercadillo).*
Organização definitiva da Companhia de Jesus (reconhecimento do Papa).							1539	DAMIÃO DE GÓIS: "Commentarii Rerum Gestarum in India...".

Missão entre os índios de São Vicente (OFM).

W. Hawkins, corsário inglês, no Brasil.

Expedição de Martim Afonso de Sousa e de Pero Lopes ao Brasil.

Demarcação da costa do Brasil em capitanias por Martim Afonso de Sousa.

Martim Afonso de Sousa retorna a Portugal.

Divisão do Brasil em 14 capitanias.

Duarte Coelho chega a Pernambuco.
Primeira expedição ao Maranhão (Aires da Cunha).

OLINDA: fundada pelo donatário Duarte Coelho.
ILHÉUS: sede da Capitania, fundada por F. Romero.

Missão em Mbyaçá, Santa Catarina, com índios Carijó (OFM).

Primeiros escravos africanos chegam ao Brasil com L. Bixorda.

Viagem do cartógrafo Jean Rose (J. Rotz) ao Brasil.
Grande migração Tupi do litoral brasileiro em direção ao Peru.

FRANÇOIS RABELAIS (*1490? — 1553[†])

JEAN CALVIN (*1509-1564[†])

DAMIÃO DE GÓIS (*1500-1572[†])

JOÃO RAMALHO (...-1580[†])

MARTIM AFONSO DE SOUSA (*1500-1571[†])

DUARTE COELHO (...-1554[†])

D. JOÃO III (*1521-1557[†])

consários e entre-
cha e em Pernambu-
co.

Combates contra corsários e entrelagos franceses estabelecidos em Ilamaracá, Pernambuco, presos e executados por Pero Lopes.

Guerras indígenas contra Pero Lopes na Bahia.
Conflicto com índios Carijó no rio Iguaçu.

GUERRA DE IGUAÇU: contra espanhóis que atacaram São Vicente.

Conflicto com índios Gollacazes no Espírito Santo (Fernandes Coutinho).

CONFLITOS E EVENTOS MUNDIAIS	EXPANSÃO EUROPÉIA	GUERRAS	REIS DE PORTUGAL GOVERNADORES DO BRASIL	PERSONALIDADES	FUNDAÇÕES	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA	
Primeiros jesuítas em Portugal. Primeiro Auto de Fé em Lisboa.	Cabeza de Vaca é nomeado Governador do Paraguai. Valdivia começa a conquista do Chile. V. de Coronado explora o território da América do Norte (-1542).			FRANCISCO DE ORELLANA (*1490 — 1546 [†])				1540
Filipe de Habsburgo no governo espanhol. República Calvinista de Genebra. Jesuítas nas Índias Orientais com S. Francisco Xavier.	Orellana parte de Quito e desce todo o curso do rio Amazonas até o Atlântico (-1542).			ANDRÉ VESALIUS (*1514 — 1564 [†])			NICOLAS DESLIENS: "Mapamundi".	1541
O Papa Paulo III estabelece a Inquisição na Igreja Católica. Portugueses no Japão. Novas leis de índios na Espanha.	É criado o Vice-Reino do Peru. H. Soto explora a costa sudeste norte-americana.	Lutas contra estabelecimento inglês na baía de Todos os Santos.		BARTOLOMÉ DE LAS CASAS (*1474 — 1566 [†])	SANTOS: vila no litoral de São Paulo fundada por Brás Cubas.		GASPAR DE CARVAJAL: "Descobrimiento del Rio de las Amazonas" (expedição de F. de Orellana). * Carta de DUARTE COELHO ao Rei (27 de abril). *	1542
				ALVAR NUÑEZ CABEZA DE VACA (*1500 — 1560 [†])				1543
A França reconhece a supremacia da Espanha sobre a América. O Papa Paulo III suspende a Inquisição em Portugal.	Rebelião no Peru encabeçada por Pizarro que se proclama governador.	ATAQUES E INCURSOES DE INGLESES AO LONGO DA COSTA BRASILEIRA	D. JOÃO III (1521 — 1557 [†])	PIERRE RONSARD (*1524 — 1585 [†])			SEBASTIÁN CABOTO: "Mapamundi", onde aparece representada a América do Sul.	1544
Concílio de Trento.	Descobrimiento das minas de prata de Potosí (Bolívia).						CABEZA DE VACA: "Relación de las cosas sucedidas en el Rio de la Plata".	1545
Conflitos entre o Papa e o Concílio.	Morte de Orellana na sua segunda viagem ao rio Amazonas. Chega ao fim o contrato de governo dos Welser na Venezuela.					Na Baía, o donatário Francisco Pereira Coutinho é morto pelos índios.		1546
Reestabelecimento da Inquisição em Portugal.		Índios Tamoié atacam a vila de Berthoga.				Pero do Campo Tourinho, donatário de Porto Seguro, é aprisionado pela Inquisição e levado a Portugal.	FREI BARTOLOMÉ DE LAS CASAS: "De Unico Vocationis Modo" (anterior a 1547).	1547
Dieta de Augsburg. Guerra anglo-francesa. Suspensão do Concílio Jesuítas na Guiné (África).	Pacificação do Peru com a derrota e morte de Pizarro. A. de Mendoza funda a cidade de N. S. de la Paz (Bolívia).						Carta de LUIS DE GÓIS a D. João III (12 de maio). *	1548

384

Carlos V separa os Países Baixos do Santo Império.					SALVADOR: fundada por Tomé de Souza. ITANHAÉM: no litoral de São Paulo. 1ª Missão jesuítica da América: Monte Calvária na Bahia.	Novo regime de governo no Brasil: Governo Geral. Primeiros jesuítas no Brasil com Nóbrega.	D. JOÃO III: "1º Regimento que levou Tomé de Souza Governador do Brasil". *	1549
Paz entre a França e a Inglaterra.	Antonio de Mendoza é nomeado vice-rei do Peru.				Colégio dos Meninos de Jesus, fundado pelo Pe. Leonardo Nunes (SJ) em São Vicente (circa).	Embarcam para o Brasil, desde Belém, Portugal, meninos órfãos.	DIEGO GUTIERREZ: "Planifério", aparece representada a América do Sul.	1550
Reabertura do Concílio de Trento. A França invade a Itália. Proibida a entrada de jesuítas na França.	Audiência de Charcas (Bolívia) é integrada ao Vice-Reino do Peru.				Fortaleza de BERTIOGA, fundada para a defesa de São Vicente. Entre 1549 e 1551 foram fundadas 7 aldeias jesuíticas perto de Salvador.	Chegam as primeiras moças órfãs mandadas de Portugal para se casarem no Brasil.	"Copia de unas cartas embiadas del Brasil por el padre Nóbrega ... y outros padres". *	1551
Espanhóis expulsos da África do Norte pelos turcos. Publicação do Código Colonial Espanhol ("Recopilación"). Interrupção do Concílio de Trento.	No Chile, são fundadas as cidades de Valdivia e Villarica. D. Martinez de Irala é nomeado governador do Rio da Prata.				Aldeia de Manicoba, fundada por Nóbrega no interior de São Paulo (SJ).	Os jesuítas José de Anchieta e Luis da Grã chegam ao Brasil.	Carta do Governador TOMÉ DE SOUZA ao Rei D. João III (1º de junho). *	1552
Maria Tudor, "A sanguinária", sucede Eduardo VI na Inglaterra.	Expedição de F. Leclerc (Jambé de Bois) ao Caribe, com o apoio da França, ataca Cuba.				Aldeia de PIRATININGA (origem da cidade de São Paulo). Fundada por Nóbrega e Anchieta (SJ).		JOSÉ DE ANCHIETA: "Carta al Padre Inacio de Loyola" (julho). *	1553
A rainha da Inglaterra se reconcilia com o Papa.					ONTIVEROS: vila espanhola no rio Paraná.			1554
Paz de Augsburg na Alemanha. Retirada francesa da Itália. União da França e do Papa contra o Imperador.	Jacques de Sores ataca La Habana (Cuba).	Rebelião indígena na Bahia.			Fundação da colônia francesa "FRANCE ANTARCTIQUE" (França Antártica) na baía da Guanabara, por Villegagnon.	Epidemia de varíola entre indígenas da região do Rio de Janeiro (-1556).		1555
Abdicação do Imperador Carlos V. O Papa em guerra contra os espanhóis.	Espanha revoga concessão da Venezuela aos Welser.	Lutas contra franceses estabelecidos na baía da Guanabara.			CIUDAD REAL: fundação espanhola no rio Paraná (Rui Diaz de Melgarejo). Aldeias jesuíticas de Rio Vermelho e São Lourenço na Bahia.	O bispo P. Fernandes Sardinha é morto pelos índios Caeté depois de um naufrágio na costa de Alagoas.	"Copia de diversas cartas de algunos padres y hermanos de la Compañia de Jesus". * NICOLAS BARRÉ: "Copie de quelques lettres". * RAMUSIO: "Terzo volume delle navigationi et viaggi... al mondo novo".	1556
Portugueses estabelecidos em Macau. Bancarrota do governo espanhol.	Primeira incursão dos espanhóis no território da futura cidade de Caracas (Venezuela).				Aldeia jesuítica de São Sebastião (Ipiru), na Bahia.	Jean de Léry chega à ilha de Villegagnon.	A. THEVET: "Les Singularitez de la France Antarctique". * H. STADEN: "Wahhaftige Historia...". * NÓBREGA: "Diálogo sobre a conversão do Gentio". * Carta de VILLEGAGNON a Calvino, da França Antártica.	1557
Elizabeth I, rainha da Inglaterra, reestabelece a Igreja Anglicana.					Fundação da maior e principal aldeia jesuítica do Brasil: a de Espírito Santo.	Villegagnon regressa à França.	NÓBREGA: "Apointamentos de coisas do Brasil" (8 de maio). * Carta de D. SEBASTIÃO a Mem de Sá. * JOÃO R. DE CASTELO BRANCO (Amato Lusitano): "Discordis Librum de Médica Matéria".	1558
Primeiro Sinodo dos calvinistas em Paris. Ruptura entre Roma e Inglaterra.	Pedro de Ursua parte do Peru, com Lope de Aguirre, em busca do Eldorado e da terra de Omagua.	Guerra de Mem de Sá contra índios da Bahia e do Espírito Santo.			Aldeia jesuítica de São Tiago, a 3 léguas de Salvador, Bahia, com 4.000 índios.	Alvará facilita a importação de escravos negros.	MANUEL DA NÓBREGA: "Carta de Tomé de Souza" (5 de julho). *	1559

D. JOÃO III (1521 — 1557)

TOMÉ DE SOUZA

DUARTE DA COSTA

MEM DE SA

D. CATARINA

TIZIANO VECELLIO (*1490 — 1576)

BRUEGHEL, O VELHO (*1530? — 1569)

MANUEL DA NÓBREGA (*1517 — 1570)

TOMÉ DE SOUZA

N. DURAND DE VILLEGAGNON (*1514 — 1571)

ÁLVARO DA COSTA (...)

385

CONFLITOS E EVENTOS MUNDIAIS	EXPANSÃO EUROPEIA	GUERRAS	REIS DE PORTUGAL GOVERNADORES DO BRASIL	PERSONALIDADES	FUNDAÇÕES	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA	
Os jesuítas na Polónia e no Japão.		Guerras de Mem de Sá contra franceses no Rio de Janeiro.	REIS DE PORTUGAL GOVERNADORES DO BRASIL	IACOPO ROBUSTI (TINTORETO) (*1518 — 1594 [†])	GHARULHOS: antiga aldeia de índios Guayana, sede de missão. Aldeia jesuítica de Santo Antônio (Rembê), Bahia.	Destruição do forte de Villegagnon no Rio de Janeiro. Povoadores de Santo André se mudam para Piratininga.	JOSÉ DE ANCHIETA: "De Gestis Mendi Saa". FRANCISCO VÁZQUEZ: "Relación de todo lo que sucedió en la jornada de Omagua y Dorado..." (circa).	1560
	Assassinato de Ursúa; Aguirre cruza o Amazonas até o Atlântico. Fundação de Santa Cruz de la Sierra (Bolívia).	Guerras de exterminio e escravização dos índios Caceté e assemelhados no nordeste.	REGÊNCIA DE D. CATARINA D'ALUSTRIA	MEM DE SÁ (... — 1572 [†])	Missão de Bom Jesus do Tatuapara na Bahia (SJ). Missão de Santa Cruz de Itaparica com índios da ilha e de Paraguaçu, Bahia (SJ).		FILIPE DE GUILLEN: Carta à rainha D. Catarina (12 de março). C. HERNANDEZ: "Relación de la entrada de Orsua y Aguirre" (circa). ANÓNIMO (LÉRY?): "Histoire des choses memorables..."	1561
Guerra civil e religiosa na França. Reabertura do Concílio de Trento.	Tentativa de colonização huguenote francesa na Flórida (América do Norte).	Guerra contra índios Tamoió, Carlho e Tupi confederados, aliados dos franceses, em São Paulo.	MEM DE SÁ	JOSÉ DE ANCHIETA (*1534 — 1597 [†])		Migração de índios do nordeste brasileiro em direção à Amazônia.	BARTOLOMÉ DE LAS CASAS: "Historia de las Indias" (1527-1562). F. DESCERPZ: "Recueil de la diversite des habits en... Europe et illes sauvages".	1562
Autorização do culto protestante na França. Bancarrota dos Fugger. Fim do Concílio de Trento.	Fundação da Audiência de Quito.			SALVADOR CORREIA DE SÁ (O VELHO) (*1547 — 1631 [†])		Surto epidêmico entre índios e escravos na Bahia e em Ilhéus (1562 e 1563).	A. GALVÃO: "Tratado dos descobrimentos...". GARCIA D'ORTA: "Coloquio dos simples e drogas he cousas medicinais da Índia".	1563
A armada portuguesa coopera com os espanhóis em Marrocos. Cerco de Malta pelos turcos.	Expedição de Lopez de Legazpi sai do México em direção às Filipinas. Na Flórida, os espanhóis massacram os colonos huguenotes franceses liderados por J. Ribault.				SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO: cidade fundada pelos portugueses sobre ocupação anterior de franceses na baía da Guanabara.	Nascimento de Frei Vicente do Salvador na Bahia. Nóbrega e Anchieta como reféns dos índios em Iperoig.	A. DU PINET: "Plantz, Pourtraitz et descriptions de plusieurs villes et forteresses, tant de l'Europe que des Indes".	1564
Rebelião dos mouros na Espanha.	Panamá adscrito ao Vice-Reino do Peru. Ingleses na Jamaica. Franceses expulsos da Flórida (morte de Nicolas Barré).	Conflitos com índios Tamoió e franceses no Rio de Janeiro e em Cabo Frio.					ANÓNIMO: "Brief recueil de l'affliction et dispersion de l'Eglise des fideles au pays du Bresil".	1565
Conflito diplomático entre a França e Portugal.						Resolução da junta de governo da Bahia sobre as aldeias de índios fundadas pelos padres jesuítas.		1566
Revolta protestante na França.	Fundação de Santiago de León de Caracas. Drake e Hawkins assolam as costas da América Central.	Franceses derrotados e expulsos por Mem de Sá da baía da Guanabara, Rio de Janeiro.			Colégio Jesuítico do Rio de Janeiro; reitor Manuel da Nóbrega. IGUAPE: povoação no litoral de São Paulo.		MANUEL DA NÓBREGA: "Se o pai pode vender a seu filho e se hum se pode vender a si mesmo".	1567
Fundação da Ordem dos Carmelitas por San Juan de la Cruz.		Nova tentativa de estabelecimento francês no Rio de Janeiro e rechaço da pelos portugueses.	D. SEBASTIÃO		Aldeia jesuítica de São Lourenço, em Niterói, Rio de Janeiro.		DIOGO HOMEM: "Atlas", folhas da América do Sul.	1568

386

Derrota dos protestantes na França.	Primeiras "encomiendas" na América espanhola. Drake toma "Nombre de Dios" no Panamá.					GERARDUS CRÉMER MERCATOR: "Mapa-múndi", folhas da América.	1569
Elizabeth I é excomungada pelo Papa. Portugal suspende o monopólio do comércio oriental. Liberdade de religião na França.						"Instrumentos dos serviços de MEM DE SÁ".*	1570
Portugal na Liga contra os turcos.						FERNÃO VAZ DOURADO: "Atlas de Vaz Dourado", parte das Américas.	1571
Matança de Saint Bartolomé na França.	Francis Drake ataca o Panamá com o apoio de franceses e apreende ouro e prata (morte do cartógrafo Le Testu). Execução de Tupac Amaru, último da dinastia incaica.					LUIS DE CAMÕES: "Os Lusíadas". GIROLAMO BENZONI: "La Historia del Mondo Novo".	1572
Chega ao fim a conquista das Filipinas pelos espanhóis. Auto de Fé em Évora, Portugal.	Fundação de Santa Fé e de Córdoba (Argentina). Missionários franciscanos na Geórgia e na Flórida.						1573
						JEAN DE LÉRY: "Histoire memorable de la ville de Sancerre".	1574
	Estabelecimento colonial da "mita" na América espanhola. Plano para a proteção permanente das colônias espanholas contra a pirataria.					ANDRÉ THEVET: "La Cosmographie Universelle". "Processo do Padre ANTONIO DE GOUVEIA na Inquisição de Lisboa" (1571-1575).*	1575
Jean Bodin: "Da República".	Ataque pirata a Santa Marta (Colômbia). Oxenham, pirata inglês, em Darién (Panamá). Expedição de M. Frobisher em busca de passagem para o Pacífico pelo noroeste da América do Norte.					PERO DE MAGALHÃES GANDAVO: "História da Provincia de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil".	1576
Monopólio do sal em Portugal (até 1578).	Início do regime civil colonial na Venezuela com J. de Pimentel. Viagem de circunavegação de Francis Drake.					Reunificação do Governo Geral do Brasil	1577
Morte de D. Sebastião, rei de Portugal, na batalha de Alcácer contra os árabes na África.	Expedição de H. Gilbert parte da Inglaterra para a América do Norte.					JEAN DE LÉRY: "Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil".*	1578
Criação da "Eastland Company" em Londres. Tentativa de desembarque espanhol na Irlanda. União de Utrecht.	Francis Drake assalta o porto de El Callao. Piratas na Costa Rica.					JACQUES DE VAUDECLAYE: Cartas geográficas da baía de Guanabara e do litoral norte-nordeste do Brasil.	1579

Corsários franceses. J. de Sotres e Capdeville matam 40 jesuítas e o governador do Brasil nas Canárias (1570-1571).

Guerra contra corsários franceses no Brasil.

Campanha militar contra índios Potiguara (Paraíba).

Campanha de A. de Salerna contra os Tamoió em Cabo Frio.

Lutas contra corsários franceses em Araroué, Rio de Janeiro. Guerra de Aperiçó. Conquista de Sergipe.

Lutas contra corsários franceses de Le Havre e de Dieppe em Recife.

MEM DE SÁ

LUIS DE BRITO DE ALMEIDA (NORTE)
ANTONIO DE SALEMMA (SUL)

D. SEBASTIÃO (1568 — 1578+)

D. HENRIQUE

L. DA VEIGA

LUIS DECAMÕES (* 1525 — 1579+)

JEAN BODIN (* 1530? — 1596+)

ANTONIO DE SALEMMA (... — 1586 †)

GARCIA D'ÁVILA (... — 1609 †)

LUIS DA GRÃ (* 1523 — 1608? †)

VILLA RICA DEL ESPÍRITU SANTO: fundação espanhola no rio Ivai, Paraná. Aldeia jesuítica de São Barnabé (Vila Nova), em Niterói.

Fundação de Missão e Convento dos franciscanos em Olinda, por frei Alvaro da Purificação.

Forte da Ilha da Conceição no rio Paraíba, no nordeste brasileiro.

Carta Régia garantindo a liberdade dos índios. Morte de Nóbrega no Rio de Janeiro.

Divisão do Brasil entre duas governações (Norte e Sul). Morte de Mem de Sá em Salvador, Bahia.

387

CONFLITOS E EVENTOS MUNDIAIS	EXPANSÃO EUROPEIA	GUERRAS	REIS DE PORTUGAL GOVERNADORES DO BRASIL	PERSONALIDADES	FUNDAÇÕES	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA	
União das coroas ibéricas com Felipe II da Espanha (I de Portugal)	Possessões portuguesas da América sob domínio espanhol.		D. HENRIQUE I. DA VEIGA	MICHEI. EYQUEM SIEUR DE MONTAIGNE (* 1533-1592 ⁺) CRISTOVÃO DE GOUVEIA — SJ (* 1542 — 1622 ⁺) GABRIEL SOARES DE SOUSA (* 1540? — 1592 ⁺)		Brasil passa ao domínio da Espanha	MICHEI. EYQUEM SIEUR DE MONTAIGNE: "Les Essais." *	1580
Felipe II é reconhecido Rei de Portugal nas Cortes de Tomar. Drake é feito cavaleiro pela rainha Isabel.	Holandeses fundam colônia em Essequibo, Guiana.		GOVERNO INTERINO			Início da escravização dos indígenas Guarani do Guaira.		1581
Introdução do calendário gregoriano.		Lutas entre portugueses e franceses pela posse da Paraíba. Corsário inglês, Edward Fenton, ataca Santos no litoral de São Paulo.	D. FELIPE I DE PORTUGAL (II DA ESPANHA) (1581 — 1598 ⁺)		Missão de franciscanos espanhóis com colonos e índios em São Paulo.		JOAN MARTINEZ MESSINA: "Atlas", folha de América.	1582
Portos espanhóis e portugueses fechados ao comércio inglês.	Fundação da primeira colônia inglesa na América, em Terra Nova, por H. Gilbert.		MANUEL TELES BARRETO		Fundação da Custódia de Santo Antônio em Olinda (sede de missão, OFM). Aldeias jesuíticas em Pernambuco. Forte de São Filipe, Paraíba.	Navio inglês "Royal Merchant" no Brasil.		1583
	Raleigh funda o assentamento de Virgínia na América do Norte.	Campanha de incorporação da Paraíba: guerras de extermínio contra os Potiguara aliados dos franceses.			Missão entre os índios de Pernambuco (OFM). Forte da Baía da Traição e Forte do Varadouro na Paraíba.	Início da conquista da Paraíba. Surtos epidêmicos de varíola entre os índios da Bahia.	JOSÉ DE ANCHIETA: "Informação do Brasil e de suas capitãias".	1584
Independência da Holanda.	Expedições piratas de Drake ao Panamá e Caribe. Davies descobre o estreito entre Groenlândia e terra firme.	Bandeirinhas escravagistas dos paulistas.			Seminário em Olinda para indígenas (OFM). Fortes: Sta. Catarina do Cabedelo, Paraíba; N. Sra. do Monserrate e da Ribeira, Bahia.			1585
Cerco a Malaca.	Missão dos jesuítas no Rio da Prata. J. de Baños descobre o Gran Chaco. Cavendish ataca colônias espanholas da América do Sul, a serviço da Inglaterra.			FREI MELCHIOR DE SANTA CATARINA — FELIPE CAVALCANTI (* 1523 — c.1580)		Expedição do corsário Thomas Cavendish ao Brasil.		1586
Ingleses atacam a costa espanhola. Guerra civil na França entre a Liga Católica e os protestantes.	Cavendish em Mazatlán (México) segue em direção ao Cabo de São Lucas (Califórnia). Os ingleses iniciam o sistema de plantios na Virgínia (América do Norte).	Campanha final da conquista de Sergipe. Withington, pirata inglês, saqueia o ecclon-cavo balano.	GOVERNO		CANANÉIA: vila na capitania de São Vicente, fundada sobre ocupação anterior por T. de Oliveira Lobo.		GABRIEL SOARES DE SOUSA: "Tratado descritivo do Brasil" * JOSÉ DE ANCHIETA: "Informação dos primeiros aldeamentos da Baía" (circa).	1587
Os ingleses derrotam a "Armada Invencível" espanhola.					Missões franciscanas: São Cosme e São Damião, em Igarapé, Pernambuco; outra entre os Potiguara, Paraíba.		ABRAHAM ORTELIUS: "Americae Sive Novi Orbis, Nova Descriptio" (carta geográfica).	1588

CONFLITOS E EVENTOS MUNDIAIS	EXPANSÃO EUROPEIA	GUERRAS	REIS DE PORTUGAL GOVERNADORES DO BRASIL	PERSONALIDADES	FUNDAÇÕES	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA		
Derrota espanhola na Holanda. Fundação da Companhia Inglesa das Índias Orientais. Execução de Giordano Bruno em Roma.	Navios holandeses comerciam na América Central.	Campanha contra franceses e indígenas aliados no Ceará, Serra de Ibiapaba.	D. FELIPE II DE PORTUGAL (III DA ESPANHA) (1598 — 1621 †) DIOGO BOTELHO	WILLIAM SHAKESPEARE (* 1564 — 1616 †)				1600	
Ingleses destróem a esquadra espanhola em Gibraltar.				NICOLAU BARRETO (...)	FERNÃO CARDIM — SJ (* 1549 — 1625 †)		Bandeira de André Leão à região do rio São Francisco em Minas Gerais.	ANTONIO DE HERRERA: "Historia General de los Hechos de los Castellanos en las Indias i tierra Firme del Mar oceano."	1601
Fundação da Companhia Holandesa das Índias Orientais.	Ingleses ocupam o arquipélago das Bermudas.			PERO COELHO DE SOUSA (...)	MIGUEL DE CERVANTES DE SAAVEDRA (* 1547 — 1616 †)		Bandeira de Nicolau Barreto ao Guairá. Holandeses na Amazônia.		1602
Combates entre holandeses e portugueses nas Molucas (-1605). Jesuitas retornam à França.	O navegante francês, Samuel Champlain, realiza sua primeira viagem ao Canadá.	Ataque holandeses à Bahia.				Forte de São Lourenço no Ceará, por Pero Coelho de Sousa. Missões entre índios Potiguara na Paraíba (-1605) (OFM).	Expedição de Pero Coelho de Sousa ao Maranhão.	SIMÃO TRAVASSOS: "Summario das armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahyba" *	1603
Paz entre a Inglaterra e a Espanha. Criada a Companhia Francesa das Índias Orientais. Campanella: "A cidade do sol".	Fundação da Província Jesuítica do Paraguai, que durará um século e meio, reunindo até 250.000 indígenas. Fracassa a tentativa inglesa de estabelecimento nas Guianas.					Forte holandês de Orange nas margens do rio Xingu. Forte holandês de Nassau na ilha de Coymitune, no rio Xingu.			1604
Criado em Lisboa o Conselho das Índias para administrar o Brasil (-1614).	Armada espanhola captura navios holandeses que tentavam comerciar na Venezuela. Dinamarqueses na Groenlândia.						Proibida a permanência ou escala de navios estrangeiros no Brasil.	FERNÃO GUERREIRO: "Relação annual das cousas que fizeram os Padres da Companhia de Jesus... nos anos de 1602 e 1603". *	1605
Criação da Companhia Inglesa de Colonização da Virginia.	Fundação do Forte de São Jorge na Nova Inglaterra. Colonização da Virginia, na América do Norte, pelos ingleses.	Ataque e aprisionamento de índios Guaraní do Guairá pela bandeira de Manuel Preto.			MANTUEL PRETO (... — 1629 †)		Bandeira de Manuel Preto na direção do Guairá.		1606
Ataque frustrado dos holandeses a Moçambique.	Colonos ingleses da Virginia fundam Jamestown e plantam tabaco.						Bandeira de Belchior Dias Carneiro ao rio Tietê, São Paulo.	Pe. PERO RODRIGUES: "Vida de José de Anchieta."	1607
União evangélica entre os calvinistas e os evangélicos na Alemanha.	Samuel Champlain funda Quebec no Canadá.					Aldeia de São Lourenço no rio Ceará, fundada pelo jesuíta Luis Figueira.	Primeira penetração missionária na Serra de Ibiapaba, com Luis Figueira e Francisco Pinto (1607-1608).	390	1608

Tregua entre Espanha e Holanda. Portugal autoriza os holandeses a comerciar livremente no Oriente. Fundação do Banco de Amsterdã.	Início da tentativa colonizadora inglesa de Hartcourt na Guiana.			Fundação da primeira Redução Jesuítica do Guairá.	Lei de 30 de julho declara a abolição da escravidão indígena.	LUIS FIGUEIRA: "Relação da Missão do Maranhão." MARC LESCARBOT: "Histoire de la Nouvelle France."	1609
Perseguição aos cristãos novos em Portugal. Mouros expulsos da Espanha. Assassinato de Henrique IV da França.	O corsário inglês Thomas Roe penetra pelo rio Amazonas e explora o território das Guianas.			Forte inglês nas margens do rio Amazonas, construído por homens de Thomas Roe.	Jesuitas espanhóis na região do rio Paranapanema.		1610
Gustavo Adolfo, Rei da Suécia.	Fundação do núcleo original de Medellín, Colômbia.	Bandeira de Vaz Dourado ataca índios de Pararambare no Guairá e aprisiona 500 indígenas.		FORTALEZA: fundamentos da atual cidade de Fortaleza, por Martim Soares Moreno no Ceará.	Lei admite escravidão dos índios em "guerra justa". Chega ao Guairá o jesuíta Antônio Ruiz de Montoya.	FRANCISCO PYRARD: "Discours du voyage des Français aux indes orientales..." *	1611
Holandeses no Ceilão e em Timor. Franceses na África.	O território do Paraguai é entregue aos jesuítas para sua evangelização. Holandeses em Manhattan, América do Norte.	Campanha contra franceses da França Equinocial no Maranhão e contra indígenas aliados de La Ravardière.		SÃO LUÍS: Forte no Maranhão, fundado por franceses de La Ravardière. Aldeias de capuchinhos franceses no Maranhão.		LA RAVARDIÈRE: "Regulamento da nova colônia França Equinocial".* CLAUDE D'ABBEVILLE: "Arrivée des peres capucins en l'Inde". DIOGO DE CAMPOS MORENO: "Livro que dá razão ao Estado do Brasil".	1612
Ingleses estabelecem feitoria no Japão e iniciam comércio com a Índia.	Holandeses fundam seus primeiros estabelecimentos no Essequibo, Guianas.			Forte N. Sr. do Rosário fundado por Jerônimo de Albuquerque no Ceará. Forte francês de São José ou Itaparé no Maranhão.	Expedição portuguesa na conquista do Maranhão.	"Carta del PRESIDENTE DE LA ESPAÑOLA con testimonio de una información del Capitán Martín S. Moreno" (15 de dezembro).* PERO DE CASTILHO: "Nomes das partes do corpo humano pela língua do Brasil".	1613
Guerra civil na França. Bancarrotá da Casa Comercial dos Welser.	O holandês Joris van Spilbergen parte em viagem para o Oriente pelo estreito de Magalhães e ataca Santos no litoral brasileiro, sendo repellido (-1615).	Batalha de Guaxenduba no Maranhão.		Forte de Santa Maria de Guaxinduba na baía de São José, Maranhão. Primeira Missão franciscana no Maranhão com Frei C. de Lisboa.		CLAUDE D'ABBEVILLE: "Histoire de la Mission des Peres Capucins en l'Isle de Maragnon".* "Auto de diligências y preguntas que ... y Diego de C. Moreno mandaron hacer de los franceses..." *	1614
Holandeses tomam as Molucas e os ingleses tomam Bombaim aos portugueses.	Walter Raleigh ataca as Guianas. Exploração do oeste canadense por Samuel Champlain (-1616).			Forte holandês de Mariocay nas margens do rio Amazonas (circa). Forte de Cumá no Maranhão.	Capitulação dos franceses no Maranhão.	YVES D'EVREUX: "Suite de l'histoire des choses plus memorables advenues en Maragnon..." * LA RAVARDIÈRE (?): "Histoire de ce qui c'est passé... en l'Isle de Maragnon".	1615
Tratado de comércio entre a Holanda e o Japão. A Igreja Católica declara heréticas as idéias de Copérnico.	Fundação de colônia holandesa nas margens do rio Essequibo, Guianas.	Conflitos com holandeses e indígenas aliados no Pará, Forte do Presépio.		BELÉM ou Forte do Presépio de N. Sr. de Belém: fundado por F. Castelo Branco. Colônia holandesa na Amazônia, por Peter Adriansen de Fleshing.		ANDRE PEREIRA: "Relaçam do que há no grande Rio das Amazonas novamente descoberto". *	1616
Portugueses abandonam o Japão.	Separação dos territórios do Paraguai e de Buenos Aires. Última viagem de Walter Raleigh às Guianas (-1618).			Primeiras Missões franciscanas no Pará: em Belém e no Una.			1617
Início da Guerra dos Trinta Anos (-1648).					Segunda Visitação do Santo Ofício ao Brasil (-1620).	MARTIM SOARES MORENO: "Relação do Ceará".* Pe. ANTONIO DE ARAUJO: "Catecismo na lingua brasileira".	1618
Aliança das Companhias inglesa e holandesa das Índias Orientais contra os portugueses.	Primeiro Parlamento da América em Virginia, América do Norte. Começa a introdução de escravos negros na América do Norte.	Guerra contra os índios Tupinambá sublevados no Maranhão e no Pará.		Forte de S. Antônio de Gurupá, construído sobre ocupação holandesa anterior de Mariocay na Amazônia.	Bandeira de Manuel Preto ataca as reduções jesuíticas do Guairá.	391	1619

LOPE DE VEGA (* 1562 — 1635 +)
 FREI VICENTE DO SALVADOR — OFM (* 1564 — 1636?+)
 MARTIM SOARES MORENO (* c.1586 — 1649 +)
 ANTONIO RUIZ DE MONTOYA — SJ (* 1582 — 1652 +)
 LA RAVARDIÈRE (* 1570 — 1635 +)

D. FELIPE II DE PORTUGAL (III DA ESPANHA) (1598 — 1621 +)

MENESES E SEQUEIRA

GASPAR DE SOUSA

LUIS DE SOUSA

CONFLITOS E EVENTOS MUNDIAIS	EXPANSÃO EUROPEIA	GUERRAS	REIS DE PORTUGAL E ENVIADOS AO BRASIL	ATIVIDADES	FUNDAÇÕES	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA
Espanha na Guerra dos Trinta Anos.	Puritanos do Mayflower chegam à América do Norte. Fundação da colônia de Nova Inglaterra na América do Norte.		D. FELIPE II I. DE SOUSA	PETRUS P. RUBENS (* 1577 — 1640 †) LUIS FIGUEIRA — SJ (* 1575 — 1643 †) FRANCISCO CALDEIRA DE CASTELO BRANCO (...)	Forte do Calvário ou de Vera Cruz, fundado por Pedro Teixeira na foz do rio Itapicuru, Maranhão.		JUAN SARDINA MIMOSO: "Chorus Brasilicus", em: "Relación de la Real Tragicomedia...".
Recomeça a guerra hispano-holandesa. Fundação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais.			DIOGO DE M. FURTADO		Forte fundado pelo irlandês Bernardo O'Brien, estabelecido no Gurupá com ingleses e irlandeses, Amazônia.	É criado o Estado do Maranhão e Grão-Pará, independente do Brasil.	LUIS FIGUEIRA: "Arte da Língua Brasileira". Fr. MANUEL DA ILHA: "Narrativa da Custódia de Santo Antonio do Brasil". "Vocabulário na língua Brasileira", SJ (Ms. português — Tupi)
Restauração do Edito de Nantes na França. Ingleses se apoderam de Ormuz na rota da Índia.			D. FELIPE III DE PORTUGAL (IV DA ESPANHA) (1621 — 1638 †)		Redução jesuítica de San Javier, com índios Guarani, na Comarca de Tayati, Guairá.	O Padre Luís Figueira chega ao Maranhão.	
Japão se fecha à influência dos ocidentais. Jesuítas no Tibet.	Expedição holandesa ao porto de El Callao, Peru.	Ataques aos estabelecimentos comerciais dos holandeses, ingleses e irlandeses na Amazônia.	FRANCISCO DE MOURA FRANCISCO COELHO DE CARVALHO		Forte holandês de Mandiutuba na margem direita do rio Amazonas.	Bandeira de Manuel Preto assalta reduções jesuíticas do Guairá.	
Guerra entre franceses e espanhóis pelo domínio da passagem pelos Alpes. Richelieu, primeiro ministro na França.	Atividades expansionistas de holandeses na América do Sul. John Powell toma posse de Barbados.	Reconquista da Bahia aos holandeses com esquadra luso-espanhola.			Forte de São Marcos no Maranhão.	Holandeses tomam Salvador na Bahia. Conflitos entre colonos e jesuítas no Maranhão.	SIMÃO ESTÁCIO DA SILVEIRA: "Relação Sumária das cousas do Maranhão".*
Revolta protestante na França.	Ingleses e holandeses ocupam conjuntamente Santa Cruz nas Ilhas Virgens. A ilha caribenha de San Cristóbal passa às mãos dos franceses.			FREI CRISTOVÃO DE LISBOA — OFM (* 1583 — 1652 †) DIEGO R. DE S. Y VELAZQUEZ (* 1559 — 1660 †) PEDRO TEIXEIRA (* 1587 — 1641 †)	Reduções jesuíticas com índios Guarani no Guairá: Encarnación e San José.	Holandeses expulsos da Bahia (Jornada dos Vassallos).	FERNÃO CARDIM: "Treatise of Brazil", em Samuel Purchas: "Purchas his Pilgrims". * JOANNES DE LAET: "Guiana Sive Provinciae Intra Rio de las Amazonas" (carta geográfica).
Vitória espanhola sobre os aliados protestantes de Flandres, Holanda.	Holandeses fundam Nova Amsterdã (New York) na América do Norte. Piratas ingleses e franceses ocupam La Espanhola (Haiti).				Reduções jesuíticas com índios Guarani no Guairá: San Miguel e San Pablo.		"A plaine and true relation, of the going forth of a Holland Fleete the eleventh of November 1623, to the coast of Brasils"
Guerra religiosa na França. Guerra entre Inglaterra e França.	Ingleses ocupam as ilhas de Dominica e Barbados no Caribe.	Ataque de corsários holandeses à Bahia.			Reduções jesuíticas: San Antonio, Concepción e San Pedro no Guairá; e San Nicolau mais ao sul.		Fr. VICENTE DO SALVADOR: "História do Brasil 1500-1627". * Fr. CRISTOVÃO DE LISBOA: "História das Arvores e Animais do Maranhão"
Levante popular no Porto, Portugal. Capitulação de La Rochelle, derrota protestante na França.	Holandeses se apoderam da frota espanhola carregada de prata na baía de Matanzas, Cuba. Ingleses colonizam a ilha caribenha de Antigua.		DIOGO LUIS DE OLIVEIRA		Reduções jesuíticas do Guairá: Los 7 Arcangéles, S. Tomás e Jesus Maria. Fortes holandeses (Tau-rege) e inglês (Cumau) na Amazônia.	Manuel Preto conduz o governador do Paraguai, Dom Luis Cespedes de Xeria, pelo Tiê-tê, até o Paraguai.	"Carta del governador del Paraguay don LUIS CESPEDES DE XERIA a su Magestad dando cuenta de su llegada al Brasil..." (8 de novembro). *
	Holandeses tentam estabele-				CAMPOS: povoação da	Bandeira de Manuel	J. MANCILLA e SIMON MACE-

392

1629 1630 1631 1632 1633 1634 1635 1636 1637 1638 1639

J. MANCILLA e SIMON MACE-
TA: "Relación de los agravios
que hicieron algunos vecinos
y moradores de la villa de S.
Pablo...". *

VAZQUEZ DE ESPINOSA:
"Compendio y Description de
las Indias Occidentales"
BENTO MACIEL PARENTE:
"Memorial dirigido al Rey".
* GASPAR BARLEUS: "Trium-
phus super capta Olinda".

LUIS FIGUEIRA: "Relação de
vários sucessos acontecidos
no Maranhão e Grão-Pará". *

JOANNES DE LAET: "Novus
Orbis seu Descriptionis Indiar
Occidentalis".

"Informe de MANUEL JUAN
DE MORALES de las cosas de
San Pablo". *

Carta relação de BERNARDO
O'BRIEN DEL CARPIO ao Rei
Felipe IV da Espanha. *

"Relação dada por JACOME
RAYMUNDO DE NORONHA
sobre cousas tocantes ao go-
verno do Maranhão". *

FRANS POST: "Ilha de Itama-
raca" (pintura).

DUARTE DE ALBUQUERQUE:
"Memórias diárias da Guerra
do Brasil" (1630-1638). *

N. DURAN: "Relation des in-
signes progresz de la Religion
Chrestienne, faits au Para-
quay... Guair & Uruaig".

ANTONIO RUIZ DE MON-
TOYA: "Conquista Espiri-
tual" * e "Tesoro de la Len-
gua Guarani"
ALONSO DE ROJAS: "Descu-
brimiento del Rio de las Ama-
zonas". *

Bandeira de Manuel
Preto e de Raposo Tavares
ataca os jesuitas
do Guairá.

Holandeses ocupam
Pernambuco; período
de dominação holande-
sa do nordeste brasilei-
ro (-1654).

Jacome R. de Noronha
e Costa Favela tomam
o forte "North" dos in-
gleses, na Amazônia.

Bandeira de A. Ribeiro
e A. Fernandes ao Ita-
tim.

Nascimento de Gregó-
rio de Mattos Guerra na
Bahia.

Holandeses comple-
tam a conquista do nor-
te e nordeste do Brasil.

Viagem do Padre Luis
Figueira pelos rios To-
cantins e Xingu na
Amazônia (circa).

Maurício de Nassau,
governador holandês,
chega ao Brasil.

Expedição de Pedro
Teixeira chega a Quito
desde Belém.

CAMPOS: povoação da
capitania de São Tomé,
de Pero de Góis, funda-
da na conquista do ter-
ritório dos índios Goi-
tacá.

RECIFE (MAURICÉIA):
povoação cujo desen-
volvimento se deve aos
holandeses.
Forte holandês de S.
Tiago; e Forte Arraial
do Bom Jesus, PE.

Forte de Orange ou de
Santa Cruz de Itamara-
cá, construído pelos
holandeses em Per-
nambuco.

Reduções jesuíticas
com índios Guarani no
Rio Grande do Sul; San
Miguel e San Luiz.

CAMETA: sede da Capi-
tania, cujo donatário
foi F. Coelho de Carva-
lho, no baixo Tocan-
tins.
Forte de Porto Calvo,
Alagoas.

Forte Maurício, cons-
truído por holandeses
em Alagoas.
Forte de S. Lourenço
ou de Itaparica, na Ba-
hia.

Fortes de Barbalho e de
São Paulo da Gamboa
na Bahia.

HARMENSSOON VAN R. REMBRANDT (* 1606 — 1669[†])
JOÃO DE ALMEIDA (J. MEADE) — SJ (* 1572 — 1653[†])
HENRIQUE DIAS (... — 1662[†]) JOÃO PEDROSO DE MORAES (...)
RENE DESCARTES (* 1596 — 1650[†])
FREI MANUEL CALADO (* 1584 — 1654[†])
AMADOR BUENO (... — 1649?[†])

D. FELIPE III DE PORTUGAL (IV DA ESPANHA) (1621 — 1638[†])

DIOGO LUIS DE OLIVEIRA | PEDRO DA SILVA | D. JOÃO IV
FRANCISCO COELHO DE CARVALHO | J. R. DE NORONHA | J. MASCAR
BENTO M. PARENTE

20.000 índios es-
cravizados por
bandeirantes no
Guairá.
Rebelião de esca-
vos negros na Ba-
hia.

GUERRA CONTRA HOLANDESES E INDIOS ALIADOS NO NORDESTE BRASILEIRO.

Condições com indígenas aliados dos
ingleses na Amazônia.

Holandeses con-
quistam o Rio
Grande do Norte.

Holandeses con-
quistam a Paraíba.

10.000 índios es-
cravizados nas re-
duções jesuíticas
do Rio Grande do
Sul pela bandeira
de Raposo Tava-
res.

Ataques de bandeirantes às reduções
jesuíticas do Tape.
Resistência luso-espanhola à expansão
holandesa no nordeste, com tropas de
índios (Camarão) e de negros (H. Dias).

Ataque português
aos índios da Serra
de Orohó, Per-
nambuco.

Holandeses tentam estabele-
cer-se no Suriname.
Puritãos ingleses colonizam
ilha na costa da Nicarágua.

Holandeses atacam Santa Ma-
ria, Colômbia.
Puritãos ingleses fundam
Boston na América do Norte.

Espanhóis fundam o porto de
São Francisco na América do
Norte.
Arcadia e Canadá voltam às
mãos francesas. Samuel Cham-
plain é nomeado governador.

Holandeses expulsos da ilha
caribenha de San Martin pelos
espanhóis.

Holandeses se apoderam defi-
nitivamente da ilha de Cura-
cao no Caribe e saqueiam o
Suriname.

Franceses incursionam em
Tortuga, Martinica e Guadalu-
pe e fundam Caiena na Guiana.

R. Williams funda Rhode Is-
land e Providence na América
do Norte.

Guadalupe e Martinica passam
às mãos dos franceses.

Ataque holandês às costas de
Honduras.
Fundação de Connecticut e da
colônia Nova Suécia na Amé-
rica do Norte.

Franceses tentam colonizar a
ilha Tortuga no Caribe.

Guerra entre França e Espanha
no Piemonte.

Derrota espanhola nos Alpes.

Revolta dos bascos na Espa-
nha.
Gustavo Adolfo invade a Ale-
manha.

Vitória de Richelieu sobre a
nobreza na França.
Fundação da Ordem dos Laza-
ristas.

Reconstituição da Liga Protes-
tante sob a direção dos suecos.

Início da participação francesa
na Guerra dos Trinta Anos.
Criação da Companhia Fran-
cesa das Ilhas da América.

Guerra entre a França e a Espa-
nha.

Guerra entre França, Suécia,
Holanda e a Casa de Áustria.
René Descartes: "Discurso so-
bre o Método".

Conspiração malograda con-
tra o domínio espanhol em Lis-
boa.

Ataque holandês a Goa, domí-
nio português na Índia.

CONFLITOS E EVENTOS MUNDIAIS	EXPANSÃO EUROPEIA	GUERRAS	REIS DE PORTUGAL GOVERNADORES DO BRASIL	PERSONALIDADES	FUNDAÇÕES	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA
<p>1640</p> <p>Separação dos reinos de Portugal e da Espanha. Rebelião na Catalunha contra a Espanha.</p>		<p>Holandeses atacam indígenas e povoadores brancos na Paraíba (Baía da Traição) e em Vitoria (ES).</p>	<p>J. MASCARENHAS</p> <p>R. M. PARENTE</p>	<p>BLAISE PASCAL (*1623 — 1662[†])</p>		<p>É aclamado no Brasil o Duque de Bragança como monarca português.</p>	<p>ANTONIO RUIZ DE MONTOYA: "Catecismo de la lengua Guarani". "Sucessos de la Armada que fue al Brasil...". J. TEIXEIRA: "Terra de Santa Cruz a que chamam Brasil" (carta geográfica).</p>
<p>1641</p> <p>Tratado de aliança entre Portugal e Holanda. Holandeses tomam Angola e São Tomé, África.</p>	<p>Holandeses atacam Maracajó na Venezuela. Em represália, os espanhóis atacam Bonaire.</p>	<p>Índios Tapuia participam com os holandeses da guerra contra os portugueses em Angola, África.</p>		<p>D. JOÃO IV (DUQUE DE BRAGANÇA) (1640 — 1656[†])</p> <p>ANTONIO TELES DA SILVA</p> <p>FRANCISCO C. DE CARVALHO</p>	<p>ANTONIO FILIPE CAMARÃO (*1580 — 1648[†])</p>	<p>Forte holandês de Camocim, no Ceará.</p>	<p>Holandeses conquistam Sergipe e Maranhão.</p>
<p>1642</p> <p>Criação do Conselho Ultramarino em Portugal. Início da guerra civil na Inglaterra.</p>	<p>Perseguição pela inquisição dos judaizantes portugueses em Lima, Peru. Franceses fundam Montreal no Canadá.</p>	<p>Campanha para a expulsão dos holandeses do Maranhão e contra os indígenas aliados.</p>	<p>ANTONIO TELES DA SILVA</p>		<p>SIMÃO DE VASCONCELLOS — SJ (*1597 — 1671[†])</p>		<p>Monopólio do comércio de tabaco pela coroa portuguesa.</p>
<p>1643</p> <p>Início do reinado de Luís XIV na França, sob a condução política do cardeal Mazarino.</p>	<p>Colônias inglesas da América do Norte se agrupam nas Colônias Unidas da Nova Inglaterra. Franceses criam sociedade para a conquista do Suriname.</p>			<p>ANTONIO TELES DA SILVA</p>	<p>ANTONIO RAPOSO TAVARES (*1598 — 16</p>		<p>Morte de Luis Figueira na ilha de Marajó, nas mãos dos índios Nhe-nhengaiba.</p>
<p>1644</p> <p>É fundada, na Espanha, a Câmara de Índias. Negociações entre o Império germânico, a França e a Suécia para o término da Guerra dos Trinta Anos.</p>	<p>Generaliza-se o cultivo de cana-de-açúcar nas Antilhas.</p>	<p>Ataques holandeses aos Quilombos de Palmares (AL e PE).</p>	<p>ANTONIO TELES DA SILVA</p>		<p>DON PEDRO CALDERÓN DE LA BARCA (*1600 — 16</p>		<p>Nassau regressa à Holanda.</p>
<p>1645</p> <p>Na Inglaterra, o Parlamento cria a "New Model Army", com a qual Cromwell ataca o Rei.</p>		<p>Índios janíu atacam Curitiba, RN.</p>		<p>ANTONIO TELES DA SILVA</p>	<p>TAUBATÉ (S. Francisco das Chagas de Taubaté), vila nas margens do rio Paraíba, São Paulo. Centro de expansão bandeirante.</p>		<p>Início da insurreição luso-brasileira em Pernambuco, contra o domínio holandês.</p>
	<p>1646</p> <p>Ingleses chegam às ilhas Bahamas no Caribe.</p>	<p>Guerras de restauração em Pernambuco.</p>	<p>ANTONIO TELES DA SILVA</p>		<p>ANTONIO RAPOSO TAVARES (*1598 — 16</p>		
<p>1647</p> <p>Levante na Sicília e em Nápoles contra os espanhóis.</p>	<p>No Caribe, as ilhas Tortuga, San Bartolomé, San Cristóbal, Santa Cruz e San Martín, ficam sob a administração da Ordem de Malta.</p>	<p>Bandeirantes atacam reduções jesuíticas no Mato Grosso.</p>		<p>ANTONIO TELES DA SILVA</p>	<p>PARANAGUÁ: fundada na baía de mesmo nome, no Paraná, pelo Capitão-mor Gabriel de Lara.</p>	<p>394</p>	
<p>1648</p> <p>Paz de Westfalia garante a independência das Províncias Unidas. Portugueses, sob o comando de Salvador Correia de Sá, reconquistam Angola dos holandeses.</p>	<p>A ilha caribenha de San Martín passa novamente às mãos dos holandeses (-1672).</p>	<p>Barbas de Guararap contra os holandeses.</p>			<p>ALCANTARA: fundada sobre antiga aldeia Tupinambá, Tapuitapera, na baía de São Marcos, Maranhão. Sede da Capitania de Cumá.</p>		<p>Início da expedição do bandeirante Raposo Tavares em direção aos Andes.</p>

Revolução inglesa: Cromwell elimina a Câmara de Lordes; Carlos I é deposto e executado; instaura-se a República.	Rivalidades entre jesuítas e autoridades civis espanholas no Paraguai. Primeira rebelião de escravos negros em Barbados, Caribe.	Escravização dos índios do Itaitim por Raposo Tavares, em Pernambuco.	1649	MATHIAS BECK: "Diário de la expedición al Ceará".*
Os muçulmanos tomam Mascate, no Golfo Pérsico, dos portugueses. Guerra da Fronça contra Mazarino na França.	Insurreição de negros cimarrones na Venezuela.		1650	MENASSEH BEN ISRAEL: "Origen de los americanos, esto es, esperanza de Israel".
Primeira Ata de Navegação aprovada na Inglaterra. Na França, Luís XIV é proclamado maior de idade. Thomas Hobbes: "O Leviatã".	Jesuítas estrangeiros são proibidos de ingressar nas Índias espanholas. Fundação de Companhia francesa para o comércio e colonização de Caiena, Guiana.	A Bandeira de D. B. Calhetos e derrotada pelos Guarani das missões jesuítas em Mbororé, Corrientes (Argentina).	1651	"Relation du Voyage de ROULOUX BARO".*
Guerra de Navegação entre a Inglaterra e a Holanda. Fim da insurreição em Barcelona. Rebelião em Sevilha.	Revolta indígena em Yucatán, México. Rebelião indígena na Venezuela. Frotas partidárias e inimigas de Carlos II da Inglaterra se enfrentam no Caribe.	Guerras para expulsão dos holandeses de Pernambuco.	1652	
Início do governo de Oliver Cromwell na Inglaterra. Na Espanha, a "Generalitat" catalã reconhece o Rei Felipe IV.			1653	O jesuíta Antônio Vieira chega ao Maranhão.
Intercâmbio comercial entre a Inglaterra e Portugal.	Derrogada a proibição do ingresso dos jesuítas espanhóis nas Índias. Franceses ocupam parte de La Española e atacam Cumaná, Venezuela.	INÍCIO DA GUERRA DOS BARBAROS: campanha sistemática dos portugueses contra os índios do nordeste, supostos aliados dos holandeses, vençidos.	1654	ANTÔNIO VIEIRA: Carta ao Rei D. João IV (4 de abril).*
É dissolvido o Parlamento da Inglaterra. Pacto entre a Inglaterra e a França contra a Espanha.	Forças inglesas ocupam a ilha de Jamaica no Caribe. Holandeses ocupam colônia sueca em Delaware, América do Norte.		1655	"Primeira exposição de ANTONIO PARAUPABA".*
Portugueses retirados do Ceilão pelos holandeses.	Sublevação indígena em Nova Granada (Colômbia).		1656	"Relaçãõ diãria do sítio e tomada da forte praça de Recife".
Holanda declara guerra a Portugal.	Levante Guarani no Paraguai.		1657	Alvará do Rei (9 de abril) concede aos jesuítas autoridade exclusiva sobre os indígenas no Estado do Maranhão.
Morre Oliver Cromwell. Espanhóis vencidos em Dunas pelos franceses. Aliança de Reno entre os príncipes germanos.	Sublevação indígena na província argentina de Mendoza.	Índios Pataiã atacam a Bandeira de D. B. Calhetos na Bahia.	1658	Os jesuítas Pedro Pedrosa, A. Ribeiro e Gonzalo de Veras começam a grande Missão da Serra de Ibiapaba.
Paz dos Pireneus entre a França e a Espanha. Renúncia de Richard Cromwell na Inglaterra.	Ingleses atacam Santiago de Cuba.		1659	BLAISE FRANÇOIS Comte de Pagan: "Relation Historique et Geographique de la Grande Rivière des Amazones".
				ANTÔNIO VIEIRA: "Parecer sobre a conversão e governo dos índios e gentios".*
				BLAISE FRANÇOIS Comte de Pagan: "Magni Amazoni, Fluvii..." (carta geográfica).
				LEON PINELO: "El Paraiso en el nuevo mundo" (1650-55).
				GULIELMUS PISO: "De Indiae Utriusque Re Naturali et Medica".
				SIMÃO DE VASCONCELLOS: "Sermão que pregou na Bahia em o primeiro de janeiro de 1659".

81⁺) THOMAS HOBBES (*1588 — 1679⁺)
ANTÔNIO VIEIRA — SJ (*1608 — 1697⁺)
59⁺) ANDRÉ VIDAL DE NEGREIROS (*1620 — 1680⁺)
PEDRO DA COSTA FAVEIA (...)

D. JOÃO IV (DUQUE DE BRAGANÇA) (1640 — 1656⁺)

MENEZES | JOÃO R. VASCONCELOS E SOUSA | JERÔNIMO DE ATAÍDE | FRANCISCO BARRETO
L. DE MAGALHÃES | A. V. NEGREIROS | A. CORREIA

395

CONFLITOS E EVENTOS MUNDIAIS	EXPANSÃO EUROPEIA	GUERRAS	REIS DE PORTUGAL OVERVADORES DO BRASIL	PERSONALIDADES	FUNDAÇÕES	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA
Restauração monárquica na Inglaterra (Carlos II). Holandeses no Ganges, Índia.	Grande levante Guarani no Paraguai é reprimido violentamente. Inglaterra e França renunciam a ilha de Dominica no Caribe. Publica-se o Código de Índias na Espanha.		PEDRO DE MELO	AGOSTINHO BARBALHO BEZERRA (... — 1666†)	Aldéias jesuíticas na Amazônia. Tupinambá rarais, no rio Amazonas. Paris, na região do extremo de Obidos, e outras no Solimões.	Viagem do padre Antonio Vieira pela Serra de Itapajuba no Ceará.	ANTONIO VIEIRA. "Relação da Missão da Serra de Itapajuba"*
Morte de Mazarino na França. Paz de Haia entre a Holanda e Portugal.	Sublevação do mestiço Antonio Gallardo em La Paz, Bolívia.				BARUCH DE SPINOZA (*1632 — 1677†)	Aldéia jesuítica do Tapajós na Amazônia, com os padres Tomé Ribeiro e Gaspar Misch.	Jesuítas expulsos do Pará pelas Câmaras de Belém e São Luís.
Inglêses em Bombaim. Perseguição aos puritanos ingleses. Espanha realiza segunda campanha contra Portugal.			D. AFONSO VI (1656 — 1668)	JOAM FHELIPPE BETENDORFF — SJ (*1625 — 1698†)	Missões franciscanas no Jari (Cabo do Norte).		"Carta Régia" da Rainha D. LUÍZA DE GUSMÃO (3 de janeiro)*.
Portugueses desalojados de Cochim, Índia, pelos holandeses.	Inglêses tentam estabelecer-se em Yucatán, México. Fundação da colônia de Carolina na América do Norte.	Campanha contra tribos amazônicas do rio Urubú, comandada por Pedro da Costa Favela. 300 aldeias incendiadas, 700 homens mortos e 400 aprisionados.			VASCO DE MASCARENHAS		
Nova guerra marítima entre a Inglaterra e a Holanda. França na Aliança do Reno. Portugal recupera parte de Extremadura dos espanhóis.	Inglêses ocupam Nova Amsterdã, rebatizada New York.		RUI VAZ DE SIQUEIRA	JOHN MILTON (*1608 — 1674†)		Expedição de Agostinho B. Bezerra, na direção de Minas Gerais, pelo rio Doce, em busca de esmeraldas.	
Nova derrota espanhola frente aos portugueses.	Holandeses se apoderam do Suriname. Inglêses expulsos do Forte San Carlos na Guatemala.					Missão franciscana entre os índios Arran na ilha de Marajó.	Lisboa proíbe a extração do sal dos territórios da colônia. Revolta do Sal na Bahia.
França declara guerra à Inglaterra.	Confrontação entre ingleses, franceses e holandeses no Caribe. Inglêses tomam a ilha de Tobago.	Campanha contra os índios Tapuia do rio Xingu, comandada por Pedro da Costa Favela.	D. PEDRO II	FERNÃO DIAS PAIS (*1608 — 1681†)			MAURICIO DE HERIARTE. "Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas" (1662-1667)*.
Tratado de Breda entre a Inglaterra e os Países Baixos. Guerra de Devolução entre a França e os Países Baixos.	Divisão no Caribe oriental: holandeses no Suriname; ingleses em Nova Holanda (América do Norte) e franceses em Tobago. Rebeliões indígenas na Argentina.				ANTÔNIO DE CARVALHO		
Tratado de Lisboa entre Portugal e Espanha. Triplíce aliança (Inglaterra, Holanda e Suécia) contra a França.	Curaçao: centro de abastecimento de escravos para as colônias espanholas. Ataques de piratas franceses e ingleses no Caribe.						

1669	Tratado de paz, aliança e comércio entre Portugal e os Países Baixos.	O pirata inglês Henry Morgan prossegue os ataques no Caribe.	Ataque indígena a Cairu na Bahia. Posteriormente reprimido por bandeirantes paulistas.	Fundação do Forte de São José do Rio Negro por Francisco da Mota Galvão, origem da cidade e capital do Estado do Amazonas.				
1670	Tratado de Madri entre a Espanha e a Inglaterra sobre possessões na América. Fundação da Companhia Francesa do Levante.	A Espanha reconhece domínio inglês da Jamaica no Caribe. O pirata inglês Henry Morgan ataca a Colômbia e o Panamá.	Expedições oficiais contra os QUILOMBOS DOS PALMARES em Alagoas.	HENRY PURCELL (*1658 — 1695 ⁺)				
1671	Dissolução da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais.	Insurreições de escravos negros na Venezuela. Dinamarca adquire a ilha caribenha de Santo Tomás.	Campanha contra os índios Anekuns na conquista de Goiás.	FERNÃO CARRILHO (...)	NITERÓI: antiga povoação de índios Tupinambá na baía da Guanabara, elevada a Freguesia de N. S.ª da Conceição.	Decreto real permite a entrada de navios estrangeiros no Brasil.		
1672	Luis XIV da França invade as Províncias Unidas dos Países Baixos.					Expedição do paulista P. Paes de Araujo pelo rio São Francisco e Piauí até o rio Tocantins, Maranhão.	SIMÃO DE VASCONCELLOS: "Vida do venerável padre Joseph de Anchieta".	
1673	Aliança anti francesa de Haia (Holanda, Áustria e Lorena). Exclusão dos anti conformistas religiosos na Inglaterra.	Os franceses Marquette e Joliet percorrem o Mississipi na América do Norte.		D. PEDRO II (1668 — 1706 ¹)		Conquista do Piauí (Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso Serrão).	NICOLA DEL TECHO: "Historiae Provinciae Paraquariae Societatis Jesu".	
1674	G. de Orange, "estatuder" hereditário da Holanda. Fim da Companhia Francesa das Índias Ocidentais. Holandeses atacam a Inglaterra.	Holandeses ocupam a ilha de Martinica.	Campanha contra os índios Acoás, Guraguéias e Tapuias coligados na Bahia.	FREI MARTIN DE NANTES — OFM (...)		Expedição das Esmeraldas de Fernão Dias Pais. Segunda grande migração de índios da Bahia em direção à Amazônia.		
1675	O general francês Turenne saqueia o Palatinado. Dinamarca se une aos inimigos da França.	Autoridades holandesas convertem a ilha caribenha de Curaçao em porto franco.	Ataques comandados pelo sertanista Fernão Carrilho de Serapipe contra os QUILOMBOS DOS PALMARES em Pernambuco e Alagoas.	MANUEL DE BORBA GATO (... — 1718 ¹)		Expedição de Manoel de Campos Bicudo ao norte do Mato Grosso.		
1676	Paz entre a Turquia e a Polónia.	Sublevação de Nathaniel Bacon em Virginia, América do Norte.	Ataque a povoação espanhola de Villa Rica do E. Santo pelo bandeirante P. Xavier.					
1677				GOVERNO INTERINO			BALTASAR ANCHIETA: "Compendio de la vida de el apostol de el Brasil".	
1678	Paz de Nimégue entre a França e as Províncias Unidas dos Países Baixos.	Franceses atacam Maracaibo, Trujillo, Trinidad e Margarita na Venezuela.		ROQUE C. BARRETO		Aldeias jesuítas de Urubiquara e de Sta. Cruz do Jamunda na Amazônia (circa).	Expedição de Manoel de Borba Gato à Serra de Sabarabocu e ao rio das Velhas (Minas Gerais) para buscar ouro.	ANTÔNIO VIEIRA: "Informação que por ordem do Conselho Ultramarino deu sobre as cousas do Maranhão" (31 de junho). * "Regimento que D. Manoel Lobo levou para a Fortaleza do Sacramento" (18 de novembro). *
1679	A França estabelece monopólio do comércio de escravos negros para a América com a Companhia da África. Lei de <i>habitus corporis</i> na Inglaterra.			INÁCIO C. DA SILVA		397	Expedição de D. Manoel Lobo, governador das capitâncias do sul, ao Rio da Prata.	

CONFLITOS E EVENTOS MUNDIAIS	EXPANSÃO EUROPEIA	GUERRAS	REIS DE PORTUGAL GOVERNADORES DO BRASIL	PERSONALIDADES	FUNDAÇÕES	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA	
	Promulgado o Código Colonial espanhol. Ataques franceses à costa venezuelana Piratas de R. Hawkins assaltam o Panamá.	O governador de Buenos Aires ataca a Colônia do Sacramento com 3.000 índios Guaraní.		JACQUES BENIGNE BOSSUET (*1624 — 1704 ⁺) ANDRÉ JOÃO ANTONIL (JOÃO ANTÔNIO ANDREONI) — SJ (*1650 — 1716 ⁺) MATIAS CARDOSO DE ALMEIDA (... — 1706 ⁺ ?)	COLÔNIA DO SACRAMENTO: fundada por D. Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro, no Rio da Prata.	Alvará garante liberdade indígena no Estado do Maranhão (1 ^o de abril).		1680
Aliança defensiva entre a França e Brandemburgo Bossuet: "Discurso sobre a História Universal".						Tratado de Lisboa: Espanha reconhece posseção portuguesa da Colônia do Sacramento.	DIEGO ANDRÉS ROCHA: "Tratado Unico y Singular del Origen de los Indios".	1681
Luis XIV acentua seu poder sobre o clero na França.	Fundação da Missão Jesuítica de Loreto na Bolívia. Explorador francês (Rene de La Salle) anexa o território de Louisiana na América do Norte.	Continuação da GUERRA DOS BARBAROS ou do ACU: conquista lusitana dos territórios entre o Ceará e o Rio Grande do Norte. Extermínio e dispersão de indígenas confederados (Jandui, Palacu, Caripi, Ico, Caratu e Cariti). Ataques com tropas de bandeirantes paulistas: Domingos Jorge Velho e Matias Cardoso (- 1713).	D. PEDRO II (1668 — 1706 ⁺)			Criada a Companhia de Comércio do Maranhão. Expedição de Bartolomeu B. da Silva ao Araguaia pelo sul de Goiás.	JOAN NIEUHOFF: "Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil".	1682
Morre o Rei Afonso VI em Portugal e a coroa passa para D. Pedro II. Sítio a Viena pelos turcos.	Primeiros estabelecimentos alemães na América do Norte. Piratas a serviço da França saqueiam Veracruz, México.						ROMÃO MÓSSIA REINHIPO (SIMÃO PINHEIRO MORÃO): "Tratado único das hexigas e sarampo".	1683
A França invade Luxemburgo. Pacto entre a Espanha e o Império Germânico.	Ações piratas de Cock Davis no Chile, Peru, Equador e Panamá. Rebelião de Massachusetts, América do Norte.				Fundação da povoação, depois vila, de Santo Antonio dos Anjos da LAGUNA, por Domingos de B. Peixoto, em Santa Catarina.	Revolta de Beckman no Maranhão.		1684
Revogação do Edito de Nantes na França: perseguição aos protestantes. Brandemburgo se une aos holandeses.	Piratas franceses em Yucatán e Campeche, México. Promulga-se na França o Código Negro para regular a condição dos escravos negros.				GOIANA: antiga povoação elevada a sede da Capitania de Itamaracá (Pernambuco).			1685
Liga de Augsburg contra a França.	O corsário Davis ataca Pisco, Peru. Reorganização das colônias inglesas na América.	Ataques do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho aos QUITOMBOS DOS PALMARES (- 1694).				Decretado o "Regimento das Missões".	Pc. CRISTOVÃO VALENTE: "Poemas Brasilicos".	1686
Declaração de indulgência favorável aos católicos na Inglaterra. Retirada geral dos turcos.						Revolta dos índios Jandui no Rio Grande do Norte.	Pc. JOAM FHELIPPE BETENDORFF: "Compêndio da Doutrina Christã na Língua Portuguesa & Brasilica".	1687
Revolução política e religiosa na Inglaterra: instaura-se a dinastia holandesa de Orange.		Mistura de índios Jandui por Pedro de Albuquerque em Caruaru.						1688
Guilherme de Orange é reconhecido Rei da Inglaterra pelo Parlamento. A França invade a Bélgica e ocupa a Catalunha.	Ataques indígenas contra os colonos franceses no Canadá. Sublevação de J. Leister em Nova Jorque. Missões espanholas no Texas.							1689

Inglese fundam Calcutá no Oriente. Locke: "Segundo Tratado sobre o governo civil".	Inglesees atacam Quebec no Canadá. Espanhóis fundam missões no Arizona e no Texas. Indigenas exterminam colonos espanhóis no Novo México.				SABARÁ: povoação fundada por M. de Borba Gato em Minas Gerais. Redução jesuítica de "San Francisco de Borja", R.S.			1690
Franceses atacam os Países Baixos espanhóis.	Crise econômica na Nova Espanha; rebelião indígena. Colônia de Nova Inglaterra na América do Norte passa a ser controlada pela metrópole.				Redução jesuítica com índios Guarani: "San Lorenzo", no Rio Grande do Sul.	Carta Régia sobre liberdades indígenas.	Pe. SAMUEL FRITZ: "Mapa Geographico del Rio Maranhão, Amazonas".	1691
Frota anglo-holandesa derrotada a França.	Sublevação por causa da fome no México. Revolta de "criollos", mulatos e índios em Cuba.	Rebelião encabeçada por mulatos em Ithcus.			Aldeias jesuíticas na Amazônia: Matari e Tarumás (circa).	Estabelecimento de vários bandeirantes paulistas no interior de Minas Gerais em busca de ouro.		1692
A França vence as forças de Guilherme III da Inglaterra. Luis XIV da França se reconcilia com o Papa.	Fundação da cidade de Kingston na Jamaica. Divisão da colônia inglesa de Carolina em duas, América do Norte.				Entre 1693 e 1696 o jesuíta Samuel Fritz estabeleceu as missões de "San Joaquim de los Omaguas", "N. Sra. de Guadalupe", "San Pablo Apostol", "San Cristóbal", "Sta. Teresa de Tede" e "Santana de Coary" no Solimões, em território português. Estas aldeias deram origem às vilas de "Fonte Boa", "Coari", "Tede" e "São Paulo de Olivença", além de "Castro d'avelãs", que se extinguiu.	Descobrimto de ouro em Minas Gerais por Antonio Rodrigues de Arzáo.	VALENTIM GREGÓRIO DE RESENDE JOÃO DE SEPULVEDA E MATTOS: "Dezcripção do certão do Peauhy Remetida al Ilmo e Rmo Sor Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco" (8 de janeiro). *	1693
Fundação do Banco da Inglaterra em Londres.	No Caribe, J. B. Du Casse ataca a Jamaica.	Ocupação dos QUILOMBOS DOS PALMARES por Domingos Jorge Velho.				Primeira Casa da Moeda, na Bahia.	GREGÓRIO DE MATTOS GUERRA: "Prozápia do Governador da Bahia, Antonio Luis Gonçalves da Camara Coutinho". *	1694
Eliminada a censura de imprensa nas ilhas británicas.						Morte de Zumbi dos Palmares. Expedição de Afonso Sertão com D. João de Lencastro em busca de salitre na Bahia.	Cartas de DOMINGOS JORGE VELHO sobre a Guerra dos Palmares. *	1695
Ataques británicos contra a costa atlântica no conflito com a França. Tratado de Turim: a França reafirma suas posições na Itália.	Cortes do Almirantado instituídas nas colônias inglesas americanas.				Aldeia jesuítica dos Abacaxis, fundada pelo padre João da Silva no rio Madeira, Amazônia.	Morte de Gregório de Mattos Guerra em Pernambuco.	FREI FRANCISCI DE VICTÓRIA: "Las reelecciones de Indis" e "De Iuri Belli".	1696
Paz de Ryswick entre a França, a Inglaterra, a Holanda, a Espanha e o Império alemão: fim da Guerra dos Nove Anos.	Os espanhóis concedem formalmente parte da ilha de S. Domingos aos franceses. Baía de Hudson passa às mãos francesas na América do Norte.	O governador da Guiana Francesa ataca fortes portugueses na Amazônia.				Intrusão francesa no Amapá.		1697
Início do comércio inglês na África.					Redução jesuítica espanhola com índios Guarani: San Juan Baptista, no Rio Grande do Sul.			1698
Crise de sucessão na Espanha. Derrota dos turcos contra a Santa Liga.	Fundação da Missão de San Agustin de Arizona pelo jesuíta Francisco Eusébio Kino na América do Norte.	Guerra de extermínio dos Palatú no rio Jaguaribe, por Moraes Navarro.			MARIANA: antiga povoação de Ribeirão do Carmo, das primeiras ocupações na Capitania de Minas Gerais, por Manoel Garcia.		JOAM FHELIPPE BETENDORFF: "Chronica da Missão... no Maranhão". *	1699
Morte de Carlos II, Felipe de Aragón Rei da Espanha.	Estabelecimento de linha divisória no rio Amazonas entre as colônias francesa da Guiana e portuguesa do Brasil.	Guerra contra os Tapuia no Jenipapoçu (RN), por Moraes Navarro: 250 mortos e 235 escravizados.				Ocupação da ilha de Trindade pelos ingleses.	JORGE BENCI: "Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos". *	1700

ANTONIO L. G. DA C. GOUTINHO

JOÃO DE LENCASTRO

ANTONIO DE ALBUQUERQUE COELHO DE CARVALHO

D. PEDRO II (1668 — 1706+)

DOMINGOS JORGE VELHO (... — 1714+)

MANUEL A. DE MORAES NAVARRO (... — c.1745+)

SAMUEL FRITZ — SJ (*1654 — 1724+)

JORGE BENCI — SJ (*1650 — 1708+)

JOHN LOCKE (*1632 — 1704+)

GOTTFRIED WILHELM LEIBNIZ (*1646 — 1716+)

BIBLIOGRAFIA

ABREV. R. CLAY

1814 — *Plantes de la Sibirie de Peter Simon Pallas*. Paris, 1799. 2 vol. in-8. (Bibl. Nat. Paris, Ms. 10000.)

1814 — *Plantes de la Sibirie de Peter Simon Pallas*. Paris, 1799. 2 vol. in-8. (Bibl. Nat. Paris, Ms. 10000.)

1814 — *Plantes de la Sibirie de Peter Simon Pallas*. Paris, 1799. 2 vol. in-8. (Bibl. Nat. Paris, Ms. 10000.)

1814 — *Plantes de la Sibirie de Peter Simon Pallas*. Paris, 1799. 2 vol. in-8. (Bibl. Nat. Paris, Ms. 10000.)

1814 — *Plantes de la Sibirie de Peter Simon Pallas*. Paris, 1799. 2 vol. in-8. (Bibl. Nat. Paris, Ms. 10000.)

1814 — *Plantes de la Sibirie de Peter Simon Pallas*. Paris, 1799. 2 vol. in-8. (Bibl. Nat. Paris, Ms. 10000.)

1814 — *Plantes de la Sibirie de Peter Simon Pallas*. Paris, 1799. 2 vol. in-8. (Bibl. Nat. Paris, Ms. 10000.)

1814 — *Plantes de la Sibirie de Peter Simon Pallas*. Paris, 1799. 2 vol. in-8. (Bibl. Nat. Paris, Ms. 10000.)

1814 — *Plantes de la Sibirie de Peter Simon Pallas*. Paris, 1799. 2 vol. in-8. (Bibl. Nat. Paris, Ms. 10000.)

1814 — *Plantes de la Sibirie de Peter Simon Pallas*. Paris, 1799. 2 vol. in-8. (Bibl. Nat. Paris, Ms. 10000.)

1814 — *Plantes de la Sibirie de Peter Simon Pallas*. Paris, 1799. 2 vol. in-8. (Bibl. Nat. Paris, Ms. 10000.)

1814 — *Plantes de la Sibirie de Peter Simon Pallas*. Paris, 1799. 2 vol. in-8. (Bibl. Nat. Paris, Ms. 10000.)

1814 — *Plantes de la Sibirie de Peter Simon Pallas*. Paris, 1799. 2 vol. in-8. (Bibl. Nat. Paris, Ms. 10000.)

1814 — *Plantes de la Sibirie de Peter Simon Pallas*. Paris, 1799. 2 vol. in-8. (Bibl. Nat. Paris, Ms. 10000.)

1814 — *Plantes de la Sibirie de Peter Simon Pallas*. Paris, 1799. 2 vol. in-8. (Bibl. Nat. Paris, Ms. 10000.)

1814 — *Plantes de la Sibirie de Peter Simon Pallas*. Paris, 1799. 2 vol. in-8. (Bibl. Nat. Paris, Ms. 10000.)

1814 — *Plantes de la Sibirie de Peter Simon Pallas*. Paris, 1799. 2 vol. in-8. (Bibl. Nat. Paris, Ms. 10000.)

1814 — *Plantes de la Sibirie de Peter Simon Pallas*. Paris, 1799. 2 vol. in-8. (Bibl. Nat. Paris, Ms. 10000.)

ABBEVILLE, Claude d'

1614 — *Histoire de la Mission des Pères Capucins en l'isle de Maragnan et terres circonvoisines*, Paris, De la Imprimerie de François Huby, 384 p. (1ª edição).

1874 — *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circumvisinbanças*, traduzida e anotada pelo Dr. Cezar Augusto Marques, Maranhão, Typ. do Frias.

1922 — *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão*, prefaciada por Capistrano de Abreu (dita fac-similar), Paris, Librairie Ancienne Édouard Champion.

1945 — *História da Missão dos Padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*, introdução e notas de Rodolfo Garcia, São Paulo, Livraria Martins Editora.

1963 — *Histoire de la Mission des Pères Capucins en l'Isle de Maragnan et terres circonvoisins*, introdução de Alfred Métraux e de Jacques Lafaye, Graz/Áustria, Akademische Druck-u. Verlagsanstalt (fac-símile).

1975 — *História da Missão dos Padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia.

ABREU, João Capistrano de

1929 — *O Descobrimento do Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. da Sociedade Capistrano de Abreu.

1932 — *Ensaio e estudos*, 2ª série, Rio de Janeiro, Edição da Sociedade Capistrano de Abreu.

1935 — *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil — Confissões da Bahia 1591-1592*, Prefácio de João Capistrano de Abreu, Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, Rio de Janeiro, F. Briguiet.

1954 — *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*, prefácio e anotações de José Honório Rodrigues, Rio de Janeiro, Edição da Sociedade Capistrano de Abreu.

1963 — "Capítulos de História Colonial", em: *Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*, Brasília, Editora da UNB.

1975 — *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.

ACTAS

1914 — *Actas da Câmara da Vila de São Paulo*, publicação oficial do Arquivo Municipal de S. Paulo, vol. I, São Paulo, Duprat & Cia.

ACUÑA, Cristóbal de

1641 — *Nuevo descubrimiento del gran Rio de las Amazonas...*, Madri, Imprenta del Reyno (1ª edição).

1874 — "Nuevo Descubrimiento del Gran Rio de las Amazonas". Em ALMEIDA, Cândido Mendes de — *Memórias para a História do Extincto Estado do Maranhão*, vol. 2, Rio de Janeiro, Nova Tipografia de J. P. Hildebrandt.

1941 — "Novo descobrimento do Grande Rio das Amazonas...". Em ACUÑA *et al* — *Descobrimientos do Rio das Amazonas*, traduzido e anotado por C. de Mello Leitão, Rio de Janeiro, Cia. Ed. Nacional.

1986 — "Nuevo Descubrimiento del Gran Rio del Amazonas, en el año 1639", em *Informes de Jesuitas en el Amazonas, 1600-1684*, Iquitos-Peru, Monumenta Amazónica, 1986: 35-101.

ADONIAS, Isa

1963 — *A cartografia da região amazônica: Catálogo Descritivo 1500-1961*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 2 vol., mapas.

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de

1981 — *Pequena história da formação social brasileira*, Rio de Janeiro, Edições Graal.

ALENCAR, Francisco (*et al*)

1986 — *História da Sociedade Brasileira*, Rio de Janeiro, Ao livro Técnico, 33p., il.

ALEXANDRE VI, Papa

1939 — "Bula Inter Cetera". Em SOARES, José Carlos de Macedo — *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*, Rio de Janeiro, J. Olympio, p. 25-28.

ALMEIDA, Cândido Mendes de

1874 — *Memórias para a História do Extincto Estado do Maranhão*, Rio de Janeiro, Nova Tipografia de J. P. Hildebrandt, 2 vol.

ALMEIDA PRADO, J. F. de

1935 — *Primeiros Povoadores do Brasil 1500-1530*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional.

1939-1941 — *Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil (1530-1630)*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 2 vol (vol.1: 1939; vol.2:1941).

ANCHIETA, José de

1595 — *Arte de Grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil*, Coimbra, Antonio de Mariz (1ª edição).

1886 — *Informações e Fragmentos Históricos (1584-1586)*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

1933 — *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermons do Padre Joseph de Anchieta (1554-1594)*, Publicação da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira (Cartas Jesuíticas III).

1933 — *Arte de grammática da lingua mais usada na costa do Brasil*, Edição da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional (fac-símile).

1958 — *De Gestis Mendi de Saa*, original acompanhado da tradução vernácula do Pe. Armando Cardoso, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.

ANDRADE, Pedro Carrilho de

1912 — "Memória sobre os índios no Brasil", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, vol. VII, números 1 e 2 (1909), Natal, Typ. do Instituto (1ª edição).

ANDREONI, João Antônio (André João Antonil)

1711 — *Cultura e Opulencia do Brasil por suas Drogas, e Minas*, Lisboa, Officina Real Deslandesiana (1ª edição).

1967 — *Cultura e Opulência do Brasil*, introdução e vocabulário por A. P. Canabrava, São Paulo, Cia. Ed. Nacional (Coleção Roteiro do Brasil, vol. 2), 316 p., il.

ANÔNIMO

1507 — Relação do Piloto Anônimo. Em MONTALBODDO, Fracanzano de — *Paesi Novamente ritrovati. Et Novo Mondo de Alberico Vespuccio Florentino intitulado*, Vicenza-Itália, Imprensa de Magro Henrico Vicentino (1ª edição).

s/d — *Copia der Newen Zeytung auss Prestillg Landt*, impresso anônimo, sem local e sem data (anterior a 1515).

1914 — *A Nova Gazeta da Terra do Brasil*, edição de Rodolpho Schuller, Rio de Janeiro, Bibliotheca Nacional, p. 1-3.

1946 — “Relação do Piloto Anônimo”. Em SOUZA, Thomaz Oscar Marcondes de — *O Descobrimento do Brasil*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, p. 301-330.

1967 — “Relação do Piloto Anônimo”. Em CORTESÃO, Jaime — *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*, Lisboa, Portugália (Obras Completas, vol. 12), 1967, p. 228-62.

ARAÚJO, Antônio de

1952 — *Catecismo na língua Brasileira*, reprodução fac-similar da 1ª edição (1618), Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ARNAUD, Vicente Guillermo

1950 — *Los intérpretes en el descubrimiento, conquista y colonización del Río de la Plata*, Buenos Aires.

ASHBURN, Percy Moreau

1947 — *The Ranks of Death, A Medical History of the Conquest of America*, Nova York, Coward MacCann.

AVEZAC, M. d'

1869 — *Campagne du navire L'Espoir de Honfleur, 1503-1505. Relation Authentique du voyage du capitaine*

de Gonneville ès nouvelles terres des Indes, Paris, Challamel Ainé.

AZEVEDO, João Lúcio d'

1893 — “Notícia sobre o piloto João Affonso”, *Estudos de História Paraense*, Pará, Typ. de Tavares Cardoso.

1901 — *Os Jesuítas no Grão Pará; suas missões e a colonização: Bosquejo histórico com vários documentos inéditos*, Lisboa, T. Cardoso, 366 p., il.

1930 — *Os Jesuítas no Grão-Pará, suas missões e a colonização*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

1931 — *História de Antonio Vieira*, Lisboa, Livraria Clássica Editora (2ª edição).

1947 — *Épocas de Portugal econômico. Esboços de história*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.

BALÃO, Antonio (et al)

1937-1940 — *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Ed. Ática, 3 vol. (vol. 1: 1937; vol. 2: 1939; vol. 3: 1940).

BALDUS, Herbert

1954 — *Bibliografia crítica da etnologia brasileira*, vol. 1, São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Serviço de Comemorações Culturais, 859 p.

1968 — *Bibliografia crítica da etnologia brasileira*, vol. II, Hannover, Kommissionsverlag Munstermann — Druck GMBH, 864p.

BALLESTEROS-GABROIS, Manuel (org)

1962 — *Viajes por America del Sur*, Madri, Aguilar.

BANDECCHI, Brasil (et al)

1971 — *Nôvo Dicionário de História do Brasil*, São Paulo, Edições Melhoramentos, il.

BARLEUS, Gaspar

1630 — *Casparis Barlaei Triumphus super capta Olinda, Pernambuci Urbe, Brasiliae Metropoli ...*, Lugdumi Batavo Rum, Ex. Officina Godefridi Basson (1ª edição).

1647 — *Casparis Barlaei Rerum Per Octennium in Brasilia Et alibi nuper gestarum, sub Praefectura Illustrissimi Comitiss I. Mauritii, Nassouiae, &c. Comitiss, Amstelodami*, Ex. Typographeio Ioannis Blaev.

1940 — *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil e noutras Partes sob o Governo do Ilustríssimo João Maurício ...*, tradução e anotações de Cláudio Brandão, Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Ministério da Educação.

BARO, Roulox

1651 — "Relation du voyage de Roulox Baro ...". Em MOUREAU, Pierre — *Histoire des derniers troubles du Bresil. Entre les Hollandois et les Portugais ...*, Paris, Chez Augustin Courbé (1ª edição).

1979 — "Relação da Viagem de Roulox Baro (...) ao país dos tapuias, na terra firme do Brasil. Começada no dia três de abril de 1647 e terminada no dia quatorze de julho do mesmo ano". Em MOUREAU, Pierre & BARO, Roulox — *História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias*, São Paulo/Belo Horizonte, EDUSP/Itatiaia.

BARRÉ, Nicolas

1557 — *Copie de Quelques Lettres sur la navigation du Chevalier de Villegaignon es terres de l'Amérique oultre l'Equinoctial, iusques soubz le tropique de Capricorne; contenant sommairement les fortunes encourues en ce voyage avec les moeurs et façons de vivre des sauvages du pais: envoyées par un des gens dudit seigneur*, Paris, Martin le Jeune, à l'enseigne Saint Christophle, devant le collège de Cambray (1ª edição).

1878 — "Copie de Quelques Lettres sur la navigation du Chevalier de Villegaignon...". Em GAFFAREL, Paul — *Histoire du Brésil Français au Seizième Siècle*, Paris, Maisonneuve et Cie., p. 373-430.

Ms. — "Cópia de algumas cartas sobre a navegação do Cavaleiro de Villegaignon nas terras da América além da equinocial, sob

o Trópico de Capricórnio, contendo sumariamente as aventuras desta viagem com os costumes e modo de vida dos selvagens do país: enviadas por homens do dito senhor", tradução manuscrita para o português de Norma Azeredo, Programa de Fontes para a História do Brasil Francês.

BARREIROS, Eduardo Canabrava

1965 — *Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro (1565-1965)*, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

BAUDRY, Jean

1982 — Prefácio da reedição fac-similar da obra de André Thevet, *Les Singularités de la France Antarctique*, Paris, Le Temps.

BECK, Matias

1903 — "Diario da minha viagem ao Siara empreendida ao serviço da Patria e da Companhia das Indias Ocidentaes, de accordo com a commissão e as instrucções dos Nobres e Poderosos Senhores, communicando-lhes todo o occorrido e relisado na mesma viagem (1649)". Em *Separata da Revista Trimestral do Instituto do Ceará*, vol. 17 ("Commemorando o Tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará 1603-1903"), tradução do holandês por Alfredo de Carvalho, Ceará, Typ. Minerva, p. 331-417.

1967 — "Diário de Matias Beck", em *Três Documentos do Ceará Colonial*, edição dirigida pelo Instituto do Ceará, Fortaleza, Departamento de Imprensa Oficial (Coleção História e Cultura, vol. 8), 294 p., il.

BELLEFOREST, François de

1575 — *La Cosmographie Universelle de tout le monde ...*, Paris, chez Nicolas Chesneau (1ª edição).

BENCI, Jorge

1705 — *Economia Christãa dos Senhores no Governo dos Escravos*. Roma, Officina de Antonio de Rossi (1ª edição).

1954 — *Economia cristã dos senhores no Governo dos Escravos*, prefácio e notas de Serafim Leite, Porto, Liv. Apostolado da Imprensa.

BENZONI, Girolamo

1586 — *Historia Indiae Occidentalis ...*, Genebra, Eustathius Vignon.

1857 — *History of the new world by ... Shewing his travels in America, from A.D. 1541 to 1556 ...*, editado por Rear Admiral W. H. Smithy (Hakluyt Society), Londres, Hakluyt Society.

BERREDO, Bernardo Pereira de

1749 — *Annaes Historicos do Estado do Maranhão ...*, Lisboa, Officina de Francisco Luiz Ameno, Impressor da Congregação Cameraria da Santa Igreja de Lisboa (1ª edição).

1988 — *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, Rio de Janeiro, Tipo Editor Ltda (4ª edição).

BETENDORF, João Felipe

1687 — *Compendio da Doutrina Christã na Língua portugueza, & Brasilica...*, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes na Rua da Figueira, 1678 (1ª edição - a data da publicação na página de rosto é corrigida em errata para 1687).

1910 — "Chronica da Missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXXII (72), Parte I (1909), Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

BOUILLET, M. N.

1901 — *Dictionnaire universal d'histoire et de géographie*, Paris, Librairie Hachette.

BOXER, Charles R.

1952 — *Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola, 1662-1686*, Londres, University of London, The Athlone press.

1963 — *A idade de ouro do Brasil*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes

1943 — *Diálogo das Grandezas do Brasil*, introdução de Jaime Cortesão, Rio de Janeiro, Dois Mundos Editora Ltda.

BRUNO, Ernani Silva

1966 — *Viagem ao país dos paulistas, ensaio sobre a ocupação da área vicentina e a formação de sua economia e de sua sociedade nos tempos coloniais*, Rio de Janeiro, J. Olympio (Coleção Documentos Brasileiros, vol. 123), 151 p.

CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez

1555 — *La relacion y commentario del governador Alvar nuñez cabeça de vaca, de lo acaescido en las dos jornadas que hizo a las Indias*, Valladolid, Francisco Fernandes de Cordova (1ª edição).

1957 — *Naufragios y comentarios*, Madri, ESPASA — Calpe Argentina (4ª edição).

CAMINHA, Pero Vaz de

1817 — Carta de Pero Vaz de Caminha, Porto Seguro, 1 de maio de 1500. Em CASAL, Aires de — *Corografia Brazíllica*, Rio de Janeiro, Imprensa Régia, p. 12-34 (1ª edição).

1967 — Carta de Pero Vaz de Caminha. Em CORTESÃO, Jaime, *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, Lisboa, Portugália Editora (Obras Completas, vol. 13).

CARDIM, Fernão

1625 — "Treatise of Brasil". Em PURCHAS, Samuel — *Purchas His Pilgrimes. In Five Books*, Londres, Printed by William Stansby (1ª edição).

1847 — *Narrativa Epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilheos, Porto Seguro, Pernambuco, Espirito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente (S. Paulo), etc. desde o anno de 1583 ao de 1590 ...*, Lisboa, Imprensa Nacional.

1925 — *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, Rio de Janeiro, J. Leite & Cia.

1939 — *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional.

CARTAS JESUÍTICAS

1931 — *Cartas Avulsas (1550-1568)*, Rio de Janeiro, Publicação da Academia Brasileira de Letras (Cartas Jesuíticas III).

CARVAJAL, Gaspar de

1894 — *Descubrimiento del Rio de las Amazonas*, introdução e ilustrações por José Toribio Medina, Sevilha, Imprensa de E. Rasco.

1941 — "Relação que escreveu Fr. Gaspar de Carvajal". Em ACUÑA, Cristóbal de, et al — *Descobrimientos do Rio das Amazonas*, traduzido e anotado por C. de Mello Leitão, Rio de Janeiro, Cia. Ed. Nacional, p. 11-79.

1955 — *Relación del nuevo descubrimiento del famoso río Grande de las Amazonas*, México, Fondo de Cultura Económica.

CARVALHO, Alfredo de

1929 — *Aventuras e Aventureiros no Brasil*, Rio de Janeiro, Empreza Graphica Editora — Paulo Pongetti, 390 p.

CARVALHO, Joaquim Barradas de

1974 — *La Traduction Espagnole du "De Situ Orbis" de Pomponio Mela par Maitre Joan Faras et les notes marginales de Duarte Pacheco Pereira*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar.

CARVALHO, M. E. Gomes de

1909 — *D. João III e os franceses. Subsídios para a história do Brasil*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.

CASAL, Manuel Aires de

1817 — *Corografia Brasileira*, Rio de Janeiro, Impressão Régia.

1943 — *Corografia Brasileira ou Relação Histórica Geográfica do Reino do Brasil*, São Paulo, Ed. Cultura, 2 vol.

CASCUDO, Luís da Câmara

1954 — *Dicionário do folclore brasileiro*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.

CASTILLO, Bernal Díaz del

1955 — *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España*, Tomo II, México, Ed. Porrúa.

CASTRO, Eugenio de

1932 — *A Expedição de Martim Afonso de Souza*, Rio de Janeiro, Ed. Briguiet.

CHINARD, Gilbert

1911 — *L'Exotisme Américain dans la Littérature Française au XVI Siècle*, Paris, Hachette.

CIDADE, Hernani

1943 — *A literatura portuguesa e a expansão ultramarina*, Lisboa, Ministério das Colónias, 288 p.

COELHO, Duarte de Albuquerque

1654 — *Memorias Diarias de la guerra del Brasil, por discurso de nueve años, empezando desde el de 1630 ...*, Madri,

por Diego Diaz de la Carrera, Impresor del Reyno (1ª edição).

1981 — *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*, Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife.

CORTESÃO, Armando e MOTA, Avelino T. da (editores)

1958-1962 — *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, Universidade de Coimbra, 6 vol.

CORTESÃO, Jaime

1943 — *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, Rio de Janeiro, Ed. Livros de Portugal.

1951-1970 — *Manuscritos da Coleção De Angelis*; organização, introdução e notas de Jaime Cortesão; Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional-Divisão de Obras Raras e Publicações, 7 vol.

1958 — *Rapôso Tavares e a Formação Territorial do Brasil*, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação — Ministério da Educação e Cultura.

1964 — *Introdução à História das Bandeiras*, Lisboa, Portugália Editora (Obras Completas, vol. 2 e 3).

1967 — *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*, Lisboa, Portugália Editora (Obras Completas, vol.12).

1967 — *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, Lisboa, Portugália Editora (Obras Completas, vol.13).

COSTA, A. Fontoura da

1960 — *A Marinbaria dos Descobrimentos*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 532 p.

COUTO, Domingos do Loreto

1904 — "Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco", *Annaes da Bibliotheca Nacional*, vols. 24-25 (1903-1904), Rio de Janeiro, Of. Typ. da Biblioteca Nacional (1ª edição).

DANIEL, João

1840-1841 — "Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas", 2ª Parte, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo II, 1840; Tomo III, 1841.

1976 — "Tesouro descoberto no Rio Amazonas", *Separata dos Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 95 (1975), Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 2 vol.

D'ANS, André-Marcel

1982 — *L'Amazonie péruvienne Indigene*, Paris, Payot.

DENIS, Ferdinand

1850 — *Une fête brésilienne célébrée à Rouen en 1550 suivie d'un fragment du XVIIe siècle roulant sur la théogonie des anciens peuples du Brésil...*, Paris, J. Techener.

DESSA, Manuel de Sousa

1905 — "Breve relación de la Jornada de la Conquista del Maranhão", *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XXVI (1904), Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, p.281-287.

DIAS, Carlos Malheiro

1921-1924 — *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, Litografia Nacional, 3 vol. (vol. 1: 1921; vol. 2: 1923; vol. 3: 1924)

DOCUMENTOS

1864-1884 — *Colección de Documentos Inéditos relativos al descubrimiento, conquista y organización de las antiguas posesiones españolas de América y Oceania*, Madrid, T. 22.

1892 — *Alguns documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas portuguesas*, Lisboa, Imprensa Nacional.

1905 — "Documentos sobre a conquista da costa leste-oeste e da Amazônia", *Annaes da Bibliotheca Nacional*, vol. 26, Rio de Janeiro.

1944 — *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*, vol. 66, Rio de Janeiro, Typ. Batista de Souza, 1944.

DONATO, Hernâni

1987 — *Dicionário das Batalhas Brasileiras, Dos conflitos com indígenas às guerrilhas políticas urbanas e rurais*, São Paulo, Instituto Brasileiro de Difusão Cultural Ltda (Biblioteca estudos brasileiros, vol. 15).

DOURADO, Mecnas

1965 — *A cidade do Rio de Janeiro, sua fundação em 1567*, Rio de Janeiro, São José, 60 p.

DRUMOND, Carlos

1950 — "A Carta de Diogo Nunes e a Migração Tupi-Guarani para o Perú", *Separata da Revista de História*, vol. 1, São Paulo, p. 95-102.

ELLIS JÚNIOR, Alfredo

1944 — *Raposo Tavares e sua época*, Rio de Janeiro, J. Olympio.

1948 — *Meio século de bandeirismo*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional.

ENNES, Ernesto José Bizarro

1938 — *As Guerras nos Palmares: subsídios para a sua história*, prefácio de Afonso de E. Taunay, São Paulo, Cia. Editora Nacional (Brasiliana, série 5ª, vol. 127 — Biblioteca Pedagógica Brasileira), 2 vol.

ESPADA, Marcos Jimenes de la

1889 — *Viaje del Capitan Pedro Teixeira aguas arriba del Rio de las Amazonas*, Madri, Imprenta de Fortanet.

ESTANCELIN, L.

1832 — *Recherches sur les voyages et découvertes des Navigateurs Normands en Afrique, dans les Indes Orientales et en Amérique...*, Paris, Delaunay, librairie.

EVREUX, Yves d'

1615 — *Suite de l'Histoire des choses plus memorables advenues en Maragnan, ès années 1613 & 1614. Second Traité*. À Paris, De l'Imprimerie de François Huby, 384 p. (1ª edição).

1864 — *Voyage dans le nord du Brésil*, introdução e notas de Ferdinand Denis, Leipzig & Paris, Librairie A. Franck.

1874 — *Viagem ao norte do Brasil feita nos annos de 1613 a 1614*, introdução e notas de Ferdinand Diniz, Maranhão, Typ. do Frias.

Ms. — *Continuação da História das Coisas mais Memoráveis ocorridas no Maranhão nos anos de 1613 e 1614*. Tradução para o português do original existente na Biblioteca Pública de Nova York, por Irene Kubrik e Marcela Mortara.

FERNANDES, Florestan

1963 — *Organização social dos Tupinambá*, São Paulo, Difusão Européia do Livro.

1989 — *A Organização social dos Tupinambá*, São Paulo, Editora Hucitec-Editora UnB.

FIGUEIRA, Luiz

1621 — *Arte da língua Brasilica ...*, Lisboa, Por Manoel da Silva (1ª edição).

1631 — *Relaçam de varios sucessos acontecidos no Maranhã e Gram Para assim de paz como de guerra, contra*

o rebelde Olandes, Ingreses & Franceses, & outras nações, Lisboa, Por Mathias Rodrigues (1ª edição).

1637 — *Memorial sobre as terras e gente do Maranhão, & Grão Pará & Rio das Alamazonas...*, Lisboa, Por Mathias Rodrigues (1ª edição).

1687 — *A Arte de Gramática da Língua Brasilica*, Lisboa, Oficina de Miguel Deslande.

1880 — *Arte de grammatica da lingua brasílica*, Rio de Janeiro, Lombaerts, 156 p.

1927 — “Memorial sobre as Terras, e Gentes do Maranhão, e Grão Pará, e Rio das Alamazonas”, introdução de Rodolfo Garcia, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 94, vol. 148 (1923), Rio de Janeiro, p. 423-432.

1940 — “Relação dos vários sucessos acontecidos no Maranhão e Grão-Pará”. Em LEITE, Serafim — *Luiz Figueira, a sua vida heróica e a sua obra literária*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.

FRANCO, Carvalho

1940 — *Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional (Brasiliana, vol. 181), 340p.

FRIEDE, Juan

1961 — *Los Welser en la Conquista de Venezuela*, Caracas-Madri, Ediciones Edime.

FRIEDERICI, Georg

1967 — *Caráter da descoberta e conquista da América pelos europeus*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.

FURLONG CARDIFF, Guillermo

1936 — *Cartografía Jesuítica del Rio de la Plata*, Buenos Aires, Publicaciones del Instituto de Investigaciones Historicas, número LXXI, 2 vol.

GAFFAREL, Paul

1878 — *Histoire du Brésil Français au Seizième Siècle*, Paris, Maisonneuve et Cie.

1888 — *Les Français au dela des mers - Les decouvreurs français du XIVE au XVIIe siècle, Côtes de Guinée, du Brésil, et de l'Amérique du Nord...*, Paris, Challamel et Cie.

GANDAVO, Pero de Magalhães de

1576 — *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, Lisboa, Oficina de Antonio Gonçalvez (1ª edição).

1924 — *Tratado da Terra do Brasil. Historia da Provincia Santa Cruz*, Rio de Janeiro, Ed. do Anuario do Brasil.

1965 — *Tratado da Província do Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro — Ministério da Educação e Cultura.

1984 — *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, Lisboa, Biblioteca Nacional.

GARCIA, Rodolfo

1927 — “Livro das Denúncias que se fizerão na Visitação do Santo Officio à Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos do Estado do Brasil, no anno de 1618 — Inquisidor e Visitador o Licenciado Marcos Teixeira”, *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, edição e prefácio de Rodolfo Garcia, vol. 49, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.

1929 — *Primeira Visitação do Santo Officio às Partes do Brasil, pelo licenciado Heitor Furtado de Mendoca — Denúncias de Pernambuco 1593-1595*, prefácio de Rodolfo Garcia, Série Eduardo Prado para melhor se conhecer o Brasil, Editor Paulo Prado.

GÔMARA, Francisco Lopez de

1553 — *Primera y segunda parte de la Historia General de las Indias y La Conquista de Mexico*, Zaragoza, en casa de Agustin Millan.

GONNEVILLE, Binot Paulmier

1663 — *Memoires touchant l'Establissement d'une Mission Cbrestienne dans le Troisieme Monde ...*, Paris, chez Claude Cramoisy.

1886 — "Relação Autêntica", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 49(2), p. 333-352.

1946 — "Relation Authentique", em *Les Français en Amerique Pendant la Première Moitié du XVIIe Siècle*, introdução de Ch. A. Julien, Paris, Presses Universitaires de France (Série "Les Classiques de la Colonisation"), p. 25-49.

GONZALES, J. Natalício

1940 — *Proceso y formación de la cultura paraguaya*, Assunção-Buenos Aires, ed. Guaranía.

GUÉNIN, Eugène

1901 — *Ango et ses pilotes d'après des documents inédits*, Paris, Imprimerie Nationale Librairie Maurice Prudhome.

GUERRA, Gregório de Mattos

1850 — Em VARNHAGEN, Francisco Adolpho de (org.) — *Florelégio da Poesia Brasileira*, Lisboa, Imprensa Nacional.

1923-1933 — *Sacra* (1923); *Lírica* (1923); *Graciosa* (1930); *Satírica* (1930, 2 vol); *Última* (1933): Coleção Afrânio Peixoto, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras.

1946 — Em VARNHAGEN, Francisco Adolpho de (org.) — *Florelégio da Poesia Brasileira*, vol 1, Rio de Janeiro, Publicação da Academia Brasileira de Letras, Coleção Afrânio Peixoto.

GUERREIRO, Fernão

1874 — "Relação annual das cousas que fizerão os Padres da Companhia de Jesus ... nos annos de 1602 e 1603 ... Lisboa, 1605". Em ALMEIDA, Cândido Mendes de — *Memórias para a História do Extincto Estado do Maranhão*, Tomo II, Rio de Janeiro, Typographia de J. Paulo Hildebrandt.

GUILLEN, Filipe de

1965 — Carta à rainha D. Catarina, 12 de março de 1561. Em SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *O Rio de Janeiro no século XVI*, Lisboa, Oficinas Gráficas Manuel A. Pacheco Ltda, p. 44-46.

GUINZEL, Joam

1923 — "Carta que o Pe. Joam Guinzel da Companhia de Jesus Missionário nas Aldeias assentadas de novo na Capitania do Rio Grande escreveu ao Sr. Dom Joam de Lancastro". Em STU-DART, Barão de — "Documentos para a História do Brasil e especialmente a do Ceará", Collecção Studart, *Revista Trimestral do Instituto do Ceará*, vol. 37, Fortaleza, p. 131-133.

GUSMÃO, D. Luiza de — Rainha de Portugal

1944 — "Carta Régia de 9 de janeiro de 1662". Em *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*, vol. 66, Rio de Janeiro, Typ. Batista de Souza, p. 176-177.

HERIARTE, Maurício de

1874 — *Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas*, Viena, Imprensa do filho de Carlos Gerold (1ª edição).

1959 — "Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas". Em VARNHAGEN, F. A. — *Historia Geral do Brasil*, Tomo III, São Paulo, Melhoramentos, p. 171-190.

HEULHARD, Arthur

1897 — *Villegagnon Roi d'Amérique*, Paris, Ernest Leroux Edit.

HOHENTHAL JR., W. D.

1952 — "Little Known Groups of Indians reported in 1696 on the Rio São Francisco, in Northeastern Brazil", *Journal de la Société des Américanistes*, Paris, 41, p. 31-37.

HOLANDA, Sérgio Buarque de

1956 — *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio (Coleção Documentos Brasileiros 1).

1957 — *Caminhos e Fronteiras*, Rio de Janeiro, J. Olympio (Coleção Documentos Brasileiros, 89), 334 p., il.

1960 — *História Geral da Civilização Brasileira*, direção de S. B. de Holanda, Tomo I, Parte I, São Paulo, Difusão Européia do Livro.

1963-1977 — *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 9 tomos, il.

1976 — *Monções*, São Paulo, Alfa-Ômega, 163 p., il.

1977 — *Visão do Paraíso*, São Paulo, Ed. Nacional (Coleção Brasileira, vol. 333), 3ª edição.

1986 — *O Extremo Oeste*, São Paulo, Brasiliense, 172 p., il.

HUMBOLDT, Alexandre de

s/d — *Histoire de la géographie du Nouveau continent et des progrès de l'astronomie nautique au XV et XVI siècles comprenant l'histoire de la découverte de l'Amérique*, Paris, Legrand, Pomey et Crouzet, 2 vol.

INVENTÁRIOS

1920 — *Inventários e Testamentos*, publicação oficial, vols. I-V, São Paulo, Tip. Piratininga.

JABOATÃO, Antônio de Santa Maria

1858-1859 — *Novo Orbe Seráfico Brasilico ou Crônica dos Frades Menores da Província do Brasil*, Rio de Janeiro, Edição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2 Tomos.

1889 — "Catalogo genealogico das principais famílias que procederam de Albuquerque e Cavalcantes em Pernambuco e de Caramurus na Bahia", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXI, 1ª Parte, Rio de Janeiro, p. 5-497.

JEANNIN, Pierre

1957 — *Les marchands au XVIe siècle*, Bourges, du Seil.

JESUS, Rafael de

1679 — *Castrioto Lusitano*, Parte I, Lisboa, Antonio Crasbuck.

JOÃO III, D. — Rei de Portugal

1861 — "Carta de grandes poderes ao Capitão-mor Martim Afonso de Sousa e a quem ficasse em seu lugar", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 24 (1 trimestre), Rio de Janeiro, p. 74-79.

1898 — "Primeiro Regimento que levou Tomé de Souza Governador do Brazil", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 61(1), Rio de Janeiro, p. 39-57.

1924 — "Carta de doação da capitania de Pernambuco a Duarte Coelho". Em DIAS, Carlos Malheiro — *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, Litografia Nacional, vol. 3, p. 309-312.

JOS, Emiliano

1927 — *La Expedición de Ursúa al Dorado. La Rebelión de Lope de Aguirre*, Hesca, Imprenta V. Campo.

JULIEN, Ch. - André

1948 — *Les voyages de decouverte et les premiers établissements (XV-XVIe siècles)*, Paris, Presses Universitaires de France.

KNIVET, Anthony

1625 — Relação da viagem de Anthony Knivet. Em PURCHAS, Samuel — *Purchas His Pilgrimes. In Five Books*, Londres, Printed by William Stansby (1ª edição).

1947 — *Vária Fortuna e Estranhos Fados*, São Paulo, Ed. Brasiliense.

LAET, Johannes de

1640 — *L'Histoire du Nouveau Monde ou Description des Indes Occidentales Contenant dix-huict liures, Enrichi de nou-*

velles Tables Geographiques & Figures des Animaux, Plants & Fruicts, Leyde, Bonaventure Abraham Elfeuiers, Impressores.

1644 — *Histoire ofte laerlijck Verbael van de West-Indische Compagnie*, Leyden, Bonaventure ende Abraham Elsevier.

LEITE, Serafim

1937 — *Páginas de História do Brasil*, São Paulo, Ed. Nacional (Brasiliana, vol. 93), 260p.

1940 — *Novas Cartas Jesuíticas (de Nóbrega a Vieira)*, edição e introdução de Serafim Leite, São Paulo, Cia. Ed. Nacional (Coleção Brasiliana, vol. 194), 344p.

1940 — *Luiz Figueira, a sua vida heróica e a sua obra literária*, Lisboa, Agência Geral das Colonias.

1938-1950 — *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Lisboa, Liv. Portugal/Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 10 vols., il.

1955 — *Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega (Opera Omnia)*; edição, organização e prefácio de Serafim Leite; Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis.

1956-1958 — *Monumenta Brasiliae*, Coimbra, Tip. da Atlântida, 5 vol (*Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, vol. 1 — 1538-1553, vol. 2 — 1553-1558, vol. 3 — 1558-1563, vol. 4 — 1563-1568; *Complementa Azevediana*, vol. 5 — 1539-1565), il.

1965 — *Novas Páginas de História do Brasil*, São Paulo, Ed. Nacional (Brasiliana, vol. 324), 1965, 393p.

LEPE, Diego de

1981 — "Capitulación de Diego de Lepe, Granada, 14 de Septiembre de 1501". Em RAMOS, Demétrio — *Audacia, Negocios y Política en los Viajes Españoles de Descubrimiento y Rescate*, Valladolid, Casa-Museo de Colon, p. 454-58.

LÉRY, Jean de

1578 — *Histoire d'un voyage fait en la terre du Bresil, autrement dite Amerique*, La Rochelle, Antoine Chuppin, 424 p. (1ª edição).

1880 — *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil*; edição, introdução e notas de Paul Gaffarel; Paris, Alphonse Lemerre Editeur, 2 vol.

1941 — *Viagem à Terra do Brasil*, São Paulo, Livraria Martins Editora (Biblioteca Histórica Brasileira, Tomo VII).

1957 — *Journal de bord de ... en la terre de Brésil*, comentado e apresentado por M. R. Mayeux, Paris, Editions de Paris.

1960 — *Viagem à Terra do Brasil*, tradução integral e notas de Sérgio Milliet, São Paulo, Livraria Martins Editora (Biblioteca Histórica Brasileira, vol. 7), 3ª edição, 279 p., il.

1975 — *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil*, edição de Jean Claude Morisot, Genebra, Librairie Droz (reprodução fac-similar da edição de 1580), 463 p., il.

LESSA, Vicente Themudo

1934 — *Anchieta e o Supplicio de Balleur*, São Paulo, Liv. Record Editora, 133p.

LEVILLIER, Roberto

1948 — *América la bien llamada*, Buenos Aires, ed. Guillermo Kraft, 2 vol.

1951 — *Américo Vespuccio. El Nuevo Mundo, cartas relativas a sus viages y descubrimientos*, Buenos Aires, Editorial Nova (Biblioteca Americanista), 342 p., il.

LISBOA, Balthasar da Silva

1834-1835 — *Annaes do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Typ. Imp. e const. de Seignot Plancher E Ca., 7 vol.

LISBOA, Cristovão de

1967 — *História dos Animais e Árvores do Maranhão*, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino / Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

LIVRO DA NAU BRETOA

1844 — "Liyuro da Náoo Bertoa que vay pera a terra do Brazyl de que som armadores Bertolameu Marchone e Benadyto Morelle e Fernã de Lloronha e Francisco Miz que partio deste porto de Lix a XXII de feureiro de 511", Em VARNHAGEN, Francisco Adolpho de — *História Geral do Brasil*, vol. 1, nota 13, p. 427-432 (1ª edição).

1923 — "O livro da Nau Bretoa". Em DIAS, Carlos Malheiro — *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. 2, Porto, Litografia Nacional, p. 343-347.

MACHADO, Alcântara

1943 — *Vida e Morte do Bandeirante*, São Paulo, Liv. Martins Editora.

MAGALHÃES, Basílio

1944 — *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, Rio de Janeiro, EPASA.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão

1866-1867 — *A Escravidão no Brasil*, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 3 vol. (vol. 1: 1866; vols. 2 e 3: 1867).

1976 — *A Escravidão no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 2 vol.

MANCILLA, Justo e MASETA, Simon

1922 — "Relación de los agravios que hicieron algunos vecinos y moradores de la villa de S. Pablo de Piratininga de la Capitania de S. Vicente de Estado del Brasil saqueando las Aldeas de los Padres de la Compañia de Jesus en la mision de Guaira y Campos del yguaçu en la governación del Paraguay (...) Año de 1629 (...)", *Anais do Museu Paulista*, Tomo I, São Paulo, p. 247-270.

1951 — "Relación de los agravios que hicieron algunos vecinos y moradores de la villa de S. Pablo (...)". Em CORTESÃO, Jaime — *Manuscritos da Coleção De Angelis*, vol. 1 — *Jesuítas e*

Bandeirantes no Guairá (1594-1640), Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional — Divisão de Obras Raras e Publicações, 1951, p. 310-339.

MANUEL, D. — Rei de Portugal

1923 — "Carta del Rey D. Manuel de Portugal á los Reyes Católicos, dándoles cuenta de todo lo sucedido en el viaje de Pedro Alvarez Cabral por la costa de África hasta el Mar Rojo". Em DIAS, Carlos Malheiro — *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, Litografia Nacional, vol. 2, p. 165-167.

MARCGRAVE, Jorge

1648 — Giorgi Marcgravi, "Historiae Rerum Naturalium Brasiliae", em: *Historia Naturalis Brasiliae*, Amsterdã, Apud Lud. Elzerivium, 293 p.

1942 — *História Natural do Brasil*, Edição do Museu Paulista, São Paulo, Imprensa Oficial.

MARCHANT, Alexander

1942 — *From Barter to Slavery, the Economic Relations of Portuguese and Indians in the Settlement of Brazil (1500-1580)*, Baltimore, Johns Hopkins Press.

1943 — *Do Escambo à Escravidão*, Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional (Coleção Brasileira, vol. 225).

MARCILIO, Maria Luiza

1984 — "The Population of Colonial Brazil", em: *The Cambridge History of Latin America*, vol. II, Cambridge University Press.

MASCARENHAS, José Freyre de Monterroyo

1716 — *Os Orizes Conquistados ou Noticia da Conversam dos Indomitos Orizes Procazes*, Lisboa, Off. Antonio Pediozo Galram (1ª edição).

1948 — "Os Orizes Conquistados ou Notícia da Conversam dos Indomitos Orizes Procazes", edição fac-similar em *Documentos dos Arquivos Portugueses que importam ao Brasil*, Num. 26/27, Secção de Intercâmbio Luso-Brasileiro do S.N.I..

MEDINA, José Toribio

1908 — *El veneciano Sebastián Caboto, al servicio de España y especialmente de su proyectado viaje a los Molucas por el Estrecho de Magallanes y al reconocimiento de la costa del Continente hasta la gobernación de Pedrarias Davila (...)*, Santiago de Chile, Imp. y Encadernación Universitaria, 2 vol.

MEIRELES, Mario M.

1960 — *História do Maranhão*, D.A.S.P.-Serviço de Documentação, Imprensa Nacional.

MELLO, José Antonio Gonsalves de

1967 — *Cartas de Duarte Coelho a El Rei*, Recife, Imprensa Universitária (Documentos para a História do Nordeste, vol. II).

1970 — *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil — Confissões de Pernambuco 1594-1595*, edição e introdução de José A. Gonsalves de Mello, Recife, Universidade Federal de Pernambuco (Documentos para a História do Nordeste, vol. III).

1979 — *Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*, Recife, Governo do Estado do Pernambuco (Coleção Pernambucana, vol. 15), 292 p., il.

MENDOÇA, Heitor Furtado de

1922 — *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil, pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça — Confissões da Bahia 1591-92*, São Paulo, Editor Paulo Prado (Série Eduardo Prado para melhor se conhecer o Brasil).

1925 — *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil, pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça — Denun-*

ciações da Bahia 1591-93, São Paulo, Editor Paulo Prado (Série Eduardo Prado para melhor se conhecer o Brasil).

1929 — *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil, pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça — Denunicações de Pernambuco 1593-95*, São Paulo, Editor Paulo Prado (Série Eduardo Prado para melhor se conhecer o Brasil).

1935 — *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil — Confissões da Bahia 1591-1592*, prefácio de João Capistrano de Abreu, Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, Rio de Janeiro, F. Briguiet.

MENDONÇA, Bento Fernandes Furtado de

1954 — "Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a Estas Minas Gerais (...)". Em TAUNAY, Affonso de E. (introd.) — *Relatos Sertanistas*, São Paulo, Liv. Martins Editora (Biblioteca Histórica Paulista VII), p. 21-57.

MESTRE JOHAN

1843 — Carta de Mestre Johan ao rei D. Manuel, 1 de maio de 1500, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo V, Rio de Janeiro, p. 342-344.

1923 — Carta de Mestre Johan ao rei D. Manuel, 1 de maio de 1500. Em DIAS, Carlos Malheiro — *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, Litografia Nacional, vol. 2, p. 105.

MÉTRAUX, Alfred

1927 — *Migrations Historiques des Tupi-Guarani*, Paris, Librairie Orientale et Américaine.

1928 — *La Civilisation Matérielle des Tribus Tupi-Guarani*, Paris, Li. Orientaliste Paul Geuthner.

1928 — *La Religion des Tupinambá*, Paris, Librairie Ernest Leroux.

1948 — "The Guarani", em *Handbook of South American Indians, vol. 3 - The Tropical forest tribes*, editor Julian H. Steward, Smithsonian Institutions, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143, p. 69-94.

1950 — *A Religião dos Tupinambá*, São Paulo, Ed. Nacional (Coleção Brasileira, vol. 267).

MONTAIGNE, Michel de

1580 — *Essais*, Bordeaux, Ed. Simon Millanges (1ª edição).

1980 — *Ensaio*, São Paulo, Abril Cultural (Coleção Os Pensadores).

MONTALBODDO, Fracanzano de

1507 — *Paesi Novamente ritrovati. Et Novo Mondo de Alberico Vesputio Florentino intitulato*, Vicenza-Itália, Imprensa de Magro Henrico Vicentino (1ª edição).

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego

1937 — *A Colônia do Sacramento*, Porto Alegre, Oficinas Gráficas da Livraria do Globo.

MONTES, Enrique

1908 — “Relación de lo recebido y pagado por Enrique Montes en la isla de Santa Catalina”. Em MEDINA, José Toribio — *El veneciano Sebastián Caboto, al servicio de España (...)*, Santiago de Chile, Imp. y Encadernación Universitaria, vol. 1, p. 437-442.

MONTOYA, Antonio Ruiz de

1639 — *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesus, en las Provincias del Paraguay, Parana, Uruguay, y Tape*, Madri, en la Imprensa del Reyno (1ª edição).

1892 — *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesús en las Provincias del Paraguay, Paraná, Uruguay y Tape*, Bilbao, Imprenta de Corazon de Jesus Muelle de Marzana, num. 7.

MORAES, Manoel de

1908 — “Processo de Manoel de Moraes, sacerdote e theologo natural da Villa de S. Paulo, estado do Brazil, residente que

foi nas partes do norte, preso nas carceres da Inquisição de Lisboa”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, T. 70(1), Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p. 1-36.

MORAES, Rubens Borba de

1983 — *Bibliographia Brasiliana*, Rio de Janeiro, Livraria Kosmos Editora, 2 vol.

MORALES, Manuel Juan de

1951 — “Informe de Manuel Juan de Morales de las cosas de San Pablo y maldades de sus moradores hecho a su Magestad por un Manuel Juan de la misma villa, 1636”. Em CORTESÃO, Jaime (org., introd. e notas) — *Manuscritos da Coleção De Angelis*; vol. 1 — *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1594-1640)*; Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional-Divisão de Obras Raras e Publicações, 1951, p. 182-193.

MOREAU, Pierre & BARO, Rouloux

1651 — *Histoire des derniers troubles du Bresil. Entre les Hollandois et les Portugais ...*, Paris, chez Augustin Courbé.

1979 — *História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias*, São Paulo/Belo Horizonte, EDUSP/Itatiaia.

MOREIRA NETO, Carlos de Araujo

1960 — “Cultura pastoril do pau d'arco”, *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Nova Série - Antropologia, nº 10, Belém.

1988 — *Índios da Amazônia, de Maioria a Minoria (1750-1850)*, Petrópolis, Ed. Vozes.

MORENO, Martim Soares

1905 — “Relação do Ceará”. Em STUDART, Barão de — “Documentos para a História de Martim Soares Moreno”, *Revista*

Trimestral do Instituto do Ceará, Tomo XIX, Ano XIX, Fortaleza, Typ. Minerva.

1967 — “Relação do Ceará”, em *Três Documentos do Ceará Colonial*, Fortaleza-Ceará, Depto. de Imprensa Oficial (Coleção História e Cultura, dirigida pelo Instituto do Ceará, vol. 8), p.181-187.

MOURA, Alexandre de

1905 — “Relatório de Alexandre de Moura sobre a expedição à Ilha do Maranhão”, *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XXVI (1904), Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.

MOUSNIER, Roland

1954 — “Les XVI et XVII Siècles”, *Histoire Générale des Civilisations*, Paris, Presses Universitaires de France, 7 vol.

NABUCO, Joaquim

1903 — *Fronteiras do Brazil e da Guyana Inglesa: questão submetida a S. M. o Rei da Italia: O direito do Brazil: Primeira memoria brasileira apresentada em Roma a 27 de fevereiro de 1903*, Paris, A. Lahure, 398 p., mapa.

1903 — *Frontieres du Bresil et de la Guyane Anglaise: question soumise a l'arbitrage de S. M. le Roi d'Italie: Second memoire Bresilien presente a Rome le 26 septembre 1903*, Paris, A. Lahure, 3 vol., il., mapas.

1904 — *Frontieres du Bresil et de la Guyane Anglaise: question soumise a l'arbitrage de S. M. le Roi d'Italie: Troisieme memoire Bresilien presente a Rome le 25 fevrier 1904*, Paris, A. Lahure, 4 vol., il., mapas.

1941 — *O direito do Brasil*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional / Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 295p.

NANTES, Martin de

1706 — *Relation succinte et sincere De la Mission du Pere Martin de Nantes, Predicateur Capucin, Missionnaire Aposto-*

lique dans le Brezil parmy les Indien appelés Cariris, A Quimper, chez Jean Perier (1ª edição).

1952 — *Rélation succinte & sincère de la mission du Père Martin de Nantes, Prédicateur Capucin, missionnaire apostolique dans le Brésil*, edição e notas de Frederico G. Edelweiss, Bahia, Tipografia Beneditina Ltda, il., mapa (edição fac-similar).

1979 — *Relação de uma Missão no Rio São Francisco*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.

NAVARRETE, Martín Fernández de

1825 — *Coleccion de los viages y descubrimientos, que hicieron por mar los Españoles desde fines del siglo XV ...*, Madri, Imprenta Real, 5 vol.

1954 — *Colección de los Viajes y Descubrimientos*, Madri, Atlas.

NICOLAU V, Papa

1939 — “Bula Romanus Pontifex expedida em 8 de janeiro do ano da Encarnação de 1454 por...”. Em BAIÃO, Antonio et al (editor) — *História da expansão portuguesa no mundo*, Lisboa, Editorial Ática, vol. 2, p. 36-37.

NIMUENDAJÚ, Curt

1987 — *Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú*, Publicação IBGE e Fundação Nacional Pró-Memória, Rio de Janeiro, IBGE, 94 p., mapa.

NÓBREGA, Manuel da

1886 — *Cartas do Brasil do Padre Manoel da Nóbrega (1549-1560)*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional (Cartas Jesuíticas I).

1931 — *Cartas do Brasil (1549-1560)*, Rio de Janeiro, Publicações da Academia Brasileira de Letras - Officina Industrial Graphica (Cartas Jesuíticas I).

1955 — *Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manuel da*

Nóbrega (Opera Omnia); edição, organização e prefácio de Serafim Leite; Coimbra, Acta Universitatis Conimbricensis.

NORONHA, Jacome Raymundo de

1910 — "Relação dada por Jacome Raymundo de Noronha sobre cousas tocantes ao governo do Maranhão". Em STUDART, Barão de — *Documentos para a História do Brasil, especialmente a do Ceará*, Coleção Studart, vol. 3, Ceará-Fortaleza, Typ. Minerva, p. 45-54.

NUNES, Diogo

1950 — Carta de Diogo Nunes a D. João III, "Apontamento do que V.A. quer saber". Em DRUMOND, Carlos — "A Carta de Diogo Nunes e a Migração Tupi-Guarani para o Peru", *Separata da Revista de História*, vol. 1, São Paulo, p. 99-102.

O'LEARY, Timothy

1963 — *Ethnographic Bibliography of South America*, New Haven, Behavior Science Bibliographies, Published by Human Relations Area Files.

OVIEDO Y VALDÉS, Gonzalo Fernandes

1535 — *La historia general delas Indias*, 1ª parte, Sevilha, Imprensa de Juan Cromberger (1ª edição).

1851 — *Historia general y natural de las Indias, islas y Tierra Firme del Mar Oceano ...*, Primeira Parte, Madri, Imprenta de la Real Academia de la Historia.

PARENTE, Bento Maciel

1927 — Memorial de 1630 dirigido ao rei. Em VARNHAGEN, Francisco Adolpho de — *História Geral do Brasil*, São Paulo, Ed. Melhoramentos, vol. 2, p. 267-271 (3ª edição).

PIGAFETTA, Antonio

1941 — *Primer Viaje en Torno del Globo*, Buenos Aires, ESPA-SA — CALPE editora (Col. Austral).

PINZÓN, Vicente Yáñez

1981 — "Capitulación de Bicente Yañes, Granada, 5 de Septiembre de 1501". Em RAMOS, Demétrio — *Audacia, Negocios y Política en los Viajes Españoles de Descubrimiento y Rescate*, Valladolid, Casa-Museo de Colon, p. 448-53.

PISO, Guilherme

1648 — "De Medicina Brasiliensi libri quatuor", em *Historia naturalis Brasiliae, Auspicio et Beneficio Illustriss. I. Mauritii Com. Nassau illius Provinciae et Maris summi Praefecti adornata ...*, Lugdum, Batavorum, Apud Franciscum Hackium, et Amstelodami Apud Lud. Elzevirium (1ª edição).

1957 — "Da natureza e cura das doenças da Índia Ocidental sobretudo das familiares ao Brasil", em *Historia Natural e Médica da Índia Ocidental*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, p. 74-84.

PRADO, João Fernando de Almeida

1939 — *Primeiros Povoadores do Brasil 1500-1530*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional (Brasiliana, vol. 37), 309 p., il.

1961 — *São Vicente e as Capitânicas do Sul do Brasil*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional (Coleção Brasiliana, vol. 314), 513 p.

1964 — *A conquista da Paraíba*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional (Coleção Brasiliana, vol. 321).

PRADO JR., Caio

1945 — *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Ed. Brasiliense (Coleção Grandes Estudos Brasilienses 1).

PRAT, André

1941-1942 — *Notas históricas sobre as Missões Carmelitas no extremo norte do Brasil (séc. XVII - XVIII)*, Recife, s/ ed., 2 vol.

PYRARD DE LAVAL, François

1611 — *Discours du voyage des françois aux Indes Orientales suivi du traité et description des animaux, arbres et fruits des Indes*, Paris, Chez David le Clerc (1ª edição).

1944 — Francisco Pyrard, *Viagem de Francisco Pyrard de Laval*, Porto, Livraria Civilização Ed. (Biblioteca Histórica, Série Ultramarina, número 11), 2 vol.

RAMOS, Demétrio

1981 — *Audacia, Negocios y Política en los Viajes Españoles de Descubrimiento y Rescate*, Valladolid, Casa-Museo de Colon.

RAMUSIO, Giovanni Baptista

1556-1563 — *Navigazioni et Viaggi...*, Veneza, nella Stamperia de Giunti (vol. 1: 1563; vol. 2: 1559; vol. 3: 1556).

RAU, Virginia

1956-1958 — *Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbriensis, 2 vol: vol 1 — 1956; vol. 2 — 1958.

REIS, Alvaro

1917 — *O Martyr Le Balleur (1567)*, Rio de Janeiro, Comemoração do IV Centenário da Reforma, 264 p.

REIS, Arthur Cezar Ferreira

1989 — *História do Amazonas*, Belo Horizonte, Itatiaia (Coleção Reconquista do Brasil, 2ª Série, vol. 145), 261p.

REVERDIN, Olivier

1957 — *Quatorze calvinistes chez les Topinambous, histoire d'une mission genevoise au Brésil (1556-1558)*, Genebra, Librairie E. Droz.

RIBEIRO, Darcy

1956 — "Convívio e Contaminação", *Revista Sociologia*, vol. XVIII, n 1, São Paulo, p. 3-50.

1979 — *Os Índios e a Civilização*, Petrópolis, Ed. Vozes Ltda., 512 p.

RIBEIRO, João

1954 — *História do Brasil, curso superior*, Rio de Janeiro, Livraria São José.

RIO BRANCO, Barão de

1899 — *Atlas: Frontières entre le Brésil et la Guiane Française*, Paris, A. Lahure.

1945 — *Questões de Limites*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 5 vol., il.

1948 — *Equisse de l'histoire du Brésil*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores — Estudos Históricos.

ROCHA PITA, Sebastião da

1950 — *História da América Portuguesa*, Bahia, Liv. Progresso, Editora Aguiar & Souza Ltda.

RODRIGUES, José Honório

1949 — *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.

1954-1956 — *Correspondência de Capistrano de Abreu*, organização e prefácio de José Honório Rodrigues, Rio de Janeiro, Revista dos Tribunais, 3 vol.

1979 — *História da História do Brasil*, 1ª Parte — *Historiografia Colonial*, São Paulo, Ed. Nacional / Brasília, Instituto Nacional do Livro (Brasiliana, vol. 21).

ROJAS, Alonso de

1941 — “Relação do descobrimento do Rio das Amazonas, hoje S. Francisco de Quito e declaração do mapa onde está pintado”. Em ACUÑA, Cristóbal de, et al — *Descobrimientos do Rio das Amazonas*, traduzido e anotado por C. de Mello Leitão, Rio de Janeiro, Cia. Ed. Nacional.

1986 — “Relación del descubrimiento del Rio de las Amazonas ...”, em *La Aventura del Amazonas*, Madri, História 16, Hermanos García Noblejas (Crônicas de América, 19), p. 231-252.

SÁ, Mem de

1906 — “Instrumentos dos Serviços de Mem de Sá”, em *Annaes da Bibliotheca Nacional*, vol. XXVII (1905), Rio de Janeiro, p. 131-135.

SALVADOR, Vicente do

1888 — “História do Brasil”, *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 13 (1), Rio de Janeiro (1ª edição integral).

1931 — *História do Brasil*, São Paulo, Ed. Melhoramentos.

1965 — *História do Brasil (1500-1627)*, São Paulo, Ed. Melhoramentos.

1982 — *História do Brasil (1500-1627)*, São Paulo, Ed. Itatiaia (Coleção Reconquista do Brasil, vol.49).

SAMPAIO, Theodoro Fernandes

s/d — “Peregrinações de Antonio Knivet no Brasil no século XVI”, *Separata da Revista do Instituto Histórico*, nº 22, Rio de Janeiro.

SCHMIDL, Ulrico

1947 — *Derrotero y Viaje a España y las Indias* (prólogo de Enrique de Gandia), Buenos Aires, ESPASA — CALPE Argentina (Colección Austral).

1962 — “Viajes al Rio de la Plata”. Em BALLESTEROS-GAIBROIS, Manuel (org.), *Viajes por America del Sur*, Madri, vol. 2, Aguilar.

SCHULLER, Rodolpho

1914 — “A Nova Gazeta da Terra do Brasil”, *Annaes da Bibliotheca Nacional*, vol. 33, Rio de Janeiro, Bibliotheca Nacional.

SEBASTIÃO, D. — Rei de Portugal

1965 — “Castigo do Gentio”, Carta do rei D. Sebastião para Mem de Sá, fins de 1558. Em SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *O Rio de Janeiro no Século XVI*, Lisboa, Of. Graf. Manuel A. Pacheco, p. 36-37.

SEPP, Antônio

1698 — *Revs. Pes. Antônio Sepp e Antônio Bobm, Descrição de Viagem, Como os mesmos vão da Espanha para o Paraguai e Breve relato das coisas mais memoráveis (...)*, mandado imprimir por Gabriel Sepp, Nurnberg, editado por Johann Hoffmanns.

1951 — *Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos*, São Paulo, Liv. Martins Editora (Coleção Histórica Brasileira).

SERRÃO, Joaquim Veríssimo

1965 — *O Rio de Janeiro no Século XVI*, Lisboa, Oficinas Graficas Manuel A. Pacheco (Documentos dos Arquivos Portugueses).

SILVEIRA, Simão Estácio da

1624 — *Relação Sumária das Coisas do Maranhão*, Lisboa, Edições Geraldo da Vinha (1ª edição).

1976 — "Relação Sumária das cousas do Maranhão", *Separata dos Anais da Biblioteca Nacional* (vol. 94, 1974), Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional — Divisão de Publicação e Divulgação (edição fac-similar).

SIMONSEN, Roberto

1969 — *História Econômica do Brasil 1500-1820*, São Paulo, Cia Ed. Nacional (Brasiliana, vol. 10), 475 p., il.

SOARES, Francisco

1966 — *Coisas Notáveis do Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.

SOARES, José Carlos de Macedo

1939 — *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*, Rio de Janeiro, J.Olympio (Coleção Documentos Brasileiros, 19), 239 p., mapas.

1954 — *Fontes da história da Igreja católica no Brasil*, São Paulo, Tipografia Edanee, 381 p.

SOUZA, Gabriel Soares de

1851 — *Tratado descritivo do Brasil em 1587: Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Espanha e França e acrescentada de alguns comentários à obra*, edição corrigida por Varnhagen, Rio de Janeiro, Tip. Universal de Laemmert (1ª edição).

1879 — *Tratado descritivo do Brasil*, Rio de Janeiro, Typ. João Ignacio da Silva.

1943 — "Capítulos de Gabriel Soares de Souza contra os Padres da Companhia de Jesus que residem no Brasil", *Annaes da Bibliotheca Nacional*, vol. 62, Rio de Janeiro, 1943.

1958 — *Derrotero General de la Costa del Brasil y Memorial de las Grandezas de Babia*, edição de Cláudio Ganns, Madri, Cultura Hispánica.

1974 — *Notícia do Brasil*, São Paulo, Empresa Gráfica Revista dos Tribunais (Coleção Brasiliensia Documenta, vol. 7).

SOUZA, Pero Lopes de

1927 — *Diário da Navegação de Pero Lopes de Souza (1530-1532)*, prefácio de João Capistrano de Abreu, editor Paulo Prado, Rio de Janeiro, Tipografia Leuzinger, 2 vol.

SOUTO MAIOR, Pedro

1913 — "Fastos Pernambucanos", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 75(1) (1912), Rio de Janeiro.

SOUZA, Thomaz Oscar Marcondes de

1946 — *O Descobrimento do Brasil*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional.

STADEN, Hans

1557 — *Warhaftige Historia und beschreibung eyner Landtschafft der Wilden, Nacketen, Grimmigen Menschfresser Leuthen, in der Neuenwelt America gelegen*, Marburg, Andress Kolben, 89p., il. (1ª edição).

1944 — *Vera Historia y descripcion de un país de las salvages desnudas feroces gentes devoradoras de bombres situado en el Nuevo Mundo America*, tradução e comentários de Edmundo Wernicke, Buenos Aires, Coni, 171 p.

1974 — *Duas Viagens ao Brasil*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo (Coleção Reconquista do Brasil, vol. 17), 216 p., il.

STEWART, Julian H. (editor)

1946-1950 — *Handbook of South American Indians*, Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143, 7 vol.

STRIDER, Jacob

1931 — *Jacob Fugger the Rich, Merchant and Banker of Augsburg, 1549-1525*, Nova York, The Adelphi Company.

STUDART, Barão de

1903 — *Tricentenário da vinda dos Primeiros Portugueses ao Ceará*, Fortaleza, Typ. Minerva.

1905 — "Documentos para a História de Martin Soares Moreno", *Revista Trimestral do Instituto do Ceará*, T. XIX, Ano XIX, Fortaleza, Typ. Minerva.

1910 — *Documentos para a História do Brasil, especialmente a do Ceará*, Coleção Studart, vol. 3, Ceará-Fortaleza, Typ. Minerva.

1923 — "Documentos para a História do Brasil e especialmente a do Ceará", Coleção Studart, *Revista Trimestral do Instituto do Ceará*, vol. 37, Fortaleza.

SUSNIK, Branislava

1965-1966 — *El Indio Colonial del Paraguay*; vol 1 — *El Guarani Colonial*, vol. 2 — *Los Trece Pueblos guaraníes de las Misiones (1767-1803)*; Assunção, Museo Etnográfico "Andrés Barbero".

TAUNAY, Afonso de E.

1922 — "Resposta que deu o Licenciado Manuel de Moraes a dizerem os Holandeses que a paz era a todos útil, mas a Portugal necessária, quando por parte deste Reino se lhe offereceu uma proposta para a paz", *Annaes do Museu Paulista*, T. I (2), São Paulo, p. 119-133.

1922 — *Na Era das Bandeiras*, São Paulo, Melhoramentos (2ª edição).

1924-1950 — *História Geral das Bandeiras Paulistas*, São Paulo, Museu Paulista, 11 vol.

1925 — "Escriptores Coloniaes", *Annaes do Museu Paulista*, T. II, São Paulo.

1926 — *Ensaio de carta geral das bandeiras paulistas*, São Paulo, Cia. Melhoramentos, mapa.

1936 — "A Guerra dos Bárbaros", *Separata da Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, 22.

1954 — *Relatos Sertanistas*, introdução de Afonso de E. Taunay, São Paulo, Liv. Martins Editora (Biblioteca Histórica Paulista VII).

TEIXEIRA, Marcos

1936 — "Livro das Denúncias que se fizeram na Visitação do Santo Officio à Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos do Estado do Brasil, no anno de 1618 — Inquisidor e Visitador o Licenciado Marcos Teixeira", *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, publicado sob a administração do Director Geral Rodolfo Garcia, 1927, vol. 49, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.

THEVET, André

1558 — *Les Singularitez de la France Antarctique, Autrement nommée Amerique ...*, Paris, Chez les heritiers de Maurice de la Porte (1ª edição).

1575 — *La Cosmographie Universelle d'André Thevet Cosmographie du Roy*, Paris, Chez Pierre l'Huillier, 4 Tomos, 2 vol. (1ª edição).

1878 — *Les Singularités de la France Antartique*, introdução e notas de Paul Gaffarel, Paris, Maisonneuve & Cie (3ª edição).

1944 — *Singularidades da França Antártica*, introdução e notas de Estevão Pinto, São Paulo, Cia. Ed. Nacional (Brasiliana, Série 5ª, vol. 219 - Biblioteca Pedagógica Brasileira).

1946 — "La Cosmographie Universelle", em *Les Français en Amérique pendant la Première Moitié du XVIe siècle*, introdução de Ch. A. Julien, Paris, Presses Universitaires de France (Série "Les Classiques de la Colonisation").

1953 — *Le Bresil y le Bresilien*, reedição da parte referente ao Brasil de *La Cosmographie* por Suzanne Lussagnet, Paris, Presses Universitaires.

1982 — *Les Singularités de la France Antarctique* (edição facsimilar com prefácio de Jean Baudry), Paris, Le Temps.

Ms. — "O Brasil e os Brasileiros", tradução de Raul de Sá Barbosa do texto editado por Suzanne Lussagnet e ainda inédito.

TRATADOS

1939 — Tratado de Tordesillas, tratado firmado em 7 de junho de 1494 por representantes do rei D. João II de Portugal e os monarcas católicos (Fernando e Isabel) da Espanha. Em SOARES, José Carlos de Macedo — *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*, Rio de Janeiro, J. Olympio, p. 65-77.

TRAVASSOS, Simão

1873 — "Summario das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahyba", em: *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Etnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, 36 (1): 5-89.

TRIAS, Rolando Laguarda

1973 — *El Predescubrimiento del Rio de la Plata por la Expedición Portuguesa de 1511-1512*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.

VALE CABRAL, Alfredo do

1886 — *Cartas do Brasil do Padre Manoel da Nóbrega (1549-1560)*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de (Visconde de Porto Seguro)

s/d — *História Geral do Brasil*, vol. 1 (3ª edição).

1927-1936 — *História Geral do Brasil*, São Paulo, Ed. Melhoramentos, 5 vol., 3ª edição integral (vol. 1 - 4ª edição).

1946 — *Florilégio da Poesia Brasileira*, Francisco Adolpho de Varnhagen (org.), vol. I, Rio de Janeiro, Publicação da Academia Brasileira de Letras (Coleção Afrânio Peixoto).

1955 — *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1645*, Salvador, Ed. Progresso.

1959 — *História Geral do Brasil*, São Paulo, Ed. Melhoramentos, 5 vol.

1962 — *História Geral do Brasil*, São Paulo, Edições Melhoramentos, 5 vol.

VASCONCELOS, Simão de

1663 — *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil: E do que obrarão seus filbos nesta parte do Novo Mundo*, Tomo I, Lisboa, Officina de Henrique Valente de Oliveira — Impressor del Rey N.S., 2 vol.

1943 — *Vida do Venerável Padre José de Anchieta por ...*, prefácio de Serafim Leite, edição do Ministério da Educação e Saúde e Instituto Nacional do Livro — Biblioteca Popular Brasileira III, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 2 vol.

1977 — *Crônica da Companhia de Jesus*, Petrópolis, Ed. Vozes.

1977 — "Notícias Antecedentes, Curiosas e Necessárias das Cousas do Brasil". Em HOLANDA, Sérgio Buarque de — *Visão do Paraíso*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional (Coleção Brasileira, vol. 333), p. 357-360.

1943 — *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*, prefácio de Serafim Leite, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

VÁZQUEZ, Francisco

1945 — *Jornada de Omagua y Dorado*, prólogo de Enrique de Gandía, Buenos Aires-México, ESPASA -CALPE Argentina (2ª edição).

VERLINDEN, Charles

1959 — "Paulmier de Gonneville e os índios do Brasil em 1504", *Revista de História*, vol. XIX, São Paulo, Universidade de São Paulo.

VESPÚCIO, Américo

1504 — *Mundus Novus ...*, Augsburg, Magister Johannes otmar (1ª edição).

1505 — *Dise Figur Anzaigt ...*, Augsburg, Johann Froschauer.

1878 — "Mundus Novus", *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, Tomo 41 (1), Rio de Janeiro, p. 20-31.

VIEIRA, Antonio

1857 — *Obras inéditas do Padre Antonio Vieira*, Tomo III, Lisboa, Editores J.M.C. Seabra & T.Q. Antunes, Typographia da Revista Universal, 164 p.

1925-1928 — *Cartas do Padre Antonio Vieira* (coordenadas e anotadas por J. Lúcio d'Azevedo), Coimbra, Imprensa da Universidade (Biblioteca de Escritores Portugueses - Série C), 3 vol.

1951 — *Obras Escolhidas*, vol. V — *Em defeza dos Índios*, Lisboa, Livraria Sá da Costa (Obras Várias III).

VILHENA, Luís dos Santos

1921 — *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasilicas*, Bahia, Imprensa Oficial do Estado.

VILLOSLADA, Ricardo Garcia

1965 — *Loyola y Erasmo*, Madri, Taurus Ediciones.

VITERBO, Francisco Marques de Sousa

1899 — *Diccionario histórico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portugueses*, Lisboa.

WALLIS, Helen (editor)

1983 — *The Maps and Text of the Booke of Idrography presented by Jean Rotz to Henry VIII now in the British Library*, Londres, Maggs Brothers for the Roxburghe Club.

XERIA, D. Luis de Cespedes

1922 — "Carta del gobernador del Paraguay don Luis de Cespedes Xeria a Su Magestad dando cuenta de su llegada al Brasil ...", *Annaes do Museu Paulista*, 1(2), p. 182-214.

ÍNDICE
REMISSIVO

- Abacanga (rio), 57, 336.
- ABBEVILLE, Claude d', 23, 25, 151, 152, 160, 161, 226, 227, 274, 275.
- ABOÁ, Joseph, 249.
- ABREU, João Capistrano de (historiador), 47, 75, 241, 242, 295, 329, 364.
- ABREU, Manoel de (capitão-mor), 340.
- Açores (ilhas), 67, 126, 211, 246, 323, 352.
- Açú / Assú, 339, 341, 342.
- Açúcar, 16, 39, 40, 43, 45, 47, 56, 95, 108, 114-116, 123, 125, 133, 138, 144, 173, 179, 185, 204, 254, 281, 289, 333, 336, 337, 347, 348, 350, 354, 355, 356, 361, 368, 370-372, 374.
- ACUÑA, Cristóbal de / Christoval de (padre), 316, 318, 321.
- ADORNO, Antonio Dias (senhor de engenho), 134, 135, 244.
- ADORNO, Francisco (Irmão-religioso), 258.
- ADORNO, José (capitão), 258, 259.
- ADRIÃO, João (mercador), 134.
- AFONSO, Caterina / Caterina, 243.
- AFONSO, João de Siqueira, 366.
- AFONSO, D. (rei), 16, 66, 73.
- África, 15, 17, 19, 39, 41, 43, 44, 46, 48, 54, 65, 66, 69, 70, 73, 83, 84, 95, 101, 103, 106, 108, 114, 118, 152, 193, 222, 247, 281, 292, 305, 349, 350.
- Agricultura, 24, 163, 164, 352, 356.
- AGUIRRE, Juan de, 315.
- AGUIRRE, Lope de, 55, 310, 311, 313, 314, 318.
- AIRES, Francisco, 254.
- Alagoas, 358.
- ALBAREZ, Simeon, 297.
- ALBUQUERQUE, Antônio de, 186.
- ALBUQUERQUE, Diogo Coelho de, 194.
- ALBUQUERQUE, Geronimo de / Jerônimo de (capitão-mor), 186, 190, 330, 336, 370.
- ALBUQUERQUE, João, 362.
- ALBUQUERQUE, Jorge de, 247.
- ALBUQUERQUE, Matias de / Mathias de (capitão), 190, 191, 194, 250.
- ALBUQUERQUE, Pero de, 182.
- Alcântara, Santo Antonio de (vila), 336.
- Aldeamentos: dos Puris, 115; do Sumidouro, 364.
- Aldeias: Angeles, 297; Anhamari, 276; Assento de Pássaro, 183; Cajú, 190; Caocaya, 292; Cotina, 168; Cumá, 200; Curubi, Curupatuba, 320; Encarnación, 296, 297; Iapora, 292; Ibirupiguaia, 276; Inambuapixoré, 276; Jaburaci ou Pépin, 159; Jaguarapipo, 115; Jeribatiba / Jaribatiba, 220, 221; Jesus Maria, 297; Maranhaya, 220; Misericórdia, 270; Mortigura, 191; N. S. de Belém, 225; N. S. do Ó Pépin ou Jaburaci, 159; S. Antonio, 216, 297; S. Inácio, 218; São João, 175, 199, 216; São Miguel, 297; São Paulo, 297; São Thomás Apostol, 297; São Tiago, 216; São Tomé, 359; Tapuitapera / Tapuytapera, 30, 186; Tinhare, 245; Vvioauin, 195; Yoriman, 319.
- ALEGRE, Thomaz (senhor de engenho), 134.
- ALEXANDRE VI / Rodrigo Borgia (papa), 17, 66, 68.
- Alemanha, 125, 146, 245, 247, 263, 276, 323.
- ALENCASTRE, João de (governador),
Algarves, 46, 69, 70-73, 305.
- Algecira (cidade e porto), 69.
- Algodão, 47, 81, 85, 94, 104, 110, 122, 123, 146, 152, 157, 164, 182, 208, 210, 223, 291, 302, 312, 323, 325, 329, 334, 336, 346, 353, 371, 374.
- Alianças: indígenas, 110, 151, 155, 160, 167, 362; tribal luso-tupi, 282.
- ALMADANA, Arias de, 69-71, 73, 74.
- ALMAGRO, Diego de, 306.
- ALMEIDA, João de (padre), 117.
- ALMEIDA, João de Brito de / Joam de Brito d' (governador), 135, 244.
- ALMEIDA, Luis de Brito de (governador), 181, 244, 245.
- ALMEIDA, Miguel de, 365.
- ALVARES, Afonso, 144.
- ALVARES, Simão (padre), 254.
- Amapá, 75.
- Amazon Company, 323.
- Amazonas/ Amazônia, 26, 27, 30, 37, 38, 42, 48, 50, 53-58, 60, 77, 151, 160, 161, 185, 187, 188, 192, 239, 240, 268-271, 274, 275, 289, 292, 294, 299, 300, 304-309, 311, 316-329, 332-335, 368.
- América, 17, 19, 23, 27, 38-40, 52, 54, 58, 66, 68, 69, 75, 101, 108, 109, 117-119, 130, 138, 142, 152, 160, 163, 167, 189, 197, 198, 201, 206-209, 239, 240, 265, 266, 268, 294, 295, 300, 316, 317, 319, 332, 341, 349, 350, 360.
- América Central, 360.
- América do Norte, 199, 211.
- América do Sul, 54, 75, 101, 125, 193, 195, 289, 294, 299, 301, 306, 307.
- Amsterdã, 31, 250-253, 276, 326.
- ANCHIETA, José de (padre), 24, 28, 29, 33, 151, 152, 174, 175, 178, 200-203, 215, 216, 219, 220, 222, 223, 235, 241, 250, 255, 256, 263-265, 282, 285, 286, 290, 358, 369.
- Andaluzia, 198, 308.
- Andes, 36, 55, 304, 316, 360.
- ANDRADA, Francisco Leitão de, 251.
- ANDRADE, Pedro Carrilho de (lugar-tenente), 49, 194, 338, 339, 340.
- ANDRADE, Simão da Gama de, 133.
- ANDREONI, João Antônio / ANTONIL, André João, 39, 40, 49, 50, 268, 292, 341, 346-348, 357.
- ANGO, Jean, 255.
- Angola, 40, 48, 54, 114, 193, 246, 336, 346, 348, 350, 351, 354, 355.
- ANNES, Gonçalo (fazendeiro), 134.
- Antilhas, 187, 236, 237.
- ANTONIL, André João, ver ANDREONI, João Antônio.
- Antropofagia / Antropofágico, 22, 35, 101, 170, 235; ritual, 22, 35, 235.

- Antropófagos, 46, 213.
 Antropologia / Antropológico, 24, 152.
 ANTUNES, Beatriz, 244.
 ANTUNES, Heitor / Eitor, 216, 243.
 ANTUNES, Manuel, 247.
 Apodi / Apody (rio), 224, 339.
 Arábia, 94.
 Arabó, 202, 244, 245.
 Araçoiaba / Sirasoyaba (serra de), 302.
 Aragão (reino de), 66, 69-73.
 ARANZEDE, Diogo de, 31, 252.
 ARCE, García de, 313.
 Áreas Culturais, 41, 42.
 Arévalo (vila de), 74.
 Argentina, 50.
 ARISTÓTELES, 118, 212.
 Armênia, 118, 119.
 ARSENE DE PARIS, Frei, 154.
 Artes, 43, 104, 111, 164, 204, 225, 227, 247, 250, 264, 270, 271, 359.
 ARZÃO, Antônio Roiz de (sertanista), 51, 364, 365.
 ARZÃO, Braz Rodrigues de, 294.
 Ásia, 19, 44, 101, 103, 118, 152.
 Ássia, 118, 119.
 Astrologia, 246.
 Assunção (cidade-Paraguai), 34.
 ATAÍDE, Fernão Cabral de, 216.
 ATAÍDE, Vasco de, 83, 84.
 Ateus, 59, 168, 276.
 ATHAYDE, Álvaro de (inquisidor), 252.
 Atlântico (oceano), 16, 17, 20, 103, 108, 211.
 Atlântida, 16.
 Augsburg, 112.
 Áustria, 180.
 ÁUSTRIA, Catarina de (rainha), 180.
 AVEZAC, M. d', 77.
 ÁVILA, Garcia d', 361.
 AYOLAS, Juan de, 34.
 AZEVEDO, Affonso Vaz de, 248.
 AZEVEDO, Ignácio de (padre), 249.
 AZEVEDO, João Lucio de (historiador), 242, 341.
 AZEVEDO, Manuel de, 248.
 BAERLE, Gaspar von, ver BARLEUS, Gaspar.
 Bahia, 27-29, 34, 43-49, 51, 59, 75, 117, 133, 142, 144, 145, 147, 148, 172, 173, 175, 180, 184, 193, 199, 201, 203, 205, 214, 216, 221, 230, 232, 235, 238, 240-242, 248, 250, 252, 253, 255, 261, 264, 265, 283, 291, 298, 302, 303, 329, 341, 345, 347, 350, 357, 358, 361, 365, 370, 371, 373.
 Baía de São João, 187.
 Baía de Todos os Santos, 26, 126, 129, 142, 144, 195, 255, 285, 298, 367, 371.
 Baía da Traição, 230.
 BALLEUR, Jacques Le / LEBALLEUR, Tiago, 263, 264.
 Bandeirantes, 34, 37, 48, 49, 51, 60, 194, 251, 294, 295, 298, 299, 301, 302, 316, 341, 363, 364.
 Bandeiras, 34-36, 48, 53, 294-297, 299, 300, 302, 303, 338.
 BANDERA, Juan Alonso de la, 55, 314.
 BAPTISTA, Miguel, 134.
 Baramás, 118.
 BARBACENA, Visconde de, 364.
 BARBOSA, Frutuoso, 184.
 BARBOSA, João, capitão, 254.
 Barcelona, 169.
 BARLEUS, Gaspar (BAERLE, Gaspar von), 193.
 BARLO, Roger, 132, 133.
 BARO, Rouloux / Rolph, 30, 193, 194, 224.
 BARRAWELL, Henrique, 114.
 BARRÉ, Nicolas, 23, 107, 110, 111, 267.
 BARREIROS, D. Antonio (bispo), 242.
 BARRETO, Francisco, 361.
 BARRETO, João Nunes (padre), 24, 222.
 BARROS, Antonio Cardoso de, 145, 175.
 BARROS, Cristovão de, 134.
 BARROS, João de (cronista), 68.
 BARROS, Luis do Rego (capitão-mor), 335.
 BARROS, Pedro Vaz de, 298.
 Basururú (rio), 319.
 Batalhas, 23, 53, 58, 59, 178, 186, 231, 256, 263, 300; Batalhas de Escravização, 53; Batalha de Guararapes, 231; Batalha de Guaxenduba, 161; Batalha do Monte das Tabocas, 251.
 Batismo, 18, 20, 67, 81, 153, 200, 202, 214, 215, 220, 222, 228, 237, 239, 240, 245, 256, 262, 264, 285, 288, 297.
 BECK, Mathias, 50, 51, 362.
 Beira (provincia da), 190.
 Belém (cidade-Portugal), 86, 93.
 Belém, Nossa Sra. de (cidade), 27, 37, 48, 55, 59, 189, 191, 192, 238, 249, 306, 316, 318, 329, 332, 335, 374.
 BELIAGA, Isabel, 244.
 BELLEFOREST, François de, 163.
 BENCI, Jorge (padre), 39, 278, 341, 346, 347.
 BENZONI, Girolamo, 163.
 Berberia (África), 108, 113.

- BERINGEL, Francisco de, 254.
- BERREDO, Benardo Pereira de (governador), 27, 189.
- Bertioga / Beriguioca (fortaleza), 170, 256, 259, 265, 368.
- BETANCOR, Jorge de Lemos de, 352.
- BETENDORFF, João Felipe (jesuíta), 57, 268.
- BETTING, Geraldo, 302.
- BEZERRA, João, 249.
- BICHEREL, João, 81.
- Bilbao (cidade), 326.
- BISAGUDO, Pero Vaz, 92.
- BLASQUEZ, Antonio (padre), 216.
- Boiadas, 49, 356, 358.
- BOIS-LE-COMTE, 211.
- BOISSI, senhor de la, 263.
- BOLEES, Monsieur du, ver COINTA, Jean.
- Bolivia, 294.
- Bom Selvagem, 20, 83, 158.
- BORBA, Antonio Vaz / BASBARDO, Antonio de (ouvidor-geral), 324, 325.
- BORBA GATO, Manuel de, 364.
- BORDEL, Jean du / João, 263.
- BORGIA, Francisco de (padre), 250.
- BORGIA, Rodrigo, ver ALEXADRE VI (papa).
- BOTELHO, Diogo (governador), 190, 329.
- BOTELHO, Fuão, 270.
- BOURDON, Pierre / Pedro, 209, 263.
- BOXER, Charles R. (historiador), 363.
- Bracamoros (rio de), 312.
- BRAÇO DE FERRO ver ITAJUBÁ.
- Braga (cidade-Portugal), 46, 128.
- BRAGANÇA, Duque de, 338.
- BRANDÃO, Domingos da Costa, 253.
- BRAVO, Francisco, 254.
- BRIBIESCA, Jimeno de, 76, 78.
- BRIEVA, Domingos de (frei), 316, 317.
- Brill (cidade-Holanda), 322.
- BRITO, Antônio Guedes de (mestre de campo), 49, 357, 358.
- BROUWER, Hendrik (almirante), 193.
- Bruges (cidade), 95.
- Bruelas (cidade), 326.
- BUENO, Bartolomeu, 365.
- Buenos Aires (cidade-Argentina), 53, 303, 375.
- Bulas, 16, 17, 26, 65, 66, 68, 242; Bula da Cea, 242; Bula Dudum Siquidem, 68; Bula Inter Cetera, 17, 66, 68; Bula Romanus Pontifex, 16, 65, 66.
- Cabanagem, 38, 58, 60.
- CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez, 130.
- Cabo da Boa Esperança, 40, 84, 92, 94, 95, 109, 112, 118, 350, 373.
- Cabo Frio, 21, 22, 52, 116, 126, 128-130, 160, 211, 256, 266, 367, 373.
- Cabo do Norte, 352, 321.
- Cabo de Santo Agostinho, 75, 77, 138, 231, 232, 373.
- Cabo Verde (ilhas), 18, 40, 67, 68, 71, 72, 77, 83, 84, 92, 93, 103, 188, 308, 348, 350.
- CABOTO, Sebastián, 130.
- CABRAL, Fernão, 217.
- CABRAL, Pedro Álvares, 20, 21, 75, 77, 83, 84, 91, 93-95, 103, 125.
- Caça, 23, 24, 36, 37, 50, 57, 60, 79, 104, 113, 153, 157, 160, 162, 164, 173, 181, 196, 204, 206, 207, 210, 224, 227, 305, 309, 319, 331, 337, 354.
- CÁCERES, Miguel Serrano de, 314.
- Caciques, 208, 297, 298, 306, 308.
- Cádiz, 76-78.
- Caeté / Caeté / Cayté (sertão do), 51, 176, 187, 189, 365.
- Caípe (esteiro de), 134.
- Cajamarca (rio), 312.
- CALABAR, 293.
- Calicute, 91, 93, 95-97.
- Calvino / Calvinistas / Calvinismo, 23, 31, 107, 158, 163, 167, 250, 252-254, 259, 261, 263, 264, 266, 276.
- Camamu (rio de), 173, 184, 185, 202.
- CÂMARA, Antonio de Albuquerque da (coronel), 340.
- CÂMARA, Luis Gonçalves da (padre), 34, 290.
- Camaragibe (rio), 194, 362.
- CAMARÃO, Antonio Filipe / Philippe (capitão-mor), 25, 195, 196, 229, 230, 250, 251, 254.
- CAMARÃO, Diogo Pinheiro (sargento-mor), 229.
- Câmaras, 47, 77, 78, 122, 145, 146, 148, 180, 192, 202, 237, 238, 282, 298, 303, 353-355, 375, 376; de Belém, 238; de Salvador, 180; de São Luis, 238, 354; de São Paulo, 282.
- CAMARGO, Tomaz Lopes de, 366.
- Cambressive, 231.
- Cametá, 316.
- CAMINHA, Pero Vaz de, 20, 21, 83, 84, 91.
- CAMÕES, Luis de (poeta), 44.
- Campanhas Militares, 29, 177, 181, 190, 193, 194, 253, 275, 338, 340; Campanhas de Pernambuco, 253.
- CAMPOS TOURINHO, Pedro de / Pero de, 253.
- Camuci / Camoci, 275, 362.
- Camutá, 188, 189.
- Canadá, 36, 199.
- Cana-de-açúcar, 40, 43, 56, 109, 114, 144, 3333, 357, 358, 368, 371, 372.

- Cananéia (vila), 130, 177.
CANANÉIA, Bacharel de, 367
 Canárias (ilhas), 29, 68, 69, 72, 84, 92, 93, 103, 108, 126, 308.
CANAVAZES, Hyeronimo de (frei), 361.
 Canela (País da), 306, 307.
CAÑETE, Marquês de, 55, 310, 311, 312.
 Canibais / Canibalismo, 22, 23, 63, 82, 115, 325.
 Canuris (rio), 320.
CAPARA, Francisco Affonso, 245.
 Caperuzos (província dos), 312, 315.
 Capitânias: da Bahia, 144; do Ceará, 194, 224, 274, 335; do Espírito Santo, 28, 30, 145, 175, 177, 180, 242, 357, 365; Geral do Grão-Pará, 192, 337, 374; de Ilhéus, 28, 30, 173, 179, 181, 202, 245; de Itamaracá, 136, 138, 186, 248, 370; do Maranhão, 190, 239, 335; Pará, 56, 187, 239, 333, 334; da Paraíba, 186; de Pernambuco, 26, 138, 247, 248, 284, 339, 360, 361; do Piauí, 274; de Porto Seguro, 30, 173, 180, 181, 202; do Rio Grande, 186, 196, 224, 330, 339, 341; de Santana, 136; de Santo Amaro, 136; de São Paulo, 27, 240, 295; São Vicente, 27, 35, 123, 136, 179, 184, 220, 222, 240, 249, 256, 287, 289, 294, 368, 302, 358, 369, 373.
 Capitulações, 18, 73, 74, 76, 77, 78, 275, 317, 338.
 Capixa (serra de), 314.
 Capuchinhos, 23, 151, 161, 225, 226, 331, 373.
 Caracas (cidade), 324.
 Caraibas / Caraíbes, 167, 168, 169, 207, 212, 213, 215.
 Caramuru / Caramelú (Diogo Álvares), 34, 123, 176.
 Carari (povoação), 313.
 Caravelas (rio), 173.
CARDEAL, Hugo, 347.
CÁRDENAS, D. Gutierre de (comissário-mor), 69, 73.
CARDIGO, Pero (escrivão), 248.
CARDIM, Fernão (padre), 30, 38, 45, 46, 52, 53, 183, 184, 185, 242.
CARDOSO, Antonio Dias (sargento-mor), 252, 254.
CARDOSO, Jeronymo de Oliveira (procurador), 253, 254.
CARDOSO, Juan de Barros, 133.
CARDOSO, Matias / Mathias (bandeirante), 194, 338, 340.
CARDOSO, Raphael (padre), 252.
 Caribe, 75, 77, 199, 211, 323.
CARLOS IX / CHARLES IX (rei), 163, 166.
CARMEAU, Nicolau, 266.
 Carmo (ribeirão do), 364, 365, 366.
CARNEIRA, Anna, 242.
CARREIRA, João (notário), 252.
 Carta Régia, 30, 194.
CARTIER (ministro calvinista), 265, 266.
 Cartógrafos, 16, 103, 107.
CARVAJAL, Gaspar de (frei), 55, 307, 308.
CARVALHA, Lianor, 243.
CARVALHAL, Antonio de Olyveira do, 243.
CARVALHO, Alfredo de (historiador), 193, 224, 246, 247.
CARVALHO, Francisco, 243.
CARVALHO, Francisco Coelho de, governador, 187, 188, 324, 325, 326, 332, 334, 335, 353.
CARVALHO, Joaquim Barradas de (historiador), 91
CARVALHO, Martim (senhor de engenho), 134, 364.
 Casa da Casca, 51, 364, 365.
 Casa da Torre, 49, 357.
CASAL, Aires de, 84.
 Castanho, Gabriel, 253.
 Castela (reino), 30, 48, 66, 67, 69, 70, 73, 194, 198, 230, 240, 243, 253, 301, 303, 306, 313, 318, 327, 374.
CASTELO BRANCO / CASTELBRANCO, Fancisco de Caldeira de (capitão-mor), 186, 190, 191, 192, 332, 374.
CASTILLO, Bernal Diaz del, 198.
CASTRO, Caetano de Mello de (capitão-general), 339.
 Catequese, 26, 28, 31, 120, 161, 167, 174, 199, 200, 203, 233.
 Cathay, 103
 Cáucaso, 118.
CAVALCANTI, Antonio (capitão-mor), 334.
CAVENDISH, Thomas, 114.
 Ceará / Siara, 51, 56, 187, 193, 194, 195, 224, 231, 270, 274, 275, 292, 293, 329, 330, 335, 337, 354, 362.
 Ceilão, 113, 353.
 Cerimônias, 80, 153, 157, 159, 169, 188, 196, 223, 227, 244; eclesiásticas, 266; indígenas, 159, 169, 223; funerárias, 157; judaicas, 244.
CERVANTES, Gonçalo Gómes de, 76, 77, 78.
 Ceuta (porto), 65.
 Chachapoyas (povoação), 304, 305, 312.
 Chaco, 50.
 Charcas, 294.
 Chauveton, 163.
CHAVES, Manuel (Irmão), 369.
 Chile, 193, 314.
CHILLAN, Gaspar / **DILLON**, Jasper, 322, 323.
 China, 58, 353.
CHINARD, Gilbert, 163.
 Ciclo da Mineração, 52.
 Ciclo de Vida, 156.
 Ciências, 67, 68, 161, 215, 227, 246, 247, 354, 355.
 Cipango, 103.

- Cirigi, 217, 218.
 Citia, 161.
 Ciudad Real, 296.
 Civilização / Civilizações, 17, 19, 27, 31, 36, 38, 42, 49, 50, 57, 60, 173, 204, 346, 350; americana, 17; do couro, 49, 346; tropical, 36.
 CLAESEN, André, 195.
 CLEYNARTS, Nicolaus, 43.
 Coca (rio), 307.
 Cocama (rio), 312.
 Cochim (reino de), 96, 97.
 COELHO, Bento, 292.
 COELHO, Christovão, 248.
 COELHO, Domingos (padre), 252.
 COELHO, Duarte (donatário), 26, 44, 45, 50, 138, 139, 141, 144, 360, 370, 371.
 COELHO, Duarte de Albuquerque (donatário), 248, 250, 247.
 COELHO, Felissiano, 332.
 COELHO, Felix, 293.
 COELHO, Jorge de Albuquerque, 45, 371.
 COELHO, Manuel, 192.
 COELHO, Nicolau, 83, 84, 85, 86, 90.
 Coimbra, 53, 200, 246, 284, 286, 287, 345, 363.
 COINTA, Jean (Monsieur du Bolees), 265.
 Colégios: da Bahia, 199, 250, 347; de Coimbra, 286; de Jesus, 116, 263, 363; Jesuíticos, 117, 122, 369, 372; do Maranhão, 268; de N. S. da Luz, 271; do Pará, 268; de Pernambuco, 242, 252, 270; de Santo Antão, 355; de São Vicente, 262.
 Coleta, 24, 50, 204, 352.
 Coligny, 265.
 COLOMBO, Cristóvão / Cristovam, 16, 17, 19, 54, 66, 67, 68, 75, 83.
 Colônia do Sacramento, 53, 294, 375.
 Colonização: da Amazônia, 323; européia, 36; francesa, 199, 368; inglesa, 199; jesuíta, 26; moderna, 16; pia, 26; portuguesa, 91; de povoamento, 36.
 COLUM (reino), 96.
 Comércio, 22, 30, 35, 104, 112, 125, 163, 164, 126, 176, 186, 188, 189, 201, 238, 256, 266, 291, 320, 354, 359, 367; colonial, 22, 125, 359; exterior, 356.
 Companhia das Índias Ocidentais, 51, 194, 195, 251, 362.
 Companhia das Índias Orientais, 194.
 Companhia de Jesus, 19, 26, 31, 34, 35, 48, 57, 117, 120, 122-124, 133, 134, 175, 180, 181, 183, 185, 190, 202, 214, 216, 222, 235, 239, 245, 246, 250, 252, 254, 261, 268, 270, 271, 283-286, 296, 300, 302, 303, 318, 321, 326, 337, 341, 346, 347, 353, 368, 369, 374.
 Comunidades: evangélicas, 249; indígenas, 354, 367; mamelucas, 36, 26; morenas, 43; neo-brasileiras, 34; poligínicas, 35.
 Comutá, 321,
 Concubinas, 115, 155, 276, 282, 283, 285, 289, 299.
 Confederação dos Tamoios, 60, 215.
 Congo, 118, 246, 350.
 Conquista: da África, 292; da Amazônia, 322; de Angola, 114; do Maranhão, 301, 320, 329, 330; do Pará, 188.
 Consanguinidade, 154, 155, 219.
 Conselho das Índias, 56, 307, 318, 321, 327, 329.
 Conselho Ultramarino, 354.
 Contágios, 198, 199, 200, 201.
 Contratos, 66, 70, 163, 333.
 Contra-Reforma, 23, 263.
 Copaoba (serra do), 182, 183.
 Córdova (cidade), 69.
 CORRÊA, Gerônimo, 147.
 CORREIA, Aires, 85, 92.
 CORREIA, Pero (irmão), 24, 222, 369, 370.
 Corsários, 147, 183, 187, 295, 323, 352.
 Córsega (ilha), 69.
 CORSO, Juan (mestre), 312.
 CORTÉS, Hernán / Fernando, 186, 192, 198.
 CORTESÃO, Jaime (historiador), 84, 93, 282, 294, 295.
 Corupá, 57, 335.
 Corupatuba (rio), 323.
 Corupeba, 179.
 Corupi (povoação), 337.
 Corvos (serra dos), 272.
 COSA, Juan de la, 103.
 Cosmogonia Tupinambá, 211.
 Cosmografia, 103, 106.
 Cosmógrafos, 69, 103, 108, 300, 320.
 Cosmos (vila de), 45, 370.
 COSTA, A. Fontoura da (historiador), 91.
 COSTA, D. Álvaro da, 175.
 COSTA, Antônio da (sargento-mor), 27, 134, 192.
 COSTA, Bento da (piloto-mor), 317.
 COSTA, Cristovão da, 214.
 COSTA, Diogo da, 229.
 COSTA, Duarte da, 175, 180.
 COSTA, Estevam da (alcaide), 252.
 COSTA, Fernam da, 137.
 COSTA, Gonçalo da, 130.
 COSTA, Luiz da, 254.
 COSTA, Manoel da, 141.
 COSTA, Marcos da, 134.

- Couro, 49, 50, 206, 244, 262, 316, 356, 359.
- COUTINHO, Antonio Luiz Gonçalves da Camara (governador), 345.
- COUTINHO, Diogo, 79.
- COUTINHO, Francisco Pereira (donatário), 142, 143.
- COUTINHO, Luis Pereira, 293.
- COUTINHO, Manuel, 192.
- COUTINHO, Vasco Fernandez (donatário), 29, 144, 145, 180.
- COUTO, Domingos do Loreto (historiador), 293.
- Couvade, 156, 157.
- COVILHÃ, Pedro, 125.
- Crasto Verde (vila de), 137.
- Crenças, 18, 19, 20, 23, 31, 81, 89, 162, 167, 174, 211, 212, 213, 214, 216, 241, 246, 263, 266, 276, 324; arcaicas, 324; edênicas, 216; heterodoxas, 241; religiosas, 167; sacrilegas, 18; dos Tupinambá, 211.
- CRETICO, Giovanni Matteo, 93.
- Cristandade, 18, 26, 31, 65, 79, 81, 154, 180, 236, 239, 240, 268, 277, 284, 303, 334, 322.
- Cristão-Novo, 180, 237, 243, 372.
- Cristão-Velho, 242-245.
- Cronistas, 19, 20, 33, 44, 68, 75, 152, 172, 185-187, 193, 268, 290, 302, 307, 311, 317, 361, 364.
- Cruzada, 65, 178, 214.
- Cuba, 199.
- Cuchiguará (rio), 319.
- CUITLAHUA, 198.
- Cultos, 42, 65, 138, 231; afro-brasileiros, 42; divinos, 65.
- Cultura / Cultural, 15, 18, 27, 39-43, 46, 48, 49, 61, 104, 152, 156, 158, 161, 164, 187, 197-199, 203, 204, 211, 215, 219, 225, 235, 282, 289, 299, 328, 341, 345, 346, 354, 356; africana, 40; arcaica portuguesa, 42; brasileira, 40, 42, 43, 61; erudita, 42; de massa, 42; mestiça, 204; de subsistência, 39.
- Cumã, 155, 190, 332.
- CUNHA, Pero da, 361.
- Cunhadismo, 33-35.
- Cunhuá, 193, 195, 252.
- Curitiba (vila e cidade), 51, 358, 365.
- Currais, 49, 133, 135, 195, 236, 293, 295, 320, 356-358.
- Cururuípe (rio), 175.
- Cururupeba (ilha), 134.
- Cuzco, 306, 307, 318, 334.
- DALVARES, Fernam (tesoureiro-mor), 141.
- Danças, 24, 154, 157, 164, 169.
- Degredados, 21, 44, 84-91, 94, 147, 205, 247, 289, 372.
- Delft (cidade), 326.
- Demarcação, 69, 70, 72, 137-139, 319, 375.
- Depopulação, 28, 197.
- DESSA, Manuel de Sousa (capitão), 187, 188, 325, 329-331.
- Desterro (ilha do), 53.
- Deuses, 211, 212.
- DIAS, Antonio, 365, 366.
- DIAS, Bartolomeu, 83, 85-88.
- DIAS, Carlos Malheiro (historiador), 91.
- DIAS, Diogo (mercador), 88, 89, 243.
- DIAS, Francisco (alcaide), 247.
- DIAS, Henrique (capitão-mor), 251, 254, 293.
- Dieppe, 108, 227, 255, 330, 349.
- DILLON, Jasper, ver Chillan, Gaspar.
- Dinamarca, 323.
- Diplomacia / Diplomáticas, 68, 94, 237.
- Discurso Indígena, 226, 227.
- Divindades, 42, 212.
- Dizimos, 45, 47, 123, 139, 140, 143, 302, 333, 370, 371.
- Doce (rio), 51, 319, 364-366.
- DOMENECH, Joseph (padre), 297.
- Dominio / Dominação: colonial, 27, 117, 142, 156, 167, 174, 219, 220, 282, 295, 328, 329, 338; espanhol, 50, 54, 161, 241, 338, 353; holandês, 251; inglês, 322; português, 50, 177, 181, 185, 332, 349, 355, 360.
- Donatários, 46, 51, 53, 58, 146, 148, 152, 257, 370.
- Doutrina / Doutrinar, 30, 59, 60, 122, 123, 148, 155, 168, 200, 215, 236, 237, 257, 264, 265, 267, 275, 277, 283, 284, 286, 288, 290, 291, 300, 342, 348, 369.
- DRAKE, Francis / DRAQUE, Francisco, 323, 324.
- Drogas da Mata, 57, 58, 76, 77, 333, 346, 352-355.
- DUARTE, Baltazar (padre), 341.
- DUARTE, Gonzalo, 315.
- DUGAY-TROIN, René, 107.
- Dunkerque (cidade), 326.
- DU PONT, Senhor, 265.
- Durt (cidade), 326.
- Ecologia / Ecológico, 27, 28, 32, 38, 60.
- Economia / Econômico, 16, 25, 39, 49, 50, 58, 66, 120, 174, 197, 198, 204, 219, 281, 289, 295, 341, 346, 347, 350, 356, 358, 360; doméstica, 204; da pobreza, 16; de subsistência, 295.
- Egito, 118.
- Eldorado / El Dorado, 55, 306, 310-312.
- Encabelados (provincia dos), 317.
- Enciclopedistas, 20.
- Encomienda, 321.
- Endogamia, 219.
- Enfermidades, 28, 57, 157, 162, 198-201, 246, 262, 330, 336, 365.

- Engenhos de açúcar, 25, 26, 28, 39-41, 45, 46, 49, 50, 114, 116, 121, 123, 124, 133-135, 138, 139, 144-146, 172, 173, 175, 176, 179, 184, 185, 199, 202, 214, 223, 302, 303, 336, 337, 345, 347-350, 356-358, 361, 370-372, 374.
- Entre Doiro, 88, 91.
- Epidemias / Endemias, 28, 197-199, 201-203, 211.
- Equador, 109, 275.
- ERASMO DE ROTTERDAM, 19.
- Ervas, 38, 76, 80, 84, 109, 171, 209, 262, 309, 315, 353, 368, 371, 374; erva-mate, 38; ervas medicinais, 209.
- Escambo, 22, 130, 186, 356.
- ESCOLAR, Pero (piloto), 84, 92.
- Escravidão, 18, 22, 28, 40-42, 60, 185, 299, 302, 347.
- Escravidismo Colonial, 120.
- Escravos, 15, 17, 21, 22, 25-29, 31, 32, 35, 36, 39-43, 45, 47, 50, 51, 58-61, 76, 77, 111, 114, 115, 121, 123, 126, 127, 129, 130, 133, 134, 138-140, 155, 156, 161, 172-174, 176, 177, 181, 182, 184, 186, 190, 201, 202, 214, 216-218, 220, 221, 226, 228, 235-240, 242, 245-248, 251, 253, 254, 256, 260-262, 265-267, 271, 276, 281-290, 292, 293, 296-298, 303, 305, 320, 325, 336-339, 341, 346-351, 353-355, 366, 367, 370; forros, 26, 140, 284.
- Espanha, 17, 27, 44, 54, 56, 65, 66, 68, 75, 77, 94, 106, 108, 113, 130, 133, 187, 286, 299, 301-303, 305, 307, 309, 311, 312, 314, 315, 317-319, 321-326, 350, 351, 359, 361, 371, 372.
- ESPINHOSA, Francisco Bruza de, 364.
- Espirito Santo (capitania), 28, 30, 115, 122, 144, 145, 177, 178, 180, 184, 199, 221, 242, 252, 297, 300, 357, 365.
- Essequibo / Sequive, 326.
- ESSOMERICQ / ESSOMERIC (índio), 79, 81.
- Estados Unidos, 28, 36.
- Estremoz (vila-Portugal), 245.
- Etiópia, 94, 108, 125.
- Etnia / Étnico, 16, 38, 40-42, 57, 61, 292, 294.
- Etnocídio, 28, 174.
- Etnografia, 21.
- Etnologia, 161.
- Eufrates (rio), 118, 119.
- Europa, 22, 28, 36, 43, 50, 65, 66, 79, 101, 103, 112, 113, 126, 154, 158, 159, 167, 170, 198, 201, 204, 206, 208, 209, 211, 263, 270, 276, 286, 350, 359, 368, 372.
- Evangelho, 86, 90, 209, 238, 249, 265, 302.
- Evangelização, 31, 59.
- Évora, 141, 298.
- EVREUX, Yves d', 23, 24, 151, 152, 161, 282.
- Exércitos, 182, 184, 198, 224, 181, 264, 319, 325.
- Expansão, 16, 18, 36, 48-50, 53, 54, 59, 60, 65, 69, 77, 174, 204, 219, 294, 295, 299, 302, 328, 329, 360, 364; Árabe, 360; bandeirante, 364; brasileira, 48; colonial, 77, 295; do cristianismo, 65; europeia, 16, 18, 360; ibérica, 18; pastoril, 49; paulista, 36;
- Expedições, 17, 21, 36, 55, 48, 51, 57, 67, 75, 77, 83, 91, 93, 94, 107, 116, 125, 130, 133, 136, 138, 163, 181, 187, 191-193, 255, 271, 275, 289, 294, 299, 306-308, 310, 311, 316-318, 322, 324, 328, 349, 352, 360, 362, 364, 367; colonizadoras, 83; comerciais, 112; espanholas, 75; estacionais, 56; portuguesas, 83, 216.
- Exportação, 35, 204, 289, 347, 352, 356.
- Exterminio, 26-28, 30, 31, 60, 175, 178, 179, 184, 187, 193, 194, 197, 198, 203, 247, 274, 275, 338, 354.
- FALCÃO, Simão (capitão), 181.
- FARAS, Mestre Johan, 20, 84, 91, 92.
- FARIA, Antonio de, 243.
- FARIA, Bastiam de, 242, 244-246.
- FARIA, Francisco de, 254.
- FARIA, Manuel Severim de, 292.
- FARIA, Sebastião de, 133.
- FAVELA, Pedro da Costa (tenente-general), 188, 192, 324, 325, 335.
- Febres, 81, 108, 109, 111, 133, 174, 197-199, 201, 262, 264, 361, 364.
- Feiticeiros / Feitiçarias, 23, 44, 47, 122, 167, 182, 183, 196, 197, 200, 214, 215, 242, 245, 257, 269, 274, 276, 317.
- Feitorias, 17, 30, 43, 95, 128, 129, 138, 255, 322, 323, 332, 367, 368; de Itamaracá, 255; de Mariocay, 368; de Maturu, 368; de Nassau, 323, 332, 368; de Orange, 323, 332, 368; de Taurege, 323.
- FELIPE II (rei), 133, 311.
- FELIPE III (rei), 322, 336.
- FELIPE IV (rei), 56, 322, 323.
- FERNANDES, Caterina, 245.
- FERNANDES, Domingos, 244.
- FERNANDES, Duarte (escrivão), 126, 128.
- FERNANDES, Guiomar, 246.
- FERNANDES, Jorge, 246.
- FERNANDES, Miguel, 244, 254.
- FERNANDES, Pedro, 134, 245.
- FERNANDES, D. Pedro (bispo), ver SARDINHA, Pedro Fernandes.
- FERNANDO, D. (rei), 66, 69, 70.
- FERREIRA, Carlos (capitão-mor), 292.
- FERRER, Rafael (padre), 321.
- FERRUFINO, Juan Baptista (padre), 301.
- Fertilidade da Terra, 79, 104, 110, 251, 375.
- FIGUEIRA, Luiz (padre), 30, 58, 187, 250, 270, 271, 275.
- FIGUEIREDO, Jorge de (donatário), 144.
- Figueiró dos Vinhos (vila-Portugal), 100.
- FILICAYA, Baccio de, 212.
- Filosofia, 164, 212.
- FLAMENGO, Henrique, 249.

- Flandres, 95, 208, 274, 371.
- FLORES, Diogo (general), 30, 184.
- Floresta Atlântica, 49; Tropical, 38, 48, 152.
- Flórida, 107, 211.
- Flushing (cidade), 322, 323.
- Fomes, 26, 30, 47, 58, 122, 176, 177, 184, 186, 197, 198, 201-203, 209, 217, 259, 269, 272, 273, 276, 288, 298, 300, 307-309, 334, 335, 353, 365.
- FONSECA, Antonio da, 249.
- FONSECA, Balthasar da, 253, 254.
- Fortalezas, 17, 26, 52, 53, 56, 59, 67, 108, 121, 132, 142, 143, 145, 146, 159, 175, 178-180, 191, 192, 226, 227, 256, 259, 264, 265, 270, 273, 277, 288, 292, 300, 321, 326, 329, 333, 334, 336, 361, 374, 375; de Bertioga, 256, 259, 265; do Ceará, 275; do Gurupá/Curupá, 192, 270, 300; do Rio Grande, 329; de São Felipe, 333; de São Francisco, 333.
- Fortes, 51, 56, 109, 170, 178, 181, 182, 184, 186, 188, 189, 195-197, 227, 232, 265, 323, 326, 327, 329-331, 334-336, 367, 375; de Bertioga, 170, 368; de Coligny, 265, 267; do Presépio, 329, 332; de São Jorge, 186; de Shoonenburch, 51, 362; de Tapicuru, 333; Teherégo/Torrego, 56, 323, 325.
- França, 22, 69, 79-82, 101, 108, 110, 111, 156, 165, 168, 179, 206, 211, 227, 247, 255, 258, 259, 263, 266, 267, 276, 291, 326, 330, 331, 350, 372, 373.
- França Antártica / France Antarctique, 107, 110, 111, 158, 163, 211, 216, 263.
- França Equinocial / France Equinoxiale, 151, 160, 161, 187, 323, 328.
- Franciscanos, 211, 225, 316, 372.
- FRANCISCO I (rei), 255.
- FRANCISCO, Gaspar, 253.
- FRANCO, João Duarte (capitão), 192.
- FREIRE, Alexandre de Souza (governador), 375.
- FREITAS, Rodrigo de (padre), 124, 248.
- Frente Pastoral, 356.
- Fronteiras, 44, 48, 53, 54, 56, 59, 138, 139, 187, 257-259, 261, 299, 301, 318, 326, 333, 339, 357.
- FUGGER, casa financeira / Jacob, 112.
- Fundações, 23, 25, 27, 34, 57, 136, 200, 240, 294, 329, 332, 335, 352, 367, 368, 373.
- Gado, 49-51, 196, 244, 289, 309, 330, 336, 337, 340, 350, 352, 356-358.
- GAFFAREL, Paul, 201.
- Galícia / Galiza, 69, 198.
- GAMA, Vasco da, 44, 65, 83, 94, 95.
- GANDAVO, Pero de Magalhães, 24, 289, 304, 311.
- Ganges (rio), 96, 118, 119.
- GARCIA, Rodolfo (historiador), 185, 241.
- GARDIEN, João, 266.
- Garimpagem, 360.
- GARTSMAN (tenente-coronel), 194, 195, 224.
- Gaúchos, 50, 53, 60, 359.
- Genebra, 158, 276.
- Genipapo / Jenipapo (rio), 244, 320, 323.
- Genocídio, 28, 174.
- Geopolítica, 299, 307.
- Gerações: de índios, 50, 122, 123; de mamelucos, 282; de normandos, 81; de portugueses, 26; de povoadores, 44.
- Gibraltar, 69, 108, 113.
- GÓES / GÓIS / GUOES, Luis de, 52, 248, 372, 373.
- GOIS, Caterina de, 244.
- GÔMARA, Francisco Lopez de, 163, 198.
- GOMES, Aires (donatário do Maranhão), 90.
- GOMES, Duarte, 183.
- GOMES, Francisco, 129, 248.
- GONÇALVES, Domingas, 245.
- GONÇALVES, Heitor, 244.
- GONÇALVES, João (padre), 199.
- GONÇALVES, Maria (Arde-lhe-o-rabo), 245.
- GONÇALVES, Margarida, 244.
- GONÇALVES, Simão (Irmão), 285.
- GONNEVILLE, Binot Paulmier de (capitão), 22, 78, 79, 81, 107, 255.
- GONSALVES, Pero Luiz (padre), 269.
- GOUEVA, Cristovão de (padre), 183.
- GOUEIA, Antonio de (padre) / ver PADRE DO OURO, 31, 246-249.
- GOUEIA, Francisco da Fonseca e (capitão), 192.
- Governo, 27, 34, 56, 80, 118, 142, 177, 180, 186, 187, 189, 192, 194, 197, 199, 256, 285, 296, 303, 317, 325, 342, 353; civil, 376; dos escravos, 341; espiritual, 239; do gentio, 237; Geral, 338; dos índios, 27, 240; do Pará, 321; político, 354, 373; de Popayan, 318.
- GRÃ, Luis da (padre), 123, 242, 263-265.
- GRÃ, Pero da, 248.
- Granada (reino de), 66, 67, 69-71, 73, 75, 77, 78, 311, 322.
- Grão-Pará / Grampará, 27, 30, 185-187, 189, 192, 238, 239, 270, 299, 317, 321, 326, 328, 329, 337, 352, 374.
- GRICIO, Gaspar de, 77, 78.
- Guairá, 34, 48, 294-296, 299, 301-303.
- Guajarã (rio), 374.
- Guamá (rio), 191, 374.
- Guanabara (baía da), 107, 109-111, 177, 178, 212, 256, 263, 265, 367.
- Guanuco (provincia de), 312.
- Guaporé (rio), 53, 299.
- Guarapiranga (barra de), 366.
- Guatapu, 337.
- Guaxenduba, 161.

- GUERRA, Gregório de Mattos, 46, 345, 346.
- Guerras, 23, 24, 26-31, 34, 36, 37, 49, 56, 58, 59, 66, 68, 80, 95-97, 104, 108-111, 113, 115, 120, 121, 142-145, 147, 154, 157, 162, 165-168, 170, 174-176, 179-181, 183-189, 191-196, 201, 203, 205-207, 209, 213, 214, 217, 218, 220, 221, 226, 229, 230, 236-238, 242, 244, 248, 250, 253-255, 257, 258, 260, 262-266, 272-275, 288, 290, 291, 296, 298, 300, 303, 305, 309-314, 317, 320, 322-326, 329-333, 335, 336, 338-340, 342, 346, 354, 363, 371, 373, 374; dos Bárbaros, 193, 338; biológica, 28; de conquista, 332; de extermínio, 27, 28, 30, 247, 274; dos Ilhéus, 175; Justas, 26, 49, 121, 238, 258, 298, 340, 342; do Maranhão, 30, 275; de Mem de Sá, 28, 181; da Paraíba, 185; religiosas, 264; Santas, 255.
- GUERREIRO, Fernão (padre), 26, 27, 185.
- Guianas, 48, 75, 160, 323, 326.
- GUILLEN, Filipe de, 180, 181.
- Guiné, 28, 45, 65, 66, 69, 70, 73, 109, 123, 126, 127, 182, 203, 243, 245, 246, 253, 254, 292, 350, 353.
- GUINZEL, Joam / GUEDES, João (padre), 27, 341, 342.
- Gurupá, 269, 270, 299, 300, 332, 355, 368.
- Gurupi (rio), 186, 191.
- GUSMÃO, Alexandre (jesuíta), 268, 347.
- GUSMÃO, D. Luiza de (rainha), 30, 194.
- GUZMÁN, D. Fernando de, 55, 311, 313, 314.
- Haia (cidade), 231, 237, 251, 326, 338.
- Hamburgo, 253.
- HARLAY, Nicolas de, 373.
- HARO, Christovão de (armador), 112.
- HARO, Nuno de (armador), 112.
- Havre (cidade e porto), 108, 267, 331.
- HAWKINS, 116.
- HENAO, Alonso de, 315.
- HENDERSON (tenente-coronel), 48, 193.
- HENRIQUE, frei, 86, 90.
- HENRIQUE, D. (príncipe), 16, 17, 19, 44, 65.
- HENRIQUE II (rei), 108, 266.
- HENRIQUES, D. Henrique (mordomo-mor), 69, 73.
- Hereges / Heresias, 18, 19, 31, 59, 139, 175, 178, 193, 214, 231, 241, 247, 251-253, 263-266, 270, 275, 276, 323, 326, 340, 354.
- HERIARTE, Maurício de, 56, 57, 335, 374.
- HERNÁNDEZ, Pedro, 314.
- HERRERA, Antonio de (cronista), 75.
- História: da Amazônia, 310, 316; americana, 60; das Bandeiras, 282, 294, 295; do Brasil, 78, 112, 120, 125, 126, 185, 246, 255, 265, 338, 361, 373; colonial, 189, 274, 295, 368; da conquista, 174, 198; do Estado do Maranhão, 27, 189, 226; do Evangelho, 86; das Índias Ocidentais, 208; portuguesa, 54; Sagrada, 355.
- Holanda, 56, 69, 101, 249, 251-254, 276, 322, 323, 325, 326.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (historiador), 19, 117, 195, 230, 292.
- HOMEM, João, 361.
- Homo Ferus, 83.
- Huallaga (vale de), 304.
- Huanuco, 304.
- Huguenotes, 107, 322.
- Humanidade, 16, 19, 23, 28, 37, 44, 49.
- HUMBOLDT, Alexandre de, 112.
- Ibéria, 18, 43.
- Ibiapaba / Iguapaba (serra do), 58, 59, 187, 270-276, 337.
- Idade de Ouro, 164, 363.
- Idades (Graus), 152-154, 156, 159.
- Idolatrias / Idólatras, 20, 90, 104, 167, 169, 230, 317.
- Igaraçu / Igarasu (rio e vila), 138, 251, 370.
- Igrejas: da Bahia, 202; de Bom Jesus, 29, 176; Católica, 259; Cristã, 245; do Espírito Santo, 175, 201; Nossa Senhora da Esperança, 218; Nossa Senhora das Neves, 134; Nossa Senhora da Piedade, 133, 134; Nossa Senhora do Rosário, 134; Nova Jerusalém, 216; Reformada, 265, 266; de Santo André, 29, 176; de Santo Antônio, 29, 134, 176, 201, 216; de Santiago, 175; de São Bartolomeu, 133; de São João, 135, 175, 201, 216; de São Paulo, 175, 201, 202, 217; de São Pedro, 29, 176; de São Sebastião, 133, 175; de São Tiago, 201; de São Tomé, 218.
- Iguaçu (rio), 296, 357.
- Iguape, 191.
- Ilha do Fogo, 77.
- Ilhas Fortunadas, 103.
- Ilha Grande, 115.
- Ilhéus, 28-30, 173, 175, 179, 181, 184, 201, 202, 245.
- Incarenigi, 194, 197.
- Incesto, 24, 219, 235, 236.
- Indianidade, 22, 23, 25.
- Índias, 17, 20, 30, 40, 45, 56, 65-69, 76, 77, 79, 81, 83, 84, 92, 93, 95, 118, 119, 122, 125, 138, 194, 209, 243, 253, 265, 303, 306, 313, 317, 318, 322, 325, 330-332, 348, 353, 369-371, 373, 374, 326; Ocidentais, 40, 57, 81, 109, 194, 208, 251, 336, 350, 351, 362, 373; Orientais, 17, 65, 69, 79, 83, 103, 109, 194, 230, 281, 292, 323, 349, 350, 360, 372.
- Índico (oceano), 349.
- Índios: agricultores, 36; Brasis / Brasiles / Brazis, 27, 55, 185, 242, 312, 313, 315; de Corso, 57, 336, 337, 339; Forros, 28, 57, 201, 216, 217, 240, 248, 284, 296, 336; Principais: Acajuy, 271; Aimbiré / Aimbirem, 219, 220, 256; Amaro, 191; Amunijú-Pitanga, 362, 363; Apária, 309; Araguaçu, 220; Arara, 195; Arosca, 80, 81; Cay Obiy, 220; Cobra Azul, 274; Cunhambebe / Cunhambeba / Cunhãbêba, 211, 220, 256, 260; Diabo Grande, 273; Diabo Ligeiro, 273; Essomericq / Essomeric, 22, 79, 81; Francisco Aragiba, 362; Francisco Caraya, 51, 362; Grande-Arraia, 155; Grande-Brasil, 155; Guainumbi, 115; Guaraci, 51, 362; Jacaina, 329, 330; Japi-açu / Japi-Ouassou, 25, 154, 226-228; Mandubi, 195;

- Momboré-uacu, 25, 226; Morrangao, 175; Muroti, 194-196; Namoa, 81; Nhanduí, 193; Paraguaçu, 34; Pinacama, 182; Pindobuçú, 257-260; Tamandiba, 220; Taragoaj, 221; Tatavrana, 297; Tayaoba, 297; Vvajapeba, 196; Vvanjupu, 196, 197;
- Nações: Aimoré / Aymorés / Guaimurés, 114, 172, 173, 180, 181, 184, 202; Amais, 186; Andurás, 186; Apigapigtanga, 184; Ararape, 184; Araucanos, 30, 194; Aruan / Arrua, 56, 187, 271, 324; Caeté / Cayté / Caaeté, 28, 175, 177, 184, 247, 274, 371; Caretíu / Caretius, 339; Caribes, 315; Carijós, 121-123, 184, 222, 287, 290, 365, 368; Cário, 34; Chané, 299; Chiquito, 299; Chiriguano, 299; Conomonas, 318; Cururisos, 336; Gato, 177; Goitacá, 114; Guacarás, 320; Guaicurú, 50; Guaitaká, 266; Guajajaras / Guajayaras / Guajaijaras, 186, 336; Guaracaio, 184; Guarani, 34, 57, 79, 121, 222, 282, 358; Guayaná / Guaianases, 114, 115, 368; Gunarús, 318; Iguaranas, 57, 336; Imanajazes, 336; Itati, 184; Janduí / Jandois / Jandeus / Yandois (Otshukayana), 30, 193-196, 224, 225, 338-340; Jeicó / Eycos, 339; Juruma, 269; Mapuazes, 186; Margaiás, 110, 160, 167, 168, 266; Marianas, 318; Mariquitá Tapuia, 114; Mojo, 299; Morúas, 318; Muriapigtanga, 184; Naumas, 318; Nhuanas, 186; Omaguas, 318; Orizes / Ori, 225; Oroatisos, 336; Otshukayana, 193, 224; Ouitachas, 110; Ouyamas, 110; Ozuanas, 318; Paiacú / Piacus, 196, 338-342; Pirapes, 186; Potiguara / Potyguara / Potiguar / Pitiguar, 25, 30, 114, 177, 181-184, 189, 229, 250, 337; Procazes / Porcães / Porções / Porus, 225; Puris, 115; Serranos, 37, 300; Tabajara / Tobajara, 57, 58, 270, 275, 336, 337; Taconhapés, 57, 269; Taguais, 320; Taliarbas, 110; Tamoio / Tamuya / Tamújos, 30, 60, 170, 178, 184, 215, 216, 219-221, 256, 259, 261, 262, 265; Tapajós / Tapajozes, 192, 320; Tapuias / Tapuyas, 27, 30, 37, 48, 56-58, 173, 184, 187, 190-196, 224, 225, 271-274, 276, 293, 299, 329, 330, 336, 362, 368, 374; Temiminó / Tegmeminó, 114, 184, 221; Tipunas, 318; Tremenbees, 362; Tupi, 35, 38, 40, 41, 46, 48, 57, 156, 172, 177, 187, 199, 204, 215, 221, 223, 225, 250, 257, 259, 270, 271, 274, 281, 282, 289, 297-299, 304, 311, 324, 360; Tupiguacae, 30, 184; Tupinambá / Tapinambás / Topinambais / Tupinaba, 22, 24, 25, 30, 33, 57, 114, 143, 144, 151, 152, 155, 156, 158, 159, 167, 168, 184, 186, 187, 190-192, 197, 199-201, 203, 205, 206, 208, 209, 211-214, 219-223, 226, 266, 270, 274, 282, 291, 319, 320, 332, 336, 374; Tupiniquim / Tupinaquim / Topenequim, 29, 30, 143, 144, 167, 173, 175, 179, 181, 184, 202; Uriú / Vrius, 339; Viatã, 30, 184; Yanomami, 59.
- Indústrias, 76, 339, 354, 369.
- Inglaterra, 31, 56, 69, 108, 114, 248, 252, 276, 322-324, 326.
- Inquisição, 31, 47, 180, 215, 238, 241, 242, 246-249, 251, 252, 291, 372.
- Intérpretes, 20, 30, 83, 107, 110, 111, 130, 151, 156, 159, 163, 166, 168-170, 191, 193, 211, 219, 222, 224, 227, 264, 266, 273, 274, 286, 301, 325, 326, 348, 367, 369.
- Iperoig, 215, 220, 255-257, 259, 261.
- IRALA, Domingo Martínez de, 34.
- Irlanda, 56, 323, 324.
- ISABEL, D. (rainha), 66, 69, 70.
- ITAJUBÁ (Braço de Ferro), 156.
- Itália, 118, 247, 323, 346, 368.
- Itamaracá / Tamaracá (capitania), 136, 138, 181, 186, 230, 247, 248, 255, 370.
- Itanhaen / Itaíne, 262.
- Itaparica / Taparica (ilha), 143, 179, 195, 201.
- Itapicuru / Itapeconú (rio), 176, 186, 336.
- Itapitanga (ilhéu), 134.
- Itarema (monte), 51, 362, 363.
- Itaverava (povoação), 51, 365.
- JABOATÃO, Antônio de Santa Maria (religioso e historiador), 44.
- Jacobinas, 357, 358.
- JACOME, Diogo (irmão), 286, 287.
- JACQUES, Cristovão / JAQUES, Christovam, 138, 255.
- Jaguaribe (rio), 224, 271, 274, 329, 339, 340.
- Jaguarig, 176.
- Jaguaripe (fazenda), 133, 179, 216, 243, 361.
- JAMES (rei), 324.
- Japacé (fazenda), 217.
- Japão, 28, 268.
- Japurá, 294.
- Jarcia (povoação), 315.
- Jari (rio), 368.
- Jauja, 304.
- Jequericá, 133.
- Jequitinhonha (rio), 364.
- JESANE, Enrique, 82.
- Jesuitas, 23, 26, 27, 29, 31, 35, 36, 38, 44, 49, 57-60, 120, 133, 142, 161, 172, 174, 175, 178, 187, 194, 199, 214, 215, 220, 223, 235, 237, 238, 242, 246, 247, 249-251, 256, 263, 268, 270, 275, 282, 284-286, 292, 295, 299, 301, 318, 341, 346, 347, 353, 358, 359, 364, 372.
- JESUS, Raphael de (frei), 193, 224.
- Joane (rio), 175.
- JOÃO II, D. (rei), 68-70, 73, 74, 125.
- JOÃO III, D. (rei), 26, 27, 52, 55, 136, 138, 142, 180, 185, 255, 304, 372.
- JOÃO IV, D. (rei), 58, 194, 237, 238, 251, 275, 299, 338, 353.
- JOS, Emiliano (historiador), 311.
- Judeus, 18, 43, 59, 83, 237, 238, 243, 244, 249, 253, 254, 276, 372.
- Junipará, 227.
- KEMPINS (ministro), 362, 363.
- KNIVET, Anthony, 22, 114.
- LA RAVARDIÈRE, senhor de (Daniel de La Touche), 151, 160, 373, 374.
- LAETH, João (Jean de Laet), 322.
- LAFAlA, João de, 253.
- LA FON, André (André Lafon), 263.
- LAFORTUNE, ver LHOME, Tiago.
- Laguna (Santa Catarina), 138.

- LAINES, Diogo / LAYNEZ, Diego (padre), 263.
 LAMARE, André de, 81.
 LANCASTRO, João de (governador geral), 341.
 Lavoura, 24, 34, 37, 44, 238, 270, 357.
 LE TESTU, Guillaume (piloto), 107.
 Leão (reino), 66, 67, 69, 70-73.
 LEÃO, Francisco Mendes de, 248.
 LEDO, Bartholomeu, 248.
 LEFEBVRE, Nicole, 79, 81, 82.
 Leis: 17, 23, 26, 44, 49, 54, 59, 66, 104, 110, 113, 115, 121, 140, 141, 146, 154, 155, 157, 159, 164, 177, 186, 213, 218, 238-240, 243, 254, 274, 276, 285, 345, 346; dos Bastardos, 154; de Deus, 218, 227, 245, 277, 298, 348; evangélicas, 175; humanas, 374; da Igreja Reformada, 266; de Moisés, 244, 252, 253; Lei natural, 26; Reais, 186; religiosas, 357; Lei Velha, 347.
 LEITÃO, Jorge, 248.
 LEITÃO, Martim (ouvidor-geral), 181, 182.
 LEITÃO, D. Pedro (bispo), 247, 248, 265, 373.
 LEITÃO, Thomaz, 248.
 LEITE, Serafim (historiador), 250.
 LEPE, Diego de, 21, 54, 75, 77, 78.
 LÉRY, Jean de, 23, 107, 152, 158, 159, 163, 167, 201, 206, 208, 263, 265.
 LEVILLIER, Roberto, 103.
 Leyde, 251.
 LHOME, Tiago / LAFORTUNE, 82.
 Liberdade Indígena, 237, 238, 268, 303, 320, 341, 347.
 Líbia, 161.
 Lima (cidade), 312, 318, 334.
 LIMA, D. Francisco (bispo), 37, 298.
 LIMA, João Lopes, 366.
 LINDO, Isaac, 249.
 LÍNGUA: Aruan/Arua, 56; brasilica, 160, 258, 259, 270, 363, 365; espanhola, 264; franca, 282, 299; francesa, 258; indígena, 36, 57, 113, 152, 153, 155, 157, 159, 165, 170, 171, 175, 182, 184-188, 193, 211-213, 225, 228, 240, 244, 246, 249, 250, 266, 282, 286, 291, 301, 317, 325, 326, 328-320, 334, 369, 371; intérpretes, 37, 57, 130, 147, 187, 193, 222, 269, 270, 286, 299, 305, 313, 315, 319, 329, 364; língua geral, 37, 38, 57, 269, 282, 299, 317, 320; Nheengatu, 38, 282, 299; portuguesa, 299; sacra, 264; Tupi, 38, 46, 48, 79, 187, 250, 271, 282, 299.
 Linguística, 38/39, 41, 193, 268.
 Lisboa, 20, 26, 31, 35, 43, 44, 48, 51, 56, 68, 71, 79, 84, 91-95, 97, 103, 105, 113, 117, 125, 126, 140, 183, 187, 189, 194, 225, 238, 242, 243, 245, 247, 249, 251, 252, 270, 290, 296, 303, 304, 307, 325, 345-347, 352, 354, 361.
 Literatura, 19, 52, 152, 156, 163, 164; utópica, 19.
 Livro da Nau Bretoa, ver Nau Bretoa.
 LOBO, Antonio Correia, 192.
 LOBO, D. Manuel (governador), 375.
 Loire / Loyre (rio), 108, 206.
 Londres, 252, 323, 326.
 LOPES, Afonso (piloto), 85.
 LOPES, Manuel, 248.
 LOPES, Simão, 249.
 LOPEZ, Villante, 243.
 LORONHA, Fernão de, 21, 125, 126.
 LOURENÇO, Braz (padre), 285.
 LOURENÇO, Gaspar (padre), 202, 216, 217.
 LOURENÇO, Silvestre (padre), 248.
 LOYOLA / LOIOLA, Inácio de, 23, 200, 285, 286.
 Luanda, 40, 348.
 Luca (Itália), 346.
 LUCENA, padre, 19, 118.
 Lucros, 17, 39, 51, 54, 61, 82, 238, 358, 359, 366.
 LUSITANO, Zacuto (doutor), 253.
 Luterano / Luteros / Luteranismo, 31, 116, 248, 258, 264, 276.
 Luxemburgo, 268.
 Macapá (rio), 332, 368.
 Macaripe (porto), 330.
 MACEDO, Gaspar de Freitas de (capitão), 190, 191.
 MACEDO, Jorge Soares de (tenente), 375.
 MACHADO, Alcântara (historiador), 301.
 MACHADO, Vasco, 248.
 Machifaro (provincia), 54, 304, 305, 313.
 Madeira (rio), 108, 299, 319, 372.
 Madre de Dios (rio), 194.
 Madri, 53, 56, 307, 308, 318.
 MESTRE JOHAN, ver FARAS, Mestre Johan.
 Magalhães (estrito de), 114, 167, 319.
 MAGALHÃES, Fernão de, 255, 367.
 Maicuri (rio), 323.
 Maiorca, 69.
 MAIRE / MAIRE-MONAN, 212, 213.
 Malabar, 83.
 Malaca / Malacca, 113, 118.
 Malária, 197.
 MALDONADO, Rodrigo (doutor), 69, 73.
 MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão (historiador), 238.
 Maliapor (cidade), 96.
 Malta (ilha), 160.

Mamelucos / Mamalucos, 26, 31, 33-37, 39, 41, 42, 48, 49, 52, 54, 57, 201, 217, 218, 235, 242, 244, 249, 251, 252, 281, 282, 289-295, 298, 304, 329, 330, 338, 346.
MANCEL, Colas (marinheiro), 82.
MANCILLA, Justo (padre), 35, 296, 298.
Mandioca, 25, 36, 38, 47, 122, 123, 131, 132, 159, 184, 205, 207, 227, 259, 263, 272, 291, 313, 318, 319, 337, 350, 357, 358, 370.
Mandiutuba, 368.
Manicuri (provincia), 313.
MANSO, Antonio, 192.
Mantiqueira (serra da), 364.
MANUEL I, D. (rei), 20, 91, 93-95, 125.
MAQUIAVEL, N., 168.
Maracanã (rio), 337.
Maracú (rio), 186, 336.
Maragoaba (monte), 51, 362.
Marajó (ilha), 187, 271.
Maranguape, 362.
Maranhão, 23, 25-27, 30, 48, 54, 56-59, 138, 151, 152, 155, 156, 181, 185-191, 193, 226, 227, 237-239, 268, 270, 272-275, 277, 289, 298, 299, 301, 303, 316, 317, 320, 321, 325, 326, 328-335, 337, 338, 341, 352-357, 361, 368, 373, 374.
Marañon (rio), 55, 311, 312.
Marapucu (rio), 368.
MARGRAVE, Jorge, 224.
MERCHANT, Alexander (historiador), 22, 202, 203.
MARCHIONE, Bartolomeu / Bartolameu, 125, 127, 128.
MARGALHO, André Fernandes, 134.
MARGARIDA / MARGARITA (ilha), 314, 316.
Mariana (Ribeirão do Carmo), 366.
Marinatãmbalo, 76.
Marrocos, 198.
Marselha (cidade e porto), 209.
MARTINS, Cyprião, 248.
MARTINS / MIZ, Francisco, 125, 126, 129.
MARTINS, Gomes, 248.
MASCARENHAS, José Freire de Monterroyo, 225.
MASETA / MACETA, Simão (padre), 35, 296, 298.
Massacres, 27, 49, 193, 231, 247, 256, 339, 341; de índios, 27, 49, 339, 341; de negros, 339.
Matapi (rio), 368.
Mataripe (esteiro de), 133, 134.
Matoim (rio), 133, 245.
MATOS, Femão de, 243.
Matrizes Étnicas, 16, 38, 61.
Mearim / Meari (rio), 186, 336.

MEDICI, Lorenzo de, 101.
Medicina, 262, 246.
MEDINA, Francisco de (alferes), 191.
MEDINA, José Toribio (historiador), 130, 308.
Mediterrâneo (mar), 118.
Mel Redondo (provincia), 329.
MELA, Pomponio (geógrafo), 91.
Melinde, 94, 95, 118.
MELLO, Bernardo Vieira de (capitão-mor), 339.
MELLO, D. Francisco Manoel de, 292.
MELLO, D. Luzia de, 243.
MELLO, Manoel de, 243.
MENDES, Francisco, 248.
MENDOÇA, Heitor Furtado de (visitador do Santo Ofício), 242.
MENDOÇA, Manoel Fulgueira de (padre), 187.
MENDONÇA, Bento Fernandes Furtado de (coronel), 51, 364, 366.
MENDONÇA, Pedro de, 292.
MENDONÇA, Salvador Fernandes Furtado de (sertanista), 51, 364-366.
MENDOZA, Christoval de (padre), 297.
MENESES, Antonio de Sousa de (governador), 345.
MENESES, D. Diogo de (governador), 56, 329.
MENEZES, Artur de Sá (governador), 365.
MERCADILLO, Alonso (capitão), 54, 304, 305.
Mercado, 16, 27, 42, 46, 49, 57, 60, 80, 350, 356; internacional, 16; mundial, 16, 42, 57, 60.
Mercadores, 50, 96, 125, 128, 187, 254, 351, 355, 359, 370.
Mercadorias, 17, 18, 25, 27, 33, 35, 45, 46, 49, 50, 53, 61, 68, 78, 81, 82, 93, 95-97, 108, 109, 111, 115, 128-130, 145-147, 155, 156, 160, 187, 207, 208, 227, 266, 325, 350, 354, 359, 370, 372.
Mercenário, 48, 170.
Messiânico, 42, 216, 242.
Mesopotâmia, 118, 119.
Mestiços, 16, 20, 32, 35, 36, 44, 46, 61, 114, 204, 219, 221, 235, 241, 242, 244, 249, 250, 281, 285, 286, 289, 292, 294, 295, 299, 313, 345, 359.
MESTRE JOHAN, ver FARAS, Mestre Johan.
MÉTRAUX, Alfred, 212.
México, 59, 198, 360.
Migrações, 274, 311; Tupi, 215, 304.
Milho, 25, 38, 47, 94, 109, 110, 131, 132, 152, 195-197, 269, 272, 273, 303, 305, 312, 315, 318, 319, 337, 357, 366.
Minas Gerais, 43, 46, 50, 51, 302, 357, 363, 364.
Mineração, 39, 40, 51, 52, 301, 302, 356.
Minho (provincia-Portugal), 88, 91.
MIRANDA, Pedro, 314.

- MIRANDA, Simão de, 85, 90.
 Missões: diplomáticas, 68; da Serra do Ibiapaba, 59; jesuíticas, 222, 250, 271; de Jesus Maria, 295; do Maranhão, 58, 226, 237, 270; do Rio Uruguai, 358; do Xingu, 57, 269.
 Mitologias, 211, 213.
 Mitos, 103, 212, 306, 307, 310, 311, 324, 360; da conquista, 324; do Eldorado, 310, 311; medievais, 103.
 Moçambique, 40, 348, 350.
 Moctezuma, 198.
 Modos de produção, 204.
 Mojú (rio), 374.
 MONAN, 212, 213.
 Moni (rio), 336.
 MONIS, Anrique, 244.
 Monpabu (rio), 195.
 MONSANCTO, Manoel Rodrigues, 253.
 MONSERRATE, Miguel de, 254.
 MONTAIGNE, Michel de, 19, 163.
 MONTALBODDO, Fracanzano de, 93.
 Monte Calvário (freguesia), 245.
 Monte Pascoal, 83, 84.
 MONTELIÃO, Duque de, 330.
 MONTEIRO, André (fazendeiro), 134.
 MONTEIRO, Pedro Fernandes de (doutor), 237, 238.
 MONTES, Enrique, 130-132.
 Montevidéu, 375.
 MONTOYA, Alonso de, 55, 314.
 MONTOYA, Antonio Ruiz de (padre), 296.
 MORAES, João Pedroso de (bandeirante), 251.
 MORAES, Manoel de (padre), 31, 249-254, 326.
 MORAES NAVARRO, Manoel Álvares de (mestre de campo), 49, 194, 338, 340, 341.
 MORALES, Manuel Juan de, 47, 48, 301-303.
 MORATO, Manuel (sargento), 296, 297.
 MOREIRA, Matias, 245.
 MORELI, Benedito / MORELLE, Benadyto, 125, 126.
 MORENO, Diogo de Campos (sargento-mor), 328, 330, 331.
 MORENO, Martim Soares (capitão), 56, 251, 253, 254, 275, 328-330.
 Morubixaba, 115, 226, 227.
 MORUS, Tomás, 19, 103.
 Moscóvia (Moscou), 323.
 Motilones (província), 212.
 MOURA, Alexandre de (capitão-mor), 185, 186, 332.
 MOURA, Bastiam, 79.
 MOURA, D. Cristovão de, 133.
 MOURA, D. Felipe de, 248.
 Mouros, 43, 94-96, 109, 121, 146, 222, 242, 243, 298.
 Movimento: colonizador, 357; de expansão, 294; indígena, 216; nativista, 242; pastoril, 48; religioso, 214, 215, 242.
 Moxoró (rio), 339.
 Mucuripe / Mocuripe, 75, 362.
 Mulatos, 32, 39, 40, 42-44, 46, 155, 156, 188, 253, 254, 292, 293, 314, 325, 346, 349, 358.
 Mundo Índio, 22, 59, 149, 170.
 Múrcia, 69. Música, 24, 52, 154, 169.
 Napo (rio), 304, 306, 307, 316.
 NARVÁEZ (conquistador espanhol), 198, 199.
 NASSAU, Mauricio de, 193.
 Ñatingui, 296, 297.
 Naturalistas, 152, 155, 224.
 Nau Anunciada, 125.
 Nau Bretoa / Livro da Nau Bretoa, 22, 125, 126, 128-130.
 Nau Capitânia, 84, 88, 131.
 Nau L'Espoir, 79.
 Nau Niña, 75.
 Nau São João, 247.
 NAVARRO, João de Azpicuelta (padre), 283, 364.
 NAVARRO, Dr. Martín de Azpicuelta, 371.
 Navegações, 40, 53, 65, 66, 68, 84, 91, 95, 103, 107, 108, 113, 192, 204, 300, 304, 307, 317, 318, 324, 334, 350, 353, 373.
 NEGREIROS, André Vidal de (governador), 238, 251, 253, 337, 355.
 Negro (rio), 53, 316, 319.
 Negros, 15, 16, 25, 28, 32, 37, 39-46, 57, 60, 61, 66, 138, 183, 197, 198, 203, 230, 241, 243-247, 251, 254, 283, 287-290, 292, 312, 314, 335, 338, 339, 345-350, 355, 358, 359, 363; Ardas, 40, 348; Boçais, 40, 41, 46, 348; Cimarrones, 311; Congos, 40, 348; Ladinos, 40, 46; Minas, 40, 348, 350.
 NETO, Álvaro (capitão), 190.
 Nicarágua, 208, 314.
 NICOLALDE, Juan de, 326.
 NICOLAU V (papa), 16, 65.
 Nilo / Niger (rio), 66, 118, 119.
 NOBRE, Diogo, 248.
 NÓBREGA, Manuel da (padre), 23, 26, 33-35, 44, 52, 120, 121, 124, 142, 152, 174, 176, 199, 200, 214, 222, 235, 236, 256, 257, 260, 261, 282-284, 289, 290, 363, 369, 371.
 NOGUEIRA, Mateus, 369.
 Nombre de Dios (povoação), 311, 314.
 Nordeste, 30, 41, 48-50, 59, 60, 151, 193, 194, 211, 225, 229, 250, 251, 274, 294, 300, 328, 338, 356, 367.
 Normandia, 80.

- NORONHA, Jacome Raymundo de, 56, 316, 332, 335.
 NORTH / NORT, Roger (capitão), 189, 323.
 Nova Gazeta da Terra do Brasil, 21, 22, 112, 216.
 Nova Goa, 350.
 Nova Lusitânia (ver Capitania de Pernambuco).
 NUNES, Diogo, 54, 55, 304, 306.
 NUNES, Leonardo (padre), 222, 286, 287, 369.
 NUNEZ, Eitor, 129.
 O'BRIEN DEL CARPIO, Bernardo, 55, 56, 322, 323, 324, 325, 326, 332.
 Ocupação, 48, 49, 53, 54, 57, 60, 136, 229, 295, 307, 316, 359, 362;
 batava, 54; européia, 53; holandesa, 54; portuguesa, 54, 316, 332, 45,
 46, 138, 248, 250, 254, 284, 357, 359, 361, 370, 371.
 OLIVEIRA, Antônio de (alferes), 192.
 OLIVEIRA, Diego Luis de (governador), 303.
 Omagua (provincia), 310, 311, 312, 315.
 OMALLON, Matthias, 323.
 Onfleur (cidade de), 79, 81, 82.
 Ordens Mendicantes, 66.
 Ordens Religiosas, 247; Ordem do Carmo, 333; Ordem de Cristo, 180;
 Ordem de Santo Antônio, 333-335; Ordem de Santo Domingo, 55;
 Ordem de São Bernardo, 259; Ordem de São Domingos Guzman, 308;
 Ordem de São Francisco, 317, 334; Ordem do Carmo, 333.
 ORELLANA, Francisco de (capitão), 55, 304, 306, 307, 308, 312, 313,
 321.
 Orme (rio), 79.
 OSÓRIO, Jorge de, 91.
 Ouro, 16, 22, 26, 31, 46, 50, 51, 52, 54, 55, 58, 67, 76, 77, 81, 85, 87, 91,
 94, 95, 97, 104, 109, 110, 113, 121, 133, 195, 244, 246-248, 301-306,
 309, 310, 313, 317, 318, 320, 325, 337, 353, 359-361, 363-365, 368.
 Ouro Preto / Vila Rica (vila e cidade), 52, 365, 366.
 OVIEDO, Gonzalo Fernández de, 307.
 PACHECO, Duarte, 83.
 Pacífico (oceano), 17.
 PADILLA, Pero Lopez de / Pero Lopes de, 95.
 PAES, Affonso, 248.
 PAES, Antonia, 242.
 PAES, Miguel, 248.
 PAES, Vasco, 248.
 Pagãos, 16, 66, 161, 162, 222, 291, 340.
 PAIS, Francisco (capitão), 192.
 PAIS, Fernão Dias, 364.
 Países Baixos, 194.
 PAIVA, Afonso de, 125.
 PAIVA, Antonio de, 135.
 PAIVA, Manuel de (padre), 290, 291.
 Pajés / Pageez, 157, 171, 213, 212, 256.
 PALÁCIOS, João de (capitão), 317.
 Palmares / Palmar, 37, 42, 48, 58, 60, 338, 339, 340.
 Palos (porto e vila de), 75, 76, 77.
 PALTE, Jacques, 302.
 Pamplona (cidade), 311.
 Panamá, 311, 314, 352.
 Pará, 27, 30, 37, 48, 56-59, 186-192, 239, 250, 268, 271, 300, 318, 320,
 321, 329, 330, 332-335, 337, 353, 354, 374.
 Paraguaçu (rio), 29, 51, 361.
 Paraguai, 28, 34, 35, 46, 48, 53, 121-123, 130, 184, 222, 289, 290, 294,
 295, 296, 299, 300, 301, 302, 359.
 Parahyba / Paraíba (rio), 30, 115, 181, 196.
 Paraíba, 29, 30, 31, 138, 160, 177, 181, 182, 186, 194, 197, 230, 244, 247,
 249, 250, 252, 256, 328, 338, 367.
 Paraíba do Sul (rio), 357.
 Paraísos, 18, 19, 21, 40, 105, 117, 118, 119, 292, 293, 349; Paraíso
 Perdido, 19;
 Paraíso Terrenal, 19, 21, 105, 117, 118, 119.
 Paraná (rio), 251, 294, 358.
 Paranaguá (vila e baía), 51, 138, 365, 375.
 Paraguaçu (rio), 133, 135, 175, 176, 177.
 Paranamirim / Paranamiri (rio e fazenda), 217.
 PARAUPABA, Antonio, 229, 231.
 Paraupeba (rio), 364.
 PARENTE, Bento Maciel (capitão-mor), 30, 185-187, 320.
 Parentesco, sistema de / relações de, 24, 33, 34, 151, 152, 219, 220, 221,
 223, 285, 291.
 Parnaíba (rio), 48.
 Paru (rio), 323.
 PASSY, Senhor de, 266.
 Pastos Bons, 357.
 Pau-Brasil, 22, 35, 77, 114, 125, 126, 128, 129, 146, 184, 208, 251, 255,
 260, 267, 291, 329, 350, 352, 372, 370.
 Pecuária, 49, 356, 357, 358.
 Pedagogia: Escravista, 346; Jesuítica, 174.
 Pedras Preciosas, 51, 76, 77, 133.
 PEDROSO, Antonio (capitão), 296.
 PEIXOTO, Lourenço (capitão-mor), 329.
 PENEDA, Antonio, 134, 135.
 Penedo, 225.
 PEREIRA, Antonio (capitão), 37, 300.
 PEREIRA, Duarte Pacheco, 44.
 PEREIRA, Francisco, 183.
 PEREIRA, João (padre), 216.
 PEREIRA, Leonardo, 249.

- PEREIRA, Simão de Sá, 249
- PÉREZ, Martín, 314, 315.
- Pernambuco, 26, 27, 30, 37, 46, 48, 49, 54, 75, 138, 170, 177, 181, 182, 183, 184, 186, 193, 226, 240-242, 244, 245, 247, 248, 250-253, 270-273, 275-278, 283, 284, 288, 293, 298, 303, 319, 330, 331, 333-335, 338, 340, 345, 346, 350, 357, 358, 360, 363, 367, 370, 371.
- Pérsia, 119.
- Peru, 53, 54, 55, 59, 122, 159, 199, 236, 237, 263, 300, 304, 305, 306, 307, 310, 311-322, 334, 352, 353, 368.
- Pesca, 23, 24, 36, 57, 79, 104, 116, 153, 160, 162, 197, 204, 206, 210, 337, 354.
- Pestes, 27, 28, 31, 57, 58, 104, 197, 198, 200, 300.
- Piauí, 274.
- PIMENTEL, Joseph de Camargo, 366.
- PINA, Ruy de / Rui de, 71.
- Pinaré / Pynare (rio), 186, 336.
- PINHEIRO, Gregório, 361.
- PINHEIRO, Manoel (capitão), 254.
- PINTO, Francisco (padre), 58, 187, 270, 271, 275, 276.
- PINZÓN, Vicente Yáñez, 21, 54, 75, 76, 77, 186.
- Piracicaba (rio), 366.
- Piraçu, 143.
- Pirajá (rio), 133, 175, 176.
- Pirajoja, 245.
- Piratas / Pirataria, 52, 56, 57, 295, 329, 330, 336.
- Piratininga, 35, 174, 200, 220, 222, 262, 264, 286, 285, 290, 369, 370.
- PIRES, Ambrósio (padre), 122, 123.
- PIRES, Antonio (padre), 216, 217, 245, 246, 284, 286, 288.
- PIRES, Cristovão (capitão), 126, 128, 129.
- PIRES, Francisco, 243.
- PIRES, Francisco (padre), 199.
- PIRES, Manoel, 242.
- PIRES, Manuel (capitão), 190.
- PIRIS, Salvador, 296.
- PIZARRO, Francisco (governador), 306, 307.
- PIZARRO, Gonzalo, 55, 306, 307, 308, 309, 353.
- Plantações, 15, 115.
- Platão, 163, 164, 212.
- PLÍNIO, 105.
- PODEROSO, Pedro (padre), 57, 269, 270.
- Poesias / Poemas, 164, 165, 345.
- POLÍBIO / POLYBIO, 19, 117.
- POLICLETO, 105.
- Política, colonial, 136, 229; de colonização, 27, 44; de expansão, 299; indigenista, 275, 341; jesuítica, 347; oficial, 172, 173; portuguesa, 138, 295.
- Pólo Antártico, 65, 67, 68, 71, 72, 92, 105.
- Pólo Ártico, 67, 68, 71, 72, 167.
- Polônia, 323.
- PORÇEL, Diego, 323.
- PÓRCIO, Diogo, 187.
- Porto (cidade do), 117, 128, 253, 350.
- Porto Rico, 199.
- Porto Seguro (vila), 20, 30, 44, 45, 84, 91, 173, 180, 181, 184, 185, 202, 244, 282.
- PORTO SEGURO, Visconde de, ver VARNHAGEN, Francisco Adolpho de.
- Portugal, 16, 17, 20, 21, 27, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 51, 52, 54, 61, 65, 66, 68-74, 83, 89, 93, 94, 95, 101, 103, 108, 112, 113, 117, 120, 122, 123, 125, 126, 130, 136, 138, 177, 189, 198, 199, 201, 230, 237, 238, 240, 241, 244-248, 251, 252, 265, 271, 281, 283, 284, 286, 288, 292, 294, 301, 302, 307, 316, 318, 321, 322, 323, 338, 350, 352, 353, 355, 361, 366, 370, 371, 372, 375.
- PORZEL, D. Philipe, 325.
- Possessões, 17, 36, 53, 56, 77, 193, 292, 330; espanholas, 77; europeias, 17; portuguesa, 36, 53; ultramarina, 292.
- Potengi (rio), 194, 224.
- POTI, Pedro, 25, 229, 230, 231.
- Potiú, 226.
- Potosí, 319, 351, 368.
- Povos: destribalizados, 38; exóticos, 163; da floresta, 15, 23, 58; índios, 27, 34, 38, 57, 197; modernos, 16; novos, 60; paulista, 38; testemunho, 60; transplantados, 60; tribais, 41.
- PRADO, João Fernandes de Almeida, 130.
- PRADO, Eduardo, 241, 242.
- PRADO JR., Caio, 292, 356.
- Prata, 22, 26, 31, 46, 51, 53, 58, 76, 77, 81, 85, 91, 95, 97, 109, 110, 113, 121, 187, 209, 242, 247, 248, 301, 302, 304, 306, 310, 325, 350, 351, 352, 353, 359, 360, 361-364.
- Prata (rio da), 27, 36, 40, 49, 53, 54, 123, 130, 294, 295, 305, 350, 351, 368, 375.
- PRETO, Manuel (bandeirante), 35, 298.
- Processos Civilizatórios, 18, 57, 59.
- Profetas, 165, 168, 212, 213, 224, 227, 286.
- Protestantes / Protestantismo, 31, 60, 158, 249, 263, 264, 276.
- Proto-Colonizadores, 130, 367.
- PTOLOMEU, 19, 103, 117, 119.
- PURCHAS, Samuel, 183.
- Putumayo (rio), 304, 318.
- PYRARD DE LAVAL, Francisco / François, 40, 46, 349, 350, 371.
- QUEIROS, Jacome de (cônego), 242, 361.
- Quema (povoado), 55.
- Quijos, 312.

- Quilôa, 94, 95.
 Quilombos, 37, 40, 42, 48, 58, 60, 338.
 QUINTAL, Manuel do, 249.
 Quiromancia, 246.
 Quito (vila e cidade), 55, 306, 307, 308, 312, 316, 317, 318, 321, 334, 335.
 RABBI / RABE / RABY / JACOME / JACÓ, 193, 196, 224, 225.
 Raça, 29, 39, 60, 61, 154, 155, 156, 196, 213, 228, 231, 292, 372.
 RALEIGH, Walter / RALYO, Vatero, 323, 324.
 RAMALHO, João, 33, 34, 290, 367.
 RAMALHO, Manoel, 242.
 RAMIRO, Pedro (tenente), 312.
 RAMMEKENS (cidade-Holanda), 322, 323.
 RAMOS, Demétrio, 75, 77.
 RAMUSIO, Giovanni Baptista, 92.
 RASILLY, François / Senhor de, 227, 373, 374.
 Rastello, 93
 RAU, Virginia, 292, 293.
 RAVASCO, Bernardo Vieira, 375.
 Rebeldes / Rebelados, 48, 49, 59, 178, 186, , 192, 194, 275, 276, 293, 303, 311, 320, 340.
 Rebelião, 321.
 REBELLO, Lopo de, 243.
 Recife de São Miguel (cidade), 31, 45, 46, 51, 138, 232, 252, 253, 254, 276, 357, 362, 370.
 Reduções Jesuíticas, 34, 251, 296, 297, 298.
 Reforma, 23, 263.
 REIMÃO, Antonio Nunes, 133
 Relação do Piloto Anônimo, 21, 92, 93.
 Relações Intertribais, 282.
 Relações sociais, 204, 219.
 Religião, católica, 266, 373; cristã, 67, 230; puritana, 158; reformada, 231, 263, 265, 266.
 REMIRÃO, Joam de, 245.
 Renascimento, 103, 360.
 Rendas, 26, 45, 47, 54, 121, 123, 139, 140, 141, 145, 146, 262, 302, 303, 306, 350, 373.
 RENOULT, João, 81.
 República, 25, 49, 60, 163, 164, 275, 276, 336, 354, 373; de Baco, 276; Pia, 25.
 Resgate, 33, 58, 95, 121, 126, 127, 128, 132, 147, 168, 176, 221, 238, 261, 273, 282, 291, 349, 355.
 Resistência Indígena, 28, 29, 30, 177, 180, 182, 293.
 Restauração, 251, 299, 318, 338, 352.
 Revoltas, 60, 176, 186, 217.
 Revolução, 20, 38, 60, 360; Francesa, 20.
 RIBAUT, Jean, 107.
 Ribeirão do Carmo / Mariana (vila), 51.
 RIBEIRO, Afonso (degredado), 21, 85, 88, 89.
 RIBEIRO, Antonio (Irmão), 57, 269, 270.
 RIBEIRO, Bernardo, 362.
 RIBEIRO, Diogo (tabelião), 217.
 RIBEIRO, Jorge Gonçalves, 249.
 RICHIER (ministro calvinista), 265, 266.
 Rimini (Itália), 346.
 Rio de Janeiro, 21, 23, 30, 43, 51, 53, 59, 107, 114, 115, 116, 117, 120, 158, 160, 175, 179, 181, 184, 205, 211, 214, 219, 220, 221, 256, 258, 259, 260, 261, 263, 293, 295, 303, 322, 329, 357, 358, 365, 371, 373, 375.
 Rio Grande, 183, 185, 186, 189, 194, 195, 196, 197, 230, 231, 329, 330, 335, 340, 341, 357.
 Rio Grande do Norte, 193, 224, 250, 256, 292, 338.
 Rio Grande do Sul, 358.
 Rio Real, 176, 184, 217.
 Ritos / Rituais, 22, 24, 25, 35, 156, 157, 163, 170, 173, 180, 214, 224, 235, 245, 259, 315, 317, 360; ritos antropofágicos, 22, 35, 163, 170, 173, 180, 235, 245; ritos fúnebres, 156, 157; ritos indígenas, 214; ritos de iniciação, 224; ritos de passagem, 24.
 RIVARA, Joaquim Eliodoro da Cunha, 349.
 Roças, 25, 31, 35, 36, 38, 40, 45, 47, 57, 58, 124, 133, 134, 153, 154, 157, 159, 173, 184, 196, 199, 205, 223, 237, 259, 270, 291, 298, 348, 357, 365, 366, 371, 374.
 ROCHA PITA, Sebastião da (historiador), 34.
 Rodelas, 357.
 RODRIGO, Tristão (senhor de engenho), 134.
 RODRIGUES, Antonio (Irmão), 199, 200, 215, 369.
 RODRIGUES / ROIZ, Bento, 366.
 RODRIGUES, Francisco, 248.
 ROE / RO / RODRIGUES, Thomas, 323.
 ROIZ (Rodrigues), Anna / Ana, 242, 243.
 ROIZ (Rodrigues), Gaspar, 243, 245.
 ROIZ (Rodrigues), Ines, 244.
 ROIZ (Rodrigues), Joam, 246.
 ROIZ (Rodrigues), Marçal, 242.
 ROIZ (Rodrigues), Mecia, 242.
 ROIZ (Rodrigues), Vicente, 253.
 ROJAS, Alonso de, 217.
 Roma, 16, 17, 48, 65, 68, 80, 96, 183, 246, 250, 263, 346.
 Rotterdam (cidade), 326.
 ROUSSEAU, Jean-Jacques, 20.
 Ruão (cidade), 79, 163, 166, 349.
 Sá, Diogo da Rocha de (senhor de engenho), 133.

- Sá, Domingos de (alferes), 154.
 Sá, Estácio de, 373.
 Sá, Fernão de, 175, 180.
 Sá, Martim de, 115.
 Sá, Mem de (governador), 28, 29, 44, 122, 123, 134, 175-177, 179-181, 216, 217, 364, 373.
 Sá, Salvador Correia de (governador), 48, 114, 193, 373.
 Sacavém, 88.
 SACRAMENTO, Colônia do, ver COLÔNIA DO SACRAMENTO.
 Sagres, 69, 70.
 Saint Malo (cidade e porto), 349.
 SALAZAR, D. Alonso Perez de (licenciado), 318.
 SALDUENDO, Lorenzo de, 55, 313, 314.
 SALEMA, Antônio de (governador), 256.
 Salinas, 196, 337, 353.
 Salvador (cidade), 46, 47, 133, 180, 216, 235, 241, 248, 298, 371, 372.
 SALVADOR, Vicente do (frei), 50, 51, 156, 157, 175, 247, 265, 289, 361, 373.
 SAMPAIO, Manuel Barreto de (secretário), 354.
 Sanlúcar de Barrameda (porto de), 308.
 Santa Catarina, 35, 53, 126, 130-132, 138, 298.
 Santa Cruz (Província / Terra de), 95, 304.
 Santa Cruz de Capocovar (província), 312.
 Santa Fé (Argentina), 50, 294.
 Santa Maria da Consolação (cabo de), 75, 76.
 Santana (capitania de), 136, 138.
 Santidades, 18, 26, 73, 214-216, 242, 245.
 Santo Agostinho (cabo de, ver Cabo de Santo Agostinho).
 Santo Amaro (capitania e vila de), 136, 250.
 Santo André (vila), 34, 370.
 Santo Antônio do Cabo (povoação), 253.
 Santo Ofício, 46, 47, 214, 216, 241, 242, 247, 249, 254, 341.
 Santo / São Tomás (teólogo), 19, 49, 117-119, 177, 340.
 Santos (vila), 52, 114, 295, 368, 373.
 São Francisco (rio), 48-51, 126, 133, 138, 144, 147, 175, 176, 184, 195, 225, 245, 247, 298, 340, 356-358, 361, 362, 370.
 São Francisco Xavier, 19, 118.
 São Jorge (vila de), 144.
 São Luís do Maranhão (cidade), 57, 59, 160, 190, 237, 238, 271, 332, 335-337, 354, 355, 368, 373, 374.
 São Paulo (vila e cidade), 27, 33-35, 37, 38, 46-48, 51, 53, 121, 124, 136, 170, 174, 199, 200, 222, 240, 251, 252, 268, 282, 294, 303, 338, 340, 341, 347, 357, 364, 366, 369, 370.
 São Roque (cabo de), 75, 76.
 São Sebastião (ilha de), 114, 116, 256, 303.
 São Tomé (África), 40, 91, 109, 348, 350, 372.
 São Vicente (vila), 24, 27, 30, 35, 108, 114, 122-124, 130, 136, 179, 180, 184, 200, 202, 220-222, 237, 240, 249, 256, 261-265, 286-288, 290, 299, 302, 305, 358, 367-370, 373.
 Saquees (rio), 314.
 SARAIVA, Duarte, 253, 254.
 Sarampo, 28, 197.
 Sardenha, 69.
 SARDINHA, D. Pero Fernandes / Pedro Fernandes (bispo), 175, 176, 236, 247, 274.
 SARMENTO, Luiz, 304.
 Sarracenos, 16, 18, 43, 65-67.
 Saudação Lacrimosa, 158.
 SCHMIDL, Ulrich / Ulrico, 34.
 SCHULLER, Rodolpho R., 322.
 SEBASTIÃO, D. (rei), 29, 52-54, 180, 247, 308.
 Seitas, 59, 65, 167, 193, 250, 253, 259; de Calvino, 250, 253, 259; cristãs, 167; deicidas, 193.
 SEIXAS, Francisco de (capitão-mor), 192.
 Separará, 187.
 SEPP VON RECHEGG, Antônio (padre), 50, 358.
 SEQUEIRA, Paula de, 242.
 Sergipe / Seregipe / Cirigipe, 29, 134, 138, 160, 176, 256, 291, 367.
 Serinhaém, 230.
 SERNIGI, Girolamo / Hieronimo, 125.
 SERRÃO, Gregório (padre), 216, 217.
 Sertanistas, 51, 273, 294, 301, 365.
 Servidão, 16, 66, 238, 340.
 Servos, 37, 38, 216, 240, 241, 273, 348, 349.
 Sesmarias, 49, 137, 140-145, 357.
 Sevilha (porto e cidade), 69, 76, 78, 322, 334.
 Sexualidade Indígena, 21, 24, 224.
 Sicília (reino de), 66, 69-71, 73, 368.
 Siena, 246.
 Sífilis, 197, 201.
 SILVA, Antonio da (capitão), 254.
 SILVA, Antonio Castanho da (bandeirante), 294.
 SILVA, Antonio Telles da (governador-geral), 251.
 SILVA, Ascenço da (capitão), 254.
 SILVA, Francisco Bueno da (sertanista), 365.
 SILVA, Manuel Dias da (bandeirante), 194.
 SILVA, Pascoal da (mestre de campo), 366.
 SILVEIRA, Simão Estácio da, 30, 58, 186, 187, 352.
 SIMÃO, Padre Mestre, 290.

- Sinagoga / Esnoga, 243, 261.
- SIQUEIRA, Rui Vaz de (governador), 192, 335.
- Sistema Escravista, 175.
- SMETZ, Adriana, 251.
- SOARES, D. Leonor, 133.
- Sobrenatural, 23, 38, 212; seres sobrenaturais, 23.
- Sociedade, anônimas, 52; brasileira, 59-61; civilizadas, 198; colonial, 32, 173, 174, 204, 250, 282, 341, 345; composta, 289; estratificada, 18; indígena, 152; mestiça, 281; nacional, 357; simples, 152, 281; sem classes, 152; Tupinambá, 152; utópica, 59;
- Sodomia, 44, 47, 139, 243.
- Sófala, 93-95, 97, 350.
- Solimões (rio), 316.
- Solis (rio de), 132.
- Solis, Juan Díaz de, 130, 255.
- Sorobabé (ilha de), 225.
- SOSA, Bernardo de (alferes), 296.
- SOUSA, Aires de (capitão), 188.
- SOUSA, Felipa de / Phelipa de, 243.
- SOUSA, D Francisco de (governador-geral), 301-303, 361.
- SOUSA, Gabriel Soares de (senhor de engenho e cronista), 24, 25, 45, 46, 49-51, 133, 172, 173, 201, 205, 222, 223, 290, 291, 302, 358, 361, 362, 364, 370.
- SOUSA, Gaspar de (governador), 331, 336.
- SOUSA, João de (Irmão), 369.
- SOUSA, João Coelho de, 133.
- SOUSA, Luis de (governador-geral), 186.
- SOUSA, Martim Afonso de (donatário), 25, 26, 53, 123, 130, 136-138, 142, 255, 367, 368, 370, 373.
- SOUSA, Pero Coelho de (capitão-mor), 275, 328, 329.
- SOUSA, Pero Lopes de, 97, 136, 183, 255, 368.
- SOUTO-MAIOR, Francisco de Valadares (capitão), 92.
- SOUZA, D. João de, 69-71, 73, 74.
- SOUZA, João da Silva de (governador), 375.
- SOUZA, Thomas Oscar Marcondes de (historiador), 93.
- SOUZA, Rui de, 69-71, 73, 74.
- SOUZA, Tomé de (governador), 26, 33, 34, 36, 120, 121, 142, 180, 185, 200, 202, 235, 236, 303, 363.
- Squidam / Schiedam (cidade), 326.
- STADEN, Hans, 22, 156, 170, 205, 207, 209, 256.
- STETTEN, Ministro, 195.
- STRAFFI, João, 194.
- STUDART, Barão de, 194, 329.
- SUASSU, Inácio, 292.
- Sublevação, 190-192.
- Suécia, 276.
- Superstições, 36, 167, 172, 202, 217, 222, 256, 347.
- Suriname, 326.
- Tabaco / Tabacais, 30, 38, 40, 56, 58, 187-189, 225, 323, 333, 336, 353-355, 358, 372, 374.
- TABORDA, Antonio Gomes (capitão), 254.
- Taconhapés, 57, 269, 270.
- Tairona (jornada de), 311.
- Tanger (cidade e porto), 65.
- Tapacurá, 254.
- Tapepigtinga, 201.
- Taperaçuá, 201.
- Tapicuru (rio), 48.
- Tapobrana, 118.
- Tapuitapera, 30, 155, 186, 190, 332, 336.
- Tarú (rio), 57, 336.
- Tasuapina, 245.
- Taubaté (vila), 365, 366.
- TAUNAY, Affonso de E. (historiador), 194, 250-252.
- TAVARES, Antonio Raposo (bandeirante), 37, 294, 296-300.
- TAVARES, João (capitão), 182, 248.
- TAYDE, Fernão Cabral de (fazendeiro), 242.
- TECHO, Nicolau del (padre), 295.
- TEIXEIRA, Marcos (visitador do Santo Ofício), 242.
- TEIXEIRA, Pedro / Pero (capitão-mor), 56, 188, 189, 192, 292, 316-318, 322, 324, 325, 335.
- Tejo, 83.
- Tejucupapo, 182, 183.
- TELLES, Antonio, 254.
- TELO, D. João, 85.
- Teologia, 246, 248, 264, 360.
- Terços de Infantaria, 37, 194, 253, 340-342.
- Terra-sem-males, 32.
- Territórios, 39, 49, 50, 53, 54, 69, 125, 136, 160, 164, 167, 229, 256, 294, 299, 302, 316, 341, 347, 356-360, 363, 364, 372, 375.
- THEVET, André, 23, 79, 107, 156-158, 163, 201, 207, 211.
- Tibagi / Tibajiba (rio), 296.
- Tigre (rio), 118, 119.
- Tinhare (porto de), 173, 184.
- Tirania, 47, 49, 67, 177, 190, 226, 239, 247, 290, 297, 302, 303, 340, 355.
- Tlatelolco, 198.
- Tocantins (rio), 316, 321.
- Toledo (reino), 69.
- TOLEDO, Fernando Álvarez de, 70.
- TOLEDO, André de (frei), 316, 317, 334.
- TOLEDO, Fernão Dalvres de, 73, 74.

- Tomonia / Thomond (condado de - Inglaterra), 324.
Tordesillas (vila de), 17, 18, 45, 53, 54, 68-70, 73.
TORRES, Diego de, 314.
TORRES, Miguel de (padre), 369
TOSCANO, Baltasar, 315.
TOURINHO, Sebastião Fernandes, 364.
TOVAR, Sancho de, 85, 89, 92.
TOYNBEE, Arnold Joseph (historiador), 16.
Tradições, 17, 33, 162, 187, 282, 322; huguenote, 322; Tupi, 282.
Tráfico, 40, 251, 321, 349, 350, 372.
TRAGGIA, Joaquin, 95.
Traição (baía da), 182, 183.
Transportes, 160, 190, 204, 208, 267, 307, 357.
Tratados, 17, 18, 45, 53, 65, 68, 69, 71-73, 338; de Madri, 53; de Paz de Haia, 338; de Tordesillas, 17, 18, 45, 68, 69.
TRAVASSOS, Simão (padre), 29, 30, 181.
TREVISAN, Angelo, 93.
TRIAS, Laguarda, 112.
Tribos / Tribal, 23, 33, 41, 50, 52, 57, 59, 197, 198, 200, 202, 203, 247, 282.
Tributos, 66, 77, 139, 140, 179, 238, 310.
Trigo, 47, 90, 109, 163, 164, 302, 360, 368.
Trinidad (ilha), 323.
Trópico Austral, 368.
Trópico de Câncer, 108, 110.
Trópico de Capricórnio, 81, 104, 108, 109, 111, 274.
Truchement (ver Linguas / Intérpretes), 151, 161, 163, 229, 329.
Tuberculose, 28, 97, 200.
Tucuju / Tocujus (rio), 188, 323, 332, 368.
Tupã, 213, 228.
Turquia, 323.
ULHOA, Antonio Lopes, 135.
Universidade: de Coimbra, 345; de Leyde, 251.
URSÚA, Pedro de (governador), 55, 310-312, 314, 316, 318.
Urubu (rio), 192.
Uruguai, 28, 53, 295, 303, 358, 359.
Utopias, 18, 21, 25, 44.
Valência (reino), 69.
Valladolid, 73, 302, 303.
VAN HAM, Comissário H., 362, 363.
VANDERHAIT, Margarida, 251.
VAREJÃO, Luiz Gonçalves (senhor de engenho), 134.
VARGAS, D. Juan de (tenente), 55, 311, 312, 314.
Variola, 197-199, 201-203, 211, 262.
VARNHAGEN, Francisco, Adolpho de / Visconde de Porto Seguro (historiador), 68, 185, 335.
VASCOGONCELLOS, Bertolameu de (cônego), 243.
VASCONCELOS, Francisco Duarte de (capitão-mor), 292.
VASCONCELOS, Simão de (jesuíta), 19, 117, 268, 368.
Vaticano, 17, 26, 29.
VAZ, Manuel, 248.
VÁZQUEZ, Francisco, 55, 310, 311.
VEIGA, Lourenço da (governador), 202.
Velhas (rio das), 49, 364, 365.
VELHO, Domingos Jorge (mestre de campo), 37, 194, 298, 338-340.
VELHO, Garcia Rodrigues, 365.
VELHO, Manuel Garcia (capitão), 51, 365.
Veneza, 92, 93, 249.
Venezuela, 53, 59, 75, 311.
VENNIER, Estenoz, 81.
Vera Cruz (ilha de / terra de), 84, 91, 92.
Veragua, 314.
Vermelho (rio), 175.
VERNEUIL, Matthieu / VERNEUIL, Mateus, 263.
VESPÚCIO, Américo, 19, 21, 24, 33, 101, 103, 367.
VIEIRA, Antônio (padre), 27, 37, 57-59, 117, 120, 152, 161, 210, 237, 238, 251, 268, 270, 274, 275, 299-301, 341, 346, 347, 353, 354.
VIEIRA, João Fernandes (mestre de campo), 194, 251, 253, 254.
Viena, 112.
Vila Rica / Ouro Preto, 303, 364-366.
Vila Velha, 133.
VILLEGAIGNON / VILLEGAGNON, Nicolau Durand de, 107, 111, 158, 159, 163, 179, 209, 211, 263, 265-267, 367.
VILLENNA, Alonso de, 314.
VITERBO, Sousa (historiador), 91.
Vitória (cidade), 52.
Waldeck (condado de), 193.
Welser (casa financeira), 112.
XAVIER, Francisco (padre), 368.
XAVIER, Francisco Pedroso (bandeirante), 251.
XERIA, Luis de Cespedes (governador), 34, 48, 295, 296.
Xingu (rio), 57, 192, 269, 271, 323, 332.
Yetaú (rio), 318.
Yoriman (provincia de), 319.
Zaire, 118.
Zelândia, 325, 326.
ZORRILHA, Diogo (alcaide), 216.
ZORRILHA, Francisco, 361.



SEDE

Petrópolis, RJ

(25689-900) R. Frei Luís, 100
Caixa Postal 90023
Tel.: (0242)43-5112
Fax: (0242)42-0692

LOJAS

Bauru, SP

(17015-002) Av. Rodrigues Alves, 10 - 37
Tel. e Fax: (0142)34-2044

Belo Horizonte, MG

(30190-060) R. Tupis, 114
Tel.: (031)273-2538
Fax: (031)222-4482

Blumenau, SC

(89010-003) R. 15 de Novembro, 963
Tel. e Fax: (0473)22-3471

Brasília, DF

(70730-731) CLR/Norte, Q. 704, Bloco A,
Nº 15
Tel.: (061)223-2436
Fax: (061)223-2282

Campinas, SP

(13015-002) Rua Br. de Jaguará, 1164
Tel.: e Fax: (0192)89316

Campo Grande, MS

(79002-174) R. Br. do Rio Branco, 1231
Tel. e Fax: (067)384-1535

Cuiabá, MT

(78005-600) Av. Getúlio Vargas, 381
Fax: (065)322-3350
Tel.: (065)322-6967 - 322-6809

Curitiba, PR

(80230-080) R. 24 de Maio, 95
Tel.: (041)233-1392
Fax: (041)233-1513

Fortaleza, CE

(60025-100) R. Major Facundo, 730
Tel.: (085)231-9321
Fax: (085)221-4238

Goiânia, GO

(74023-010) R. 3, Nº 291
Tel. e Fax: (062)225-3077

Juiz de Fora, MG

(36010-041) R. Espírito Santo, 963
Tel. e Fax: (032)215-8061

Londrina, PR

(86010-390) Rua Piauí, 72, Loja 1
Tel.: e Fax: (0432)37-3129

Novo Hamburgo, RS

(93310-002) R. Joaquim Nabuco, 543
Tel. e Fax: (051)593-8143

Pelotas, RS

(96015-300) R. 7 de Setembro, 145
Tel. e Fax: (0532)27-1032

Porto Alegre, RS

(90010-273) R. Riachuelo, 1280
Tel.: (051)226-3911
Fax: (051)226-3710

Recife, PE

(50050-410) R. do Príncipe, 482
Tel.: (081)221-4100
Fax: (081)221-4180

Rio de Janeiro, RJ

(20031-201) R. Senador Dantas, 118-1
Tel. e Fax: (021)220-6445

Salvador, BA

(40060-410) R. Carlos Gomes, 698-A
Tel.: (071)241-8666
Fax: (071)241-8087

São Paulo, SP 1

(01006-000) R. Senador Feijó, 158/168
Tel.: (011)35-7144
Fax: (011)37-7948

São Paulo, SP 2

(01414-000) R. Haddock Lobo, 360
Tel.: (011)256-0611
Fax: (011)258-2841

ESCRITÓRIOS

Rio de Janeiro, RJ

(20211-130) R. Benedito Hipólito, 1
Tel.: (021)224-0864
Fax.: (021)252-7528

São Paulo, SP

(01309-902) R. Luiz Coelho, 308 - Sala
37 - 3º andar
Tel.: (011)258-6910
Fax: (011)258-7070

Este livro, *a Fundação do Brasil*, elaborado a pedido da Biblioteca Ayacucho, da Venezuela, comemora os 500 anos da chegada do europeu às Américas. Ele reúne os documentos básicos dos dois primeiros séculos da formação da sociedade e da cultura brasileira. Cada documento é comentado quanto a seu valor explicativo e situado na fonte bibliográfica original de que foi tirado.

O propósito desta coletânea é aproximar a história brasileira de suas fontes factuais para possibilitar novas leituras dela, mais fiéis a cada um de seus protagonistas: índios, africanos e europeus.

O volume se abre com um ensaio interpretativo de Darcy Ribeiro, *A Invenção do Brasil*, que é uma visão antropológica da história brasileira. E se fecha com um Sincronótico, devido a Gisele Jacon, que registra a simultaneidade dos fatos principais que ocorreram no Brasil e no mundo e a contemporaneidade das personalidades que aqui representaram algum papel, com seus grandes coetâneos lá de fora. Entre um e outro, se desdobra a vasta documentação original. São os testemunhos daqueles que, ao longo de dois séculos, viram o Brasil fazer-se a si mesmo.



Uma vida pelo bom livro.

ISBN 85.326.0855-8



A FUNDAÇÃO DO BRASIL

TESTEMUNHOS 1500 — 1700

Darcy Ribeiro e
Carlos de Araujo Moreira Neto

